UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOVELINA SILVA SANTOS

"TERRA POR TERRA, CASA POR CASA": RESISTÊNCIA CAMPONESA EM SÃO RAFAEL/RN (1979-2000)

Recife
2021

JOVELINA SILVA SANTOS

"TERRA POR TERRA, CASA POR CASA": RESISTÊNCIA CAMPONESA EM SÃO RAFAEL/RN (1979-2000)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como pré-requisito para obtenção do grau de doutora. Área de Concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil.

Orientadora: Prof.ª Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa.

Recife

2021

Catalogação na fonte
Bibliotecária Valdicea Alves Silva, CRB4-1260

S237t Santos, Jovelina Silva.
"Terra por terra, casa por casa": resistência camponesa em São Rafael/RN (1979-2000) / Jovelina Silva Santos – 2021
393 f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.
Inclui referências e anexos.

1. História. 2. População rural - Trabalhadores rurais. 3. Área rural de subsistência. 4. Planejamento. 5. Camponeses de São Rafael - Terra de trabalho. I. Barbosa, Maria do Socorro Ferraz (Orientadora). II Título.

981.34 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2021-239)

Jovelina Silva Santos

"TERRA POR TERRA, CASA POR CASA": RESISTÊNCIA CAMPONESA EM SÃO RAFAEL /RN (1979-2000)

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora** em **História**.

Aprovada em: **26/02/2021**

BANCA EXAMINADORA

Participação por videoconferência
Profa. Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Participação por videoconferênciaProf.
Dr. Cristiano Luis Christillino
Membro Titular Interno (Programa de Pós-Graduação em História daUniversidade Federal de Pernambuco)

Participação por videoconferência
Profa. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima
Membro Titular Externo (Professora aposentada da Universidade Federal dePernambuco)

Participação por videoconferência
Prof. Dr. Samuel Carvalheira de Maupeou
Membro Titular Externo (UECE)

Participação por videoconferência
Profa. Dra. Bernadete Maria Coêlho Freitas
Membro Titular Externo (UFPI)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

Aos que traziam encanto aos meus olhos: Rosa, Eudes e Macário (*in memoriam*).

Ao Sebastião Andrade de Lima, mártir da luta pela terra no Vale do Açu (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A construção desta tese, em todas as suas fases, guarda contribuições de muitas pessoas com quem tive contato ocasional, profissional e afetivo. Não sendo possível nomeá-las, ficarei em dívida com muitas delas. Algumas destas não têm noção do quão importante foram as sugestões de leitura, as indicações de percursos, os documentos enviados, as conversas sobre o tema.

Agradeço a minha orientadora, profa. Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa. Para além da valiosa orientação acadêmica realizada com sabedoria, tranquilidade e firmeza, sua inexpugnável resistência para o combate em defesa da verdade e da justiça é inspiração na caminhada. Para Samuel Carvalheira, Cristiano Christillino e Socorro Abreu, professores da pós-graduação, apresento meus agradecimentos pelas importantes contribuições e sugestões.

No âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, meus agradecimentos se dirigem, inicialmente, aos estudantes da graduação em História do Campus de Assú, com quem mantive os primeiros contatos acerca do Projeto Baixo-Açu. Marinalva, Antônio Marcos, Ademar Pelonha e Salatiel Barbosa, obrigada por me proporcionarem acompanhar, na qualidade de orientadora, as primeiras investigações em torno da temática.

Aos colegas de trabalho e companheiros de vida e de luta, Rosenilson Santos, Francijési Firmino, Elioenai Souza, Marcelo Vieira, Andreza Oliveira, Fábio Morais, Sarah Rafaela e Luana Paula, minha gratidão por todos os afetos e apoios.

A todos que fazem o Núcleo Temático da Seca da UFRN, de modo particular a Fátima, Maurina e Jackson pela presteza, disponibilidade e diligência na busca por documentos relevantes para esta pesquisa. Gratidão pela significativa colaboração.

Aos meus irmãos Rogaciano, Adelina e Hozana, portos seguros em qualquer tempestade, solidários na adversidade e contagiantes na felicidade. Aos meus filhos, Jônatas e João Carlos, por todo o apoio e por terem tal confiança, que me desafiam a ir além, a caminhar sempre.

A Ronaldo Maia, Leonardo Gomes, Ademar Pelonha e Alcivânia. Mil palavras não dariam conta, pois foram mil tarefas e todas cumpridas a tempo e com muita responsabilidade. Ronaldo Júnior e Ademar merecem umas palavras à parte. Além da contribuição técnica, tivemos produtivos diálogos a respeito do tema da tese, visto que pesquisam questões correlatas, dispensando-me atenção valorosa para troca de ideias.

Manifesto meus agradecimentos aos funcionários do escritório do DNOCS em Assú, em especial ao senhor Hermenegildo pela gentileza e disposição em contribuir. Sou grata, também, ao senhor Ivan Pinheiro pelo acesso a importantes fontes de seu arquivo.

Sou grata a todos os camponeses e as camponesas pelo tempo que dedicaram a apresentar-me as histórias daquela "travessia" e, mais ainda, pelos ensinamentos e o exemplo de força, por manterem acesa essa esperança aguerrida. Aos que me receberam em suas vidas desde 2014, quando comecei a caminhada nas veredas dessa história: Seu Antônio de Duca, João do Sindicato, Seu Deoclides, Seu Hermenegildo, Sabino de Serra Branca, Dona Socorro, dona Bia, Seu Severino e, mais recentemente, o senhor Francisco Rosa, Fátima Lopes e Lourival de Serra do Mel. Indizível meu carinho por Rosenilde e Salatiel pela acolhida respeitosa e afável.

Além das motivações para que esta tese se materializasse, agradeço o companheirismo e a partilha de sonhos com os girassóis resistentes: Mazé Amâncio, Larissa, Zeuza e Manu. Em reconhecimento às bases que nos sustentam "em gesto, em cheiro, em sombra, em luz, em som magnífico", agradeço a rosa, ao cacto e ao florido jardim que me fala de outros campos. A Francisco Eudes (*in memoriam)*, que aguardava o final desta tese com os olhos pontilhados de estrelas. Fica comigo a gratidão por sua breve companhia.

Agradeço a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte pela concessão de bolsa.

Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Como embaixo dos pés uma terra
Como água escorrendo da mão?

(Levantados do Chão. Chico Buarque & Milton Nascimento. Disponível em: *https://www.youtube.com/watch?v=kUZtnm-HKs8&ab_channel=ld0712869* .

RESUMO

A presente tese investiga o engendramento das lutas dos camponeses de São Rafael porterra de trabalho e moradia com a implantação do Projeto Baixo-Açu no semiárido norte-rio- grandense, numa conjuntura de forte expansão do capital no campo. Uma variada e ampla tipologia de fontes nos forneceu suporte para investigar a construção da renhida resistência camponesa a este projeto. Para compreender as dimensões dessa resistência, investigamos a natureza, a urdidura e os impactos desse projeto sobre os camponeses em especial. Encontramo-lo tributário das políticas de desenvolvimento rural construídas na década de 1950, adquirindoformatação final na década de 1970 com a ditadura civil militar, que promovia políticas de intervenção no mundo rural referenciadas no padrão da modernização conservadora, marcadamente anticamponesa. Analisamos que determinadas visões em torno da "agricultura de subsistência" elaboradas pela teoria social negligenciaram ou invisibilizaram o papel econômico e político dos pequenos agricultores, legitimando, em alguma medida, a subalternidade desses trabalhadores ante o Estado e a sociedade. A observação da inclusão subalterna e autoritária dos agricultores nas políticas públicas de irrigação e os estudos da lutados agricultores de São Rafael atestaram a resistência camponesa aos projetos que implicavam em "sujeição". Perscrutando as tramas do Projeto Baixo-Açu e o drama da população camponesa frente ao processo de expropriação e expulsão, localizamos os conflitos de classe e as articulações políticas de frações da classe dominante para a prevalência de seus interesses. Para a compreensão da robustez das lutas camponesas, analisamos a tessitura da solidariedade de classe e o apoio de organizações civis e católicas. Argumentamos que, historicamente, a dinâmica e as contradições do capital têm propiciado "brechas" à resistência do campesinato, que, por meio destas, forja suas lutas por terra de trabalho e moradia.

Palavras-chave: camponeses; terra de trabalho; políticas públicas; projeto Baixo-Açu.

ABSTRACT

The present thesis investigates the engendering of the struggles of the peasants of São Rafael for land of work and housing with the implantation of the Baixo-Açu Project in the semi-arid region of Rio Grande do Norte, in a conjuncture of strong expansion of the capital in the countryside. A varied and wide tipology of fonts provided us with support to investigate the construction of the fierce peasant resistance to the Baixo-Açu Project. To comprehend the dimensions of this resistance, we investigated the nature, the warp and the impacts of this Project on the peasants specially. We find it tributary to the rural development policies built in the 1950s, acquiring final form in the 1970s with the military civil dictatorship that promoted interventional policies in the rural world referenced in the pattern of conservative modernization, markedly anti-peasant. We analyzed that some visions around the "subsistence agriculture" elaborated by the social theory neglected or made invisible the economic and political role of the small farmers, legitimizing in some measure, the subordination of these workers before the State and society. The observation of the subordinate and authoritarian inclusion of farmers in public irrigation policies and the studies of the struggles of the farmers of São Rafael attested to the peasant resistance to projects that implied "subjection". Peering into the plots of the Baixo-Açu Project and the drama of the peasant community in the face of the process of expropriation and expulsion, we located the class conflict and the political articulations of fractions of the dominant class for the prevalence of their interests. To comprehend the robustness of the peasant struggles, we analyzed the fabric of class solidarity and the support of civil and catholic organizations. We argue that, historically, the dynamics and contradictions of the capital, have provided "loopholes" to the resistance of the peasantry, that, through them, forge their struggles for land of work and housing.

Keywords: peasants; land of work; public policies; Baixo-Açu project.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – **Área de influência do Projeto Baixo-Açu.....** 85

Imagem 2 – **Ato contra a barragem em frente à Matriz de São João Batista em Assú.....** 103

Imagem 3 – **Jornal Novo Vale.....** 117

Imagem 4 – **Carnaubais do Vale do Açu – RN.....** 134

Imagem 5 – **Charge de crítica ao Projeto Baixo-Açu.....** 192

Imagem 6 – **Devastação dos carnaubais no Vale do Açu.....** 226

Imagem 7 – **Ato público contra a barragem Armando Ribeiro Gonçalves..** 232

Imagem 8 – **Mapa das comunidades rurais do antigo município de São Rafael.....** 268

Imagem 9 – **Agrovila Rio Grande do Norte (rua principal) Serra do Mel.....** 293

Imagem 10 – **Casa de tábua construída pelo DNOCS em São Rafael.....** 299

Imagem 11 – **Comunicado oficial da COMIRGA/DNOCS.....** 301

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Impactos ecológicos da barragem Armando Ribeiro Gonçalves..... 142

Tabela 2 – Plano de valorização dos Vales do Açu e Apodi..... 177

Tabela 3 – Grupo de áreas das propriedades rurais dos municípios de Assú e Ipanguaçu..... 200

Tabela 4 – Caracterização de estabelecimentos rurais nos municípios do Vale do Açu..... 201

Tabela 5 – Estruturação dos perímetros irrigados no Rio Grande do Norte.. 206

Tabela 6 – Categorias sociais do Perímetro Irrigado Baixo-Açu..... 211

Tabela 7 – Número de famílias e população atingida na área da bacia hidráulica..... 234

Tabela 8 – Municípios atingidos pela barragem Armando Ribeiro Gonçalves..... 255

Tabela 9 – Condição de ocupação nos imóveis na área da bacia hidráulica... 260

Tabela 10 – Nível de satisfação com o local de residência na bacia hidráulica.. 275

Tabela 11 – Municípios diretamente afetados e estimativas dos impactos nas atividades agrícolas e extrativa vegetal na área da bacia hidráulica..... 280

Tabela 12 – Opção face à mudança no município de São Rafael (%)..... 286

Tabela 13 – Relação dos problemas vivenciados pelas famílias remanejadas até 1982..... 302

Tabela 14 – Assentamentos rurais no Vale do Açu entre 1985 e 1995..... 318

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNB	Banco do Nordeste
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
CIDA	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário
CIMPARN	Companhia de Implantação de Projetos Agrícolas do Rio Grande do Norte
CMA	Coordenadoria de Meio Ambiente
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAPERVAL	Cooperativa Agropecuária do Vale do Açu
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEPE	Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
CODEVA	Comissão de Desenvolvimento do Vale do Açu
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COMIRGA	Comissão Especial Executiva dos Projetos de Irrigação do RN
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COSERN	Companhia Energética do Rio Grande do Norte
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIBA	Distrito Irrigado do Baixo-Açu
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNPV	Departamento Nacional de Produção Vegetal
DNRu	Departamento Nacional de Endemias Rurais
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPARN	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte

ESAM	Escola Secundária Alves Martins
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETARN	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN
FIDENE	Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste
FIEP	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FRUNORTE	Frutas do Nordeste LTDA
FUNART	Fundação Nacional das Artes
FUNECE	Fundação Universidade Estadual do Ceará
GEIDA	Grupo Executivo para Irrigação e Desenvolvimento Agrícola
GERAN	Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEMA	Instituto de Defesa do Meio Ambiente
IFOCS	Inspetoria de Obras contra as Secas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPND	I Plano Nacional de Desenvolvimento
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LEN	Liga de Emancipação Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OEA	Organização dos Estados Americanos
PBA	Projeto Baixo-Açu
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal

PIBA	Perímetro Irrigado Baixo-Açu
PIJA	Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
PIN	Programa de Integração Nacional
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPI	Plano Plurianual de Irrigação
PROJETO SERTANEJO	Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAR	Serviço de Assistência Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	Ministério do Planejamento
SESI	Serviço Social da Indústria
SOGREAH	Sociéte Grenobloise d'Etudes et d'Aplications Hidrauliques
SSR	Serviço Social Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
TRAMAS	Trabalho, Meio Ambiente e Saúde
UDN	União Democrática Nacional
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO.....**	17
2	**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS REGIÕES SEMIÁRIDAS: O PROJETO BAIXO-AÇU NO DESCOMPASSO DO DESENVOLVIMENTO.....**	33
2.1	ESTADO, IGREJA CATÓLICA, BURGUESIA E TRABALHADORES: DEBATES SOBRE A "REGIÃO PROBLEMA".....	40
2.2	AS OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO.....	60
2.3	O PROJETO BAIXO-AÇU.....	69
2.4	GRANDES EMPRESAS NA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ENG.º ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES.....	94
3	**O PROJETO BAIXO-AÇU NA IMPRENSA: EXALTAÇÃO, NEGAÇÃO E CONFLITOS DE INTERESSES.....**	110
3.1	A REDENÇÃO DO VALE DO AÇU.....	119
3.2	IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS.....	132
3.3	DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES.....	144
3.4	OS DESERDADOS DO PROGRESSO.....	148
3.5	TRAMAS DO PBA: ÔNUS E BÔNUS DO PROGRESSO.....	154
4	**O PERÍMETRO IRRIGADO BAIXO-AÇU NOS (DES)CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....**	164
4.1	A INSERÇÃO DO VALE DO AÇU NOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO.....	164
4.2	PERÍMETRO BAIXO-AÇU.....	181
4.3	MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.....	225
5	**RESISTÊNCIA CAMPONESES EM SÃO RAFAEL.....**	234
5.1	"SETOR DE SUBSISTÊNCIA" E CAMPESINATO NA TEORIA SOCIAL	236
5.1.1	**"Subsistência".....**	237
5.1.2	**Camponeses.....**	247
5.2	CAMPONESES DE SÃO RAFAEL: DIVERSIDADES DE SER E FAZER.	253
5.2.1	**Diversidade do campesinato e suas artes de produzir.....**	256
5.3	A BARRAGEM E O DESABRIGO.....	276
5.4	"TERRA POR TERRA, CASA POR CASA".....	281
5.4.1	**O Projeto de Colonização de Serra do Mel.....**	290

5.4.2 "Velhos, viúvas e deficientes": os primeiros remanejados para a São Rafael..... 295
5.4.3 Os núcleos de tábuas: forjando a resistência..... 297
5.5 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA..... 303
5.5.1 O chão da luta..... 308
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 320
REFERÊNCIAS..... 327
ANEXO A – DECRETO Nº 76.046, DE 29 DE JULHO DE 1975..... 360
ANEXO B – MEMORIAL..... 363
ANEXO C – DOCUMENTO DE IPANGUAÇU..... 367
ANEXO D – OFÍCIO DA FETARN AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA..... 370
ANEXO E – CARTA DO DNOCS AO BANCO DO BRASIL..... 374
ANEXO F – CONVOCAÇÃO PARA ATO PÚBLICO EM SÃO RAFAEL..... 375
ANEXO G – DOCUMENTO REIVINDICATÓRIO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO RAFAEL..... 376
ANEXO H – DECRETO Nº 94.612 DE 14 JULHO DE 1987..... 380
ANEXO I – RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA SERRA DO MEL..... 382
ANEXO J – RELAÇÃO DAS PRIMEIRAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA NOVA SÃO RAFAEL 385
ANEXO K – RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM SOLUÇÃO PRÓPRIA RELOCADAS ATÉ 30/10/1981..... 387
ANEXO L – CAPA DO JORNAL DISPARADA..... 389
ANEXO M – MANIFESTO DA FETARN 390
ANEXO N – MATÉRIA DO JORNAL GAZETA RURAL..... 392

1 INTRODUÇÃO

> "A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral". (Walter Benjamin)

Esta tese se inscreve no campo da história social do campesinato e intenta contribuir para a compreensão do fazer-se dos camponeses de São Rafael/RN no processo de luta por terra de trabalho e moradia. Como em outras regiões do país, o campesinato norte-rio-grandense confrontava o latifúndio e a este se encontrava em sujeição. As políticas públicas para a agricultura nas regiões semiáridas do território potiguar contemplavam quase que exclusivamente os proprietários rurais de médio e grande porte, integrantes do setor da agropecuária.

A ditadura civil-militar fortaleceu ainda mais as opressoras relações de trabalho no campo, garantindo todo o aparato do Estado na imposição dos interesses dos latifundiários em ocasiões de acirramentos dos conflitos, bem como para assegurar a acumulação do capital a expensas da espoliação dos trabalhadores do campo. É neste contexto que o Projeto Baixo-Açu será implantando na microrregião do Vale do Açu[1], no final dos anos 1970, ainda que sua gênese esteja fincada em décadas anteriores. Tratando-se de uma política de intervenção do Estado no meio rural, objetivando expandir e fortalecer a agricultura de base empresarial na região supra, a expropriação do campesinato e sua proletarização se encontravam presentes como requisito necessário ao processo. Ante tal projeto, os trabalhadores rurais foram compelidos a lutar coletivamente, organizar a resistência e buscar alianças com setores sociais diversos.

A delimitação temporal da pesquisa compreende os anos de 1979 e 2000. O primeiro marco está relacionado ao início das obras da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves – primeira etapa do PBA – e o segundo demarca o abandono da maioria dos colonos irrigantes que se instalaram noPerímetro Irrigado Baixo-Açu[2], comprovando os argumentos apresentados pelo movimento sindical rural de que o projeto de desenvolvimento do Vale do Açu nos moldes do PBA estava a serviço do grande capital.

As lutas camponesas no Vale do Açu, nas duas últimas décadas do século XX, encontram-se imbricadas ao Projeto Baixo-Açu, que figura até o momento como a mais significativa obra de intervenção do Estado para o universo rural norte-rio-grandense. Em meados de 1979, quando o DNOCS autorizou o início da construção da Barragem Armando

[1] De acordo com o IBGE, a microrregião do Vale do Açu compreende nove municípios: Assú, Ipanguaçu, Alto do Rodrigues, Jucurutu, São Rafael, Pendências, Carnaubais, Itajá e Porto do Mangue. Tem a extensão de 4.756,1 km^2 – 9% do território norte-rio-grandense. No ano de 2017 foi divulgado um novo recorte geográfico das regiões e esta microrregião, com novo recorte, passou a integrar a Região Geográficas Imediatas do Açu.

[2] O Perímetro Irrigado Baixo-Açu correspondia a 2ª fase do Projeto Baixo-Açu, cuja construção era anunciada para ocorrer em paralelo à construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. O DNOCS afirmava que a razão principal deste projeto era a instalação de um grande projeto público de irrigação.

Ribeiro Gonçalves, no Vale do Açu, uma grande agitação tomou conta da população de São Rafael, município marcado para submergir nas águas da barragem, posteriormente, batizado como a Atlântida potiguar. Assim, chegava ao fim a esperança de muitos rafaelenses de que as obras da barragem Armando Ribeiro Gonçalves pudessem continuar engavetadas, como ocorrera anteriormente com a barragem de Oiticicas.

Em fins dos anos 1930 tem início as proposições de potencializar a produção agrícola do Vale do Açu. Seus idealizadores tencionavam promover o desenvolvimento rural na região por meio da agricultura irrigada. Em meados dos anos 1970 o Projeto Baixo-Açu sairá das gavetas para implantar-se com a força de sua dimensão faraônica. Apresentado de forma apologética por seus admiradores, pois corresponderia a "duas vezes a Baía de Guanabara", a grande barragem estava inscrita na ordem vigente. O decreto de desapropriação de uma área de 158.476,84 ha, que correspondia a 3% do território norte-rio-grandense, causou espanto e agitação.

A ditadura civil-militar andava de braços e abraços com as empreiteiras, buscando materializar, na década de 1970, a ideologia do "Brasil grande potência" com a construção de monumentais obras hidráulicas. O dispêndio de vultosos recursos para a construção de grandes obras hidráulicas alimentava as gordas empreiteiras no "mercado nacional de obras públicas"[3]. Essas obras faraônicas naufragaram vastos territórios, expulsaram milhares de pessoas e provocaram profundos impactos sociais e econômicos, além de prejuízos ambientais incalculáveis. O Brasil desta época bem que poderia ser conhecido com a república das empreiteiras, dada a relação entre o Estado e o setor da construção civil, que, inclusive, requeriam para si a responsabilidade com o desenvolvimento e o progresso do país. Essa temática foi aprofundada com vigor na pesquisa realizada por Pedro Henrique Pedreira Campos[4].

Em algumas regiões as comunidades indígenas foram reduzidas e centenas de famílias camponesas se dispersaram. No Vale do Açu, centenas de famílias agricultoras da ribeira do Piranhas-Açu enfrentaram o autoritarismo do Estado. Tucuruí, Balbina, Baixo-Açu, Sobradinho, Itaparica, Carajás e Itaipu formam a lista das principais obras hidráulicas construídas sob os rigores e arbitrariedades da ditadura civil-militar. A conjuntura da década de 1970 não era propícia às manifestações políticas de questionamento à ordem.

As lideranças sindicais no RN estavam apreensivas. Havia um sistema de vigilância que buscava disciplinar por meio do medo, da perseguição e do silenciamento. As mobilizações

[3] CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014, p.227.
[4] Ibid.

expressivas dos trabalhadores rurais contra o PBA tiveram início no ano de 1979, com a proximidade de instalação do canteiro de obras. Os sindicatos de trabalhadores rurais da região e a própria FETARN assumiram no primeiro momento uma posição mais institucional que mobilizadora, apresentando as condições dos trabalhadores da região, requerendo informações sobre o PBA e enviando às autoridades as principais reivindicações do campesinato do Vale do Açu em torno dos problemas que se avizinhavam.

Em relação aos documentos produzidos pelas diversas organizações, estes não estabeleciam vínculos entre a ditadura civil-militar e a implantação autoritária do PBA. As críticas mais contundentes eram direcionadas, exclusivamente, ao DNOCS, que era o órgão diretamente responsável pela construção do PBA, deixando passar ao largo a participação dos governos do RN, corresponsáveis pelo projeto.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Norte, com o curto fôlego que encontrava, visto que os líderes sindicais eram constantemente vigiados, punha-se a contestar o PBA, apresentando a necessidade da reforma agrária com base no Estatuto da Terra. Para Plínio de Arruda Sampaio, o Banco Mundial pleiteava "substituir a reforma agrária por programas de desenvolvimento rural desenhados com o intuito precípuo de evitar a desapropriação em massa da terra..."[5]. Essa era a questão a ser compreendida e enfrentada pelos agricultores do Vale do Açu.

O discurso ideológico elaborado pelas classes dominantes em torno do PBA transformou-o em demiurgo do desenvolvimento rural e uma miríade de boas novas para o campo era constantemente elencada. As populações do Vale do Açu viviam entre dois discursos díspares. De um lado o Estado, com a força de toda a sua estrutura política e administrativa a serviço do PBA, a adesão dos prefeitos e vereadores, órgãos de imprensa, empresários rurais, grandes proprietários rurais e os chefes políticos locais; do outro lado estavam alguns membros do clero, o Serviço de Assistência Rural, os sindicatos de trabalhadores rurais, a FETARN, a OAB, organizações estudantis secundaristas e universitárias, ambientalistas, profissionais liberais e uma grande população, maciçamente rural.

A configuração política descrita acima só ocorreu quando foram definidas as posições e acirraram-se os debates em torno do PBA. O inflexível processo de expropriação foi montado para desapropriar sem indenizar, tendo em vista que muitas propriedades eram espólios e não era costume a regularização destas propriedades nos termos exigidos pelo DNOCS. A relação dos documentos era tamanha, que um trabalhador, ao referir-se à questão, ponderou que aquele

[5] SAMPAIO, Plínio de Arruda. Prefácio. MARTINS, Mônica Dias (Org.) **O Banco Mundial e a Terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, p.13.

documento "todo" era um exagero e ele só considerava uma explicação plausível: queriam tomar a terra sem nada pagar.

Se o Projeto Baixo-Açu era portador do desenvolvimento, questionava-se qual desenvolvimento. Era possível que o desenvolvimento beneficiasse a todos, tendo em vista que sua propulsão política pelo Estado o endereçava ao capital? No meio do turbilhão, centenas de camponeses do Vale do Açu compreenderam que o propalado desenvolvimento estava destinado a terceiros e eles arcariam com os seus custos. Com este entendimento, a resistência e a luta por um pedaço de terra para produzir e viver não se apresentava como alternativa, mas como única possibilidade de garantir a vida. E, no decurso do projeto, todos sabiam que o desenvolvimento oriundo do referido projeto significaria maiores lucros ao capital e, no reverso, ampliaria o drama do campesinato: espoliação, exploração e sujeição.

A década de 1950 foi fértil para os debates de projetos, modelos, ações e programas de desenvolvimento. Os projetos de valorização dos Vales do Açu e Apodi, propostos pelas autoridades eclesiásticas nos dois Encontros dos Bispos do Nordeste, ocorridos, respectivamente, em Campina Grande e Natal inauguram uma nova fase das políticas públicas para o rural. Nesta conjuntura histórica muitos debates afluíram tratando a respeito do desenvolvimento regional, da superação das condições de subdesenvolvimento, da redução das disparidades entre as regiões, etc. As propostas de políticas públicas para o campo foram destinadas a promover a transformação no mundo rural: reduzir a fome, evitar o êxodo, "fixar o homem a terra", transformar a agricultura e o agricultor, fortalecer a indústria.

Tudo estava amalgamado nos projetos de desenvolvimento e buscava-se construir as políticas públicas que teoricamente iriam alavancar o almejado desenvolvimento para o qual todos estavam irmanados. Em apenas uma década, o desenvolvimento para o Nordeste foi questionado: "Nordeste: desenvolvimento sem justiça". Este é o título do artigo da Ação Católica Operária – Secretariado Regional do Nordeste, apresentado em março de 1967[6], no qual encontramos que os efeitos do desenvolvimento para os pobres "são o sofrimento e a desesperança, porque caem sobre eles as consequências das distorções que o progresso está gerando no Nordeste"[7].

Setores progressistas da Igreja Católica ainda mantinham alguma expectativa na possibilidade de um projeto de desenvolvimento que fosse acompanhado pela justiça social, conforme apregoava a encíclica *Mater et Magista* do Papa João XXIII. Encontramos, nas ações de luta dos camponeses de São Rafael, falas que se apresentavam com o mesmo teor, "nós não

[6] AÇÃO Católica Operária. Nordeste: Desenvolvimento sem justiça. **Vozes**. Revista Católica de Cultura. Rio de Janeiro: Editora Vozes, maio de 1967, p.393.
[7] Ibid, 393.

somos contra o desenvolvimento, nós somos contra a injustiça"[8], compreendendo que desenvolvimento com justiça "é o pobre não ser prejudicado"[9].

Com fundamento na concepção de justiça/injustiça, os camponeses foram assumindo o protagonismo nas lutas no Vale do Açu, contando com o apoio do Serviço de Assistência Rural (SAR), que integrava a Diocese de Natal. Houve um revigoramento das lutas quando os camponeses tomaram a decisão de mobilizar, articular, dialogar e planejar sua intervenção política. Do início das obras de engenharia em 1979 à mudança compulsória das primeiras famílias da velha São Rafael passaram poucos meses. Em janeiro de 1981, o DNOCS já impunha calendários, regras, horários e percursos para transferência das famílias pobres.

As longas e duras travessias desse campesinato levaram-no a construir caminhos diversos em busca de melhores condições de vida. A migração de centenas de famílias agricultoras de SãoRafael para outros municípios no interior do RN, assim como para outros estados requer a realização de pesquisas, pois esses caminhos trilhados pelos camponeses acossados e desesperançados ainda se encontram na penumbra.

As etapas do Projeto Baixo-Açu não se efetivaram nos moldes como foram apresentadas nos discursos e documentos oficiais. As transformações no Projeto Baixo-Açu se vincularam também a conjuntura mais ampla. A exemplo, podemos apresentar que a implantação do Perímetro Irrigado Baixo-Açu em 1994 estabeleceu diretrizes diferentes para o ingresso dos colonos nestas áreas. As famílias rafaelenses não foram inseridas no perímetro irrigado e os primeiros 75 irrigantes familiares não tiveram como sobreviver às constantes crises que se agravaram no ano de 2000. Em decorrência dos vários problemas e, ainda, lutando para se manter no projeto, os irrigantes acossados pelas dívidas, com a produção praticamente imobilizada, não encontraram alternativa e retiraram-se do projeto.

O conjunto de fontes que forneceu suporte à construção desta tese é constituído por uma variada tipologia: documentos oficiais, documentação dos órgãos de representação da classe trabalhadora, imprensa (jornais e revistas) e outros documentos provenientes das instituições e organismos que se inseriram no debate do Projeto Baixo-Açu (Igreja Católica, partidos políticos e associações). Os jornais de maior circulação no Estado, ante a grande visibilidade ao PBA, contribuíram para que identificássemos a ação e a posição política de frações da classe dominante, dos trabalhadores do campo, dos órgãos públicos, das instituições e organizações da sociedade civil quanto à natureza do projeto e seus mais diversos impactos sobre o território e as populações do Vale.

[8] SANTOS, Hermenegildo Julião dos. Entrevista concedida em 12 ago. 2014. São Rafael-RN. Entrevistadora: Jovelina Silva Santos.
[9] Ibid.

Nesse contexto, realizamos pesquisas em vários acervos e organizamos um amplo corpus documental durante um período em que acompanhávamos pesquisas monográficas que versavam sobre temas relacionados ao PBA. Nos arquivos do Núcleo Temático da Seca (Nut-Seca)[10] da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – um acervo importantíssimo para os que desejam pesquisar o rural norte-rio-grandense – localizamos centenas de recortes dos principais jornais que circulavam no RN bem como de outros órgãos de imprensa e periódicos vários que focalizavam o PBA.

Além do mais, no mesmo acervo, encontramos, ainda, entrevistas com autoridades civis e religiosas, sindicalistas e dezenas de documentos oriundos de diversos órgãos e entidades tratando do aludido projeto. Uma importante documentação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do RN (FETARN), que incluem ofícios expedidos e recebidos, notas públicas, panfletos e relatórios, relacionada ao processo de expropriação e expulsão dos camponeses com PBA se encontra no acervo do Nut-Seca.

No DNOCS acessamos importantes documentos, a exemplo dos *Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º ArmandoRibeiro Gonçalves*, composto por 11 volumes que contabilizaram 1600 páginas. Toda essa documentação nos permitiu percorrer múltiplos fios que enovelaram a história social do campesinato nessa região do interior potiguar no período em estudo, particularmente, no que tange às lutas pela desapropriação, para fins de reforma agrária, de latifúndios localizados no município de São Rafael. Dispomos, também, de fontes orais produzidas por nós e outros pesquisadores ao longo dos últimos 5 anos.

Como num jogo de luz e sombras, em boa parte da documentação, a possibilidade de enxergar a ação do campesinato com maior nitidez se tornou mais eficaz à medida que alteramos a metodologia de análise, tentando decifrar as sombras, os pontos obscuros que foram obnubilados por razões que analisamos no decorrer das discussões. Para que pudéssemos

[10] O Núcleo Temático da Seca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) reúne uma diversidade de fontes (orais, áudio visuais, hemerográficas, documentos oficiais, etc.) sobre a temática em tela, possibilitando ao pesquisador enveredar por trilhas diversas, pois a rica documentação tem larga abrangência sob os mais diferentes ângulos. Assim, é possível interpretar as visões sobre o PBA a partir das vozes e olhares das elites políticas, do campesinato e suas organizações de classe, da Igreja Católica com as dissensões em seu interior e dos órgãos do Estado (DNOCS, COMIRGA, etc.), interagindo com as elites políticas e sendo por elas articulados na (re)formatação do PBA. O nascimento do NUT-SECA guarda estreito vínculos com as lutas da professora Terezinha de Queiroz Aranha na constituição do acervo e de projetos de pesquisas sobre o Vale do Açu. Terezinha Aranha foi uma das vozes mais combativas e críticas ao PBA no meio acadêmico, levantando com seus questionamentos acalorados debates. Na página oficial do NUT SECA, encontramos que se trata de "um centro de documentação especializada na temática seca e semiárido que desde seu início, em 1980, teve por objetivo estudar as consequências físicas, sociais, econômicas e políticas do fenômeno seca, priorizando, como objeto de estudo, o pequeno produtor" (cf. https://ccsa.ufrn.br/portal/?page_id=5976).

compreender a intensidade dos acontecimentos na região do Vale do Açu entre os anos 1970 e 2000, essa documentação continha importantes balizas e fortes evidências da natureza do Projeto Baixo-Açu e de seus múltiplos significados para o território e as populações camponesas.

Em arquivos particulares localizei o jornal Novo Vale, panfletos, poesias, fotografias e entrevistas. Em São Rafael e Serra do Mel, fizemos várias viagens, ora para conversar informalmente, conhecer os espaços, ora para gravar as entrevistas com os velhos agricultores e agricultoras de São Rafael.

As lutas desses camponeses e as formas de resistência ao processo de expropriação e expulsão de suas terras de trabalho e moradia, em razão da implantação do Projeto Baixo-Açu (PBA) no final da década de 1970, são temas centrais nesta pesquisa. A concepção e o planejamento do PBA se inserem no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento do semiárido. A efetivação do projeto ocorreu durante a última década da ditadura civil-militar, embora, desde os fins dos anos 1930, a região do Vale do Açu – território onde se localiza a maior bacia hidrográfica do Rio Grande do Norte – fosse alvo de estudos que avaliaram sua viabilidade para a irrigação com vistas à superação da chamada agricultura de "subsistência", encarada como responsável pelo atraso da produção no campo.

No âmago deste Projeto, encontramos as raízes do maior conflito social vivenciado pelos camponeses da referida região na contemporaneidade. Grosso modo, o PBA significou a opção por um novo modelo de agricultura que reestruturou o território do Vale do Açu no Rio Grande do Norte, com profundos impactos sobre a agricultura camponesa em face da expropriação das terras, florestas e águas de trabalho bem como a expulsão de centenas de famílias do território onde viviam.

Márcia Motta[11] reclama a presença e a importância dos historiadores neste campo, cujas temáticas estão sob o domínio dos sociólogos rurais. Se nos sertões o domínio estava no binômio gado/algodão, qual a situação dos agricultores na sociedade da pecuária nas ribeiras do Piranhas-Açu? Analisando o Vale do Açu no início dos anos 1960, Manuel Correia de Andrade[12] levantou a necessidade de pesquisas sobre essa região, apresentando a hipótese de

[11] MOTTA, Márcia M. Menendes. **Nas fronteiras do Poder**: conflito e direito à terra no Brasil no século XIX. Niterói: EDUFF, 2008.

[12] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

que esta poderia vir a ser considerada como uma "civilização da carnaúba", lembrando a "civilização do couro" analisada por Capistrano de Abreu[13].

Há determinados aspectos do Projeto Baixo-Açu que, por sua notoriedade e implicações, ocupam espaço em todas as produções acadêmicas e para as quais os autores são unânimes: a decadência da agricultura camponesa, notadamente a modalidade vazanteira; os danos ambientais e sociais com agravamento das condições de vida dos camponeses; a reestruturação do espaço agrário norteado pelo Estado; e as empresas do agronegócio que passaram a abocanhar importantes áreas agricultáveis.

Neste novo cenário observa-se a rápida transformação da região em importante polo da fruticultura e sua inserção no mercado global. Reconcentração agrária, proletarização do campesinato, retração da economia camponesa e violação de direitos sociais e ambientais estão entre os elementos que compõem a face sombria e silenciada da modernização agrícola na região do Vale do Açu.

A presente pesquisa abordará capítulos significativos da resistência e táticas de lutas de agricultores e agricultoras do município de São Rafael, no Vale do Açu. Os camponeses resistiram ao apagamento histórico de suas experiências, de suas memórias e de seu modo de viver. Trata-se de trabalhadores rurais que viveram, e ainda vivem, nos sertões do território potiguar, com particularidades que são compreendidas a partir de suas experiências, relações sociais de produção, posse e uso da terra, sociabilidades e costumes que guardam estreitos vínculos com este território.

Interessamo-nos sobre qual a compreensão do camponês acerca do PBA, as formas como construíram sua resistência e as estratégias que se apresentaram mesmo que de forma silenciosa. Analisando suas práticas agrícolas e a diversidade social dos que reivindicaram a condição camponesa no município de São Rafael no momento imediatamente anterior à construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, foi possível entender que a resistência se manifestou no chão da luta e encarregou-se de feições diversas. Os camponeses de São Rafael concebem a dimensão do sacrifício e o resultado da resistência que empreenderam. Não andam a cantar glórias, mas o senhor Hermenegildo Julião dos Santos falou com mansidão e altivez acerca das conquistas dos trabalhadores em suas lutas por terra

[13] ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

de trabalho e moradia: “essa reforma agrária aí quem deu não foi o governo. Essa reforma aí foi nós que lutamos e conquistamos”[14].

Seguindo orientações teóricas e metodológicas de pesquisadores que se debruçaram sobre o rural brasileiro, fomos observando a riqueza desses estudos “ao microscópio”, como recomendado por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva[15] e, nesse percurso, defrontamo-nos com uma trama social, em que os camponeses e sua produção, ou seja, a “agricultura de subsistência” é tratada como signo do atraso, arcaica, improdutiva, desprovida de importância “sempre escondida por detrás da casa grande (por vezes, da senzala), do ouro das Gerais, do café ou outro produto rei, dos coronéis do sertão, que é revelado, quando o é, para ressaltar a minoria do que é dominante, com enfoque sobre o seu atraso”[16].

Reconhecidamente válidas as análises dos autores acima referenciados para refletirmos acerca da produção e significados da agricultura de “subsistência” no Vale do Açu no Rio Grande do Norte, visto que, no afã de dimensionar o projeto de modernização agrícola com o PBA em documentos oficiais e outras fontes, localizamos análises que imputavam às atividades econômicas tradicionais a razão para o atraso da região, de modo a enquadrá-las à sombra do que seria a moderna agricultura irrigada.

Com relação à proximidade temporal entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, debruçamos sobre algumas observações de natureza teórica, com referência em autores que abordaram a questão e apresentam leituras relevantes. Sobre os desafios e possibilidades ao ofício do historiador na escrita da história contemporânea, Eric Hobsbawm, em “O presente como História”, inicia com a assertiva “Já se disse que toda história é história contemporânea disfarçada”[17]. Ainda que enfatize mais os problemas que as suas possibilidades, na abordagem de temáticas de nosso tempo, ele chama à atenção para a necessidade do historiador reexaminar suas próprias perspectivas acerca do passado e conclui com certo “encorajamento” à empreitada. Roger Chartier também analisa, com otimismo, a escrita da história do tempo presente, pensando a relação entre o pesquisador e o objeto:

[14] SANTOS, Hermenegildo Julião dos. Entrevista concedida em 17 de abril de 2014. São Rafael-RN. Pesquisadora Jovelina Silva Santos.
[15] LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da Agricultura Brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.118.
[16] Ibid, p.119.
[17] HOBSBAWM, Eric. O presente como História. In: **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.315-331. A assertiva de Hobsbawm é uma referência ao historiador Benedetto Croce.

> O historiador do tempo presente é contemporâneo do seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. [...] Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói[18].

As refutações e barreiras à historiografia dos tempos recentes já foram amplamente debatidas e muito já se produziu acerca da vitalidade e da importância dessa produção. A pluralidade de fontes que se apresenta em determinados recortes temáticos, inclusive, oportunizou ao próprio historiador contribuir com a produção destas, a exemplo da História Oral, que ampliou o campo de possibilidades do pesquisador, ao passo que lhe impôs maiores atribuições relacionadas ao uso dessas fontes, partindo do pressuposto que suas variadas tipologias requerem uma teoria e procedimentos metodológicos também diferenciados.

Nesse sentido, para a pesquisadora Verena Alberti, a História Oral é "... um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo."[19]. Desse modo, para o estudo de acontecimentos do tempo presente, a fonte oral apresenta-se muito fecunda, pois os sujeitos históricos que vivenciaram os acontecimentos nos fornecem valiosas indicações que não são encontradas em outras tipologias de fontes, possibilitando-nos conhecer os sonhos, as expectativas, as frustrações, os medos e a visão elaborada por esses sujeitos como já explanara Alessandro Portelli[20]. Em se tratando do campesinato, historicamente negligenciado ou silenciado, as fontes orais trazem a particularidade de nos confrontar com um universo cultural rico e complexo, exigindo do pesquisador a superação da concepção estigmatizada do campesinato e seu mundo. Nessa perspectiva, temos as condições para compreender ações do universo camponês que se apresentam com sentido diferenciado em outras relações sociais de produção.

Na construção da nossa pesquisa, fomos mapeando a ação dos camponeses do Vale do Açu – especificamente do município de São Rafael, na luta por terra de trabalho e moradia durante as duas últimas décadas do século XX, por meio de um conjunto variado de fontes, que localizamos em arquivos públicos e particulares. Para fazermos esse percurso de encontros com o campesinato potiguar, debruçamo-nos sobre uma bibliografia específica com abordagens para

---

[18] CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.216.

[19] ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, p.52.

[20] PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da História oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

a economia do Rio Grande do Norte, em particular a história da agricultura e do campesinato e, por último, as produções de vários campos do saber acerca do PBA.

Durante o processo de produção da história oral, nossos encontros com os camponeses que vivenciaram essas lutas evidenciaram as dificuldades em situarmo-nos como *contemporâneo* numa perspectiva que nos permitisse escapar às interpretações equivocadas movidas em alguma medida por anseios particulares e em perceber o que havia de novo e o que havia de velho no imediato das bruscas transformações, que afetaram ameaçadoramente a vida de centenas de famílias camponesas no Vale do Açu. A leitura de Giorgio Agamben[21] sobre os sentidos do *ser* contemporâneo, como:

> [...] aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente. [...] Perceber esse escuro não é uma forma de inércia ou de passividade, mas implica uma atividade e uma habilidade particular que equivalem a neutralizar as luzes que provêm da época, para descobrir as suas trevas, o seu escuro especial, que não é, no entanto, separável daquelas luzes. Pode dizer-se contemporâneo apenas quem não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue nelas entrever a parte da sombra, a sua última obscuridade. [...] Por que conseguir perceber as trevas que provêm da época deveria nos interessar? Não é talvez o escuro uma experiência anônima, e por definição, impenetrável, algo que não está direcionado para nós e não pode, por isso, nos dizer respeito? Ao contrário, o contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpretá-lo, algo que, mais do que toda a luz, dirige-se direta e singularmente a ele. Contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o facho de trevas que provêm do seu tempo[22].

Na análise do conceito de *contemporâneo*, Agamben assinala uma relação singular com o tempo, na qual devemos nos inserir nele, ainda que pareça paradoxal, e, ainda assim, mantê-lo à distância. O autor trata de advertir, obstinadamente, acerca da necessidade de irmos além do aparente, da obviedade, de atravessarmos sua superfície, de desvendarmos a opacidade desse tempo. Preocupamo-nos em trazer para o nosso ofício essas considerações quando ruminamos acontecimentos que, embora cintilassem com fulgor, podíamos enxergar sua obscuridade carecendo, então, desvendar-lhes os aspectos sombrios para aproximar-se de sua tessitura real.

O capítulo "Políticas Públicas para as regiões semiáridas: o Projeto Baixo-Açu no descompasso do desenvolvimento", foi elaborado com o objetivo de compreender o PBA enquanto política pública cujas raízes remontavam aos anos 1950. Desse modo, pusemo-nos a analisar os debates na década de 1950 em torno da "região problema". Esses debates ocorriam

[21] AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Trad. Vinícius de Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
[22] Ibid, p.62-64.

em eventos (seminário e encontros) organizados a partir da demanda de projetos políticos vinculados aos interesses classistas. Nesta lógica, essas ações foram articuladas pelas organizações das próprias classes em confronto, excetuando a Igreja Católica, que se apresentava fora e acima da luta de classes, com um projeto político teológico, o qual diferia das demais instituições e órgãos presentes nestes eventos.

Ainda, apresentamos como objetivo, compreender quais projetos de desenvolvimento foram elaborados e para quem se dirigiam. Metodologicamente formulamos algumas questões para orientar a investigação: a) Quais setores sociais estavam formulando as políticas públicas para as regiões semiáridas e para o Vale do Açu, especificamente? b) Os projetos de desenvolvimento divergiam? c) Como o PBA foi urdido ao longo de três décadas até encarregar-se da ossatura que se expressou no decreto de desapropriação? d) Qual projeto de desenvolvimento foi gestado pelo PBA? e) Com a implantação do PBA no contexto da ditadura civil-militar, quais foram as implicações? Uma última questão foi acrescentada ao debate sobre o PBA: porque as empresas responsáveis por sua construção entraram na disputa política pela legitimação do PBA junto à população?

Ao investigar os mais importantes encontros políticos forjados para pensar o Nordeste na década de 1950, localizei, em documentos produzidos nestes eventos, os temas, debates e propostas que os constituíram. Algumas pesquisas importantes nos forneceram aporte teórico para a discussão e o entendimento desse contexto e dos projetos em pauta à época. Quanto ao PBA, uma vasta documentação nos possibilitou ir além das nossas próprias expectativas. O processo de formatação desse projeto, da gênese à implantação, nós o localizamos nos documentos da SUDENE e nos Planos Nacionais de Desenvolvimento construídos durante a ditadura civil-militar.

No capítulo que abordará "O Projeto Baixo-Açu na imprensa: exaltação, negação e conflitos de interesses", nosso objetivo é compreender as disputas políticas em torno do PBA, envolvendo as diferentes classes. As principais fontes, como o próprio título já apresenta, são os periódicos, no entanto observamos atentamente o *modus operandi* do DNOCS e do Governo Estadual, atuando para que a imprensa se transformasse em ator de primeira ordem em defesa do PBA, inclusive com a destinação de 2% do valor da obra para usos com propaganda, sendo esta a primeira vez que o DNOCS adotava essa tática. As tramas e as relações de força presentes na arquitetura do poder, nós as encontramos quando observamos as estratégias para impulsionar o PBA e as formas como órgãos da imprensa se apropriavam destas para direcionar o foco da questão, contornar divergências e reduzir a quase nada o que tudo significava para os camponeses do Baixo-Açu.

Interessamo-nos pelos embates em torno do PBA, pois eles fizeram emergir um confronto, que se apresentou na dimensão intraclasse, quando a fração da classe dominante representada pelos grandes proprietários rurais que integravam o tradicional setor pecuária/algodão/cera de carnaúba se levantou contra proposições do PBA, a qual abalava seus interesses, contrapondo-se ao empresariado rural, ao Estado e à dimensão de classe, embora a classe dominante utilizasse o discurso ideológico para mascarar os conflitos de interesse.

Por esse lado, as posições políticas da classe dominante e da classe trabalhadora em relação ao PBA sofreram alterações ao longo do processo de construção da primeira etapa do PBA. À medida que os interesses se confrontavam ou eram confrontados pelo Estado, novas posições eram delineadas. Para os trabalhadores do campo no município de São Rafael, a insurgência das lutas políticas estava diretamente associada à sobrevivência. O longo período de estiagem compreendido entre 1979 e 1983 correspondeu exatamente à fase de construção da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Portanto, além da expropriação e expulsão provocada pelo Projeto, havia a fome resultante da estiagem e agravada com os impactos da construção.

O terceiro capítulo se debruçará sobre uma das etapas abortadas do PBA, a saber, o projeto público de irrigação. Nos documentos oficiais do PBA, esse projeto deveria andar concomitante à construção da barragem, contudo, de acordo com os órgãos oficiais, foi cortado por falta de verbas e somente se efetivará nos anos 1990 depois de decorrida uma década da inauguração da barragem. Esta situação é uma das razões para situarmos *O Perímetro Irrigado Baixo-Açu nos (des)caminhos do desenvolvimento rural* proposto pelo Estado.

Desde o início da construção da barragem, já se evidenciava que o projeto público de irrigação seria posto à margem. Contudo, mesmo que esse fato pudesse se anunciar por meio de uma série de ações, continuava sendo alardeado como razão primordial para PBA, e os números, cifras e estatísticas da riqueza, a qual seria gerada com a irrigação, eram de tal forma recorrentes que muitos chegavam a esquecer que o projeto público de irrigação havia sido riscado da agenda do PBA.

Neste capítulo objetivamos compreender, com referência em Marcel Burstzyn[23] na proposição do *caráter autoritário ativo e autoritário por omissão*, como a política de perímetros irrigados, elaborada para incorporar os trabalhadores rurais pobres na condição de colonos

[23] BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

irrigantes e produtores exclusivos destas áreas, transformou-se em polo para agregar as empresas do agronegócio, reposicionando os pequenos irrigantes que passaram a orbitar em torno destas empresas.

Nesta perspectiva, visamos, também, a entender a condição de sujeição do pequeno irrigante ao Estado através do DNOCS na primeira fase histórica desta política pública de irrigação e as empresas rurais já na segunda fase, a partir dos anos 1990. Para compreender a dinâmica dos perímetros irrigados e as transformações operadas nestes projetos ao longo de três décadas, detivemo-nos sobre importantes pesquisas, especialmente na área da Geografia e Sociologia. As fontes que localizamos e a produção de fontes orais a partir de entrevistas com ex-colonos nos forneceram elementos importantes para a compreensão das peculiaridades do Perímetro Baixo-Açu.

Com suporte em pesquisas importantes sobre a política de perímetros irrigados, acompanhamos a interpretação de pesquisadores que apontaram esses projetos como espaço de expulsão e atração. Pareceu-nos pertinente entender como uma política direcionada aos pequenos agricultores produzia contraditoriamente a exclusão desses sujeitos em todas as suas etapas, inclusive, após o estabelecimento dos irrigantes nestas supostas ilhas de prosperidade. O problema em torno da inserção ou exclusão das famílias camponesas desalojadas com o PBA mereceu atenção, visto que, durante a construção da barragem, havia a promessa de que estas famílias teriam lugar no Perímetro Irrigado Baixo-Açu.

Encontramos trabalhos acadêmicos que apresentaram o abandono do Perímetro Baixo-Açu por uma significativa parcela dos primeiros irrigantes. Existia uma dimensão anticamponesa nos perímetros irrigados? Essa foi uma questão importante para a nossa pesquisa, pois, ainda que parecesse óbvio que as políticas para o desenvolvimento rural das regiões semiáridas negassem a contribuição do campesinato como sujeito desse desenvolvimento, parecia natural que os seus propositores almejassem a completa superação dessa agricultura apenas em razão de questões técnicas, produtividade, etc.

Com Jan Dowe van der Ploeg[24], partilhamos a compreensão de que a agricultura camponesa desafia a produção capitalista em moldes, os quais estão além da técnica, com relevantes implicações sociais, políticas e ambientais, pois confere outros sentidos à produção agrícola e está fundada em relações de produção diferenciadas, de saberes e sociabilidades distintas das relações capitalistas.

[24] PLOEG, Jan Dowe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. Trad. Cláudia Freire. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016.

No último capítulo da tese, "Resistência camponesa em São Rafael", realizamos algumas incursões sobre o conceito de campesinato e o termo "agricultura de subsistência". Em relação a este último, a perspectiva era apreender os sentidos e usos políticos na caracterização da agricultura praticada pelos pobres do campo. A heterogênea composição social do campesinato no Vale do Açu, a diversidade das suas práticas agrícolas e não agrícolas bem como as práticas sociais e culturais comuns são plenamente evidenciadas no percurso das investigações. A condição do campesinato no Brasil se apresenta como um calidoscópio:

> [...] inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária[25].

Os camponeses de São Rafael eram pequenos proprietários, parceiros, moradores e arrendatários que, também, laboravam em atividades não agrícolas: eram garimpeiros nas minas de sheelita e operários nas salinas e pedreiras de mármore. A luta por terra de trabalho e moradia compõe um dos mais instigantes capítulos da história desse campesinato, que assumiu o caráter de uma cruzada por justiça e, nos dias atuais, eles fazem questão de partilhar essas experiências com aqueles que se encontram nas mesmas encruzilhadas[26]. Perderam e ganharam muitas batalhas, mas, para eles, o que importa mesmo é a *travessia*, da qual só podem falar aqueles que vivenciaram, como diz o senhor Hermenegildo "eu falo porque eu vivi, eu sofri e batalhei com meus companheiros. Não uma pessoa chegar aqui e dizer que essa barragem foi boa..."[27],

---

[25] WELCH, Clifford Andrew [et al] **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p11.

[26] Em 2013 teve início as obras para a construção da Barragem de Oiticica. Atingindo áreas dos municípios de Jucurutu, São Fernando e Jardins de Piranhas, será o terceiro maior reservatório do RN com capacidade para 560 milhões de m³ de água. A barragem, que ainda não foi concluída, sofreu algumas paralisações devido às ações da população atingida que ocupava o canteiro de obras, reivindicando o cumprimento das "obras sociais". Nas atividades políticas promovidas pelos atingidos e atingidas pela Barragem de Oiticica, sempre vinha à tona os fatos ocorridos com a construção da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Pessoas de São Rafael foram convidadas pelos moradores de Barra de Santana – Distrito que será submerso pelas águas de Oiticica – para dar o testemunho dos que havia ocorrido durante a construção da grande barragem. O maior interesse dos atingidos e atingidas é saber como se deu o processo de indenizações, se foram pagas; a construção da nova cidade, se as pessoas tiveram seus direitos respeitados. As chamadas "justas indenizações", ao lado do reassentamento da população deslocada são os pontos mais críticos e que mais acaloram os debates, pois, no município de São Rafael, muitos proprietários (pequenos e médios) ficaram sem receber indenizações.

[27] SANTOS, Hermenegildo Julião dos. Entrevista concedida em 17 de abril de 2014. São Rafael-RN. Pesquisadora Jovelina Silva Santos.

e a questão cruciante que traz em si uma reflexão ao pesquisador “sabe de onde a senhora tira a história verdadeira? Da boca do pobre, do mal servido”[28].

[28] Camponês do Baixo-Açu. In: VARGAS, Nazira Abib O. **Barragens:** O Clamor dos Beiradeiros. Vol. 1. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC – SP, 1991, p.1.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS REGIÕES SEMIÁRIDAS: O PROJETO BAIXO-AÇU NO DESCOMPASSO DO DESENVOLVIMENTO

> *Não há viajante que, hoje, não fale Sobre a inquietude do triste vale. Lá, agora, tudo é só movimento, exceto os ares, pesando adustos, nas soledades de encantamento. (Edgar Alan Poe – O Vale da Inquietude)*

O Projeto Baixo-Açu integrava um conjunto de políticas públicas, que objetivava promover o desenvolvimento da região do Vale do Açu no Rio Grande do Norte, para transformá-la em celeiro do Estado e da região Nordeste[29]. Figurando como a mais expressiva política de intervenção rural na região semiárida potiguar, este projeto tem suas origens históricas na década de 1930. Contudo, foi na década de 1950 que a região ganhou inserção nos projetos de irrigação para áreas semiáridas do Nordeste. A concretude deste projeto ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, no contexto da ditadura civil-militar, contudo as três etapas previstas não se efetivaram nesse período.

Neste capítulo inicial, analisaremos as políticas públicas para o semiárido norte-rio-grandense, especificamente àquelas direcionadas à irrigação, matriz do Projeto Baixo-Açu. Nesse percurso de discussão, objetivamos: a) esquadrinhar a trajetória e escopo dessas políticas e seus desdobramentos em ações e projetos; b) analisar os interesses que moviam os sujeitos envolvidos nos debates e as disputas nos processos de construção dessas políticas públicas; c) assinalar algumas questões pertinentes aos projetos de desenvolvimento que acompanhavam as políticas públicas e d) cartografar o projeto de irrigação para o Vale do Açu, que foi inserido nas políticas para o semiárido norte-rio-grandense a partir de 1950, desaguando no Projeto Baixo-Açu, responsável por impactantes transformações na região.

A década de 1950 registrou uma intensa mobilização política, incorporando diversos setores da sociedade que buscaram dimensionar e propor soluções para as tensões e urgências da chamada "região problema". A produção acadêmica sobre o tema, os grandes eventos políticos ocorridos no Nordeste e que propunham a intervenção do Estado na região nortearam a análise das políticas públicas formuladas para o desenvolvimento da região.

Muitos estudiosos apresentam que as políticas públicas para o Nordeste semiárido[30] são datadas do final do século XIX e foram direcionadas a combater os efeitos das secas. A forma

[29]Em 1978, para o então governador Tarcísio Maia, o Vale do Açu no RN iria corresponder, no futuro, ao Vale do Itajaí em Santa Catarina, constituindo-se esta região potiguar em grande polo da fruticultura irrigada. (cf. CALMON e Rangel assinam contratos para diversos investimentos no Estado. **Diário de Natal**, s/p, 16 dez. de 1978).

[30]No II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), encontramos o termo "regiões semiáridas" na abordagem do Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste. Compreendendo a diversidade do semiárido, utilizaremos o termo "semiárido potiguar" e, ainda assim, observamos que este recorte espacial não

e o conteúdo desta ação do Estado se transformaram em paradigmas que perduraram durante longos anos, servindo, quase exclusivamente, aos donos do poder, sem compromissos efetivos com o desenvolvimento do território e da população mais atingida com as estiagens. A montagem dessas políticas, engendrada pelas classes dominantes, foi interpretada como a engrenagem que forjou e alimentou a indústria da seca na região.

As políticas públicas para o Nordeste efetivadas durante um século (último quartel do século XIX a fins do XX) incumbiram-se de certas singularidades de acordo com as demandas sociais e políticas da região e, de modo mais amplo, sofreram as determinações da relação Estado e capital. Contudo, o debate mais incisivo da problemática regional vista sob o viés desigualdades/planejamento/desenvolvimento passou a fazer parte das preocupações teóricas e políticas de forma mais abrangente a partir da Segunda Guerra Mundial, embora algumas experiências tenham registros anteriores a essa época.

Antes de adentrar na discussão em torno da perspectiva de planejamento e desenvolvimento, a qual alimentava os debates ocorridos nos eventos que nos propusemos para discutir neste capítulo, apresentamos que a interpretação formulada por Francisco de Oliveira acerca do planejamento regional nos possibilita compreender que "o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital"[31] e, com esse entendimento, ultrapassa-se qualquer expectativa "pueril" que o planejamento do Nordeste estivesse orientado para atender as demandas da "região problema", com o intuito de superar os graves males sociais que afligiam as massas urbanas e rurais empobrecidas.

A partir dos anos 1950, os projetos de intervenção para as áreas semiáridas do Nordeste são tributários em larga medida das concepções e propostas construídas neste período. Assim, debruçamo-nos, de modo particular, sobre os debates e as proposições de intervenção para o meio rural, formuladas a partir da década supracitada. De maneira singular, os anos 1950 demarcaram a germinação de projetos para os territórios semiáridos do Nordeste, norteados

implica homogeneidade sob os mais diversos prismas. Para além da referência climática, o semiárido é uma construção histórica, uma vez que o Estado, organismos de poder, cientistas e políticos se debruçaram sobre as regiões caracterizadas como semiáridas e interpretaram-na, explicaram-na a partir de vários vieses e interesses. Em termos climáticos, trata-se de uma região com índice de pluviosidade menor que 800 mm anual. A primeira delimitação científica do semiárido ocorreu em 1991 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em 2017 foram aprovados os critérios para nova delimitação do semiárido por meio das Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/201. De acordo com estas resoluções, o Semiárido Brasileiro é composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. O RN tem 167 municípios. Destes, 147 estão em área do semiárido, conforme a resolução apresentada anteriormente.

[31] OLIVEIRA, Francisco. **Noiva da revolução. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de Classe.** São Paulo: Boitempo, 2008, p.140.

pela ideia de desenvolvimento, gestada em larga medida a partir das interpretações cepalinas sobre o subdesenvolvimento dos países periféricos e a superação dessa condição.

Nessa lógica, nosso interesse consistiu em analisar três questões que permearam o processo de construção das políticas públicas para o rural semiárido a partir desta década, a saber: as relações de força presentes nas propostas; as visões e o lugar social bem como político acerca dos e para os trabalhadores rurais (pequenos proprietários e agricultores sem terra), elaborado por diversos atores que disputavam a cena pública; e, por último, as propostas de inclusão social e econômica desses sujeitos no interior das políticas públicas.

Quatro eventos ocorridos na década de 1950 com foco nos problemas do Nordeste exigiram maior atenção, permitindo-nos examinar a articulação de governos, partidos, religiosos, organizações patronais e de trabalhadores. Detivemo-nos nestes acontecimentos para encontrar as respostas sobre as motivações dos diversos atores, as propostas que defendiam, as alianças e pactos realizados, as propostas vencedoras e vencidas como também seus desdobramentos. O Congresso de Salvação do Nordeste (1955), o I Encontro dos Bispos do Nordeste (1956), o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste (1959) e o II Encontro dos Bispos do Nordeste (1959) são os acontecimentos por nós selecionados.

Sobre as políticas públicas, adotamos algumas das proposições de Sônia Regina de Mendonça[32], em que a autora apresenta, de modo perspicaz, uma valiosa crítica à historiografia que tematiza a relação economia e Estado, afirmando que muitos desses trabalhos, ao examinarem as políticas públicas, prenderam-se a determinados "vícios", (re)produzindo uma visão "burocratizada" ou "institucional" do Estado. Ainda na perspectiva de Mendonça, quanto à análise das políticas econômicas – e pensamos que poderia se estender às políticas públicas de modo mais amplo –, deve-se, primordialmente, concebê-las como "frutos de um movimento político integrado por agentes e agências que dispõe de determinada inserção na estrutura socioeconômica e sustentados por canais específicos de organicidade, expressão e difusão de demandas"[33].

Partindo das proposições metodológicas apresentadas por Mendonça[34], concebemos a relevância em observar a participação das entidades de classes, de partidos políticos e da Igreja Católica nos momentos em que ocorreram as disputas entre os projetos, investigando, ainda, as

[32]MENDONÇA, Sônia Regina de. Historiografia Brasileira em Questão: considerações sobre economia e política. **História Revista.** Goiânia, v.11, n.2, jul./dez. 2006.
[33] Ibid., p. 209.
[34] Ibid.

lutas travadas, para que os agentes sociais vinculados aos aparelhos privados de hegemonia fossem agregados às agências públicas das quais efluiriam essas políticas.

Para a objetivação da metodologia acima, valemo-nos da documentação oficial, dos anais de eventos, relatórios de projetos, de debates e de embates através da imprensa (jornais). Os documentos foram mapeados não apenas nos órgãos vinculados às agências públicas, mas também em arquivos de entidades civis, de modo que pudéssemos ter uma noção mais clara de como ocorriam as disputas, que atores sociais estavam envolvidos, que setores conseguiam hegemonia e que projetos contra hegemônicos foram vencidos.

O conceito genérico de políticas públicas como intenções, decisões e ações de um governo, adotado de forma simplista, obscurece os embates sociais que atravessam o Estado, além de reduzi-lo a ente neutro e abstrato, que se encontra fora e acima da luta de classes. Embora sejam institucionalizadas por governos e implantadas através das agências do Estado, as políticas públicas têm seu processo constitutivo permeado por conflitos e tensões advindas das disputas pela hegemonia política de determinada fração da classe dominante, que quase sempre define o setor social para o qual elas dirigem seus objetivos, metas e programas.

Embora não seja objetivo deste trabalho percorrer a trajetória histórica das políticas públicas para o Nordeste semiárido, datadas desde essa época, pensamos ser relevante compreender o processo histórico em que elas foram gestadas, analisando os confrontos sociais em que elas se (re)desenharam, focando nas disputas ocorridas pelo controle das agências do Estado quando o nível de tensão atingia o ápice e, daí, decorriam as articulações, buscando amalgamar os interesses conflitantes, ainda que persistissem as diferenças. É relevante, ainda, identificar os redirecionamentos destas políticas, seus caminhos e descaminhos, de modo que possamos compreender como elas se processaram e que ações e sujeitos políticos a elas se vincularam e delas se beneficiaram bem como os que foram excluídos de suas benesses.

De maneira recorrente, encontramos, nos balanços sobre essas políticas, a preocupação com sua periodização, estabelecendo fases que são nomeadas de acordo com o que o autor considera mais significativo para sua caracterização, embora a maioria dos pesquisadores não reconheça fronteiras rígidas entre as fases. A denominada fase hidráulica ou de engenharia aparece sempre circunscrita ao período anterior à década de 1950 e, no entanto, a construção de açudes continuou na agenda das políticas públicas para o semiárido ao longo do século XX[35].

[35] A exceção do Curema e Mãe D'Água, o ranking dos maiores açudes construídos no Nordeste é demonstrativo do vigor da política de açudagem na região pós 1950: 1º lugar: Castanhão, (CE), capacidade de 6,7 bilhões de m3, foi inaugurado em 2003; 2º lugar: Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, (RN), capacidade 2,4 bilhões de m3, inaugurado em 1983; 3º lugar: Orós (CE), capacidade 1,9 bilhões de m3, inaugurado em 1961; 4º lugar: Banabuiú (CE), capacidade 1,6 bilhões de m3, inaugurado em

É possível localizar, nestes trabalhos, periodizações que vão de quatro a seis fases. Essa variedade de fases se explica em maior grau pelo recorte temporal realizado pelo o autor, ancorado em eventos marcantes ou ações que tiveram maior relevo no período e menos por diferenças conceituais e de análise.

No estudo realizado por José Otamar de Carvalho[36], as políticas antissecas encontram a seguinte periodização e características: a primeira fase é estabelecida até 1950 e definida como *A presença governamental;* a segunda fase, denominada *Mudança de Padrão*, é datada entre 1950 a 1959; a terceira fase, *Modernização com Reformas,* vai de 1959 a 1964; e a quarta foi estabelecida entre 1964 a 1978, sendo caracterizada como *Modernização conservadora*. Esse autor apresenta críticas e ressalvas às periodizações anteriores, que se restringiam ao caráter meramente descritivo dessas políticas sem debruçar-se sobre aspectos econômicos e sociais, os quais caracterizavam a região e as relações economia, Estado e sociedade.

Guardando referência com o autor citado, pensamos ser relevante, para a compreensão dessas políticas, trazer ao debate os traços fundantes da sociedade, a questão fundiária, as relações de poder e a violência contra os pobres do campo. A violência era um traço permanente nas relações sociais no universo rural e não só se restringia à região Nordeste, onde dominavam os coronéis, mas também era verificável na região Sudeste – eixo da industrialização brasileira –, onde os donos do poder eram os barões do café. É, portanto, a análise da formação histórica da sociedade brasileira e do desenvolvimento do capitalismo que o autor considera importante para a conceituação e periodização dessas políticas.

José Nilson B. Campos[37] propõe uma periodização das políticas públicas de combate à seca e convivência com o semiárido, com ênfase nos recursos hídricos, em que levanta a hipótese de que essas políticas foram positivas. Analisando as propostas formuladas anteriormente, o autor estabeleceu marcos a partir das ideias que indicavam novos redirecionamentos ao conjunto das políticas públicas. A periodização proposta por este autor contempla cinco fases: a) defrontando- se com as secas; b) a busca do conhecimento; c) a hidráulica da solução; d) a política do desenvolvimento em bases regionais; e) a gestão de águas e o desenvolvimento sustentável[38].

1966 e 5º lugar: Curema e Mãe D'Água (PB), capacidade 1,3 bilhões de m3, inaugurado em 1942. Fonte: DNOCS. Mapa Interativo de Açudes. Disponível em: http://www.dnocs.gov.br/mapa/acudes.php. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

[36]CARVALHO. José Otamar de. **O Nordeste semi-arido:** questões de economia política e de política econômica. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Campinas, 1985. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000111240&fd=y. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

[37]CAMPOS, J. Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**. Vol. 28 (82), 2014.

[38]Ibid., p. 65-88.

Contudo, diferenciando-se dos demais autores, Campos[39] não encontrou diferenças entre os projetos de desenvolvimento elaborados antes e após a ditadura civil-militar. Como o autor se ancorava em outros demarcadores, estabeleceu o período de 1959 a 1991 como a fase da "busca do desenvolvimento regional".

O projeto de modernização presente nas políticas públicas anteriores à ditadura civil-militar trazia, em seu bojo, o caráter reformista, as disputas em seu entorno e ocorria sob forte clima de tensão social. Com a ditadura civil-militar, esses projetos passam a ter a lógica da modernização com caráter conservador bem como excludente e serão levados a cabo pelos governos militares, impondo ao conjunto mais amplo da sociedade uma proposta autoritária de intervenção no meio rural.

Marcel Bursztyn[40], ao esquadrinhar as relações Estado/Capital e os laços de interdependência entre o poder local e o central na região Nordeste, caracteriza três períodos distintos em que as políticas do Estado passam a ter, em nível nacional, ora uma tendência centralizadora, ora descentralizadora e, concomitantemente em nível local, adota o viés concentrador ou desconcentrador. Assim, de acordo com o autor, temos: a) antes de 1959: ações centralizadoras, com caráter de desconcentração, materializadas nas chamadas *ações assistencialistas*; b) 1960 a 1970 a atuação do Estado é descentralizadora, assentada na concentração das ações que se configuram como *assistenciais e programadas*; e a última fase se estabelece pós 1970 quando a política do Estado é centralizada, as deliberações e implementações são desconcentradas, e as ações têm o mesmo caráter do período anterior, ou seja, são *assistenciais e programadas*[41].

Dessa maneira, é na análise mais detalhada das políticas que elas são elaboradas com eixo nas secas e este autor discute como as elites locais são as beneficiárias diretas das ações do Estado. Bursztyn[42] propõe duas tipologias distintas de políticas: as que se implantaram com o surgimento das secas, a exemplo das frentes de trabalho e as frentes de emergência, e aquelas que objetivavam oferecer condições de maior resistência, como é o caso das obras de infraestrutura hidráulica. O autor percorre, em sua análise, um longo período que compreende o fim do século XIX e alcança os projetos de irrigação e as políticas de modernização agrícola propostas para a região na década de 1970.

---

[39]Ibid.
[40]BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.
[41]Ibid., p. 50.
[42]Ibid.

Da análise de Bursztyn[43], destacamos, ainda, a caracterização que o autor elabora para a compreensão da atuação do Estado na região Nordeste ao longo dos períodos enfocados: *autoritarismo por omissão* e *autoritarismo ativo*. O autor nos chama a atenção para o aspecto da *omissão,* que, em sua análise, fornece explicações para o fortalecimento excessivo do poder local. Para a nossa pesquisa, as dimensões políticas da ação do Estado – *autoritarismo ativo/autoritarismo por omissão* – são importantes balizas para a compreensão do PBA, seja em sua fase de elaboração, implantação ou dos resultados sociais que dele advieram.

O fortalecimento do debate, que ocorre na década de 1950 sobre o desenvolvimento, recebeu forte contribuição da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), sendo o economista Raúl Prebish um dos mais importantes expoentes do pensamento cepalino à época. Na Conferência da Cepal, em Havana no ano de 1949, Prebish apresentou um texto basilar, cuja celebridade produziu novas nomeações, popularmente conhecido como *Manifesto da América Latina ou Manifesto da Cepal*[44].

À luz das teorias da Cepal, as interpretações dos problemas econômicos brasileiros, em particular os olhares sobre as disparidades regionais no Brasil, ganhou fôlego com os estudos e com a ação de Celso Furtado na direção do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e, posteriormente, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Em grandes linhas, o desafio que norteava o debate era a compreensão do subdesenvolvimento dos países periféricos e sua superação. Nessa perspectiva, a industrialização ganhou centralidade nas propostas que propugnavam o desenvolvimento do país, a serem construídas por meio de planejamento estratégico, cabendo ao Estado sua execução.

Ainda que o projeto de desenvolvimento da Cepal tenha obtido maior notoriedade, havia outras concepções de desenvolvimento em debate após a Segunda Guerra Mundial. Torna-se necessário compreender não apenas o arcabouço teórico das "opções de desenvolvimento" propostas e executadas pelas classes dominantes e o Estado brasileiro, mas também que interesses expressavam e a que propósitos serviram, como assevera Mendonça[45].

---

[43]Ibid.

[44]PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.** Disponível em: http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2016.

[45]MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Para as décadas de 1960 e 1970, as políticas públicas direcionadas às regiões semiáridas foram orientadas pela proposta de desenvolvimento contidas de modo específico nos Planos Diretores da Sudene bem como no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I e II), adotando a modernização conservadora como padrão referencial. Esses temas, largamente debatidos por pesquisadores dos mais diversos campos do saber, ainda encontram fôlego na atualidade e continuam a demandar reflexões na medida em que os projetos de desenvolvimento, seja o pensamento econômico católico, seja o modelo cepalino, seja o executado pelos governos militares e os que, posteriormente, foram implementados pelos governos democráticos pós-ditadura civil-militar, requerem uma análise, que à luz dos problemas contemporâneos, nos permitam enxergar suas rupturas e permanências, para que possamos refletir sobre as possibilidades futuras, considerando as escolhas que foram feitas, os projetos que venceram e quais sujeitos estavam social e economicamente incluídos e excluídos.

2.1 ESTADO, IGREJA CATÓLICA, BURGUESIA E TRABALHADORES: DEBATES E PROPOSTAS PARA A "REGIÃO PROBLEMA".

Como dito anteriormente, no tocante às políticas públicas, o período que mais nos interessou foi o que se estendeu a partir da década de 1950 com a intensificação das lutas sociais no campo, a emergência dos debates e das propostas acerca da superação das condições de atraso econômico da região. No interior desses debates, foram formulados os projetos de desenvolvimento regional, e o Estado foi chamado a atuar de modo mais incisivo, de modo a promover as transformações no território. Supostamente, a adoção de uma política de desenvolvimento conduzida pelo Estado, levaria a suplantação da miséria que se abatia sobre as populações pobres, notadamente àquelas que compunham o "setor de subsistência" da economia.

As políticas públicas para o semiárido, delineadas a partir de então, foram frutos de uma conjuntura na qual se evidenciaram fortes tensões entre as diversas forças políticas que apresentavam proposições ao desenvolvimento da região. A questão agrária que, naquele momento, passou a ser vista discursivamente não apenas como obstáculo ao desenvolvimento regional, mas também como propulsora da instabilidade política e como grave perigo à ordem social, era um tema espinhoso e dividiu opiniões.

A análise da emblemática década de 1950 para o Nordeste é requisito obrigatório para que possamos compreender as visões sobre a região, os diversos sujeitos que construíam os territórios e o redirecionamento das políticas públicas e seus significados para os milhares de

trabalhadores rurais, mal amalgamados no setor da agropecuária e, quase sempre, desaparecidos nos projetos governamentais.

Para José Otamar de Carvalho[46], até então, o Nordeste cumprira suas funções junto à economia nacional e não era visto sob o prisma de região problema, viés interpretativo que vai se firmar na década de 1950. Vejamos como o autor analisa a questão e as mudanças em relação às políticas para o Nordeste:

> De forma assemelhada ao que aconteceu no Sul da Itália, não foram as possiblidades econômicas da Região e tampouco a "pressão" política da área, *stricto sensu*, que trabalharam a favor das modificações levadas a cabo no Nordeste, a partir da década de 1950. Para que a Região se *caracterizasse* como área-problema, arregimentaram-se várias forças, através de paciente processo de conscientização das esferas nacionais de decisão, ao qual não faltou importante motivação externa. Na estratégia concebida a esse respeito, demonstrava-se, inclusive, a possibilidade de a área poder vir a se transformar em foco de dissensão social no País. Para tanto, contribuíam não apenas a pobreza da Zona Semiárida – bem conhecida e permanentemente aproveitada com fins eleitorais durante os anos de seca –, como a arregimentação política e social iniciada na Zona Litoral-Mata, pelas Ligas Camponesas levadas a cabo no Nordeste, a partir da década de 1950[47].

O descompasso econômico entre a região Nordeste e o eixo Sul-Sudeste chegava a ser tão alarmante que, não raro, se ouviam discursos temerosos com a possibilidade de rupturas políticas resultantes dos intensos conflitos sociais, expressivamente os que ocorriam no meio rural. A estrutura agrária vigente estava em xeque assim como as políticas públicas direcionadas ao problema das secas. As classes dominantes, o Estado, a Igreja Católica e mesmo as siglas partidárias de oposição ao governo se debruçam sobre a gravidade da situação em que se encontrava a região, objetivando encontrar respostas e propostas para inseri-la no projeto de desenvolvimento que se desenhava para o país.

A década de 1950, guardando maior diversidade em suas fronteiras, encontrou autores que a classificaram em pelo menos duas fases tomando como referência as transformações que se operavam na sociedade brasileira e no novo modelo de desenvolvimento propugnado pelo Estado com larga abertura ao capital estrangeiro. A vitalidade dos debates sobre os problemas da região na década de 1950 pode ser verificada em vários momentos significativos para a análise do processo histórico do país. As cidades de Recife, Campina Grande, Garanhuns e Natal sediaram, respectivamente, os quatro eventos que apresentamos anteriormente, cuja

[46]CARVALHO, José Otamar de. Natureza das ações de governo em relação ao nordeste. In.: **Desenvolvimento regional:** um problema político [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 179-204.

[47] CARVALHO, José Otamar de. Natureza das ações de governo em relação ao nordeste. In.: **Desenvolvimento regional:** um problema político [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 187-188.

notoriedade midiática pode ser atribuída à articulação de diversos atores sociais para a discussão e proposição de temas, problemas e soluções para o Nordeste.

Dessa maneira, religiosos, industriais, setores da agropecuária, governos, além de técnicos e intelectuais, alguns provindos de outras nações, apresentavam, em discursos e conferências, suas visões sobre a região, com maior ênfase para os problemas que ela apresentava do que para as suas potencialidades.

A articulação e participação de diversos atores sociais vinculados a partidos políticos, órgãos públicos e variadas agências privadas nos quatro eventos que focavam no desenvolvimento do Nordeste (Congresso de Salvação do Nordeste, I e II Encontro dos Bispos do Nordeste e Seminário de Desenvolvimento do Nordeste) devem ser compreendidas no interior das disputas dos projetos de desenvolvimento bem como na perspectiva de controle social e fortalecimento político destas organizações. Dado que a região semiárida era sacudida por conflitos sociais que causavam temor às elites, à Igreja Católica e ao Estado, buscamos cartografar os sujeitos sociais que participaram desses eventos, as propostas apresentadas, os principais beneficiários e a situação dos trabalhadores do campo.

O primeiro desses eventos foi o Congresso de Salvação do Nordeste, ocorrido no período de 20 a 27 de agosto de 1955, na cidade do Recife. Foram articulados vários setores sociais, notadamente os representantes de órgãos públicos e privados de vários estados. Foi adotada como metodologia de trabalho a organização de comissões especializadas, que se debruçaram sobre eixos temáticos considerados prioritários para pensar os problemas sociais e econômicos do Nordeste e propor soluções à sua superação. Além destas, foram formadas a Comissão de Honra, Comissão Organizadora e Executiva e Comissão de Redação Final[48].

Sobre a organização do Congresso de Salvação do Nordeste, pairam leituras diferenciadas acerca de suas origens e mentores intelectuais. As abordagens sobre o evento indicam que muitos dos seus significados acabaram por desaparecer na poeira do tempo bem como ficaram nas brumas as articulações políticas para o seu engendramento, a composição social dos que ocupavam cargos e dirigiam as comissões temáticas e a filiação social e política

[48]As comissões especializadas foram as seguintes: I) energia elétrica; II) as secas; III) a Terra; IV) Indústria; V) agricultura; VI) minérios; VII) comércio; VIII) transportes; IX) saúde, educação e cultura e X) trabalho na cidade e no campo. A Comissão de Honra composta por dez governadores – incluindo o de Minas Gerais; o Ministro da Agricultura e mais um representante deste ministério; o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco; o arcebispo metropolitano do Recife; o prefeito do Recife e o presidente da Câmara deste município; três secretários de governo do Estado de Pernambuco; um Secretário de governo do Estado da Bahia; o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco; o presidente da Bolsa de Valores; diretores de seis jornais (Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco, Diário da Manhã, Folha do Povo, Jornal Pequeno e Correio do Povo); um comendador; dois empresários do setor da indústria; sete deputados; um senador; um banqueiro; um jornalista e dois professores da UFPE. Um dos professores era Pelópidas da Silveira, que, neste mesmo ano, fora eleito prefeito pela *Frente do Recife*.

das centenas de participantes. Há trabalhos em que se atribui seu planejamento à Prefeitura do Recife[49]; outro, à Liga de Emancipação Nacional – Seção de Pernambuco[50] e nas memórias de Paulo Cavalcanti[51], que atuou como membro da Comissão Organizadora e Executiva do evento e era renomado militante do PCB – e a proposta foi elaborada no seio do Partido Comunista do Brasil (PCB), embrionariamente proposta no IV Congresso Nacional do Partido em 1954.

Nesse viés, a paternidade, nos casos apresentados acima, não é de somenos importância e é relevante assinalar a presença dos militantes do PCB na articulação do Congresso de Salvação Nacional, pois, neste momento histórico, seus militantes atuavam de forma clandestina em razão da cassação do registro do Partido. Trazer à luz a participação "furtiva" destes sujeitos é promover um encontro com nossa memória histórica, para compreender os silenciamentos e o ostracismo no jogo de luz e sombras do teatro político brasileiro.

O Congresso de Salvação do Nordeste foi um evento de grande envergadura na região, contando com a participação de diversos setores, órgãos, entidades de classes e políticos que ocupavam postos diversos e estavam presentes em sua articulação e execução. Sua influência política repercutiu em outros eventos e há referência que tenha sido "embrião" da Sudene[52].

A Comissão Organizadora e Executiva era composta por 18 membros: como Secretário Geral, assumira o presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE); sete deputados, dentre eles Francisco Julião, que mantinha fortes vínculos com o movimento camponês, e Miguel Arraes, o qual integrava a Liga de Emancipação Nacional[53] e que era identificado ainda como industrial; dois vereadores, representantes de três sindicatos: Sindicato dos Empregados do Comércio do Recife, Sindicato dos Ferroviários de Pernambuco e Sindicato dos Químicos de Pernambuco; dois jornalistas membros da Associação de Imprensa do Estado de Pernambuco; um industrial representando a Federação das Indústrias de

---

[49] FELDHUES, Paulo Rapahel Pires. **A Confederação Nacional da Indústria e o Nordeste Brasileiro:** o desenvolvimentismo nas páginas de Desenvolvimento & Conjuntura (1957-1964). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16221/1/2014_PauloRaphaelPiresFeldhues.pdf. Acesso: 12/05/2015.

[50] SILVA, Reginaldo José da. **A Cartilha do Camponês, o Documento "Bença, Mãe!" e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galiléia**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/17203/Reginaldo%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20(Vers%C3%A3o%20Final).pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13/09/2016.

[51] CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi:** a luta clandestina. 2ª ed. Recife: CEPE, 2008.

[52] CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi:** a luta clandestina. 2ª ed. Recife: CEPE, 2008.

[53] A Liga de Emancipação Nacional (LEN) foi fundada em abril de 1955, agregando diversos setores, e tinha como objetivo maior a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento, refutando a infiltração de empresas estrangeiras que poriam em risco o desenvolvimento autônomo do país. A LEN, com sede no Rio de Janeiro e diretórios em vários estados e municípios, teve suas atividades suspensas por meio do Decreto nº 39.338, de 11 de junho de 1956, assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Pernambuco; dois professores universitários, um deles, Regueira da Costa, assumiu a Secretaria Executiva do congresso. Por último, a Comissão de Redação Final era constituída por 11 membros, dentre os quais figura o padre Leopoldo Brentano, coordenador dos Círculos Operários Católicos no Brasil, numa demonstração inequívoca do interesse da Igreja Católica em participar ativamente das discussões acerca dos problemas sociais que se agravavam no meio rural do Nordeste[54]. Não foi outra a razão da representação dos círculos operários no Congresso de Salvação Nacional e nos parece compreensível que a Igreja Católica, disputando a orientação moral dos camponeses, projetasse impor um dique à infiltração comunista no seio do campesinato.

Estendemo-nos no detalhamento do corpo social das comissões que integraram o Congresso de Salvação do Nordeste, de modo que possamos visualizar a tessitura política e os delineamentos do evento. Nas poucas pesquisas em que o localizamos, as análises são deduzidas de seu principal documento: a *Carta de Salvação do Nordeste*, contudo, para além das recomendações em torno dos temas elencados para debate, observamos a intencionalidade em conjugar diversos setores sociais a abraçar uma causa considerada comum aos interesses destes setores, qual seja a superação das condições de atraso social e econômico da região Nordeste com vista ao seu desenvolvimento.

Os trabalhadores do campo foram representados por integrantes das Ligas Camponesas e a presença de Francisco Julião como presidente de honra simbolizava a força política do campesinato naquela conjuntura. Decerto, o peso das representações setoriais era diferenciado, como se pode deduzir da formatação das comissões. Os debates em torno dos problemas enfrentados pelos trabalhadores do campo vão, ainda, repercutir no I Congresso de Camponeses de Pernambuco, que ocorreu em setembro de 1955, no Recife, expressando que as lutas no campo brasileiro traziam ao palco da história homens e mulheres que laboravam no campo em condições adversas, em sua maioria sem posse da terra onde produziam, amargando um regime de sujeição e afetos às diversas situações de violência.

[54] A organização circulista no Brasil era articulada pelo clero católico e constituía a presença da Igreja no seio da classe trabalhadora, no mundo urbano e rural. O circulismo estava orientado pela doutrina social contida nas encíclicas papais *Rerum Novarum e Quadragésimo Ano.* Grosso modo, objetivava a harmonia capital e trabalho, impondo um dique à infiltração comunista. Cf.: SANTOS, Jovelina. **Círculos Operários no Ceará:** "instruindo, educando, orientando, moralizando". Fortaleza, Edições UFC, Coleção Mundos do Trabalho, 2007; SOUSA, Jesse Jane Vieira de. **Círculos Operários:** a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002; ALMEIDA, Paulo Roberto. **Círculos Operários Católicos:** práticas de assistência e de controle no Brasil. Dissertação de Mestrado em História, PUC, São Paulo, 1992. DIEHL, Astor. **Círculos Operários no Rio Grande do Sul:** um projeto social-político (dos anos trinta a 1964). Porto Alegre: Edpucrs, 1990.

No tocante ao projeto de desenvolvimento, as proposições contidas na *Carta de Salvação do Nordeste* se alinham às propostas defendidas pela LEN, notadamente em seu tom nacionalista. Quanto à questão da terra e da agricultura, muitas das proposições tinham caráter progressista e enfatizavam a necessidade da reforma agrária como condição para o desenvolvimento do país, apoio ao setor de subsistência, expansão do crédito agrícola e a extensão da legislação social aos trabalhadores do campo.

Nos quatro eventos verifica-se a circularidade de ideias e propostas, que, praticamente, decorrem da participação efetiva dos mesmos organismos e entidades. Desse modo, é compreensível que Cavalcanti[55] tenha interpretado o I Encontro dos Bispos do Nordeste, ocorrido no ano seguinte em Campina Grande/PB, como uma réplica do Congresso de Salvação do Nordeste. Embora o objetivo central tenha sido o mesmo – pensar o desenvolvimento da região Nordeste – e a composição social guardasse semelhanças, o Encontro dos Bispos do Nordeste se diferenciou largamente em sua dimensão política e nos desdobramentos posteriores.

O I Encontro dos Bispos do Nordeste ocorreu entre 21 e 26 de junho de 1956, no município de Campina Grande, na Paraíba. A singularidade e a relevância desse encontro apontam para outro forte marco na relação Igreja Católica e Estado no Brasil bem como a magnitude dos problemas sociais no Nordeste, irradiando o temor de uma profunda instabilidade política com focos de tensão, que poderiam explodir como ocorrera em outros momentos históricos em diferentes regiões do semiárido[56].

Duas questões orientaram o percurso de investigação dos eventos organizados pela Igreja Católica para tratar do planejamento e desenvolvimento do Nordeste: qual era o projeto de planejamento e desenvolvimento defendido pela Igreja Católica? Que motivações levaram o governo JK a empreender esforços, disponibilizando, praticamente, todos os ministérios para prestar assessoria e consultoria ao I Encontro dos Bispos do Nordeste?

A primeira indagação foi elaborada a partir das leituras sobre esse encontro eclesiástico em Campina Grande para discutir o Nordeste. Ocorre que, se os prelados do Nordeste estavam pautando a questão do planejamento e desenvolvimento da região, era plausível que houvesse

---

[55] CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi:** a luta clandestina. 2ª ed. Recife: CEPE, 2008.

[56] A década de 1930 foi palco para a formação social da comunidade do Caldeirão de Santa Cruz na região sul do Ceará e sua posterior destruição, ainda nesta década, e para a organização política dos trabalhadores no Vale do Açu e Mossoró/RN, culminando em perseguições, prisões e morte, na chamada guerrilha do Assú, e, ainda, para a construção do sindicalismo na área rural e salineira. Sobre o Caldeirão, é obrigatória a leitura de LOPES, Régis. **Caldeirão.** Fortaleza: EDUECE, 1991. A respeito da guerrilha do Assú e o sindicato do garrancho, destacamos a pesquisa de FERREIRA, Brasília Carlos. **Sindicato do garrancho**. Natal: EDUFRN, 1986.

algumas diretrizes, princípios ou concepções em torno dessas temáticas com as quais a Igreja Católica ou, pelo menos, uma fração dos religiosos tivessem algum acordo.

A segunda questão foi formulada no decorrer das leituras dos documentos que compõem os anais do I Encontro dos Bispos. Era visível a construção de um acordo de cooperação entre a Igreja e o Estado nessa empreitada de debates sobre o Nordeste: a assistência do governo federal no momento que precede o evento, a presença significativa de órgãos governamentais e do próprio Presidente da República durante sua realização e, finalmente, as ações do governo federal imediatamente após o término do I Encontro dos Bispos.

O debate sobre planejamento e desenvolvimento era bastante acirrado nos anos 1940. Na década seguinte, ganharam espaço na cena pública, com expressiva notoriedade, os pensadores da Cepal[57] e, neste contexto, o movimento *Economia e Humanismo* chegou ao Brasil com o dominicano francês Louis-Joseph Lebret[58], cuja orientação teológica fundava-se no catolicismo social. Distanciando-se do capitalismo liberal, o Economia e Humanismo reivindicava a intervenção do Estado no planejamento e implantação dos projetos de desenvolvimento e adoção de políticas públicas distributivas e reformistas.

Sobre o pensamento de Lebret, acerca de planejamento e desenvolvimento no interior do Movimento Economia e Humanismo, observamos que este tem ficado restrito a poucos campos de investigação e, acentuadamente, aos que se dedicam às pesquisas sobre planejamento urbano. O projeto Economia e Humanismo encontrava-se esteado na teoria de "desenvolvimento integral harmonizado", como assim foi apresentado no Manifesto por uma civilização solidária[59].

---

[57]Sobre o assunto, os debates travados nos anos 1940, entre Roberto Simonsen e Eugenio Gudin acerca do planejamento e desenvolvimento da economia brasileira foram compilados e publicados pelo IPEA, numa primeira edição em 1977. Cf.: SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.; BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. I e II. 3ª Ed. Rio Janeiro e São Paulo: Record, 2000.

[58] Louis-Joseph Lebret foi fundador do Movimento *Economie et Humanisme* na França no início da década de 1940. Seu percurso e atuação no Brasil ocorrem em momentos distintos entre 1947 e os primeiros anos da década de 1960, quando estabeleceu bases sólidas à expansão do Economia e Humanismo, considerado responsável pela formação de expressivas lideranças políticas início da década de 1960. Lebret é dono de uma complexa biografia que exige análise sob primas diversos. Sua influência nas alas que formavam a Ação Católica na França, também se verificou no Brasil. Em sua proximidade com a Ação Católica Brasileira, manteve relações com importantes vultos do clero e laicato católico como D. Hélder Câmara e Alceu Amoroso Lima. Sobre o *Economia e Humanismo* e seu fundador, cf.: PONTUAL, Virgínia. **Louis-Joseph Lebret na América Latina**: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista. Rio de Janeiro: Letra Capital, Recife: Ed. UFPE, 2016; GODOY, José Artigas de. Economia Humana e desenvolvimentismo católico: o pensamento e a ação de Louis-Joseph Lebret no Brasil. Dossiê Teoria e Pesquisa. **Revista de Ciência Política**. Vol. 24, n. 1, jan-jun. 2015, p. 41-53; BOSI, Alfredo. Economia e Humanismo. **Estudos Avançados** 26 (75), 2012, p. 249-266; ÂNGELO, Michelly Ramos de. **Louis-Joseph Lebret e as SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2013.

[59] LEBRET, L. J. **Manifesto por uma civilização solidária**. 2ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1959.

Esse projeto de desenvolvimento católico adquiriu significativa capilaridade, com posterior formação de importantes quadros técnicos e políticos, que atuariam em instâncias executivas de estados da região Sul, Sudeste e Nordeste[60]. Lebret advertia, em outra, obra para o perigo de serem tomados por sinônimos o crescimento econômico e o desenvolvimento:

> O crescimento indicado apenas pelo aumento da renda nacional por habitante pode dissimular um enriquecimento dos mais ricos e um empobrecimento e regressão dos mais pobres. Nesse caso não há desenvolvimento. Não há desenvolvimento sem aumento do nível de vida e do valor humano das camadas mais numerosas e necessitadas da população[61].

O *Economia e Humanismo* construiu, pelas mãos do Padre Lebret, uma rede deconexões que possibilitou a difusão de suas ideias sobre desenvolvimento e planejamento regional no Brasil, resultando, na prática, sob sua coordenação ou de membros das equipes queformava, a realização de pesquisas e projetos para vários estados e municípios brasileiros, dos quais destaco *o Estudo sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias Interessando a Pernambuco e ao Nordeste* (1954). Encomendada pela Codepe, a pesquisa apresentou a necessidade de industrialização para o desenvolvimento da região, antecedendo outros estudos como os que foram realizados pelo GTDN. Indo além, chamou a atenção para a insuficiência da industrialização, defendendo a reforma agrária, pautada na "ética da repartição" e nos limites que deveriam ser impostos à propriedade quando ela implicasse a negação do bem comum[62].

O emaranhado dos caminhos percorridos por Lebret, para alçar o *Economia e Humanismo* às esferas do poder executivo ou agências do Estado, levou-o aos círculos civis e eclesiásticos, que, nesta conjuntura, estavam envolvidos nos debates e projetos sobre planejamento e desenvolvimento. Interessa-nos, neste particular, assinalar sua relação com D.

---

[60]. Lebret manteve contatos com pensadores cepalinos como Celso Furtado e Raúl Prebisch, além de manter diálogos com intelectuais como Josué de Castro, dentre outros. No Curso de Economia e Humanismo, ministrado por Lebret na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), participou Lucas Nogueira Garcez que posteriormente foi eleito governador de São Paulo (1951-1955) e, desta feita, ampliou espaço para o movimento liderado por Lebret. Plínio de Arruda Sampaio, membro dirigente da Juventude Universitária Católica (JUC), recebeu forte influência do Economia e Humanismo. Quando participação no governo de Carvalho Pinto, ficandosob sua responsabilidade a coordenação do Plano de Ação do Governo de São Paulo, para o qual foi auxiliado por Lebret. Cf.: PONTUAL, op. cit. GODOY, op. cit.

[61] LEBRET, L.J. **O drama do século XX.** Trad. Fr. Benevenuto de Santa Cruz e Fátima de Souza. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962, p.151.

[62] Lebret e outros teóricos do Economia e Humanismo abordaram o problema da propriedade sob o capitalismo liberal e o socialismo, apresentando outros condicionantes ao regime de propriedade e ao lucro. Os princípios anunciados na Encíclica *Mater et Magistra* (1961) são reiterados pelo movimento com a preocupação de introjetar uma nova moral que conduzisse as sociedades à solidariedade universal. Cf.: LEBRET, L.J.; VIAU, Paul e outros. **Economia e Humanismo**: Propriedade e Socialização. Portugal: Companhia Editora do Minho, 1965; LEBRET, L.J. **O drama do século XX**. Trad. Fr. Benevenuto de Santa Cruz e Fátima de Souza. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962.

Hélder Câmara, que, dentre outras questões relacionadas à Ação Católica, se ocupava das condições sub-humanas das favelas do Rio de Janeiro. Apoiada nas pesquisas e orientações do *Economia e Humanismo,* a Cruzada de São Sebastião, proposta por D. Hélder, tratava da criação de infraestrutura que garantisse condições básicas para os habitantes das favelas e, por outro lado, buscava uma resposta para o problema das migrações oriundas da região Nordeste, que ampliavam ainda mais os problemas nestas áreas.

A proposta de desenvolvimento de Lebret, constituída nos marcos do capitalismo, acenava para o congraçamento das classes sociais, seguindo as encíclicas papais de Leão XIII e Pio X, alicerçada nos valores da solidariedade e na prática cooperativista. Para Lebret, era urgente o investimento na formação de quadros especializados – intelectuais leigos e católicos, técnicos, agentes políticos – para investigar os problemas que afligiam os territórios e elaborar propostas visando ao desenvolvimento destes espaços, superando a dimensão econômica, assumindo o enfoque social, cultural e moral[63].

Os princípios basilares do *Economia e Humanismo* se manifestaram na Declaração dos Bispos do Nordeste, e os posteriores decretos assinados por JK forneceram uma compreensão maior do arco de alianças entre diversos setores para pensar a situação do Nordeste e propor ações e opções ao seu desenvolvimento[64].

Na articulação do diálogo Estado e Igreja Católica, a atuação de Dom Hélder Câmara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, foi significativa e obteve ressonância junto ao governo federal, que disponibilizou seu corpo ministerial para colaborar com a Igreja Católica. Duas reuniões foram realizadas no Palácio do Catete. J.K convocara os ministros de Estado e técnicos vinculados aos principais órgãos federais, que se situavam no Nordeste, para apresentar relatórios acerca de todos os projetos públicos em fase de andamento ou de elaboração, devendo constar, ainda, a informação sobre a quais órgãos estavam vinculados cada projeto e contribuir para o planejamento do Encontro dos Bispos do Nordeste[65].

---

[63] Sobre a acolhida da teoria do desenvolvimento de Lebret e o nacional-desenvolvimentismo no Brasil, José Henrique Artigas de Godoy explicita sua estreita relação com o desenvolvimentismo paulista e que "amparou tecnicamente os governos estaduais de Lucas Garcez e Carvalho Pinto, ligados à democracia cristã. Dialogou com os intelectuais da CEPAL e do ISEB, circulando entre vários grupos desenvolvimentistas e progressistas dos anos 1940 aos 60, envolvendo relações com diversos governos e partidos, como o PTB, de Vargas, Jango e Josué de Castro, o PSD de JK, o PDC e a UDN de Garcez e Carvalho Pinto, o PST de Miguel Arraes. GODOY, José Artigas de. Economia Humana e desenvolvimentismo católico: o pensamento e a ação de Louis-Joseph Lebret no Brasil. Dossiê Teoria e Pesquisa. **Revista de Ciência Política**. Vol. 24, n. 1, jan-jun. 2015.

[64] I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. **Anais do I Encontro dos Bispos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Presidência da República. Serviço de Documentação, 1960. 288 p. Disponível em: https://archive.org/details/iencontrodosbisp00enco. Acesso em: 25 de maio de 2016.

[65] No discurso de encerramento do I Encontro dos Bispos, JK enfatizou o apoio à Igreja Católica, tornando público como articulou e disponibilizou os diversos órgãos do Estado a serviço do Encontro: "Coloquei, imediatamente, à disposição de Vossas Excelências, por intermédio de Dom Hélder Câmara, todos os elementos humanos do

É plausível que, em razão da campanha eleitoral e ante o fato da UDN figurar como uma das entidades responsáveis pela articulação do evento, apenas uma saudação fora enviada por JK ao Congresso de Salvação do Nordeste. Contudo, o Encontro dos Bispos do Nordeste recebeu apoio integral do governo federal, seja quanto ao suporte técnico na fase preparatória, seja nos debates das comissões onde estavam presentes vários ministérios com os respectivos órgãos que respondiam pelas temáticas em debate, seja, por fim, com a presença do Presidente da República no encerramento do Encontro.

Os participantes do Encontro se articularam em torno de seis grupos temáticos: I) Planejamento e Investimento; II) Agricultura, Crédito Rural e Colonização; III) Serviços Sociais e Educativos; IV) O Problema da Eletrificação do Nordeste e a Contribuição da CHESF para sua solução; V) Programa de Execução Imediata e VI) A Igreja em face dos problemas do Nordeste. O Grupo I, coordenado por Rômulo de Almeida, tratou da condição imprescindível do planejamento, realizada por profissionais com competência técnica com base na adoção de uma nova metodologia. Como o país não dispunha de numeroso corpo técnico com formação na área, houve uma advertência para que o recém Conselho de Desenvolvimento não monopolizasse esses profissionais no planejamento nacional, negligenciando o planejamento regional. Após a advertência, elogia-se o presidente da República por criar, no interior deste Conselho, o Grupo de Planejamento do Nordeste[66].

Na interpretação dos prelados, a ausência de planejamento encontrava explicações em causas gerais e específicas, além de outras de natureza moral. Conhecer para planejar era condição *sine qua non* ao desenvolvimento, cujos projetos deveriam atacar as causas e não exclusivamente seus efeitos, como se caracterizava a política de açudagem na região. A Declaração dos Bispos faz um chamado à atenção para outro aspecto considerado indispensável na elaboração das políticas para o desenvolvimento da região, em sua construção e execução, qual seja a exigível articulação harmônica entre os órgãos, visto que "[...] é quase completa a descoordenação entre os órgãos públicos que atuam na região: não raro dentro de um mesmo Ministério e mais ainda de Ministério a Ministério, ou de serviços federais a estaduais e municipais"[67].

---

governo e todos os recursos materiais que fossem julgados necessários. Em seguida, convoquei para a primeira reunião cinco ministros de Estado e trinta dirigentes de importantes serviços da administração pública, na verdade todos os responsáveis pelos órgãos públicos federais que atuam no Nordeste".

[66]O Conselho de Desenvolvimento foi criado pelo Decreto nº 38.744, de 1º de fevereiro de 1956, sendo extinto durante o período da ditadura civil-militar. Cf.: I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. **Anais do I Encontro dos Bispos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Presidência da República. Serviço de Documentação, 1960. p. 106. Disponível em: https://archive.org/details/iencontrodosbisp00enco. Acesso em: 25 de maio de 2016.

[67]Ibid. p.29-70. Cf.: Declaração dos Bispos do Nordeste.

É particularmente no aspecto acima, acerca da necessária articulação dos órgãos públicos nas diversas instâncias, que encontramos uma das razões que podem explicar o investimento do governo federal no I Encontro dos Bispos do Nordeste. Seja na declaração dos bispos, seja no discurso de JK, o Encontro dos Bispos propiciará uma "experiência piloto" de entrosamento dos órgãos públicos e foi saudada como significativa para a averiguação prática de políticas de desenvolvimento, que "salvaguardem as verbas nordestinas da dispersão e do fracionamento que lhes vem sendo fatal"[68]. JK sinalizou, em discurso, que o governo havia considerado a articulação da "experiência piloto", mas concluiu afirmando que "acertadamente deixamos a cargo de Vossas Excelências"[69].

O discurso apresentado pelo governo, técnicos, representantes dos diversos órgãos públicos, igreja e organismos vinculados à burguesia foi o da necessidade da integração e da cooperação de todos os órgãos públicos, a fim de evitar a pulverização, o desvio e o desperdício de verbas. Sob a coordenação da Igreja Católica e com apoio integral do governo federal, foi discutido e aprovado um conjunto de ações, para as quais se estabelecia o necessário *entrosamento* entre diversos órgãos públicos que atuavam na região[70], constituindo a denominada "experiência piloto", que, segundo JK, não implicaria na "criação de novos órgãos estatais".

Levada a cabo entre 1956 e 1959, a "experiência piloto" foi articulando os diversos órgãos federais para atuarem conjuntamente na região, com observância na "unidade de comando". Na declaração dos Bispos, já se encontra a evidência de que a "experiência piloto" seria o laboratório que prepararia o terreno para um projeto maior, pois "se não é o planejamento global de que o Nordeste precisa é, sem dúvida, passo importante para o planejamento que há

[68]Ibid. p.60.

[69]Ibid. p.11-28. Cf.: DISCURSO DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK. Encerramento do Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, em 26 de maio de 1956. Destacamos que os órgãos públicos que participaram das reuniões preparatórias também apresentaram propostas para a "experiência piloto". Através dos Anais não é possível inferir quais delas foram incorporadas ao projeto final.

[70] Para as reuniões preparatórias do Encontro, J.K convocou diversos órgãos, figurando a participação dos seguintes: Ministério da Viação e Obras Públicas e seus quatro (04) departamentos (Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Departamento Nacional de Estradas de Ferro) Ministério da Guerra (1º Grupamento de Engenharia da zona militar norte); Ministério da Agricultura com 8 (oito) órgãos vinculados (Departamento Nacional de Produção Vegetal, Departamento Nacional de Produção Animal; Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário; Comissão Nacional de Política Agrária; Serviço de Economia Rural; Serviço de Informação Agrícola; Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Serviço Social Rural); Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Fundação da Casa Popular; Ministério da Educação e Cultura (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Diretorias de Ensino Comercial, Secundário e Industrial, Instituto Nacional do Livro, Departamento Nacional de Educação, Campanha Nacional de Educação Rural); Comissão do Vale do São Francisco, Companhia Hidro-Elétrica do S. Francisco; Instituto Nacional do Sal; Instituto do Açúcar e do Álcool; Banco do Nordeste do Brasil; Banco do Brasil e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

de vir[71]". Esse planejamento global, contrariando o que havia dito JK, levou a criação de mais órgão público, a Sudene, destinada a atuar especificamente na região Nordeste.

O governo federal preparava as engrenagens do Estado para conduzir um projeto de planejamento e desenvolvimento que, na perspectiva regional, deveria reduzir as disparidades regionais, fruto das contradições intrínsecas ao processo de reprodução do capital[72]. A implantação dessa proposta requeria a constituição de um poderoso organismo que pudesse levar a cabo a construção de uma nova estrutura política e econômica, que favorecesse a burguesia, minasse as oposições e mitigasse as tensões no mundo rural na "região problema".

Como desdobramentos do evento, ainda no ano de 1956, efetivaram-se ações dogoverno federal, atendendo as sugestões apresentadas pelos Grupos de Estudos durante esse encontro do episcopado. Foram apresentados 19 projetos e 22 indicações, que propunham a ação do Estado nos diversos setores da economia, além das obras de caráter social. Logo em 1°de junho de 1956, o Presidente da República anunciou, através do programa radiofônico *Voz do Brasil*, a publicação de 19 decretos contemplando as sugestões apresentadas no Encontro dos Bispos, e, durante os anos de 1957 a 1959, outros decretos foram aprovados para complementação ou continuidade dos projetos. A estes, JK tratou de acrescentar um vigésimo decreto, estabelecendo a coordenação, o controle e a execução dos projetos contemplados em cada decreto.

Quanto aos problemas da terra, a Igreja Católica afirmou a necessidade da reforma agrária, porém advertiu que sua importância ia além da dimensão econômica, constituindo fator de estabilidade social. Enfatizou, ainda, que a distribuição de terra por si só não resolveria o problema e deveria ser "acompanhada de assistência técnica, financeira, educativa, social e religiosa aos agricultores e suas famílias".[73] Ao considerar a posse da terra associada a outros fatores, como condição necessária à fixação das famílias agricultoras e, por conseguinte, a redução do êxodo rural, a Igreja trouxe as reflexões do episcopado brasileiro sobre a relação entre os problemas do campo e os problemas urbanos.

---

[71] Cf.: I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. Declaração dos Bispos do Nordeste. **Anais do I Encontro dos Bispos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Presidência da República. Serviço de Documentação, 1960. p.29-70. Disponível em: https://archive.org/details/iencontrodosbisp00enco. Acesso em: 25 de maio de 2016.

[72] Cf.: OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução. Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

[73] Neste e em outros documentos a posição da Igreja Católica na defesa da propriedade é inconteste. Contudo, criticava sua má distribuição e asseverava, no caso da propriedade da terra, que a injusta distribuição era responsável por graves problemas à coletividade. Cf.: I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. Declaração dos Bispos do Nordeste. **Anais do I Encontro dos Bispos do Nordeste**. Rio de Janeiro: Presidência da República. Serviço de Documentação, 1960. Disponível em: https://archive.org/details/iencontrodosbisp00enco. Acesso em: 25 de maio de 2016.

No campo a migração forçada levaria inexoravelmente milhares de famílias para os centros urbanos industrializados do eixo Sul/Sudeste, redundando na proliferação de favelas, a exemplo do que ocorria na capital federal. Na perspectiva de combater causas e efeitos de problemas sociais, a Igreja Católica articulou, no Rio de Janeiro, uma grande campanha que contava com apoio do governo federal para minimizar os problemas enfrentados pelos migrantes que se alojavam nas áreas periféricas. Tal campanha propunha pensar os problemas da migração, atuando em duas frentes: a urbanização de 150 favelas do Rio de Janeiro com a Cruzada São Sebastião, e um conjunto de ações que propiciassem a manutenção das famílias agricultoras nos territórios de origem, por meio de projetos de colonização e desenvolvimento agrícola da região, além de outras na área social.

Tendo em vista que grande parte das famílias que residiam nas favelas era migrante, principalmente da região Nordeste, a Igreja vincula migrações, problemas da terra e população rural às preocupantes questões em torno das favelas. O discurso do Presidente J.K., no encerramento do evento, apresentou uma saudação à atuação da Igreja Católica na "urbanização das favelas e o atendimento ao homem rural", reafirmando o compromisso do governo em apoiar essas ações.

No Encontro dos Bispos, as condições de precariedade e penúria social, humanamente indignas das populações pobres, migrantes do campo e errantes na cidade, foram apresentadas em duas dimensões: a extrema pobreza material e a miséria moral a que estavam sujeitas, dado que essas populações se expunham ao grave perigo que rondava, tanto as favelas da capital da república quanto os campos no interior do Nordeste: o inimigo vermelho. Na interpretação dos religiosos, as péssimas condições materiais de vida construíam um terreno propício à exploração comunista e este fato deveria chamar atenção das autoridades nacionais, para tudo promover de modo a extirpar o perigo das ideias oriundas de Moscou.

Tratou-se do fortalecimento da aliança entre a Igreja Católica, Estado e burguesia na implantação de um projeto de desenvolvimento que atenderia aos interesses das elites econômicas do país e responderia ao desafio de salvaguarda paz social, que ora encontrava-se sob forte ameaça, manifesta nas tensões no mundo rural e nas forças políticas que canalizavam essas tensões, no caso o PCB e as Ligas Camponesas, consideradas inimigas da nação. A dimensão e a natureza deste pacto entre o poder temporal e o espiritual podem ser averiguadas durante todas as fases do Encontro, como já abordamos anteriormente, uma vez que foram tornadas públicas por JK no discurso de encerramento do evento e materializou-se, posteriormente, nas ações presidenciais em atendimento às *recomendações* e *indicações* dos bispos do Nordeste.

A inserção da Igreja Católica no mundo rural, conclamando o governo federal com os seus ministérios a concorrer com os esforços imprescindíveis para atenuação dos males da região semiárida, explica-se pela decisão da Ação Católica em disputar as massas camponesas, na tentativa de impedir que os "partidários de Moscou*"* as arregimentassem em sindicatos orientados politicamente nos princípios do comunismo[74].

O Movimento *Economia e Humanismo* foi retomado, aqui, para tratar da circularidade das ideias a que nos referimos anteriormente. Nossa hipótese é que algumas ideias sobre planejamento e desenvolvimento, no que tange à questão agrária e agrícola, ou são da matriz lebretiana ou foram por ela influenciadas. Manoel de Souza Barros era secretário geral do Codepe quando o órgão contratou Lebret para realizar a pesquisa sobre planejamento estratégico para o desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste, que foi apresentada em 1953. Souza Barros continuava à frente do Codepe quando da realização do Congresso de Salvação do Nordeste, do qual foi grande articulador, a "alma do conclave", segundo Cavalcanti[75].

Por esse lado, chama-nos à atenção a proposição da necessidade de reforma agrária, proteção ao solo, como "reflorestamento em bases racionais da região das secas, cumprimento do código florestal; estímulo à diversificação da produção, com o aproveitamento racional da terra"[76], porque essas ideias estavam presentes no projeto de desenvolvimento do Economia e Humanismo, a saber: a necessidade da reforma agrária, a preocupação com o desflorestamentos e desgastes dos solos, estes últimos vistos como obstáculos ao desenvolvimento agrícola[77].

Passados três anos, o episcopado realiza o II Encontro dos Bispos, ocorrido entre 21 e 26 de maio de 1959, na cidade de Natal. A exemplo do I Encontro, estava presente um número expressivo de autoridades de diferentes esferas político-administrativas, do corpo eclesiástico, técnicos e representantes de autarquias. No documento "Declaração dos Bispos do Nordeste", encontram-se três partes bem definidas: 1º) *afirmações:* os bispos apresentam os princípios e objetivos, que norteiam a ação católica no ínterim da discussão e da proposição do desenvolvimento do Nordeste; 2ª) *conclusões:* consta da avaliação dos projetos, que resultaram

[74] O I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado em Belo Horizonte em 1961 defendeu a tese da sindicalização rural e, neste evento, a participação das organizações circulistas vinculadas à Igreja Católica foi significativa, embora despertasse desconfiança por parte de outras lideranças camponesas em torno do caráter supraclassista do movimento circulista, que agregava, em suas fileiras, trabalhadores e patrões. A decisão em torno de um projeto de organização dos trabalhadores rurais já havia sido firmada no VII Congresso Nacional dos Círculos Operários em 1957.

[75] CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi:** a luta clandestina. 2ª ed. Recife: CEPE, 2008. p.46.

[76]CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi:** a luta clandestina. 2ª ed. Recife: CEPE, 2008. p. 51.

[77] LEBRET, L.J. **O drama do século XX.** Trad. Fr. Benevenuto de Santa Cruz e Fátima de Souza. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962, p.60.

do Encontro de Campina Grande e se encontravam em andamento; e 3º) *sugestões:* momento em que propuseram a reformulação, ampliação ou revisão de projetos em andamento e recomendações de novas ações que poderiam ser incorporadas aos projetos da Operação Nordeste[78].

No tocante às sugestões, o documento traz o ementário das recomendações formuladas para cinco setores: a) educação de base e promoção operária (6 propostas); b) estrutura agrária (11 propostas); c) agricultura e abastecimento (10 propostas); d) saúde, maternidade e infância (4 propostas); e) migrações internas (4 propostas). Na análise das propostas do Encontro dos Bispos e do documento do GTDN, encontramos elementos comuns, dos quais convém explicitar suas derivações. Poderia se supor que, neste II Encontro, os participantes já conheciam o teor do Documento do GTDN, razão pela qual ratificaram algumas proposições contidas neste.

No entanto, se averiguarmos as formulações elaboradas no I Encontro, ocorrido em 1956, algumas delas já se encontram presentes antes da constituição do GTDN. É possível, inclusive, que a criação do GTDN, datada em fins de 1956, guarde relação com as discussões e com as proposições ocorridas durante o Encontro promovido pela CNBB.

A grande seca de 1958 impõe maior dinâmica e intensificação dos trabalhos do GTDN, exigindo esforços aos pensadores da questão Nordeste. Sob a direção de Celso Furtado, o grupo produziu um importante relatório acerca da economia da região, apontando propostas que objetivavam a promoção de seu desenvolvimento. Mais adiante, retornaremos ao documento produzido pelo GTDN, para expor contrapontos e críticas que consideramos pertinentes para a compreensão de seu caráter político e social, de modo a não seccionar o econômico das outras dimensões da vida social.

A confluência de ideias e proposições para o desenvolvimento do Nordeste contidas nestes diferentes documentos pode encontrar explicações na presença de pensadores influenciados pela concepção cepalina, como Rômulo Almeida, o qual assumiu o papel de coordenador e relator do 1º Grupo de Estudos com o tema *Planejamento e Investimentos* no I Encontro dos Bispos.

A celeridade com que o governo JK atendeu às várias recomendações apresentadas no II Encontro dos Bispos permite maior clareza do pacto entre os dois poderes. Logo, em 7 de

[78] Do início ao fim, o ano de 1959 foi prolífero em ações e em acontecimentos sobre e para o Nordeste. Além da publicação do documento GTDN *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, o governo federal criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), através do Decreto nº. 45445 de 20 de fevereiro de 1959.

julho de 1959, no Palácio das Laranjeiras, na presença de autoridades, JK assina 30 decretos alusivos a essas recomendações, muitas das quais estão alinhadas às propostas contidas no documento do GTDN, como afirmamos anteriormente[79]. As propostas direcionadas à educação de base guardavam interesses caros à Igreja Católica na disputa com os comunistas pela formação dos camponeses e suas lideranças, o que mais tarde se transformou na corrida pela orientação política dos sindicatos rurais.

É importante destacar que a presença do Presidente Juscelino Kubitschek nos encontros dos bispos e no seminário de Garanhuns indicava a preocupação do governo federal em potencializar o debate sobre a região semiárida e sua disponibilidade para estabelecer diálogo com diferentes setores sociais, inclusive para se fortalecer politicamente em face do revés sofrido nas eleições de 1958[80]. A investigação desses eventos desvela, por um lado, a urdidura de propostas que, em seu escopo maior, buscavam salvaguardar os interesses da burguesia e, por outro, amainar os explosivos conflitos que tencionavam a região.

Na medida em que os setores econômicos tradicionais apareciam com frequência nos discursos e recomendações (a produção agropecuária, sulcro-alcooleira, têxtil, algodoeira etc.), permaneciam à sombra os trabalhadores do campo, os despossuídos da terra, os que laboravam nos latifúndios e dispunham de uma pequena parcela de terra para o autossustento, ainda em condição de sujeição. A presença recorrente dos migrantes no documento era uma demonstração das preocupações da Igreja com a problemática das favelas e os esforços da

[79]Em junho de 1959, após 20 dias do encerramento do II Encontro, o Chefe da Casa Civil – Victor Nunes Leal – organiza uma reunião com autoridades eclesiásticas e representantes de órgãos da administração pública, para avaliar as recomendações do clero. Os decretos assinados em 7 de julho e publicados foram os seguintes*: Decreto nº 46.357* (obras emergências no Norte de Minas Gerais), *Decreto nº 46. 358* (fomento a cultura algodoeira na região do Seridó/RN), *Decreto nº 46.359* (barragem no rio Parnaíba), *Decreto nº46.360* (desenvolvimento do Vale do Rio Parnaíba), *Decreto nº46.361* (abastecimento de Aracajú), *Decreto nº46.362* (aproveitamentos dos vales úmidos de Sergipe**),** *Decreto nº46.363* (fomento ao cultivo de forrageiras no Nordeste), *Decreto nº46.364* (rede de silos e armazéns em Sergipe**),** *Decreto nº46.365* (criação de gado e indústria leiteira em Pernambuco), *Decreto nº46.366* (aproveitamento econômico do rio Carás/CE), *Decreto nº46.367* (aproveitamento da bacia do rio Mamanguape/PB*), Decreto nº46.368* (valorização econômica da bacia do Jaguaribe/CE), *Decreto nº46.369* (aproveitamento do vale do Pajeú/PE), *Decreto nº46.370* (colonização do Maranhão – experiência piloto), *Decreto nº46.371* (recuperação do vale do Marituba/AL), *Decreto nº46.372* (aproveitamento dos vales úmidos do RN), *Decreto nº46.373* (aproveitamento da bacia do Acaraú/CE), *Decreto nº46.374* (desenvolvimento econômico-social do Nordeste de Minas Gerais), *Decreto nº46.375* (aproveitamento do rio São Francisco para irrigação em Alagoas), *Decreto nº46.376* (educação de base com uso da radiodifusão no Nordeste), *Decreto nº46.377* (educação de base em Sergipe), *Decreto nº46.378* (educação de base no norte de Alagoas), *Decreto nº46.379* (fomento ao artesanato rural no RN*), Decreto nº46.380* (programa de treinamento de dirigentes e líderes cooperativistas no Maranhão*), Decreto nº46.381* (postos de migração em PE, SE e BA), *Decreto nº46.382* (transformar hospedarias de migrantes em hospedarias rurais em Fortaleza, Belém e Manaus), *Decreto nº46.383* (saneamento em Natal/RN), *Decreto nº46.384* (aproveitamento do vale do rio Brumado*), Decreto nº46.385* (grupo de trabalho planejar e executar de campanha de educação e saúde em áreas suburbanas e rurais de Teresina e adjacências), *Decreto nº46.386* (coordenação dos trabalhos).

[80] Nestas eleições a União Democrática Nacional (UDN), que fazia forte oposição ao governo de Juscelino Kubitschek elege três governadores no Nordeste: Juraci Magalhães (BA), Cid Sampaio (PE) e Luís Garcia (SE).

Cruzada de São Sebastião para mitigá-los. Por essa e outras razões, as propostas objetivavam dotar o território com serviços e ações que fixassem os trabalhadores, reduzindo-lhe as condições que o caracterizavam como lugar de expulsão, especialmente, por ocasião das duras e longas estiagens.

A Igreja Católica e o Estado se beneficiavam mutuamente do pacto político. A primeira avançava no seio da classe trabalhadora, alicerçada nas diretrizes das encíclicas papais e, na velha fórmula de Toniollo, "O trabalho cada vez mais dominante, a natureza cada vez mais dominada e o capital cada vez mais proporcionado"[81], recebendo do Estado apoio político e financeiro para custear projetos que atendessem à "redenção material e moral" das classes subalternas. Por seu turno, o governo fortalecia seus projetos políticos e econômicos junto aos diversos e divergentes setores sociais, visto que a Igreja Católica lhe emprestava crédito e legitimidade, além de colaboração valiosa no "entrosamento" de diversos órgãos federais que atuavam na região e que, segundo os prelados, foi uma experiência prodigiosa[82].

Os debates sobre os rumos do desenvolvimento para o Brasil, e para o Nordeste em particular, estavam em efervescência nos idos de 1959. Antecedendo em poucos dias o II Encontro dos Bispos em Natal, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) articulou o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, no município pernambucano de Garanhuns entre 25 de abril e 03 de maio. Neste evento, a presença da burguesia nacional e estrangeira foi significativa. Além do presidente Juscelino Kubistchek, há uma extensa relação de autoridades civis, militares e eclesiásticas, representantes de órgãos públicos que prestaram maior relevância ao evento.

Na instalação do Seminário, discursaram: Lídio Lunardi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Pedro Paulo Penido, presidente do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI); e o Presidente da República. Já, no encerramento, a palavra foi concedida a Cid Sampaio, governador de Pernambuco; Dom Eugênio de Araújo Sales, Bispo de Natal; e Jacy Montenegro Magalhães, Diretor Executivo da CNI. Na análise dos discursos, observamos que estava cimentada a proposição o congraçamento das classes produtoras em

[81]SANTOS, Jovelina. **Círculos Operários no Ceará:** "instruindo, educando, orientando, moralizando". Fortaleza, Edições UFC, Coleção Mundos do Trabalho, 2007.

[82]**O I e II Encontro dos Bispos do Nordeste guardam uma gama complexa de significados relevantes para a compreensão de nossa história. Não raro, as alusões a estes eventos adotam** cunho informativo, carecendo, pois, uma interpretação mais profunda acerca de suas implicações políticas e sociais. Em maio de 2015, a arquidiocese de Natal articulou a realização do *Seminário Regional: Nordeste, 60 anos depois: Mudanças e Permanências*, com a perspectiva de preparar uma proposta de trabalho alusiva aos 60 anos do I Encontro dos Bispos do Nordeste. Em maio de 2016, a realização do *Seminário Social Regional – "Nordeste: cuidado com a casa comum, um novo paradigma civilizatório"* – concluía as comemorações da efeméride e se propunha a pensar o desenvolvimento para o Nordeste ante os novos desafios do tempo presente.

prol de um projeto de desenvolvimento econômico que atendesse prioritária e eficazmente os interesses do capital. Nesse processo, o Estado deveria oferecer o suporte necessário à frente de expansão capitalista (subsídios, incentivos, obras de infraestrutura, apoio técnico, etc.), efetivando a fórmula imprescindível para o soerguimento do Nordeste, qual seja a ação conjunta entre poder público e iniciativa privada.

As declarações do Presidente da República guardam similaridades com as proferidas nos Encontros dos Bispos, ressalvando, neste Seminário, o papel salvacionista do empresariado brasileiro na redenção do Nordeste. Na fala do clero católico, representado por D. Eugênio Sales, encontramos admoestações ao capital, por sua ganância, e aos comunistas que tentavam subverter a ordem social "pelo sangue e pela destruição".

Quanto aos problemas agrários, embora presentes nos debates, poucas referências se encontram nos anais do seminário, com exceção para brevíssimas menções do governador de Pernambuco, Cid Sampaio, que apresenta não apenas a necessidade da reforma agrária, mas também de uma política agrícola que assegure o bom desempenho dos agricultores, como a oferta de crédito, garantia de preços mínimos e de assistência técnica.

Já o Diretor Geral da CNI, Jacy Montenegro Magalhães, sem descurar dos interesses do capital, tratou-os de articular aos interesses coletivos, apresentando a defesa de um capitalismo humanizado. Explicitou que, como a reforma agrária não figurava como tema de interesse da CNI, o órgão não formulara uma posição oficial a respeito.

Adiante, o diretor da CNI, embora reticente quanto à dimensão social e econômica da reforma agrária, evidenciou que, numa perspectiva econômica, ela poderia ser aceita quando se verificasse que a estrutura agrária vigente imporia prejuízos à indústria, fosse em razão do alto custo dos alimentos, que impactaria sobre os salários, fosse no comprometimento ao crescimento do mercado interno. A outra referência à reforma agrária veio do bispo de Natal, que, ao tratar das "luzes" recebidas por muitas das "inteligências" presentes no evento, acerca da "temida, desejada e controvertida reforma agrária", nos mostra fortes indícios de que o tema recebeu significativa atenção e que as posições a respeito foram diversas.

Ao percorrer os anais do Seminário, dos discursos às conferências, ressaltam-se as fórmulas do desenvolvimento, por meio do saber técnico entendido como isento de interesses políticos. Os homens de negócio, orientados por este saber, apresentaram-se dispostos a empreender a redenção do Nordeste, desde que ela se afigurasse como "unidade adequada a certos fins especiais de administração e exploração"[83], desde que a Operação Nordeste

[83] II ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. **Anais do II Encontro dos Bispos do Nordeste.** Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, 1959.p.5.

oferecesse oportunidades ao capital privado. Os discursos eminentemente técnicos e econômicos foram alvos de uma leve censura por parte de Dom Eugênio Sales, o qual reclamou da ausência do "homem", da ausência da "comunidade":

> Enquanto se discutia a expansão do mercado ou a orientação da economia, pensando na implantação de indústrias ou seu assessoramento técnico, preocupados com o espírito empresarial ou financiamentos a longo prazo, vendo a estrutura agrária ou exaltando a agricultura do Nordeste, devia haver algo de invisível, mas sempre presente. O homem, feito à imagem de Deus, a Comunidade, parcela de todos e de todos, responsabilidade [...].[84]

No Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, o avanço técnico e tecnológico associado à industrialização foi apresentado como condição imperiosa ao desenvolvimento integrado da região. Apoiando-se nos estudos técnicos já realizados e propondo novas pesquisas que fornecessem suportes as diretrizes do desenvolvimento, os debates emolduraram dois quadros econômicos: o Nordeste "região problema" e o Nordeste para o desenvolvimento. No primeiro, destacava-se a pobreza, o analfabetismo, o abandono, as secas periódicas, que faziam proliferar mais miséria, sua produção de "subsistência" ancorada em técnicas rudimentares e as políticas públicas, que, até então, não haviam oferecido resposta satisfatória aos reclamos da região; e, no segundo, em termos de perspectivas, foram apontadas as riquezas ignoradas e inexploradas da caatinga, bioma único, por seu "alto valor econômico-científico" e as potencialidades do Nordeste, em sua maioria dormentes, à espera das forças que as impulsionassem.

A miséria social que emoldurava as narrativas elaboradas em torno do sofrimento dos infelizes sertanejos era recorrentemente invocada para justificar a necessidade de investimentos do Estado na região. Contudo, não era possível, para essa massa de miseráveis, encarregar-se do projeto de desenvolvimento que era planejado para a região. Essa era uma obra para homens da ciência e homens de negócio, para os governantes, para os que guiam os destinos da nação. A estes, caberiam o empenho em decifrar o atraso da região, a articulação de pactos sociais e os acordos políticos, além do encaminhamento de soluções propícias ao seu desenvolvimento[85].

Nos anais dos eventos acima referidos, há registro tímido da questão agrária, ainda que encontremos indícios que ocorreram debates mais acalorados, contudo, nos registros formais, foram ignorados. O projeto de desenvolvimento que propugnasse, na perspectiva do *Economia e Humanismo*, abarcar os problemas da região em sua amplitude não poderia fugir da questão

[84]Ibid., p.166.
[85] CARVALHO, J. O. de. **A economia política do Nordeste:** secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campos, 1988. 505p.

agrária. No entanto, não havia vontade ou força política para enfrentá-la. Ficou no campo do debate, foi escamoteada, lançada para o futuro caso se configurasse de fato como necessária. É assim que observamos D. Eugênio Sales, numa sociedade de classes, clamar a presença da "Comunidade", como coletivo humano indivisível. Da mesma forma, vê-se Josué de Castro reivindicar a posição política de Celso Furtado acerca de uma questão que estava posta em termos técnicos e sua operacionalização se ancorava no saber institucional, do qual derivava a competência técnica para travesti-lo com uma aura de neutralidade, anulando as interdições e contradições que pudessem advir sob a forma de outro discurso, de um saber não institucionalizado.

Vistos sob esse prisma, os problemas do Nordeste se resolveriam com a expansão da empresa capitalista em ação conjunta com o Estado que, de forma planejada, indicaria os caminhos do desenvolvimento, elegendo os setores – notadamente os ramos da indústria e da agricultura comercial para os quais deveriam ser canalizados e incentivados os esforços dos homens de negócio interessados em investir na região.

Em alguns destes eventos, de modo específico no Congresso de Salvação do Nordeste[86] e nos Encontros dos Bispos do Nordeste[87], a estrutura fundiária, responsável pela pobreza, subjugação e exclusão dos trabalhadores do campo era um tema árido para ser abordado por seus articuladores. Na busca de respostas satisfatórias, encaminhadas sob a forma de pacto, aliançando diversos setores, o esforço era dirigido à elaboração de uma fórmula mágica, visando à solução dos problemas agrários, sem ferir o direito à propriedade, evitando o confronto com o latifúndio.

Para atender às expectativas e anseios dos grupos econômicos do eixo Sul/Sudeste, vencer as resistências de setores que temiam ser deslocados das agências de poder e garantir a paz social em um território inflamado por tensões sociais graves, os projetos do governo Juscelino Kubitschek se ancoram estrategicamente na produção dos discursos técnicos, supostamente neutros e dotados de cientificidade e no apoio da Igreja Católica. Esta, em seu projeto político teológico, supostamente, encontrava-se fora e acima da luta de classes, tendo

[86] CARTA DE SALVAÇÃO DO NORDESTE. In.: FELDHUES, Paulo Rapahel Pires. **A Confederação Nacional da Indústria e o Nordeste Brasileiro:** o desenvolvimentismo nas páginas de Desenvolvimento & Conjuntura (1957-1964). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2014, p.277. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16221/1/2014_PauloRaphaelPiresFeldhues.pdf. Acesso: 12/05/2015.

[87] Cf.: I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. **Anais do I Encontro dos Bispos do Nordeste.** Rio de Janeiro: Presidência da República. Serviço de Documentação, 1960. Disponível em: https://archive.org/details/iencontrodosbisp00enco. Acesso em: 25 de maio de 2016. II ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. **Anais do II Encontro dos Bispos do Nordeste.** Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, 1959.

com pretensão única salvaguardar a paz e garantir a redenção material e moral dos milhões que padeciam os mais diferentes flagelos no campo e na cidade.

2.2 AS OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO.

O documento do GTDN *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* chegou a ser saudado como demiurgo da Sudene. Celso Furtado, o principal intelectual responsável pelar construção do documento supra, esteve à frente de vários combates em defesa da intervenção planejada do Estado na região Nordeste e foi o primeiro a assumir a superintendência da autarquia que nasceu entre o fogo cerrado das oposições e os aplausos dos seus defensores.

Dadas as disparidades regionais, notadamente entre o Nordeste e o centro Sul/Sudeste, as elites políticas e econômicas fizeram a escolha por um projeto de desenvolvimento, cujo planejamento estratégico incorporasse a região Nordeste à nova dinâmica do capital, com o Estado atuando como fiador dos interesses dos grupos privados nacionais e estrangeiros e a industrialização incumbindo-se do carro-chefe do desenvolvimento.

Embora o relatório do GTDN seja atribuído, exclusivamente, a Celso Furtado, nele se encontram – embora não referenciadas – contribuições de Rômulo Almeida, que, no ano de 1953, na função de assessor econômico do governo Getúlio Vargas, produziu um trabalho sobre a questão das secas e do desenvolvimento do Nordeste[88].

A proposta de reforma agrária estava ausente no documento do GTDN, mesmo considerando que a estrutura agrária da região Nordeste fosse um problema ao seu desenvolvimento. Há um conjunto de questões apresentadas por Carlos Henrique Goulart Árabe sobre a inserção da temática agrária e agrícola nas propostas de desenvolvimento da Cepal que consideramos relevante para a compreensão de como pensaram os técnicos e economistas o lugar e o significado da agricultura camponesa dentro desse modelo. De acordo com este autor, o projeto cepalino apresentava as seguintes características: enxergava, na agricultura periférica e no minifúndio, fortes empecilhos ao desenvolvimento e interpretou, equivocadamente, as relações entre latifúndio/minifúndio ao abordá-las como relações feudais ou semifeudais.

Por seu turno, Caio Prado Jr. aponta que o viés interpretativo da Cepal negligenciou a pequena propriedade no projeto de desenvolvimento. Partindo da premissa do esforço industrializante como vital para a superação do subdesenvolvimento, o referido projeto

[88]CARVALHO, J. O. de. Natureza das ações de governo em relação ao nordeste. In: **Desenvolvimento regional: um problema político [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 179-204.

submeteu todos os demais setores da economia ao seu serviço, apresentando, assim, um caráter reducionista. Além do mais, adotou uma perspectiva puramente analítica no tocante à reforma agrária, não se traduzindo em projeto político, e essa posição pode ser compreendida no quadro de "extrema confiança no progresso como demiurgo histórico para superação de contradições objetivas e sociais, naturalmente sem sujeito social"[89].

Os silêncios e ausências sobre questões emblemáticas que se encontravam encravadas na estrutura econômica e social da região foram objetos de discussão e questionamento ao projeto de desenvolvimento regional. Um debate entre Celso Furtado e Josué de Castro sobre a Operação Nordeste foi publicado na revista *O observador econômico e financeiro*, no qual o geógrafo e, também, deputado federal pelo PTB apresenta sérias ressalvas ao Relatório do GTDN, especificamente em torno de dois pontos da proposta de migração da população "excedente" do semiárido para o Maranhão. Traremos aqui um trecho bastante significativo das críticas e observações feitas por Josué de Castro acerca do silêncio em torno dos problemas agrários, no relatório supra:

> [...] A ausência de uma referência nesse sentido se constitui como um fator negativo para a campanha que é necessária fazer para formação de uma opinião pública favorável a fim de que se aprove uma reforma agrária no Brasil. O senhor sabe, Dr. Celso, muito bem, os enormes interesses em jogo no problema da reforma agrária em qualquer parte do mundo. E, no Nordeste, sabemos que existem lado a lado os dois fenômenos mais graves: o açambarcamento da terra, o latifúndio, e a pulverização da terra, que é o minifúndio. Ora, se encontrássemos no seu relatório, – mas eu espero encontrar em outras declarações suas – expressões nítidas de que essa reforma é indispensável e essencial, ela não poderia ser interpretada como uma demagogia ou como uma medida puramente de finalidade política. Ela é uma necessidade, um verdadeiro imperativo histórico do momento, sem o que nada será feito de positivo. Daí o meu interesse em provocar-lhe esse pronunciamento a fim de que não se pense que a Operação Nordeste foi concebida sem pôr em linha de conta aquilo que eu chamo um pré-requisito para o desenvolvimento da agricultura, que, por sua vez é, a meu ver, um pré-requisito para a industrialização racional do Nordeste[90].

Josué de Castro reclama a palavra de Celso Furtado sobre a necessidade da reforma agrária, imbuído da ideia – aceita e validada socialmente – de que o discurso técnico avocava uma competência que não era de domínio de todos os indivíduos. Dessa forma, essa competência encontrava-se encerrada no conhecimento racional elaborado pelo especialista, a

[89] ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. **A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento**. Brasília: MDA, 2008, p. 19.
[90] O Observador Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, abril de 1959, Ano XXIV, nº 278, p. 31.

voz autorizada, pois "não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro, qualquer coisa em qualquer lugar em qualquer circunstância"[91].

O discurso técnico como saber instituído logra da velada confirmação e assenso da existência de saberes hierarquizados na organização do social, portanto há aqueles que detêm o saber e são portadores do discurso competente e há os que são desprovidos desse saber, o que significa subordinação social e política as assertivas desse discurso institucionalizado. Josué de Castro reivindicava ao economista Celso Furtado, a voz que alçaria legitimidade social e política, de modo que suas recomendações acerca da reforma agrária seriam recebidas sem as duras objeções que enfrentavam os parlamentares e outros sujeitos políticos que desfraldavam a bandeira da reforma agrária.

Ora, como o latifúndio não é incompatível com o desenvolvimento capitalista, aproposta da Cepal se fragilizou no debate com os propositores e executores da modernização conservadora no Brasil durante os governos ditatoriais. Essa modernização conservadora, longe de fracionar as grandes propriedades, contribuiu para expandir o latifúndio em algumas regiões do semiárido a partir da década de 1980. Ainda seguindo as análises de Árabe[92], é lícito supor que a restrição da reforma agrária ao debate analítico possa ter uma razão mais política do que teórica, uma vez que a execução do projeto desenvolvimentista requeria uma forte aliança política entre as classes no poder, mediadas pela ação do Estado em sua configuração autoritária ativa.

A reforma agrária não se consubstanciaria numa bandeira política para os cepalinos, visto que promoveria a desestabilização do pacto pelo desenvolvimento, ao recrudescer ainda mais o conflito social. A mudança na conjuntura política em fins da década de 1950 favoreceu o debate em torno da reforma agrária, contudo não encontrou clima receptivo entre os grandes proprietários rurais no Brasil. A exemplo dos novos direcionamentos à questão agrária, temos a conferência de Punta del Este, convocada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em agosto de 1961. Neste evento, que contou com a participação de 21 nações e organismos internacionais, incluindo a Cepal, ocorreu a formalização da Aliança para o Progresso[93]. Abordando os problemas relacionados à chamada questão agrária, direcionando a

[91]Para pensar os significados e implicações do discurso técnico como legítimo e legitimador das opções políticas, tomo como referência a discussão elaborada por Marilena Chauí sobre o *discurso competente.* Cf.: CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980, p.7.

[92] ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. **A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento.** Brasília: MDA, 2008.

[93] Na Conferência de Punta del Este nasceu e batizou-se com o nome Aliança para o Progresso, um projeto de planejamento e apoio ao desenvolvimento da América Latina. Os países subdesenvolvidos deveriam organizar e assumir de forma planejada e racional os planos de desenvolvimentos destinando recursos para custeá-los e, aos EUA, competia complementar financeiramente esses planos. Para muitos pesquisadores, a Aliança para o

atenção para os regimes de propriedade, a Carta de Punta del Este[94] afirma entre os seus objetivos:

> Impulsionar, respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral encaminhada à efetiva transformação onde for necessária, das estruturas e dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento de seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade.[95].

O caráter reformista da Carta de Punta del Este, laureado por um certo ar de nobreza no tocante às preocupações com a agravante questão social, não deixa de desvelar a urdidura política autoritária para exilar Cuba da OEA e impor o isolamento à ilha, propugnando evitar a exportação de ideias e ações revolucionárias para outros países do continente. Nessa perspectiva, a reforma agrária, que deveria ser impulsionada, figurou apenas como recomendação formal, e a referida Carta não foi levada ao debate no parlamento brasileiro[96].

Qualquer que fosse o projeto de reforma agrária no Brasil, por mais tímido que se apresentasse, era sempre alvo de críticas ácidas. As propostas de transformação radical da estrutura agrária foram execradas ante a resistência renhida do latifúndio, corroborada por setores que tratavam, por um lado, de associar tais propostas à influência comunista, inimiga

---

Progresso foi um dique à chispa revolucionária que poderia alastrar-se na América Latina, após a Revolução Cubana de 1959. Cf.: BARBOSA, Guilherme Ubaldo. **Entre o dito e o feito:** as contradições da Aliança para o Progresso. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). Brasília: DF, 2008. Disponível em: <https://bce.unb.br/bibliotecas-digitais/repositorio/teses-e-dissertacoes/> Acesso em: 28/05/2016.

[94] A VII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA) ocorreu na cidade uruguaia de Punta del Este em agosto de 1961, com a presença de representantes dos seguintes países: Venezuela, Colômbia, Guatemala, Argentina, Bolívia, Peru, México, Equador, República Dominicana, Paraguai, Hondura, El Salvador, Panamá, Chile, Haiti, Cuba, Costa Rica, Nicarágua, Estados Unidos, Brasil e Uruguai. É por ocasião desta conferência que foi oficializada a Aliança para o Progresso, cujos princípios e fins estavam, formalmente, expostos na Carta de Punta del Este, aprovada nesta reunião. À exceção de Cuba, os demais representantes das nações assinaram a Carta de Punta del Este.

[95] BRASIL. **PL 1337/1963.** Congresso Nacional - Câmara dos Deputados.

[96] A esse respeito, vale registrar a proposta do Deputado Federal Marco Antônio T. Coelho, do Partido Social Democrático (PSD), na elaboração do Projeto de Lei 1337/63 para considerar o teor da Carta de Punta Del Este como "objeto de tratado", o que resultaria em sua discussão pelo Congresso Nacional. O PL 1337/63 foi levado à Comissão de Constituição e Justiça que, após realizar consulta ao Ministério das Relações Exteriores, seguiu o parecer deste, votando unanimemente por sua inconstitucionalidade, em janeiro de 1967. No parecer do Ministério das Relações Exteriores encontra-se, que a "*Carta de Punta deI Este carece de obrigatoriedade jurídica e, por êsse motivo não é Acôrdo, Tratado ou Convênio. A finalidade da Carta é a adoção de um programa que tenha em vista uma ação conjunta para o progresso social mais acelerado e para uma justiça social mais ampla na América Latina, mas não a imposição às altas partes contratantes de um conjunto de direitos e deveres estruturados juridicamente e que devam ser cumpridos e obedecidos uma vez ratificado o Ato*". (BRASIL. **Projeto de Lei 1337/1963**: Considera objeto de Tratado a matéria da Carta de Punta del Este, firmada em agosto de 1961 pelos representantes das nações americanas. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados.). Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/190801. Acesso em 10/12/2018.

do cristianismo e da ordem social e, por outro lado, buscavam enfatizar a incapacidade técnica dos trabalhadores do campo como obstáculo ao desenvolvimento rural.

A organização da Cooperativa de Tiriri no Estado de Pernambuco é exemplo clássico do clima de tensão social vivenciada no campo e o lastro de poder do latifúndio. Um pouco de sua história nos permite vislumbrar a repetição da estratégia urdida para lançar o descrédito sobre a capacidade organizativa e produtiva dos camponeses. No início da década de 1960, trabalhadores rurais da zona da mata pernambucana intensificaram a luta por reforma agrária "na lei ou na marra" – slogan que se popularizou na época. Nesta região, trabalhadores sem terra, organizados nas ligas camponesas e assalariados rurais, ameaçados pelo desemprego, ocuparam terras da Companhia Ferroviária Great Western e parcelas do Engenho Tiriri[97].

No primeiro semestre de 1963, nasceu a Cooperativa de Tiriri. Sem desconsiderar as contradições que se encontravam na base das relações sociais, sua constituição foi resultado da convergência de interesses entre latifundiários e camponeses com a interveniência da Sudene, que se comprometeu com a assistência técnica, financeira e social aos trabalhadores cooperativistas e a recém-criada organização. De um lado, os trabalhadores rurais sem terra e ameaçados pelo desemprego; do outro lado, os usineiros que alegavam dificuldades para cumprir o Estatuto do Trabalhador Rural e, também, viam, como solução para o problema, a demissão massiva de trabalhadores.

A Sudene, representando os trabalhadores, apresentou a proposta de aluguel das terras de cinco engenhos pertencentes aos irmãos Rui e Valter Cardoso. Analisado como vantajoso para ambas as partes, o acordo foi firmado, estabelecendo o arrendamento dos engenhos de Tiriri, Algodoais, Serraria, Massangana e Jasmim à Cooperativa de Tiriri[98].

A Cooperativa de Tiriri era apresentada como o projeto piloto, o laboratório social no qual poderiam ser experienciadas as fórmulas eficazes à promoção do desenvolvimento social e econômico no meio rural. Se Tiriri se transformou em laboratório, sua célula inicial foi fruto da coragem dos camponeses que ocuparam as terras da rede ferroviária e, no percurso, essas lutas tomaram caminhos alternativos em face de uma série de acontecimentos que albergavam confluência e conflitos de interesses.

---

[97]Com o Estatuto do Trabalhador Rural, que assegurava direitos trabalhistas aos assalariados do campo, o patronato reclamava dos custos e alguns afirmavam não terem condições de cumprir a legislação em vigor, alardeando a demissão de centenas de trabalhadores.

[98] O jornalista Antônio Callado viu, com entusiasmo, o nascimento da Cooperativa de Tiriri, apresentando-a como uma "revolução sem violência", que consta no título de um de seus livros, publicado em 1964. Responsável pela produção de uma série de reportagens sobre a questão agrária no Estado de Pernambuco, em algumas destas o enfoque era a Cooperativa de Tiriri. Cf.: CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes:** padres e comunistas na revolução sem violência. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

No horizonte do campesinato, a terra é o sonho a ser conquistado. Em entrevista concedida a Christine Rufino Dabat, sobre a Cooperativa de Tiriri, Socorro Ferraz[99] afirmou que "O que eles queriam mesmo era a terra. Eles tinham uma ânsia muito grande em ter terra. Daí se organizou a cooperativa"[100].

Christine Dabat[101] problematizou as representações díspares sobre a Cooperativa publicadas na imprensa pernambucana em dois momentos distintos: no percurso de sua constituição e no período pós-golpe militar. No primeiro, a Cooperativa foi apresentada na imprensa como ação salvacionista, ancorada nos princípios da democracia cristã, solução pacífica para os graves problemas que estremeciam a zona canavieira de Pernambuco. Ante a gravidade da tensão política e social reinante, o contrato entre usineiros e trabalhadores era a centelha que divisava possibilidades concretas rumo à solução da questão social. Havia entre os técnicos da SUDENE a expectativa de que, em caso de êxito, o projeto poderia duplicar-se em outras paragens onde as condições o favorecessem[102].

No segundo momento, pós-golpe militar, os redirecionamentos políticos, as perseguições às lideranças camponesas e aos "padrinhos"[103] políticos da Cooperativa, afetaram sobremaneira seu incipiente desenvolvimento, uma vez que esta não completara um ano de vida e se encontrava desfavorecida, fragilizada e órfã com o brusco desvinculamento de seus poderosos padrinhos em face das perseguições pós-golpe. A análise de Fernando Coelho[104]

---

[99] Como integrante da equipe da SUDENE no acompanhamento da Cooperativa de Tiriri, Socorro Ferraz apresenta relevantes depoimentos acerca de sua organização, de sua dinâmica interna, de suas dificuldades e de tradições do campesinato, que configuram o caráter singular dessas comunidades e referenciam o poder de função de alguns de seus membros.

[100] FERRAZ, Socorro Apud DABAT, Christine. Os primórdios da cooperativa agrícola de Tiriri. **Clio**. Revista de Pesquisa Histórica. nº 23, 2005, p. 129-169.

[101] DABAT, Christine. Os primórdios da cooperativa agrícola de Tiriri. **Clio** Revista de Pesquisa Histórica. nº 23, 2005.

[102] COELHO, Fernando de Vasconcelos [et al.] Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. **Relatório final:** volume II, Recife: CEPE, 2017, p. 185. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/6/1/9610114fb55fb9a86239711442b6c69f298e44990ec83c6f07587fb76976ba58/66b68431-db76-4dcb-9c06-3effb08da7c5-Relatorio_final_vol_2_web.pdf. Acesso em: 16/07/2018.

[103] De acordo com Dabat, a Cooperativa de Tiriri era amparada por "padrinhos" insignes, dentre os quais figuravam: o Superintendente da SUDENE, o Governador do Estado de Pernambuco, o Secretário de agricultura e o mais famoso deles, o Presidente da República.

[104] Fernando Bezerra Coelho Filho foi é um dos grandes nomes da história do antigo MDB, posteriormente, PMDB. Foi Deputado Federal por Pernambuco, autor de importantes publicações, dentre elas, DIREITA VOLVER: o golpe de 1964 em Pernambuco. Presidiu a Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara, cuja missão era pesquisar e investigar as violações de direitos humanos praticadas entre os anos de 1946 e 1988 em Pernambuco. A Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) disponibiliza, em seu acervo, os *Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara*, nos quais encontramos, no volume II, relatos sobre a Cooperativa de Tiriri com o expressivo título: "Reforma Agrária: o sonho de Tiriri e o pesadelo de 1964". Disponível em: http://www.acervocepe.com.br/comissao-verdade.html. Acesso em: 8/8/2018.

sobre os acontecimentos de 1964 é relevante para a compreensão do processo que resultou no desmonte da Cooperativa:

> [...] ao firmarem o contrato de locação, os proprietários da usina não haviam previsto que um golpe de Estado superveniente iria criar, para eles, alternativas ainda mais lucrativas que o arrendamento. Como a venda ou desapropriação das terras, valorizadas pelas obras públicas executadas depois da criação da Cooperativa. (...) Era necessário, assim, rescindir o contrato ou expulsar os trabalhadores – para que pudessem vender a área, livre de qualquer ônus. Ou usá-los, para conseguirem sua desapropriação. A situação política do país, após o golpe de 1964, ficara totalmente favorável ao patronato, estimulando as pretensões da usina. A desocupação das terras não teria de enfrentar, como aconteceria antes, a resistência dos camponeses decididos e organizados nos sindicatos e nas ligas. Nem a solidariedade de outros trabalhadores. Nem a fiscalização do governo. Nem as garantias da justiça[105].

Nessa nova conjuntura, a ameaça que rondava o latifúndio haveria de ser aniquilada a ferro e a fogo. Os mesmos órgãos de imprensa, que antes aclamavam a Cooperativa de Tiriri, passaram a lhe fazer crítica mordaz, apontando suas dificuldades econômicas, como resultado de sua formatação original, silenciando sobre os altos custos políticos – com comprometimento de seu desenvolvimento econômico e social – que o golpe militar lhe impôs.

Com a rearticulação das forças conservadoras, era premente o intento de solapar todas as propostas que significassem inovações, ainda que não oferecessem perigo ao latifúndio como era o caso da Cooperativa de Tiriri, que, ao contrário, seu amparo pela Sudene contemplava, também, atender aos interesses do capital, conciliando-os às necessidades dos trabalhadores da zona açucareira de Pernambuco, compondo o quadro mais geral da revolução branca anunciada por Celso Furtado[106]. As palavras do usineiro Rui Cardoso, ao resumir sua posição diante dos demais usineiros que contestavam a decisão de arrendar as terras aos camponeses, são esclarecedoras quanto aos frutos que pretendia colher com a Cooperativa de Tiriri:

> Nessa reunião, eu não tentei amolecer nenhum coração. Quis apenas provar que a Cooperativa era a melhor solução capitalista para os usineiros. Ou as usinas demitiam o excesso de mão-de-obra, agravando o perigo de comoções sociais, além de aumentar a conta das indenizações a pagar, ou guardaria esse excesso de braços, aumentando os custos de produção[107].

---

[105] COELHO, Fernando de Vasconcelos [et al.] Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. **Relatório final:** volume II, Recife: CEPE, 2017, p. 185. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/6/1/9610114fb55fb9a86239711442b6c69f298e44990ec83c6f07587fb76976ba58/66b68431-db76-4dcb-9c06-3effb08da7c5-Relatorio_final_vol_2_web.pdf. Acesso em: 16/07/2018.

[106] REVOLUÇÃO branca para o Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 de novembro de 1961. Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&PagFis=14879&Pesq=revolu%C3%A7%C3%A3o%20branca. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

[107] CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes:** padres e comunistas na revolução sem violência. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964, p. 144.

A Cooperativa de Tiriri não era um projeto de reforma agrária, mas gerou incômodo entre os latifundiários. Dentre as razões imediatas de sua consecução, encontra-se o acordo entre usineiros e trabalhadores para afastar o fantasma do desemprego na zona da mata e evitar prejuízos à produção canavieira. A proposta teve o Estado como avalista, e a Sudene encarregou-se da articulação do processo de formalização bem como o acompanhamento da Cooperativa[108]. É possível que tenha sido o primeiro projeto em que o Estado disponibilizou, efetivamente, recursos de ordem diferenciada para o campesinato[109].

Decerto, os latifundiários tinham clareza dos graves problemas que a concentração fundiária gerava e do caráter irredutível das lutas camponesas, o que os levou a tomar uma posição de alerta em defesa da propriedade. A aceitação da Cooperativa de Tiriri, olhando retrospectivamente, somente foi possível devido à forte presença do Estado como fiador, garantindo, a um só tempo, emprego e melhores condições aos trabalhadores rurais e a manutenção dos lucros aos latifundiários arrendatários. A aquiescência do latifúndio foi provisória, dado que, na conjuntura pós-golpe militar, articulou as estratégias necessárias à expropriação destes camponeses, alicerçada num conjunto de violações de direitos e resguardas no silêncio aterrador imposto pelas forças do Estado e milícias privadas.

Ao observar os projetos que a Sudene pretendia implementar na Zona da Mata com o fim de liberar terras para produção de alimentos e reduzir as tensões no campo, já que as terras seriam loteadas entre as famílias camponesas, Manuel Correia de Andrade adverte que essa expectativa guardava um outro risco, o sucesso da pequena propriedade nas áreas onde predominavam os latifúndios, o que poderia "despertar no trabalhador rural sem terra, o desejo de possuí-la"[110]. Possuir a terra não era um desejo a ser despertado no campesinato, antes estava latente nos camponeses de Canudos, Contestado e Caldeirão, para citar alguns antecedentes. De

[108] A Cooperativa de Tiriri encerrava um paradoxo, pois, ao passo que era considerada uma conquista importante dos trabalhadores, "Para os usineiros esclarecidos é uma boa solução capitalista", como afirmou Antônio Callado. Cf.: CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes:** padres e comunistas na revolução sem violência. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964, p. 137.

[109] Com o título *SUDENE vai aplicar na zona da mata solução das coops. de trabalho*, a notícia estampada no Primeiro Caderno do Diário de Pernambuco detalhava o plano de apoio do órgão à Cooperativa de Tiriri, apontava as demandas do trabalhadores e as expectativas da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEP), que demonstrava, de antemão, preocupações com o êxito do empreendimento, cobrando da SUDENE todo empenho em termos de assistência à Tiriri, pois, de acordo com o Presidente da entidade, "as cooperativas, de modo geral, e sem apreciar as suas causas, haviam fracassado em Pernambuco"., **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 de junho de 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&PagFis=13269&Pesq=cooperativa%20de%20TTiriri. Acesso em 14 de julho de 2017.

[110] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 292.

igual modo, era a bandeira que movia a luta dos camponeses em todo o Brasil, a exemplo de Trombas e Formoso e do Engenho Galiléia, os mais famosos da época.

A fragilização e o desmonte da Cooperativa de Tiriri perseguiam objetivos claros: a retomada do poder inconteste do latifúndio e a desqualificação da capacidade dos camponeses como agentes importantes nos projetos de desenvolvimento rural. A desqualificação técnica, cultural e política dos camponeses é encontrada ao longo de nossa formação histórica e, dela, lançou mão o projeto de modernização da agricultura como justificativa na escolha dos projetos agrícolas e seus protagonistas. As palavras de Fernando Coelho atestam o ônus que sobreveio aos camponeses da Cooperativa de Tiriri:

> No episódio, como sempre – somente os trabalhadores saíram perdendo. Tangidos para longe foram os únicos a não obterem nenhum ganho. Além do mais, o fracasso da experiência – atribuído a incapacidade gerencial dos camponeses – passou a ser explorado, também, como argumento para demonstrar a inviabilidade da reforma agrária na região[111].

Nesta nova conjuntura, o campesinato, em todo o país, mais especificamente na região Nordeste, assistiu, não pacificamente, a reedição das velhas práticas no campo: perseguições, prisões e morte. As lutas pela reforma agrária tensionadas particularmente pelas ligas camponesas passam a ser alvo de combate sistemático pelas forças da repressão. A reorganização das elites no contexto da ditadura civil/militar, com a elaboração de "novas" políticas públicas para manter as velhas estruturas agrárias na região semiárida, agudizou a situação de precariedade das famílias camponesas, ao passo que construiu, ainda que de forma efêmera, pequenas ilhas de prosperidade para um número reduzido de trabalhadores do campo.

O debate e as ações governamentais para o desenvolvimento do Nordeste, durante a ditadura civil-militar, estavam orientados pelo paradigma da modernização conservadora e excludente. Cremos ser relevante atentar para os significados desse modelo que continua até os dias atuais, mantendo, praticamente intactos, seus mais caros princípios no tocante à questão agrícola e agrária. O desenvolvimento do setor agrícola estava imbuído da ideia de modernização, centrado na agropecuária, com foco na racionalidade técnica da produção, porém desprovido de preocupações com os sujeitos sociais não circunscritos nessas dimensões,

---

[111] COELHO, Fernando de Vasconcelos [et al.] Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. **Relatório final:** volume II, Recife: CEPE, 2017, p. 187 (grifos nossos). 442p. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/6/1/9610114fb55fb9a86239711442b6c69f298e44990ec83c6f07587fb76976ba58/66b68431-db76-4dcb-9c06-3effb08da7c5-Relatorio_final_vol_2_web.pdf. Acesso em: 16/07/2018.

quais sejam os milhares de trabalhadores rurais sem terra que laboravam na condição de parceiros, arrendatários, moradores e pequenos proprietários.

Desse modo, o pacote técnico, os meios de transformação da "agricultura de subsistência" em agricultura comercial, a "ocupação" dos vales úmidos do semiárido, eixos importantes dessa nova proposta de intervenção do Estado nas áreas rurais da região semiárida foram materializando-se sem o devido exame dos resultados desses projetos para a heterogênea categoria de trabalhadores rurais que enfrentavam e ainda enfrentam as condições mais aviltantes nas áreas rurais do país e, de modo particular, no Nordeste.

Nessa perspectiva de abordagem, somos instigados pelas análises de Prado Jr. acerca da questão agrária no Brasil[112], no que toca, especialmente, ao debate – considerado relevante pelo autor – sobre a compreensão crucial da questão agrária, enquanto problema econômico e social, buscando desfazer equívocos teóricos e políticos acerca da necessária interconexão entre "elevação do nível tecnológico da agropecuária" e "melhoria das condições de vida do trabalhador rural brasileiro". A proposição encontrada nos debates dos "reformadores burgueses" – mas não exclusivamente –, segundo Caio Prado, entendia que essas metas se encontravam, umbilicalmente, vinculadas, ou seja, na ocorrência da primeira, a segunda naturalmente se efetivaria.

Nesse viés, divergindo não apenas do vínculo entre as duas questões apresentadas, mas, sobretudo da primazia do progresso tecnológico enquanto objetivo a ser alcançado, Caio Prado defende que a primeira finalidade de suas preocupações e proposições incide sobre a condição do trabalhador rural. É neste aspecto que a questão se inverte e a partir da qual podemos indagar: de qual desenvolvimento estamos falando? Para quem se dirige o progresso tecnológico no campo? É nesta conjuntura histórica que se encontram as matrizes do pensamento brasileiro acerca de desenvolvimento rural, progresso tecnológico e modernização agrícola.

2.3 O PROJETO BAIXO-AÇU

A região do Vale do Açu (RN) foi duramente disputada durante o processo de interiorização da empreitada colonizadora e se tornou um dos principais palcos dos conflitos entre colonizadores e nativos. Totalmente atravessada pelo rio Piranhas-Açu, a região integra o bioma caatinga e esta se insere em plenos domínios do clima semiárido. Os municípios de Alto

[112] PRADO JR. Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. Podemos encontrar reunidos, nesta publicação, vigorosos textos publicados pelo autor antes do golpe de 1964 e que muito têm a dizer não apenas da perspectiva de Prado Jr., mas também de seus contemporâneos sobre temas complexos que exigiam um esforço teórico para que a análise da realidade brasileira não sofresse de imprecisões teóricas e conceituais e se tornasse estéril.

do Rodrigues, Assú, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael compõem esse território com área de 4.756,1 km², equivalendo a 9,06% do território potiguar. Este Vale era apresentado como "sertão", contudo suas "várzeas", as terras férteis, impuseram uma nomeação diferenciada para a região. Por meio dos trabalhos de memorialistas, literatos e jornalistas, os pesquisadores tem, ao alcance, visões diversas acerca do vigoroso potencial da várzea do Vale do Açu[113] .

O rio Piranhas-Açu, que forma a principal bacia hidrográfica do Estado, foi a principal via de entrada do colonizador. Ao longo de seu curso, estabeleceram-se as fazendas de gado, resultando na interiorização da conquista em fins do século XVII. Esse processo foi atravessado por sangrentas batalhas entre tribos nativas e colonizadores, que passou a história como a grande "Guerra dos Bárbaros". Os caminhos da colonização foram abertos palmo a palmo à custa da destruição e morte das comunidades primitivas, e a resistência dessas tribos, segundo Capistrano de Abreu, "foi terrível, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país"[114].

Os "sertões" compreendidos e apresentados como espaços vazios, despovoados, territórios de "bárbaros" foram objeto de pesquisa com recortes temporais diversos. Os trabalhos que investem sobre os "sertões", no processo de interiorização da conquista colonial, apresentam, de acordo com vários ângulos, a complexa formação social brasileira. As leituras sobre os sertões são variadas e complexas, assim como são variados os sertões. Temos o paradoxo dos bandeirantes "despovoadores" em Capistrano de Abreu[115], territórios do dualismo na abordagem de Janaina Amado[116] e múltiplas fronteiras marcadas pelo "medo", que são cartografadas por Socorro Ferraz e Bartira Barbosa[117].

As várzeas, áreas próximas aos rios, passíveis a inundações, possuem elevado potencial de fertilidade dos solos, razão que explica a predominância das atividades agrícolas em zonas rurais. No Brasil, as várzeas dos grandes rios amazônicos e de outras regiões continuam sendo

---

[113] Cf. SILVA, Tyego Franklim da. **A Ribeira da Discórdia**: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assú colonial (1680-1720). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015. Disponível em: http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/20812. Acesso em: 23/04/2018; MELO, Manoel Rodrigues de. **Várzea do Açu**: paisagens, tipos e costumes do Vale do Açu. 3ª ed. São Paulo: IBRASA, 1979.

[114] ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

[115] Ibid.

[116] AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, nº 15, 1995, pp. 145-152. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129. Acesso em: 10/04/2017.

[117] FERRAZ, Maria do Socorro, BARBOSA; Bartira Ferraz. **Sertão**: fronteira do medo. Recife: Editora UFPE, 2015.

atrativas aos pesquisadores que as analisam de acordo com perspectivas diversas, a exemplo, a expansão urbana e a exploração predatória da agropecuária nestas áreas e os problemas socioambientais decorrentes dos processos desordenados de ocupação.

A exceção do Rio São Francisco, as várzeas dos rios que compõem a região semiárida eram pouco visitadas para estudos mais aprofundados. As secas periódicas, que resultavam na intermitência desses rios, colaboraram para a construção de uma visão empobrecida sobre suas várzeas até os anos 1960. No entanto, mesmo antes da perenização de grandes rios do semiárido[118], as várzeas e vazantes foram responsáveis por até duas safras anuais, a depender do vigor da quadra invernosa.

Possivelmente, o investimento em pesquisas empenhadas em analisar os rios do semiárido e sua relação com a empresa colonizadora nas disputas pelos territórios nos fornecerá outras visões sobre o sertão e sobre as sociedades que se estabeleceram nestas regiões. Avançando para tempos hodiernos, presumimos que a contribuição destas pesquisas seria de grande valor, para história agrária, a história da agricultura, a história social das comunidades camponesas no semiárido etc.

Os estudos acerca do potencial hidroagrícola do Vale do Açu, para fins de irrigação, têm histórico datado do final da década de 1930, quando a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) planejava a construção de uma barragem no baixo Vale do Açu[119].

Tratava-se da barragem de Oiticica. Há décadas essa proposta era discutida e, dentre seus objetivos, constava o armazenamento de água, garantia de maior produção nas vazantes e promoção da agricultura irrigada. A expectativa em torno da construção da referida barragem cresceu com a realização dos estudos agrológicos e agroeconômicos em meados da década de 1940, sob a coordenação do engenheiro agrônomo Francisco Edmundo de Sousa Mello, a serviço do DNOCS. Com a conclusão dos estudos em 1952, foi apontada uma área de 12 mil hectares propícias à irrigação, situada no município de Jucurutu.

Embora não houvesse documentos governamentais oficializando a Barragem de Oiticica, a construção de outras obras de infraestrutura estabelecidas nas proximidades, onde

[118] O rio Jaguaribe (Ceará) e o rio Piranhas-Açu (Paraíba e Rio Grande do Norte) formam as maiores bacias hidrográficas destes Estados. A Agência Nacional de Águas (ANA) detalha que a bacia do rio Piranhas-Açu é "a maior bacia formadora da região hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental (15% da área) que abrange partes dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. Seu território divide-se entre os Estados da Paraíba (60%) e do Rio Grande do Norte (40%) e nela estão localizados importantes municípios como Patos/PB, Souza/PB, Caicó/RN, Assú/RN e Macau/RN" (cf. BRASIL: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: Agência Nacional de Águas. Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu. Brasília: ANA, 2014. Disponível em: http://piranhasacu.ana.gov.br/produtos/sinteseDiagnostico.pdf. Acesso em: 28/11/2016.

[119] VALENCIO, Norma Felicidade. **Grandes projetos hídricos no Nordeste:** suas implicações para a agricultura no semi-árido. Coleção Vale do Açu, v. 8. Natal-RN: Ed. Universitária, UFRN, 1994.

futuramente seria edificada a barragem, contribuiu para que a imprensa veiculasse matérias em que a barragem era apresentada como em processo de construção.

Somente em 21 de outubro de 1954, quando o norte-rio-grandense Café Filho assumiu a presidência da República, foi assinado o Decreto 36.370, estabelecendo a desapropriação de cento e quarenta e três milhões sessenta e dois mil quinhentos metros quadrados (143.062.500m²) destinados à construção da barragem de Oiticica, no Município de Jucurutu para prover a irrigação do Vale do Açu com base nos estudos realizados em anos anteriores. O decreto oficializava, ainda, que "projeto e orçamento foram aprovados pela Portaria nº 282, de 6 de abril de 1954"[120] do Ministério da Aviação e Obras Públicas.

Os estudos sobre a bacia do Rio Piranhas, realizados pelo *Department of the Interior Bureau Reclamation*[121] dos EUA em 1963 sob encomenda do DNOCS e da Sudene, ampliaram para 27 mil hectares a área destinada a irrigação no Projeto Açu e, também, orientaram a construção do Açude de Oiticicas. No IV Plano Diretor da Sudene (1969-1973, p. 285), onde lê-se que "No baixo Vale (Açu) será implantado um projeto de irrigação na zona à jusante do boqueirão de Oiticicas", encontramos a proposta de construção do referido açude. Entretanto, Oiticica jamais foi iniciada. Algumas ações preparatórias à instalação do canteiro para sua construção foram realizadas e, por longos anos, ficaram às vistas da população da região, figurando como ruínas na composição da paisagem física, que simbolizava em toda a sua concretude a irresponsabilidade dos governantes, a negligência dos órgãos de fiscalização e o grande prejuízo ao povo com o desperdício de verbas públicas.

As razões para a paralisação de Oiticica não são claras. Francisco Leandro Duarte Pinheiro[122] empenhou-se em cartografar essa obra, tratando das expectativas construídas em seu entorno, dos diversos atores sociais envolvidos em sua reivindicação, chegando a elaborar algumas hipóteses para sua interrupção.

Logo no início da década de 1970, o DNOCS incumbiu a SERETE Engenharia S/A a realização do "Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica", cuja versão final foi entregue ao DNOCS em março de 1974. Os estudos apontaram, aproximadamente, 22 mil hectares

---

[120] BRASIL. Decreto nº 36.370 de 21/10/1954. Presidência da República. Publicação no D.O.U em 23/10/1954.

[121] Constituída em 1902, objetivando o estudo e gestão dos recursos hídricos nos E.U.A, a agência Bureau of Reclamation estava vinculada ao Departamento do Interior deste país. Com forte influência política no Brasil, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, os técnicos da agência estiveram na bacia do rio Piranhas Açu para realizar estudos sobre seu aproveitamento hidroagrícola. Cf.: SUDENE/DNOCS. **Piranhas River Study Basin**. Agency International Development. Department of Sate – U.S.A. 1963, p.43.

[122] PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. **O VALE DAS MIRAGENS:** Grandes Projetos Hídricos e a 'Redenção' do Baixo-Açu (1910-1983). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

favoráveis à irrigação, situadas entre os municípios de Assú e Pendências, indicando como fonte hídrica do *Projeto de Irrigação Baixo-Açu* a construção de um açude público com o barramento do Rio Piranhas, distando 8 km a montante da bacia irrigável.

Tratando da construção da barragem, *A República* (16/12/1972) divulga que já havia sido definido o local de sua construção, com capacidade de armazenamento de 2 milhões de metros³ de água e afirma que os estudos da Serete embasaram as novas definições do Projeto Baixo-Açu. Quando entrou em vigor o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979, o Vale do Açu no Rio Grande do Norte foi o território selecionado para a implantação da modernização agrícola neste Estado, com o Projeto Baixo-Açu[123].

O relatório da Serete confirma o que fora noticiado n'A República, visto que outro local para a construção da barragem foi apresentado, eliminando, portanto, a possibilidade de concretização do Açude de Oiticica no município de Jucurutu para fins de irrigação do Vale. Adiante, na discussão sobre o perímetro irrigado, retomaremos a discussão sobre os estudos da Serete acerca da viabilidade técnica e econômica do PBA.

As reorientações para o projeto de irrigação do vale trouxeram a definição de um novo local para o barramento do rio e desapropriação de extensas áreas, das quais quase 22 mil hectares seriam destinados à irrigação, provocando enormes controvérsias na região. Teresa Aranha[124] produziu um estudo – em um dos momentos mais tensos e críticos da construção da barragem quando ocorreu o seu "desabamento em seco" – em que analisa o percurso histórico desse projeto, enfatizando que o Açude de Oiticicas "era do conhecimento de várias organizações e do povo do Vale, que promoveram estudos, intervenções e se reuniram em associações locais para discutir as vantagens desse empreendimento", enquanto que a redefinição do projeto, ocorrida em meados da década de 1970, era permeada por uma série de contradições que requeriam uma explicação por parte dos órgãos executores:

> Enquanto o açude Boqueirão de Oiticica assegurava o aproveitamento agrícola do "trecho mais fértil do vale", a atual represa inundará com suas águas, esse referido trecho. Enquanto a Barragem de Oiticica resguardava as condições ambientais existentes no Vale do Açu – por conta da localização e redução de sua bacia – a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves eliminará atividades econômicas de exploração mineral (xelita, mármore, tantalita, ferro, etc.) artesanato de palha de

[123] O Decreto nº 76.046, assinado em 29 de julho de 1975, estabelecia como utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 158.476,84 ha, onde seria instalado o Projeto Baixo-Açu, que englobava três etapas, sendo a primeira a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, com capacidade para acúmulo de 2,4 milhões de m³.

[124] ARANHA, Terezinha de Queiroz. **Evolução Histórica do que se denomina Projeto Baixo-Açu:** açude Oiticicas x Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. (mimeo.) Janeiro de 1982. Arquivo Tereza Aranha. Núcleo Temático da Seca (NUT-SECA). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

> carnaúba e o extrativismo de cera, que em épocas de secas garantem o sustento de 70% da população da área (...)[125].

O abandono da barragem de Oiticica já havia ocorrido na década de 1950, embora persistisse nos discursos de autoridades civis e eclesiásticas a necessidade da construção da referida barragem[126]. Havia um estudo que indicava o local para sua construção, e as frentes de trabalho da seca de 1953 trouxeram obras para o seu entorno, incluindo um campo de aviação. Contudo, o decreto de desapropriação da área só foi editado no segundo semestre de 1954, e o DNOCS já cogitava a interrupção da construção de Oiticica desde 1953[127].

Afinal, a referida barragem não prosseguiu por razões de ordem técnica ou ausência de recursos e falta de interesse político do DNOCS e dos governos? E por qual razão a barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves não seria construída no local anterior, selecionado para o açude Oiticica? Em matéria publicada no Tribuna do Norte[128], encontra-se que os dois locais anteriores, o primeiro distando 80 km da barragem Armando Ribeiro "tinha um filão de calcário, material que em contato com a água torna-se expansivo, o que poderia provocar, depois, o rompimento da barragem", e o segundo, que se encontrava há 40 km da referida barragem, demandaria outras obras de engenharia, inclusive, a construção de uma outra barragem[129].

A modernização agrícola em regiões do semiárido pressupunha a oferta de segurança hídrica para prover a irrigação nos projetos públicos ou privados, financiados pelo Estado, visto que é o ente que garante:

> [...] a base para as alterações do padrão agrícola e agrário. Se o faz é porque, em alguma medida, a produção e a propriedade ora constituía representam um obstáculo para a fora específica de modernização que enseja, a ponto de precisar ser abruptamente interrompida e seus agentes marginalizados. Se o faz, é porque movido por uma lógica que, por definição, é avessa a qualquer tipo de sociedade e cultura parciais, a com a pequena produção nordestina[130].

---

[125] Ibid, p.13-14.

[126] Em março de 1957 o jornal A República publica uma entrevista com Guimarães Duque – prestigiando pesquisador e nome de grande respeito no DNOCS – na qual ele enfatizava a necessidade da irrigação no Vale do Açu e reclamava a construção do Açude de Oiticica que "Permitirá a rega do Vale em seu trecho mais amplo e fértil". O trecho a que se refere Guimarães Duque estava situado acima da caixa de Guerra (ponte sobre o rio Piranhas-Açu), o mesmo que havia sido indicado nos estudos realizados pelo Instituto José Augusto Trindade.

[127] PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. **O VALE DAS MIRAGENS:** Grandes Projetos Hídricos e a 'Redenção' do Baixo-Açu (1910-1983). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. p.129.

[128] PARECERES sobre Oiticica. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 24.jun.1979.

[129] Na reportagem supracitada, informa-se que o DNOCS havia encomendado pareceres a dois profissionais especializados em Geologia e Mecânica de Solos e, de posse desses pareceres, responderia as críticas levantadas pelo Deputado Djalma Marinho.

[130] VALENCIO, Norma Felicidade. **Grandes projetos hídricos no Nordeste:** suas implicações para a agricultura no semi-árido. Coleção Vale do Açu, v. 8. Natal-RN: Ed. Universitária, UFRN, 1994, p. 145.

Para a pesquisadora Tereza Aranha, eram incompreensíveis as mudanças operadas no projeto de irrigação do Vale do Açu, argumentando, por um lado, que os estudos realizados pelo Instituto José Augusto Trindade em 1952 apontavam uma área mais reduzida para a irrigação e, por outro lado, que o novo projeto estabelecia o perímetro irrigado justamente na área menos propícia à agricultura irrigada, em virtude da presença de vastos carnaubais[131].

A pesquisadora cita, em seu trabalho, a missão composta por técnicos estadunidenses para fazer os estudos na bacia do Piranhas-Açu, onde se encontra a recomendação de continuidade da barragem de Oiticica. Contudo, neste mesmo relatório, já se encontra ampliada de 12 mil para 27 mil hectares a área passível de irrigação no Vale do Açu.

Embora os jornais de maior circulação no Estado houvessem noticiado, em meados de 1972, que o consórcio americano-brasileiro Serete estava no Vale do Açu, realizando estudos sobre a região, e o grosso da população, que não tinha acesso aos jornais, não atinava qual a razão da presença de pessoas estranhas no território, portando equipamentos e fazendo medições e quantificações nas várzeas, vazantes e tabuleiros, computando tudo que havia: árvores, animais, casas, cercas e outras benfeitorias. Não havia, por parte das agências do Estado, qualquer preocupação em apresentar o propósito da pesquisa realizada na região, de modo que aqueles que construíram o território permaneceriam alienados do processo.

> [...] Naquele tempo, quando eles chegaram prá fazer a medição, botaram plantação e pés de pau a baixo sem nenhuma explicação. O povo era invadido e não tinha nenhuma indenização. O dizer deles era só um: É coisa do governo... Naquele tempo uns diziam: isso é o pessoal do governo que precisa fazer alguma coisa... Precisam ganhar... Naquele tempo quando colocavam aquele cimento com as bandeirinhas não diziam prá que era não [...] Mas, já era coisa da barragem [...][132].

O Projeto Baixo-Açu foi oficializado pelo decreto nº. 76.046, assinado em 29 de julho de 1975, e, determinando a desapropriação da área para implantação do Projeto, estabelecia duas grandes áreas: a primeira para a bacia hidráulica e faixa seca do açude e a segunda para o projeto de irrigação:

---

[131] Além de trazer ao debate uma série de questões que evidenciam problemas de natureza diversa quanto à redefinição de um novo local para a barragem e uma nova área para o projeto de irrigação, Tereza Aranha se ancora nos estudos e entrevistas de Guimarães Duque, um dos mais destacados pesquisadores vinculados ao DNOCS, para problematizar essas mudanças e exigir explicações dos governos e dos órgãos públicos direta ou indiretamente responsáveis pela obra. Cf.: ARANHA, Terezinha de Queiroz. **Evolução Histórica do que se denomina Projeto Baixo-Açu:** açude Oiticicas x Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. (mimeo.) Janeiro de 1982. Arquivo Tereza Aranha. Núcleo Temático da Seca (NUT-SECA). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[132] VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **Barragens:** O Clamor dos Beiradeiros. Vol. 1. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC – SP, 1991, p. 196.

> [...] para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.), uma área de terra titulada a diversos particulares, com 158.476,84 ha (cento e cinqüenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis hectares e oitenta e quatro ares), aproximadamente, dos quais 67,036 ha (sessenta e sete mil e trinta e seis hectares) serão abrangidos pela bacia hidráulica e faixa seca do açude público "Eng. Armando Ribeiro Gonçalves", situada nos Municípios de Jucurutu, Janduis, Parau, São Rafael, Santana do Matos, Ipanguaçu e Açu, e 91.440,84 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares) abrangidos pelo projeto de irrigação "Baixo-Açu", situado nos Municípios de Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto Rodrigues e Pendência[133]. (Grifos nosso)

As notícias acerca da construção da grande barragem tomaram maior vulto e se espalharam entre o povo de São Rafael, dando conta do desaparecimento da cidade sob as águas da grande barragem, assim respirava-se um clima de intranquilidade e angústia frente às incertezas do futuro. A boataria se espalhava nos comércios e feiras livres, seguindo a dinâmica do disse-me-disse e não havia qualquer debate oficial. Nenhum órgão do Estado convocava a população para discutir o projeto que estava em andamento.

Nesse cenário, não havia mobilização por parte dos gestores municipais ou das câmaras de vereadores para saber, afinal, com qual objetivo o território do Vale do Açu estava sendo metricamente mapeado. No entanto, os grandes proprietários rurais se articularam de imediato para responder ao governo e ao DNOCS, apresentar as objeções ao projeto e uma proposta alternativa. Ainda, um Memorial assinado majoritariamente pelo MDB, que era oposição ao governo dos militares, foi entregue ao Ministro Rangel Reis em 3 de outubro de 1975[134].

O memorial iniciava sua contestação pondo, na balança, os custos e os benefícios do PBA nos moldes em que fora planejado, afirmando que os custos se elevavam bem acima dos benefícios e não atenderiam a alguns objetivos traçados. Doravante o memorial passa a discorrer sobre os prejuízos econômicos e sociais, como a submersão das minas de mármore com o consequente desmantelamento das indústrias de mármore, causando desemprego de 500 trabalhadores e impedindo o avanço desse setor que projetava 1000 empregos em curto prazo. Enumerava, ainda, os lucros com o extrativismo da carnaubeira, refutando, veementemente, a erradicação da palmeira. Em contrapartida, o memorial propunha as seguintes alternativas à barragem Armando Ribeiro: construção de barragens de médio ou pequeno porte, que não

[133]BRASIL. **Decreto nº. 76.046 de 29 de julho de 1975.** Presidência da República. Diário Oficial da União - Seção 1 de 30/07/1975 - Grifo Nosso.

[134] Assinaram o Memorial os deputados federais Henrique Eduardo Alves (MDB) e Francisco de Oliveira Rocha (MD) e os deputados estaduais Garibaldi Alves Filho (MDB) e Olavo Lacerda Montenegro (PSD). No RN, o MDB conseguiu eleger 08 (oito) dos 24 deputados estaduais e 02(dois) das cinco vagas à Câmara dos Deputados. Apesar de o PBA ser uma vultosa questão, nenhum parlamentar da ARENA assinou o Memorial e, mesmo entre os parlamentares do MDB, não se registra adesão em totalidade. Os propositores do memorial entregue ao Ministro Rangel Reis foram os deputados federais Henrique Alves e Francisco Rocha e os deputados estaduais Garibaldi Alves Filho e Olavo Montenegro. Nesse quadro, o deputado Francisco Rocha é a única possível exceção, dentre os que tinham vínculos políticos com a região e desta recebiam expressiva votação.

naufragariam as minas e a cidade de São Rafael; nova engenharia para prover a irrigação com a interligação do açude Mendubim e a Lagoa do Piató, cujas águas iriam perenizar o Rio dos Cavalos, proporcionando a ampliação da irrigação no Vale do Açu.

A mobilização dos grandes proprietários rurais, empresários do setor de beneficiamento da cera de carnaúba e da indústria de mármore e granito continuava intensa[135]. No Congresso Nacional[136], o Deputado Henrique Alves (MDB), principal porta-voz das classes proprietárias do Vale do Açu na questão do PBA, torna públicas, no Congresso Nacional, as críticas ao projeto. Alguns trechos de seu discurso trazem as preocupações centrais em torno do PBA:

> A barragem inundará imensa área, inclusive todo o populoso Município de São Rafael e as ricas jazidas de mármore da região. Isto se justificaria se a relação prejuízo/benefício não fosse tão desigual. Ocorre que a perda das jazidas de mármore, submersas pelas águas, representará sério embate à economia do Rio Grande do Norte e reduzirá sensivelmente o mercado de trabalho da população. Note-se que só na cidade de Acu a marmoraria existente dá emprego a 500 pessoas, com aumento definido para 1.000 empregos até o fim deste ano. Quanto aos carnaubais, que também serão inutilizados em grande parte, o Vale produz anualmente 150 000 arrobas de cera, o que representa um reforço econômico de 3 milhões de cruzeiros, de que seremos privados[137].

E apresenta as propostas de reformulação do PBA:

> [...] entendemos que uma única barragem não solucionará o problema das enchentes, que trazem gravíssimos prejuízos à agricultura do Vale e às salinas que se encontram no Delta do rio Açu, no Município de Macau e Carnaubais. Tanto assim é que o próprio projeto prevê a construção de um dique, circundando a área a ser irrigada, num reconhecimento expresso de que o Vale e também o Delta não se livrarão do tormento das inundações. Concluímos que o custo de uma imensa barragem, com capacidade de armazenamento de 2 bilhões e 400 milhões de metros cúbicos, não compensa os benefícios que trará sua construção, já que nem as finalidades a que se destina serão plenamente atendidas. (...) a segunda parte do projeto também não fica livre de ressalvas. Aqui o projeto também é misto, de irrigação e colonização, com desapropriação generalizada de todas as propriedades rurais do Vale. Com isto, será perpetrada uma violência contra as tradições sociais e econômicas do Povo, vítima da rigidez do projeto, conforme demonstramos a esta Casa. Vivem no Vale do Açu 200.000 pessoas, sendo 3.000 sitiantes. Alguns destes se encontram em estágio avançado no que tange ao cultivo da terra, inclusive com sistemas de irrigação

[135] Dentre as empresas diretamente afetadas, encontravam-se a Mercantil Irmãos Martins S/A, que havia sido, recentemente, implantada no Vale do Açu e distribuía a cera de carnaúba no mercado interno e externo. Os interesses da Irmãos Martins S/A mantinham estreitos vínculos com os grandes proprietários rurais que associados na Cooperativa Agropecuária do Vale do Açu direcionavam suas críticas ao PBA por meio de seus representantes políticos na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. A SINVAL S/A Indústria de Mármore e Granito era outra empresa que reivindicava a reformulação do projeto, uma vez que este previa a submersão das minas de mármore e a esta ostentava, segundo o Jornal O Poti (23/1/1977), o 5º lugar entre as maiores empresas do gênero no país, além de oferecer 500 empregos.

[136] Nas eleições de 1974, foram eleitos para a Câmara dos deputados: Henrique Eduardo Alves (MDB), Francisco Rocha (MDB), Pedro Lucena (MDB), Ney Lopes (ARENA), Ulisses Potiguar (ARENA), Vingt Rosado (ARENA), Antônio Florêncio (ARENA) e Wanderley Mariz (ARENA).

[137] BRASIL: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Discurso do Deputado Federal Henrique Eduardo Alves. Diário do Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional. Ano XXX, Nº 132, 25/10/1975. Seção I, 9369-9370. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25OUT1975.pdf#page=. Acesso em 13/08/2016.

> bastante eficientes. A maioria, porém, é constituída de operários, que não tem terra própria. Quanto aos primeiros, sobrevindo a desapropriação, simplesmente não terão para onde ir, pois o projeto prevê a redistribuição das terras em lotes de 5 hectares, e apenas àqueles que não sejam maiores de 50 anos de idade. Apesar de as autoridades garantirem que as desapropriações serão pagas a justo preço, para onde irão os proprietários? E os rebanhos que não podem ser criados em apenas 5 hectares, quando se sabe que a frágil pecuária é atualmente o esteio da deficitária agricultura nordestina? E, o que é mais grave, grande número de trabalhadores que não são proprietários, terão de deixar o Vale, de centenárias tradições num êxodo de conseqüências nefastas facilmente previsíveis. Com essas considerações, sugerimos ao Ministro do Interior a transformação do projeto em exclusivamente de irrigação, ou pelo menos, a quebra da rigidez generalizante de que está marcado, para que os atuais proprietários também se possam beneficiar da irrigação, dentro dos novos padrões decorrentes da própria irrigação sistemática, sendo desapropriadas as terras apenas daqueles que não quiserem aceitar as diretrizes fixadas. Sugerimos também que a irrigação fosse iniciada a partir da margem esquerda do rio, na parte alta do Vale, com aproveitamento das águas do Açude de Mendubim e da Lagoa de Piató, para que a precipitação nas desapropriações não trouxesse a desordem à vida econômica da região, porque o atual projeto, na parte de irrigação, também não compatibiliza prejuízos com benefícios[138].

As críticas e sugestões presentes no discurso do deputado Henrique Alves (MDB) constavam no memorial entregue ao Ministro Rangel Reis e estavam direcionadas as duas grandes etapas do PBA e, respectivamente, as duas áreas desapropriadas pelo mesmo decreto. Explicitam, em primeiro plano, os impactos para as duas áreas – bacia de inundação e área destinada à "irrigação e colonização" – e, num segundo momento, tratam das propostas de reformulação, trazendo um novo elemento, circunscrever o projeto à área de irrigação, reduzindo, em milhares de hectares, a área do PBA. Não é difícil encontrar, na proposição do Deputado Henrique Alves, o interesse em preservar os grandes proprietários. Se mantidas apenas as áreas destinadas à irrigação, seriam retirados quase 70 mil hectares do projeto.

Outra vez apresentamos os números da desapropriação estabelecidos pelo Decreto "91.440,84 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares) para o projeto de irrigação "Baixo-Açu", com área que abrangia os municípios de Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto Rodrigues e Pendência". Como se vê, o Decreto não traz o termo colonização, contudo os estudos apresentam que a área passível de irrigação correspondia a 22 mil hectares, restando 69.440,81 hectares, que se destinariam a projetos de colonização[139].

---

[138] BRASIL: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Discurso do Deputado Federal Henrique Eduardo Alves. Diário do Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional. Ano XXX, Nº 132, 25/10/1975. Seção I, 9369-9370. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25OUT1975.pdf#page=. Acesso em 13/08/2016.

[139] No decreto essas 91.440,84 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares) são destinadas ao "projeto de irrigação", não havendo qualquer referência a "colonização".

Parte significativa dessa área era considerada o "filé" do Vale do Açu, terras de aluvião[140], ricamente férteis e concentradas nas mãos de poucos proprietários.

Além disso, Henrique Alves evitou abordar a presença de grandes propriedades na área a ser desapropriada, valendo-se, por outro lado, dos milhares de "sitiantes", que produziam empregando a técnica de irrigação, fazendo menção aos muitos "operários" que não tinham terra. Os discursos contra a barragem, elaborado pela classe dominante, apresentavam críticas que, supostamente, eram comuns às classes, inclusive, aos não proprietários rurais. Em 1979, quando o projeto começa a andar, os sindicatos de trabalhadores rurais irão reivindicar explicação sobre esses milhares de hectares "excedentes" e propor que seu destino seja a reforma agrária[141].

Em determinados discursos, a ênfase recaía sobre as pequenas propriedades, para fazer subsumir, nestas, as grandes propriedades que incorporavam em torno de 70 a 80% das terras da região. O próprio Manuel Correia de Andrade, em pesquisas no Vale do Açu, na década de 1960, observou que "É grande o número de pequenas propriedades, não se concluindo deste fato, porém, que elas ocupam maior área que as grandes propriedades, uma vez que só a Fazenda Itú, tem 12 mil hectares, incluindo em seus domínios, várzeas, tabuleiros, lagoas, etc."[142]. A experiência com a irrigação no Vale foi apresentada para justificar a desnecessária desapropriação da área, objetivando convencer os órgãos do Estado a removê-la do projeto, uma vez que muitos proprietários já estavam investindo nas novas técnicas agrícolas.

A visita do Ministro do Interior, Rangel Reis, ao Rio Grande do Norte ocorreu no final de outubro de 1975 e foi bastante conturbada. Marcada, no primeiro momento, para acontecer no Vale do Açu, foi transferida para Mossoró diante da possibilidade de maior tensão política na região, pois já havia a expectativa de que as reivindicações apresentadas no memorial não seriam atendidas. Além disso, devido a distância, a reunião em Mossoró afastava a possiblidade da presença da população do Vale do Açu – a que seria direta e indiretamente atingida com o PBA – e, como o debate não interessava diretamente ao povo de Mossoró, era mais tranquilo para o governo estadual, o ministro e o DNOCS realizá-la em território com potencialidade quase nula de pressão popular.

---

[140] Aluvião – é o tipo de solo formado nos baixios, beiras de rio ou de riacho, mediante o transporte de argilas e sílicas pelas águas durante anos; é plano, cor escura, profundo, de regular drenagem, fértil devido às misturas de materiais diferentes, de 1ª classe para a irrigação. É o melhor solo, física e quimicamente, de toda a Zona Seca. Cf.: DUQUE, José Guimarães. **Solo e Água no Polígono das Secas.** 6ª Edição. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Un Rosado, 2001, pág. 124.

[141] FETARN, Of. 095/1979, Natal-RN, 08 maio de 1979. Arquivo: Nut-Seca, UFRN.

[142] ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 210.

Participaram da conversa com o Ministro Rangel Reis as classes dominantes, órgãos do Estado, deputados federais e estaduais da ARENA e MDB, Igreja Católica, prefeitos e grandes proprietários rurais do Vale do Açu. A frente formada pelos deputados do MDB[143] destacava a importância do PBA para a região, porém ressalvando a necessidade de sua reformulação, especialmente quanto à necessidade de reduzir a área destinada à "irrigação". Edgar Montenegro[144], presente na reunião com o ministro do interior, questionou a desapropriação das áreas "nobres" e a exclusão dos "taboleiros", que eram terras com menor potencial agrícola.

Rangel Reis ouviu as vozes da oposição, mas não apresentou garantias de significativas alterações no projeto, exceto no que tangia à incorporação das áreas de "taboleiros" ao projeto de irrigação e ao alargamento no critério de idade para o candidato a colono, que, de acordo com o projeto, era, no máximo, 50 anos[145].

O fato de a população ignorar o teor do projeto retardava ainda mais as possibilidades de mobilização política por partes das camadas sociais que seriam duramente atingidas. Enquanto isso, os donos do poder, na região, continuavam a articular-se em nível estadual e nacional, para fazer valer seus interesses frente ao projeto de expansão do capital, coordenado pelo Estado. Mesmo quando os primeiros debates iniciaram-se, com a publicação do decreto de desapropriação, a maioria da população de São Rafael desconhecia os impactos do empreendimento para o município, pois esses debates não eram convidativos aos trabalhadores rurais.

O discurso da "necessidade" e imperiosidade do PBA, valendo-se sempre do termo "irreversível" para referir-se ao projeto, foi utilizado com força de lei. O novo projeto – agora denominado PBA e não mais Oiticica –, anunciado em 1975, atemorizou as camadas médias, empresários do setor extrativista e os grandes proprietários rurais de todo o Vale do Açu que conheciam de perto o completo teor do decreto de desapropriação pelo DNOCS:

---

[143] Essa articulação era levada a cabo pelos deputados federais do MDB Francisco Rocha e Garibaldi Alves e os deputados estaduais Garibaldi Alves Filho e Olavo Montenegro. Este último era filho do Vale do Açu, e essa região constituía sua principal área de influência eleitoral.

[144] Edgar Montenegro era membro de uma das famílias mais poderosas do Vale do Açu, foi deputado estadual por quatro legislaturas (1954, 1958, 1962 e 1966). Exercia grande influência política na região e assumiu cargos importantes na Comissão de Desenvolvimento do Vale do Assú – CODEVA, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na Cooperativa Agropecuária do Vale do Assú Ltda. – COAPERVAL e na Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte.

[145] Os deputados do MDB apresentaram ao Ministro do Interior duas considerações relacionadas ao projeto de irrigação: a primeira dizia respeito à área de 5 hectares destinada a cada família irrigante e a segunda tratava da idade mínima de 50 anos para o colono irrigante. De acordo com a Tribuna do Norte (23/10/1975), o ministro Rangel Reis aventou a possibilidade de inclusão dos "taboleiros" no projeto de irrigação e ampliação da idade do colono irrigante.

> [...] uma área de terra titulada a diversos particulares, com 158.476,84 ha (cento e cinqüenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis hectares e oitenta e quatro ares), aproximadamente, dos quais 67,036 ha (sessenta e sete mil e trinta e seis hectares) serão abrangidos pela bacia hidráulica e faixa seca do açude público "Eng. Armando Ribeiro Gonçalves", situada nos Municípios de Jucurutu, Janduis, Parau, São Rafael, Santana do Matos, Ipanguaçu e Açu, e 91.440,84 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares) abrangidos pelo projeto de irrigação "Baixo-Açu", situado nos Municípios de Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto Rodrigues e Pendência (Grifo Nosso)[146].

Se a perspectiva era promover o desenvolvimento da região, a extensa área de abrangência do PBA, correspondendo a 3% do território norte-rio-grandense, trouxe a suspensão de crédito pelo Banco do Brasil para investimento na área a ser desapropriada, fato que levaria à estagnação econômica das grandes e médias propriedades e à desvalorização das áreas pela ausência de investimentos. Os pequenos proprietários foram menos afetados com a medida, pois eram raros os que conseguiam acesso ao crédito bancário para financiamento ou custeio das atividades agrícolas. Não bastasse esse grave empecilho econômico, os cartórios bloquearam a alienação de imóveis na área afetada pelo decreto, gerando ainda mais problemas para os proprietários.

O expectável desenvolvimento do Vale do Açu ganhou novos patamares com o encaminhamento de ações para a concretude do Projeto Baixo-Açu (PBA), cujo embrião estava contido nos planos, programas e projetos que objetivavam o desenvolvimento rural do semiárido desde os anos 1950. Nos anos 1970, quando se encontrava em pleno vigor a ditadura civil-militar, o Estado "autoritário ativo"[147] implantou vários projetos hidroagrícolas para os vales úmidos do semiárido. Nessa década, o Rio Grande do Norte foi contemplado com a implantação de perímetros irrigados e o início da construção do maior açude público do Nordeste, entusiasticamente anunciado como "maior que o Orós no Ceará e duas vezes superior a Baía de Guanabara"[148].

A proposta de desenvolvimento agrário pressupunha o estabelecimento de uma agricultura moderna, empresarial e altamente competitiva. Nessa perspectiva, uma nova fronteira agrícola será construída no Vale do Açu/RN a partir de meados da década de 1970

---

[146] BRASIL: DNOCS, Decreto nº. 76.046, assinado em 29 de julho de 1975.

[147] BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

[148] Nos diversos veículos da imprensa estadual, essa frase foi estampada na perspectiva de construir um discurso ufanista para realçar a grandiosidade da obra. Como algumas obras faraônicas foram típicas desse período, era comum esse discurso triunfante, usado, também, como tática para obliterar os questionamentos que sobreviessem.

com a implantação do Projeto Baixo-Açu[149]. Pela via da modernização agrícola, o "progresso" chegaria ao Vale e o território seria transformado numa fronteira de expansão do capital.

Partimos da concepção que o Vale do Açu assumia, nessa conjuntura histórica, a condição de *fronteira* conforme sublinhada por José de Souza Martins[150] como "cenário de intolerância, ambição e morte". Colocamo-nos diante dessa *fronteira* com a obrigação de perscrutar seus múltiplos significados, que perpassam a dimensão geográfica, a qual se estabelece como fronteira de civilização, de culturas, fronteira do humano, visto que:

> [...] a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. (...) É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico. É nela que nos defrontamos mais claramente com as dificuldades antropológicas de que é o fazer história, a história das ações que superam necessidades sociais, transformam as relações sociais e desse modo fundam e criam a humanidade do homem[151].

A fronteira do progresso no Vale do Açu se inscreveu numa conjuntura políticafavorável às ações discricionárias, gerando maiores desencontros e negações, além da força desmedida para impor-se como inquestionável ou "irreversível". A modernização agrícola fornecia, a um só tempo, a justificativa e os objetivos para a implantação do PBA, condição *sine qua non* à promoção do desenvolvimento rural do Vale do Açu.

Nessa nova conjuntura, a expansão da fronteira do capital, implicava o confronto de modelos de organização da vida social, "fronteiras de culturas e visões de mundo", em que, por um lado, a ruína dos camponeses estava prenunciada textualmente no PBA e, por outro, a globalização agrícola conservadora, conduzida por empresas nacionais e estrangeiras, produziria enormes riquezas, arrancadas da terra espoliada por meio de uma mão de obra superexplorada.

Apesar das divergências iniciais e das oposições ao projeto, a classe dominante, agindo em conformidade com as velhas práticas, faz uso estratégico do discurso da "necessidade", caracterizando a região como território da falta, da ausência e da carência, para afirmar a relevância do PBA, desde que houvesse alguns redirecionamentos, para evitar prejuízos à região. Nessa conjuntura, as frações da classe dominante ora entravam em disputa e ora se

---

[149] Sobre o assunto Cf.: VALENCIO, Norma Felicidade. **Grandes projetos hídricos no Nordeste:** suas implicações para a agricultura no semi-árido. Natal: Ed. Universitária, UFRN, 1995. (Coleção Vale do Açu, v. 8).; VALENCIO, Norma Felicidade. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN.** Recife: Editora Universitária (UFPE), 2008.

[150] MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. 2ª Ed. São Paulo, Contexto, 2012, p. 10.

[151] Ibid., p. 11.

articulavam nas diversas instâncias e órgãos do Estado para fazer valer seus interesses particulares, mascarando-os de interesse público.

Em torno da ideia de "necessidade", presente nos discursos oficiais como elemento de justificativa dos projetos públicos, avaliamos que, em determinados contextos históricos, quando o Estado assume decisões políticas perante clima de fortes tensões sociais, o uso do termo adquire significativa força política, sendo, estrategicamente, utilizado pelos grupos no poder.

Na interpretação de Iná Elias de Castro[152], o regionalismo nordestino como construção de suas elites cimentou imagens sobre a região, alçando-a à dimensão de mito, o "mito da necessidade". O desvendar desse Nordeste implica compreender como essas elites transformaram a seca numa espécie de esfinge grega, que recorrentemente aparece para desafiar e exigir respostas, apresentando-se, na elaboração de Durval Muniz de Albuquerque Júnior[153], "como questão sempre a ser solucionada, permanentemente reposta e que requer soluções diferenciadas, conforme os interesses dessa elite em cada momento".

Observando a discussão de Giorgio Agamben[154] na qual o autor realiza uma análise jurídica acerca do conceito de necessidade e sua relação com sobre o Estado de Exceção, buscamos problematizar como o discurso fundado na "necessidade" política, econômica e social do PBA para o desenvolvimento pleno da região do Vale do Açu e de modo geral do RN, foi eficazmente construído e acionado para blindar e tornar o projeto "irreversível". Para Agamben[155], os autores que concebem a natureza da necessidade como sendo objetiva o fazem de forma "ingênua", pois "a necessidade, longe de apresentar-se como um dado objetivo, implica, claramente, um juízo subjetivo e que necessárias e excepcionais são, e evidente, apenas aquelas circunstâncias que são declaradas como tais".

Nessa perspectiva, observando em conformidade com o prisma jurídico a relação entre Estado de Exceção e necessidade, torna-se evidente que a avaliação sobre a natureza desta última se assenta em questões de ordem moral e política, que podem variar de acordo com o ângulo de quem avalia. Sob uma perspectiva política, quando analisamos o uso do termo no decorrer da implantação do PBA, avaliamos que o recurso à "necessidade" foi posto em ação de modo coercitivo, para efeito de silenciamento das oposições ao projeto, principalmente

---

[152] CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade:** discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992.

[153] ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994, v.14, nº 28, p.120.

[154] AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Trad. Vinícius de Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

[155] Ibid., p. 46, grifo nosso.

aquelas apresentadas pelas classes sociais subalternas. Contudo, há uma questão que gostaríamos de enfocar quanto aos usos políticos da "necessidade".

O "mito da necessidade" em torno do PBA encontrou, na mídia, o principal instrumento para sua divulgação. Como a classe dominante controlava os meios de comunicação, as agências do Estado responsáveis pelo PBA, contavam com a possibilidade de vencer as resistências e conquistar a adesão, ainda que fosse resignada, em face da "necessidade" e "irreversibilidade" do projeto. O artifício da "necessidade" como instrumento legitimador de ações arbitrárias não foi exclusividade da ditadura civil-militar, sendo recorrentemente utilizado na implantação de projetos para o capital que fizeram emergir relações de forças análogas aos períodos ditatoriais[156].

A construção de grandes obras hídricas que foram de encontro aos interesses das camadas mais pobres da população, impondo danos irreversíveis, foi possível em plena vigência democrática. É desnecessário afirmar que durante a ditadura civil-militar elas se instituíram com maior facilidade, dadas as condições ainda mais desfavoráveis às lutas das classes oprimidas, de modo que o arbitrário se impunha com força de lei ou para além da lei.

Para abordagem em particular do PBA, outro aspecto relevante que orienta nosso olhar é esquadrinhá-lo para além de seu desenho oficial, observando seus desdobramentos projetos e planos, buscando entender o que de fato se efetivou e o que se transformou em promessas não cumpridas. É sob esse prisma que poderemos visualizar os interesses e conflitos que o transpassaram, não apenas os que, explicitamente, opunham os setores interessados em sua execução aos pobres do campo, os quais, inequivocamente, sofreriam prejuízos diversos, mas também as lutas no interior da própria classe dominante, que, em face das dimensões e complexidade do PBA, já visualizava as profundas alterações no território, mudanças nas relações de poder na região e problemas sociais de largo alcance.

Nesse contexto, valemo-nos de um conjunto variado de fontes que possibilitaram examinar as continuidades e descontinuidades desse projeto no interior das propostas oficiais, como explicitamos na abordagem de sua gênese. O confronto entre os órgãos do Estado e os diversos segmentos da sociedade que foram impactados com o Projeto se evidencia desde o momento inicial de sua apresentação à sociedade potiguar. A situação dos pequenos

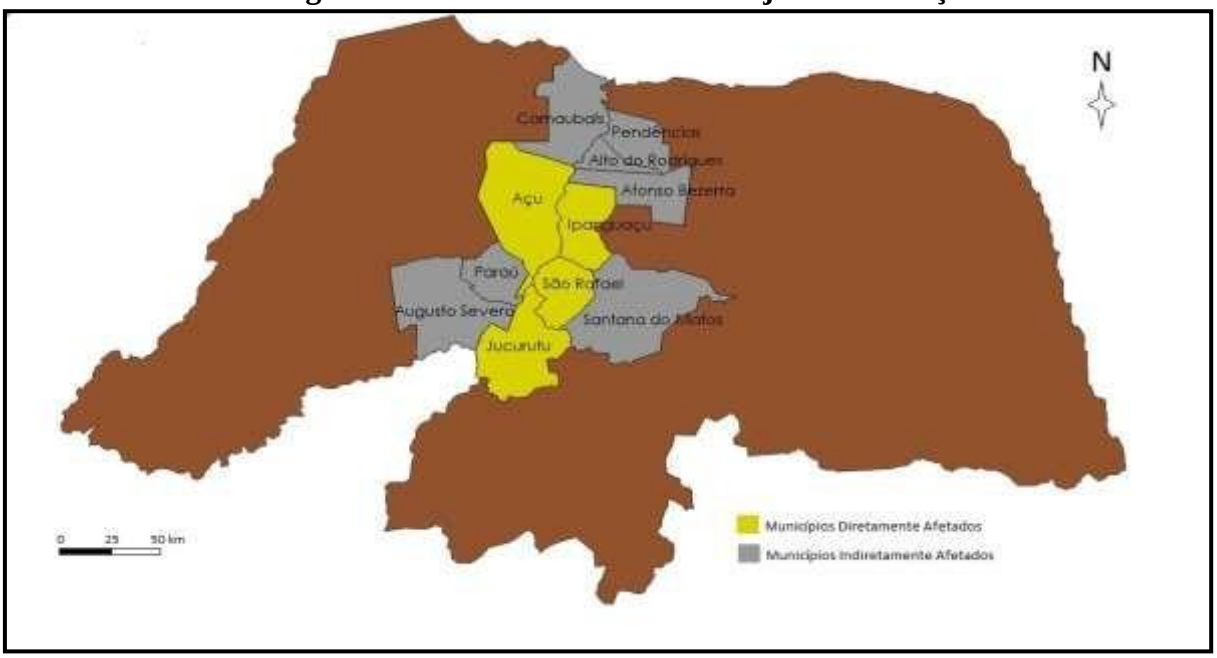
[156] Em 2011, foi assinado o decreto nº 0-001, 10/06/2011, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo DNOCS, uma área de 13.855,13 hectares, localizados no município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte em nome da "necessidade" do desenvolvimento rural. Centenas de famílias expropriadas iniciaram um processo de luta e resistência ao chamado "Projeto da Morte" como ficou conhecido o Projeto de Irrigação Santa Cruz de Apodi. A construção da Usina de Belo Monte é outro exemplo de projeto forjado no discurso da necessidade e que foi imposto durante esse mesmo período democrático à revelia dos interesses e necessidades dos povos da floresta, dos camponeses tradicionais e dos altos custos ambientais e econômicos.

proprietários e dos agricultores sem terra que estavam situados na área de construção da bacia hidráulica será abordada no capítulo terceiro desta tese.

Os atores sociais que tratamos aqui são oriundos das classes sociais diversas: grandes proprietários rurais, meeiros, arrendatários, parceiros, pequenos proprietários e camadas médias urbanas, agregados em suas organizações de classe ou atuando de forma dispersa, buscando influir no processo, defendendo seus interesses junto aos organismos do Estado, imprensa ou através da Igreja Católica, que se tornou um grande ator político durante o processo de implantação do PBA.

A grande extensão do PBA apresentada no Decreto nº. 76.046 estabelecia uma área de influência que englobava direta e indiretamente 11 municípios. No primeiro caso encontravam-se os municípios de Jucurutu, São Rafael, Ipanguaçu e Assú, onde seriam instaladas: a bacia hidráulica da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a primeira etapa do perímetro de irrigação. No segundo caso, incluíam-se os municípios de Santana do Matos, Paraú, Augusto Severo, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto do Rodrigues e Pendências, os quais, em razão da proximidade das obras, seriam influenciados de maneira significativa[157]. O mapa abaixopermite uma melhor visualização da área de influência do Projeto Baixo-Açu no território do Rio Grande do Norte:

Imagem 1 - Área de influência do Projeto Baixo-Açu



Fonte: Adaptação da autora.

[157] O PBA situa-se entre as coordenadas 05°14'30" e 06°08'30", latitude Sul, e 36°43'00" e 37°07'00", longitude WG. Pelo Decreto inicial, a área de influência totalizava 878.200 ha, sendo que 457.00 ha correspondiam aos cinco municípios diretamente atingidos e 421.200 ha pertenciam aos municípios que seriam indiretamente impactados.

O Projeto Baixo-Açu estabeleceu três etapas distintas: a 1ª correspondia à construção do açude para garantir segurança hídrica à agricultura irrigada; a 2ª apresentava o assentamento da população desalojada pela bacia hidráulica com instalação de polo pesqueiro à montante da barragem; e a 3ª estabelecia um projeto público de irrigação à jusante da barragem. É importante destacar que o DNOCS havia estabelecido fases para a consecução do Projeto Público de Irrigação, as quais deveriam ocorrer concomitantes a primeira etapa. Contudo, a proposta suscitou forte oposição dos grandes proprietários rurais situados na área desapropriada.

Os técnicos do DNOCS[158] apresentaram, na seguinte ordem, as fases do processo de instalação Perímetro Público de Irrigação: a) irrigação, com abrangência de 7 hectares do lado direito do Rio, indo de Assú a Ipanguaçu (comunidade do Arapuá), chamada de fase experimental; b) após 4 anos, será instalada a segunda fase, ocupando 8 hectares da faixa esquerda até o município de Pendências; e c) implantação, após 6 anos (dois após a 2ª), de área irrigada com 7 hectares dos tabuleiros. A nova proposta foi vista como ameaçadora não apenas pelo gigantismo da obra, mas em razão de seus elevados custos econômicos, sociais e ambientais.

Considere-se, ainda, que os proprietários rurais estavam profundamente temerosos com as indenizações, tendo em vista que, em outras áreas onde o DNOCS havia desapropriado, o preço ficara bem abaixo do valor real dos imóveis. Lembravam os proprietários do Vale do Açu que a região já passara pela amarga experiência de parcos valores indenizatórios na década de 1950 com a construção do Açude Pataxó, quando se registrou, inclusive, o não pagamento de indenizações[159]. Havia, ainda, o agravante das parcas indenizações que os levavam as vexatórias ações judiciais que moviam os recém-desapropriados no RN para instalação dos perímetros Itans, Cruzeta, Pau dos Ferros e Sabugi, com início no ano de 1973:

> [...] a espoliação acobertada pelas desapropriações é uma constante. E tem sido nossa permanente preocupação denunciar estes abusos. Ainda na Legislatura passada, na sessão de 29 de novembro de 1973, transmitimos a esta Casa o que ocorria na região do Seridó, em Cruzeta, quando 69 propriedades foram desapropriadas por importâncias verdadeiramente iníquas. Em Caicó, no projeto do açude Itans, o hectare foi pago à razão de Cr$ 60,00, deixando muitas famílias na mais rigorosa miséria. E,

[158] Os técnicos do DNOCS apresentaram o PBA no Simpósio para o Desenvolvimento do Vale do Açu, ocorrido em janeiro de 1977, na cidade de Açu. Adiante discutiremos mais detalhadamente esse evento.

[159] Por ocasião da visita do Ministro do Interior Rangel Reis ao RN em outubro de 1975, o senhor Expedito Dantas Silveira entregou ao governador Tarcísio Maia (ARENA) um memorial, solicitando que este repassasse o documento ao Ministro. No referido documento constava a reivindicação do pagamento de indenizações de 14 proprietários, que tiveram suas terras submersas pelo Açude Pataxó, construído pelo DNOCS entre os anos 1951 e 1953 no município de Ipanguaçu.

> nesta indigência, simplesmente não há condições para a sustentação de caras, tortuosas e intermináveis demandas judiciais[160].

As contradições da modernização agrícola no projeto de desenvolvimento do Vale do Açu eram flagrantes. As melhores projeções dos efeitos positivos do PBA vinham sempre acompanhadas da ruína das comunidades camponesas, dos pequenos proprietários e sérios danos ao meio ambiente. Acrescentem-se, ainda, os vultosos investimentos públicos que serviram, em larga medida, aos donos do capital para ampliação das empresas rurais e o pleno desenvolvimento de agroindústrias no território potiguar, como se verificou nas duas décadas que se seguiram com o Vale do Açu se transformando no território do agrohidronegócio[161].

Os anos de 1975 e 1976 transcorreram sem que o DNOCS se dispusesse a trazer o PBA ao debate público. Diante da paralisia econômica em que se encontrava a região, os proprietários rurais exigem uma posição do DNOCS. Em janeiro de 1977, tem início uma significativa mobilização política para promover o I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu, organizado pela Secretaria Estadual de Trabalho e Bem Estar Social com o apoio da Prefeitura de Açu e da Fundação Padre Ibiapina. Não há dúvidas de que os grandes proprietários rurais, chefes políticos e Igreja Católica foram os principais articuladores, que ateste o fato de se encontrar à frente da Secretaria Estadual de Trabalho e Bem Estar Social, Otomar Lopes Carvalho[162]. No evento, o PBA foi apresentado parcialmente por técnicos do DNOCS[163] e

---

[160] BRASIL: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Discurso do Deputado Federal Henrique Eduardo Alves. Diário do Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional. Ano XXX, Nº 132, 25/10/1975. Seção I, 9369-9370. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25OUT1975.pdf#page=>. Acesso em 13/08/2016.

[161] O conceito de agrohidronegócio foi construído há pouco mais de uma década por geógrafos brasileiros para definir "o modelo agroexportador brasileiro e sua marca destrutiva intrínseca", analisando, dentre outras dimensões, as estratégias de monopolização da terra e da água pelo capital para a produção de *commodities* bem como os conflitos envolvendo comunidades tradicionais ribeirinhas, quilombolas, etc., nos territórios demarcados pelo agrohidronegócio. Embora, em nossa pesquisa, esse conceito não tenha centralidade, é importante trazê-lo ao debate, pois as empresas agrícolas que cobiçavam o controle da terra assim como da água e se estabeleceram na região do Vale do Açu a partir da implantação do PBA encontraram as condições para transformar esse território no vale do agrohidronegócio no Rio Grande do Norte. Cf.: THOMAZ JUNIOR, A. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI.** Campo Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 21-38, 2010. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042> Acesso em: 24/08/2017.

[162] Otomar Lopes Cardoso havia construído fortes vínculos com a Igreja Católica com influência de Dom Eugênio Sales. Era membro da Juventude Estudantil Católica (JEC), teve sua formação na Escola de Serviço Social que pertencia a Arquidiocese de Natal, foi o primeiro diretor da Rádio Rural e assumiu uma posição importante como Diretor do Serviço de Ação Rural (SAR), que o possibilitava entrar em contato com a realidade social e econômica do campesinato potiguar. É provável que o interesse do Secretário pela realização do I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu buscasse, também, atender às reivindicações do clero para a realização de debates sobre o PBA.

[163] O Simpósio ocorreu de 17 a 19 de janeiro de 1977. Durante esse período, a cobertura foi feita pelo jornalista João Batista Machado e publicadas no Diário de Natal. O teor das matérias guarda muitas similaridades com o documento publicado pela Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. O Diário de Natal trouxe matérias sobre os 10 temas abordados durante o evento. Quase todas elas traziam no título a "irrigação do Baixo-Açu" e

alguns de seus aspetos discutidos com pesquisadores, prefeitos e vereadores, parlamentares, Igreja Católica e proprietários rurais.

Apesar de todo o esforço dos técnicos do DNOCS em propalar a grandiosidade do PBA para o pleno desenvolvimento econômico e social para a região, ao fim do evento, as dúvidas relacionadas aos benefícios oferecidos se multiplicaram em virtude do volume de problemas por ele acarretados. Mesmos que os dados do progresso econômico pudessem despertar o interesse social, a falta de conhecimento ou a desautorização por parte do DNOCS, para que os técnicos tratassem dos valores das indenizações e apresentassem os prazos das obras, provocou frustração e desconfiança entre os presentes.

No documento produzido pela Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social[164] sobre o Simpósio, encontramos, na fala dos técnicos do DNOCS, as benesses do PBA, que "mudará radicalmente a estrutura atual do Vale, beneficiando, indiretamente, mais de 10 mil pessoas. Quando o projeto estiver totalmente implantado, mais de 3.500 colonos estarão cultivando suas terras, utilizando a moderna tecnologia".

Autoridades e proprietários rurais presentes no Simpósio questionaram o DNOCS acerca do descumprimento do pagamento das indenizações em outros processos desapropriatórios, exemplificando o caso do açude Pataxó. Apontaram, também, as baixas indenizações realizadas no ano de 1973 para instalação dos primeiros perímetros irrigados no RN e a existência de sérios problemas nos programas de irrigação, que estavam sob a supervisão DNOCS.

Apesar das restrições, os prefeitos manifestaram-se favoráveis ao projeto. O gestor municipal de São Rafael, Almáquio Soares, alertou, na ocasião, que "gato escaldado tem medo de água quente. Os projetos do DNOCS implantados no Ceará não deram o resultado esperado"[165]. Os técnicos que representavam o órgão tentaram responder essas questões apresentando o "know how" acumulado pelo DNOCS em projetos de irrigação e exaltaram o caráter faraônico da obra, como forma de afiançar o sucesso do órgão nesta empreitada no Vale do Açu.

Ademais, foi constituída uma comissão para a redação do Relatório do I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu[166], que apresentou cinco pontos considerados prioritários nos

centravam nos números e cifras do "desenvolvimento" que o PBA traria para o Vale do Açu, apresentados pelos senhores Dilmo Freitas, Vicente Pontes e Itiel Gomes, técnicos do DNOCS presentes no evento.

[164] No documento elaborado por Otomar Lopes Cardoso, lê-se que o objetivo do trabalho é "testemunhar o interesse coletivo pelo destino de uma das mais importantes regiões do Estado".

[165] Cf.: O Poti. 23.jan.1977.

[166] Integravam a Comissão para elaboração do Relatório: Edgar Montenegro – grande proprietário rural; Antônio Marques e Antônio Ribeiro Dantas – sociólogos vinculados à Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social; João

debates, sugestões e reivindicações relacionadas à implantação do projeto de irrigação do Vale do Açu. Em nenhum destes pontos, figurou a situação do município de São Rafael, que teria a área urbana e boa parte das terras de agricultura naufragadas, verificando-se um distanciamento entre a bacia hidráulica e a bacia de irrigação nos debates. As chamadas "lideranças locais" já haviam desistido da luta pela construção de barragens de médio porte, que evitaria o naufrágio de São Rafael, e das minas de mármore e sheelita, as quais estavam na pauta de reivindicações em 1975. Discordavam-se, ainda, da grande barragem, não evidenciavam como antes, exceto quanto aos problemas que poderia causar à área situada à jusante.

Seguindo essa perspectiva, o documento produzido pela Comissão enfatizava aspectos problemáticos do projeto de irrigação apresentado pelos técnicos do DNOCS, pondo em destaque: o desabastecimento natural da Lagoa do Piató, com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves; a estagnação da economia rural do Vale do Açu, devido à suspensão dos financiamentos pelas agências bancárias com danos considerados vultosos; e outro ponto crucial:

> O projeto ocupará, exatamente, a área de melhor produção das propriedades rurais do Vale do Açu, onde, naturalmente, existe toda uma infra-estrutura de habitação, irrigação, culturas de melhor rendimento, currais, etc. O excedente, são áreas cujo aproveitamento demandaria tempo já que, nas atuais circunstâncias, as mencionadas áreas somente são utilizáveis para agricultura de arbóreos e pecuária extensiva. Impõe-se, deste modo, a necessidade de apoio técnico para aproveitamento racional dessas terras, dando condições ao homem de instalar-se efetivamente nas novas atividades, evitando o êxodo rural[167].

No texto grifamos uma das principais reivindicações dos proprietários do Vale do Açu: retirar do projeto a área considerada de melhor potencial agrícola situada à jusante da barragem e que, segundo os proprietários, o DNOCS não explicava como iria utilizar. Fazendo as contas, o decreto desapropriou 158.476,84 ha (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis hectares e oitenta e quatro ares); destes, 67,036 ha (sessenta e sete mil e trinta e seis hectares) seriam abrangidos pela bacia hidráulica e faixa seca do açude público "Eng. Armando Ribeiro Gonçalves", e 91.440,84 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares), para o projeto de irrigação, esta última área nos Municípios de Assú, Ipanguaçu,

Batista Machado – jornalista responsável pela cobertura do evento a serviço do Jornal Diário de Natal; Joacy Medeiros – publicitário e Padre Francisco Canindé – Pároco do Assú. Cf.: RIO GRANDE DO NORTE: Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social: Relatório do I SIMPÓSIO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO AÇU. Série Documentos. Vol. I, 62p.

[167] RIO GRANDE DO NORTE: Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social: Relatório do I SIMPÓSIO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO AÇU. Série Documentos. Vol. I , p. 60. Grifos nossos.

Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto Rodrigues e Pendência, onde se localizava a "a área de melhor produção das propriedades rurais do vale do Açu".

A área denominada "excedente", a qual os proprietários pleiteavam sua retirada do PBA, correspondia a 69.440 hectares. Esta área será reivindicada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN (FETARN) para assentamentos de reforma agrária dentro do PBA, contrapondo-se aos proprietários rurais. Retomaremos a discussão desse tema no capítulo terceiro, no qual abordamos as lutas dos trabalhadores rurais por terra de trabalho e moradia.

É intrigante que, em 1977, importantes membros do governo estadual e líderes políticos desconhecessem o Projeto Baixo-Açu, tendo em vista que, em 1970, o então governador Tarcísio Maia ocupara o cargo de representante do Ministério da Educação na Sudene e, embora o PBA estivesse sob a responsabilidade direta do DNOCS, as discussões a respeito desses projetos estavam presentes na Sudene. Por outro lado, Tarcísio Maia havia sido indicado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que apoiava a ditadura, para governar o RN no período de 1975 a 1979, mantendo fortes vínculos com importantes setores e órgãos públicos federais.

O governador Tarcísio Maia vinha canalizando esforços desde 1975 para a implantação do projeto de irrigação no Vale do Açu, com registro para o importante encontro entre o governador, o Ministro do Interior Rangel Reis, o Diretor Geral do DNOCS, Osvaldo Pontes e Jader de Carvalho, Presidente do GEIDA, no segundo semestre desse mesmo ano, para tratar especificamente do PBA. Acrescente-se, ainda, o debate no Congresso Nacional e o memorial entregue a Rangel Reis pelos deputados estaduais e federais do MDB. É certo que não houve avanço significativo com o ministro, exceto pela inclusão da área de tabuleiros no projeto de irrigação, significando que havia flexibilização para reduzir a desapropriação das áreas de aluvião, que eram as que mais interessavam aos proprietários rurais.

A análise dos documentos do I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu deixou evidente a ausência da população rural pobre, formada por proprietários e não proprietários (parceiro, arrendatário e morador). Os sindicatos de trabalhadores rurais do Vale do Açu ainda não haviam articulado suas bases para participar dos debates sobre o PBA, e a maioria dos dirigentes sindicais de trabalhadores rurais desta região acreditava que os interesses da classe estavam bem representados pela Igreja Católica, que autoproclamava a defesa desses setores. No Rio Grande do Norte, a exemplo do que ocorreu em todo o país, a Igreja Católica denunciava a injustiça social e econômica vivenciada pelos camponeses, no entanto mantinha uma visão restritiva do lugar social desses sujeitos ao representá-los como culturalmente limitados e politicamente impotentes na defesa de seus direitos.

Grosso modo, deriva da concepção elitista sobre o campesinato – da qual partilhava outros setores da sociedade brasileira – a necessidade da mediação qualificada da Igreja Católica em favor de uma massa despossuída e analfabeta, sujeita aos reclamos de quaisquer forças que lhes convocasse[168]. Devemos considerar, ainda, que a conjuntura política não favorecia a mobilização dos camponeses. É possível que as dificuldades de organização dos camponeses para ações diretas tenham sido um dos fatores que levaram os sindicatos de trabalhadores rurais da região a investir de modo mais incisivo na articulação da luta institucional.

A partir da análise dos diversos documentos, acreditamos que o Encontro de Ipanguaçu, em 27 de abril de 1979, assinalou o acordo entre a classe dominante e o DNOCS, firmando o apoio desta ao PBA. Articulado pelo DNOCS e as siglas políticas – MDB e ARENA – nos quais se abrigavam importantes frações da classe dominante, contanto com o apoio midiático da Tribuna do Norte e Rádio Cabugí, o grande encontro de Ipanguaçu reuniu: sete prefeitos; três deputados estaduais, os quais tinham vínculos políticos mais fortes na região; representantes de órgãos do Estado; os vigários das paróquias da região do Vale do Açu; representação de sindicatos de trabalhadores rurais e os "líderes", que tinham voz e forte peso político na tomada de decisões. O "Documento" final do encontro foi assinado por parlamentares, membros do governo e as "lideranças políticas" do Vale do Açu e pode ser dividido em duas partes: a decisão do apoio político ao PBA e um conjunto de recomendações e reivindicações. A decisão, precedida de um preâmbulo, foi apresentada nestes termos:

> O projeto de irrigação do Baixo-Açu, a partir da construção da barragem engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, é um velho sonho da região e merece todo o apoio na medida em que se constitua instrumento de transformação social, visando à utilização dos recursos da água e do sol, ao aumento da produtividade, ao fortalecimento da estrutura rural, desde que tais objetivos, sirvam a um maior bem estar do homem e à retribuição de o seu trabalho em níveis de dignidade e justiça[169].

O propósito era aglutinar todas as forças políticas, a fim de assegurar a construção da barragem para impulsionar a modernização agrícola, mas conservar os interesses dos grandes

[168] Para fortalecer sua influência no meio rural, a Igreja Católica no RN criou, no ano de 1949, o Serviço de Assistência Rural (SAR). Posteriormente o SAR se transforma num importante instrumento político de que se serve a Igreja Católica para impor um dique à infiltração comunista entre os camponeses. Sobre o assunto, Cf.: ROCHA FILHO, Ruy Alkmin. **O Som das Lutas:** a Rádio Rural e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1960-1964). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/disserta_ruy_sindicatos_rurais_rn.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

[169] 500 agricultores debatem o Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN. 28.abr.1979.

proprietários, sem alterar a estrutura rural, ao contrário, fortalecendo-a. A demonstração pública dessa aliança em torno do PBA era uma sinalização para o DNOCS de que deveria considerar os interesses dessas forças. O documento recebeu 16 assinaturas e nenhuma destas é de representação dos trabalhadores rurais, embora a senhora Marlúsia Saldanha – Secretária de Trabalho e Bem-Estar Social, representando o governador Lavoisier Maia, tenha saudado a "democracia" deste encontro, que, em sua acepção, teve uma significativa participação popular.

O DNOCS era o órgão mais cobrado a fornecer informações acerca do PBA, contudo o governo do Estado do RN não ficava isento das reivindicações de informações mais precisas e específicas sobre quais eram os valores das desapropriações e quando seria apresentada a tabela de pagamentos. Como e quando seria feita a transferência da população desalojada a montante da barragem? Como ficará a situação dos agricultores que não receberiam indenizações? Quando e onde seria iniciada a construção da nova cidade de São Rafael?

Dessa forma, quase às vésperas da construção da barragem, os questionamentos ao PBA ainda se ancoravam sobre questões anteriores que confrontavam o antigo e o novo projeto de irrigação no Vale do Açu. O deputado federal Djalma Marinho (ARENA) questionou: "Por que não executar o projeto, aproveitando os estudos anteriormente realizados no Boqueirão de Oiticica? Lá não há cidades a afogar, não há cultura a erradicar e a sua eficácia se tornará harmoniosa. Por que abandonaram esses estudos?"[170]

O silêncio do DNOCS, em torno das questões acima, voltou a acirrar as tensões na região e provocou a reação de setores e classes sociais envolvidas no debate. A Igreja Católica organizou o 4º Encontro Zonal que tratou especificamente das questões sociais do PBA. O evento ocorrido em agosto de 1979 no município de Ipanguaçu, reuniu pequenos e médios proprietários e agricultores não proprietários, prefeitos e vereadores de municípios da região e entidades representativas dos trabalhadores rurais. Foi divulgada uma Nota, que apresentava, em seis pontos, as denúncias da grave situação em que se encontravam os produtores rurais e a população de São Rafael, a mais atingida com o projeto:

> 1) A não reativação do crédito para investimento em toda a área de abrangência do projeto; 2) A não publicação da tabela de preços para as indenizações; 3) O pagamento de indenizações que não correspondem ao real e justo valor dos imóveis desapropriados; 4) O fato de ter sido iniciada a construção da barragem sem terem sido pagas todas as indenizações da chamada bacia hidráulica; 5) A falta de informação concreta no tocante a relocação da população rural de São Rafael até o presente momento; 6) A falta de respeito permanente a população atingida em relaçãoa execução, mudanças e indefinições processadas no atual estágio de implantação doreferido projeto[171].

[170] DJALMA adverte Ministro quanto à barragem do Açu. **Diário de Natal**. Natal-RN. 12.jun.1979.
[171] DESCASO do DNOCS com o povo do Vale é denunciado pela Igreja. **Diário de Natal.** Natal-RN. 14.ago.1979.

A suposta ausência de conhecimento dos representantes de órgãos estaduais acerca do PBA expressou-se na primeira reunião da Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu[172], que ocorreu em 12 de julho de 1979, em Fortaleza, quando o Secretário de Agricultura do Rio Grande do Norte, Antônio Ronaldo de Alencar Fernandes, externou que "eu até agora me omiti deste projeto propositadamente, tenho omitido a dar opiniões, exatamente por não conhecê-lo melhor, tenho evitado ir à Assembléia, tenho evitado relacionamento com os jornais, não compareci à reunião de Açu, não fui à Câmara dos Vereadores [...][173].

Nos três primeiros encontros da Comissão Especial, ocorridos no segundo semestre de 1979, visualiza-se a articulação do DNOCS com o governo do RN[174], demarcando ações estratégicas para a implantação do PBA. O governo do RN responsabilizou-se em mobilizar recursos para as obras de infraestrutura, a exemplo das estradas bem como da construção da nova cidade de São Rafael, e, em relação a esta última, "não representa em termos do próprio programa habitacional, para o governo, percentualmente, nem cerca de 5% do total de casas", segundo afirmou o Secretário de Planejamento, Esequias Pegado Cortez.

Nessa lógica, trazer a participação ativa do Estado do RN, como parceiro de vital importância para a execução do PBA, reveste-se de uma significativa importância, pois o Estado do RN ficou desaparecido nas discussões sobre o PBA. Parte-se do pressuposto de quea classe dominante no Estado estava alheia, ignorava o seu teor e não se registra sua efetiva contribuição. É possível que o governo do Estado não desejasse aparecer como parceiro no PBA, tendo em vista as inumeráveis críticas aos problemas sociais que se avolumavam, à medida que o projeto se implantava.

---

[172] Diante da grande resistência e oposição ao PBA, o MINTER publicou a Portaria Ministerial nº 335 (04/12/1978), criando a Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu constituída por 1(um) representante dos seguintes órgãos: DNOCS – Osvaldo Pontes (Presidente); Comissão Especial Executiva dos Projetos de Irrigação do RN (COMIRGA); SUDENE; Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Norte; Ministério do Planejamento (SEPLAN). Além de servir como preparação para o estabelecimento de uma diretoria do DNOCS no RN, segundo Osvaldo Pontes, o objetivo da Comissão era "estudar, analisar e apresentar soluções para os problemas que estão se verificando no Vale do Baixo-Açu – Rio Grande do Norte, decorrentes da implantação, ali, pelo DNOCS do Projeto Baixo-Açu" (Ata da 1ª Reunião da Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu, instituída pela Portaria Ministerial nº 335/79).

[173] Ata da Primeira Reunião das Reuniões da Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu – RN, em12 de julho de 1979. Arquivos do NUT-SECA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[174] O governo do RN instituiu um Grupo de Trabalho para atuar junto ao DNOCS. Compunham a equipe: Esequias Pegado Cortez (Secretário do Planejamento), Vauban Bezerra de Farias (Secretário dos Transportes e Obras Públicas), Marlúsia Saldanha (Secretária de Trabalho e Bem-Estar Social) e Antônio Roberto Teixeira Ferreira (Assessor Técnico da SEPLAN).

O último encontro da Comissão, em dezembro de 1979, espelhava a arregimentação feita pelo DNOCS, com a participação de diversos órgãos públicos federais, incluindo a Sudene, além da equipe ampla do governo do Estado do RN com poderes de decisão. Osvaldo Pontes – diretor-geral do DNOCS – foi enfático ao afirmar que "Esse projeto é um projeto do DNOCS, do governo federal e também do governo estadual. Nós temos que desenvolvê-lo".

2.4 GRANDES EMPRESAS NA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES

Como todas as grandes obras, o PBA exigia uma sangria contínua de recursos públicos. A contratação de empresas começou com a necessidade de realizar o estudo de viabilidade, para o qual fora contratada a Serete. Outras empresas foram licitadas no decurso da implantação do PBA e os órgãos responsáveis teriam que buscar recursos para pagamento das indenizações, deslocamento da população, construção da nova cidade, apenas para citar os maiores custos do projeto. Encontramos diversas cifras que vão indicando, em escala crescente, as somas vultosas destinadas à construção da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Nosso objetivo na discussão deste tema é apontar as conexões entre as empresas envolvidas na construção da barragem e os órgãos públicos responsáveis pela obra.

A viabilidade econômica, social e ambiental das grandes barragens foi seriamente contestada por profissionais de campos diversos, ao passo que suas desvantagens evidenciavam dispêndio de recursos, não consecução dos objetivos propostos, ausência de planejamento integrado para o desenvolvimento das regiões onde foram construídas e, por fim, danos irreversíveis ao território e à população atingida.

No Brasil, a década de 1970 foi bastante significativa no processo de deslocamento forçado e a expropriação de enormes contingentes humanos, com a construção de grandes barragens. Comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas foram as mais atingidas. A natureza desses processos, sua abrangência em nível nacional e a dimensão da barbárie em que se encontravam os atingidos por estas obras, são desafios que ainda exigem esforço dos cientistas sociais no sentido de compreender suas implicações e os sentidos que lhes foram conferidos pelos atingidos.

Se acrescentarmos os múltiplos desastres ambientais, algumas dessas obras assumem a dimensão de uma catástrofe inimaginável. Sob a égide do projeto desenvolvimentista, a construção de grandes barragens no Brasil para a geração de energia elétrica obterá impulso significativo durante a ditadura civil-militar, quando essa política se expande vertiginosamente,

passando a ter importante lugar na construção da ideologia "Brasil, grande potência". O modelo de desenvolvimento em voga não considerava os impactos sobre os territórios e a natureza, desde que o trem do desenvolvimento pudesse correr livremente. O processo secular de apropriação dos territórios, seguido da expropriação das comunidades foi interpretado por Ailton Krenak como incessante, pois, "Enquanto tiver um grama de minério, algum rio correndo ou uma floresta em pé, haverá um doido inventado e justificando programas que chama de desenvolvimento"[175].

O Brasil é o nono país com o maior número de barragens, seja para a irrigação, controle dos rios ou para ampliar a potência energética do país[176]. Nos territórios onde foram construídas, as grandes barragens expuseram de forma "flagrante como as populações atingidas são vítimas de uma profunda desestruturação social provocada pela expropriação territorial e pelo deslocamento compulsório, muitas vezes com compensações injustas, irrisórias ou inexistentes", como caracterizou Nathalia C. C. de Oliveira[177].

As denúncias de corrupção, malversação dos recursos públicos e problemas congêneres na construção de grandes obras hidráulicas se tornaram comuns. A pesquisa instigante de Patrick Macculy[178] traz uma discussão sobre "Represas y corrupción", na qual o autor faz uma abordagem acerca da forte relação entre corrupção e grandes obras hidráulicas. Mesmo que seja verificada em diferentes países, com níveis de desenvolvimento diferenciados, a corrupção é sempre mais perniciosa nos países de frágil democracia e economicamente dependentes, como foi o caso do Brasil:

> Es probable que las grandes represas construidas sobre el río Paraná constituyan los casos más infames de corrupción. El periodista brasileño Paulo Schilling y el ex legislador paraguayo Ricardo Canese se refirieron a la construcción de Itaipú como "el fraude más grande de la historia del capitalismo". En un principio se previó que Itaipú costaría 3,4 mil millones de dólares, pero la cantidad de dinero que los dictadores militares de Paraguay y Brasil y sus secuaces retiraron para ellos hizo que la suma se elevara a 20 millones de dólares.[179].

---

[175] O depoimento da liderança indígena Ailton Krenak se encontra no folheto "Balbina: ameaça e destruição na Amazônia", produzido pelo Movimento de Apoio a Resistência Waimiri- Atroari. Na apresentação, traz a dura crítica de Roberto Messias Franco, Secretário Especial do Meio Ambiente (SIMA), denunciando: "Balbina nunca mais! Essa hidrelétrica é a maior estupidez do programa energético brasileiro. Ela tem que ser a última. O Brasil não pode se dar ao luxo de repetir desastres como este".

[176] Cf. MACCULY, Patrick. **Ríos Silenciados:** Ecología e política de las grandes represas. PROTEGER:Ediciones, 2004. A construção de barragens como Sobradinho (Rio São Francisco), Itaipú (Rio Paraná), Tucuruí (Rio Tocantins), Balbina (Rio Uatumã) e Ilha Solteira (Rio Paraná) causaram graves impactos sociais e ambientais.

[177] OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História.** Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, mai/ago 2018, p. 39. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-87752018000200003. Acesso em 13/05/2019.

[178] Op.cit., 2004.

[179] Ibid. p. 302.

Logo adiante, o autor trata das relações entre os organismos financiadores destas obras e as empresas contratadas para a construção:

> La importancia de la ayuda financiera para la industria de las represas junto con las estrechas relaciones entre las consultorías, las compañías constructoras y las agencias de ayuda, inevitablemente exponen al sistema a la corrupción en el momento de decidir sobre la viabilidad o no de una represa, si los impactos sociales y ambientales van a ser "aceptables" y si debe o no recibir apoyo financiero.[180].

A pesquisa de Pedro Henrique Pedreira Campos[181], tratando da relação entre as empreiteiras e a ditadura civil-militar no Brasil para o período de 1964 a 1988, desvelou como as "estranhas catedrais" foram construídas e como as construtoras se entranharam nas diversas instâncias de poder do Estado. A leitura dessa pesquisa nos instigou a pensar algumas questões envolvendo as empresas contratadas para a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

A relação custo-benefício do PBA era, recorrentemente, posta em discussão. E não se abordavam apenas os custos financeiros com a execução da obra, incluíam-se as perdas sociais, econômicas e ambientais. As cifras para a construção da barragem se alteravam assombrosamente. Em 1978 *A República*, órgão oficial da imprensa do RN, informou que a barragem estava orçada em Cr$ 487.000.000,00 para o ano referido[182]. Em discurso no plenário, o senador do RN, Jessé Freire, informou que os custos iniciais do PBA eram da ordem de Cr$ 495 milhões e que, em longo prazo, a previsão era de Cr$ 5 bilhões e 200 milhões "a preços atuais"[183].

O problema com recursos para a construção da barragem se evidenciava com o passar do tempo. Dois anos após a assinatura do Decreto nº. 76.046, não havia notícia de licitação para a obra. Em 1977, a matéria *UNITED Brands quer financiar a colonização do Vale do Açu*, estampada n'O *Diário de Natal*, tratava do interesse de uma multinacional do setor da fruticultura em financiar o PBA. A mesma matéria trouxe uma entrevista com Osvaldo Pontes, Diretor Geral do DNOCS, que, na abordagem da proposta, manifestou estar em desacordo com as exigências da empresa[184]. A terra do Vale do Açu era cobiçada por uma das empresas gigantes na bananicultura mundial. O assunto em torno da possibilidade de as terras do Vale

---

[180] Ibid. p. 315.
[181] CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais:** as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.
[182] BARRAGEM do Açu um projeto vital para o RN. **A República**. Natal-RN. 01.ago.1978.
[183] JESSÉ Freire fala no Senado sobre o Projeto do Baixo-Açu. **A República**. Natal-RN. 30.ago.1979.
[184] UNITED Brands quer financiar a colonização do Vale do Açu. **Diário de Natal**. Natal-RN. 14.set.1977.

serem abocanhadas pela multinacional perdurou por alguns meses, instigando Eldan Veloso, coordenador da COMIRGA, a manifestar-se sobre a questão, afirmando que era "pura fantasia"[185].

Dias depois, lia-se que, no *Diário de Natal*, a United Brands[186], dispondo de dados sobre o potencial das terras do Vale para a produção de banana, exigia 3.000 mil hectares em área contínua, com as quais obteria um lucro anual de 20 milhões de dólares[187]. A União e o Estado não arriscaram bancar as exigências da United Brands, seguramente, em face das fraturas políticas que haveriam de ocorrer, pondo em risco as bases de apoio político da ARENA. A resistência dos grandes proprietários rurais à proposta da United Brands foi expressa, ainda em 1977, por Edgar Montenegro, ex-deputado estadual, na fase em que havia profundas críticas das classes dirigentes ao PBA[188].

Como a "maior obra licitada pelo Ministério do Interior, através do DNOCS"[189], afirmação do engenheiro Mário Coutinho da empresa Andrade Gutierrez, a barragem do Açu seria bem disputada pelas construtoras. O jornal Diário de Natal trouxe detalhes no Edital de Licitação, onde constava que a empresa concorrente deveria dispor de um capital mínimo de 200 milhões de cruzeiros e a necessidade "um depósito de 4 milhões como caução de participação".

O PBA estava vinculado ao Ministério do Interior e sua construção ficou a encargo do DNOCS. Havia, também, uma Comissão Especial Executiva dos Projetos de Irrigação do RN (COMIRGA), que acompanhava de perto as obras da barragem e respondia diretamente ao DNOCS. Três empresas foram contratadas pelo DNOCS: a Andrade Gutiérrez, empreiteira responsável pela construção da Barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, obra fulcral ao PBA; a Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda, responsável pelas pesquisas acerca dos controles de impactos e planejamento para os usos do reservatório; e a Hidroterra, a quem cabia a fiscalização das obras de engenharia realizadas pela Andrade Gutiérrez.

---

[185] NADA de multinacional. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 16.mar.1978.

[186] A United Brands Company nasceu em 1970, fruto da fusão entre a United Fruit e a AMK. Posteriormente se transforma em Chiquita Brands International. Sobre o assunto ver: ALBANO, Gledson Pinheiro. Multinacionais e Neocolonialismo: A atuação da United Fruit Company na América Latina no século XX. **Revista GeoSertões** (Unageo/CFP-UFCG). n. 1, vol. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/4/16. Acesso em: 25/05/2018.

[187] BARRAGEM. **Diário de Natal.** Natal-RN. 16.mai.1978.

[188] Edgar Montenegro era membro de uma família que possuía latifúndios na região do Vale e que havia conseguido inserir-se nos organismos do Estado. Ele já ocupara o cargo de presidente da Companhia de Implantação de Projetos Agrícolas do Rio Grande do Norte (CIMPARN). Cf.: EDGARD faz restrições ao PBA. **Diário de Natal**. Natal-RN. 28.jul.1977.

[189] BARRAGEM do Açu vai mudar o panorama agrícola do Estado. **A República.** Natal-RN. 01.set.1978.

A licitação para a construção da barragem foi objeto de denúncia numa ação conjunta das empresas Queiróz Galvão e EIT, que impetraram mandado de segurança em fins de junho de 1978 para sustar a concorrência. A alegação era que o DNOCS havia excluído as citadas empresas do processo licitatório por razões não convincentes e, segundo interpretação dos próprios autores da ação judicial, a Andrade Gutierrez seria, virtualmente, beneficiada com esta decisão, pois era a terceira grande concorrente[190]. A concorrência foi sustada por uns meses, contudo, com decisão favorável ao DNOCS, a mineira Andrade Gutierrez venceu o processo licitatório e, em 15 de dezembro de 1978, assinou o contrato para a construção da barragem[191].

A chegada da Andrade Gutierrez no Vale do Açu nos primeiros meses de 1979 anunciava o início da construção da barragem, agudizando as polêmicas envolvendo o PBA. Em meados de junho de 1979, uma solicitação de reexame do PBA foi apresentada pelo deputado Djalma Marinho (ARENA) ao Ministro Andreazza, que se comprometeu em atender ao parlamentar. Essa posição de Andreazza foi bastante alardeada pela imprensa, em face da possibilidade de retardo da obra. Contudo, em 26 de junho de 1979, o diretor do COMIRGA distribuiu cópias da ordem de serviço, afirmando desconhecer "qualquer orientação superior sobre a realização de novos estudos do Projeto"[192].

A aceleração na ordem de serviço, foi analisada à época como descrédito do ministro, falta de comando e desrespeito à hierarquia, visto que estava em desacordo com o que Andreazza havia prometido ao deputado Djalma Marinho[193]. A crise econômica já havia abortado outros projetos e, certamente, o Ministro iria diligenciar todas as ações necessárias para evitar cortes na pasta.

As três empresas contratadas para a implantação da primeira fase do PBA – Andrade Gutierrez, Hidroservice e Hidroterra, foram objetos da *Edição Documento*, publicada pela *Tribuna do Norte* (14/10/1979), com teor explicitamente favorável ao PBA e dedicada, exclusivamente, à qualificação das empresas acima referidas. Nesta edição a trajetória da Hidroservice foi minuciosamente apresentada. Para corroborar, no *know how* da empresa, foram listadas as obras que ela havia realizado no Brasil e no exterior, com ênfase para experiência da empresa em obras no setor de hidroelétrico e telecomunicações[194] e foco no seupapel social:

---

[190] MANDADO de Segurança susta concorrência no Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 14.out.1978.

[191] MINISTRO do Interior em Natal assina contrato para construção da barragem do Vale do Açu. **A República.** Natal-RN. 15.dez.1978, p.8.

[192] DNOCS dribla Andreazza e manda iniciar barragem. **Diário de Natal**. Natal-RN. 27.jun.1979.

[193] ORDEM de serviço. **Diário de Natal**. Natal-RN. 11.jul.1979.

[194] Empresa brasileira, fundada em 1958, atuava à época na área de engenharia, planejamento de projetos, gerenciamentos de obras, além de outros serviços. Contratada pelo DNOCSC começou a atuar no Vale do Açu

> Com uma folha de pagamento de 300 mil cruzeiros, em média, a Hidroservice também dá a sua contribuição para a oferta de empregos e melhoria da renda no Baixo-Açu. Na primeira etapa das pesquisas, foram contratados estudantes da Universidade Regional de Mossoró que tiveram assim oportunidade para um treinamento. Todas as providências estão sendo, portanto, adotadas para que a base social do Projeto Baixo-Açu seja devidamente identificada em função das providências a serem adotadas pelo governo federal e pelo governo do Rio Grande do Norte.[195]

A empresa Hidroservice foi contratada para realizar os "Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves" e iniciou as pesquisas em fevereiro de 1979, com prazo de 09 (nove) meses para a entrega do trabalho. Os estudos foram organizados em 11 volumes com inumeráveis informações sobre a área, inclusive com a indicação dos sérios impactos do projeto, para os quais propunham recomendações que se tornaram letra morta.

O trabalho da Hidroservice configurou-se como instrumento político de apoio ao PBA. A empresa buscou envolver profissionais da região em sua equipe, o que poderia render ganhos na confiança da população por gerar de empregos e otimizar o trabalho, tendo em vista que os que residiam no Vale possuíam a vantagem de conhecer o território, os hábitos e os costumes da população. O próprio diretor geral do DNOCS Osvaldo Pontes havia tratado da importância da Hidroservice para o PBA durante a primeira reunião da Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu em julho de 1979.

Estampando o título "A Andrade Gutierrez está domando o rio para que o rio possa servir ao homem", a Edição Documento chamava a atenção para dois objetivos formais do PBA, que seriam controle das enchentes e a promoção da agricultura irrigada. Ao longo da matéria temos uma descrição minuciosa do ritmo das obras e seu cronograma, da presença da empresa em grandes obras no Brasil, trazendo os exemplos da barragem de Itaipu, o complexo de mineração Rio do Norte, a hidrelétrica de Emborcação em Minas Gerais, entre outros empreendimentos. Seguindo a mesma orientação, a matéria procurava criar uma função social para a Andrade Gutierrez na região do Vale do Açu:

---

no início de 1979, para realizar os estudos socioeconômicos da área afetada pelo PBA. A extensa matéria do Tribuna do Vale (14/10/1979) traz o histórico da atuação da Hidroservice no Brasil e em países da América Latina e África, destacando o *know how* da empresa no setor de projetos de obras hidroelétricas, telecomunicações e de engenharia civil e a "função social" desempenhada pela empresa com a geração de milhares de empregos diretos e indiretos. Destaque para a notícia que a Hidroservice era responsável por todos os trabalhos de engenharia consultiva da barragem de Sobradinho, que teve sua construção iniciada em 1973 e gerou impactos devastadores desabrigando mais de 70 mil pessoas que até os dias atuais continuam a lutar por reparos aos danos sofridos. Cf.: ATINGIDOS pela construção da barragem de Sobradinho reclamam por reparação. **Câmara dos Deputados.** Brasília-DF. 11.dez.2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/549657-atingidos-pela-construcao-da-barragem-de-sobradinho-reclamam-reparacao/.

[195] TAREFA da Hidroservice: estudos sócio-econômicos. Edição Documento. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 14.out.1979.

> Valorização dos recursos humanos, integração com a comunidade do Assú e apoio efetivo à economia regional são as marcas registradas da presença da Andrade Gutiérrez no Rio Grande do Norte, em função do projeto Baixo-Açú. Todos os dados verificados in loco são indicativos do zelo com que a empresa procura atingir as metas de sua participação operacional e comunitária[196].

A contratação da empresa de consultoria Hidroterra S.A. para fiscalização das obras da barragem recebeu grande atenção da Edição Documento da Tribuna do Norte, que chegou a incluir na matéria uma entrevista com o José Cândido Castro Parente Pessoa, engenheiro civil e fundador da Hidroterra, o qual tratou da trajetória e perícia da empresa na construção de barragens nos seguintes termos:

> [...] analisando os comportamentos das diversas obras em operação, sempre que possível com conhecimento in loco, tornamo-nos capacitados, nós da Hidroterra, sem fugirmos aos padrões de segurança, a projetarmos e supervisionarmos obras de barragens de terra sobre quase todo o tipo de fundação, utilizando sempre os materiais economicamente disponíveis[197].

José Cândido Castro Parente Pessoa foi diretor-geral do DNOCS no período de 1956 a 1961. Além de uma extensa relação das obras supervisionadas pela empresa, o currículo acadêmico do fundador da Hidroterra foi apresentado pela Tribuna do Norte com menção para sua atuação no DNOCS, principal responsável pela construção de açudes na região Nordeste, informando, ainda, que ele havia trabalhado como "consultor de várias obras públicas relevantes, antes de constituir a Hidroterra"[198]. Contudo, embora a futura Barragem do Açu fosse maior que Orós, como a imprensa costumava noticiar, nada foi dito sobre o desastre do Açude de Orós no período em que o fundador da Hidroterra era o diretor-geral do DNOCS.

No período em que José Cândido Castro Parente Pessoa esteve à frente do DNOCS, várias obras foram edificadas, dentre elas a Barragem Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (Açude Orós) no Ceará, que ainda em fase de construção, ruiu sob a força das águas do Rio Jaguaribe em 26 de março de 1960. O arrombamento da barragem foi uma tragédia de largas proporções que atingiu 14 municípios, deslocou 170.000 pessoas e não provocou proporções mais dramáticas, porque já estava anunciada[199]. Os órgãos governamentais e a imprensa cearense, com destaque para as emissoras de rádio da região do Vale do Jaguaribe e

---

[196] UMA empresa integrada com a comunidade do Vale do Açu. Edição Documento. **Tribuna do Norte.** Natal-RN. 14.out.1979.
[197] HIDROTERRA: a experiência a serviço do grande projeto. Edição Documento, **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 14.out.1979. (Grifos nossos).
[198] Ibid.
[199] LEITE, Pedro Sisnando. **A Tragédia do Orós**: Documento Histórico. Fortaleza: Gráfica LCR, 2009.

o exército, fizeram um esforço de guerra, usando helicóptero para lançar milhares de panfletos com avisos estarrecedores sobre o perigo iminente para evacuar a população.

Em torno da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o discurso apologético sempre realçava o gigantismo da obra, causando, simultaneamente, admiração e apreensão. Apesar do grande porte da barragem e da soma vultosa que sua construção iria consumir, José Cândido Castro Parente Pessoa havia assinalado que a Hidroterra estava bem qualificada nestas obras, inclusive para reduzir custos, pois utilizava "sempre materiais economicamente disponíveis"[200]

O desastre com a barragem de Orós em 1960 e o desabamento da barragem Armando Ribeiro Gonçalves em 1981 são tipos de acontecimentos que ocorrem "a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa"[201]. Se a barragem de Orós desabou pela força das águas, a barragem de Assú, inusitadamente, desabou "em seco" e espalhou por todo o Vale do Açu um grande temor, pois, se a barragem havia ruído num período de seca, sem armazenamento d'água, como ela poderia suportar grandes cheias, a exemplo de 1974, quando o rigor de uma quadra invernosa inundava toda a região? Com a população em pânico e organizando-se para empreender um segundo grande momento de contestação à barragem, as classes dominantes trataram de apresentar apoio à população e cobrar do DNOCS uma resposta rápida acerca dos acontecimentos.

Do deslizamento à divulgação do laudo técnico em março de 1982, não faltaram manchetes nos jornais dando conta dos debates na assembleia legislativa e no Congresso Nacional acerca do acidente. Os conflitos ganharam nova formatação. Os jornais estampavam que o Vale estava em perigo e a ameaça pairava sobre quase 200 mil habitantes, caso o deslizamento da parede tivesse ocorrido com o açude cheio. Alguns parlamentares pediam a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a barragem, a população amedrontada clamava pelo fim da obra, e o DNOCS estava aturdido com a repercussão negativa e a pressão para que os serviços fossem paralisados. O senhor Antônio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura do Assú, traduzindo o sentimento de parte da população, em tom de desabafo afirmou que:

---

[200] HIDROTERRA: a experiência a serviço do grande projeto. Edição Documento. **Tribuna do Norte.** Natal-RN. 14.out.1979.

[201] Com referência em Hegel, K. Marx trata da repetição de determinadas figuras no poder, acrescentando "tragédia" e "farsa" para as ocorrências desses acontecimentos. A frase tornou-se famosa e é constantemente reivindicada para tratar de forma análoga determinados fatos históricos. MARX, Karl. **O 18 do Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

> [...] ninguém tem mais coragem de morar nas costas dessa barragem se a obra for concluída. Eu mesmo não fico mais e a mesma decisão tem outros companheiros que também moram numa área que oferece risco em caso de arrombamento. A situação é muito difícil para todos nós desde que a construção da barragem foi iniciada, a partir das indenizações irrisórias pagas aos proprietários desapropriados agora aumentada com o desmoronamento de parte da obra sem ter um pingo d'água[202].

Já se anunciava em janeiro de 1982, ainda sem laudo técnico, que o motivo para o deslizamento do maciço central da barragem se devia à troca de material, a qual ocorreu em razão do seu barateamento. A Igreja publicou um documento em que faz sérias indagações a respeito, fazendo coro com a população que se referia à obra como "barragem da maldição", especulando a respeito da existência de interesses ocultos em sua construção e apresentando as perguntas já formuladas pela população nas feiras, praças, bares, encontros de calçada, etc.:

> Quem pensou somente em medidas econômicas? Quem trocou o material de Cr$ 50 por outro de Cr$ 12? Quanto cada um ganhou nessa chantagem, nesta escandalosa enrolada, nesse jogo sujo de interesses pessoais e vantagens? Quem aprovou o uso do material colocado no maciço central e que foi coberto para não ser visto?[203]

O deslizamento da parede da barragem ameaçou soterrar a reputação da construtora Andrade Gutierrez e da Hidroterra, responsável pela fiscalização da obra. Pairavam sobre estas empresas a suspeição de irresponsabilidade que punha em risco, no futuro, as populações do Vale do Açu. Nos órgãos de imprensa, na Igreja Católica, no interior das organizações de classe, nos espaços públicos e privados, a questão não era outra: quais as razões que levaram ao desabamento da barragem Armando Ribeiro Gonçalves? O que poderia ter ocorrido se a barragem estivesse cheia? De quem é a responsabilidade? O que as autoridades iriam fazer?

O governo do RN e o DNOCS trataram de paralisar as obras da barragem até que fosse apresentado um laudo técnico, que pudesse acalmar a população. A tática era trabalhar com o discurso técnico para justificar o desabamento e, assim, desviar, o máximo possível, a crítica aos demais aspectos da obra bem como esquivar-se das denúncias que se espalhavam. No entanto, mesmo que a explicação fosse restrita ao campo técnico, não havia como evitar a eclosão da polêmica, porque os dramas econômicos e sociais só haviam se agudizado.

Logo no início de 1982, foram realizados três grandes atos públicos contra a barragem, mobilizando milhares de pessoas. Ainda que o deslizamento da parede fosse o problema central neste momento, uma gama de insatisfações da população desalojada e expulsa da área veio à

[202] **Diário de Natal**. Natal-RN. 13.jan.1982.
[203] DOCUMENTO faz sérias acusações. **Diário de Natal.** Natal-RN. 16.jan.1982.

tona[204]. As manifestações foram organizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais da região, com apoio da FETARN, organizações católicas leigas, partidos políticos de oposição e outras organizações civis.

Com o desabamento da barragem em seco, a tensão social e política trouxe de volta os questionamentos silenciados e os problemas empurrados para debaixo do tapete. Os políticos da classe dominante apresentaram críticas ácidas à obra, cobrando pareceres técnicos que explicassem o fato. O ex-governador Aluízio Alves bradou que o DNOCS "Não tem condições morais ou funcionais de prosseguir na obra ou de retomá-la, sem, antes, apurar as causas, as responsabilidades do acidente, fora de quaisquer suspeições ou complacências"[205]

Imagem 2 – Ato contra a barragem em frente à Matriz de São João Batista em Assú.

Fonte: acervo do Núcleo Temático da Seca (Nut-Seca) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Nesse viés, as manifestações políticas de determinados grupos oligárquicos mudaram o tom laudatório, trazendo questionamentos de ordem técnica à construção da barragem, sem, contudo, alterar a posição em relação à "necessidade" da obra. Indagações acerca da negligência na fiscalização da obra e denúncia de corrupção, envolvendo as empresas Andrade Gutierrez e

[204] Em 15 de janeiro de 1981, ocorreu o primeiro ato público na cidade de Açu, com concentração na Praça da Matriz. Em Jucurutu e Ipanguaçu, as manifestações ocorreram em 30 de janeiro e, no município de São Rafael, que teria a área urbana completamente submersa com a construção da barragem, o ato foi realizado em 1º de fevereiro.

[205] BARRAGEM é Ameaça para 200 mil. **Tribuna do Norte.** Natal-RN. 03.jan.1982.

Hidroterra, fizeram subir a temperatura dos debates, com a exigência de que fossem apresentadas as razões do desabamento.

O governador Lavoisier Maia afirmava que o medo da barragem era avultado por razões eleitorais e que a construção só seria retomada quando fossem "dadas as garantias concretas de que em vez de riscos, de medos e de temores, a barragem será efetivamente a mola propulsora do desenvolvimento, do bem estar e da felicidade do povo do Vale do Açu"[206]. João Batista Machado, que presidia o Centro Açuense em Natal, mantinha a posição de defesa da barragem, afirmando que a obra havia sido projetada para ser "instrumento do desenvolvimento do Vale e agora não deve se transformar em uma maldição"[207].

O laudo técnico, apresentado em março de 1982, apresentou que o desabamento da barragem havia decorrido em função de problemas com o uso da "argila preta". No período transcorrido entre o desabamento da barragem e a chegada do laudo técnico, o governo do Estado e o DNOCS, preocupados com as repercussões políticas do fato, trataram de prover uma rede de apoio para garantir a continuidade da obra, chamando à sua defesa os órgãos públicos, parlamentares e lideranças. O Ministério do Interior, Mário Andreazza, convocou os políticos para tranquilizar a população, afirmando a importância econômica e social da obra como a "única via de desenvolvimento planejado para o Vale do Açu"[208].

Aproximando-se a inauguração da Barragem Armando Ribeiro, um fato novo, relacionado ao deslizamento em dezembro de 1981, assombrou todo o baixo Vale do Açu, atingindo duramente o DNOCS e a Andrade Gutierrez. O Diário de Natal trouxe, na edição de 26 de janeiro de 1983, uma reportagem com severas denúncias de irregularidades na construção da barragem feitas por Paulo Joaquim da Silva, ex-técnico da Hidroterra, empresa responsável pela fiscalização da obra. Em 29 de janeiro de 1983, uma nova reportagem informa que a primeira matéria havia causado tão grande impacto na região que todos os exemplares logo se esgotaram em Assú, e as pessoas haviam se dirigido a Mossoró para adquiri-lo.

Em nova matéria, o Diário de Natal cuidou em apresentar o currículo profissional de Paulo Joaquim da Silva, expondo sua formação e experiência em outras importantes obras de engenharia, como a construção da rodovia Belém-Brasília, ponte Rio-Niterói e a BR-317, que liga Brasília ao Peru. As denúncias de Paulo Joaquim tratavam de irregularidades nos serviços

[206] GOVERNADOR visita obras e denuncia: estão enganando ao povo. **A República.** Natal-RN. 8.jan.1982.
[207] PERMANECE mistério sobre o acidente na barragem. **O Poti.** Natal-RN. 7.fev.1982.

[208] ACIDENTE na barragem explicado: obra vai continuar. **O Mossoroense**. Mossoró-RN. 3.mar.1982. Cf.: BARRAGEM do Açu vai ser inaugurada ainda este ano confirma Andreazza. **A República**. Natal-RN. 25.mai.1982.

da barragem praticadas pela Andrade Gutierrez e acobertadas com o pagamento de propinas pagas aos técnicos da Hidroterra:

> [...] o senhor Aluízio Andrade Ribeiro, o seu chefe imediato e encarregado de um dos turnos de trabalho da Hidroterra, era o homem que pagava 60 mil cruzeiros mensais de bola para fechar os olhos com relação à qualidade dos serviços. As propinas eram entregues no primeiro dia de cada mês, mas Paulo disse que não sabia a procedência do dinheiro, se da própria Hidroterra ou da Andrade Gutierrez[209].

No canteiro de obras e diante dos engenheiros do DNOCS e das empresas Hidroterra, Andrade Gutierrez e Tecnosolos, o técnico reafirmou as denúncias, explicitando os riscos para a obra com a utilização de material que, em sua análise, não era adequado. Com disposição de levar o caso adiante, o técnico chamou o governo a tomar providências para comprovar ou desmentir o que ele estava afirmando. Essas denúncias tiveram desdobramentos dramáticos no Vale do Açu. Os dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais, preocupados com a situação, cobravam explicações, pois muitos trabalhadores estavam pondo suas propriedades à venda e havia uma intranquilidade muito grande, não obstante as autoridades estavam em silêncio[210].

O governador do RN já afirmara, em 1982, que estava havendo instrumentalização política do "medo do desastre" para ganhos políticos eleitorais. Um ano após o deslizamento, as denúncias apresentadas com vigor pelo ex-técnico da Hidroterra põem em xeque os laudos que já não gozavam de plena confiança da população. Se houveram benefícios eleitorais, conforme propalava o governador, não podemos afirmar. É presumível, porém, que o pânico instalado na região, aliado aos atrativos preços oferecidos pelas empresas, figura entre as razões pelas quais muitos proprietários rurais, pequenos ou médios tenham vendido suas terras quando teve início a corrida pela compra de terras na região.

Se a população do Vale dava pouco crédito ao laudo apresentado pelo DNOCS, o mesmo não se poderia dizer das predições do místico Frei Damião. Em março de 1983, ele visitou Macau após 38 anos de sua última passagem pela cidade. Ao lado do prefeito do município e de outros religiosos, Frei Damião fez grandes elogios à barragem e se dirigiu ao povo recomendando que rezassem para que o açude enchesse, pois iria servir, abundantemente, à região. É possível que a vinda dele tenha ocorrido em função da necessidade de acalmar os ânimos, tendo em vista a finalização das obras da barragem? Tudo era possível naquelas circunstâncias.

---

[209] **Diário de Natal.** Natal-RN. 26.jan.1981.

[210] PAULO Joaquim mantém suas denúncias: diante do DNOCS, da Hidroterra, da Andrade Gutierrez, de todos os responsáveis pela barragem. **Diário de Natal** (RN), 29/01/1983. A empresa Tecnosolos era responsável por fazer o reprojetamento da barragem.

Finalmente, em 20 de maio de 1983, sem rojões e foguetórios, foi inaugurada aBarragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, o segundo maior açude do Brasil. A previsão decustos das obras, que era da ordem de Cr$ 6 bilhões em 1979, passou para Cr$ 30 bilhões, conforme noticiara o jornal Diário de Natal, por ocasião da inauguração da obra[211].

No plano discursivo, as classes dominantes e os órgãos do Estado construíam um novo vale que, a partir do PBA, erradicaria a fome, superaria a estrutura agrária arcaica, poria fim ao êxodo rural e, ainda, exportaria alimentos para outras regiões, promovendo a riqueza do Estado[212]. Na construção do discurso da necessidade, edificaram a ideia de progresso alinhada com os interesses da sociedade no plano social e ambiental, projetando vencer as objeções ao PBA entre os ecologistas, a Igreja Católica e outros organismos sociais que reclamavam o interesse social da obra e eram os atores políticos mais visibilizados pela imprensa.

As grandes barragens construídas no Brasil e em outras nações enfrentaram severos questionamentos por parte dos movimentos sociais, comunidades atingidas, cientistas especializados na área, comissões de direitos humanos, líderes políticos e religiosos que se debruçaram sobre a temática para analisar as motivações desse tipo de empreendimento, o alcance ou frustração dos objetivos propostos por estas e os diferentes impactos sobre a natureza e a sociedade. Em virtude dessa intensa articulação política foi constituída a Comissão Mundial de Barragens (CMB) em 1997.

Após os primeiros anos de análise das grandes barragens, foi publicado em 2000 o relatório intitulado *Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. Um Sumário*. A par das várias problemáticas em torno das barragens, uma em particular salta à vista, a questão hídrica ou de como as políticas públicas sob a égide do desenvolvimento são implementadas pelo Estado, que, aliado do capital, avança na expropriação da água para servir aos negócios e interesses capitalistas, ferindo de morte o direito à vida e à reprodução social das comunidades rurais ribeirinhas:

> As questões em torno das barragens são as mesmas questões em torno da água e de como decisões envolvendo água são tomadas - e de como a eficácia do desenvolvimento é avaliada. Há pouca controvérsia pública sobre as vantagens e desvantagens de um dique ou uma barragem de gravidade, ou sobre o uso de aterros de terra, concreto ou rocha. Todos os problemas que surgem dizem respeito a como a barragem afetará o fluxo do rio, aos direitos de acesso a água e recursos fluviais, à possibilidade da barragem deslocar povoados existentes, estorvar a cultura, corromper os meios de subsistência de comunidades locais ou exaurir ou degradar os recursos

[211] DNOCS vai treinar agricultores. **Diário de Natal**, Natal-RN. 21.mai.1983.

[212] A matéria intitulada "Vale ou não vale o Vale? A barragem do século", n'**A República** (10/06/1979) assinada por João Gualberto e Argemiro, busca rebater as críticas dos ecologistas ao PBA. Nesse intento, ressalvam que o projeto prevê a produção de 300 mil toneladas de produtos agrícolas por ano, 33 milhões de litros de leite e abate de 8.400 cabeças de gado, apenas para citar os dados da produção de alimentos.

> ambientais, e ao fato de uma barragem ser ou não o melhor investimento econômico de verbas e recursos públicos[213].

Ainda que a construção de grandes barragens seja seriamente questionada com fundamento em pesquisas científicas e análises dessas experiências em várias partes do planeta, essas obras hidráulicas continuam a fazer parte da agenda do Estado brasileiro. As grandes obras hidráulicas trazem graves implicações para a vida das comunidades ribeirinhas e prejuízos incalculáveis ao meio ambiente e a sociedade. No caso da região Nordeste, especialmente na zona semiárida, a construção das barragens apresentava-se, no plano discursivo, como necessária ao atendimento das demandas econômicas bem como sociais e, na prática, atendiam aos interesses do capital privado, que captura, no Estado, o financiamento necessário à sua expansão e lucratividade.

Nesse contexto, o açude Castanhão, no Ceará, inaugurado em 2003, e as obras para a transposição do Rio São Francisco são os exemplos mais recentes da transferência de recursos públicos para os donos do capital, canalizados tanto pelas empreiteiras responsáveis pelas obras de engenharia quanto para as empresas do agro, que se apropriam da infraestrutura, das terras e águas, do trabalho dos camponeses pelo Estado.

O PBA se insere no contexto mais amplo das políticas públicas que objetivavam viabilizar a modernização do campo nos moldes da Revolução Verde[214]. Em seu conjunto, eivado de contradições, provocou um reordenamento agrário ainda mais concentrador com a instalação de grandes fazendas do agronegócio, ao passo que fez declinar a pequena propriedade e a produção camponesa, embora, em seu bojo, houvesse sinalizado contemplar milhares de pequenos agricultores.

A respeito do setor da "agricultura de subsistência" no Vale do Açu, a par de todos os obstáculos que esse setor enfrentava, materializados na falta de terras para uma grande parcela dos produtores, ausência de financiamento e apoio técnico, tratava-se de um importante pilar da economia do Vale do Açu, porque dela provinha alguma segurança alimentar para os

---

[213] Comissão Mundial de Barragens. *Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. Um Sumário*. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf. 2000. Acesso em: 13/02/2014.

[214] O termo Revolução Verde designa o processo de transformação na produção agrícola, ou seja, a industrialização do setor, que ocorreu a partir da década de 1950, com significativo aumento da produtividade, a partir da utilização de tecnologias diversas (equipamentos, defensivos, maquinário, etc.). Para efetivação do novo modelo, foi sumamente importante a associação entre a indústria de insumos e a indústria de bens de capital. Para Guimarães (1979), a industrialização da agricultura promove a exclusão de pequenos agricultores e intensifica aconcentração fundiária. Shiva (2003) aponta a Revolução Verde como geradora de grandes desequilíbrios ambientais e sociais, comprometendo a diversidade genética, degradando solo e água, além de construir uma relação de dependência política e econômica dos países desenvolvidos e das empresas do setor de insumos e bens de capital.

produtores e o abastecimento da população nesta região. Com a implantação do PBA, destravaram-se as portas da modernização agrícola e a região se transformou num grande polo da fruticultura irrigada do país após um intenso processo de expropriação dos pequenos proprietários, gerando um desmantelamento da área agrícola destinada à produção de alimentos.

A moderna agricultura comercial no Vale do Açu foi destinada principalmente à exportação, gerando, a partir da aliança Estado/Capital, enormes ganhos para este último, ao passo que suas benesses se traduziram em miragens para os trabalhadores a quem foram apresentadas as promessas de melhores condições de trabalho e renda. Em estudos sobre o setor da fruticultura e seus efeitos econômicos e sociais para região em questão e o Estado do Rio Grande do Norte, Lindaura Maria de Santana conclui que:

> [...] basta observar, mesmo que empiricamente, a concentração de renda e pobreza existentes no Rio Grande do Norte, especificamente, na região do Pólo Agroindustrial do Açu, onde os índices de indigência chegam a 50% da população nas cidades de Açu e Mossoró, para corroborar que todo esse processo contribuiu positivamente para a acumulação do capital.[215].

Para se ter uma ideia dos significados do suporte do Estado ao capital, com a isenção do ICMS no setor da fruticultura do Polo Agroindustrial do Assú entre os anos de 1991 e 1994, o Estado do Rio Grande do Norte perdeu, em arrecadação, US$ 18.457.240,72, reduzindo drasticamente a arrecadação do Estado neste período. A análise do volume de produção isento de ICMS no referido polo joga por terra o discurso de desenvolvimento econômico e social gerado neste território do agronegócio, notadamente no que toca a criação de emprego. E, quanto aos benefícios da produção, se não há dúvida em relação ao seu desempenho em termos de produtividade, sua importância econômica e social é questionada, pois o modelo de desenvolvimento não se traduziu em melhorias sociais para a região[216]. Dessa forma, observamos que a modernização agrícola no território do Vale do Açu serviu, quase exclusivamente, aos interesses do capital.

A partir de meados da década de 1980, o Vale do Açu foi cada vez mais apresentando as feições de um grande mercado de terras, à medida que grandes empresas investiam na compra de imóveis rurais, gerando um frenesi entre os proprietários que enxergavam outras possibilidades de investimentos na venda desses imóveis. Por seu turno, aos sujeitos dessa

---

[215] SANTANA, Lindaura Maria de. **Produção, emprego e receita tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu/RN.** Coleção Vale do Açu, v. 14. Natal-RN: Editora Universitária UFRN, 1997, p. 89.

[216] Ibid.

agricultura de “subsistência” era ofertada a proletarização nas modernas fazendas do agronegócio,ante a continuada expulsão das terras de trabalho e moradia.

A reestruturação agrária e agrícola no Vale do Açu fortaleceu a expansão do capital no campo. As desmesuradas vantagens para o setor vieram com a adoção de políticas de isenção de impostos e incentivos financeiros, como já tratamos anteriormente. No processo de modernização da agricultura, o Estado tornou-se o grande afiançador do capital ao passo que jogou, no abismo da exclusão social e econômica, os agricultores do setor de “subsistência”.

O redemoinho social e político no Vale do Açu, provocado pelo PBA à época, assustou os latifundiários e as oligarquias que almejavam locupletar-se angariar maior poder político no antes, durante e depois do PBA. Permanecem vivas, nas memórias de muitos que lutaram e resistiram ao PBA, as lutas mais tenazes, as imagens doloridas da partida, as humilhações de quem “saiu com uma mão na frente e outra atrás”, as angústias dos deserdados da terra, os quais, desorientados, tinham dificuldade em encontrar um sentido para o presente e não viam expectativa para o futuro. As promessas de redenção foram se transformando em miragem, a implantação do projeto público de irrigação foi protelada e a proposta inicial minada.

Os dois grandes vales do semiárido norte-rio-grandense, o Vale do Açu e o Vale do Apodi, continuam alvos da intervenção do Estado com a proposta de instalação de projetos públicos de irrigação, que, ao fim e ao cabo, servem para patrocinar o capital. Por seu turno, os camponeses continuam lutando em defesa da terra de trabalho e moradia e acesso à água, de uma agricultura que possa garantir segurança alimentar, autonomia frente aos mercados e novas formas de relação com a natureza.

3 O PROJETO BAIXO-AÇU NA IMPRENSA: EXALTAÇÃO, NEGAÇÃO E CONFLITOS DE INTERESSES

No início da década de 1970, quando a empresa Serete Engenharia S/A realizava os estudos de viabilidade técnico-econômica do projeto de irrigação do Vale do Açu, a imprensa noticiava, de forma esparsa, a proposta de irrigação pública para a região. Após a publicação do edital de desapropriação em 1975, com a definição da área e finalizada a avalição da Serete, o PBA passou a ocupar espaço cada vez mais amplo nos veículos de comunicação em todo o estado do RN. Contudo, a partir de 1977, o projeto assume notoriedade quando frações da classe dominante e outros setores sociais passam a questionar o DNOCS acerca do silêncio sobre o PBA.

Durante os anos de 1975 e 1979, a população de São Rafael bem como de toda a área que se encontrava demarcada pelo PBA, formada por agricultores, feirantes, pequenos comerciantes e trabalhadores urbanos estava distante do debate sobre o Projeto. Uma grande parcela da população era constituída por trabalhadores pobres e analfabetos, e esses demarcadores sociais explicam o distanciamento desses setores das discussões, especialmente do que era veiculado pela imprensa escrita. Dessa forma, o debate ficava restrito às academias, às camadas médias e às classes dominantes representadas por seus órgãos de classe e inseridas nos aparelhos do Estado.

A "promoção do projeto" via imprensa foi abordada por ocasião da primeira reunião da *Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu* em julho de 1979[217]. O Secretário da Agricultura do Rio Grande do Norte, Antônio Ronaldo de Alencar Fernandes, sugeriu que o DNOCS utilizasse todos os meios de comunicação – tv, rádios e jornais – para "mudar o pensamento da opinião pública", chegando a propor a divulgação de uma mensagem na televisão: "a carnaúba não te trouxe riqueza. São quatrocentos anos de exploração extrativa-vegetal"[218]. Era evidente que o representante do governo desconhecia o extrativismo da cera de carnaúba no Rio Grande do Norte, questões relacionadas à própria pasta, e seguia a repetir o era propagado pelo jornal *A República*.

[217] A Comissão foi instituída pelo Ministério do Interior através da Portaria nº 335, 04/12/1978. Era presidida pelo Diretor-Geral do DNOCS e formada por representantes de órgãos públicos federais e estaduais. No decorrer da implantação do PBA, a Comissão foi se ampliando. Havia representações na Comissão os seguintes órgãos: DNOCS, SUDENE, SEPLAN, COMIRGA, GOVERNO DO RN.

[218] Ata da 1ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do Projeto Baixo-Açu, ocorrida em Fortaleza, em 12/07/1979. Arquivo NUT-SECA. Na reunião estavam presentes o senhor José Osvaldo Pontes (Diretor Geral do DNOCS); Eldan Veloso (Coordenador da COMIRGA); Gelson Medeiros Barros (representando a SUDENE); Antônio Ronaldo de Alencar Fernandes (Secretário de Agricultura do Rio Grande do Norte) e Guilherme Costa Delgado (representante da SEPLAN). A Comissão era presidida pelo Diretor Geral do DNOCS, p.10.

As crescentes contestações ao PBA assumiram tal proporção que o DNOCS, respondendo aos conselhos e sugestões oriundas de órgãos do Estado do RN e da própria imprensa potiguar sobre a estratégia publicitária para alçar o projeto a demiurgo do desenvolvimento do Vale do Açu e do Rio Grande do Norte, fez as seguintes ponderações:

> Nós reconhecemos que começamos tarde, devia-se ter começado antes – insistiu – mas o fato é que tomamos algumas providências para corrigir tudo isso. Assim no contrato (pela primeira vez isso aconteceu no DNOCS), da firma construtora Andrade Gutierrez, incluímos no orçamento uma verba de 2% do valor do contrato para a promoção da obra no Vale. Já estamos tomando todas as providências necessárias nesse sentido, inclusive já há um plano de divulgação elaborado pela "Scala Publicidade"[219]. (Grifo nosso)

Embora com atraso, como reconheceu o diretor do DNOCS, já constava, no planejamento do órgão, a propaganda do PBA, que foi incluída no pacote da construção da barragem, comprado à empresa Andrade Gutierrez. Em fevereiro de 1979, o jornal *Tribuna do Norte* divulgou que o DNOCS estava "providenciando uma grande verba para publicidade nos meios de comunicação do Estado em torno das vantagens do projeto, no seu ponto de vista"[220].

No primeiro semestre de 1979, governos, órgãos públicos e a classe dominante, empenhada na implantação do PBA, foram instados a realizar uma tenaz defesa do projeto, devido às fortes pressões e questionamentos. Os impactos eram de tal envergadura que foi considerado imprescindível convencer a população de que não se tratava de "presente de grego" como argumentou o jornal *Tribuna do Norte*. Não raro, encontramos, na imprensa ou mesmo em manifestações das classes dominantes, que a contestação ao PBA encontrava razão na ausência de diálogo do DNOCS com a população.

Com o argumento de que competia ao DNOCS ganhar a opinião pública, a *Tribuna do Norte* indaga: "Será que o DNOCS não tem como divulgar e convencer os méritos da gigantesca obra? Será que o pecado maior desse empreendimento é que ele não foi pedido, e sim ofertado, dado, presenteado?"[221] Com esse último questionamento, o jornal sugere que o PBA se apresentava como uma dádiva do governo federal, que sua formulação e implantação não guardava nenhum laço de paternidade com grupos políticos dominantes no RN, o que explicaria, na opinião veiculada na matéria, a suposta negação ao projeto.

---

[219] Ata da 1ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do Projeto Baixo-Açu, ocorrida em Fortaleza, em 12/07/1979. Arquivo NUT-SECA. Na reunião estavam presentes o senhor José Osvaldo Pontes (Diretor Geral do DNOCS); Eldan Veloso (Coordenador da COMIRGA); Gelson Medeiros Barros (representando a SUDENE); Antônio Ronaldo de Alencar Fernandes (Secretário de Agricultura do Rio Grande do Norte) e Guilherme Costa Delgado (representante da SEPLAN). A Comissão era presidida pelo Diretor Geral do DNOCS, p.10. (Grifo nosso).

[220] Publicidade. Tribuna do Norte. 16 fev. de 1979.

[221] Barragem do Baixo-Açu. Tribuna do Norte, 22 jul.de 1979.

A robustez do PBA, na forma como foi estabelecido no decreto de desapropriação, representava a transfiguração da região do Vale do Açu e colidia com os interesses dos mais diversos segmentos da sociedade, o que serviu, nos primeiros momentos, de embates para que o discurso das classes dominantes em defesa de seus interesses particulares pudesse ser apresentado como interesses de toda a sociedade.

A imprensa foi uma arena importante para os combates em torno do PBA e, por essa razão, tomamo-la como fonte para incursão na construção desse capítulo. Faremos, aqui, uma abordagem do PBA, a partir de dois eixos: sua articulação política, analisada a partir da documentação oficial (atas, relatórios e outros documentos), e o combate na imprensa, veiculado nos jornais de maior circulação no território potiguar, expressando as relações de força, os interesses em confronto e as vozes dissonantes. Nestes periódicos nos detivemos sobre as mais diversas partes ou seções, gêneros e linguagens que tratassem do PBA: cartas, reportagens, artigos de opinião, editorial, charges, etc. Nosso objetivo, neste capítulo, é analisar a articulação política das classes sociais e de setores da sociedade que ingressaram na disputa pela opinião pública durante o processo de implantação do PBA.

Para dar início, fizemos algumas observações a respeito dessa tipologia de fontes para a pesquisa sobre o PBA. Verificamos, na imprensa, que muitas das críticas e defesas do PBA eram leituras e intepretações do relatório organizado pela Serete ou estudos anteriores produzidos por pesquisadores a serviço do próprio DNOCS. Desse modo, estendia-se o debate com referência na mesma base teórica, mas com objetivos políticos diversos. Ficamos atentos, também, às mudanças que se operavam concomitante ao discurso midiático e às disputas de poder em torno do PBA, isto porque já havíamos cuidado em averiguar e identificar os possíveis vínculos políticos entre os periódicos e as classes ou frações de classe em disputa.

Como orientação metodológica, definimos mapear os debates nos principais jornais, tendo em vista que, considerando os vínculos entre os órgãos de imprensa e as classes ou frações da classe dominante, a análise dos vários periódicos favorece a construção de um panorama ampliado das diversas visões e conflitos de interesses em torno do PBA.

Assim, nos arquivos do Núcleo Temático da Seca (Nut-Seca) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte[222], localizamos um conjunto variado de recortes jornalísticos sobre o PBA, publicados nos principais jornais que circulavam no RN: *A República, Diário de Natal,*

[222] O Núcleo Temático da Seca (NUT-SECA) nasce em 1992, com o encerramento do Programa de Pesquisa *A Problemática da Seca* que integrava o Projeto Rio Grande do Norte da UFRN. O Nut-Seca possui vasto acervo documental sobre o semiárido norte-rio-grandense, abarcando uma variedade de temas, no qual o Projeto Baixo-Açu ganha relevo pela riqueza e diversidade das fontes disponíveis ao pesquisador.

O Poti[223] e *Tribuna* do *Norte*. É possível que outras matérias acerca do PBA tenham sido publicadas nestes mesmos jornais, contudo, diante da dificuldade de acesso à integralidade dos periódicos e considerando sua profusão, com teor e regularidade sistemática, acreditamos ter acessado importantes labirintos do PBA.

Ainda, atentamo-nos para os elos que vinculavam as fontes de outra natureza, de modo que pudéssemos compreender alguns imbróglios, tramas e tessituras políticas em seu interior e entorno. Nos arquivos do Nut-Seca, a transcrição de duas entrevistas sobre o PBA,veiculadas em 1979 pela TV Universitária, chamou-nos a atenção e este material também foiarrolado como documentação da imprensa para análise. A Revista *RN Econômico*, o Jornal *OVale* foram outros periódicos que nos serviram de aporte documental para a pesquisa.

Especialmente sobre os jornais, procedemos com análise do material a partir das seguintes questões: quais temáticas relacionadas ao PBA eram mais difundidas e quais foram "esquecidas"? Como eram representados os governos, autoridades civis e religiosas, os técnicos, os trabalhadores rurais e os órgãos de classe?

As potencialidades dos periódicos como fontes para a escrita da história já foram amplamente discutidas e superadas as suspeições sobre seus usos. Com referência em Robert Darnton[224], apreendemos a imprensa como força social que não se limita ao registro dos fatos, mas engendra, aciona dispositivos e, portanto, atua no processo. Tomamos, como preceito metodológico, atentar para as relações de força que permeiam sua produção, tendo em vista que os "donos do poder" sempre encontraram, na imprensa, um importante pilar de sustentação política e ideológica de seus interesses privados, cuidando para que estes fossem assimilados como geral interesse da sociedade[225].

Apenas para visualizarmos a força dos embates na imprensa, localizamos e examinamos, aproximadamente, 300 matérias versando sobre temas relacionados, direta ou

[223] O Poti era a versão dominical do Diário de Natal.

[224] DARNTON, Robert**. O beijo de Lamourette**. Trad. Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[225] O jornal *A República* teve sua primeira edição em 1º de julho de 1889, vinculado ao projeto republicano, tinha como presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Líder da oligarquia que, durante anos, costurou e rompeu alianças políticas no RN, Pedro Velho sustentou seu poder no clientelismo e em todas as práticas que caracterizaram as tramas oligárquicas de Norte a Sul do país, à época. *A República* se transformou no órgão oficial do governo do RN, representando, em suas publicações, os interesses oficiais e defendendo projetos e ações sem a "imparcialidade", reclamada por outros órgãos de imprensa. O Diário de Natal foi fundado em 1939 e, ainda na década de 1940, foi incorporado ao grupo empresarial dos Diários Associados. Sua última edição impressa data de 02 de outubro de 2012. O Tribuna do Norte estava vinculado à família Alves, uma das mais importantes oligarquias do Rio Grande do Norte.

indiretamente ao PBA, no período de 1975 a 1997[226]. Para os objetivos deste capítulo, delimitei a análise das matérias nos periódicos selecionados aos anos de 1977 a 1983. O primeiro marco reporta-se à intensidade dos debates e conflitos de interesses em torno do PBA, e o último demarca a inauguração da Barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, obra central do projeto em virtude dos impactos que causaria à região.

O Jornal *A República*, como órgão da imprensa oficial, assumiu a defesa do PBA, apresentando largas matérias que se debruçaram sobre temas variados, firmando-se no eixo do progresso a ser alavancado e dinamizado pelo projeto. Embora tenha sido o periódico com menor número de matérias que localizamos no Nut-Seca, o jornal produziu, em junho de 1979, às vésperas da instalação do canteiro de obras da Andrade Gutierrez no Baixo-Açu, com o título "Vale ou não vale o Vale?", um conjunto de reportagens relevantes para compreendermos a dimensão do PBA e o confronto aberto em um dos momentos de maior embate. Ao noticiar os percursos, agendas e ações dos representantes de órgãos públicos e agências do Estado, podemos visualizar a trama desses agentes para equacionar distúrbios sociais e desenvolvimento econômico, irmãs siamesas no ventre do PBA.

A *Tribuna do Norte* tratou de temas variados relacionados ao PBA. Neste jornal, representantes políticos de poderosos grupos oligárquicos eram constantemente referenciados em matérias que abordavam defesas e questionamentos ao PBA. Sua posição em relação ao PBA vai, ao longo do tempo, operando mudanças de abordagem, ora apresentando críticas ácidas, ora apostando no projeto como alavanca para o desenvolvimento da região do Baixo-Açu. Se tomarmos 1975 como marco inicial da discussão, em vista da assinatura do decreto e da conclusão da barragem em 1983, observamos que os debates, na Tribuna do Norte, operam maior ou menor sintonia de acordo com os interesses das classes dominantes e a conjuntura política.

É fato que, na maioria das matérias publicadas entre 1975 e primeiro semestre de 1979, o referido jornal se debruçava sobre os problemas relacionados à amplidão da área desapropriada, as baixas indenizações e os impactos para os empresários do setor de minérios e extrativismo vegetal, tratando, ainda, da submersão de São Rafael. Contudo, não perdia de vista a ênfase no que era considerado pelas classes dominantes o fim último do PBA, o desenvolvimento e o progresso do Vale do Açu e do Rio Grande do Norte.

[226] Trata-se de artigos diversos, cartas, documentos, notas oficiais, cobertura de eventos, reportagens em série, etc., que analisamos nos seguintes jornais: *O Mossoroense, Tribuna do Norte, Diário de Natal (O Poti), A República, O Vale* e algumas raras matérias publicadas em jornais de outros Estados.

Quanto ao *Diário de Natal*, há uma especificidade em suas matérias. O conteúdo era predominantemente crítico em relação ao PBA, fato que rendeu, no momento dos primeiros embates, uma mensagem do Centro Açuense em Natal em meados de 1977[227], encaminhada ao diretor dos Diários Associados, prestando apoio e solidariedade à "campanha" feita pelo jornal. Para o Centro Açuense, o *Diário de Natal* favorecia a opinião pública, pois expunha, com rigor, os aspectos do Projeto. E, concluindo, o Centro Açuense afirmou que se verá, no futuro, quando o jornal for julgado pela história, que "não pecou por omissão"[228]. Dois anos depois, o Centro Açuense mudou de posição e declarou apoio ao PBA, que foi publicado na *Tribuna do Norte* em agosto de 1979.

Dessa forma, o *Diário de Natal* e *A República* mantiveram, praticamente, a mesma posição ao longo do período de construção da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, com o primeiro abordando em tom mais crítico e polêmico o PBA, e o segundo, assegurando sua defesa.

Em março de 1979, a imprensa já anunciava a chegada do jornal *O Vale*, que iria fazer a boa propaganda do PBA. Voltado, exclusivamente, para o Vale do Açu, *O Vale* serviria, também, como suporte às empresas envolvidas na implantação do PBA. Para que todo o povo tivesse acesso, sua distribuição ocorreria "gratuitamente pelo DNOCS em todo o Vale, aproveitando, para isso, os dias de feira" (*cf. Tribuna do Norte, 9/03/1979, DNOCS prepara a população do Vale para o Baixo-Açu*).

A circulação d*'O Vale* teve início em junho de 1979 e, posteriormente, foi rebatizado como *Novo Vale*[229]. O jornal ficou sob a responsabilidade da empresa Andrade Gutierrez, construtora da barragem e, em seu expediente, informava que o jornal era uma "contribuição" da empresa ao PBA quando, de fato, já constava, no contrato do DNOCS com a Andrade Gutierrez, uma verba de " 2% do valor do contrato", destinado à publicidade da obra.

Além disso, *O Vale* contratou profissionais da própria região para produzir as matérias que iriam fazer a "promoção do projeto" como havia proposto Antônio Ronaldo de Alencar Fernandes, Secretário de Agricultura do RN[230]. Quem poderia conhecer melhor os anseios da

---

[227] O Centro Açuense era uma associação formada por famílias de classe média que haviam saído do interior para a capital potiguar, constituindo uma espécie de colônia açuense na capital potiguar. A maioria de seus membros eram profissionais liberais: médicos, economistas, engenheiros, agrônomos etc. conforme se apresentaram no Memorial sobre o Projeto Baixo-Açu, entregue ao General João Batista Figueiredo por ocasião de sua visita a Natal.

[228] AÇUENSES apoiam a atuação do Diário. **Diário de Natal**. Natal-RN. 26.jul.1977. Posteriormente, o Centro Açuense em Natal também fornecerá apoio amplo ao PBA. Cf.: CENTRO Açuense favorável à construção da barragem. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 3 ago.1979.

[229] No Arquivo pessoal de Ivan Pinheiro, tivemos acesso a algumas edições do Jornal *Novo Vale.*

[230] DNOCS. **Ata da 1ª Reunião.** Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu/RN. Arquivos Nut-Seca, UFRN.

população, seus costumes e valores? Quem poderia articular, com maestria, as reportagens acerca do Vale do Açu, valendo-se das oposições agricultura de sequeiro/agricultura irrigada; fome/fartura; atraso/desenvolvimento? O município de Assú ganhou notoriedade, nas artes, pela produção de seus poetas e jornalistas, que fizeram desta cidade campo fértil para o empreendimento jornalístico.

Desse modo, não faltavam profissionais qualificados ao desempenho da comunicação escrita[231]. Em suas edições a abordagem central era a questão do desenvolvimento econômico, com ênfase na moderna agricultura irrigada e nos inúmeros benefícios decorrentes do PBA:

> Todo mês O VALE percorrerá o Vale. Na mão do povo. Cuidando dele. No futuro dele que agora se chama terras irrigadas, produção, comercialização, desenvolvimento enfim [...] Por causa da barragem, haverá crianças sadias e robustas, haverá cursos e laboratórios, saúde e felicidade. Por causa da barragem não haverá um Vale de lágrimas e aflição[232].

Não é possível fazer, aqui, uma análise mais consistente do jornal *O Vale*, dado que, para se transformarem na maior trincheira midiática em prol do PBA, as táticas de seus idealizadores, as matérias veiculadas e a ordem do discurso requerem maior aprofundamento, o que não é objetivo deste capítulo. A função política e pedagógica do jornal era inculcar, nas mentes e corações de cada homem e mulher da região, particularmente dos que seriam expulsos com a construção da barragem, a generosidade do governo, do DNOCS e a responsabilidade da Andrade Gutierrez na edificação do novo vale.

A criação do jornal *O Vale* foi o exemplo patente do investimento na formação da opinião pública acerca da necessidade e importância do PBA. A cada edição, *O Vale* publicava matérias relacionadas às transformações que iriam ocorrer na região com a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a consecução do projeto de irrigação, transformando o mais fértil vale norte-rio-grandense no seleto território da agricultura moderna no Estado[233].

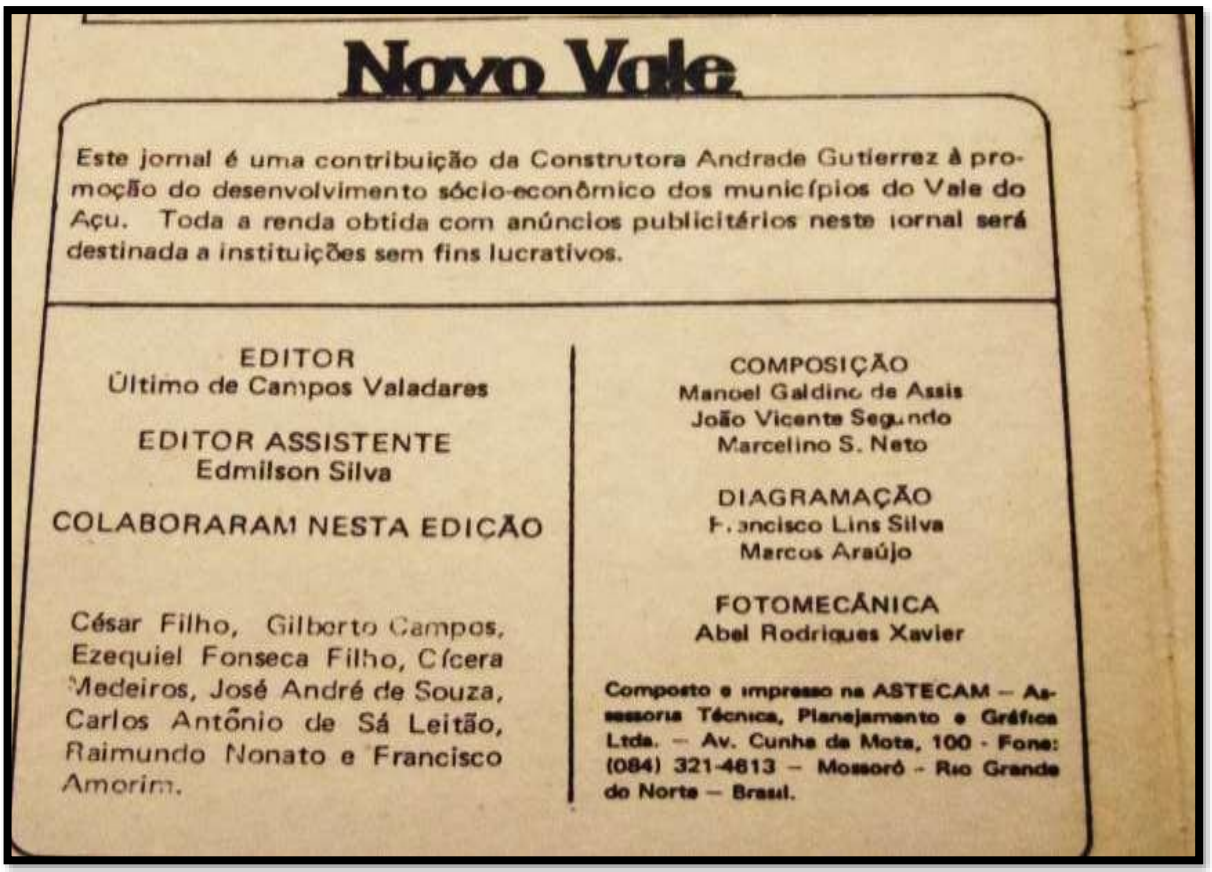
---

[231] AMORIM, Francisco. **História da Imprensa do Assú**. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 1965. O autor fez um levantamento, que registrou 117 periódicos publicados durante um século no município de Assú, no período de 1867 a 1965, correspondendo, respectivamente, a criação dos jornais *O Assuense* e *O Bisu*.

[232] Editorial do Jornal O Vale, 28 de jun. de 1979, *apud* VARGAS, Nazira Abib. **Barragens:** O Clamor dos Beiradeiros. Vol. 1. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC – SP, 1991, p. 230.

[233] Em todos os números pesquisados, encontramos matérias sobre o Projeto Baixo-Açu, com abordagens sobre a construção da barragem, a situação da população de São Rafael, a construção da nova São Rafael e, principalmente, o projeto de irrigação do Baixo-Açu.

Imagem 3 – Jornal Novo Vale



Novo Vale

Este jornal é uma contribuição da Construtora Andrade Gutierrez à promoção do desenvolvimento sócio-econômico dos municípios do Vale do Açu. Toda a renda obtida com anúncios publicitários neste jornal será destinada a instituições sem fins lucrativos.

EDITOR
Último de Campos Valadares

EDITOR ASSISTENTE
Edmilson Silva

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

César Filho, Gilberto Campos, Ezequiel Fonseca Filho, Cícera Medeiros, José André de Souza, Carlos Antônio de Sá Leitão, Raimundo Nonato e Francisco Amorim.

COMPOSIÇÃO
Manoel Galdino de Assis
João Vicente Segundo
Marcelino S. Neto

DIAGRAMAÇÃO
Francisco Lins Silva
Marcos Araújo

FOTOMECÂNICA
Abel Rodrigues Xavier

Composto e impresso na ASTECAM – Assessoria Técnica, Planejamento e Gráfica Ltda. – Av. Cunha da Mota, 100 - Fone: (084) 321-4813 – Mossoró - Rio Grande do Norte – Brasil.

Fonte: Jornal Novo Vale. Edição de 12/06/1983. Arquivo particular de Ivan Pinheiro Bezerra.

Contestações e defesas do PBA puderam ser mapeadas nos órgãos de imprensa supracitados. Identificamos duas fases nesse processo de embates, conflitos e negociações, que se relacionaram, em maior ou menor grau, a determinadas etapas do PBA e aos vínculos entre estas e as relações de força em jogo. Não há limites rígidos entre essas fases e sua elaboração objetiva observar, com maior clareza, o jogo de interesses, as demandas conflitantes e as táticas utilizadas pelas classes para alcançar seus propósitos.

Em relação a primeira fase, esta é a de articulação da classe dominante quando esta se inteirou do teor do decreto desapropriatório, iniciando a luta pela reformulação do projeto. Essa fase tem início em 1975 e se prolonga até agosto de 1979, poucos meses após a instalação do canteiro de obras. A contraproposta dessa classe foi a substituição da grande barragem por outras de menor porte e a redução da área de irrigação e colonização.

Já a segunda fase marca a entrada, em cena, dos proprietários rurais pobres e os agricultores não proprietários com maior visibilidade para o início de 1979 quando a população excluída dos debates tem clareza da expropriação e expulsão da área atingida pela bacia hidráulica. Esse momento não pressupõe uma aliança propriamente dita entre as classes, senão

a existência de distintos interesses entre as classes, vozes dissonantes e algum ponto de convergência.

A problemática das desapropriações era recorrente nos periódicos, contudo havia a ênfase para as áreas que ficavam a jusante da barragem, notadamente, nos momentos iniciais dos debates. Pelo decreto de desapropriação, a maior área do PBA, destinada à irrigação e à colonização, situava-se a jusante da barragem. Boa parte desta área era considerada o melhor solo do vale e, nesta, estavam encravadas as propriedades de grandes lideranças políticas da região ou a elas enlaçadas. Para os proprietários e empresários da mineração, que se situavam a montante da barragem, a situação era mais agravante, pois a construção da bacia hidráulica iria naufragar o perímetro urbano de São Rafael e 52% de sua área agricultável. As minas de mármore e sheelita e algumas áreas agrícolas dos municípios de Assú, Ipanguaçu e Jucurutu também corriam risco de desaparecer sob as águas da Barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves.

A grande barragem era apresentada como um dado concreto, uma realidade contra a qual não havia como objetar. Se para os proprietários rurais era preocupante os valores pífios das desapropriações que impossibilitavam a aquisição de imóveis em outras regiões, o que dizer de centenas de famílias camponesas que, em razão de não terem propriedades, não receberiam qualquer valor indenizatório?

A população do município de São Rafael andava sem sossego, porque o DNOCS não apresentava respostas às suas indagações, as quais, resumidamente, se concentravam em duas cruciais questões: onde morar e onde produzir? Havia a propaganda de um "verdadeiro" projeto de reforma agrária com o assentamento de quase três mil famílias, que enchia de esperança parcela de famílias camponesas. No entanto, a maioria ficava apreensiva diante dos critérios estabelecidos para a seleção dos colonos/irrigantes. O medo da exclusão se aliava aos problemas gerados pela expulsão de significativa parcela dessa população.

Nos momentos iniciais dos embates públicos, os grandes e médios proprietários rurais da área à jusante da barragem estavam alinhados, em termos de discurso, aos pequenos proprietários, posseiros, meeiros e arrendatários, denunciando as injustiças do PBA assim como a exclusão da população agricultora empobrecida. Não obstante, a dinâmica do processo trouxe à tona as divergências entre a classe proprietária e os trabalhadores não proprietários, o que, paulatinamente, produziu o afastamento entre os que tinham suas propriedades na área da bacia hidráulica daqueles que eram proprietários na bacia de irrigação. Uma clivagem importante ocorreu entre os trabalhadores rurais não proprietários que laboravam na condição de

arrendatário, meeiro ou morador e os proprietários rurais. Esta última tem uma distinção significativa e será discutida no último capítulo desta pesquisa.

Em 1978 o governador Tarcísio Maia afirmou que "esta é a maior barragem doNordeste, maior mesmo que Orós e sua construção deve aumentar em 20% a receita do Estado,uma vez que a terra a que servirá são as mais férteis do Estado"[234]. Na região, o projeto era tema para acaloradas discussões, concentrando-se no município de Assú, o mais importante centro político e econômico do Vale, lugar de atuação dos principais chefes políticos da região.Assim, quando a população ouvia falar da grande barragem Armando Ribeiro Gonçalves a serconstruída no Vale do Açu, dedicava pouco crédito ao tema, pois, na memória do povo, estavao alarido em torno da barragem de Oiticica, a qual não saíra do papel. E punha-se o povo a discutir nestes termos: se a barragem de Oiticica, pensada durante décadas, foi abortada, por qual razão essa barragem gigantesca, maior que o açude de Orós no Ceará e "duas vezes a baíade Guanabara", iria ser construída?

A partir de 1977, os embates em torno da proposta foram estampados em todos os órgãos da imprensa do Rio Grande do Norte. Neste momento ocorria, de modo expressivo, uma forte pressão dos grandes proprietários rurais, através de seus representantes junto aos órgãos governamentais, visando à defesa de seus interesses particulares, que, nos discursos, eram apresentados como interesses gerais da sociedade. É bastante significativo que, ao longo dos debates e onde se confrontavam as diversas forças políticas e setores sociais de oposição ou defesa, o PBA fosse representado com as expressões: "redenção", "catástrofe"; "progresso", "miséria", "maldição" e "necessidade".

Essas adjetivações para o PBA, de modo particular em relação a sua primeira etapa, a construção da grande barragem, intitulavam as matérias publicadas nos principais jornais de circulação no Estado do RN, desde o início das obras até o completo desaparecimento da cidade de São Rafael sob as águas do maior açude do Brasil há época.

3.1 A REDENÇÃO DO VALE DO AÇU

O Estado e os órgãos públicos, responsáveis direta e indiretamente pela construção da barragem, não se dispunham a dialogar com os setores sociais, mesmo aqueles que compunham a classe dominante e exigiam respostas sobre o PBA, com isso uma crescente insatisfação social provocou desgaste para o governo Tarcísio Maia. A saída encontrada foi enaltecer os benefícios do projeto, ressaltando as potencialidades naturais da região do Vale do Açu e acrescentando a

[234] BARRAGEM do Açu um projeto vital para o RN. **A República**. Natal-RN. 1.ago.1978.

estas, as técnicas do progresso agrícola que, conjugadas pelo Estado, constituiriam as bases necessárias para o seu desenvolvimento. A magnitude da obra também era um elemento importante na propaganda do governo do Estado, DNOCS e Andrade Gutierrez. Era, nesta expectativa, que o engenheiro Mário Coutinho, da Andrade Gutierrez, enfatizava a barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves como a "maior obra licitada pelo Ministério do Interior, através do DNOCS"[235].

Os defensores do PBA manifestavam-se nos diversos meios de comunicação – imprensa escrita, emissoras de TV e rádio – por ocasião dos eventos numerosos sobre o tema que passaram a ocorrer, especialmente no Vale do Açu e em Natal. A ordem do discurso era o progresso que correria nos trilhos da modernização agrícola, a Revolução Verde[236], e iria transformar o território do Vale do Açu. Não havia unanimidade na grande imprensa. Se alguns periódicos estavam dispostos a criar um clima de euforia em torno da obra, o *Diário de Natal* e *O Poti* traziam as cores sombrias do projeto e eram tenazes na crítica ao DNOCS:

> O DNOCS demonstrou que não conhece uma região que estuda desde 1936, como afirmou um de seus diretores. De posse das terras do antigo fomento agrícola, o DNOCS passou mais de três anos consolidando sua fazenda piloto. Nessa área o pessoal passou a atuar com força de gigante, utilizando dezenas de implementos agrícolas, desmatando, cultivando e plantando mecanicamente, porém sem a idéia e a prática do homem da terra, plantou feijão antes da época oportuna e no lugar inadequado, onde deveria plantar milho[237].

Com essa matéria, *O Poti* questionava o uso da técnica desvinculado de outros saberes e reivindicava a importância do conhecimento dos agricultores da região que sabiam quais eram as culturas apropriadas para o plantio nos diferenciados solos que compunham a várzea e os tabuleiros. No ano de 1977, a imprensa continuou a noticiar o silêncio do DNOCS em relação às indenizações e ao distanciamento do Estado do RN das decisões relativas ao PBA. No Diário de Natal, em matéria intitulada "DNOCS diz que Projeto do Açu começará mesmo ainda este ano", encontramos que "O que mais inquieta os agricultores é não saber qual o preço real que irão receber por suas terras, uma das mais férteis do Nordeste apesar de encravadas num vale

[235] BARRAGEM do Açu vai mudar o panorama agrícola do Estado. **A República**. Natal-RN. 1.set.1978.

[236] O termo Revolução Verde designa o processo de transformação na produção agrícola, que ocorreu a partir da década de 1950, com significativo aumento da produtividade, a partir da utilização de tecnologias diversas (equipamentos, defensivos, maquinário etc.). Para efetivação do novo modelo, foi sumamente importante a associação entre a indústria de insumos e a indústria de bens de capital. Vandana Shiva aponta a Revolução Verde como geradora de grandes desequilíbrios ambientais e sociais, comprometendo a diversidade genética, degradando solo e água, além de construir uma relação de dependência política e econômica dos países desenvolvidos e as empresas do setor de insumos e bens de capital. SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

[237] PROJETO Baixo-Açu causa desesperança na região. **O Poti**. Natal-RN. 14.ago.1977.

seco" e está enfatizado, ainda, que "o mais estranho é que o projeto do Baixo-Açu é o maior do DNOCS no Nordeste, mas as decisões são tomadas em Fortaleza e Recife"[238]. Essa última declaração faz parte reflete as exigências da classe dominante local, para que o DNOCS instale escritório ou núcleo no RN.

A pressão da classe dominante pelo estabelecimento de postos do DNOCS no RN tomou vulto, e o suposto desconhecimento dos órgãos públicos do Rio Grande do Norte sobre o PBA motivou outras críticas e reclamações durante o I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu. Na imprensa a explicação girava em torno da "falta de entrosamento" entre os órgãos estaduais que desconheciam o PBA e o DNOCS, o qual nada sabia acerca de outros projetos em curso no Vale do Açu[239].

Nesse cenário, é difícil crer que o governo do RN não tivesse ciência do projeto, dada a envergadura das obras, que seriam realizadas, e do imprescindível apoio das autoridades governamentais ao referido projeto. Fato é que o Ministro Rangel Reis, atendendo às reivindicações, publicou a Portaria n.343, 2/12/1978, estabelecendo uma unidade do DNOCS no RN.

Em entrevista ao Programa Mutirão da TV Universitária, o ex-governador Cortêz Pereira, abordando os problemas relacionados às enchentes no RN, afirmou que, durante o seu governo (1971-1975), ele foi procurado para assumir a implantação do PBA e que sua rejeição ocorreu em virtude de não considerar que as regiões de vales – úmidos ou secos – oferecessem segurança para "investimentos mais sérios, porque sabia que mais ou menos de 10 em 10 anos, ou de 11 em 11 anos... desmantelaria toda a infra-estrutura cara e onerosamente implantada".[240] O depoimento do ex-governador nos levou a questionar o desconhecimento do PBA por parte dos órgãos do governo do RN.

A posição de Moacyr Duarte – Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte e Secretário de Agricultura no governo Tarcísio Maia (1975-1979), a respeito do PBA, é de que este se tratava do:

> [...] mais importante projeto hidroagrícola formulado para o Rio Grande do Norte, em dimensões grandemente superiores aos projetos Cruzeta, Pau dos Ferros, Itans-Sabugi e Ceará Mirim. Influindo sobre a zona potencialmente mais rica do Estado, onde,

[238] DNOCS diz que Projeto do Açu começará mesmo ainda este ano. Diário de Natal, 1 jun. de 1977.

[239] ERRADICAÇÃO dos carnaubais é ponto negativo no Projeto de Irrigação do Baixo-Açu. O Poti, 23 jan. de 1977.

[240] Cortez Pereira foi o primeiro governador biônico do RN no período de 1971 a 1975. O Projeto de Colonização de Serra do Mel é a obra mais conhecida de seu governo. Na opinião do ex-governador, em entrevista na TV Universitária em 1979, a Colonização de Serra do Mel foi o empreendimento que levou o Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS a ofertar o Projeto Baixo-Açu ao seu governo. Cf. TV Universitária – Programa Mutirão – 1979. Entrevista transcrita. Acervo: Nut-Seca – UFRN.

> infelizmente, sobrevive uma população que ainda se caracteriza pelos seus baixos níveis cultural e econômico, sem condições de, por si mesmo, superar o atraso secular a que se acha condenada, tem o projeto do Baixo-Açu, do qual a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves constitui-se no primeiro segmento físico, a responsabilidade de promover a transformação da agricultura primitiva ali predominante em um sistema produtivo, eficiente, capaz de propiciar, a curto prazo, a elevação do padrão de vida de seus habitantes[241].

Em janeiro de 1979, o *Diário de Natal* já publicara matéria tratando do diálogo entre o senhor Moacyr Duarte e Osvaldo Pontes, diretor geral do DNOCS, acerca das apreensões dos proprietários rurais do Vale do Açu, outro indício de que não havia desconhecimento do PBA por parte dos órgãos governamentais do RN. É plausível que o governo do RN estivesse receoso em tomar para si a defesa do PBA sem que o DNOCS oferecesse garantias aos grandes proprietários rurais que estavam com seus interesses ameaçados.

Em boa parte dos discursos formulados por técnicos e membros do governo estadual ou federal que defendiam o PBA, as populações do Vale foram representadas como incapazes de apreender a grandiosidade do projeto, porque eram carentes e atrasadas cultural e materialmente. No jornal *A República*, a oposição ao projeto era apresentada por meio de dois vieses explicativos: se os críticos eram membros das classes dominantes, tratava-se de grupos de oposição ao governo e não ao projeto; se a recusa era da população, tratava-se de pessoas que ignoravam os significados e desdobramentos do desenvolvimento econômico que adviria da moderna agricultura a ser implantada no Vale do Açu.

Quando à objeção, partia das classes proprietárias que estavam ameaçadas de prejuízos econômicos com a derrubada dos carnaubais, era interpretada como produto de uma cultura determinada pelo próprio ambiente, portanto nociva ao desenvolvimento econômico da região. Neste caso, com a "erradicação dos carnaubais, um cultivo nativo que gerou homens acomodados, uma nova paisagem humana ressurgirá ali"[242]. Vê-se que a eliminação das carnaubeiras, longe de ser objeto de preocupação, é compreendida como necessária à construção de outra cultura.

As apreciações dos representantes das classes dominantes, que ocupavam cargos políticos em nível estadual ou federal, variavam de acordo com a conjuntura, podendo render elogios ao projeto e aos órgãos públicos que o empreendiam ou levantar críticas ácidas quando ocorria algum fato que atingia, indiscriminadamente, todos os setores sociais, confundindo interesses em disputa. Ressalvamos que, mesmo numa análise apressada, salta à vista a posição

[241] RN Econômico, nº 101, Abr. de 1979, p. 26.
[242] GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro. Vale ou não vale o Vale: o choque de duas culturas. **A República.** Natal-RN, 7 jun. de 1979.

favorável da larga maioria dos parlamentares do RN, na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional ao PBA.

No início de 1979, com a chegada da Andrade Gutierrez ao Vale do Açu para a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, as refutações ao PBA foram ocupando significativo espaço na imprensa, como já afirmamos. Para responder aos ataques, muitas matérias passaram a dar ênfase ao potencial natural da região, de modo a justificar a necessidade de empreendimentos que iriam sacudir o pó do atraso e transformar o Vale do Açu no "maior celeiro do Nordeste". Por outro lado, o problema das indenizações e seus parcos valores eram temas centrais nos questionamentos à obra, tensionado por duas forças significativas, a Igreja Católica e os proprietários rurais.

A posição da Igreja Católica no RN, acerca do PBA, estava em vias de ser oficializada, embora membros do clero e do laicato católico viessem questionando o projeto desde o seu nascedouro. A agenda dos órgãos e gestores públicos envolvidos com a implantação do PBA voltou-se para atender o alto clero, quando se aproximava a realização do Encontro da Província Eclesiástica do RN datado para 04 de abril de 1979. O evento se revestia de grande significado, porque iria discutir e fundamentar a posição da Igreja Católica em relação ao PBA[243]. O DNOCS e o governador Lavoisier Maia (ARENA) cuidaram em iniciar as tratativas com o mais importante membro da Província Eclesiástica, o arcebispo metropolitano Dom Nivaldo Monte[244]. O governo do Estado, o DNOCS e a classe dominante estavam cientes do poder da Igreja Católica no RN e, quando se tratava do meio rural, a influência do clero era ainda mais significativa. Basta lembrar que o Serviço de Assistência Rural e outras organizações da Ação Católica encontravam-se em campo desde os anos 1940.

Como a pregação da relevância social do PBA era discutível, a imprensa noticiou que a Igreja Católica resolvera entrar na "briga da barragem do Açu"[245], com o depoimento de Dom Nivaldo – sob influência de Puebla – que a Igreja "precisa de abrir cada vez mais para os pobres, mas sem se fechar para os ricos"[246]. O receio do DNOCS e do governo do RN em perder apoio do clero se tornava maior, tanto mais que o Padre Canindé, pároco de Assú, havia se firmado

[243] Para o Encontro da Província Eclesiástica, estavam confirmadas as presenças de Dom Nivaldo Monte – (Arcebispo de Natal), Dom Antônio Soares Costa (Bispo auxiliar da Arquidiocese), Dom Heitor de Araújo Sales (Bispo da Diocese de Caicó), Dom Gentil Diniz Barreto (Diocese de Mossoró), Dom José Freire de Oliveira Neto (Bispo Auxiliar) e os bispos resignatários Dom Manoel Tavares e Dom Adelino Dantas.

[244] No dia 02 de março, Dom Nivaldo Monte, acompanhado de Dom Antônio Costa, fora ao Palácio Potengi conversar com o Governador do RN sobre o PBA. Cf.: PRESENÇA da Igreja. **A República**. Natal-RN. 03.mar.1979.

[245] DO VALE. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 14.fev.1979.

[246] DOM NIVALDO. Puebla consolidou o apoio da Igreja aos pobres. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 17.fev.1979.

como tenaz crítico da barragem Armando Ribeiro, precisamente questionando aspectos considerados prejudiciais aos interesses sociais dos menos favorecidos.

Para atender o alto episcopado e pacificar os ânimos, o diretor-geral do DNOCS Osvaldo Pontes, empenhou todo o seu prestígio para garantir ao arcebispo que nenhuma obra do PBA teria início sem antes pagar as indenizações da área desapropriada[247]. O Jornal *O Vale*rastreava as figuras públicas que manifestavam apoio ao PBA para divulgar a opinião acerca do PBA. A brevíssima biografia do cônego Lucilo Machado, antigo pároco de São Rafael, e a de Pio Marinheiro, liderança política do município referido, foram apresentadas no periódico que trazia a opinião de cada um sobre o PBA. De acordo com a matéria, os dois compreendiamque o projeto seria a "redenção sócio-econômica de toda a região"[248].

No jornal *O Poti*, duas matérias publicadas com os títulos: *Barragem é obra faraônica* e *Barragem do Açu é monumental supérfluo*, o sociólogo Otomar Lopes Cardoso[249] traz uma série de indagações ao PBA, apontando problemas relacionados às primeiras experiências com irrigação no Vale do Açu, datadas do início dos anos 1970, que ora se encontravam em declínio, devido, entre outras coisas, aos prejuízos com a salinização. É importante ressaltar que Otomar Lopes Cardoso era titular da Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social quando, em 1977, foi responsável pela realização do primeiro Simpósio de Desenvolvimento Social do Vale do Açu, no qual afirmara que: "O homem deve ser o centro do desenvolvimento. Devem ser canalizados em sua direção, todos os elementos deflagradores desse desenvolvimento"[250].

Nesse sentido, Otomar Lopes Cardoso silenciara sobre as implicações da grande obra quando integrava o governo de Tarcísio Maia ou havia mudado de ideia sobre o Baixo-Açu?[251] Para o ex-secretário, era inexplicável que o Brasil insistisse na construção de grandes barragens quando, em outros lugares, já havia se comprovado sua ineficiência e graves prejuízos, lembrando, especialmente, a barragem de Assuã no Egito. Numa outra matéria, OtomarCardoso tratou das incongruências do Projeto e questionou a ausência de debates mais profundos em torno da temática, explicitando que:

---

[247] BAIXO-AÇU em debate. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 7.fev.1979.

[248] VALE a Pena. **O Vale.** Açu-RN. 27.jul.1979.

[249] Otomar Lopes Cardoso ocupara o cargo de Secretário Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social no governo de Tarcísio Maia. Sob a responsabilidade de sua Secretaria, foi organizado o I Seminário para o Desenvolvimento do Vale do Açu, ocorrido em janeiro de 1977. Cf.: CARDOSO, Otomar Lopes. Barragem é obra faraônica. **O Poti**. Natal-RN. 10.jun.1979; CARDOSO, Otomar Lopes. Barragem é obra faraônica. **O Poti.** Natal-RN. 4.abr.1979.

[250] RIO GRANDE DO NORTE: Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social: Relatório do I SIMPÓSIO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO AÇU. Série Documentos. Vol. 1.

[251] A Tribuna do Norte, em sua edição de 12 de junho de 1979, traz uma nota remetendo-se ao artigo publicado pelo ex-secretário Otomar Lopes Cardoso no Jornal O Poti, 10.jun.1979, questionando sua posição anterior quando compunha o Governo Tarcísio Maia e a oposição que ora manifestava ao PBA.

> [...] toda grande obra governamental se caracteriza pela verbosidade das promessas e explicações fáceis e fartas de seu significado. Ricos detalhes são apresentados, múltiplas solenidades são realizadas, etc. Mas, a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves adotou uma estratégia diferente, onde o silêncio é a tônica principal[252].

A guerra na imprensa prosseguia firme. A *Tribuna do Norte*, sem ocupar-se em fundamentar argumentos favoráveis à construção da barragem, afirmou peremptoriamente: "Que a barragem deve ser construída ninguém tem dúvida. Que precisa ser construída o mais rápido possível, só os néscios admitem o contrário. Que é a grande solução para o extenso e fértil vale, só os imbecis duvidam ou advogam o contrário"[253]. A *Tribuna do Norte* havia redirecionado sua posição desde o encontro de Ipanguaçu – saudado como um acontecimento popular e democrático – quando as maiores lideranças políticas do Vale do Açu haviam assinado, com algumas observações, o PBA. Anteriormente, a proposição de pequenas ou médias barragens fora refutada com os argumentos apresentados pelos técnicos do DNOCS e membros do governo de que não se tratava de uma simples obra de açudagem, mas de um reservatório com múltiplas finalidades: disciplinamento do rio, irrigação, suprimento humano, piscicultura e turismo.

As matérias dedicadas ao engrandecimento do PBA, no segundo trimestre de 1979, evidenciavam que estava em curso acelerado a tática para o convencimento e resignação da população, fundamentada pela necessidade e irreversibilidade, "ideias-força" que sustentaram a defesa política do projeto, pois, uma vez que o governo estava cônscio dos seus resultados benéficos, deveria agir de modo resoluto para implantá-lo[254].

A arregimentação de forças políticas em torno do PBA o fortaleceu, e a imprensa, particularmente os jornais *A República* e a *Tribuna do Norte*, assumiria a tarefa de tornar públicas as potencialidades de desenvolvimento do Vale do Açu, para o qual se empenhavam o governo do RN, o governo federal via DNOCS, os parlamentares e prefeitos vinculados, tanto aos partidos da base de apoio aos governos quanto àqueles filiados ao MDB, que era oposição.

A *Tribuna do Norte* propôs, ainda, uma campanha de esclarecimento à população e afirmou que o jornal não desejava matéria paga, almejando apenas que o povo acreditasse no Projeto. Em 14 de outubro de 1979, uma grande reportagem intitulada *Baixo-Açu: Edição Documento* abordou três temas relacionados ao PBA. O tema inicial trouxe o "antigo sonho" da irrigação do Vale do Açu, evocando, à memória, os nomes de Felipe Guerra, Eloy de Souza

---

[252] BARRAGEM é monumento supérfluo. **O Poti**. Natal-RN. 10.jun.1979.

[253] BARRAGEM do Açu, **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 22.jul.1979.

[254] OBRAS irreversíveis. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 10.fev.1979.

e Joaquim Ignácio, homens públicos do Rio Grande do Norte[255], que haviam, em seu tempo, defendido, com otimismo, o potencial da açudagem bem como as vantagens da agricultura irrigada para destravar o desenvolvimento rural do Nordeste e, em particular, do Rio Grande do Norte; a segunda matéria enaltecia os aspectos sociais do PBA, representando a solução para "fixar o homem a terra em melhores condições de vida"; e a terceira, já abordada no capítulo anterior, tencionava, com vigor, qualificar as três empresas envolvidas na construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e outras ações, as quais a estas se vinculavam: a Andrade Gutierrez, a Hidroservice e a Hidroterra. Sobre o sonho e os aspectos sociais do PBA, apresenta que:

> O aproveitamento racional das potencialidades agrícolas do Vale do Açu, reconhecidamente fértil, é um antigo sonho dos norte-rio-grandenses, como registra a própria história do Estado [...] Além de suprir a irrigação e controlar as enchentes, a barragem do Açu trará uma série de outros benefícios para a região [...] em São Rafael serão ocupadas mais de 800 famílias, com uma renda anual média superior a 30 salários mínimos. [...] a barragem garantirá o abastecimento d'água para a população urbana e rural da área e para a pecuária, permitindo uma ampliação simultânea das culturas de vazantes, numa área produtiva de 2 mil hectares de terras úmidas e 10 mil hectares de terra de sequeiros, beneficiando 800 famílias, além de gerar uma produção superior a 30 mil toneladas de frutas, hortaliças, e culturas de subsistência. Tudo isso contribuirá para fixar o homem à terra em melhores condições de vida[256].

Passados seis meses do Encontro de Ipanguaçu, quando foi publicado um documento assinado por prefeitos, deputados bem como por lideranças políticas e confirmando apoio ao PBA por tratar-se de um "velho sonho", a Tribuna do Norte retoma, nesta edição, a mesma ideia e, desta feita, apresenta as origens do sonho, criado e cultivado por figuras de renome e prestígio político. A reportagem transformou o PBA em sonho de toda a sociedade norte-rio- grandense, especialmente a população do Vale do Açu.

A reportagem retrocede ainda ao meado do século XIX para tratar da açudagem, defendida pelo senador Francisco de Britto Guerra. A ideia era reafirmar as raízes profundas do sonho da irrigação, embora o senador não houvesse tratado especificamente do tema, mas

---

[255] Felipe Guerra publicou na imprensa – especialmente no Jornal A República – a defesa da açudagem para o Nordeste, principalmente as obras realizadas sob encargos particulares, pois criticava a malversação dos recursos públicos com essas obras hídricas. Cf.: GUERRA, Felipe. A seca de 1915. In. ROSADO, Vingt-Un (org.). **11º Livro da Seca:** Coleção Mossoroense. Editora Universitária, Vol. CCV, 1985 e GUERRA, Otto (org.). **Felipe Guerra.** O jornalista guerreiro na defesa do semiárido. Fundação Guimarães Duque. Mossoró/RN: Coleção Mossoroense. Série "C". V. 1389. 2004. Sobre o pensamento de Eloy de Souza Cf.: SILVA, Itala Mayara de Castro. **Eloy de Souza e o Nordeste:** construção discursiva do espaço dos estados seviciados pela seca na Primeira República. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação da UFRN, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/26306/1/EloySouzanordeste_Silva_2018.pdf. Acesso em 18/03/2019.

[256] BAIXO-AÇU: Edição Documento. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 14.out.1979.

do represamento das águas do Piranhas-Açu. Nesse sentido, o sonho do ilustre senador estava vinculado à barragem Armando Ribeiro Gonçalves, pois esta era a maior obra de açudagem do DNOCS e encontrava sua principal justificativa na necessidade de irrigação do Vale.

O Jornal *O Vale*, no cumprimento de seus objetivos, trouxe constantes matérias apresentando as expectativas em torno do desenvolvimento que o PBA iria carrear para a região. A edição que apresentou os versos de Chico Traíra, poeta defensor do PBA, despertou grande interesse dos leitores e admiradores da poesia popular. Geralmente os versos eram memorizados para serem apresentados em diversos espaços sociais, onde a aversão ao PBA não os refutasse de imediato. Em memória de notáveis homens e mulheres do Vale, especialmente dos que eram naturais do município de Assú, Chico Traíra evocou o progresso da região:

> O Açu envelhecendo
> com o seu tesouro imerso
> abre a fonte do progresso
> cumpre a ordem de Deus Pai,
> teu nome quer dizer grande,
> a tua história tem brilho,
> Açu de João Celso Filho
> Crescei e multiplicai.
> Quando teus campos florirem
> Terás, Açu nova vida,
> Tua várzea enriquecida
> a tua grandeza atrai
> desta região Nordeste
> serás cidade rainha,
> velho Açu de Sinhazinha,
> crescei e multiplicai.
> O grito de euforia
> o povo guardado tem
> pela riqueza que vem
> pela pobreza que sai,
> desse grito de vitória
> o povo faz estribilho
> Açu de Palmério Filho
> crescei e multiplicai[257].

A poesia acima fora publicada no aniversário do Assú, e o município fundia-se de tal forma com a região que, ao falar desta, se falava daquele e vice-versa. O Jornal *O Vale* restringia suas matérias à região, buscava aproximar-se da população e era distribuído gratuitamente. Outro aspecto relevante diz respeito à participação de influentes açuenses, que ficaram com a responsabilidade pela construção do jornal, expressando tacitamente a aceitação do projeto e a sua defesa por intelectuais da própria região.

[257] TRAÍRA, Chico. Poema ao Açu. Novo Vale, 16 out. de 1982.

Em apologia ao PBA, seus defensores utilizaram os diversos espaços de poder, parlamento, imprensa e órgãos públicos para introjetar a "ideia-força" da necessidade, ancorando-se em números, cifras e estatísticas do desenvolvimento e progresso, previstos e contabilizados nos estudos de viabilidade técnica e econômica do projeto. Como a poesia popular desfrutava de grande prestígio, Chico Traíra, sempre emprestava sua poesia à defesa do PBA nos jornais de grande circulação no Estado e no *Novo Vale*, que estava, exclusivamente, a serviço da propaganda deste:

> O Vale do Baixo-Açu
> Frase tão pronunciada...
> De riqueza não tem nada.
> Existe o Vale, no nome.
> Gritam: terra dos poetas.
> Dos verdes carnaubais,
> Só há isso e nada mais
> E o povo passando fome.
>
> Porque quiseram entravar
> Tão grande empreendimento?
> Aqui só há sofrimento
> Nudez, desemprego e fome
> Pois em nome clima incerto
> Fartura não se constrói:
> Num ano, a seca destrói
> No outro, a enchente come[258].

A República apresentou, na reportagem "Vale ou não vale o Vale? A barragem do século"[259], todos os números referentes ao PBA do volume de água a ser acumulado pela barragem às previsões em torno da futura produção agropecuária, que estaria orientada pelo novo padrão técnico e científico, pois "Em tese o projeto Baixo-Açu tem o objetivo de organizar a estrutura fundiária, disciplinando a cultura agrícola e capacitando o homem do campo a novas técnicas de produção"[260].

Ao refutar a preocupação dos "ecólogos" com a devastação ambiental, que ocorreria fatalmente, os articulistas presumiam que o projeto proposto pelo DNOCS primava pela "compatibilidade entre desenvolvimento e natureza", diferindo do modelo "conservacionista" defendido pelos ambientalistas e do "economicista", o qual não guardava preocupação com a relação homem/natureza. Ao longo da série, a empresa Andrade Gutierrez, o DNOCS, os

[258] TRAÍRA, Chico. O Vale do Baixo-Açu. **O Vale**. Açu-RN. 28.jun.1979.
[259] GUALBERTO; João LIMA, Argemiro. Vale ou não vale o Vale? A barragem do século. **A República**. Natal-RN. 10.jun.1979.
[260] GUALBERTO; João LIMA, Argemiro. Vale ou não vale o Vale? A barragem do século. **A República**. Natal-RN. 10.jun.1979.

técnicos e o Governo Federal foram representados como agentes do progresso, patronos do desenvolvimento e benfeitores da população do Vale, respectivamente.

Enquanto os debates sobre o PBA corriam acalorados, o Núcleo do Projeto Sertanejo em Assú cuidava em executar dezenas de projetos que iriam favorecer, ao menos teoricamente, agricultores sem terra, pequenos, médios e grandes proprietários rurais. Dentre os municípios que receberam projetos, temos: Assú, Afonso Bezerra, Ipanguaçu, Angicos, Carnaubais, Alto do Rodrigues e Paraú. Por não ser objetivo desta pesquisa, desconhecemos a materialização e os resultados do Projeto Sertanejo na região. Em áreas selecionadas para implantação de projetos públicos de irrigação, era comum a instalação de núcleo do Projeto Sertanejo, que se constituiu como instrumento a serviço do desenvolvimento rural, propiciando a "empresarização" da agropecuária, mola propulsora da reprodução do capital como se depreende da pesquisa sobre o Núcleo do Projeto Sertanejo em Sumé/PB, realizada por Gilvan Braz Macedo[261] com prolongamentos, que, na perspectiva de Bursztyn[262], iriam servir para amortecer a reforma agrária.

No encontro de Ipanguaçu, reunindo 500 participantes de acordo com Tribuna do Norte[263], o coordenador da COMIRGA, Eldan Veloso, apresentou o projeto e, ciente das críticas ao DNOCS na região, em razão das obras inacabadas por negligência ou falta de recursos, não pagamento de indenizações de vários proprietários da área desapropriada para a construção do Açude Pataxó e problemas com as obras no Canal da Lagoa de Piató, reconheceu a existência de casos que geraram descontentamento, mas afirmou que isso ocorrera no passado e, neste momento, "o governo federal não admite que nenhum órgão público trabalhe sem um plano definido e sem recursos financeiros e técnicos assegurados"[264].

Para os que ouviram o depoimento do senhor Eldan Veloso e desconheciam os meandros do PBA, poderia parecer que tudo estava correndo bem com as fases de planejamento e, também, que os recursos já estavam plenamente garantidos. Em abril de 1979, o DNOCS não tinha conhecimento atualizado da área a ser desapropriada, nem mesmo a que iria formar a bacia hidráulica, a primeira a sofrer a intervenção. A pesquisa sobre a área havia sido feita pela Serete no início da década de 1970. Os dados demográficos e os impactos do PBA eram

---

[261] MACEDO, Gilvan Braz. **O Projeto Sertanejo no Nordeste semi-árido** (Núcleo de Sumé-Paraíba). Dissertação. Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba,1984.

[262] BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

[263] REUNIÃO de Ipanguaçu. **Tribuna do Norte.** Natal-RN. 28.abr.1978. Na matéria lê-se que "o debate realizou-se na Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, sendo integralmente transmitido por uma cadeia de emissoras liderada pela Cabugi e incluindo a Difusora de Mossoró, Rural de Mossoró, além da Brejuí de Currais Novos".

[264] AGRICULTORES analisam Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 28.abr.1979.

desconhecidos pelo DNOCS, pois, apenas em março de 1979, foi assinado o contrato com a Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda. para realizar os estudos sobre a área diretamente atingida e a área de influência.

Essa situação confirma o dito popular de que haviam "posto o carro na frente dos bois". A primeira reunião da Comissão Especial, ocorrida em julho de 1979, traz muitos exemplos do desconhecimento do DNOCS acerca da área que pretendia revirar com a construção da barragem. Tratando a respeito do contrato com a Hidroservice, foi afirmada a necessidade de esse trabalho ter sido realizado antes de as obras da barragem serem iniciadas, para, depois, poder discutir os problemas com a população. Na referida reunião, Eldan Veloso da COMIRGA informou que, no prazo de seis meses, o DNOCS teria em mãos a pesquisa a ser realizada pela Hidroservice e, então, teria condições de responder os questionamentos ao projeto[265].

Quanto aos recursos para desapropriação, construção da barragem e reassentamento da população atingida com a edificação de uma nova cidade, foi montada uma obra de engenharia política, que iria aglutinar órgãos federais e o governo estadual numa rede de colaboração. Esta exigia maestria por parte do Senhor Osvaldo Pontes, diretor geral do DNOCS, e absoluta adesão do governo estadual, dos parlamentares e dos setores da classe dominante diretamente interessados no PBA. A Ata da primeira reunião da Comissão Especial traz, em letras garrafais, um tópico: *O Contrato da Hidroservice – Objetivos Verdadeiros*, no qual o Diretor-Geral do DNOCS esclarece que:

> [...] queria era ganhar tempo, contratando a Hidroservice com a finalidade de levantar todos os problemas na área envolvida pelo projeto [...] porque é importante que essa Comissão conheça o pensamento nosso, inclusive opine a respeito; sabemos que os problemas são sérios, graves e complexos, num vale que vem sendo secularmente explorado, com uma população ali radicada, e que nós vamos ter que mexer, mesmo. É impossível fazer-se qualquer obra desse porte, sem uma mexida em qualquer coisa; isso é uma decorrência natural do processo de desenvolvimento[266].

A fala do Diretor-Geral do DNOCS não requer esforço de interpretação. A obra seria iniciada sem que o órgão responsável tivesse conhecimento do território e sua população. O DNOCS precisava de um diagnóstico dessa área e, mais importante ainda, precisava de um plano diretor que apontasse as diretrizes e indicasse as soluções para cada problema. E os problemas eram muitos e exigiam, sobretudo, grandes somas de recursos. A proposta de

[265] DNOCS. **Ata da 1ª Reunião.** Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu/RN. Arquivos Nut-Seca, UFRN.
[266] Ibid. p.10-11.

Osvaldo Pontes era encontrar, nas engrenagens do Estado com seus vários órgãos e numerosos programas, as respostas para as situações embaraçosas impostas pelo PBA.

Para o caso das indenizações das minas de mármore e sheelita, a proposta era encaminhar ao Departamento de Produção Mineral a solicitação de suspensão dos cancelamentos das atividades e acordar com o BNB que financiasse a exploração intensiva das minas. Assim "não se arca com ônus da indenização; e já estamos informados que os proprietários aceitam essa ideia", conclui o diretor geral do DNOCS[267].

A desapropriação da área urbana de São Rafael ficaria por conta do DNOCS, mas a proposta acordada era o Estado do RN se responsabilizar pela construção da nova cidade. Nesta condição, os proprietários de imóveis urbanos não receberiam as indenizações em valores, caso fossem convencidos a receber uma casa nova em troca do dinheiro, e o papel de convencimento caberia às assistentes sociais da Hidroservice.

A larga pesquisa, realizada pela Hidroservice, não deixou sem registros as reações da população ao PBA e, atentando-se às oposições, as suas formas de expressão e aos instrumentos de publicidade, apresentou em relatório que:

> Assim como em São Rafael, nas demais localidades da área atingida, a população vive num clima de tensão controlada, de medo e insegurança, fruto de um processo que vem se desenrolando há tempos e do qual não participaram [...] Opiniões contrárias às obras da barragem, ou mesmo do projeto de irrigação, têm sido veiculadas em jornais de Pendências, Mossoró e Açu, bem como em outros instrumentais de expressão, destacando-se a poesia, forma de linguagem bastante valorizada na culturaregional[268].

Em seguida, o documento apresenta alguns versos de Crispiniano Neto, explicando que estes circulavam nas bocas das lideranças e eram apresentados por ocasião de manifestações públicas:

> E o homem que tem calo na mão
> Não tem terra nem vínculo empregatício
> Vai entrar em um grande precipício
> Pois não tem pra ele indenização
> Com a família enxotado do sertão
> Vai viver sem amigo e moradia
> Numa ponte ou numa periferia
> De cidade, com fome, pobre e nu.
> Quando a água cobrir o Baixo-Açu

[267] DNOCS. **Ata da 1ª Reunião.** Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu/RN. Arquivos Nut-Seca, UFRN. p. 12.

[268] Idem. **Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves**. Ministério do Interior. Brasília-DF. Vol. VII, p. 967.

> Vai matar muitos pés de poesia[269].

Em meados de 1979, era possível afirmar, categoricamente, que nenhum projeto de irrigação seria edificado concomitante à construção da barragem. Durante a 1ª Semana de Meio de Ambiente em Natal, o debate transformou-se em confronto aberto entre o Dr. Eldan Veloso, coordenador da COMIRGA, e a professora Tereza Aranha, a qual questionava o Projeto Baixo-Açu. Na ocasião, ele afirmou que o PBA poderia ser cortado pela metade e, logo, a imprensa publicava que:

> O Projeto de irrigação do Baixo-Açu poderá ser suspenso, construindo-se apenas a barragem engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. É o que anunciou anteontem à noite, na Câmara Municipal, durante debate sobre o projeto, o engenheiro Eldan Veloso, presidente da Comissão Especial Executiva de Projetos de Irrigação no Rio Grande do Norte. Ele disse que a substancial mudança no Baixo-Açu poderá acontecer em decorrência da contestação que vem enfrentando no Estado e na área a ser atingida. A informação de Veloso foi, sem dúvida, o momento principal do debate de anteontem, na Câmara Municipal, dentro da Semana de Meio Ambiente promovida pela SEDEA[270].

O registro da resistência ao projeto, realizado pela empresa contratada pelo DNOCS, oferece uma dimensão significativa dos embaraços, conflitos e dilemas vivenciados pela população a ser atingida. O Estado do Rio Grande do Norte haveria de assumir a responsabilidades em buscar, junto aos diversos programas governamentais, os recursos necessários à complementação do orçamento – a construção da nova cidade de São Rafael seria realizada pela COHAB com recursos do BNH.

Além disso, outra missão, que caberia ao governo do RN, era disponibilizar um espaço para fixar a população "excedente" de São Rafael. A ideia era que o programa de colonização de Serra do Mel recebesse essa população. Ao fim, a estratégia montada pelo DNOCS visava a minimizar os custos gerais do PBA, numa conjuntura de grave crise econômica, e a aplacar os ânimos, numa região em polvorosa, com grande parte da população sentindo-se ameaçada pelo projeto, que era alçado à categoria de redenção da região.

3.2 IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Dentre os impactos ambientais e sociais do PBA, eram considerados mais graves a erradicação das carnaubeiras e a possibilidade das duas maiores lagoas da região (Piató e Ponta

---

[269] DNOCS. **Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves**. Ministério do Interior. Brasília-DF. Vol. VII, p. 968.
[270] PROJETO Baixo-Açu poderá ficar apenas na barragem. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 8.jun.1979.

Grande) secarem, trazendo incalculáveis prejuízos. Em torno destas questões, foram elaborados os mais diversos argumentos, qualificando o projeto como "desastre" para a região. As objeções à devastação dos carnaubais encontravam apoio em todos os setores da sociedade. Não se tratava apenas da dimensão ambiental, de preservação da mata ciliar dos rios e lagoas, uma vez que a carnaubeira representava a riqueza de um punhado de grandes proprietários que, absenteístas ou não, usufruíam dos lucros sem a necessidade de maiores investimentos.

Por outro lado, o extrativismo da carnaubeira, com a atividade salineira e o cultivo nas vazantes, mantinha ocupados os trabalhadores rurais do Vale na entressafra, garantindo o sustento da família ao longo dos últimos seis meses do ano. O debate na imprensa não manifestava preocupação com a devastação dos carnaubais nesta área, enfatizando, sobretudo, sua eliminação na área destinada à irrigação e colonização.

A farta presença dos verdes carnaubais, nos vales do Assú e Apodi no RN, recobria as áreas de várzeas que margeavam os rios, formando florestas que se alargavam por quilômetros com significativa densidade, chegando a contabilizar até 2 mil palmeiras por hectare em área de grande concentração. Ao lado da carnaubeira, encontravam-se oiticica, juazeiro, quixabeira e outras árvores de menor porte, constituindo um bosque arbóreo que ia ficando mais denso à medida que se aproximava das margens dos rios. A carnaubeira foi batizada com o epíteto de "árvore da vida" em face das múltiplas possibilidades do uso da palmeira por seres humanos e animais[271].

[271] As raízes eram utilizadas para fins medicinais. Do pedúnculo floral poderia ser feito um suco que, se fermentado, fornece um líquido alcoólico. Os frutos serviam de alimentos aos animais e certas espécies de aves. O palmito servia para a alimentação animal, especialmente em períodos de seca. Os talos são aproveitados para a confecção de diversos produtos de uso doméstico, servindo, também, para a construção das portas dos pobres casebres e, até mesmo, cercas. Seu caule era extensamente aproveitado na construção civil (ripas, caibros e linhas, travejamento de tetos), na edificação dos currais de gado, moirões para cercas. As palhas serviam para aconfecção de uma variada gama de produtos artesanais. E a cera, o mais caro dos subprodutos da carnaubeira, "possui amplas possibilidades de usos industriais no fabrico de vernizes, tintas, graxas e unguentos, assim comona preparação de filmes, papel carbono, couros encerados, emplastros, sabonetes, fósforos, isolantes para cabos elétricos, discos fonográficos, pinturas de automóveis e pastas de polimento" BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU. Vol. V, São Paulo: Hidroservice, 1979, p.650.

Imagem 4 – Carnaubais do Vale do Açu - RN

Crédito da imagem: Ademar Menezes.

A vastidão dos carnaubais no Vale do Açu e as formas como a população foi apropriando-se da palmeira para fins diversos levaram Andrade a concluir que há "um complexo cultural na região, uma civilização da carnaúba que está a exigir minucioso levantamento, inventário, que a encare do ponto de vista da importância econômica, das influências culturais, antropológicas e sociológicas, sem esquecer os aspectos históricos"[272].

Se nos reportarmos há pelo menos três décadas, é impossível restringir à dimensão econômica a importância da carnaubeira nos vales em que ela dominava a paisagem, salvaguardava os rios e integrando-se à vida cotidiana. A diversidade de usos da carnaubeira foi edificando imoderados adágios: "onde a carnaúba não falta, um homem possui tudo de que necessita para si e para o seu cavalo" encontrado no Ceará provincial[273] ou, ainda, "do boi tudo

[272] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 211. A proposição de Manuel Correia de Andrade ainda aguarda maiores investimentos dos pesquisadores. É plausível que a pesquisa sobre a constituição da "civilização da carnaúba", englobando um território que se estende do Rio Grande do Norte ao Piauí, poderá nos dizer muito sobre as especificidades e generalidades da estrutura fundiária desses três estados e da natureza de sua formação social.

[273] AGASSIZ apud ANDRADE, 2011, p. 197.

se aproveita, da carnaúba nada se perde". Lauro de Oliveira Lima traz a narrativa reverenciosa do padre Antônio Thomaz sobre a carnaubeira:

> O tronco é o mourão, a trave, a cumeeira, o altar e o leito conjugal; o palmito é o alimento; a raiz, a medicina; a palma é o abano, o chapéu, a esteira, a parede e o teto da casa; a cêra é a tocha primitiva, isto é, a luz, a oração, a vigília, na noite quieta e pura do homem nordestino. Tudo, na carnaubeira, é prestante e amigo. Nenhuma árvore é mais dadivosa e fecunda. Ela, sozinha, alimenta, abriga, veste, ilumina e consola as gentes... É como uma deusa familiar que a tudo acode. Como o filho da terra, onde nasce, ela se dá toda a quem a cultiva com amor e resguarda com ciúme... Da copa, oscilante e brincalhona, à raiz, séria e profunda, a carnaubeira é um holocausto vegetal, uma oblação da gleba ao homem que a possui[274].

Todavia, o produto economicamente mais importante era a cera extraída de suas palhas e, devido ao alto valor que alcançara no mercado, tornou-se uma das principais atividades para a economia do Vale do Açu, que exportava o produto para os E.U.A., Japão e países europeus. Em termos de região Nordeste, a cera era um dos produtos importantes da pauta de exportação, com produção proveniente do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. Em períodos quando a cera alcançou vultoso valor comercial, forneceu aos "barões da cera"[275] uma renda extraordinária comparável "com as fornecidas pelos cafezais paulistas e paranaenses"[276] aos barões do café.

Sobre a dizimação da vegetação na área do PBA, reportamo-nos, particularmente, às matas de carnaubeiras em razão do maior impacto econômico, social e ambiental à região do Vale do Açu, com: prejuízos monetários aos proprietários; aumento da precarização das condições de vida dos trabalhadores rurais, os quais se ocupavam do corte da palha de carnaúba e do artesanato da palha durante a entressafra; problemas econômicos à indústria de beneficiamento de cera; e, consequente, assoreamento do Rio Piranhas e seus afluentes, em virtude dos carnaubais constituírem a mais significativa mata ciliar desses rios. Para além dos prejuízos econômicos, devem ser considerados os danos ambientais, que adviria com a destruição da mata ciliar. Embora afirme a necessidade de erradicação total das carnaubeiras na área do PBA, no mesmo documento da Hidroservice, encontramos as seguintes considerações:

---

[274] LIMA, Lauro de Oliveira. **Na Ribeira do Rio das Onças**. Fortaleza-CE: Assis Almeida, 1997, p.83.

[275] A pesquisa monográfica realizada por Ademar Meneses traz a discussão acerca da violência sócio ambiental responsável pela devastação dos carnaubais no Vale do Açu com o processo de modernização agrícola. É neste trabalho que o autor alcunha os grandes proprietários de carnaubeiras de "barões da cera". Cf.: MENESES, Ademar Pelonha de. **Apropriação e devastação dos carnaubais no Vale do Açu:** ufanismo econômico e violência socioambiental no último quartel do século XX. Monografia de Graduação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2014.

[276] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 210.

> Dos impactos previstos nas áreas diretamente afetadas pelas obras do Projeto Baixo-Açu, o mais importante é o que se relaciona à eliminação de parte dos carnaubais existentes no vale do rio Açu. A importância da carnaúba decorre de sua localização, em geral em regiões com poucas alternativas agrícolas, e pelo fato de oferecer matéria-prima à indústria de cera, permitir a atividade artesanal e também o aproveitamento madeireiro. Acrescido ao aspecto econômico, ecologicamente constitui cobertura florestal mais consistente na região, sendo bastante adaptada ao meio ambiente. Quanto ao aspecto social, sua importância se traduz no fato de que a atividade extrativa da cera de carnaúba é fonte de absorção de mão-de-obra nos períodos de entressafra agrícola[277].

Não foi sem razão que os proprietários rurais do Baixo-Açu, especialmente os grandes proprietários de carnaubais, ficaram aflitos com a notícia da "erradicação total da mata ciliar de carnaúba"[278] nas áreas da bacia hidráulica e do projeto de irrigação que constava nos estudos produzidos pela Hidroservice. No quesito "recomendações", desse mesmo documento, a "devastação" das carnaubeiras assumia o caráter de exigências para a execução do PBA[279]. A orientação era de total desmatamento da vegetação nas áreas supracitadas, incluindo a caatinga hiperxerófila, a qual, também, formava a mata ciliar do rio Piranhas-Açu.

Na bacia hidráulica seriam devastadas as carnaubeiras, as quais ocupavam 5.750 hectares, correspondendo a 30% da área desapropriada, e a caatinga hiperxerófila, que recobria os 70% restante. Os impactos econômicos e sociais eram demasiado graves. Os proprietários perderiam anualmente a produção de pelo menos 13.400 arrobas de cera e 185 camponeses ficariam sem trabalho durante metade do ano[280]. Já na área do projeto de irrigação proposto originalmente, seriam eliminadas as carnaubeiras em 4.380 hectares[281].

Como um réquiem para o Vale do Açu, os arautos do progresso saudavam a redenção da população das condições de miséria bem como de atraso e da dependência dos homens dos caprichos da natureza, com a implantação do PBA. Um novo Vale seria edificado pela intervenção do Estado, que elaborou e executou o plano de desenvolvimento da região e, ainda que a fórceps, faria com que este rebentasse para liberar as forças do progresso. Com a manchete "Vale ou não vale o Vale? Açu, a terra dos poetas", o jornal *A República* homenageia os técnicos da empresa Andrade Gutierrez, porque "Eles representam o progresso e uma das primeiras

---

[277] BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. **PROJETO BAIXO-AÇU**. Vol. VI. São Paulo: Hidroservice, 1979, p. 935.

[278] Na bacia hidráulica seriam devastadas as carnaubeiras que ocupavam 5.750 hectares, correspondendo a 30% da área desapropriada e a caatinga hiperxerófila que ocupava os 70% restante, que do ponto de vista e. Cf.: BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. **PROJETO BAIXO-AÇU**. Vol. VII. São Paulo: Hidroservice, 1979, p.929.

[279] Ver: BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU. Vol. VI. São Paulo: Hidroservice, 1979.

[280] Ibid., p.927.

[281] Ibid., p.929.

coisas que o progresso vai impor aos açuenses é um encontro com o futuro"[282]. E que futuro seria esse? Sem nenhum receio em expor os paradoxos do progresso propugnado pelos órgãos públicos responsáveis pelo PBA, os articulistas saúdam a mudança avassaladora do território:

> O farfalhar dos verdes carnaubais, uma imagem secular na paisagem da terra e dos versos dos seus poetas, mais cedo ou mais tarde vão deixar de inspirar o Açu. Os políticos não utilizarão esta imagem em seus comícios o homem da terra não se espreguiçará sob os carnaubais que dão frutos e dinheiro sem muito esforço, o leque da natureza sofrerá uma transmutação. (...) o que eles, os poetas poderão cantar? Os poetas já não gorjeiam como os sabiás nas palhas dos carnaubais e, com estas mudanças em processo, definitivamente cantarão o futuro da terra[283].

O desaparecimento da carnaubeira era analisado de maneira positiva, entendendo que a atividade extrativista não teria lugar no futuro do Vale do Açu, visto que ela não poderia atender aos reclamos do progresso. O "encontro com o futuro" viria com a irrigação proporcionada pelo PBA, uma nova era que, inexoravelmente, promoveria a constituição de um novo homem para um novo Vale. A modernização da agricultura era o carro-chefe para outras modalidades de modernização: a dos costumes e das práticas sociais e culturais. Os políticos não se valeriam da imagem da carnaubeira para a retórica vazia. E a "indolência" dos homens da várzea cederia ao espírito empreendedor exigência do novo padrão agrícola que seria adotado:

> O choque cultural amplia-se com a produção da terra. A partir da erradicação dos carnaubais, um cultivo nativo que gerou homens acomodados, uma nova paisagem humana ressurgirá ali. A irrigação permitirá que o braço do homem trabalhe a terra permanentemente, ao contrário do que ocorre até hoje, quando nasce o carnaubal e o homem tem o único trabalho de cortar as palmeiras para obter lucros anuais[284].

Os autores do artigo lançam mão do determinismo ambiental para fazer apologia à irrigação, que responderia pelo nascer de um novo homem e uma nova paisagem. Desvinculada da realidade material, a narrativa de Gualberto e Lima sobre trabalho e produção na região do Vale do Açu traz a metáfora do paraíso, cuja natureza pródiga guarnecia as necessidades humanas, sem o necessário dispêndio de esforços, sem trabalho, enfim. As relações de trabalho no extrativismo da carnaubeira são complexas, envolvendo uma rede de trabalhadores que, tanto ontem quanto hoje, ganham por jornada, produção e empreita. A extração da cera de

[282] GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro Lima. Vale ou não vale o Vale? Açu, a terra dos poetas**. A República**. Natal-RN. 6.jul.1979.
[283] GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro Lima. Vale ou não vale o Vale? Açu, a terra dos poetas**. A República**. Natal-RN. 6.jul.1979.
[284] Ibid.

carnaúba era exaustiva, muitas vezes perigosa para os trabalhadores e, de fato, apenas os senhores dos carnaubais não necessitavam dispensar maiores esforços. Os grandes proprietários rurais do Vale do Açu eram, do mesmo modo, os donos dos densos e extensos carnaubais e os únicos que lucravam com a atividade extrativista.

Em muitos espaços de várzeas e tabuleiros, os proprietários rurais haviam plantado carnaubeiras, reduzindo a terra utilizada pelos camponeses para a agricultura de alimentos. Na verdade, os que detinham propriedades ricas em carnaubeiras viviam, quase que exclusivamente, da renda que a cera lhes oferecia. Já o campesinato, que laborava nas diversas atividades as quais a exploração da palmeira requeria, encontrava, nesta atividade, mais uma forma de buscar o sustento no período de entressafra, entre os meses de julho a dezembro. Além disso, a precarização das condições de trabalho nos carnaubais, a exemplo da extração do sal – da qual também participavam os campesinos do Vale – era sobejamente mais aguda que as desenvolvidas nas atividades agrícolas.

O Vale descrito acima aparece como território, onde a "vidinha pacata e poética", cantada por seus trovadores, corria sem maiores esforços da população, levando a entrever que a região vivia uma espécie de letargia sob a qual permaneciam escondidas suas potencialidades e riquezas. Era necessário substanciar a proposta de progresso e as bonanças que dele adviriam para convencer a população de que o ônus a ser pago valeria o Vale que se perdia. Os dados referentes à produção irrigada e o revigoramento da agropecuária foram apresentados nos periódicos, nos discursos dos técnicos e de todos os agentes envolvidos na defesa do PBA, argumentando que:

> Em lugar dos carnaubais, com a terra irrigada, nascerão alfaces, cenouras, pimentões, feijão, milho, novos frutos da terra plantados pelo homem. Os técnicos fazem previsões de que, com a irrigação, todo ano o Vale produzirá 300 mil toneladas de produtos agrícolas. Não haverá seca, nem enchente. A barragem permitirá que 800 famílias vivam exclusivamente da pesca, produzindo 2.500 toneladas anuais. O gado fornecerá 33 milhões de litros de leite por ano, mesmo com a previsão de que 8.400 cabeças serão abatidas anualmente[285].

A devastação dos carnaubais ameaçava os interesses dos grandes proprietários, já que o valor da propriedade estava associado a sua extensão no aluvião e à concentração da valiosa palmeira, que constituía-se elemento definidor da estrutura fundiária do Vale do Açu[286]. As críticas ao PBA envolveram ambientalistas, pesquisadores e proprietários rurais que centravam

[285] GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro Lima. Vale ou não vale o Vale? Açu, a terra dos poetas**. A República**. Natal-RN. 6.jul.1979.

[286] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.210.

a defesa na preservação dos vastos carnaubais. Ocorre que, para alguns desses segmentos, a defesa dos carnaubais estava intrinsecamente vinculada à defesa da propriedade que seria afetada com a desapropriação. Não se tratava de uma batalha ecológica, uma luta pela preservação do meio ambiente, mas a defesa do latifúndio que fora alcançado pelo decreto.

Não obstante, a defesa da carnaubeira reunia elementos de ordem econômica, social, cultural e ambiental. Edgar Montenegro, membro da classe dominante, defensor dos interesses dos grandes proprietários rurais do Vale do Açu, apresentou razões de natureza ambiental, quando, em termos de advertência, tratou que a devastação dos carnaubais poderia concorrer para uma "erosão eólica":

> [...] pois nos vales há correntes marinhas profundas. O Vale é também uma espécie de tubulação dos ventos que sopram forte da costa e o corte das carnaubeiras certamente representaria o perigo de uma erosão rápida e incontrolável. Não se pode erradicar uma cultura que é a própria vida da terra, expondo extensas áreas a perigos tão iminentes[287].

Nesse contexto, o apelo de Edgar Montenegro, em defesa dos carnaubais em janeiro de 1975, trazia principalmente, argumentos de ordem econômica. A usina industrial Mercantil Martins Irmão S. A., inaugurada em Assú em 25 de janeiro de 1975 iria realizar o beneficiamento da cera de carnaúba, rompendo a dependência dos proprietários norte-rio-grandenses com as usinas do Ceará. Esse novo empreendimento iria proporcionar maiores lucros aos proprietários de carnaubais do Vale do Açu e Apodi, pois a "arroba de pó cerífero é adquirida ao produtor por cerca de Cr$ 75,00; a cêra, a CrS 140,00. E o produto industrializado é vendido atualmente por cerca de CrS 175,00" [288].

A forma como o DNOCS pretendia fomentar a expansão da agricultura irrigada na várzea do Açu impunha graves riscos à tradicional economia extrativista. O desafio de reacomodar os interesses dos tradicionais proprietários com a moderna agricultura imposta pelo avanço do capital no campo foi árduo e seletivo. Os incentivos fiscais às empresas rurais para instalarem-se no Vale do Açu resultou na aquisição desenfreada de centenas de hectares nas várzeas densamente ricas em carnaubeiras por parte destas empresas, as quais logo iniciaram a devastação da mata de carnaubeiras. O PBA trouxe, ainda, um impacto severo ao rio Açu e aos corpos d'água que dele dependiam. Os significados desse rio para a região em estudo são múltiplos e complexos, desse modo, para que possamos ter algum conhecimento do que ele

[287].QUEREM erradicar a carnaúba do RN. **RN Econômico**, Ano VI, Nº 60, jan. 1975, p.43.

[288] RN ganha usina para beneficiar carnaúba. **RN Econômico**, Ano VI, Nº 60, jan. 1975, p.6.

representava e de como era representado, debruçamo-nos sobre algumas pesquisas, narrativas de cronistas e memorialistas, depoimentos dos agricultores vazanteiros, criadores de gado, pescadores e lavadeiras, que encontravam, no Piranhas-Açu, o provedor de alimento e dessedentação humana e animal, esteio para a agricultura de vazante e espaço de lazer para as comunidades ribeirinhas.

Nessa perspectiva, Manoel Rodrigues de Melo publicou a *Várzea do Açu* [289]e, neste trabalho, encontramos a descrição do rio Açu recortando a paisagem da várzea, ora robusto, alimentando pelo rigor do inverno, ora esguio em face da escassez. Recortamos um pequeno trecho, em que o autor desenha, com maestria, uma paisagem singular para os ribeirinhos do Piranhas-Açu:

> Quando embicas a tua cabeça mole e chata, no leito fofo do Baixo-Açu, o gado corre ao teu encontro inesperado. Os meninos, os homens, as mulheres, vão ver a tua passagem, colocando *marcas* (pauzinhos enfincados no chão), para ver se enches ou vazas. Os agricultores das vazantes te saúdam, arrancando às pressas as batatas maduras. Todos saúdam com alegria a passagem festiva do grande Rei. Os historiadores falam de ti nas suas crônicas, uns querem que tenhas sido o primeiro visitado entre nós pelos europeus. Outros defendem para ti a glória de ter dado nome à Capitania [...][290].

A expressão "passagem festiva do grande Rei", acima, refere-se ao momento da quadra invernosa quando as águas que caíam em sua cabeceira chegavam ao Vale do Açu anunciando maior ou menor fartura nas vazantes e enchimento das lagoas, a depender do volume de água nesse período. Essa "passagem do rio" não ocorre mais, posto que o Piranhas-Açu foi "disciplinado" com a barragem, apesar de não completamente controlado para efeito de evitar as enchentes. Reiteradas vezes, foram apresentados dois objetivos oficiais do PBA: disciplinamento do rio Piranhas-Açu e segurança hídrica para irrigação no Vale. Quando se trata do Rio Piranhas, a "ideia-força" do projeto é controle, disciplinamento.

A perspectiva de que o "legendário do Vale deixaria seu leito multissecular para seguir o caminho definido pelos homens e pelas máquinas"[291] foi apresentada como elogio público ao trabalho da Andrade Gutierrez. O disciplinamento do rio pela força dos homens se tornara

---

[289] Manoel Rodrigues de Melo nasceu na Várzea do Açu, no município de Macau em 1912. Foi um intelectual com atuação em múltiplos campos: cronista, político, etnólogo. Foi membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e, como integrante da Congregação dos Moços, era simpático aos ideais dos católicos conservadores. Sob a influência de Alceu Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo e no Rio Grande do Norte, a figura de Câmara Cascudo filiou-se ao movimento integralista. Seu trabalho carrega, em larga medida, as marcas da influência de Câmara Cascudo.

[290] MELO, Manoel Rodrigues de. **Várzea do Açu**: paisagens, tipos e costumes do Vale do Açu. 3ª ed. São Paulo: IBRASA, 1979, p. 240-241.

[291] A ANDRADE Gutierrez está domando o rio para que o rio possa servir ao homem. Edição Documento. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 14.out.1979.

relevante para a demonstração de poder do governo, da técnica e dos homens de ciência, numa região em que as pessoas vivenciavam, pelo menos uma vez em cada década, a fúria do Piranhas-Açu.

O rio represado com a barragem poderia garantir o domínio da terra pela irrigação. Com o mundo de ponta a cabeça, os trabalhadores rurais expropriados estariam livres para o trabalho assalariado nas empresas agrícolas. Na melhor das hipóteses, alguns poderiam participar do processo de seleção para futuros irrigantes no perímetro irrigado, porém, durante todo o período de construção da barragem, as incertezas eram cada vez maiores.

Para aqueles que eram informados apenas pelas imagens e discursos da escassez hídrica do semiárido, a ideia de um rio correndo valente, saindo de seu leito, ganhando volume e largura durante uma quadra chuvosa mais rigorosa poderia parecer algo ilusório ou produto da ficção dos que almejavam água em abundância para terras ressequidas. Essa imagem do Piranhas foi apresentada em crônica por Câmara Cascudo quando, de passagem pelo município de Angico, viu "as calçadas cheias de povo que afirma a impossibilidade de transpor o rio Açu, transbordante, e seu aliado, o Paraú, de barreira a barreira"[292].

O Rio Piranhas supria as lagoas de Piató e Ponta Grande com considerável volume d'água rica em nutrientes, alimentando uma diversidade de peixes, que migravam durante a piracema. Essas lagoas situadas a jusante da barragem eram importantes para a alimentação e a renda das famílias pobres da região bem como de pescadores provenientes de outros municípios. A lagoa do Piató, a maior e uma das mais piscosas do Rio Grande do Norte, com 18 km de extensão e capacidade para armazenar 96 milhões de m³, alimentava, em sua cercania, a vida de cinco comunidades rurais (Areia Branca Piató, Olho D'agua, Banguê, Porto Piató e Bela Vista Piató), constituídas por centenas de famílias, cujas vidas estavam entrelaçadas com a da lagoa. Sobre a importância da atividade pesqueira, os estudos da Hidroservice apontam que a pesca:

> [...] gera cerca de 400 empregos diretos, com ocupação de 5 a 6 horas de trabalho diário, em 21 dias por mês, durante praticamente o ano todo. Gera, ainda, 100 empregos em tempo parcial, para atividades de tratamento e comercialização do pescado e confecção dos equipamentos de pesca. O pescado ainda se constitui na fonte mais segura de sobrevivência da população mais pobre da região, uma vez que, de modo geral, o acesso à pesca é livre. Faz exceção apenas a lagoa Ponta Grande, onde o proprietário das terras que a circundam não permite a pesca, senão dos pescadores residentes e que pescam "à meia" com ele[293].

[292] CASCUDO, Luis da Câmara. **Viajando o Sertão**. São Paulo: Global, 2012, p. 8.
[293] BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. **PROJETO BAIXO-AÇU**. Vol. XI. São Paulo: Hidroservice, 1979. p. 1.460.

Mesmo dispondo de poucos dados, a pesquisa da Hidroservice apresentou que a construção da barragem provocaria mudanças no sistema rio-lagoas, com "provável redução de peixes nas lagoas de Ponta Grande e Piató, por sofrerem redução no fluxo de água e peixes daquele rio no período das águas"[294]. Com referência nos debates e nos estudos acima mencionados, elaboramos o quadro abaixo para destacar alguns dos prejuízos ou "impactos ecológicos" que a construção da barragem poderia acarretar:

Tabela 1 - Impactos ecológicos da barragem Armando Ribeiro Gonçalves

Componentes	Impactos
Solos	Assoreamento e erosão de açudes e lagoas
	Submersão de extensas áreas de várzea e vazantes
Recursos hídricos	32 açudes particulares de pequeno porte submersos
	26 lagoas submersas
	Vazão do rio alterada
Vegetação	Submersão de 2 milhões de carnaubeiras na área do reservatório
	Submersão de 13.350 há de caatinga na área do reservatório
Fauna	Alta mortandade da fauna terrestre na área da bacia hidráulica
	Fim das migrações ictíicas no rio Açu
	Redução de peixes nas lagoas

Fonte: BRASIL. MINTER: DNOCS, Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, V. XI.

Os impactos atingiriam diversos setores da vida social, materializando-se na eliminação da agricultura de vazante a montante da barragem e a redução drástica dessa atividade a jusante, em face da inundação dos solos e o controle da vazão do rio, condenando à fome centenas de famílias agricultoras, que, a partir dos meses de junho ou julho, produziam, nas vazantes, as culturas de batata doce e feijão. As recomendações acerca dos impactos não foram levadas a sério. A vida nas comunidades que formavam o chamado "anel" da lagoa foi, pouco a pouco, transformando-se em "fragmentos de dor", como trata a antropóloga Maria da Conceição de Almeida Moura[295].

A importância singular do Rio Piranhas na vida dos "beiradeiros do Baixo-Açu" foi abordada, com maestria, por Nazira Abib Vargas, a partir das narrativas de Rafael Arcanjo da Costa[296]. Tal quais os carnaubais, o rio Piranhas-Açu também era louvado e aplaudido na "passagem" assim como temido nas grandes cheias. Se muitos literatos e poetas referenciavam

[294] BRASIL. MINTER: DNOCS, Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Engº Armando Ribeiro Gonçalves, V. XI, p.1462.

[295] MOURA, Maria da Conceição de Almeida. Lagoa do Piató: fragmentos de dor. In: ARANHA, Terezinha de Queiroz (Org.). **Sesquicentenário da cidade do Assú (1845-1995).** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1995.

[296] VARGAS, Nazira Abib Oliveira**. Beiradeiros do Baixo-Açu**: canto e lamento de Rafael Arcanjo da Costa. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987.

os "verdes carnaubais", cuja simbologia sustentou a construção de uma identidade[297] por meio, especialmente, da prosa e poesia, os poetas populares – majoritariamente camponeses, instigavam a "veia poética" para cantar o rio Piranhas, as agruras da vida, as vivências de secas e cheias, as artes da sobrevivência, a história do povo e sua resistência:

> Em torno do rio, a vida do trabalhador do Baixo-Açu. No seu leito, em suas vazantes, o feijão certo, mesmo na seca. Também de suas vazantes, o capim elefantes que alimenta seus poucos e preciosos "bens" [...] Do rio, a batata doce, a melancia, o melão e a água sempre certa. Rio e beiradeiro se irmanam, e se dele tira a sobrevivência, nele também busca suas alegrias, no banho de cada dia [...] na prosa das mulheres lavando roupas, nas correrias e gargalhadas da meninada em seus mergulhos. Também em torno do rio, seus poemas, suas histórias mais bonitas, seus casos de valentia na luta contra as águas que, nas cheias, ameaçavam afogar seus roçados... No rio, sua história, sua vida[298].

A construção da grande barragem trazia implicações socioeconômicas para a vida dos ribeirinhos. Estivessem a montante ou a jusante da grande barragem, sofreriam privações: o rio não correria livre, fazendo o movimento de "passagem" por todo o vale para desaguar no mar; o ribeirinho a montante perderia as terras de várzeas e vazantes, pois o garroteamento do Piranhas obrigá-lo-ia a esparramar-se sobre estas áreas. Os ribeirinhos que produziam a jusante da barragem dificilmente poderiam plantar em vazantes, já que o rio correria disciplinado em seu leito, excetuando-se os períodos de grandes precipitações pluviométricas.

Analisadas a partir das lentes dos ribeirinhos, as grandes obras hidráulicas são demasiadamente impactantes. No caso do PBA, os impactos no ecossistema da região acarretaram prejuízos de ordem diversa, confirmando o que os "ecólogos", trabalhadores rurais e outros segmentos envolvidos no debate haviam dito e, inclusive, constando nos estudos da Hidroservice. O barramento do rio Piranhas-Açu dificultou a chegada das águas à lagoa do Piató. A bióloga e pesquisadora Raimunda Gonçalves de Almeida apresentou, em pesquisa realizada após a construção da barragem, que "a lagoa do Piató é hoje um exemplo do descaso da administração pública diante dos problemas graves que emergem da desarticulação das tradicionais relações do Homem com o meio ambiente, por obras de engenharia hidráulica"[299]. A lagoa secou não, exclusivamente, devido às questões climáticas como estamparam os jornais,

---

[297] Sobre a simbologia da carnaubeira na construção da identidade assuense: Cf.: SANTOS, Roberg Januário dos. **Cartografias Identitárias do Assú:** a construção de uma terra de história, poesia e tradição. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande, 2013. Disponível em: ≤http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2551≥ Acesso em: 18/11/2016.

[298] VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **Beiradeiros do Baixo-Açu**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987, p. 42-43.

[299] MOURA, Maria da Conceição de Almeida. Lagoa do Piató: fragmentos de dor. In: ARANHA, Terezinha de Queiroz (Org.). **Sesquicentenário da cidade do Assú (1845-1995).** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1995, p.169.

as matérias não trataram da raiz do problema e, assim, intencionalmente ou não, foram sepultadas as promessas não cumpridas pelo PBA, obscurecendo, por sua vez, o ônus da barragem para a região.

Nessa conjuntura, Hermenegildo Julião dos Santos, agricultor aposentado, nos apresentou, em narrativas, as agruras enfrentadas pelos camponeses na Várzea do Açu, particularmente para o PBA, que ele nomeou como a "maior seca" da região, em virtude do sofrimento que impôs aos agricultores pobres, ao próprio município de São Rafael, o qual regrediu, foi minguado, cortado e teve suas terras agricultáveis reduzidas à metade, impelindo numerosas famílias agricultoras que viviam no município a migrar para outras áreas.

Ainda sobre o Senhor Hermenegildo, este vivia com a família na condição de "morador" em uma propriedade rural no município de São Rafael, era agricultor sem terra. Tratou das lutas dos camponeses expropriados, olhando para o antes e o depois do PBA. Afirmou, com ênfase, que, apesar de toda a aflição em que os pobres viviam, ainda eram abençoados, porque "o rio Açu era o pai da pobreza. Mesmo em tempo de seca, como a de 1958, nós tivemos safra de vazante"[300].

Ainda que a produção da agricultura de vazante fosse instável, porque dependia da quadra invernosa, do volume d'água que o Rio Piranhas recebia em suas cabeceiras, esta agricultura oferecia alimentos às famílias ribeirinhas no período de entressafra. Em Manuel Rodrigues de Melo e na narrativa de vários agricultores, encontramos o Vale permeado de contrastes: fertilidade e riqueza; esterilidade e escassez. Quanto ao rio Piranhas-Açu, prevaleceram as referências à "riqueza" nas narrativas. Afirma o autor acima que, apesar de ser aperene, "não há exemplo na história da região de haver deixado de "correr" um só ano"[301].

3.3 DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES

A promulgação do Decreto nº. 76.046 gerou, como problema inicial, a falta de crédito para os proprietários da área a ser desalojada, e essa questão esteve presente em todos os eventos organizados nos anos de 1977 a 1979. Na imprensa o tema das desapropriações era exposto com frequência.

Na interpretação dos proprietários, o fim do crédito bancário para as áreas cobertas pelo decreto de desapropriação objetivava a desvalorização das terras, o que resultaria na redução

[300]SANTOS, Hermenegildo Julião dos. Entrevista concedida em 17 de abril de 2014. São Rafael-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

[301] MELO, Manoel Rodrigues de. **Várzea do Açu**: paisagens, tipos e costumes do Vale do Açu. 3ª ed. São Paulo: IBRASA, 1979, p. 237.

nos valores das desapropriações. Se o quadro se apresentava desolador para aqueles que tinham propriedades, para todos os agricultores que laboravam em terras alheias assim como para os pequenos proprietários (minifundistas), que não tinham a posse legal da propriedade, era compreendido como ruína absoluta, pois, na primeira ou segunda situação, não receberiam um vintém sequer e ficariam sem perspectivas de futuro.

O processo de desapropriação foi precedido de uma política de desvalorização das áreas rurais incorporadas pelo decreto supra. Os proprietários rurais de toda área atingida, ficaram assustados, notadamente os grandes ruralistas, pois, aos pequenos e médios, essa notícia não chegou de imediato e, quando, por fim, eles tomaram conhecimento, tiveram dificuldades em articular-se politicamente. Essa grande extensão territorial a ser desapropriada trouxe conflitos e uma profunda insatisfação, tanto para os proprietários rurais quanto para os empresários do setor extrativista mineral e vegetal que atuavam na região.

Desse modo, duas grandes empresas seriam, frontalmente, atingidas em seus negócios na região do Vale do Açu: a Sinval S/A, Indústria de Mármore e Granito, as quais possuíam suas pedreiras localizadas no município de São Rafael e, portanto, seriam completamente ou parcialmente submersas com as águas da barragem e a Martins Irmãos S/A, que exportava a cera de carnaúba extraída dos vastos carnaubais, cuja erradicação estava prevista no Projeto Baixo-Açu, com objetivo de liberar as terras que ficariam a jusante da barragem para a irrigação.

A desapropriação era tema central na agenda de debates e, além dos valores serem denunciados como bem abaixo do real valor das propriedades, grande parte dos pequenos proprietários não dispunham da documentação exigida pelo DNOCS para fins de indenização. Em pior situação, encontrava-se a maioria dos agricultores da área a ser desapropriada, pois, na condição de meeiros, arrendatários ou moradores, não teriam direito a qualquer valor indenizatório.

Entre fins de 1978 e o primeiro semestre de 1979, proliferaram reuniões para tratar dos aspectos sociais e econômicos do Projeto Baixo-Açu, cuja iniciativa provinha de entidades e órgãos diversos. A posição da Igreja Católica a respeito do PBA já havia sido objeto de debate na 19ª Assembleia Pastoral da Arquidiocese de Natal, ocorrida em meados de dezembro de 1978. Logo em fevereiro de 1979, a Igreja organizou o primeiro encontro na região do Vale do Açu, onde firmou o propósito de conduzir uma ampla campanha de mobilização e discussão do projeto, com ênfase nas suas consequências sociais e econômicas[302].

[302] Neste encontro a imprensa registrou a ausência de técnicos, representantes de órgãos governamentais e o comparecimento de representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da

Em razão de toda essa mobilização social, um número significativo de matérias veiculadas na imprensa norte-rio-grandense tratava dos temores em torno do PBA, dadas as suas proporções, as parcas informações sobre questões relevantes assim como os silêncios em torno dos problemas que iriam advir com a obra. Para onde iria a população que não seria contemplada com indenizações? Teria vaga no projeto de irrigação ou de colonização?

O encontro do Colégio Episcopal em Mossoró, no início de abril de 1979, trouxe um vigoroso debate onde foram apontadas denúncias sobre a situação de empobrecimento do Vale do Açu desde a aprovação do decreto em 1975. Para o debate e esclarecimentos acerca do PBA, a professora Tereza Aranha, do Departamento de Serviço Social da UFRN, e o senhor Eldan Veloso, Coordenador da Comissão de Irrigação do Estado do Rio Grande do Norte (COMIRGA), vinculada ao DNOCS, foram convidados.

No encontro acima referido, ocorreram fortes embates em torno do PBA, quando o Padre Canindé – pároco de Assú – e a professora Tereza Aranha fizeram questionamentos profundos ao PBA, creditando a este as razões para o emperramento do desenvolvimento do Vale do Açu nos últimos quatro anos, imputando às autoridades governamentais e ao DNOCS sua implementação autoritária.

A denúncia de que os responsáveis pelo PBA agiam de forma refratária ao diálogo com a comunidade foi estampada na imprensa a e foram apresentados vários questionamentos em torno de sua viabilidade como instrumento para o desenvolvimento global da região e como política antisseca. O representante do DNOCS afirmou que a população do Vale era instigada a sublevar-se contra o projeto e buscava responder aos questionamentos, apresentando estatísticas e cifras que pouco ou nada convenciam os presentes.

Durante esse encontro do clero, as acusações contra o DNOCS alcançaram ápice quando o senhor Eldan Veloso discutia a possível continuidade do financiamento dos proprietários pelo Banco do Brasil até o início das obras. Neste ponto, ele recebeu duras críticas do Padre Canindé, o qual acusou o DNOCS de ser responsável pelo fim do financiamento, uma vez que o órgão havia enviado carta ao Banco do Brasil, tratando da necessidade de suspensão deste tipo de crédito desde 1975. Para os grandes proprietários do Vale do Açu, o fim do financiamento objetivava depauperar os imóveis, o que resultaria na queda dos valores de desapropriação, como afirmou o deputado Montenegro Neto (ARENA) em matéria publicada n'A Tribuna do Norte[303].

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN (FETARN), da Cooperativa Artesanal de Açu, da Emissora Rural de Mossoró e da Comissão Pontífice de Justiça e Paz.

[303] CASO da barragem vai a debate em Ipanguaçu**. Tribuna do Norte.** Natal-RN. 24.abr.1979.

Em uma das matérias, intitulada "Indenizações no Vale são esbulhos"[304], encontramos o agricultor Antônio Hilário Peixoto, 84 anos, que possuía uma pequena propriedade de 14 hectares, cercada, com água em barreiro e 4 hectares plantados com capim. Apenas pelo arrendamento da água do barreiro e do capim, por um período de 10 meses, o velho agricultor receberia o valor de Cr$ 100 mil. Contudo, o DNOCS propôs a aviltante indenização de Cr$ 2.400 por toda a propriedade. Dessa forma, a insignificância da indenização é ainda mais patente quando o agricultor informa que é "um pagamento que não dá sequer para pagar a escritura de uma nova propriedade". No dia seguinte o mesmo Jornal publica, na seção "Negócios e Finanças", nova matéria, tratando das indenizações do DNOCS e das "contradições" do PBA, retomando a situação do agricultor Antônio Hilário Peixoto. Pelas informações importantes que esta matéria contém e porque localizei outros sujeitos que vivenciaram essa dramática situação, transcrevo-a na íntegra:

> Alguém de bom senso pode acreditar que um homem, aos 84 anos de idade, responsável direto pela sobrevivência de mais seis pessoas, possa recomeçar a vida tendo apenas 2. 400 cruzeiros? Esta é uma situação real, vivida por Antônio Hilário Peixoto, proprietário de 14 hectares de terras em São Rafael. O DNOCS acredita no milagre. E por isso quer pagar menos do que o salário mínimo ao pequeno e pobre agricultor. Pequenas propriedades com a de Antônio Hilário Peixoto se somarão para serem inundadas pela barragem "Armando Ribeiro Gonçalves", projeto que promete deixar o Vale muito rico. Tudo bem. O que não se entende é que para conseguir a meta haja a necessidade de deixar o homem da região em absoluta miséria quando qualquer trabalho de governo deve ter como fim último, o bem estar do próprio homem. E é importante que se diga que o caso do seu Hilário não é isolado. Há muitoHilários na região, atormentados, atemorizados, desorientados, sem entender nada, absolutamente nada do que está acontecendo"[305].

A partir de meados de 1979, as flagrantes contradições do PBA continuaram a ser expostas especialmente no *Diário de Natal* e *O Poti*. As situações adversas vivenciadas por famílias agricultoras provocaram conflitos com os órgãos do Estado, notadamente o DNOCS, responsável pela obra. O pagamento das indenizações também trouxe profundas cisões entre antigos proprietários/patrões e agricultores, contribuindo decisivamente para a construção entre os últimos de uma identidade que rompia com os velhos laços sociais urdidos pelo compadrio e assistencialismo político. Essa nova identidade, edificada no processo de luta, possibilitou aos agricultores expropriados distinguir com maior clareza os interesses em jogo e os levou a elaboração de uma pauta própria de reivindicação com a defesa da reforma agrária. No último

[304] **Diário de Natal**. Natal-RN. 27.mar.1980. Arquivo do Núcleo Temático da Seca (NUT-SECA/ UFRN).
[305] INDENIZAÇÕES. **Diário de Natal**. Natal-RN. 28.mar.1980.

capítulo discutiremos mais profundamente essas questões, no entanto os conflitos assim como as resistências permeiam toda a história social do campesinato no Vale do Açu.

No último semestre de 1982, o jornal *Novo Vale* trouxe o exemplo de proprietários integrantes do setor agropecuário do Vale do Açu que foram desapropriados, compraram novas propriedades, conseguiram recompor a produção e sobreviveram à tempestade. Cícero Albano, 83 anos e sua esposa Francisca Epaminondas de Souza foram tomados como exemplo de sucesso pelo jornal *Novo Vale*. Ele encontrava-se na relação dos primeiros proprietários que receberam indenizações e, logo, adquiriu uma fazenda com área aproximada de 90 hectares:

> [...] com muita carnaúba e, também, graças ao esforço do casal, plantações de milho, algodão, tomate, cebola, pimentão, feijão, bananeiras, e horticultura em geral. Todas essas culturas estão sendo irrigadas com o auxílio de dois aspersores e três cacimbãos. Estes, ao contrário do que acontecia na antiga propriedade, são eletrificados, o que facilita o trabalho. Quando chegaram existia apenas uma casa, com quatro quartos, quatro salas, cozinha e banheiro. Sempre preocupados em melhorar a propriedade, construíram três casas e um estábulo, com 42 cochos. Em Santa Inêz tem 100 cabeças de gado e 60 carneiros. A água que abastece a propriedade é bombeada através de um motor eletrificado. 10 pessoas estão trabalhando para o "seu" Cícero Albano[306].

Mesmo que o senhor Cícero Albano não tenha recebido altos valores em indenização, certamente tinham condições para buscar incentivos financeiros e acesso aos programas de apoio ao setor agropecuário. O senhor Cícero Albano era, certamente, um proprietário de posses significativas. As características gerais de sua propriedade para o ano de 1982 e o fato de ter 10 trabalhadores na fazenda são evidências de que dispunha de capital ou acesso a crédito para investimentos em sua propriedade.

Além do senhor Cícero Albano, o *Novo Vale* traz o exemplo da família do senhor Luíz Albano e Maria Batista, cuja trajetória guardava similaridade com as experiências da família do senhor Cícero Albano. Ocorre que as duas famílias, selecionadas pelo jornal para servir como exemplo de sucesso após a desapropriação, faziam parte dos casos raros. Contudo, não eram raros os casos em que os antigos proprietários recebiam quase nada e, às vezes, nada mesmo. Infelizmente, havia centenas de Hilários e pouquíssimos Albanos.

3.4 OS DESERDADOS DO PROGRESSO.

Na penúltima reportagem com o tema "Vale ou não vale o Vale?: a guerra da fome", os articulistas buscaram cartografar a estrutura fundiária do Vale do Açu e as relações de produção

[306] ASPECTOS gerais do Projeto Baixo-Açu (III). **Novo Vale**. Açu-RN. 02.out.1982.

que, nesta, vigoravam, afirmando que as mobilizações de meeiros, parceiros e minifundistas deviam-se ao temor a que as desapropriações beneficiassem apenas os proprietários de maior porte, o que de fato encontrava fundamento, pois, na mesma matéria, lê-se:

> Juridicamente não poderia ser de outra maneira. O DNOCS pagará as indenizações mediante comprovação de título de propriedade em agências bancárias, expediente que exige antes de tudo documentos firmados em cartório. Aos trabalhadores sem terra nada mais seria oferecido que uma nova organização fundiária, em que eles, os trabalhadores, teriam de ser aperfeiçoados no trato de culturas agrícolas muito mais exigentes do que a plantação de carnaúbas.[307]

No trecho acima se encontra o resumo das condições impostas aos pequenos proprietários, que, majoritariamente, não possuíam documentação legal, e trabalhadores rurais sem terra, os quais não receberiam nenhuma indenização e estavam à mercê das promessas da reforma agrária, a qual ocorreria fora do "modelo convencional", pois o Estado desapropriaria as terras e as distribuiria para os trabalhadores que iriam produzir alimentos para o consumo de forma planejada. Até mesmo o "kibutz" israelense foi chamado à cena para caracterizar o modelo de produção que se instalaria no Vale do Açu e transformaria o território, a produção e os trabalhadores rurais, que "deixariam de ser chamados "parceiros", "meeiros" ou "minifundistas", para serem conhecidos simplesmente como "irrigantes ou assalariados"[308].

Os técnicos do DNOCS consideravam estranho que os trabalhadores não conseguissem compreender que eles não seriam "deslocados", mas "relocados" nas terras da aluvião. Para os técnicos, essa resistência fazia parte da chamada "fase emocional", um tipo de comportamento pueril, carente de maturidade, que só poderia ser superada com a educação desses trabalhadores, ou seja, quando adotassem os valores da racionalidade técnica e científica que os qualificaria para o novo modelo de produção agrícola. Sem compreender o significado que o trabalhador rural atribuía a terra, narravam com espantados que "Há casos de homens que só possuem um pedacinho de terra com uma mangueira fincada no centro, mas eles lutam por esta terra, eles não querem perder esse fato real de que são "donos da terra"[309].

Os referidos técnicos acreditavam que a "fase emocional" seria superada e outra, a "fase educacional", obteria êxito, pois avaliavam que "há um despreparo total dos trabalhadores para assimilar as mudanças que surgem"[310]. Mal compreendidos, infantilizados, resistentes às

---

[307] GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro Lima. Vale ou não vale o Vale? A guerra da fome**. A República**. Natal-RN. 9.jun.1979.
[308] Ibid.
[309] GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro Lima. Vale ou não vale o Vale? As terras do aluvião**. A República**. Natal-RN. 8.jun.1979.
[310] Ibid.

mudanças, os agricultores do Vale foram ignorados, primeiro em razão da vulnerabilidade política e, segundo, porque, na compreensão da equipe técnica da Hidroservice, do DNOCS, governo e imprensa, eram pessoas rudes, agarradas à minguada terra e despreparadas para vivenciar as transformações necessárias ao desenvolvimento.

O PBA estava presente em todos os veículos de imprensa do Rio Grande do Norte, apresentando as posições e ideias de políticos, pesquisadores, associações de classe, órgãos públicos e o clero. Eventualmente, aparecia uma matéria tratando da posição dos sindicatos de trabalhadores rurais, da federação dos trabalhadores na agricultura ou mesmo das lutas que os trabalhadores estavam protagonizando.

Representado como a locomotiva do progresso, o PBA poria em marcha uma sucessão de acontecimentos, levando à revolução agrícola na região, e, com esta, teria fim o principal flagelo que se abatia sobre o semiárido: a fome e suas funestas consequências. Analisando detidamente, com raríssimas exceções, não foi outro o lugar destinado aos trabalhadores pelos órgãos de imprensa: incapacidade de compreensão, resignação e silêncio. A maioria dos trabalhadores rurais de São Rafael, que saíram "com uma mão na frente e outra atrás", foram esquecidos e não encontramos notícias, na imprensa, sobre essas centenas de famílias que foram expulsas das terras onde trabalhavam em relação de parceria ou na condição de morador.

A Revista RN Econômico[311] publicou uma reportagem em abril de 1979, na qual versa a respeito da tardia divulgação da obra, que, ao chegar de "supetão", não teve condições de ser digerida pela população do Vale. As opiniões apresentadas na reportagem compreendem que o problema não era o projeto ou a forma autoritária como fora imposto ao conjunto da população, e sim o fato de que esta população formada por "pessoas de nível cultural e social baixo, não foi fácil receber e aceitar um volume tão grande de informações que prometiam desde o aumento astronômico da renda familiar até desaparecimento total da cidade de São Rafael (10 mil habitantes), que seria engolida pelas águas"[312]. A reportagem traz as opiniões de importantes nomes, como o professor Otto Guerra, o qual, em seus escritos, sempre defendera

[311] A Revista RN Econômico era direcionada aos "homens de negócio", conforme consta em seu subtítulo. Na reportagem sobre o Projeto Baixo-Açu, publicada na edição de nº 101, averiguamos que, dos quatro homens que opinaram na reportagem, a exceção do Eldan Veloso do DNOCS, três deles eram Consultores da Revista: Otto de Brito Guerra, Dom Nivaldo Monte e Moacyr Duarte. Este último, apesar de ocupar o cargo de Secretário de Agricultura do Governo do RN, quando indagado nesta mesma reportagem sobre sugestões acerca do PBA, respondeu em tom modesto: "Longe de mim essa pretensão. Continuo fiel à sentença de Apeles que o sapateiro não deve ir além da sandália (...) Se me fosse permitido sugerir, proporia uma modificação de atitude no que concerne ao aspecto negativo anteriormente apontado, democratizando-se a discussão".

[312] Barragem do Açu: depois do Projeto concluído e obras Iniciadas, o "Diálogo". **Revista RN Econômico**, Ano X, Nº 101, Abril/1979. (Grifo Nosso).

a agricultura irrigada, desse modo, embora afirmasse não ter condições técnicas para avaliar o PBA, sua posição era que:

> Mesmo sabendo que a carnaúba será sacrificada, acho que a produção vai compensar. O mundo está com fome de alimento e não de cera de carnaúba. Acho que o Vale merece este projeto. O futuro é quem dirá quem está com a razão. Sei que estou contradizendo muita gente, mas entendo que a construção de pequenos açudes não resolveria o problema, já que açude pequeno é como amigo infiel: quando mais precisamos dele, ele falha. Acho, finalmente, que a Igreja está com a razão quando procura debater o problema humano que realmente deverá ficar bem definido[313].

A grande barragem era lida como imprescindível ao projeto de irrigação, não podendo ser substituída por uma ou duas de menor porte sem comprometer o que fora planejado. Ocorre que o DNOCS já estava ciente de que o projeto de irrigação não sairia do papel, que o projeto de colonização também não iria se concretizar. Então, se a barragem iria ser construída para viabilizar a grande irrigação pública e já não era possível promovê-la, qual a razão da insistência do DNOCS na obra? É plausível inferir que o objetivo principal não era a irrigação pública e que a barragem, de fato, constituía o instrumento central do PBA? Se procede a questão, então o objetivo era a irrigação privada a ser conduzida pelas grandes empresas rurais?

O extrativismo da carnaubeira, âncora financeira dos proprietários rurais do Vale era sempre apresentado em oposição à agricultura produtora de alimentos, isto porque a agricultura irrigada iria exigir uma ampla liberação de terras para o exclusivo cultivo de outras culturas. Um rápido olhar pode nos levar a crer que o debate se orienta pela defesa do caráter social que, em tese, o PBA apresentava: produzir alimentos para abastecer a região e outros mercados, gerar emprego e renda para os trabalhadores, fazer uma verdadeira reforma agrária etc. Tendo em vista as repercussões negativas do PBA e ante o fato de que as inúmeras vantagens econômicas e sociais que eram difundidas não obtinham crédito e, por sua vez, o projeto não ganhava adesão social, era imprescindível que o DNOCS contasse com o apoio, ao menos parcial, de instituições e personalidades importantes.

Os órgãos de imprensa do RN acompanhavam, com interesse, os eventos articulados pela Igreja Católica devido ao lugar de mediadora que esta instituição assumiu nos debates acerca dos projetos de desenvolvimento propostos pelo Estado desde os anos 1950. Lembramos, aqui, que a Igreja Católica foi um ator social importante no debate e reivindicação de políticas públicas para irrigação do Vale do Açu, na década de 1950, como apresentamos anteriormente na discussão do I e II Encontro dos Bispos do Nordeste.

---

[313] Ibid., p. 26.

Por outro lado, os silêncios em torno do PBA foi alvo sistemático de críticas na imprensa e, como a Igreja se pôs na vanguarda desse debate, a dimensão de seu trabalho pastoral, ação reivindicada pelo clero como justificativa de sua presença nestes debates, conferia-lhe respeito e legitimidade. A Igreja Católica gozava de grande prestígio e poder junto a todas as classes sociais e, desse modo, o Estado e seus órgãos não desprezavam a fala desta instituição, buscando cooptar sua posição ou evitar sua oposição[314].

Nessa realidade, premidos pela necessidade de angariar apoio ou neutralizar a população que se encontrava "sublevada", no tocante à questão das indenizações, veículos de imprensa associados a grupos políticos e ao governo do Estado trataram de realizar uma maratona de debates, objetivando convencer a população dos benefícios do PBA, embora houvesse um preço a pagar pelo progresso, que, neste caso, seria os impactos da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, como manifestou o próprio Eldan Veloso, coordenador da Comissão dos Projetos de Irrigação do Estado do Rio Grande do Norte – COMIRGA – e representante do DNOCS.

No final de abril de 1979, o Jornal Tribuna do Norte divulgou a proposta de uma série de debates no Vale do Açu, articulada pelo próprio Jornal e a Rádio Cabugi, tendo como referência, de acordo com o jornal, a iniciativa do ex-deputado Olavo Montenegro, contando com a colaboração do DNOCS. A proposta final era a produção de um documento a ser entregue ao governador Lavoisier Maia, para que este o fizesse chegar às mãos do Ministro do Interior Mário Andreazza e do Presidente João Batista Figueiredo[315].

Dentre os convidados, constava a Igreja Católica, sindicatos de trabalhadores rurais, patronais, prefeitos, secretários do Estado e outros órgãos públicos e privados. Dois temas centrais foram debatidos na reunião: o preço das indenizações e a revisão da área destinada ao projeto de irrigação. Nos debates, a questão que ganhava maior destaque era a desapropriação das terras situadas a jusante da barragem, destinadas ao projeto de colonização e irrigação. A desapropriação da área da primeira etapa, onde ficaria a bacia hidráulica da barragem, era apresentada como inexorável e recebia forte apoio político de empresários, do governo estadual e, praticamente, de todos os agrupamentos políticos, verificando-se algumas ressalvas quando se enfatizava a dimensão da barragem.

---

[314] O Diário de Natal, seguido da Tribuna do Norte, expressavam vivo interesse em publicar a posição da Igreja Católica acerca do PBA, fazendo constantes coberturas de eventos e realizando entrevistas com membros do clero. Cf.: UMA Igreja em Assembléia. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 14.dez.1978; ASPECTOS sociais do Baixo-Açu são debatidos hoje em Mossoró. **Tribuna do Norte.** Natal-RN. 4.abr.1979; PADRE diz que o Baixo-Açu é projeto de interrogações. **Diário de Natal**. Natal-RN. 3.ago.1977; BISPOS discutem problemas sociais. **Diário de Natal**. Natal-RN. 4.abr.1979; IGREJA pede adiamento da construção da barragem. **Diário de Natal**. Natal-RN. 5.abr.1979; VIGÁRIO de Açu contesta DNOCS. **Diário de Natal.** Natal-RN. 6.abr.1979.

[315] DEBATE no Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 26.abr.1979.

A forma autoritária como o projeto era conduzido gerava indignação generalizada. Nestas condições, a aliança entre os diversos segmentos sociais havia sido selada em nome do combate ao PBA – máxime nos aspectos considerados injustos ou desnecessários –, porém o que os grandes proprietários reivindicavam em regime de urgência era a liberação das terras situadas a jusante da barragem, pois, com a construção da obra, haveria oferta hídrica para as empresas rurais presentes na região e as que seriam atraídas com as benesses oferecidas pelo Estado, além da possibilidade de mão de obra abundante e barata. Portanto, não interessava aos proprietários a desapropriação com valores irrisórios, uma vez que a construção da barragem provocaria a sobrevalorização dos imóveis, permitindo-os negociar as terras por melhores preços, quando num futuro próximo se formaria um bom mercado de terras no Vale do Açu.

Cartografando os periódicos com certa acuidade, é perceptível que, a partir do Encontro de Ipanguaçu, abre-se um divisor de águas. O DNOCS recebe apoio político ao projeto, mas deve apresentar uma contrapartida. Até então, o combate ao PBA tinha uma centralidade, reunindo pequenos, médios, grandes proprietários e empresários das áreas a jusante e amontante da barragem. Nos discursos elaborados da classe dominante, mesclavam-se interessesdíspares, transformando as reivindicações específicas das classes mais abastadas em demandasgerais da população. Quando o DNOCS anunciou, em agosto de 1979, a liberação de mais de 91 mil hectares a jusante da barragem, que se destinariam ao projeto de irrigação e colonização,os que estavam a montante, na área da bacia hidráulica, haveriam de continuar a luta sem a presença efetiva destes.

Os empresários das minas de mármore já negociavam com o DNOCS a extração intensiva em 4 anos, com apoio financeiro do BNB, e os proprietários rurais desta área receberiam as indenizações ou poderiam contestar, na justiça, os valores; já para os que não podiam comprovar ou não tinham a posse, o futuro se avizinhava sombrio, incerto.

As mobilizações, envolvendo a diversidade de atingidos pelo PBA, encontrou espaço para intenso debate nas reuniões ocorridas nas dioceses de Natal e Mossoró, compreendendo as paróquias de Macau, Pendência, Assú, São Rafael, Santana do Matos e Lajes (zonais I e II). Quando ocorreu o Encontro Zonal em São Rafael, dia 3 de outubro de 1979, foram reafirmadas as denúncias feitas anteriormente acerca da grave situação em que se encontravam as famílias de São Rafael. A *Carta de São Rafael* foi redigida neste encontro zonal e publicada pelo Jornal do Commercio, na cidade do Recife, com ênfase em 6 questões:

> 1) A não reativação do crédito para investimento em toda a área de abrangência do projeto; 2) A não publicação da tabela de preços para as indenizações; 3) Opagamento de indenizações que não correspondem ao real e justo valor dos imóveis desapropriados; 4) O fato de ter sido iniciada a construção da barragem sem terem sido pagas todas as indenizações da chamada bacia hidráulica; 5) A falta de respeito permanente a população atingida em relação a execução, mudanças e indefinições processadas no atual estágio de implantação do referido projeto; 6) A falta de informação concreta no tocante a relocação da população rural de São Rafael até o presente momento[316].

Com as denúncias acima, os atingidos punham em xeque a fala do senhor José Oswaldo Pontes, Diretor Geral do DNOCS, publicada n'A República[317], assegurando que a população a ser deslocada estava devidamente assistida. Até mesmo o apoio de Dom Nivaldo Monte, arcebispo de Natal, aplaudido pela maioria dos órgãos de imprensa, vai sendo ofuscado pela organização crescente dos trabalhadores que forçavam a Igreja Católica a tomar posição mais crítica em relação ao PBA. A violência desse processo adquiriu uma proporção que não pode ser mensurada.

3.5 TRAMAS DO PROJETO BAIXO-AÇU: ÔNUS E BÔNUS DO PROGRESSO

Certamente não se desconhece as relações entre Estado e empresas sob os domínios do capital no Brasil. Tratando-se de um Estado autoritário estabelecido por um golpe militar com amplo apoio empresarial, essas imbricadas relações estavam blindadas por um aparato político institucional, garantindo maior liberdade ao capital. Já aludimos, em capítulo anterior, a pesquisa realizada por Pedro Campos sobre o poder das empreiteiras brasileiras durante o regime ditatorial civil-militar[318].

É indiscutível o suporte que as grandes empresas obtiveram dos órgãos de imprensa na urdidura de seus interesses. As três empresas que atuaram no PBA contaram com o apoio de importantes órgãos da imprensa e, como já discutimos anteriormente, possuíam seu próprio instrumento de comunicação e propaganda. Certamente um dos momentos em que o Estado e as empresas mais necessitaram do apoio da imprensa foi por ocasião do desabamento da parede da barragem quando caíram por terra todos os discursos formulados anteriormente acerca do know How, confiabilidade política, competência técnica e responsabilidade social de todos os envolvidos.

---

[316] IGREJA combate o Projeto Baixo-Açu. **Jornal do Commercio**. Recife-PE. 9.out.1979.
[317] PROBLEMA social é prioridade para o Projeto Baixo-Açu. **A República**. Natal-RN. 3.out.1979.
[318] CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

Em 1984, um ano após a inauguração da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, espalhavam-se denúncias sobre a apropriação das terras do Vale do Açu por grandes empresas. O volume de negócios com essas terras era assustador e causou perplexidade a presença de membros da classe dominante que, sem qualquer constrangimento, participavam da compra e venda de terras na região após a conclusão da barragem, além do mais ocupavam importantes cargos públicos e defendia com ardor os supostos benefícios sociais do projeto na época da implantação do PBA.

Pressionado pelas denúncias de descumprimento e abandono do Projeto de Irrigação, durante a comemoração dos 75 anos do DNOCS, o órgão lançou um folheto[319] sobre o Baixo-Açu, reafirmando todas as proposições em torno dos benefícios sociais e econômicos do PBA, larga e constantemente apresentadas desde 1975:

> O Vale do Açu, no Rio Grande do Norte é uma região de solos extremamente férteis [...] Ali se situa uma faixa de terras de aluvião considerada das mais ricas do país. Foi nessa região que o DNOCS decidiu implantar o Projeto Baixo-Açu, considerado a maior obra do Governo Federal no Nordeste. [...] Os benefícios econômicos trazidos pelo Projeto não ficarão apenas na implantação dos 21. 947 ha de agricultura irrigada. A esses se somarão outros resultantes do cultivo de 2.000 ha em terras úmidas e 10.000 ha em terras de sequeiro. [...] vai gerar cerca de 10.000 empregos diretos, beneficiando mais de 72.000 pessoas. As projeções técnicas antevêem uma renda familiar acima de 50 salários mínimos. [...] O aspecto social de que reveste o Projeto se justifica plenamente em razão do estado de carência da população envolvida, num evidente contraste com a grande potencialidade dos solos para a irrigação. A essa gente será oferecida não só a oportunidade de fixação à terra, mas, principalmente, a possibilidade de viver melhor, mediante a criação de empregos, a geração de novas tecnologias e a difusão do uso de insumos modernos. O Projeto Baixo-Açu com implantação a cargo do DNOCS entre os anos de 1984/1989, abrange uma área de 21.947 ha, a ser ocupada por uma população irrigante da ordem de 2.812 famílias, às quais caberão lotes agrícolas que vão dos 5 aos 15 ha.

A primeira questão apontada foi que o Projeto não foi implantado nesse período e, quando saiu do papel, no início da década de 1990, não alcançou o número de hectares propostos e nem mesmo o número de famílias beneficiadas, estando longe de atingir as metas previstas para a produção agropecuária e para a piscicultura. Os empregos diretos e o total de 72 mil famílias beneficiadas não passaram de miragens e aleivosas promessas. Quando comparamos as propostas do PBA com o que efetivamente se concretizou, visualizamos a enorme distância que existe entre o projeto e a realidade. Havia, de fato, o interesse do DNOCS,

[319] Apresentado em três línguas o Folheto Projeto Baixo-Açu discorre sobre o *futuro promissor* do Vale do Açu, a *função social* e as *potencialidades e perspectivas* do PBA, explicitando como ocorreu e o que foi feito para *implantação e remanejamento* da população atingida. Cf.: BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. Projeto Baixo-Açu/Lower Açu Project/Projet Le Bas Açu. 1984.

de outros órgãos responsáveis e mesmo do Estado do RN em implantar um projeto tal como foi apresentado? Como levantamos anteriormente, não seria apenas a construção da barragem o interesse central do projeto, razão pela qual ela se tornou "irreversível"? O termo "irreversível" era corrente nos discursos dos engenheiros do DNOCS e repetido à exaustão por órgãos da imprensa e representantes políticos que defendiam a obra. O objetivo era determinar que não havia qualquer possibilidade de sua suspensão ou, até mesmo, alteração, de modo que os opositores se acomodassem ao projeto e à nova realidade gestada a partir de sua implantação.

Se, para alguns, a irreversibilidade do projeto se fundava na certeza dos técnicos e do governo em relação aos benefícios que dele adviria, para outros a razão era a força assim como a vontade política que o sustentava[320]. Foi seguindo a premissa da irreversibilidade sustentada na força dos seus propositores que o engenheiro Carlos Queiroz, chefe do 1º Distrito do DNOCS em Natal, afirmou, com convicção, que "com Mário Andreazza à frente do Ministério do Interior, ninguém vai impedi-la"[321].

A área destinada ao projeto de irrigação e colonização figurava em alguns discursos como uma "verdadeira" reforma agrária que o Estado iria promover na região do Vale do Açu. Como ela foi abortada de modo célere e no PBA não havia clareza sobre sua implantação, o que podemos inferir é que às elites do Rio Grande do Norte interessava apenas a construção da grande barragem. Ao fim, a redistribuição de terras entre agricultores pobres que foi engavetada.

Para contraporem-se a esse projeto de irrigação do DNOCS, as organizações de trabalhadores, setores da Igreja Católica e outras entidades traziam, ao debate, as fragilidades e o pouco êxito alcançado pelo órgão no desenvolvimento de perímetros irrigados no Nordeste. Em fins de 1977, essa foi a posição apresentada pelo Deputado Federal Ulisses Potiguar (ARENA)[322], reivindicando a reformulação do PBA, de modo a assegurar os interesses das empresas rurais. Para o deputado citado acima, desde que o governo garantisse infraestrutura, a iniciativa privada poderia responder pelo desenvolvimento do Vale. Decerto, essa não era uma posição isolada e encontrava-se alinhada aos anseios dos proprietários locais.

Os proprietários rurais do Vale diligenciaram ações em várias instâncias do poder, reivindicando o reestudo da obra, revisão dos valores das indenizações e a rediscussão da área a ser desapropriada para fins de colonização. No início de 1979, dezenas de proprietários rurais entraram com ação coletiva contra a União, o DNOCS e o Banco do Brasil. Em meados de

[320] OBRAS irreversíveis. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 10.fev.1979.
[321] DNOCS reafirma que barragem vem mesmo. **Diário de Natal**. Natal-RN. 13.jan.1979.

[322] ULISSES critica projeto do Açu e pede mudanças. **Diário de Natal**. Natal-RN. 01.nov.1977.

1979, às vésperas do início das obras da barragem, o advogado Hélio Galvão, representante dos proprietários, teceu considerações acerca dos problemas com a desapropriação, afirmando que o DNOCS estava perdido e que o decreto "caducou três anos depois de sua emissão, isto é, em 1978. Agora o DNOCS só tem uma alternativa, conseguir do presidente da República um novo decreto, desapropriando uma nova área, desta vez mais reduzida"[323].

Desse modo, com base na discussão suscitada pela ação judicial, a imprensa noticiava que o ato expropriatório não teria valor, porque o decreto estipulava, simultaneamente, que a desapropriação decorria por *necessidade social* e *interesse público.* Em torno dessa ação judicial, surgiu uma das maiores controvérsias em torno do PBA e que pode ter sido responsável, em alguma medida, pela redução de sua área de abrangência.

O advogado Hélio Galvão foi à imprensa, participou da reunião do clero do RN e enviou mensagens a ministros de Estado e à CNBB, para denunciar a ocorrência de perseguições aos proprietários rurais por parte do Banco do Brasil, manifestando-se na negação de crédito aos proprietários que estivessem movendo ação contra a referida instituição financeira. Acusando o Banco do Brasil de praticar "terrorismo" contra os proprietários rurais, o advogado afirma que essa instituição "há quatro anos garroteou e impediu a introdução de qualquer melhoramento, pelo bloqueio de crédito aos agricultores"[324]. Em nota rápida na Coluna Roda Viva do Diário de Natal, com o expressivo título "Terror", lê-se: "[...] os proprietários do Vale do Açu, alimentam agora outro tipo de terror governamental: o Banco do Brasil, que, depois de suspender todos os financiamentos para investimentos (o que é razoável), decidiu agora congelar todos os créditos"[325].

Como questionamentos ao PBA, razões de toda a ordem foram apresentadas, embora, como já afirmamos anteriormente, havia sido construído entre as elites certo consenso em torno da necessidade de construção da barragem, posição esta, também, partilhada por membros do clero católico, que ficou dividido. Enquanto o DNOCS considerava razoável e equilibrada a posição do arcebispo de Natal, D. Nivaldo Monte se preocupava com as "justas indenizações" e buscava desqualificar as objeções ao projeto feitas pelo Padre Canindé, pároco de Açu, afirmando que se tratava de uma "voz isolada" dentro da Igreja Católica no RN. Em 18 de agosto de 1979, o *Diário de Natal* estampava a matéria "DNOCS abre mão de 91 mil hectares no Vale do Açu". A carta enviada pelo diretor geral do órgão ao Banco do Brasil foi publicada na imprensa do RN:

---

[323] BB de Açu é o primeiro a responder a Justiça Federal. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 08.jun.1979.
[324] HÉLIO Galvão denuncia Banco a Ministros. **Tribuna do Norte**. 19.abr.1979.
[325] TERROR. **Diário de Natal**. Natal-RN. 07.abr.1979.

> Através do Decreto 76. 046 29/7/1975 (anexo por cópia) foi declarada de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação por este Departamento, uma área de terra com 158. 476,84 hectares, situada no Estado do Rio Grande do Norte e assim distribuída:
> a) A área de 67.036 que será abrangida pela bacia hidráulica e faixa seca do açude público "Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves" e fica situada nos municípios de Jucurutu, Janduís, Paraú, São Rafael, Santana do Matos, Ipanguaçu e Açu;
> b) A área de 91. 440,84 hectares, à jusante da barragem do citado reservatório, que será utilizada no Projeto de Irrigação do "Baixo-Açu" e fica situada nos municípios de Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto do Rodrigues e Pendências.
> Ocorre que, por insuficiência de recursos orçamentários para proceder a todas as desapropriações, este Departamento está procedendo apenas aquelas referentes a área de 63.036 hectares constante da alínea **a** acima.
> Ademais, no constante a área da alínea **b** acima, é entendimento da Procuradoria Jurídica deste Departamento, que o citado Decreto 76.046 encontra-se caduco já que decorreram 2 (dois) anos de sua publicação, que é o prazo legal de expropriação por interesse social, aplicável à citada área, uma vez que seria ela, no futuro, redistribuída aos colonos assentados pelo DNOCS.
> Assim sendo, para não prejudicar as atividades agropecuárias desenvolvidas na referida área (alínea b) informamos que esta instituição financeira poderá voltar a operar normalmente com os empresários rurais ali situados, tanto com operações de custeio, como de investimento. Convém acrescentar, finalmente, que a longo prazo quando este Departamento for contemplado com dotações orçamentárias adequadas, a desapropriação da referida área voltará a ser cogitada. Está sendo estudada a possibilidade de, nessa ocasião, dar prioridade as terras situadas à margem esquerda do Rio Piranhas, situadas no município de Carnaubais com aproximadamente 9.300 hectares, constituída de tabuleiros e com baixa densidade populacional [...][326].

A drástica redução da área do PBA e o retorno do crédito aos proprietários foram divulgados na íntegra no Jornal Diário de Natal e, duas razões foram apresentadas como justificativa para a liberação dos quase 92 mil hectares. A primeira apontava a ausência de recursos, pois somente a área da bacia hidráulica tinha orçamento para indenização, e a segunda explicava que o Decreto 76.046 havia caducado para a área destinada à irrigação, razão pela qual não seria mais desapropriada. Contudo, para não se arriscar aos questionamentos ulteriores, indica a possibilidade de "a longo prazo", quando houvesse verba, desapropriar uma outra área para a irrigação, que, por sua localização e ocupação humana, não apresentasse maiores problemas.

É importante observar que, nessa nova proposta para o futuro não datado no calendário, o DNOCS estaria programando desapropriar um total de hectares que respondia por menos de 50% da área potencialmente irrigável apresentada nos estudos da Serete e sobre os quais o DNOCS havia erigido toda a campanha em prol do PBA. A questão que o DNOCS era chamado a responder após divulgação dessa decisão era: qual a razão da construção da barragem se o

[326] DNOCS abre mão de 91 mil hectares no Vale do Açu. **Diário de Natal**. Natal-RN. 18.ago.1979.

objetivo primordial do PBA era estabelecer um projeto público de irrigação no Vale do Açu e havia desistido dessa ação?

Os proprietários rurais que pleiteavam a liberação destas terras haviam conseguido êxito, embora a imprensa não noticiasse o fato como conquista dos empresários rurais, mas como uma questão de ordem jurídica e outra de natureza econômica. Outra conquista relevante para os "empresários rurais" da área excluída foi que poderiam buscar créditos para financiamento, custeio e outros junto ao Banco do Brasil. Além de evidenciar a força política dos grandes proprietários rurais, essa posição do DNOCS denunciava o caráter arbitrário do PBA, permeado de silêncios e omissões que favoreciam o aumento das tensões sociais, principalmente entre os setores mais vulneráveis da população. A Lei Nº 4.132 de 10 de setembro de 1962 definiu em quais condições a desapropriação por interesse social deveria ocorrer, estabelecendo, ainda, em seu artigo 3º, que "O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado"[327].

Em junho de 1979, o Presidente João Batista Figueiredo sancionou o Plano Nacional de Irrigação, por meio da Lei **nº 6.662, 25/06/1979**, decretada pelo Congresso Nacional, estabelecendo, em seu artigo 32, que "É de dois anos, contados da data da publicação, o prazo de caducidade do ato declaratório de utilidade pública ou interesse social, interrompendo-se, automaticamente, quando do ajuizamento da ação expropriatória"[328].

A argumentação do DNOCS acerca da caducidade do decreto para a área a ser desapropriada por interesse social, com base na legislação, era inconteste. Ocorre que o DNOCS precisaria explicar por que não fez esse comunicado a população em junho de 1977, quando já havia decorrido dois anos do decreto de desapropriação? Se o projeto de irrigação pública do Vale do Açu mobilizou o DNOCS durante décadas, porque o órgão não diligenciou a desapropriação em tempo hábil ou ciente da caducidade do decreto da área de irrigação, não adotou providências junto ao governo federal para a publicação de outro decreto? E, finalmente, por que o DNOCS – que se instalou na região a partir de 1979 para dar início às desapropriações – utilizava de modo recorrente os "benefícios da irrigação" para justificar o PBA, sabendo da caducidade do decreto para o projeto de irrigação?

No entanto, o DNOCS estava dentro do prazo de desapropriação da área de 67.036 para a bacia hidráulica e faixa seca do açude público, declarada de *interesse público* no mesmo decreto, com período de cinco anos, conforme estabelecido pela Lei nº 3.365, de 21 de junho

[327] BRASIL**. Lei Nº 4.132, de 10 de setembro de 1962**. Imprensa Nacional. Brasília-DF, 1962. (Grifo Nosso).
[328] BRASIL. **Plano Nacional de Irrigação.** Presidência da República. Brasília-DF. 1979.

de 1941, em seu 10° artigo. O DNOCS já teria ciência de que apenas a construção da barragem seria possível? É possível que o silêncio do DNOCS em torno do PBA fosse uma tática para retardar ao máximo a discussão em torno da ilegalidade das desapropriações da área destinada à irrigação?

Nesse sentido, toda a propaganda do DNOCS em torno do PBA se fundamentou nos números e cifras do desenvolvimento do Vale do Açu com o projeto de irrigação. De modo geral, a oposição ao PBA era mais aguda quanto aos impactos causados pela barragem, por razões que já discutimos ao longo do capítulo. Então, se o DNOCS tivesse que vir a público defender apenas a construção da barragem, por um lado poderia não enfrentar a dura oposição dos grandes e médios proprietários a jusante, mas, por outro lado, como iria justificar tão grande obra hidráulica na região, se os estudos anteriores vinculavam sua construção ao estabelecimento de um projeto de irrigação?

Todo esse processo foi permeado por problemas e indagações que ficaram sem respostas pelo DNOCS. Não apresentar à população a caducidade da área a jusante da barragem esconde razões que nos permitem apenas tecer conjecturas a respeito. Assim, continuar a propagandear o PBA como se ele não tivesse sofrido qualquer alteração, mesmo após publicação da Carta em que se desfaz da área destinada à irrigação e colonização em agosto de 1979, autoriza-nos a afirmar que o DNOCS não guardava, efetivamente, compromisso com os interesses da população como manifestava fervorosamente na imprensa do RN e estava disposto a levar, a cabo, a qualquer custo, a construção da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Vejamos como se manifesta o DNOCS, em documento oficial datado do ano de 1982, abordando "Alguns aspectos sociais relevantes no Projeto Baixo-Açu":

> [...] O DNOCS contratou a elaboração de um projeto de irrigação e drenagem abrangendo a área de aproximadamente 22.000 ha. aptos para agricultura irrigada. Esse sistema de irrigação irá proporcionar o assentamento de 4.500 famílias de irrigantes, correspondendo a uma população de quase 25.000 pessoas. [...] o Projeto de Irrigação do Baixo-Açu, além de viável técnica e economicamente, é justificável e até aconselhável sob o ponto de vista social, pois provocará uma mudança radical nas condições de vida da população rural da região, que vive em condições sabidamente miseráveis, transformando-a em uma poderosa classe média rural com condições objetivas de vida saudável e feliz[329].

Desse modo, o DNOCS tratava de ignorar as alterações oficiais no PBA para manter o discurso de relevância social do projeto, limitado, nesse momento, exclusivamente, à

[329] BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. **Alguns aspectos sociais relevantes no Projeto Baixo-Açu**. Fortaleza, 1982.

construção da barragem. Consideremos, por fim, que, apesar de abortado, o projeto de irrigação que iria assentar centenas de famílias agricultoras pobres, continuou a ser utilizado como elemento de força na justificativa da barragem. O perímetro público de irrigação no Vale do Açu foi implantado na década de 1990 num formato bem diferenciado do que fora propagandeado pelo DNOCS e pelos defensores do PBA. Porém, esse tema será abordado no capítulo seguinte desta tese.

Com a decisão de reduzir a área do PBA, as denúncias e críticas sofreram um recorte político, social e geográfico. Até ocorrer essa ruptura, todos os setores sociais da área abrangida pelo Decreto tinham, basicamente, uma causa em comum: a luta contra as injustiças do PBA. Doravante, a população atingida pela construção da obra hidráulica ficaria órfã da parceria estabelecida com os que seriam desapropriados na área a jusante da barragem. Nesta última, encontravam-se os mais fortes articuladores políticos de "oposição" ao projeto, uma vez que estes representavam a classe dominante do Vale do Açu. A luta agora se concentraria especialmente na área da bacia hidráulica e iria desterritorializar, drasticamente, a população de São Rafael.

O Projeto Baixo-Açu continuou sendo matéria importante na imprensa. A longa estiagem de 1979 a 1983 corresponde exatamente ao período de construção da Barragem Armando Ribeiro e serviu de alimento à ideia da necessidade hídrica. Em tempos de seca, as cercas do latifúndio se fortalecem, e a velha solução hidráulica, revestida com a novidade dos "múltiplos usos" da açudagem para a montagem do desenvolvimento rural, prevaleceu. O PBA era a velha novidade no RN e, quando ele se transformou em ameaça ao povo ou foi ameaçado pela mobilização popular, os conflitos foram vividamente estampados na imprensa:

> O clamor geral se levantou contra a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a partir do recente afundamento do maciço central, terminou levando a direção nacional do DNOCS a paralisar a obra, ainda que temporariamente. Dois meses antes de ocorrer o afundamento da barragem (a direção do DNOCS insiste em referir-se a "deslizamento"), a Construtora Andrade Gutierrez divulgou, em uma revista bimensal que edita, "como se conseguiu executar em 9 meses um serviço que normalmente levaria 18 meses: o rebaixamento de um lençol freático de 27 metros, para permitir a escavação, tratamento das fundações e reaterro de um milhão de metros cúbicos de material arenoso. Teria a Andrade Gutierrez, na pressa de fazer 18 meses em nove, analisando todas essas características incomuns do subsolo da região do Açu? Certamente não, do contrário não teria ocorrido o afundamento da barragem que, para a sorte de todos, ocorreu prematuramente[330].

[330] PROTESTOS afinal param a Barragem. **O Poti**. Natal-RN. 10.jan.1982.

As críticas severas à barragem ganharam um novo ingrediente: a insegurança da obra que punha em risco uma população de 200 mil pessoas. Manifestações nas ruas e na imprensa levantaram uma série de questionamentos acerca do conceito da construtora Andrade Gutierrez. Um rosário de lamentações e acusações desvelava o medo da população que, apontando os múltiplos riscos da barragem, confrontava o DNOCS, este apresentando, paralelamente, seus múltiplos usos.

A querela acerca do afundamento da barragem, a cobrança de responsabilidade aos órgãos diretamente envolvidos, reivindicações encaminhadas ao governo federal e estadual, solicitando reexame ou outros exigindo o fim das obras, foram veiculadas na imprensa, de forma esparsa, às vezes fragmentada, com maior ou menor vigor durante todo o ano de 1982. A visita de Frei Damião a Macau e a garantia do religioso de que a barragem não oferecia riscos, mas bonança e que todos deveria desejá-la repleta, fizeram a Andrade Gutierrez pagar para os jornais publicarem o vaticínio do místico frade, venerado por imensa parcela da população do Vale do Açu[331].

Após mapear periódicos, relatórios e outros documentos, em virtude da frequência com que apareciam, enumeramos os maiores temores de todos os setores sociais sem estabelecer ordem de importância: a) graves prejuízos ambientais e sociais; b) indenizações irrisórias; c) naufrágio da cidade de São Rafael; d) desterro das famílias residentes nas áreas desapropriadas; e) deslocamento de populações; e f) descontinuidade do projeto. Os medos foram se concretizando ao longo da montagem do Projeto, e, nos anos que se seguiram, as promessas se transformaram em dívidas sociais, resultando em miséria, fome e abandono para centenas de famílias expropriadas.

Além do mais, os principais periódicos do Rio Grande do Norte estamparam um debate acirrado em torno do PBA. É possível ouvir, através destes, o ressoar dos interesses econômicos do capital e vislumbrar as imbricações destes interesses nos órgãos públicos que articulavam o Projeto bem como compreender as divergências existentes em seu interior, decorrentes do jogo de interesses, que colocava em confronto as classes sociais e, internamente, as frações da classe dominante.

A forte presença da Igreja Católica foi encontrada nos periódicos, tornando possível o acompanhamento das múltiplas ações do clero assim como do episcopado junto aos poderes e

[331]O Diário de Pernambuco publicou uma matéria tratando do fluxo de compra e venda de terras e a chegada das multinacionais no Vale do Açu em 1983. Nesta ocasião noticiou como a vinda de Frei Damião para a região, em março de 1983, foi utilizada pela empresa Andrade Gutierrez. Cf.: BARRAGEM invadida por multinacionais. **Diário de Pernambuco.** Recife-PE. 6.jul.1983.

órgãos públicos e nas discussões com os trabalhadores rurais, desvelando fissuras em seu interior. A posição ambígua da Igreja Católica em relação ao PBA desvelava asimpossibilidades em conciliar interesses profundamente divergentes. Registramos que a voz dos trabalhadores rurais expropriados, raramente, era encontrada na imprensa, malgrado eles estivessem no campo de batalha.

Repleto de contradições, o progresso gestado pelo PBA lançou as bases para a integração da região à agricultura global, materializando, nas estatísticas crescentes da pauperização, o "desenvolvimento sem justiça" já denunciado pela Ação Católica Operária em maio de 1967[332]. O desenvolvimento preconizado no projeto de irrigação do vale promoveu a modernização agrícola, conservando a estrutura fundiária, o poder político das velhas oligarquias e excluindo os trabalhadores do campo do acesso a terra[333].

Nesse contexto, Walter Benjamim, ao descrever o quadro de Paul Klee, intitulado *Angelus Novus*, afirmou que este bem poderia representar o anjo da História. Ele tem o rosto virado para o passado donde observa um amontoado de ruínas, enquanto uma tempestade sopra com força empurrando-o para o futuro. Benjamim conclui que a "tempestade é o que chamamos de progresso".[334] O PBA era a "tempestade" impetuosa e implacável do progresso, assemelhando-se redemoinho narrado por Graciliano Ramos, e seu espiralar revirava coisas e gente, ameaçando transformar tudo em poeira e ruínas. Sob a tempestade e apesar dela, os camponeses elaboraram formas de resistência e uma luta tenaz por terra de trabalho e moradia.

---

[332] Nordeste: desenvolvimento sem justiça. **Manifesto da Ação Católica Operária**. Vozes, Petrópolis, RJ, 1967.

[333] O caráter excludente da modernização agrícola no Vale do Açu foi abordado por: VALENCIO, Norma Felicidade. **Grandes projetos hídricos no Nordeste:** suas implicações para a agricultura no semi-árido. Natal: Ed. Universitária, UFRN, 1994. (Coleção Vale do Açu, v. 8); NUNES, Emanoel Márcio; ORTEGA, Antonio Cesar; GODEIRO, Kalianne Freire. Desenvolvimento Rural em Áreas de Intervenção Estatal do Nordeste: o caso do projeto de irrigação Baixo-Açu**. Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007; ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN.** Recife: Editora Universitária, 2008.

[334] BENJAMIM, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política***:* ensaios sobre literatura e história da cultura. 3ª ed. Obras escolhidas, Vol. 1, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 226.

4 O PERÍMETRO IRRIGADO BAIXO-AÇU NOS (DES)CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Podemos aglutinar as políticas públicas para o desenvolvimento rural do Vale do Açu em pelo menos três setores específicos: política de apoio técnico (serviços de engenharia rural, novas técnicas agrícolas etc.), política de crédito (incentivos fiscais, crédito, subsídios e programas de apoio à agropecuária) e a política de irrigação, que incluía os projetos hidroagrícolas e os perímetros irrigados. É sobre este último que se debruça nossa análise.

Dentre os projetos de irrigação para os diversos territórios do Nordeste, a política pública de perímetros irrigados datada do final da década de 1960 continua a apresentar desafios. Para os pesquisadores, há questões importantes a serem problematizadas, dentre elas a reedição do modelo, mesmo em face dos seus fracassos. Desde a ditadura civil-militar, perpassando os governos democráticos, os perímetros são implantados sem que ocorra uma discussão profunda com a sociedade sobre essa política. Quanto aos agricultores organizados em movimentos e em sindicatos, os perímetros são áreas de disputas com o agronegócio e objeto de discussão interna, quanto às possibilidades de produção em seu interior ou entorno, resguardando a natureza da agricultura camponesa, incluindo aí o caráter agroecológico.

Neste capítulo nosso objetivo é compreender a construção da política pública de irrigação para a região do Vale do Açu bem como analisar a implantação do projeto de irrigação, materializando no Perímetro Irrigado do Baixo-Açu. Devido a um confronto entre a proposta oficial, amplamente divulgada no final dos anos 1970 e durante toda a década de 1980, e o Perímetro Irrigado, levantamos algumas indagações: qual o lugar dos pequenos agricultores expropriados pela Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Perímetro Irrigado Baixo-Açu? Qual desenvolvimento rural se verifica?

4.1 A INSERÇÃO DO VALE DO AÇU NOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO.

No I Plano Diretor da Sudene, proposto para o período 1961-1963, as análises sobre a economia rural nordestina apontam três formações: uma de tipo capitalista, localizada nas zonas úmidas; outra, constituída pelo complexo pecuária/xerófilas/culturas de subsistência, encravada no semiárido; e a terceira, voltada à produção de alimentos e dispersa em variadas regiões (agreste de Pernambuco, brejo da Paraíba e regiões serranas no Ceará).

No Plano referido, considerando que a abordagem das tendências de procura dos produtos – voltados à industrialização, exportação ou ao consumo alimentar – constituía

requisito obrigatório para formulação de uma política de desenvolvimento agrícola, consta que, em relação à produção de alimentos, a insuficiência é um problema estrutural, e o aumento pouco significativo da produção na economia de "subsistência" não atende ao crescimento da demanda.

A inexpressiva produção e produtividade da "economia de subsistência" é a justificativa para a proposição de alterar o seu caráter para um "tipo capitalista". Na região semiárida, com delimitação para às áreas que oferecessem condições, essa nova agricultura se efetivaria com a irrigação, ressalvando que a consecução de projetos dessa natureza "não se alcançará sem fortes investimentos públicos de tipo infraestrutural, como sejam estradas, obras de drenagem, canais de irrigação, etc."[335].

Uma análise mais consistente sobre a produção e a produtividade da "agricultura de subsistência", nas regiões semiáridas para o período histórico que trata nossa pesquisa, deve considerar elementos que estão para além da questão climática e técnica. Na nossa compreensão, é necessário englobar outras dimensões econômicas e sociais, notadamente as que estão imbricadas à propriedade da terra, às relações de produção, às tradições culturais e às condições dos agricultores que produzem em terras alheias de diferentes formas, nas quais podemos encontrar relações não capitalistas de exploração capitalista. Sob esse viés, podemos visualizar outras razões para a tímida produção e produtividade das lavouras camponesas que conformam o chamado "setor de subsistência".

Sobre os sujeitos e o período que analisamos, a precariedade e instabilidade em que viviam os agricultores eram determinantes para a permanência do círculo vicioso da miséria. Uma gama de problemas atingia a agricultura de "subsistência", obstaculizando as possibilidadesde sua evolução, sendo o mais significativo a falta de acesso a terra, embora os agricultores quetinham a posse de minifúndios enfrentassem outros desafios relacionados à ausência de apoio financeiro e técnico.

Desse modo, encontrava-se a família agricultora em condições que a impediam de realizar de investimentos e, no caso daquelas que não eram proprietárias, a situação se agravava ainda mais em face da maior subordinação e dependência ao proprietário rural. O tamanho e a qualidade da área agrícola, que caberia a família agricultora, dependiam, em primeiro plano, dos interesses e decisões do proprietário, que não encontrava limites às suas determinações.

Além das questões mencionadas, as diretrizes da política de desenvolvimento agrícola supuseram a necessidade de um novo padrão agrícola, um "novo tipo de agricultura" e um

[335]SUDENE. **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963)**. Recife, 1966, p.123.

"novo tipo de agricultor" para duas zonas diferenciadas no Nordeste. Explicitamente o que deveria caracterizar esses novos tipos? A mensagem do governo ao Congresso Nacional, em agosto de 1959, encaminhando o Projeto da Lei de Irrigação, evidencia os significados da proposta:

> Os objetivos que se procuram com o presente projeto de lei indicam claramente que o governo pretende lançar as bases de um novo tipo de agricultura no Nordeste. A estrutura agrária da região tem sido objeto de severas críticas de parte de muitos estudiosos que se preocupam com o desenvolvimento econômico do Nordeste. A evolução dessa estrutura agrária terá que processar-se no sentido de um novo tipo de agricultor mais bem equipado técnica e financeiramente e diretamente ligado ao empreendimento agrícola[336].

Esse "novo tipo de agricultor" seria resultado de uma formação técnica e gerencial sob o comando do Estado, através de suas agências, e essa foi a matriz política que iria orientar a formatação desse novo agricultor nas áreas de perímetro irrigado. No entanto, os laboratórios para experiências com a agricultura irrigada, utilizando agricultores pobres, nunca tiveram espaço suficiente para os que eram desapropriados da área, e seus resultados foram sempre contestados.

Dessa forma, milhares de famílias camponesas que se encontravam num continuum quadro de empobrecimento, resultante da concentração fundiária e da ausência de políticas públicas para o favorecimento de sua produção, continuaram a viver em penosas condições de trabalho, excluídas do projeto de desenvolvimento. A larga população camponesa sem acesso a terra não recebia nenhum incentivo à produção e, quanto aos pequenos e médios proprietários, eram raras as possibilidades de obtenção de incentivos financeiros.

O projeto da Lei de Irrigação não conseguiu aprovação em face dos diversos conflitos políticos. A resistência aos projetos da SUDENE foi amplamente apresentada nos trabalhos que se debruçaram sobre a história deste órgão. Para Clélio Diniz, esse projeto foi fortemente combatido por setores da classe dominante, porque "trazia os meios para o controle do uso da terra e da água, bases para a reforma agrária"[337].

Em entrevista realizada por Manuel Correia de Andrade, Conceição Tavares e Raimundo Rodrigues Pereira, Celso Furtado procura estabelecer a relação entre a lei de irrigação que ele havia projetado e a reforma agrária:

---

[336] SUDENE. **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963)**. Recife, 1966, p.126.

[337] DINIZ, Clélio. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**. Belo Horizonte, n. 19 (2), p.227-249, maio-agosto de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200001. Acesso em 13 de agosto de 2019, p.240.

> A lei de irrigação que eu tentei fazer quando estava na Sudene era uma pequena reforma agrária. A idéia era investir dinheiro público no setor rural, em grande escala. Isso só seria possível modificando a estrutura agrária. Mas fui derrotado. Minha opinião sobre isso é clara e definitiva. Da mesma maneira, me recordo da subutilização de terra na Zona da Mata, e do desinteresse do pessoal dali pela produção de alimentos. Consegui desapropriar o Engenho de Tiriri para fazer divisão de terra e produção de alimentos. O que pudemos fazer, fizemos, mas foi muito pouco[338].

Dessa forma, Furtado reconhece que, em termos de reforma agrária, a Sudene não teve maior emprenho e, em outra passagem, tratando ainda da Lei de Irrigação que fora derrotada, explica que "o dinheiro posto pelo governo na irrigação tem de ser de interesse social, não é para reforçar o que existe como estrutura agrária. Portanto, tinha de haver desapropriação dessas terras antes que elas se valorizassem"[339].

Para determinados setores sociais, a reforma agrária era condição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas no campo e deveria ocorrer de forma moderada e gradual, evitando o levante do latifúndio, promovendo, concomitantemente, a paz social em áreas improdutivas e carentes de gêneros alimentícios. No entanto, sua execução era obstaculizada pelos proprietários que mantinham posição dúbia em relação aos projetos da Sudene, acenando, positivamente, para a industrialização por um lado e, por outro lado, prometendo responder com violência as propostas com objetivo de alterar a estrutura agrária, as quais atentassem contra os interesses do latifúndio.

Dentre os sujeitos do campo, o público-alvo da proposta de agricultura de tipo capitalista era os proprietários rurais, que deveriam – para fazer nascer esse modelo de agricultura e agricultor – modernizar a agricultura moderna, adotando novas técnicas produtivas, promovendo o aumento da produção e produtividade, competitiva e, preferencialmente, com a adoção de relações de trabalho assalariadas. Observa-se, na mensagem, que há vagueza no que tange à transformação da estrutura agrária, mas, em relação à evolução, que deveria se processar para gestar esse novo rural, sua caracterização é apresentada a partir do perfil do "novo tipo de agricultor" e, nesta perspectiva, não estavam incluídos na proposta os despossuídos de terras, as mãos que produziam os alimentos, pois, em larga maioria, não possuíam terras.

Ainda sobre o I Plano Diretor da SUDENE, ressalta-se o programa de investimento para o setor agropecuário, assentado em três pilares: a) ampliação da oferta de terras; b) reorganização da economia semiárida; c) pesquisa e experimentação. O primeiro, além da

---

[338] TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Correia; PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Seca e Poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 46-47.
[339] Ibid. p.19.

proposta de aproveitamento das áreas úmidas do Maranhão e sul da Bahia, com o conceito de "projetos para múltiplas finalidades", aponta para a irrigação nas bacias dos açudes e nas margens do São Francisco com a necessária aprovação da Lei de Irrigação.

A agricultura moderna irrigada requeria investimentos em tecnologias que propiciassem o aumento da produtividade, assistência técnica, organização dos mercados e, supostamente, novas relações de trabalho. Em relação à reorganização da economia da zona semiárida, foram apresentados projetos que iriam prover a melhoria na produção de forragens para o desenvolvimento da pecuária, do algodão arbóreo, mamona e oiticica[340].

Sobre pesquisa e experimentação, a proposta atrela sua realização ao fomento da produção e formata dois tipos de programas (básico e específico), estabelecendo um prazo de cinco anos (1961 a 1965), para que o órgão possa apresentar os resultados dos projetos de transformação da agricultura do Nordeste. A justificativa do prazo era o argumento que as alterações técnicas na agricultura exigiam tempo e dependiam do montante de investimentos governamentais no setor para os resultados pudessem ser contabilizados.

É no contexto da ditadura empresarial-militar que a irrigação alcança o "status de política pública" com o Estado, garantindo sua implantação, funcionamento e expansão.Através do engendramento de um poderoso mecanismo político, vultosas inversões governamentais e subsídios foram destinados aos projetos públicos e privados.[341] Entre o finalda década de 1960 aos anos 1970, um amplo leque de ações intervencionistas materializou a formação de órgãos, projetos e programas direcionados à promoção da irrigação: em fins de

[340] No I Plano Diretor da SUDENE, encontram-se as justificativas para a seleção dessas culturas. A não inclusão de outras como o sisal e a carnaubeira foi explicado em face de que estas já haviam sido contempladas por medidas governamentais, além do fato de que essas atividades experimentavam significativo crescimento. Consta ainda no documento supra o reconhecimento da necessidade de assistência técnica ao cultivo e exploraçãodestas culturas.

[341]Sobre a natureza pública e privada dos projetos de irrigação: Cf.: SOUSA, Elisângela Maria de Oliveira. **O "Novo Modelo de Irrigação" e os colonos de Morada Nova**: Política para qual público? Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará. 2005. A autora afirma que o Estado assume a irrigação em duas frentes: "induziu o crescimento da irrigação pública inserida numa perspectiva de *desenvolvimento rural*, mediante a implantação dos perímetros irrigados, e promoveu a irrigação privada por intermédio da concessão de crédito especial e a utilização de recursos públicos destinados às obras de infra-estrutura e aquisição de equipamentos de irrigação". Disponível em: http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/elisangela_maria_de_oliveira_souza[1].pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

1968 ocorreu a criação do GEIDA[342], que, por meio de seu Conselho Técnico-Administrativo, composto por representantes de vários ministérios, realizava estudo e apresentava proposições para a Política de Irrigação, com poderes para a seleção, supervisão e acompanhamento de projetos e programas.

O III Plano Diretor da SUDENE (1966-1968) atesta, na análise dos entraves, às inversões na agricultura da região as condições de subordinação social, política e econômica de trabalhadores rurais sem acesso à propriedade da terra. Por conseguinte, em áreas do latifúndio, cultivavam impedidos – por razões de ordem econômica e social – de efetivarem investimentos que propiciassem o aumento da produção e da produtividade agrícola. No documento supra lê-se:

> A falta de segurança, que tem caracterizado até o presente a relação com os proprietários, desencoraja os não proprietários (rendeiros, parceiros, etc.) a realizarem melhorias na capacidade produtiva, desde que não há garantias para usufruir os resultados. Ademais, na hipótese de realização de melhorias, o proprietário, através da percepção de parte da colheita, como renda da terra, se beneficiaria sem haver contribuído para as referidas melhorias e inversões.[343]

Nesse cenário, a constatação dos obstáculos ao pleno desenvolvimento da agricultura, partindo do pressuposto que o latifúndio constituía entraves aos investimentos no setor pelas razões elencadas e o reconhecimento das dificuldades enfrentadas por aqueles que trabalhavam na terra, mas não a possuíam, não implicou na elaboração de qualquer ação para solver os problemas com a estrutura fundiária. Excetuando a vaga menção a "apoiar o programa nacional de reformulação da estrutura agrária" [344], decerto com referência ao Estatuto da Terra, aprovado em novembro de 1964, o III Plano Diretor da SUDENE viu, mas não contemplou aqueles que produziam o pão nosso de cada dia. Já o Estatuto da Terra, aprovado no início da ditadura, em

[342]O GEIDA assumiu amplas funções no tocante à implantação da Política de Irrigação no Brasil. O Decreto Lei nº 63.775, de 11/12/1968, que o criou, estabeleceu, em seu art. 3º, as competências do Grupo: "a) estudar em caráter sistemático, as linhas básicas da Política Nacional de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola, em suas diversas fases, submetendo-se à apreciação dos Senhores Ministros de Estado; b) selecionar os projetos integrados de irrigação, inclusive os que deverão ser apresentados às agências externas de financiamento; planificar as metas físicas nos projetos, as necessidades de recursos financeiros em todas as etapas para a implantação e desenvolvimento dos projetos integrados de irrigação com o máximo aproveitamento do solo e da água; c) estabelecer critérios relativos à implantação da pequena, média e grande irrigação, sua estruturação e organização; d) promover a compatibilização do programa nacional da agricultura irrigada com as políticas setoriais para o desenvolvimento econômico e social; e) supervisionar a atuação integrada dos diversos órgãos e meios de execução do programa de irrigação para o desenvolvimento agrícola; e f) estabelecer normas e diretrizes e propor legislação específica, inclusive referente a obrigações tributárias, organização de fundos financeiros, incentivos fiscais para o desenvolvimento da agricultura irrigada".

[343] SUDENE, **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963)**. Recife, 1966, p.32.

[344] Ibid., p. 16.

síntese não passou de "Letra morta para a resolução dos problemas agrários do país", como bem caracterizou Sonia Bergamasco (1997)[345].

Logo em 1969 o GEIDA publicou o Plano Plurianual de Irrigação (PPI), atraindo pesados investimentos à agricultura irrigada no Nordeste. Em 1970, através do Decreto-Lei nº 1.106, é criado o Programa de Integração Nacional. O Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste (POLONORDESTE) são instituídos em 1974; o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Nordeste (PROTERRA) nasce em 1975; a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRAPA) data de 1976 bem como o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO).

A aprovação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND), no início da década de 1970, consta, em suas diretrizes, as políticas públicas para o semiárido, no qual localizamos a construção do Projeto Baixo-Açu, a ser implantado na região do Vale do Açu – RN. No documento supra, figura, como estratégia agrícola para o Nordeste, a transformação da agricultura tradicional em economia de mercado e, o mesmo documento – que nos interessa de perto – propõe a expansão da fronteira agrícola "para incorporar os vales úmidos do Nordeste, notadamente o do São Francisco e novas áreas da região amazônica e do planalto central"[346].

Em 1975 foi aprovado o decreto de desapropriação da área do PBA e, em 1979, a Hidroservice Engenharia iniciou os Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Em meados de 1979, a Andrade Gutierrez instalou o canteiro de obras para a construção da barragem, antes mesmo que não estivessem concluídos os estudos encarregados à Hidroservice.

O I PND define dois programas fundamentais para a intervenção do Estado nas áreas rurais do semiárido: o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA). Inscrito, no PIN, estava o Plano de Irrigação do Nordeste, no qual foram articulados 54 projetos de irrigação nos vales úmidos do semiárido, localizando-se nos Estados do Piauí (04), Ceará (12), Rio Grande do Norte (05), Paraíba (04), Alagoas e Sergipe (03), Pernambuco (08), Bahia (13) e Minas

[345] BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49. Dez. 1997. p.37 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

[346] I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74; pág. 24. Grifo nosso.

Gerais (05).[347] Já o II PND vem com o acréscimo do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE)[348], que englobava cinco grandes áreas: vales úmidos, serras úmidas, agricultura seca, tabuleiros costeiros e pré-Amazônia, situadas em oito estados.

Dessa forma, com o POLONORDESTE, as áreas seletivas da modernização agrícola ganham impulso, e estas vão sendo incorporadas ao agronegócio, que promoveu a chamada "revolução verde" e a globalização da agricultura no semiárido[349]. A modernização agrícola conservadora e excludente é a matriz referencial para a elaboração de diversos projetos na região semiárida.

Cabe explicitar que a ideia de desenvolvimento inscrita no I PND considerava, em linhas gerais, duas questões: a potencialização da agroindústria e a modificação da agricultura tradicional em agricultura de base empresarial. Percebe-se, com clareza, que a agricultura mercantil ganha centralidade no documento supra e que a única referência aos pequenos produtores e agricultores sem terra se encontra vaga nas diretrizes do PROTERRA.

Nessa conjuntura, se por um lado, o I PND estabelece que é preciso "transformar em economia de mercado a agricultura de "subsistência" na região, notadamente na faixa semiárida"[350], por outro lado, não explicita como os sujeitos sociais dessa agricultura de "subsistência" seriam contemplados, o que nos permite aferir, de pronto, que esses agricultores estavam excluídos do projeto de desenvolvimento, reeditando os mesmos procedimentos de planos anteriores. A maioria desses agricultores não tinha perfil para os projetos de desenvolvimento rural, a não ser na condição de mão de obra barata.

Ao eleger a agricultura empresarial como modelo, o Estado busca subsumir, no interior das políticas públicas a agricultura de "subsistência", como se as atividades agrícolas e seus

---

[347]. A implantação dos projetos era prevista para o período de 1975 a 1979, com meta para irrigar 130 mil hectares. Cf.: HOLANDA, Nilson. **O Desenvolvimento do Nordeste:** desempenho recente e perspectivas para 1980.Fortaleza, Banco do Nordeste, 1974, 169 p.

[348] O POLONORDESTE foi criado pelo Decreto Nº 74.794, de 30/10/1974, com a finalidade de selecionar as áreas prioritárias para a modernização agrícola e agrária. Ainda de acordo com o referido Decreto, o Programa seria implantado pelo Ministério do Interior via SUDENE e BNB e pelo Ministério da Agricultura que estabeleceria parcerias com os governos estaduais e outros ministérios.

[349] Especificamente sobre os territórios da globalização agrícola temos ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN.** Recife: Editora Universitária (UFPE), 2008; ELIAS, Denise. A modernização da produção agropecuária. In: ELIAS, Denise (Org.). **O novo espaço da produção globalizada:** o Baixo-Jaguaribe – CE. Fortaleza: FUNECE, 2002 e SANTANA, Lindaura Maria de. **Produção, emprego e receita tributária:** o efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu/RN. Natal: Editora Universitária UFRN, 1997. (Coleção Vale do Açu, v. 14).

[350] BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74.** Presidência da República. Brasília, 1971, pág. 28.

produtores formassem um todo homogêneo e tratando a questão em termos puramente econômico. Neste aspecto, é relevante a análise cuidadosa de Prado Jr. quanto à necessidade de analisar, separadamente, os segmentos sociais que constituem o mundo rural, de modo a não embaralhar os termos da questão:

> Repete-se aí, e dessa vez na palavra de um economista do porte do Sr. Celso Furtado, o grave erro de confundir os diferentes setores, categorias e classes sociais diretamente ligadas às atividades agrárias, no conceito genérico de "agropecuária". Ora, os problemas agrários como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, são antes de tudo humanos. E são por isso os homens e a posição que respectivamente ocupam nas atividades agropecuárias, que devem ser considerados em primeiro e principal lugar, e como elemento central que configura todas as questões a serem analisadas. (...) Ora a parcela de humanidade que vive da agropecuária brasileira nada tem de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados [...][351]

A observação de Prado Jr., para os riscos em aglutinar os diversos setores sociais que realizam as atividades agrícolas numa única conceituação, leva-nos a refletir sobre os silêncios que se produz em relação às diferenças entre os diversos sujeitos da produção, não apenas no tocante ao seu caráter, mas também às condições sociais que os opõem diametralmente. Depreende-se, ainda, que as propostas se dirigem para o setor dominante dessas atividades, os grandes proprietários, "homens de negócio, para quem a terra constitui um negócio como outro qualquer"[352], e não para o setor que engloba a maioria da população rural, aqueles para quem a terra adquire importância vital como fonte de sobrevivência.

Como se observa, a década de 1970 foi fértil na concepção e estruturação destas ações, que se prolongaram com menor vigor na década de 1980, em virtude do agravamento da crise econômica. A "região problema" estava cercada por ações governamentais direcionadas à modernização do campo e figuravam, no discurso oficial, como medidas eficazes para a resolução dos graves problemas econômicos e sociais relacionados à produção agrícola. Os projetos de modernização para o campo cercearam o Nordeste rebelde, objetivando desarticular as lutas pela reforma agrária à medida que o Estado se encarrega, com maior intensidade, do caráter *autoritário ativo,* como podemos compreender na análise de Burzstyn[353].

Dentre os projetos de irrigação, os perímetros irrigados foram apontados como relevantes para os seletivos territórios da região semiárida, sejam os vales úmidos ou secos,

---

[351] PRADO JR. Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 20.

[352] Ibid., p. 22.

[353] BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

capazes de superar os obstáculos naturais, técnicos e políticos ao desenvolvimento agrícola e transformar esses espaços em férteis celeiros. A modernização da agricultura ou "revolução verde" iria criar uma nova categoria de produtores – ex-camponeses – instruídos e obrigados a adotar, ainda que a fórceps, os valores e práticas empresariais, cuja produção seria orientada pelo mercado, propiciando a expansão do capitalismo no campo.

Desde os anos 1930, a atual microrregião do Vale do Açu foi apresentada como a área de maior potencial hídrico para a agricultura irrigada no Estado do Rio Grande do Norte. Ainda, era dotada de riquezas naturais, com destaque para a fertilidade dos solos da várzea e a abundante floresta de carnaubeiras, e figurava entre as melhores do semiárido potiguar.

A "riqueza incomensurável" do Vale do Açu foi apresentada por entusiastas da agricultura irrigada do porte de Osvaldo Amorim[354], que se dedicou a escrever sobre o Vale num misto de angústia antes as condições de "subdesenvolvimento" da região e grande expectativa com a irrigação, compreendida por este, como a redenção para o vale. Pode-se interpretar, nos escritos de Osvaldo Amorim, apenas uma narrativa ufanista e telúrica, típica de alguns escritos regionalistas. No entanto, ao ler uma breve narrativa do "turista" Mário de Andrade, vindo da região mais abastada do país, encontramos um vale ainda mais promissor que o descrito pelo varzeano Osvaldo Amorim. Em sua escrita, encontramos elementos econômicos, ambientais e sociais acerca da região do Vale do Açu, que merecem transcrição:

> [...] atravessamos o restico do rio Açu e três minutos depois a cidade do Açu. Foram dez léguas de várzea fértil, esse carnaubal formidável. Açu, 2.500 habitantes. O município terá 25 mil. Produção deste ano: 24 mil arrobas de cera de carnaúba. Município feliz por causa do rio e das lagoas: na seca não só não "produz" retirantes como até os recebe. (...) O Rio Grande do Norte mesmo tem vales magníficos ver o do Ceará Mirim. No Vale do Açu param 25 mil almas e pode conter folgadamente 100 mil. Era preciso canalizar esses sertanejos prá esses vales, pro litoral, e atarraxá-los aí por meios suasórios que ao mesmo tempo terminassem com o regime latifundiário que inda subsiste colonialmente por aqui[355].

Os escritos etnográficos de Mário de Andrade resultaram de suas andanças pelo Rio Grande do Norte entre 1928 e 1929, e o que os tornam significativos é o fato de ressaltarem as potencialidades da região, chocando-se, frontalmente, com a reprodução da velha cantilena da vida miserável e das impossibilidades humanas no semiárido. Ao abordar a riqueza hídrica da

[354] Osvaldo Amorim era correspondente do Jornal O Mossoroense. Os dois encontros dos bispos do Nordeste em 1956 e 1959 receberam máxima atenção por parte do jornalista bem como o Plano de Valorização dos Vales do Açu e Apodi que resultou destes encontros. O Perímetro Irrigado do Vale do Açu recebeu o nome Osvaldo Amorim em homenagem.

[355] ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz.** Brasília: IPHAN, 2015, p.328-329.

região, Andrade contribui para quebrar a ideia do semiárido como território homogêneo, no qual se encontravam, apenas, a escassez e a penúria. Embora tratando, em particular, de um dos municípios do Vale, mas, depois, estendendo para toda a região, ganha relevo, nessa narrativa, a afirmação de que, em períodos de seca, a região não só "produz" retirantes como também os recebe.

As publicações de Osvaldo Amorim n'O Mossoroense dão conta de uma preocupação com a estagnação econômica da região e sua filiação à ideia de desenvolvimento, que vigorava nos anos 1950, partindo da concepção de que as técnicas agrícolas rudimentares e a ausência de "educação" para os trabalhadores do campo eram os maiores problemas para a produção agrícola, carecendo, portanto, de apoio técnico e outros aportes. Além da defesa da formação e apoio técnico ao agricultor, Osvaldo Amorim era um árduo defensor da irrigação do Vale do Açu, fazendo, de sua atividade no jornal, um campo de batalha em prol de políticas públicas direcionadas ao fomento da agricultura irrigada.

Além disso, Osvaldo Amorim encontrava, na irrigação, a resposta para o desenvolvimento da região do Vale do Açu, analisando que as potencialidades de solo e água estavam postas como dádiva da natureza, sendo necessário, portanto, alavancá-las com a força da modernização agrícola, não permitindo sua dormência por mais tempo. Os discursos sobreo vale do Piranhas-Açu, nas décadas anteriores ao PBA, trazem, em seu conteúdo, a ênfase no largo patrimônio natural e a reivindicação de maior atenção do Estado, seja na alocação de recursos ou na consecução de projetos direcionados à redenção do território e da população ali residente. A mais rica região potiguar enfrentava situação de pobreza por falta de investimentos do Estado, como analisava a questão na década de 1950 o jornalista e escritor do Vale do Açu, Osvaldo Amorim:

> [...] pela riqueza incomensurável de suas terras, merece receber o amparo e a ajuda dos poderes públicos. Mais de mil propriedades, pequenas propriedades, ali estão encravadas, nada produzindo além da minguada produção de Cera de Carnaúba. Fora disto, o homem da Várzea, não sabe como aproveitar o máximo do rendimento, de suas terras, não só porque está preso a uma agricultura medieval, quiçá pela falta absoluta de assistência técnica e da própria educação rural[356].

À vista disso, exploramos algumas de suas publicações nos últimos cinco anos da década de 1950, para localizarmos as leituras sobre o Plano de Valorização dos Vales do Açu e Apodi, que havia tomado corpo nos Encontros dos Bispos em Campina Grande (1955) e Natal

[356] AMORIM, Francisco. Uma cooperativa. **O Mossoroense**. Mossoró-RN. 12.dez.1958. N°. 120, ano, XIII, p.3.

(1959). Nesse período, foram os escritos de Osvaldo Amorim que deram publicidade às lentas transformações no mundo rural no Vale do Açu, apresentando os resultados da produção irrigada com o uso de motobombas, assunto que já aludimos no capítulo inicial. Para que possamos compreender os caminhos trilhados, as rupturas e os silêncios em torno destas experiências, acreditamos ser necessários estudos mais aprofundados sobre esse momento da história da agricultura no Vale do Açu. Assim, tratamos de silêncio, porque a implantação do PBA fez descer uma cortina de fumaça sobre a produção irrigada que já estava presente no Vale do Açu desde os anos 1950, ainda que de forma incipiente do ponto de vista técnico e com abrangência mínima, pois eram poucos os proprietários que dispunham de motobombas para irrigar suas propriedades.

A agricultura irrigada foi defendida no I Encontro dos Bispos do Nordeste, como elemento propulsor do desenvolvimento para os vales secos e úmidos da região semiárida. Ao abordar o "atraso técnico" da economia, o documento destaca que "os vales e serras úmidas, de outra parte, existentes em quase todos os Estados dos poligonenses, continuam muito mal aproveitados"[357]. Nos anais deste encontro, há o registro da proposta de incorporação dessas áreas aos projetos de desenvolvimento.

Parte significativa das propostas e indicações ganhou respaldo legal de forma quase imediata. Através do Programa A Voz do Brasil, em 1º de junho de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek anunciou a assinatura de 20 decretos executivos, atendendo às propostas provenientes do I Encontro dos Bispos do Nordeste. No relatório do 1º Grupo de Estudo, há uma observação interessante sobre a região Nordeste, dirigida em tom de crítica à opinião pública e que passados 60 anos, continua válida:

> [...] desapercebe de que o NE não se limita à área sujeita às sêcas. Tem, pelo contrário, importantes zonas de umidade permanente ou equivalente à das zonas agrícolas do sul. Na área sujeita às sêcas, porém, a frequência de anos chovidos é maior do que a de anos flagelados pelas sêcas. A estatística mostra que nelas se produz o grosso da produção alimentar da região, excetuadas as culturas comerciais de cana de açúcar e do cacau. Um melhor aproveitamento dos anos bons, através de organização e defesa do mercado, permitirá melhor aproveitamento da vocação do Polígono para produzir cereais e outros géneros. Suas possibilidades agrícolas estão ainda longe de total aproveitamento, através de plantas já adaptadas, como algodão, sisal e palma, e outras que podem ser introduzidas. Certo é que, baseado na própria área sêca, o NE é normalmente auto-suficiente quanto aos alimentos básicos que consome e grande exportador de diversas e valiosas matérias primas de origem vegetal e animal.[358]

[357] AMORIM, Francisco. Uma cooperativa. **O Mossoroense**. Mossoró-RN. 12.dez.1958. N°. 120, ano, XIII, p.39.

[358] I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. **Anais do I Encontro dos Bispos do Nordeste.** Rio de Janeiro, Serviço de Documentação, 1960. 288 p. Disponível em: https://archive.org/details/iencontrodosbisp00enco. Acesso em: 25 de maio de 2016, p. 116 -117.

Neste pequeno trecho podemos encontrar um Nordeste heterogêneo, com potencialidades não exploradas. O Plano de Valorização do Vale do Açu foi elaborado após o Encontro de Campina Grande e, em 1958, oficializava-se o seu Conselho Executivo sob a Presidência de D. Eliseu Mendes, Bispo de Mossoró. Deve-se, a esse plano, uma série de ações direcionadas ao Vale do Açu e Apodi, dentre elas destacamos o incentivo à irrigação, que objetivava a produção de cereais. A condução do referido Plano ficaria a cargo do Serviço Agroindustrial do DNOCS, Serviço de Agricultura do RN, Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNRu), Arquidiocese de Natal, Diocese de Mossoró e Serviço Social Rural (SSR)[359], sob a coordenação geral do Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV).

Por meio do Decreto nº 39.287, ficou estabelecido, em seu artigo primeiro, a obrigatoriedade dos órgãos federais apresentados no decreto, de construir "as medidas necessárias ao desenvolvimento econômico dos vales secos do Baixo Piranhas e Apodi, interessando aos municípios de Assú, Ipanguaçu, São Rafael, Pendências e Apodi, Estado do Rio Grande do Norte"[360]. Em relação ao artigo 2º do mesmo Decreto, este estabelecia a meta de fixar, permanentemente, pelo menos, 500 famílias nestas áreas, produzindo cereais.

Ao acompanhar as publicações de Osvaldo Amorim n'O Mossoroense, podemos vislumbrar as táticas da Igreja Católica na montagem do amplo projeto de inserção da Ação Católica entre os trabalhadores do campo, a denúncia da ausência ou o problema de "entrosamento" dos órgãos públicos. Estes haviam assumido a tarefa de contribuir com as ações de desenvolvimento aprovadas nos encontros dos bispos e transformadas em decretos pelo Presidente J.K, encontrando, em seus artigos, a presença do "homem rural", do "rurícola", do "lavrador, do "sitiante", nomenclatura heterogênea para designar os sujeitos sociais no rural do Vale do Açu[361].

Ainda em 1958, Victor Nunes Leal, chefe do gabinete civil da Presidência da República, veio ao Vale do Açu e Apodi e aos municípios de Mossoró e Natal para realizar inaugurações, oficializar a entrega de equipamentos e ordenar serviços em nome do Presidente J.K. É neste momento que ocorre a inauguração da Casa da Farinha em Apodi e entra em vigor as ações

[359] Nos anais do I Encontro dos Bispos do Nordeste, encontra-se a Resolução do Conselho Nacional do Serviço Social Rural, tratando da parceria no Plano de Desenvolvimento dos Vales do Açu e Apodi, que se daria por meio financeiro e técnico. Quanto ao apoio financeiro, o SSR disponibilizou Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), que seriam gastos nos projetos sociais junto às comunidades rurais e nos cursos de economia doméstica rural.

[360] Ibid., p. 154.

[361] AMORIM, Osvaldo. Um trabalho honesto se positiva em torno da produção dos vales. **O Mossoroense**. Mossoró-RN. 24.abr.1959; Comandante e comandados. **O Mossoroense**. Mossoró-RN. 2.abr.1959; Reuniões da Associação Rural. **O Mossoroense**. Mossoró-RN. 10.mai.1959; A Missão e as Cucurbitáceas. **O Mossoroense**. Mossoró-RN. 08.mai.1959; A marcha da irrigação. **O Mossoroense**. 29.abr.1959.

governamentais para irrigação no Vale do Açu. No início de 1959, é aprovado o Decreto nº 46.391, destinando o valor de Cr$ 10.000,00 para a redenção econômica dos supracitados vales, ficando distribuída sua aplicação da seguinte forma:

Tabela 2 – Plano de valorização dos Vales do Açu e Apodi

Ações	**Valores (Cr$)**
Aquisição de perfuratrizes e de conjuntos motobombas equipados com tubulações e respectivos acessórios, destinados à instalação de patrulhas médias de irrigação.	3.000.000,00
Instalação de canais de irrigação para ampliação dos vários sistemas irrigatórios existentes nos referidos.	1.500.000,00
Motomecanização (Aquisição de máquinas agrícolas, inclusive tratores equipados com implementos, lâminas dianteiras e demais acessórios).	4.000.000,00
Despesas com os trabalhos de manutenção.	1.5000.000,00

Fonte: Anais do I Encontro dos Bispos de Campina Grande.

Nesse âmbito, o que observamos é que os arautos do PBA não faziam qualquer menção às experiências já existentes, limitando-se a apresentar cifras e números da produção irrigada com a implantação do PBA, em claro exercício de futurologia e interpretação restritiva, como se a agricultura irrigada só fosse possível, na região, com a construção de uma grande obra de açudagem para garantir segurança hídrica.

> [...] com a terra irrigada, nascerão alfaces, tomates, cebolas, pimentões, feijão, milho, novos frutos da terra plantados pelo homem. Os técnicos fazem previsão de que, com a irrigação, todo o ano o vale produzirá 300 mil toneladas de produtos agrícolas. Não haverá seca, nem enchente. A barragem permitirá que 800 famílias vivam exclusivamente da pesca, produzindo 2.500 toneladas anuais. O gado fornecerá 33 milhões de litros de leite por ano, mesmo com a previsão que 8.400 cabeças serão abatidas anualmente[362].

Por meio do Plano de Valorização dos Vales do Açu e Apodi com o comando de Dom Eliseu Mendes, Bispo de Mossoró, a produção irrigada recebia apoio da Missão Rural e, mesmo incipiente, chamava a atenção das autoridades públicas e pesquisadores, devido à potencialidade dos solos e recursos hídricos, como vimos em Andrade[363].

Como homem da imprensa, Osvaldo Amorim, estava a par da mobilização política do bispado e das chamadas classes produtoras rurais em torno das ações para o desenvolvimento

[362] GUALBERTO, João e LIMA, Argemiro. Vale ou não vale o Vale: Açu terra dos poetas. **A República.** Natal-RN. 06.jun.1979. Arquivo: Nut-Seca, UFRN.

[363] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

da região. No final dos anos 1950, suas constantes matérias sobre o Vale do Açu, no jornal O Mossoroense, do qual era correspondente, versavam sobre o desenvolvimento da região e o papel da Igreja na formação do "rurícola", preparando-o para as novas técnicas agrícolas com a produção irrigada. Deriva daí a reivindicação da educação rural como instrumento para a promoção das famílias camponesas, em sua maioria analfabetas, e o apoio governamental à agricultura no Vale do Açu, de modo que as potencialidades da região encontrassem condições favoráveis para florescer. Na avaliação de Osvaldo Amorim, a grande missão da educação rural era orientar tecnicamente para a "agricultura racionalizada", que, desenvolvida por meio da irrigação, iria prover as necessidades locais e, ainda, fornecer alimentos a outras regiões:

> O magnífico trabalho de irrigação, fez com que o município não tomasse conhecimento da sêca e, durante todo 1958, passamos aqui a feijão e milho verde, sem falar nas batatas, melões e melancias, junto com um sem número de hortaliças que enfeitavam o mercado local e os caminhões em demanda aos centros de consumo[364].

O Plano de Valorização dos Vales do Açu e Apodi figura como ação pioneira do Estado em termos de política pública destinada à irrigação e a setores rurais distintos do latifúndio, contudo não significa dizer que contemplou as diversas categorias de agricultores. A aquisição dos equipamentos e instalação de obras só era possível para os proprietários rurais, e havia numerosas e diversas famílias agricultoras sem terra que, por esta mesma razão, não seriam inseridas nesse projeto de desenvolvimento agrícola. A grande novidade é esses projetos fugiram do tradicional padrão das políticas anteriores com predominância para a construção de obras hidráulicas, para atender quase, exclusivamente, aos interesses dos grandes proprietários rurais.

Sobre os critérios para distribuição dos equipamentos e para a construção de obras necessárias à irrigação, não temos conhecimento. A pesquisa realizada por Valverde & Mesquita, no ano de 1960, na região do Baixo-Açu, registrou um notável avanço da fruticultura irrigada como resultado do Plano de Valorização do Vale do Açu, trazendo a seguinte descrição dos serviços e ações:

> [...] distribuiu 81 motobombas, até o ano de 1959, que foram alugados por ano, além de 22 vendidas. Distribuiu também 1 800 metros de cano de duralumínio e deu auxílio para a construção de 41 cacimbões, 45 tanques e cruzetas e 1100 metros de canais de alvenaria. Com êsses apetrechos e instalações foram irrigados 800 hectares, que incluem praticamente a totalidade dos pomares[365].

---

[364] AMORIM, Osvaldo. Anotações. **O Mossoroense**. Mossoró-RN. 4.mai.1959, p.3-6.

[365] VALVERDE, O.; MESQUITA, M. Geografia Agrária do Baixo-Açu. **Revista Brasileira de Geografia.** v. 23, n. 3, p. 455-494, 1961. Disponível em:

Os pequenos agricultores tinham dificuldades na aquisição dos motobombas, tendo em vista os parcos recursos que dispunham para aluguel ou compra destes equipamentos e, quanto aos agricultores não proprietários, era completamente impossível. Outro dado que nos chama a atenção é o referente à área irrigada.

Dessa maneira, se as 800 hectares irrigadas correspondia à quase "totalidade dos pomares"[366], podemos trazer, pelo menos, duas conclusões: a proposta de irrigação contemplou a fruticultura, cuja produção era realizada por proprietários de médio ou grande porte e, derivando desta primeira, pode-se inferir que a maioria das famílias camponesas – devido à escassez de terras e à condição de posse – dedicava-se, com maior afinco, ao cultivo de cereais, legumes e tubérculos, sendo, portanto, excluída das benesses dos projetos que favoreciam a irrigação.

Acerca da segunda questão, é necessário registrar que os proprietários impunham obstáculos ao cultivo de pomares e outras culturas permanentes por parte dos parceiros e moradores, com vistas a evitar embaraços em caso de dispensa destes trabalhadores. Tratando a esse respeito, Manuel Correia de Andrade explicita que, no caso do plantio do algodão, havia o pagamento da "meia" e, para outras culturas permanentes, o pagamento da "terça". Este autor traz, ainda, as seguintes considerações sobre essa experiência de irrigação na Várzea do Açu nos anos 1960:

> No Açu e no Apodi várias áreas de várzea foram irrigadas e cultivadas, dando ao visitante magnífica impressão de fartura. Depois, a conservação das motobombas, a substituição de peças gastas e quebradas que só podiam ser adquiridas no Recife e em São Paulo, e a falta de assistência técnica fizeram com que este surto agrícola amainasse. O bispo de Mossoró, D. Eliseu Mendes, que foi o grande animador do aproveitamento agrícola dos vales do Apodi e do Açu, também foi transferido da região, perdendo os agricultores um entusiasta e verdadeiro advogado dos seus interesses[367].

Para Agenor Gomes da Silva, as políticas direcionadas à irrigação do Vale do Açu podem ser agrupadas em três momentos distintos, a saber: antes de 1969, com o início das políticas de irrigação com o uso de motores bombas, tratando-se aqui da efetivação, ainda que parcial, das propostas referendadas no Decreto 39.287 apresentado acima; o segundo momento,

---

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n3.pdf. Acesso em: 13/08/2015. p. 455-494.

[366] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011 p. 211.

[367] Ibid., p. 216-217.

entre 1969 e 1979, com a exploração da carnaubeira e com a irrigação do algodão herbáceo, sendo, também, nesse período, que a irrigação, em maior escala e com fins exclusivamente comerciais, instala-se no Vale do Açu com a empresa agropecuária Knoll, registrando a entrada do Vale como espaço seletivo da modernização agrícola; e o terceiro momento, o qual se situa no pós 1979, com a implantação do Projeto Baixo-Açu[368].

No programa de investimentos do I Plano Diretor da SUDENE, a bacia do Piranhas-Açu, especificamente a região do Baixo-Açu, teve seu potencial hídrico avaliado de forma favorável, encontrando-se contemplada com a conclusão dos açudes: Oiticica, Mendubim e Beldroegas, além da realização de estudos hidrogeológicos, cuja finalidade seria a "utilização das águas subsuperficiais para irrigação"[369].

Através das análises dos resultados efetivos das propostas acima, localizamos os estudos sobre as potencialidades da região do Baixo-Açu para irrigação, realizados entre 1962 e 1963. Quanto às obras hidráulicas previstas no Plano, o açude Mendubim teve sua obra iniciada em 1963, sendo concluído apenas em 1972; as obras do açude Oiticica foram paralisadas, e o Beldroega foi concluído em meados da década de 1980.

O IV Plano Diretor da SUDENE não trouxe referência à criação de perímetros irrigados para o Baixo-Açu, embora esta região tenha sido considerada de grande potencial hidroagrícola, e a Bacia do Piranhas-Açu, apontada no documento supra como a segunda colocada em termos de armazenamento de água, com duas áreas propícias à elaboração de projetos de irrigação – o Alto Piranhas e o Baixo Vale do Piranhas. É possível que, com a criação do GEIDA, o considerável acúmulo de pesquisas sobre as potencialidades da região do Baixo-Açu tenha sido fator considerável, para sua inclusão como área prioritária e para o avanço do projeto de irrigação do Baixo-Açu.

No IV Plano Diretor da SUDENE (1969-1973), a política de irrigação para o semiárido alcança maior vulto[370]. Ao longo do documento, encontramos a indicação de projetos hidroagrícolas como instrumentos de modernização da agricultura capaz de transformar a economia da faixa semiárida. Esse Plano estabelece nove critérios a serem observados na seleção das áreas ou "região programa", onde incidiriam as políticas públicas da SUDENE, com o estabelecimento de, pelo menos, três condições elementares para a seleção: solo, água e

[368] SILVA, Aldenor Gomes da. **O Domínio do Processo de Trabalho na Agricultura Irrigada do Nordeste**: a persistência da parceria. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Campinas, 1992.

[369] SUDENE. **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963).** Recife, 1966, p.140.

[370] Esse Plano Diretor é o segundo elaborado sob o governo militar e foi proposto para a vigência de cinco anos.

mercados. Com base nessa premissa, o referido plano propõe, para o setor da agricultura, sete programas, que, em conjunto, anexariam quinze projetos direcionados à pesquisa, experimentação, promoção da agropecuária, colonização e irrigação. O *Programa Ampliação da Área Irrigada* estabelecia projetos de implantação de perímetros irrigados no Ceará (Morada Nova), Pernambuco e Bahia (Bebedouro-Favela) e Piauí (Projeto Lameiro).

Os programas mencionados no parágrafo acima contavam com verbas vultosas e propunham fornecer todo tipo de atrativo ao capital privado com interesse nos setores dinâmicos ou que poderiam vir a sê-los. A interpretação do senhor Nilson Holanda, presidente do BNB não poderia ser mais esclarecedora quanto à coalizão entre Estado e capital no interior dos programas supracitados, ao afirmar que:

> Na realidade, toda a ação do Governo tem por objetivo criar as precondições indispensáveis para a execução de investimentos privados. (...) além de realizar aqueles investimentos de caráter essencialmente público, para a complementação da infra-estrutura econômica e social da Região, o governo pretende utilizar, de forma coordenada e racional, incentivos e estímulos os mais diversos, para induzir a realização de investimentos privados de desenvolvimento agrícola e industrial[371].

O projeto de desenvolvimento econômico para o rural havia selecionado o setor privado, ou seja, os grandes produtores rurais como agente desse desenvolvimento. A presença do "setor de subsistência" nos projetos deveria ocorrer de forma tutelada, em face da baixa capacidade dos agricultores para produzir a partir de um novo padrão agrícola. A prática da moderna agricultura pelos tradicionais camponeses somente ocorreria sob a coordenação do Estado, via DNOCS, que tomaria todas as decisões sobre a produção nos perímetros públicos irrigados, além de acionar mecanismos para buscar manter, sob controle e vigilância, a família colona.

4.2 PERÍMETRO BAIXO-AÇU.

A construção da grande barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, correspondendo a primeira etapa do PBA, apresentava oficialmente múltiplos objetivos conforme já aludimos anteriormente, contudo, entre eles, destacava-se a implantação de uma moderna agricultura irrigada. A totalidade da área desapropriada equivalia a 3% do território do Rio Grande do Norte, assombrando os proprietários rurais, como apresentamos nos capítulos anteriores.

---

[371] HOLANDA, Nilson. **O Desenvolvimento do Nordeste**: desempenho recente e perspectivas para 1980. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1974, p.57.

Uma das questões mais intrigantes, que se apresenta a respeito do PBA, diz respeito às mudanças acerca do projeto de irrigação, uma etapa importante do PBA, a qual, dentro do plano inicial, deveria realizar-se concomitante à construção da barragem. Ocorre que, ainda na fase inicial das obras, no segundo semestre de 1979, as "91.440,84 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares)" reservadas à produção irrigada, foram retiradas do projeto.

Nos discursos e documentos oficiais produzidos para justificar o PBA, o enfoque era o extraordinário desenvolvimento rural da região do Vale do Açu, gestado a partir da execução do referido projeto. O desenvolvimento que adviria com o PBA dinamizaria outros setores, pondo a região nos trilhos do progresso.

O Jornal A República, órgão oficial do governo do RN, já anunciava, em julho de 1972, a proximidade da irrigação do Vale do Açu, indicando apenas a falta de um levantamento socioeconômico da região. É ainda nesse início da década de 1970 que ocorre a desapropriação de terras para implantação dos primeiros perímetros irrigados no RN, utilizando os reservatórios de Itans, Sabugi, Cruzetas no Seridó e Pau dos Ferros na região oeste do Estado[372].

Ainda, nas pesquisas realizadas por geógrafos, sociólogos e economistas encontramos as pesquisas sobre os perímetros irrigados[373]. Com base nesta literatura, esboçamos as questões que consideramos pertinentes à reflexão em torno das políticas públicas para o semiárido e a

[372] ARAÚJO, Carlos Alberto Batista de. **Avaliação do Perímetro Irrigado Cruzeta (RN) através do uso intensivo de água para irrigação**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Sanitária – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/15943/1/CarlosAlbertoBA.pdf. Acesso em: 12/07/2017. O estudo de Araújo sobre Perímetro de Cruzetas traz, ainda, informações valiosas acerca dos perímetros irrigados de Itans, Sabugi, e Pau dos Ferros, todos instalados em 1973, assinalando as primeiras experiências com perímetros públicos no Rio Grande do Norte. O consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A (CNEC) associado a Sociéte Grenobloise d'Etudes et d'Aplications Hidrauliques (SOGREAH) foi responsável pelos estudos de hidrológicos e de solos para a viabilidade dos referidos perímetros.

[373] Sobre os perímetros irrigados ver: SOUSA, Elisângela Maria de Oliveira. **O "Novo Modelo de Irrigação" e os colonos de Morada Nova**: Política para qual público? Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará. 2005; FREITAS B. M. C. **Marcas da modernização da agricultura do Perímetro Irrigado Jaguaribe - Apodi:** uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010; DINIZ, Aldiva Sales. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Orgs.). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 37-60; VASCONCELOS, Helenira Ellery Marinho. **Dinâmicas Sucessórias de Agricultores familiares:** dilemas vivenciados por famílias de colonos no Projeto Curu Paraipaba – Ceará. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, 2011; VIEIRA, Washington Luiz Peixoto. **A Irrigação no Nordeste**: Uma abordagem histórica do Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, 2015; XIMENES, Antônia Vanessa Silva F. Moraes. **A Política de Perímetros Irrigados e suas implicações nos projetos cearenses Ayres de Souza e Araras Norte.** 2018. Em **O Poder dos Donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste, Bursztyn traz um estudo sobre o Perímetro Irrigado de Sumé (PB) com uma análise profunda das ações do Estado em sua dupla dimensão "autoritário por omissão" e "autoritário ativo" na formulação das políticas públicas para Nordeste.

condição do setor/economia de "subsistência" no interior destas políticas. Os perímetros irrigadosforam concebidos no interior da política pública de irrigação, apresentando duas fases distintasno que diz respeito à composição social dos produtores e à ação do Estado.

Há divergências entre os pesquisadores quanto aos marcos temporais que dividem as fases históricas destes projetos. No entanto, a mudança na composição social dos produtores nas áreas de Perímetros Públicos de Irrigação e o redirecionamento da ação do Estado são os demarcadores destas fases.

A primeira fase compreende os 1970 a 1980 quando os perímetros, administrados pelo DNOCS, eram destinados, exclusivamente, às famílias camponesas, e a ação estatal foi caracterizada como intervencionista, paternalista e autoritária. Nesta fase os colonos/irrigantes não tinham autonomia para tomar as decisões sobre a produção, pois, sob a tutela do Estado, deveriam adotar os procedimentos empresariais impostos pelo DNOCS, contrariando a economia moral camponesa, especialmente em razão da significativa perda de decisão na gestão da produção.

Em relação a segunda fase dos perímetros, esta se estabeleceu na década de 1990, quando a cartilha neoliberal estabelece novos direcionamentos ao Estado no que tange à inserção na economia. A política para os perímetros irrigados concebe, como indispensável à produção agrícola nestas áreas, a presença crescente de empresas rurais, além de investir no propósito de transformação do colono em pequeno empresário. A "empresarização" desses projetos concorreu para significativas mudanças na composição social dos produtores, com uma série de desdobramentos, trazendo enormes desafios aos pequenos irrigantes/colonos.

A articulação e aprovação do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República estabeleceu, como uma das diretrizes da política agrícola, a valorização da irrigação privada já estimulada pelo Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas) e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (Profir)[374]. A pretensão era expandir a agricultura irrigada, incorporando cerca de um milhão de hectares em apenas quatro anos, requerendo, para este fim, a retomada das obras de engenharia. O aceleramento das obras de açudagem nos anos finais da década de 1980 não atendeu às expectativas do DNOCS quanto ao número de reservatórios, contudo a construção da barragem do Castanhão em tempo recorde constituiu uma grande vitória para o empresariado do setor agrícola, com a garantia hídrica para

[374] BRASIL. **Lei nº 7.486**. Câmara dos Deputados, Brasília, 6 de junho de 1986. Trata das diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. A **citada lei estabeleceu que a SUDENE seria responsável pela Política de Desenvolvimento do Nordeste, devendo, pois, elaborar um plano de desenvolvimento para a região.**

a agricultura irrigada, além de apensar outras obras de infraestrutura, como foi o caso do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas[375].

Na primeira fase dos perímetros irrigados, a seleção de irrigantes/colonos contemplava prioritariamente os agricultores pobres. Já a fase seguinte, incorporou mais três categorias: empresas, técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos. Outras mudanças importantes foram se impondo no decorrer do processo de redirecionamento da Política Nacional de Irrigação nos anos 1990, guardando relação com a crise econômica e com a adoção do pacote neoliberal, limitando a atuação do Estado e tornando, os perímetros públicos, territórios atrativos à irrigação privada, esta capitaneada por empresários do agronegócio, fato que resultou na expulsão de famílias de colonos/irrigantes desses projetos.

Os perímetros irrigados foram responsáveis pela expulsão de agricultores em dois momentos distintos: durante a instalação do projeto, com a desapropriação da área e a pouca capacidade de inclusão das famílias expropriadas; e, no segundo momento, com a o abandono dos colonos/irrigantes das áreas dos perímetros, face às difíceis condições de produção por parte dos pequenos irrigantes descapitalizados. Essas situações demarcam a queda do caráter social oficializado para estes projetos. Para Luiz Márcio Assunção e Ian Livingstone, "Em um dos mais antigos projetos de irrigação, o Morada Nova, [...] somente 4 a 5% dos agricultores desalojados foram depois aproveitados como irrigantes"[376]. Vejamos o que trazem outros pesquisadores a respeito da exclusão dos agricultores em perímetros irrigados. Na pesquisa de Washington Vieira, acerca do Perímetro Icó-Lima Campos, ante o descontentamento dos proprietários, o DNOCS apresentou a proposta seguinte:

> [...] após serem realizadas as obras de engenharia para a instalação das áreas de irrigação, os lotes seriam distribuídos aos filhos ou descendentes destes, com as melhorias implantadas, caso esses se comprometessem com a nova mentalidade oriunda da modernização a ser implantada e como tal com um novo modelo de arranjo produtivo, porém, isso nunca ocorreu, era uma estratégia para apaziguar os ânimos[377].

[375] Uma extensa área foi desapropriada, em 1991, para a construção do Castanhão, o maior açude público do Brasil, com capacidade de 6,7 bilhões de m³. O Decreto nº 98.983, de 23 de Fevereiro de 1990, estabeleceu no art. 1º: "Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, área de terra e respectivas benfeitorias, tituladas a diversos particulares, com aproximadamente 68.620,93 ha (sessenta e oito mil, seiscentos e vinte hectares e noventa e três centiares), abrangida pele bacia hidráulica e faixa seca do Açude Público CASTANHÃO, localizado nos Municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Jaguaretama e Jaguaribe, Estado do Ceará [...]".

[376] ASSUNÇÃO, Luiz Márcio Assunção; LIVINGSTONE, Ian. Desenvolvimento inadequado: construção de açudes e secas no sertão do Nordeste. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: 47(3), p.425-488, jul./set. 1993.

[377] VIEIRA, Washington Luiz Peixoto. **A Irrigação no Nordeste**: Uma abordagem histórica do Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco. 2015. Disponível em

Para concluir, François Molle apresenta alguns comentários acerca dos problemas dos perímetros irrigados, afirmando que:

> O pouco número de pessoas beneficiadas com relação ao número de famílias desenraizadas basta para comprovar a irrelevância de justificativas de ordem social na tentativa de assentar colonos. O funcionamento dos perímetros, em segundo lugar, apresentou um desempenho bastante medíocre, salvo algumas exceções, devido a vários fatores [...][378]

No relatório produzido pelo DNOCS, em 2006, temos uma interpretação acerca da constituição do caráter paternalista do órgão na relação com os irrigantes, como resultado dos diversos problemas relacionados à produção e aos outros obstáculos enfrentados pelas primeiras gerações de irrigantes. As leituras que se orientam por demarcadores puramente técnicos tende a pesar, sobre o pequeno irrigante, a responsabilidade do fracasso na produção irrigada, alimentada pelo estereótipo construído sobre o "agricultor tradicional" por questões de outra natureza.

> Os primeiros colonos assentados em perímetros irrigados eram na sua maioria antigos moradores ou pequenos proprietários dos estabelecimentos desapropriados. Apesar da grande experiência acumulada em quase 40 anos, alguns perímetros irrigados caracterizam-se pelas dificuldades de plena sustentação, não gerando renda suficiente para realizar investimentos na manutenção da infra-estrutura de canais e drenos, agravada pela problemática da inadimplência de alguns irrigantes, no pagamento da dívida de financiamento bancário, assumida para operação agrícola. A prática consagrou a necessidade de concessão de subsídios aos colonos no pagamento de energia elétrica consumida, fornecimento d'água sem cobrança de tarifa, os mais diversos insumos agrícolas, conservação e manutenção da infra-estrutura etc, cujas despesas, em escala crescente e indisciplinada, se revestiram de caráter paternalista. O resultado alcançado após intensa capacitação e, mesmo estando na terceira geração de irrigantes, salvo poucas exceções, ainda carece de subsídios na manutenção e operação do seu sistema de irrigação[379].

O modelo de agricultura para o perímetro irrigado fora previamente planejado e determinado pelo DNOCS aos colonos/irrigantes como dito antes. Esse modelo destoava das práticas agrícolas tradicionais não apenas quanto ao uso de tecnologias, como, recorrentemente, é apresentado para justificar as dificuldades ou inaptidão dos irrigantes. Havia o problema com

---

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14954/versao_final_pos_cataloga%C3%A7%C3%A3o_15_maio_2015.pdf. Acesso em: 17 de novembro de 2018. p. 113.

[378]MOLLE, François. **Marcos Históricos e Reflexões sobre a Açudagem e seu Aproveitamento**. Recife: SUDENE, DPG. PRN. HME, 1994, p. 156-157.

[379]DNOCS. **Relatório Anual de Gestão. 2005.** Fortaleza, 2006, p. 38. Disponível em: https://antigo.dnocs.gov.br/documentos/file/37-relatorio-anual-de-gestao-2005. Acesso em 23 de outubro de 2017.

a seleção de culturas mais rentáveis, redundando na exclusão daquelas que os irrigantes já estavam familiarizados e que exigiam menor investimento em capital e significavam segurança alimentar. No caso do Perímetro Irrigado Baixo-Açu, registrou-se a resistência de agricultores para dedicar-se, exclusivamente, à fruticultura, optando pelo plantio de feijão e milho, cuja produção não garantia a mesma lucratividade da banana, por exemplo.

O processo de implantação de um perímetro irrigado estava orientado por procedimentos que contemplavam o prévio estudo das potencialidades da região, a seleção dos projetos, a desapropriação/expropriação da área, a instalação da infraestrutura necessária ao seu funcionamento, o loteamento da área e seleção dos "colonos" ou "irrigantes". Essa nova denominação para os camponeses os quais adentravam nos perímetros públicos de irrigação implicava que esses sujeitos compunham uma nova categoria de produtores, orientada para um novo modelo de agricultura, que buscava estabelecer uma "diferenciação entre esta categoria e os produtores tradicionais" como afirmou Bursztyn. Para este autor a nomenclatura "torna-se um imperativo não só para a análise teórica, mas também para a prática cotidiana das relações sociais em nível local, da mesma forma que as expressões latifundiário, camponês, meeiro, morador etc. foram consagradas"[380].

O camponês que pleiteava um lote no perímetro irrigado deveria enfrentar um processo seletivo com critérios objetivos (idade, estado civil, número de filhos, experiência em atividades agropecuárias, escolaridade, sanidade física etc.) e subjetivos, sendo estes últimos aferidos após entrevistas com as assistentes sociais do DNOCS, cuja função se estendia para além do processo seletivo, com o acompanhamento sistemático das práticas cotidianas, visando a moldar novos comportamentos, impondo uma espécie de "relógio moral" no coração das famílias irrigantes.

A "sujeição" do camponês ao DNOCS, nos perímetros irrigados, foi discutida por diversos pesquisadores. Para Bursztyn[381], "O colono que é escolhido para ocupar um lote encontra, desde a sua chegada, as regras do jogo já estabelecidas. A ele cabe tão somente seguir o modelo de comportamento social, econômico e tecnológico formulado pelo DNOCS, ou então contentar-se com a exclusão do projeto".

Na primeira etapa histórica dos perímetros irrigados sob a administração do DNOCS, a seleção priorizava os agricultores pobres, que se ocupavam principalmente de culturas alimentares e tinham pouca ou nenhuma propriedade. A produção e vivência nestas áreas estavam sob uma lógica autoritária que subordinava os agricultores à observância rígida das

[380] BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008, p. 115.

[381] Ibid. p. 114.

regras relacionadas à produção, impondo-os a renunciar as práticas e costumes sociais que permeavam a vida comunitária.

Outras questões relevantes no tocante aos perímetros irrigados, diz respeito ao questionamento do seu caráter social. Vários estudos apresentam que o número de famílias expropriadas é maior do que o de famílias incorporadas às áreas dos projetos. Nessa perspectiva, é necessário refletir sobre suas limitações logo a partir do critério da inclusão. Há, também, a dimensão autoritária que nega a economia camponesa não por razões técnicas, mas para impor a lógica empresarial à produção e às relações de sociabilidade.

Outro aspecto a ser observado é o que diz respeito à manutenção das condições de sujeição do trabalhador em moldes diferenciados. Se antes era o proprietário rural que tomava a maior parte das decisões acerca da produção, esse papel agora caberia ao DNOCS. Esse órgão exerceu tamanha vigilância sobre os "irrigantes" que até mesmo o cotidiano desses sujeitos era acompanhado pelo órgão administrador.

A lógica empresarial que presidiu o projeto de modernização da agricultura foi a estabelecida como estratégica para aumentar a competitividade do setor agrícola brasileiro. O projeto de expansão da fronteira agrícola para os vales úmidos do semiárido, apresentado no I PND (1972-1974), considerava prioritário o incentivo à produção irrigada com a transformação da agricultura de "subsistência" em economia de mercado. O caráter "empresarial" se impõe, à fina força, nos perímetros irrigados, mas encontra obstáculos de ordem diversa.

Nessa conjuntura, as dificuldades encontradas pelo DNOCS, para a imposição da agricultura empresarial, eram explicadas com base em questões de natureza, exclusivamente, subjetiva, vinculada às motivações individuais ou à ausência de aptidão aos negócios etc., sem apontar problemas relacionados à falta de capital, ao crédito, à assistência técnica, ao apoio à comercialização. A dificuldade de permanência dos irrigantes dos perímetros relaciona-se a um conjunto de fatores de ordem econômica, social e política.

No estudo dos perímetros irrigados de São Gonçalo e Sumé, na Paraíba, Bursztyn[382] expõe um conjunto de elementos que interna e externamente está relacionado à organização da produção e à dinâmica desses projetos. Em torno da "mercadoria" colono, deveria ser elaborado um plano rigoroso para formação e controle de sua qualidade, de modo a evitar que estes pusessem em risco as metas previstas para a produção e a produtividade do Perímetro. Os camponeses são inseridos nos citados projetos de forma subordinada em várias perspectivas. O uso de diversos mecanismos de controle e disciplinamento ia da organização da produção à

[382] BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

vida familiar e às demais relações de sociabilidade (vizinhança, parentesco etc.), pois o agricultor que "é escolhido para ocupar um lote encontra, desde a sua chegada, as regras do jogo já estabelecidas. A ele cabe, tão somente, seguir o modelo de comportamento social, econômico e tecnológico formulado pelo DNOCS ou, então, contentar-se com a exclusão do projeto"[383].

Os projetos de irrigação que o DNOCS impunha aos agricultores continham metodologia e mecanismos autoritários, empregados desde a seleção dos irrigantes, passando pelas determinações do que e como produzir, controle moral e disciplina do comportamento do camponês. A formação dos "colonos" ou "irrigantes" supõe uma categoria social diferenciada e sua denominação "torna-se um imperativo não só para a análise teórica, mas também para a prática cotidiana das relações sociais em nível local, da mesma forma que as expressões latifundiário, camponês, meeiro, morador, etc. foram consagradas"[384].

Durante a elaboração do Dossiê Perímetros Irrigados, partilhamos uma rica experiência. Este reuniu vários pesquisadores, cujos trabalhos se debruçavam sobre territórios do Rio Grande do Norte e Ceará, abordando, especificamente, os perímetros irrigados implantados ouem fase de implantação nestes estados[385]. De modo geral, considerando a época em que foram implantados, encontramos as mesmas orientações e princípios ordenadores da produção, seja em relação às culturas selecionadas, ao pacote tecnológico obrigatoriamente adotado pelos colonos/irrigantes, até as determinações sobre a dinâmica do trabalho familiar e seu comportamento social.

Pós 1980, temos a segunda fase histórica dos perímetros, que apresenta um novo ator social nos perímetros irrigados do DNOCS: o empresário agrícola. Mapeando as condições de inserção e produção dos "pequenos produtores" – termo que substitui o "colono" ou "irrigante" da fase anterior, nós os localizamos disputando espaço com os empresários do agronegócio no interior dos perímetros. Essa nova situação desvelava graves adversidades, com aprofundamento da subordinação entre os pequenos produtores e os empresários, configurando, para os primeiros, a alternativa entre (re)existir de forma precária e com um mínimo de

[383] Ibid., p.114.

[384] Ibid., p.114-115.

[385] O Dossiê **Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo**: quatro décadas de violação de direitos no semiárido, foi articulado em 2013 a partir das discussões no Movimento 21 que reúne movimentos e organizações sociais e conta com a participação efetiva de pesquisadores vinculados a diversas instituições. Na apresentação de sua página na web, lê-se: "Constitui-se assim um grupo transdisciplinar de estudiosos com formação nos campos da geografia, saúde, direito, educação e história, motivado pelo compromisso com a função social da ciência e o papel da universidade pública em relação às classes e segmentos sociais vulnerabilizados, e disposto a construir novas práxis acadêmicas de produção de conhecimento em diálogo com outros saberes". Disponível em: https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/apresentacao/. Acesso em: 12 de maio de 2015.

autonomia no perímetro ou ingressar como trabalhador rural assalariado nas empresas do agronegócio. Como exemplo, há milhares de agricultores pobres, sem terras ou sem condições de produzir e, em muitos casos, expropriados das terras de trabalho no processo de modernização agrícola do Vale do Açu.

Durante pelo menos uma década, a política do DNOCS incorporou uma minúscula fração das famílias camponesas no semiárido pela via dos perímetros irrigados. Essa alteração em sua política não significa que o órgão tenha abandonado os projetos destinados a favorecer os grandes empresários rurais, mas, sobretudo, que o Estado apostava na "criação de uma mentalidade empresarial entre os pequenos produtores", conforme analisa Burstzyn[386]. Agindo em duas frentes, o Estado entrega os perímetros irrigados a cargo do DNOCS para promover a transformação da agricultura camponesa em agricultura empresarial, e o Vale do São Francisco à SUVALE, que incorporaria os empresários[387].

O controle e o disciplinamento destes novos produtores estavam alinhados ao propósito de transformar o camponês em empresário rural por meio de uma série de instrumentos e normas, que vão desde a adoção do pacote técnico, adaptação às regras estabelecidas pelo DNOCS, à orientação da produção e relações de sociabilidade referenciadas na lógica e exigência do mercado. Integrado de forma subordinada aos projetos de irrigação e vivenciando um profundo descompasso entre as novas práticas agrícolas impostas de cima para baixo e as tradicionais práticas, saberes e sociabilidades, o camponês e sua família estiveram sob constante vigilância e cerceamento, resultando em fortes tensões entre a "economia de mercado" e a "economia moral"[388].

Em 1981 a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)[389] produziu um documento discutindo aspectos da questão agrária no Brasil, no qual explicitava vários conflitos no campo e denunciava as políticas do Estado brasileiro. A entidade propôs, ainda, que a intervenção do Estado, notadamente na construção de obras públicas, considerasse como relevante a participação dos trabalhadores rurais no debate e na garantia de seus direitos sociais, ressaltando que "... todos que forem desalojados para a instalação de perímetros irrigados

---

386 BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

387 Ibid.

388 SOUSA, Elisângela Maria de Oliveira. **O "Novo Modelo de Irrigação" e os colonos de Morada Nova**: Política para qual público? Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará. 2005. Disponível em: http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/elisangela_maria_de_oliveira_souza[1].pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

389 CONTAG. **A Política Agrária do Governo e os Conflitos de Terra no Brasil.** Disponível em: www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documentos. Acesso em: 10 de abril de 2016.

devem ser os primeiros beneficiários desses projetos". Contrariamente ao que reivindicava a CONTAG, os camponeses desapropriados para fins de instalação de perímetros irrigados são os primeiros a serem sacrificados por estes.

As estatísticas do progresso eram continuamente apresentadas na imprensa, lançando uma cortina de fumaça sobre os prejuízos ambientais, econômicos, sociais e culturais que decorreriam da implantação do PBA, constando, inclusive, nos Estudos de Controle dos Impactos Ambientais produzidos pela Hidroservice, inúmeras recomendações com vistas à redução destes impactos. Anunciava-se que a renda per capita anual do trabalhador do Baixo-Açu passaria de Cr$ 1.200,00 para Cr$ 27.000,00 e que cada hectare produziria 10 vezes mais com a irrigação.

Dessa forma, sem problema para inflacionar as cifras e números do progresso, a República ostentou, em uma matéria intitulada "Barragem do Açu um projeto vital para o RN", que o projeto de irrigação iria beneficiar direta e indiretamente 72 mil pessoas: 2812 famílias de forma direta, geração de 9.420 empregos diretos e 1.400 indiretos. Nilson Patriota chegou a apresentar 4 mil famílias com lotes de 30 hectares como beneficiários do PBA, contabilizando um total de 120 mil hectares, dado incompatível com os números apresentados pela Serete[390].

No relatório apresentado pela Serete, lê-se que havia uma orientação para que o projeto de irrigação fosse constituído por lotes familiares, com área máxima irrigada de 15 ha. Essa determinação relacionada à distribuição de áreas, exclusivamente para agricultores familiares, correspondia a primeira fase a que aludimos anteriormente.

O jornal A República fazia uma ampla divulgação dos benefícios do PBA que, em tese, promoveria a reestruturação agrária da região e a consequente elevação da produção de alimentos com a agricultura irrigada. Tratando-se de um órgão de imprensa do Estado do RN, A República era abastecida de informações sobre o projeto, oriundas de diversos órgãos da administração pública estadual ou federal. Em uma destas reportagens, este jornal apresentou como seria o processo de reforma agrária promovido pelo Estado com o PBA e, com base nos dados da COMIRGA, noticiou a criação de 1.110 novas propriedades que seriam entregues aos trabalhadores rurais, onde seriam produzidas toneladas de alimentos para o consumo interno.

A matéria apresentava, ainda, que os técnicos da COMIRGA propunham "implantar um novo relacionamento com a natureza pródiga" com base na perspectiva do "ecodesenvolvimento"[391]. Ora, vejamos um pouco essa questão. A derrubada das carnaubeiras e os outros problemas ambientais causaram um grande impacto na opinião pública. O Brasil

[390] BARRAGEM do Açu um projeto vital para o RN. **A República**. Natal-RN. 01.ago.1978.
[391] VALE ou Não vale o Vale? A Barragem do século. **A República**. Natal-RN. 10.jun.1978.

participara da Conferência de Estocolmo (1972), e a questão ambiental ganhara fôlego, desse modo instrumentalizar um conceito caro aos ambientalistas foi uma estratégia para minimizar as animosidades ao projeto. Era óbvio que o projeto de modernização agrícola não adotaria os princípios do "ecodesenvolvimento", pois, ao contrário, corria na contramão deste.

As novas técnicas agrícolas deveriam ser adotadas pelos colonos/irrigantes. Havia a expectativa de que a produção e a produtividade do perímetro abasteceriam o mercado interno, e o projeto de colonização iria redistribuir a terra em um novo formato, pois, "Em vez de optar por uma reforma agrária nos moldes convencionais, o Estado toma para si as terras produtivas e as distribui com os trabalhadores, criando uma nova mentalidade para os produtores transformados em colonos"[392].

O debate sobre o processo de seleção dos colonos/irrigantes do PBA teve início concomitante às discussões em torno da construção da barragem, quando prevalecia a ideia de que os perímetros deveriam ser ocupados por agricultores pobres, especialmente os desalojados da área de implantação dos projetos. A Tribuna do Norte divulgou os critérios para a seleção de agricultores nas áreas de perímetros, definidos em portaria assinada pelo Ministro Rangel Reis em janeiro de 1978:

> a) ter a agropecuária como atividade exclusiva
> b) ter idoneidade comprovada
> c) ser chefe de família
> d) ter idade entre 19 e 60 anos
> e) ter condições físicas e mentais que o torne apto ao trabalho
> f) ter documentos de identificação
> g) estar quites com a fazenda pública se proprietário de terras[393]

Além dos critérios elencados acima, a portaria estabeleceu prioridade para os proprietários desapropriados, os que chefiassem as famílias mais numerosas, os que fossem alfabetizados, os que viviam na área expropriada e os que possuíssem habilidade técnica[394]. Os critérios apresentados pelo DNOCS, à época, foram alvos de críticas e questionamentos, pois estavam em desacordo com o perfil dos agricultores da região, em virtude, principalmente, da idade e nível de escolaridade. O apoio do Centro Açuense ao PBA, em Natal, foi acompanhado de restrições a esses critérios de seleção, pois, na visão de um de seus membros ilustres, o odontólogo Rubian Soares, "o rurícola em nosso país é um analfabeto"[395].

---

[392] VALE ou Não vale o Vale? A Guerra da Fome. **A República**. Natal-RN. 09.jun.1978.
[393] BAIXO-AÇU em debate. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 7.jun.1979.
[394] BAIXO-AÇU em debate. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 7.jun.1979.
[395] CENTRO Açuense favorável a construção da barragem. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 3.ago.1979.

Imagem 5 – Charge de crítica ao Projeto Baixo-Açu.

Fonte: Diário de Natal, 13/06/1979.

No jornal A República, encontramos várias reportagens com agudas críticas ao projeto de irrigação do DNOCS, questionando seus objetivos sociais e econômicos. Era perceptível a confusão que se fazia em torno de algumas questões, como, por exemplo, o tamanho do lote destinado ao colono. Havia matérias que apresentavam cinco hectares, outras traziam 15 a 20 hectares e matérias apontando até 30 hectares, sem especificar se estavam tratando do perímetro irrigado ou do projeto de colonização.

Em julho de 1977, Edgar Montenegro critica o aspecto antieconômico dos lotes de cinco hectares, considerando-os insuficientes. Já em 1978, um artigo de Nilson Patriota n'A República afirmou que famílias agriculturas receberiam lotes de 30 hectares para a exploração

de mais de 20 mil hectares. Em 1983, há apenas um mês da inauguração da barragem, uma matéria da Tribuna do Norte apresentou as seguintes informações sobre o PBA:

> Um total de 2.812 colonos será assentado no PBA em lotes agrícolas de 15 a 20 hectares. Cada colono terá uma casa, devendo ficar agrupadas em nove povoados distante 4 km no máximo de seus lotes. Em tais povoados que serão inteiramente novos, serão fornecidos diversos serviços para a produção e para a vida comunitária, o que possibilitará atingir as metas econômicas, sociais e financeiras do Projeto"[396] (grifo nosso).

Assim como circulava na imprensa e nas rodas de debates diferentes informações acerca do tamanho dos lotes, verificou-se algo de natureza similar em relação aos critérios de seleção dos colonos. Muitos agricultores que cultivavam a expectativa de ganhar um lote na área do perímetro ficaram apreensivos quanto ao critério de idade e à exigência de escolaridade, pois as notícias sobre o assunto eram discordantes. Os temores dos agricultores foram tematizados nas assembleias sindicais e reuniões dos prelados, pois era pouco significativa a fração de trabalhadores rurais alfabetizados.

Com todos os percalços, a construção da barragem seguiu em ritmo acelerado, sendo inaugurada em 20 de maio de 1983. Contudo, a instalação do projeto de irrigação não conseguia sair do discurso e o Projeto Irrigado Baixo-Açu (PIBA) demorou mais de uma década para ser implementado. Quais razões levaram o Estado a abandonar o Projeto de Irrigação contido no PBA? O que significou para os camponeses o abandono desta etapa, uma vez que, no relatório da Serete, o desempenho econômico do Projeto está associado ao seu ritmo de implantação, que deveria ocorrer sem "delongas sensíveis"? E, quando da implementação do Perímetro Irrigado nos anos 1990, que correspondência ele guarda com a proposta inicial?

Com a inauguração da barragem Armando Ribeiro Gonçalves em maio de 1983, o DNOCS recebeu cobranças constantes para implantar o Projeto de Irrigação, razão fundamental na edificação da obra. Na conferência "Repercussão do Projeto Baixo-Açu na economia do Rio grande do Norte", Osvaldo Pontes, diretor geral do DNOCS, foi instado pela professora Tereza Aranha a se manifestar acerca do projeto de irrigação para o Vale do Açu nos termos seguintes:

> [...] submeto ao doutor Osvaldo duas questões relativas ao "Projeto Baixo-Açu", ainda não esclarecidas e que são, realmente, de muito interesse para o Rio Grande do Nortee especificamente para o futuro do Projeto no momento atual, e que dizem respeito à área irrigável e os usuários do Projeto. Tendo em vista os aspectos sociais a serem

[396] EDGAR faz restrições ao PBA. **Diário de Natal**. Natal-RN. 28.jul.1977; PATRIOTA, Nilson. Barragem do Açu: um grande projeto. **A República**. Natal-RN. 9.dez.1978; DNOCS implanta campo de treinamento para colonos. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 6.abr.1983.

> respeitados na região, quais são as metas e procedimentos que o DNOCS pretende atingir e adotar na implantação do seu Projeto Baixo-Açu, com vistas aos usuários desse Projeto, agora que já conta com sua barragem?[397].

Sobre a presença de Osvaldo Pontes na UFRN, para discutir o PBA, O Poti informa que o Diretor do DNOCS "não trouxe nenhuma novidade e ainda tratou que não esperassem a curto prazo os resultados da irrigação"[398]. Ainda que o DNOCS houvesse afirmado, de modo recorrente, que a implantação do projeto de irrigação ocorreria concomitante à construção da Barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, logo após a conferência citada acima, a imprensa estampava as explicações do diretor-geral do órgão para o adiamento do projeto de irrigação, justificando que "tendo em vista a grandiosidade das duas obras, que exigiam recursos de grande monta, não puderam ser elas tocadas simultaneamente"[399].

Mesmo que a imprensa fosse ciosa em construir o PBA por meio do discurso de autoridades e representantes de órgãos públicos, alimentando a materialização do sonho de redenção do Vale do Açu através da moderna irrigação, não havia previsão concreta para a instalação do perímetro irrigado. Assim, a imprensa alardeava os cinco objetivos da irrigação no Vale do Açu: a) criação de novas oportunidades de emprego no meio rural; b) promoção social dos agricultores beneficiados; c) introdução de novas técnicas agrícolas e uso de insumos modernos; d) melhoria da oferta de produtos agrícolas no mercado estadual e outros mercados; e) oportunizar a instalação de agroindústrias.

Noticiava-se, diariamente, que o projeto de irrigação do Vale do Açu iniciaria sua primeira etapa da irrigação em 1981, situada à margem direita do rio, no município de Ipanguaçu, numa área de 6.762 hectares. Durante a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, aos camponeses desapropriados e expropriados, chegava, por todos os meios, a promessa de assentamento na área do perímetro de irrigação que seria instalado na região. Por ocasião da seleção dos primeiros irrigantes, verificou-se a exclusão dos agricultores expropriados e o aumento da dívida social do PBA, pois a promessa de assentamento era letra morta, e tudo não passava de miragem no vale da promissão.

Em outras paragens, para os ouvidos de quem não conhecia a realidade dos agricultores do Vale do Açu no início dos anos 1980, o DNOCS havia construído uma verdadeira Canaã e

---

[397] ARANHA, Tereza. **Repercussão do Projeto Baixo-Açu na economia do Rio Grande do Norte** (mimeo.) Conferência de mesmo título, cujo conferencista era o diretor-geral do DNOCS – Osvaldo Pontes, em comemoração do Jubileu de Prata da UFRN, no dia 21 de junho de 1983. Arquivo: Tereza Aranha - Nut-Seca, UFRN.

[398] FICOU na mesma. **O Poti.** Natal-RN. 26.jun.1983.

[399] BAIXO-Açu irrigado é um projeto do DNOCS. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 22.jun.1983.

todos, sem exceção, teriam seus interesses e necessidades resguardados pelo Estado. Foi neste sentido que o Ministro do Interior Mário Andreazza apresentou o projeto de irrigação do Açu, durante a entrega de títulos de propriedades aos colonos do Perímetro Irrigado de Morada Nova (CE) em 25 de janeiro de 1980. Destacando a importância do Projeto Sertanejo, do Polo Nordeste e do programa de irrigação, enfatizou:

> Podemos assim afiançar que em qualquer área a ser utilizada para um projeto de irrigação será assegurado, previamente, o atendimento de toda a comunidade que nela habita. Aos lavradores que não tiverem condições para se tornar irrigantes ou que não forem aproveitados pelas limitações físicas do projeto, serão oferecidas outras oportunidades de continuarem suas atividades agrícolas em áreas mais próximas, em melhores condições. O projeto de irrigação do Açu, que acabo de visitar, é um exemplo dessa inabalável diretriz.[400].

O ministro Andreazza estivera no Vale do Açu em 24 de janeiro de 1980 em visita ao canteiro de obras da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e não ao projeto de irrigação do Açu, pelo simples fato de sua inexistência, pois apenas a construção da barragem seguia a pleno vapor. O ano de 1980 foi extremamente difícil para a população do município de São Rafael, que, ainda, não estava atônita quanto ao seu destino. A cidade iria desparecer e a nova cidade seria construída onde e quando? E para onde iriam os que não teriam mais lugar na velha São Rafael?

Para as perguntas apresentadas acima, o DNOCS não tinha resposta, e a ênfase no perímetro irrigado deslocava a atenção para temas que soavam relacionados aos interesses sociais e ao desenvolvimento econômico da região: distribuição de terras, aumento da produção, produtividade e diversificação da produção agrícola, instalação de agroindústrias, geração de empregos, aumento da renda, fim do êxodo rural etc. Apresentar a barragem era o inverso da miragem. Quando não havia como fugir do encontro com o tema da barragem, as respostas, invariavelmente, recorriam à necessidade:

> [...] veja-se a fabulosa quantidade de água que será necessário ter armazenada para atender a demanda de irrigação. Para armazenar tamanho volume de água é necessário um enorme reservatório e para se ter esse reservatório é necessário construir uma barragem. Portanto sem barragem não há reservatório, sem reservatório não há água e sem água não há irrigação[401].

---

[400] Integra do Discurso de Mario David Andreazza em 25 de janeiro de 1980. Arquivos: NUT-SECA/UFRN. De acordo com a Tribuna do Norte, foram entregues 1.302 títulos definitivos de propriedades aos irrigantes de 21 projetos instalados em 06 (seis) Estados do Nordeste. Cf.: ANDREAZZA cita o Baixo-Açu na reunião de Morada Nova. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 26.jan.1980.

[401] BRASIL: MINTER, DNOCS. Alguns aspectos sociais relevantes no Projeto Baixo-Açu. Fortaleza:1982. Arquivo Teresa Aranha. Nut-Seca/UFRN.

A estiagem de 1979 a 1983 forneceu os elementos imprescindíveis ao discurso da necessidade hídrica, e o DNOCS carecia da reelaboração do discurso e do apoio das oligarquias para o (des)enrolar da primeira etapa do PBA – a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Neste período, a problemática das secas, as políticas públicas para o campo e a situação dos trabalhadores rurais foram temas do Encontro Interestadual dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Nordeste, ocorrido em julho de 1981 em Fortaleza. As organizações presentes no evento apresentaram uma análise crítica do Plano de Emergência, manifestaram oposição à construção de obras públicas e à política de irrigação, apresentando as reivindicações dos trabalhadores rurais para cada um destes setores. Na análise do movimento sindical, o DNOCS e a CODEVASF, órgãos responsáveis pela organização e implantação dos projetos de irrigação:

> [...] tem adotado uma tecnologia altamente sofisticada, de alto custo muito acima dos padrões internacionais, restritiva à grande maioria dos trabalhadores Rurais. [...] os atuais projetos de irrigação têm destruído empregos de trabalhadores rurais emnúmero muito maior do que tem criado. Além disso, critérios de seleção dos trabalhadores para os projetos são inteiramente alheios à realidade e as necessidades dos trabalhadores rurais. Cria-se uma "cooperativa" na área do Projeto, que de Cooperativa só tem o nome, cuja gestão os colonos não têm participação efetiva. Os colonos são brutalmente explorados, pois a maior parte da renda de sua produção é absorvida pela Cooperativa, através da imposição de taxas e absoluto controle dos processos de comercialização. Em muitos casos o colono fica subordinado a contratos de comercialização realizados entre a Cooperativa e agro-indústrias locais, a preços abaixo aos do mercado[402].

Como o Perímetro Irrigado Baixo-Açu se instalará a mais de uma década após esse encontro, é importante sublinharmos que os entraves aos pequenos irrigantes, apontados pelas organizações sindicais em 1981, persistiram nos projetos subsequentes. Adiante retomaremosa discussão acerca desta temática, visto que, associados a outros problemas, foram impeditivos sérios aos pequenos produtores nos perímetros irrigados.

No início dos anos 1980, as autoridades governamentais e representantes de órgãos públicos continuaram enfatizando, em seus discursos, o Projeto de Irrigação do Baixo-Açu, embora apenas as obras da barragem seguissem velozmente. A instalação do projeto de irrigação era fulcral ao PBA, a razão principal, embora não exclusiva, para a construção do

[402] CONTAG. **Relatório. Encontro Interestadual Sobre a Problemática da Seca.** Fortaleza: Ceará. 27 a 30 de junho de 1981. Arquivo: NUT-SECA –UFRN, p. 3. No referido encontro, além da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), estavam presentes: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte.

maior açude público do Nordeste à época. A supressão temporária do perímetro guarda relação com, pelo menos, dois importantes fatores: a crise econômica e os conflitos na área a ser desapropriada. Em maio de 1980, o presidente do BNDE assinou protocolo como o DNOCS no valor de Cr$ 4 bilhões e 304 milhões, sendo que, deste montante, Cr$ 2 bilhões e 592 milhões deveriam ser destinados ao Projeto de Irrigação do Vale do Açu"[403].

O novo financiamento iria acelerar a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o fixo mais importante do PBA para os empresários. Uma vez construída a barragem, os interesses do capital já estavam quase plenamente garantidos, pois um mercado dinâmico e rentável de terras seria constituído na região, com a garantia da oferta hídrica para os projetos de irrigação. Recorrentemente, a instalação do perímetro público irrigado na área dos tabuleiros era tema levantado pelos grandes proprietários locais.

Um mês antes da inauguração da barragem, o DNOCS instalou um campo experimental, uma escola técnica para treinamento dos futuros "colonos" no município de Ipanguaçu.[404] Dentre os temas para a instrução técnica dos colonos, figurava o uso racional da água, insumos, técnicas de irrigação e cooperativismo, de modo que os futuros produtores abandonassem "os modos antiquados de cultivo e produção"[405] e pudessem obter uma renda, a qual, nas circunstâncias da época, só era alcançada por proprietários de, pelo menos, 500 hectares. Era o que o DNOCS apresentava como futuro na terra da promissão que havia se tornado o Vale do Açu.

> Um total de 2.812 colonos será assentado no PBA em lotes agrícolas de 15 a 20 hectares. Cada colono terá uma casa, devendo ficar agrupadas em nove povoados distante 4 km no máximo de seus lotes. Em tais povoados que serão inteiramente novos, serão fornecidos diversos serviços para a produção e para a vida comunitária, o que possibilitará atingir as metas econômicas, sociais e financeiras do Projeto[406].

Com isso, os empresários não tardaram a entrar em campo para abocanhar as terras férteis do Vale do Açu, agora sobrevalorizadas com a construção da barragem. A especulação, na região, assumiu enormes proporções e envolveu nomes que figuravam no mais alto escalão das elites políticas norte-rio-grandense, trazendo, para o centro das denúncias, o ex-governador

---

[403] BNDE assina protocolo para irrigação do Vale. **Diário de Natal**. Natal-RN. 30.mai.1980.

[404] Esse campo experimental ocupava uma área de 134,4 hectares e era denominado Base Física para o Projeto de Irrigação Baixo-Açu. Sua estrutura comportava uma casa de vegetação (seleção de semente), uma estação de meteorologia, 12 poços profundos e 4 rasos, canais de irrigação, escola, refeitório, casa para técnicos e colonos e uma capela. Cf.: DNOCS implanta campo de treinamento para colonos. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 6.abr.1983.

[405] DNOCS implanta campo de treinamento para colonos. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 6.abril.1983.

[406] Ibid.

Tarcísio Maia, que havia se esforçado, durante seu mandato, para que o PBA fosse viabilizado[407].

O ex-governador Tarcísio Maia, pai do então governador José Agripino Maia do PDS (1983-1986), foi acusado de comprar, na área do Projeto Baixo-Açu, por 35 milhões de cruzeiros, 200 hectares ao ex-prefeito de Mossoró Paulo Fernandes[408]. Na relação dos especuladores, constavam políticos que ocupavam cargos em nível municipal e estadual bem como empresas interessadas na aquisição de largas extensões de terras, como foi o caso da algodoeira São Miguel, multinacional de capital inglês:

> Feita a barragem, os pequenos proprietários estão sendo pressionados a entregar suas terras nas redondezas por preço vil em favor dos grandes de fora que lá começam a chegar. Consequência: em torno da barragem algumas léguas não vão ficar um só açuense proprietário. E numa segunda etapa – anotem – também: não ficará um só norte-rio-grandense, salvo aqueles que já – que ironia hein – plantam melão [...][409]

Três meses após a inauguração da barragem a farsa já caíra por terra. Não haveria projeto de reforma agrária. Não haveria perímetro irrigado para beneficiar milhares de famílias. Quase 92 mil hectares, que seriam desapropriados para instalação de projeto de colonização e reforma agrária, foram, de forma sub-reptícia, retirados do projeto para atender interesses dos grandes proprietários rurais. O fato era uma demonstração clara do que seria o PBA: um projeto custeado pelo Estado para oferecer segurança hídrica aos empresários rurais bem como às multinacionais do setor agroindustrial, atraídas pela possibilidade de vultosos lucros com a compra de terras na região, fosse para especulação ou implantação das empresas rurais.

As denúncias mais significativas das formas como a elite se apropriava do PBA para benefício próprio foram levantadas no interior de frações dessas mesmas elites que, não conseguindo acomodar os interesses de todos os seus membros, eram denunciadas pelos próprios correligionários.[410] Cartografando vários atores sociais envolvidos nos debates, embates e ações em torno do PBA, encontramos frestas nas quais foi possível entrever alguns indícios que explicam, em maior ou menor grau, os choques de interesses e, nessa vaga, localizar o emaranhado das tramas que nos permitiram compreender as suas táticas e políticas.

---

[407] O mandato do governador Tarcísio Maia da ARENA (1975-1979) coincide exatamente com a assinatura do Decreto de desapropriação para instalação do PBA, caracterizado por um período de completo silêncio em torno do projeto. O então governador Tarcísio Maia canalizava grandes esforços para a consecução do PBA, realizando inúmeras viagens em visita ao Ministério do Interior e autoridades vinculadas ao DNOCS.

[408] TARCÍSIO especula com terra no Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 18.ago.1983.

[409] E O MAIS GRAVE. **Tribuna do Norte.** Natal-RN. 27.jul.1983.

[410] Tal foi o caso do Deputado Nélson Queiroz que denunciou a especulação, responsabilizando o governo do qual fazia parte. Cf.: NÉLSON insiste na denúncia de escravidão do Vale. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 19.ago.1983.

Não sendo suicidas, os confrontos alargavam-se até onde fossem possíveis as negociações, respeitando os limites de sobrevivência, manutenção ou alternância dos grupos no poder.

Seguindo essa lógica, podemos entender o porquê de o deputado Nélson Queiroz ter refutado a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os desvirtuamentos do projeto, proposta pelo deputado Patrício Júnior, apesar de demonstrar indignação com a especulação de terras na área do PBA. Nélson Queiroz defendeu, ainda, que o projeto de irrigação fosse tutelado como "irreversível", de igual modo como ocorreu com a construção da barragem. Além do mais, criticou o governo federal por gastar grandes somas de recursos para "beneficiar quem é poderoso e as multinacionais", acrescentando, também, que os ingleses da algodoeira São Miguel "estão comprando terras entre o asfalto e o Rio Açu que é o verdadeiro filé. Vi a forma como eles estão implantando a monocultura do algodão em terra que serviriam para produzir alimentos"[411].

Destarte, a desapropriação de 22 mil hectares para estabelecimento do perímetroirrigado voltou eventualmente à imprensa. No jornal O Poti, edição de maio de 1974 (27/05/1984), com o título *Pobre perde na barragem*, reeditava-se a rejeição dos grandes proprietários à desapropriação proposta pelo DNOCS, tendo, como porta voz, o prefeito de Assú, Ronaldo da Fonseca Soares que, de acordo com a matéria, posicionava-se contra a desapropriação, justificando que 90% dos proprietários da área eram minifundistas, de modo que, seguindo o raciocínio do prefeito, esses pequenos proprietários seriam os mais atingidos pela desapropriação[412].

Para compreender a questão posta pelo prefeito, analisamos o censo agrícola de 1970 e, tomando como referência o módulo fiscal[413], realizamos um estudo das propriedades rurais nos municípios diretamente afetados e os que se situavam na área de influência do PBA. Recortamos dois destes municípios para discutirmos o perfil agrário da região e verificarmos a pertinência dos argumentos apresentados pelos que se opunham a desapropriação:

---

[411]QUEIROZ continua com denúncias do fracasso da Armando Ribeiro Gonçalves. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 16.set.1983.

[412] POBRE perde na Barragem. **O Poti**. Natal-RN. 27.mai.1984.

[413] A Lei 8.629, 25/02/1993, estabeleceu a seguinte classificação para as propriedades: minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade. O critério para a classificação tem como base o número de módulos fiscais. O módulo fiscal é variável, mas o número de módulos fiscais para a classificação da propriedade ficou assim definidos: a) Minifúndio: imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal; b) Pequena Propriedade: imóvel com área entre 1 e 4 módulos fiscais; Média Propriedade: imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais; Grande Propriedade**:** imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais. Cf. http://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html. Acesso em: 15/08/2016. O módulo rural para o município de Assú e Ipanguaçu corresponde a 55 hectares.

Tabela 3 - Grupo de áreas das propriedades rurais dos municípios de Assú e Ipanguaçu.

ÁREAS	ASSÚ 1.324 ESTABELECIMENTOS 150.537 HECTARES.	IPANGUAÇU 873 ESTABELECIMENTOS 58.930 HECTARES
Menos de 1 ha.	22 E/ 18 ha.	115 E /18 ha.
1 a - 2 ha.	76 E /124 ha.	65 E /89 ha.
2 a -5 ha.	208 E/704 ha.	135 E/436 ha.
5 a -10 ha.	217 E/1.552 ha.	114 E/ 834 ha.
10 a -20 ha.	253 E/ 3.715 ha.	109 E/ 1.582 ha.
20 a -50 ha.	243 E / 7.646 ha.	149 E/4.599 ha.
50 a -100 ha.	140 E/9.969 ha.	75 E/5.193 ha.
100 a -200 ha.	80 E/ 11.067 ha.	63 E/8.415 ha.
200 a -500 ha.	50 E/15.591 ha.	38 E/10.696 ha.
500 a -1000 ha.	16 E/ 10.184 ha.	9 E/5.905 ha.
1000 a -2000 ha.	5 E/ 7.485 ha.	...
2000 a -5000 ha.	12 E/ 40.738 ha.	...
5000 a -10.000 ha.	1 E/ 6.957 ha.	...
10.000 a -100 mil ha.	1E/34.787	1 E/ 21.163 ha.
+ 100.000	...	...

*E = Estabelecimentos.
*ha. = Hectares.
Fonte: Censo Agropecuário de 1970.

Assim sendo, escolhemos, aqui, os municípios de Assú e Ipanguaçu devido às fortes contestações dos proprietários destes dois municípios à desapropriação de terras para o Projeto de Irrigação do Baixo-Açu em áreas a jusante da grande barragem. Apresentamos, acima, a mesma classificação dos grupos de áreas adotadas no Censo Agropecuário para compreendermos a situação em que se encontrava a estrutura agrária da região, com a pulverização de minifúndios ao lado de extensas propriedades rurais. Nos dois extremos, encontramos, em Assú, 22 estabelecimentos com menos de 1 hectare e 1 estabelecimento com 6.957 hectares. Em Ipanguaçu havia 115 estabelecimentos com menos de um hectare e um único estabelecimento com 21.163 hectares.

O Censo Agropecuário de 1970 optou pela categoria estabelecimentos, definindo 15 grupos de áreas. Na organização dos estabelecimentos, dois grupos de áreas – o primeiro com "20 a menos de 50 hectares" e o segundo com "50 a menos de 100 hectares" – foram recortados com um número menor de hectares que o estabelecido para o módulo fiscal. Desse modo, analisamos os estabelecimentos, utilizando 50 hectares como parâmetro, visto que este número se aproxima do módulo fiscal (55 hectares) estabelecido para os municípios avaliados.

Seguindo essa diretriz, tínhamos a seguinte caracterização dos estabelecimentos rurais nestes dois municípios, nos anos 1970:

Tabela 4 – Caracterização de estabelecimentos rurais nos municípios do Vale do Açu.

Classificação	Assú				Ipanguaçu			
	Est.	%	ha.	%	Est.	%	ha.	%
Minifúndios	1.019	76,9	13.759	9,13	687	78,6	7.558	12,82
Pequenas propriedades	220	16,6	21.036	13,97	138	15,8	13.608	23,09
Médias propriedades	66	4,9	25.775	17,12	47	5,3	16.601	28,17
Grandes propriedades	19	1,4	89.967	59,76	01	0,1	21.163	35,91

Fonte: Censo Agropecuário de 1970/IBGE. Elaboração da autora.

Como podemos ver, o número de estabelecimentos considerados minifúndios representam quase 80% em Assú e Ipanguaçu. As grandes propriedades abocanhavam, na primeira, quase 60% da área e, na segunda, mesmo que incorporasse 35,91% da área, número menor que Assú, tratava-se de, apenas, 1 (hum) estabelecimento. Se considerarmos que a demarcação de grande propriedade é o imóvel com mais de 15 módulos fiscais – que nestes municípios corresponde a 750 hectares – temos o total de 384 módulos fiscais, ou seja, 369 módulos acima do estabelecido para caracterizar grande propriedade.

Se Manuel Correia de Andrade ficou estupefato na década de 1960, quando visitou o Vale do Açu, e encontrou a Fazenda Itú com 12 mil hectares, como ficaria ao ver que, na década seguinte, havia aumentado a concentração agrária, ao lado de uma miríade de minifúndios que estrangulava as possibilidades reais desenvolvimento para o rural no Baixo-Açu? Observando a cartografia rural do Baixo-Açu, compreendemos a forte oposição dos grandes proprietários rurais à proposta de desapropriação de terras para instalação de projetos de irrigação ou colonização. Nos discursos as estatísticas eram utilizadas para favorecer os grandes proprietários, desde que o interlocutor desconhecesse a realidade do Vale do Açu[414].

Nesse âmbito, os grandes proprietários rurais ocupavam aparelhos do Estado e cargos políticos nas administrações locais, assembleias legislativas e congresso nacional. Ronaldo

[414] A fazenda Itú com 12 mil hectares, que causou admiração a Manuel Correia de Andrade nos anos 1960, em suas andanças pelo Vale do Açu, pertencia ao Major Montenegro. No I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu, ocorrido em janeiro de 1977, encontramos o registro de presença do senhor Manoel de Melo Montenegro "[...] o maior dono de terras do Baixo-Açu – 24 mil hectares [...]" Cf.: RIO GRANDE DO NORTE: Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social: **Relatório do I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu.** Série Documentos. Vol. 1, p. 22.

Soares, que se opusera à desapropriação das terras para a irrigação e, à época, era prefeito de Assú, tinha fortes laços com a família Montenegro, grande proprietária no Vale do Açu e poderoso clã político que ocupava a arena do poder. Decerto, havia também o temor dos pequenos proprietários com os processos desapropriatórios, seja porque muitos não dispunham de toda a documentação exigida pelo DNOCS, seja pelo assombro dos parcos valores.

Outro motivo para tensão foi o temor em não receber um só centavo e não ser incorporado ao projeto público de irrigação. Os minifundistas estavam em situação ainda mais vulnerável, haja vista que, além das dificuldades legais para comprovar a posse, ficavam temerosos com a exclusão do Projeto de Irrigação, cientes de que o valor da indenização de tão poucos bens não possibilitava condições para aquisição de uma nova gleba.

Mais um fato que levantava sérios questionamentos era os critérios para seleção dos irrigantes, postos em pauta nas primeiras discussões públicas sobre o PBA. O DNOCS apresentou que a prioridade seria para os proprietários desapropriados, os meeiros, arrendatários ou moradores que já estavam alocados na área do projeto de irrigação, desde que tivesse menos de 60 anos e reconhecida "idoneidade moral"[415]. Nos debates oficiais, na imprensa e nos documentos do governo, o projeto de irrigação era promessa de redenção sob ângulos diversos: o agricultor e sua família, transformados em colonos/irrigantes iriam construir "pequenas empresas agrícolas familiares", assim, substituindo as "velhas práticas agrícolas", a produção orientada por "novas tecnologias" traria maior produtividade e a região seria um grande celeiro do Nordeste.

Ao observar as diretrizes de anteriores projetos de irrigação, a Serete elaborou uma análise técnica e apresentou considerações sobre os cuidados com o processo de seleção dos irrigantes, tendo em vista que os níveis de escolaridade da população rural eram preocupantes, demandando a criação de uma comissão permanente de seleção, que "deveria funcionar durante vários anos de forma ininterrupta". Ora, mas por que uma comissão de seleção que, a princípio, pode ser entendida como provisória, deveria permanecer em atividade durante anos?

Nesse sentido, a Serete apresentou as dificuldades dos irrigantes em lidar com as novas técnicas agrícolas para a irrigação, orientando que estes produtores deveriam receber assistência técnica para atingir ou ultrapassar os níveis de produtividade previstos no estudo e, caso contrário, "deverão abandonar os lotes para serem substituídos"[416]. Desse modo, projetando a não adaptação ou o fracasso dos irrigantes por razões que iam desde os "maus comportamentos"

[415] VALE do Açu começa a debater sua irrigação. **Diário de Natal**. Natal-RN. 18.jan.1977.
[416] DNOCS: **Projeto Baixo-Açu:** Estudo de Viabilidade Técnica-Econômica. Ministério do Interior. Serete, 1974, p.8.

até a ausência de competência técnica e gerencial, a Serete apontou a necessidade da permanência da comissão de seleção para operar no interior do projeto de irrigação.

Com o passar do tempo, a proposta de assentar as famílias agricultoras em 22 mil hectares de área irrigada desaparecia dos debates, da imprensa e dos discursos inflamados, que, outrora, justificaram a construção da grande barragem. Em razão dos "silêncios" e engavetamento da proposta, os sindicatos de trabalhadores rurais da região do Vale do Açu mobilizaram-se junto à FETARN para promover a reivindicação do projeto de irrigação, denunciando que "Desde que a barragem foi inaugurada não se tem conhecimento de um palmo de terra tenha sido irrigado dentro do projeto do Departamento Nacional de obras contra as secas"[417].

O Projeto de Irrigação do Baixo-Açu iniciou sua operação em 1994[418], quando os órgãos governamentais haviam redirecionado a matriz ordenadora dos perímetros irrigados, abrigando lotes empresariais e criando uma dinâmica que gerava mais obstáculos à produção dos pequenos irrigantes, principalmente pela ausência de capitais e dificuldades em acessar o mercado. Vejamos como decorreu o processo inicial de instalação e funcionamento do PIBA na análise de Nunes, Ortega e Godeiro:

> No início do projeto, entre os anos de 1994 e 1995, em pleno período eleitoral e sem ter concluído totalmente a Primeira Etapa do Projeto de Irrigação, o Estado orientou, através da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e do Banco do Nordeste, os 75 irrigantes selecionados para que direcionassem a produção para culturas como algodão, milho e feijão. Para isso, os agricultores receberiam como contrapartida do Estado a isenção do pagamento das tarifas referente ao consumo da água e da energia. Quando da entrada do novo governo em 1995, este, um adversário do anterior, desconsiderou a política do seu antecessor e autorizou as companhias de energia e de água a cobrar as tarifas, inclusive os valores atrasados. Com isso, os 75 irrigantes selecionados inicialmente se depararam com uma situação de inviabilidade e, não conseguindo saldar as dívidas contraídas, 73 abandonaram o Projeto, ficando apenas dois deles. A partir deste acontecimento, o Projeto é quase extinto[419].

Na seleção dos 75 irrigantes iniciais, o PIBA utilizou a categoria "microempresários" para nomear os pequenos irrigantes. Nos demais perímetros era usual o termo "colonos" ou simplesmente "irrigantes" e, para Nunes, Ortega e Godeiro, a denominação "microempresários"

---

[417] POVO vai às ruas exigir projeto do Assú. **Diário de Natal**. Matal-RN. 18.jun.1985.

[418] O Perímetro Irrigado Baixo-Açu, oficialmente denominado Perímetro Irrigado Osvaldo Amorim, está localizado a margem direita do rio Piranhas-Açu, entre os municípios de Ipanguaçu, Afonso Bezerra e Alto do Rodrigues com uma área de 5.549,90 hectares.

[419] NUNES, Emanuel; ORTEGA, Antonio; GODEIRO, Kalliane. Desenvolvimento Rural em Áreas de Intervenção Estatal do Nordeste: o caso do projeto de irrigação Baixo-Açu. ***Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007, p.454.*

corresponderia a "agricultores familiares". O Projeto de Irrigação do Baixo-Açu define como na categoria social, e o documento da Serete, que trata do projeto de irrigação para o Baixo-Açu discute que "o irrigante será um pequeno empresário rural, devendo dedicar parte do seu tempo a tarefas de ordem administrativa"[420]. Acerca do primeiro processo de seleção, Edmilson José dos Santos[421], ex-irrigante do PIBA, apresentou-nos uma narrativa:

> O critério, você tinha de fazer um projeto, você inventava, ninguém sabia nem o que danado era aquilo, um empreendedor individual. Tinha que fazer uma microempresa. Fazia uma microempresa era a seleção para o Projeto Piloto. Teria que fazer a microempresa, para depois fazer o projeto e você ser selecionado. Você pagava por esse projeto prá apresentar o seu projeto [...] E todo mundo colocou teve que fazer e na outra parte da seleção que é lá na mais frente, aí tinha os agricultores familiares, mas nessa primeira que era os 75 foi obrigado a fazer uma microempresa. Que a gente não sabia naquela época, naquela época não era tão divulgado como hoje o que era uma microempresa. [...] você fazia um negócio e não sabia nem o que diabo era[422].

A categoria "microempresário" não fora construída apenas discursivamente, mas pretendia definir o caráter dos novos irrigantes, fato que assinala a atipicidade do PIBA, pois, em nenhum outro perímetro anterior, encontramos o critério supra. A categoria "microempresários" precisa ser avaliada com maior acuidade para entender a intencionalidade e os objetivos a serem alcançados com essa proposição. Entre os primeiros irrigantes do PIBA, circula a interpretação de que a imposição de abrir uma microempresa era "coisa de burocracia mesmo, coisa de gente que não conhece a realidade do campo"[423], no entanto, se observarmos que o PIBA foi implantado no contexto de empresarização desses projetos, a exigência da constituição de uma microempresa era um critério para delinear o perfil dos pequenos irrigantes, filtrando para o projeto os que fossem considerados capacitados.

O processo de empresarização dos perímetros irrigados foi largamente discutido por Carvalho, que, ao explicitar a Política Nacional de Irrigação e os órgãos responsáveis por sua implementação e gestão administrativa, tratou da composição social dos perímetros e das transformações que se operam a partir da década de 1980, quando os empresários vão ocupando maior espaço que os pequenos agricultores nestas áreas de irrigação pública. Comparando a

---

[420] DNOCS. **Relatório de Viabilidade Técnico-Econômica do Projeto Baixo-açu**. Brasília, 1974, p.45.

[421] SANTOS, Edmilson José dos. Entrevista concedida em 16 de dezembro de 2019. Assú-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos. Edmilson José dos Santos foi um dos 75 irrigantes que compunha a categoria "microempresários" selecionados em 1995 para o Perímetro de Irrigação do Baixo-Açu (Perímetro Osvaldo Amorim). Atualmente é funcionário da EMATER no município de Assú/RN.

[422].Ibid. Os primeiros irrigantes selecionados para o PIBA receberam poucos cursos de capacitação, de acordo com a afirmação de Edmilson José dos Santos. Somente a partir dos anos 2000, como fruto das reivindicações dos irrigantes, é que os cursos foram intensificados, sob a responsabilidade do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

[423] SANTOS, Edmilson José dos. Entrevista concedida em 16 de dezembro de 2019. Assú-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

presença de empresários e pequenos agricultores nos perímetros irrigados administrados pela CODEVASF e DNOCS, o autor salienta que:

> Nos perímetros administrados por essas duas instituições, a irrigação é efetuada pelas seguintes categorias de produtores: os colonos ou pequenos irrigantes, os pequenos e médios empresários e os empresários agroindustriais. No caso do DNOCS, entretanto, os projetos são explorados praticamente por colonos, pois a utilização de empresas nos perímetros por ele administrados ainda está restrita as terras do Projeto Baixo-Açu, no Rio Grande· do Norte, iniciada com a conclusão da barragem Armando Ribeiro Gonçalves[424]. (Grifo Nosso)

Como dito anteriormente, até a década de 1980, em áreas de perímetros irrigados estabelecia-se a distribuição dos lotes exclusivamente com agricultores de pequeno porte, muitas vezes sem terra, denominados "pequenos produtores", "colonos" ou "irrigantes". É relevante detalhar a caracterização média dos lotes e sua abrangência total por categoria para conhecermos a estrutura agrária do PIBA.

Nesse sentido, vejamos como foi definido o tamanho dos lotes no PIBA: 8,52 hectares para pequenos irrigantes, ocupando uma área total de 1.330,08 hectares; para os técnicos agrícolas, os lotes são de 10,20 hectares, incorporando 81,60 hectares; os engenheiros agrônomos ficaram com lotes de 16,32 hectares, totalizando 130,56 hectares; os lotes de empresários apresentam uma área de 145,02 hectares, abrangendo um total de 3.625,70hectares, correspondendo a 70% da área total do Perímetro Irrigado Baixo-Açu.

Como a implantação do PIBA, ocorreu no início da década de 1990, quando seefetuaram mudanças na legislação, possibilitando aos empresários uma apropriação cada vez maior dos projetos públicos de irrigação. Nos perímetros ocorre uma maior limitação do "interesse social" previsto na legislação sobre a política nacional de irrigação[425]. Comparando as categorias sociais que compunham os perímetros irrigados instalados no Rio Grande do

---

[424] CARVALHO, J. O. de **O Nordeste semi-arido: questões de economia política e de política econômica.** Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Campinas, 1985. 674 p. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000111240&fd=y. Acesso em 20 de dezembro de 2016, p.485.

[425] CARVALHO, J. O. de **O Nordeste semi-arido: questões de economia política e de política econômica.** Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Campinas, 1985. 674 p. Disponível em http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000111240&fd=y Acesso em 20 de dezembro de 2016 p. 506. Carvalho trata das estratégias utilizadas pelas elites que ocupam os órgãos do Estado para beneficiar-se das políticas públicas direcionadas à irrigação. Embora as desapropriações de terras para o estabelecimento de projetos públicos de irrigação reconfigurassem a estrutura agrária do território onde iria operar, não significa que as elites agrárias tenham sido desapossadas com prejuízos irreversíveis, ao contrário, "o espaço perdido com a desapropriação das terras de baixo valor, passa a ser recuperado de forma ampliada." A recuperação se processa, não necessariamente pelos antigos proprietários, mas por empresários de diferentes matizes, mediante o arrendamento, com opção de compra, realizado pelo Estado, das terras beneficiadas com obras de infraestrutura hidráulica.

Norte, observamos alterações na formatação deste projeto, com os empresários assumindo maior espaço em sua área, tornando-se, portanto, os seus principais beneficiários.

Tabela 5 - Estruturação dos perímetros irrigados no Rio Grande do Norte.

	PERÍMETROS IRRIGADOS			
DADOS	**Itans**	**Cruzeta**	**Sabugi**	**Baixo-Açu**
Instalação/Conclusão	1973 - 1977	1973 - 1977	1973 - 1977	1989- 1994
Área desapropriada	247,01 ha.	506,68 ha.	1.092,98 ha.	6.000,00 ha.
Área irrigável	140,01 ha.	196,00 ha.	403,00 ha.	6.000,00 ha.
Área implantada	107,00 ha.	138,00 ha.	403,00 ha.	5.167,95 ha.
Área com produtores	69,00 ha.	111, 00 ha.	325,00 ha.	5.167,95 ha.
Pequenos produtores	11	23	63	156
Técnicos agrícolas	0	0	0	8
Eng. Agrônomos	0	0	0	8
Empresários	0	0	0	25

Fonte: Adaptado pela autora a partir dos dados sistematizados pelo DNOCS. Disponível em: https://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/rn.htm. Acesso em: 30/09/2018.

Como podemos observar, nos demais perímetros irrigados no RN, os lotes eram distribuídos somente entre pequenos produtores, enquanto, no PIBA, outras categorias foram incorporadas, incluindo-se os empresários. Embora o DNOCS afirmasse que os agricultores residentes nas áreas desapropriadas teriam lugar no perímetro irrigado, encontramos, nas comunidades de Listrada e Barrocas – desapropriadas para instalação do PIBA, famílias que vivenciaram uma inclusão meramente formal, seguida de uma exclusão real no Perímetro Baixo-Açu. A razão para esse fato decorreu da localização dos lotes em solo pouco propício à agricultura, impedindo-as de obter êxito na produção.

Na opinião de Edimilson, as áreas anteriormente pertencentes às famílias desapropriadas foram ocupadas por irrigantes vindos “de fora”, e esse fato gerou descontentamento aos antigos proprietários. Esse é um dos elementos que perdura na memória e alicerça a narrativa da intervenção desumana dos órgãos governamentais, destacando a figura do DNOCS.

Afiançando os interesses do capital e buscando desvencilhar-se das responsabilidades com os pequenos irrigantes no Perímetro Irrigado Baixo-Açu, o Estado orientou a parceria entre os pequenos e grandes produtores da área do perímetro, sob a justificativa de que a aliança traria

a possibilidade de "transferência de tecnologia e consequente acesso do pequeno produtor ao mercado consumidor", nas palavras do governador José Agripino Maia[426].

Além disso, o empresário Manoel Dantas Barreto Filho, diretor-presidente da FRUNORTE, ao abordar os problemas com a "praga da mosca branca", que atacava diversas culturas, tratou da necessária parceria entre pequenos e grandes produtores. Indo além, considerou superado o "antagonismo entre grandes e pequenos produtores"[427], acrescentando ainda, como reconhecimento, que as frutas produzidas por estes últimos, eram de tal qualidade que atendiam ao padrão exigido pelo mercado europeu.

Para compreendermos a parceria entre grandes empresas rurais com pequenos e médios produtores, no trato de questões fitossanitárias, é importante trazer alguns elementos desse contexto. A Vale Frutas, associação para o desenvolvimento do agronegócio no Vale do Açu, conseguiu, por meio do programa Bioex[428], a aprovação de um projeto no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), orçado em 1 milhão e 700 mil dólares no ano de 1997[429]. A inclusão dos pequenos irrigantes no projeto ocorreu em meio à crise fitossanitária, a qual ameaçava a fruticultura de exportação, de forma que os pesquisadores envolvidos decidiram pela criação do "agente fitossanitário", com a função de orientar os irrigantes nas ações de combate às pragas.

Ainda, Edmilson José dos Santos apresenta que, além do obstáculo para criar uma "microempresa", os irrigantes do PIBA enfrentaram outras dificuldades:

> [...] Na época do Projeto Piloto foram 75. Desses 75 eu acho que não tem hoje no Baixo-Açu, talvez tenha uns 5 (cinco) dos primeiros que entraram, mas devido a essas dificuldades. Outra grande dificuldade naquela época, a gente trazia o pessoal do Seridó prá trabalhar, porque com as empresas da Petrobrás o pessoal queria trabalhar

[426] PANFLETO. 1994. Arquivo: NUT-SECA.

[427] PROJETO dará vez aos pequenos. **Diário de Natal**. Natal-RN. 29.mar.1998.

[428] O BIOEX era um programa biotecnológico do CNPq, visando ao "Apoio à Competitividade Internacional da Agricultura Brasileira – apoiava setores da agricultura brasileira visando manter, recuperar ou viabilizar sua competitividade por meio do desenvolvimento da biotecnologia, buscando a melhoria da qualidade, a redução de custos e a conquista de novos mercados. Sua estrutura permitia atuar por subprogramas agrupados em dois níveis: vertical, de subprogramas por culturas (cacau, café, citros, cana-de-açúcar, fruticultura, maçã, reflorestamento para papel e celulose e soja); e horizontal, de subprogramas por áreas técnicas específicas (mudas micropropagadas, inoculantes biológicos e defensivos biológicos). Dentre suas principais atividades, destaque ao 1º Seminário do BIOEX, realizado em julho, reunindo representações de produtores e de órgãos públicos e privados interessados no apoio e na concretização de parcerias para o desenvolvimento do Programa". Disponível em: ≤http://centrodememoria.cnpq.br/realiz95.html≥ Acesso em: 28/07/2017.

[429] PROJETO dará vez aos pequenos. **Diário de Natal**. Natal-RN. 29.mar.1998. Os grupos de trabalhos foram constituídos por pesquisadores da Unesp, Unicamp, ESAM Embrapa, Emparn e outros órgãos, que debruçar-se-iam sobre problemas fitossanitários bem como sobre o melhoramento genético da cultura do melão. Na imprensa, as muitas das aparições do diretor-presidente da Frunorte, Manoel Dantas Barreto Filho, estavam associadas às reivindicações para o setor da fruticultura de exportação: pesquisas, redução de impostos, etc. Ver ainda: *Exportações. Estudo identificará preferência mundial*. Disponível em: ≤https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi250811.htm≥. Acesso em: 27/10/2018.

> nas empresas e empreiteiras da Petrobrás que era muito mais vantajoso. E a questão de mão de obra, realmente, na agricultura é complicada. A gente ver e escuta dos próprios proprietários a dificuldade das pessoas querer permanecer no campo e trabalhar no campo, a não ser que seja a própria família. Se fizer um levantamento hoje no Baixo-Açu, a maioria das pessoas que estão hoje lá vieram da Paraíba, vieram de Pernambuco. Você tem um Vale fértil, rico, mas falta as pessoas aproveitar a terra para produzir[430].

A dificuldade com mão de obra no PIBA, neste momento, estava associada aos atrativos que a Petrobrás oferecia aos trabalhadores. Para além deste problema, havia outros que obstaculizaram a continuidade da larga maioria dos irrigantes do chamado "Projeto Piloto". As falas, no geral, apresentam as mesmas razões: poucos recursos dos irrigantes para investir num modelo de agricultura que exige altos investimentos – os mais citados foram: o preço da energia elétrica; dificuldades com a comercialização, inexperiência com a gestão de um modelo de agricultura de alto padrão técnico etc. Para Edmilson José dos Santos, os problemas com financiamento se entrelaçavam a outra questão, a não regularização fundiária, elemento relevante para o acesso a financiamentos. Quanto ao acesso aos mercados, os irrigantes ficavam à mercê de atravessadores e, não raro, sofriam graves prejuízos por falta de pagamento, razão determinante para afastá-los da produção no Perímetro, como foi o caso dele próprio.

A dinâmica do perímetro irrigado difere em muitos aspectos da irrigação particular. O lote que o "microempresário" recebeu no PIBA era de 8,16 hectares, porém uma significativa parcela desses irrigantes não tinha como plantar toda essa área em razão da descapitalização:

> Você paga energia prá 8 hectares, então você tem que ter produção prá 8 hectares. E as vezes você não tem o recurso prá poder produzir as 8 hectares. Os pequenos aqui do Vale do Açu, que tinha lote no Baixo-Açu, realmente plantava pouca coisa. Plantava 2 hectares, 4 hectares no máximo e não tinha condições de pagar por 8 hectares irrigada. Infelizmente, você, prá você ter mão de obra suficiente, você prá 8 hectares teria que ter no mínimo aí 10 pessoas trabalhando com você[431].

Assim, a dificuldade com o pagamento da energia no Perímetro Baixo-Açu foi constante e contínua no Projeto Baixo-Açu. Nos primeiros anos de produção, a energia foi subsidiada pelo Estado do RN. Posteriormente, seja pela descontinuidade de políticas públicas em face de alternância de governo, como afirmam Nunes, Ortega e Godeiro (2007), ou decisivamente, com a privatização da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), a cobrança da energia se transformou em gargalo para grande parte dos pequenos irrigantes, pois, como o sistema de irrigação era por aspersão, aumentavam os custos gerais. Sujeitos às oscilações e

[430] SANTOS, Edmilson José dos. Entrevista concedida em 16 de dezembro de 2019. Assú-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

outras determinações do mercado, os pequenos irrigantes do Baixo-Açu estavam envoltos com os problemas da comercialização da produção:

> Naquela época, no início do plano real, eu perdi três carradas de melancia né? Naquela época eu não tô lembrado quanto era, mas era mais de quinze mil reais eu acho, foram mais de 3 (três) carradas de melancia que eu perdi. Então assim, me tirou do negócio, eu com recurso próprio, produzindo com recurso próprio e fui enganado com cheques roubados, por atravessadores que me passaram. Não só eu, mas vários produtores [...] Então assim, essa questão de comercialização é primordial, se você não tiver uma organização. Isso a gente fica na mão dos atravessadores e acontecem essas coisas [...][432].

Com o propósito de obter financiamento, os irrigantes do PIBA buscaram parcerias com empresas de grande porte situadas na região. A parceria com a algodoeira São Miguel possibilitou aos irrigantes a obtenção de financiamento do BNB para o plantio de algodão consorciado com outras culturas e, posteriormente, eles fizeram acordo dessa mesma natureza com a FRUNORTE na produção do melão. As experiências de parcerias nestes dois casos não resultaram em saldo positivo para muitos pequenos irrigantes, posto que alguns ficaram inadimplentes com o banco, devido aos problemas enfrentados com a safra e a comercialização.

Observando atentamente as relações entre as empresas rurais e os irrigantes, compreendemos as novas feições e formatos da parceria na agricultura irrigada, uma permanência que põe por terra a interpretação de que a parceria se caracterizaria como "relação de trabalho associada a formas arcaicas de exploração agrícola"[433]. As experiências no Baixo-Açu e em áreas de influência dos projetos públicos de irrigação, onde se instalaram grandes empresas rurais, especialmente do setor da fruticultura irrigada, demonstram que a dinâmica do capital no rural semiárido atribuiu novo formato às antigas formas de parceria. Dessa forma, o pequeno irrigante do PIBA, qualquer que fosse a situação, ocupava um lugar de subalternidade, havendo que se sujeitar às condições impostas pelas empresas rurais, tendo que arcar com prejuízos que poderiam lhe custar a saída da área do Perímetro Irrigado.

Como consequência, o abandono de muitos pequenos irrigantes gerou uma grande rotatividade na área do PIBA, com novos sujeitos ocupando lotes e destacando-se aqueles irrigantes provenientes do município de Boqueirão (PB). Os descaminhos do Projeto de Irrigação do Baixo-Açu podem ser visualizados por diversos ângulos, com ressalto para as

---

[432] SANTOS, Edmilson José dos. Entrevista concedida em 16 de dezembro de 2019. Assú-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

[433] SILVA, Aldenor Gomes da. **O Domínio do Processo de Trabalho na Agricultura Irrigada do Nordeste**: a persistência da parceria. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Campinas, 1992, p. 135.

contradições que se encontram enredadas no emaranhado de sua tessitura e nas transformações que ocorreram ao longo da implantação do PBA.

A perspectiva apresentada pelo DNOCS de superar a estrutura fundiária arcaica – minifúndios e grandes propriedades – com redistribuição de terras para as famílias agricultoras em projetos de colonização e irrigação pública, resultou numa maior concentração fundiária na região e no agravamento da segurança alimentar com o declínio da agricultura de vazante, na exclusão de famílias de suas terras de trabalho e moradia:

> O governo, principalmente o Federal, eu acredito que tem que valorizar os pequenos que estão próximos à margem do rio certo? É porque você tem um exemplo aqui, antes não tinha, as áreas aqui do Vale do Açu era mais melão, melancia, hoje você vermais banana. Quer dizer, se o governo incentiva os pequenos agricultores, não precisatá gastando dinheiro prá fazer projeto de irrigação não. Faz o projeto de irrigação, desapropria as pessoas que estão lá e não era prá fazer isso. Era prá dar condições para aquelas pessoas que estão lá, tem suas propriedades, possam produzir. (...) desapropria as propriedades prá trazer outras pessoas prá poder produzir. Por que não dá condições para aqueles que estão lá, que nasceram e se criaram lá? Prá você ter uma ideia se você for lá ver no Projeto Baixo-Açu, tem lá duas comunidades: Listrada e Barrocas. Aquelas pessoas eram pra ter sido beneficiadas. Desapropriaram aquele povo todinho (...) prá fazer outra seleção. A seleção já estava lá, natural[434].

Na trajetória histórica do Projeto de Irrigação do Baixo-Açu, encontramos pontos de inflexão que lhes redefiniram o formato, decresceram sua área, reformularam seus objetivos e amalgamaram interesses díspares. Nesse ínterim, as oligarquias tradicionais, utilizando o velho *modus operandi,* foram organizando táticas para sua recomposição nas engrenagens modernas da expansão capitalista no mundo rural.

As vicissitudes do PIBA requeriam a montagem de uma verdadeira obra de engenharia política para reativar a etapa que se encontrava em execução e, efetivamente, pôr em andamento a segunda etapa do projeto. No conjunto da articulação política o Estado, chamam para o diálogo quatro centrais sindicais com a oferta de 300 hectares para cada uma delas e o objetivo central era obter financiamento do projeto por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para operacionalizar toda a gigantesca infraestrutura. Não houve entendimento entre as partes, tendo em vista que a proposta do Estado estava centrada nos interesses dos empresários e as centrais apontavam na direção da reforma agrária na área do Perímetro contemplando agricultores expropriados.

Essa situação de expulsão dos irrigantes da área do PIBA não foi um caso isolado. O Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi é outro exemplo das condições de extrema vulnerabilidade

[434]SANTOS, Edmilson José dos. Entrevista concedida em 16 de dezembro de 2019. Assú-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

social e econômica, que redundou na exclusão dos pequenos irrigantes, gerando uma conflitualidade que se tornou, até hohe, insolúvel na área do Projeto de Irrigação. No final da década de 1990, há uma recomposição social para a 1ª etapa do PIBA, como podemos observar no quadro abaixo:

Tabela 6 - Categorias sociais do Perímetro Irrigado Baixo-Açu.

Categoria	Módulo (ha.)	Número de Lotes	Área Total
Microempresário	8,16	75	612,0
Agricultor familiar	8,16	86	701,7
Técnico agrícola	16,32	06	97,9
Eng. agrônomo	16,32	08	130,6
EMPARN (Pesquisa)	49,40	01	49,4
Empresários	100 (média)	101	1.037,4
Total	**...**	**186**	**2.629**

Fonte: Rio Grande do Norte (1999). Adaptado pela autora.

Quanto às condições de produção, as categorias de irrigantes do PIBA se diferenciam bastante, e essas diferenças foram determinantes para a permanência, o sucesso ou insucesso desses sujeitos na área do Perímetro. Dispondo de capital, fácil acesso ao crédito bancário e programas de financiamento, os empresários integravam a categoria que possuía amplas condições para realizar a produção em todas as suas etapas. Poucos "microempresários" dispunham de recursos financeiros para fazer face às despesas com a produção irrigada, constituindo, assim, a categoria mais vulnerável, rebatizada renomeada, em 2001, como agricultores familiares.

Os referidos agricultores viviam no reino da necessidade: sem crédito, sem assistência técnica e sem condições de acesso autônomo aos mercados. A impossibilidade de acesso ao crédito constituía um dos gargalos mais sérios a esta categoria. Não possuindo os títulos de propriedade dos lotes que ocupavam, estavam impedidos de fornecer a garantia exigida pelas agências bancárias para solicitar os empréstimos necessários à produção. Consideremos, ainda, que o custo era altíssimo, se comparado a outras formas de agricultura.

Ante as dificuldades dos pequenos agricultores para realizar a produção e comercialização dos produtos, observa-se, no PIBA, uma intensa rotatividade na ocupação dos lotes, com destaque para a vinda de um significativo número de agricultores da Paraíba e de Pernambuco a partir do ano de 2000, que vão se estabelecendo na área do deste projeto. Dentre os "pequenos irrigantes", foram os paraibanos e pernambucanos que, a par das dificuldades financeiras, ocuparam parte significativa dos lotes familiares.

De modo geral, os chamados "agricultores familiares" na área do PIBA estavam premidos por um modelo de produção agrícola regido pela lógica produtivista, com alto grau de competitividade, disputas internas entre as categorias, em virtude do formato de condomínio e subordinação ao setor empresarial da área.

Nesse cenário, a presença de pequenos irrigantes e empresários rurais no PIBA caracterizava uma espécie de "condomínio de fazendas", termo utilizado pelo Presidente do Distrito Irrigado do Baixo-Açu (DIBA), Guilherme Saldanha, ao tratar das condições de operação do Projeto de Irrigação[435]. O que significava para o agricultor familiar – o pequeno produtor irrigante - produzir neste condomínio? A primeira questão é que ele se encontrava em condições desfavoráveis, tendo em vista que não dispunha de capital; a segunda diz respeito às dificuldades de acesso ao mercado; e, por último, funcionando, no sistema de condomínio, os custos para fornecimento de água, manutenção e operacionalização do perímetro, são divididos entre os produtores sem considerar diferenças entre os que produzem em 2 hectares ou 10 hectares.

A alta concentração de terras nas mãos dos empresários é indicativa da mudança que foram transformando a proposta inicial dos perímetros irrigados dos anos 1970. O caráter "autoritário ativo" do Estado, que assinalou a forma tutelada como os camponeses foram inseridos nos projetos de irrigação, estava reorientado para a posição de "autoritário por omissão", buscando eximir-se do apoio, incentivo e promoção da agricultura realizada por "pequenos produtores", ao passo que criava e ampliava as condições de favorecimento à agricultura empresarial nestas áreas.

De modo geral, a política pública de irrigação, por meio dos perímetros irrigados, realizou a inclusão subalterna de famílias camponesas no interior desses projetos, com a imposição do pacote tecnológico e a negação dos valores da cultura camponesa que eram elementos de diferenciação e identidade. A agricultura camponesa, comumente nomeada "agricultura de subsistência", fora concebida como tecnicamente atrasada e economicamente improdutiva, incapaz, portanto de suprir a necessidade de maior oferta de gêneros alimentícios. As políticas públicas para o rural, partindo sempre de um viés tecnicista, apontava a necessária superação da economia camponesa a partir da adoção das modernas técnicas agrícolas, as quais incluíam o pacote tecnológico, composto por insumos, venenos e fertilizantes.

Há que se considerar que este novo padrão tecnológico foi responsável por graves problemas sociais e ambientais, entre os quais figura como potencialmente danoso o

[435] SALDANHA, Guilherme. Presidente do Distrito de Irrigação do Baixo-Açu. Entrevista concedida em 13 de março de 2013. Assú-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

envenenamento das águas, do solo, dos trabalhadores rurais assalariados nas empresas rurais e das comunidades rurais em seu entorno. Esses impactos sinalizam a insustentabilidade econômica, social e ambiental desse modelo de produção agrícola, visto que a "poluição dos aquíferos por agrotóxicos e a demanda crescente da agricultura de irrigação intensiva, típica do agronegócio que exporta água na forma de soja, carne bovina e outros produtos, têm levado a retiradas de água insustentáveis"[436].

Nos territórios do semiárido, onde o discurso da necessidade hídrica ainda é acionado para justificar grandes obras hidráulicas, a exemplo da transposição do Rio São Francisco, as contradições do capital se avultam quando populações sedentas, ainda assistidas por carros pipa, vivem às margens de canais que garantem segurança hídrica à fruticultura irrigada, e esta, por sua vez, exporta água no ventre das frutas para a Europa e outros países.

Com a retomada das diretrizes adotadas nos perímetros irrigados, a fim de realizar transformações na agricultura praticada pelas famílias camponesas para torná-la eficiente, evidenciava, sobretudo, a dimensão técnica de entraves ao desenvolvimento econômico e social dessa produção. Além do mais, essa produção estava orientada pela lógica produtivista do capital, que difere, completamente, da lógica camponesa, e isso não implica que os camponeses não tivessem interesse em dinamizar a produção e aumentar a produtividade. Significa dizer que eles se movem dentro de outra dinâmica, pois, embora a agricultura camponesa esteja inserida no conjunto mais amplo das relações capitalistas, necessitando de créditos bancários, de acesso aos mercados etc., há diferenças profundas entre os dois modelos. Cabe observar que não havia lugar para a agricultura camponesa nas políticas públicas de irrigação, ao contrário, no PIBA, a exemplo de outros perímetros irrigados, o propósito era a descampesinação em sua forma e conteúdo.

Embora resguardando particularidades relacionadas à conjuntura em que foram implantados, os perímetros irrigados guardaram uma série de similaridades. Ocorria um processo seletivo para os agricultores com "aptidão" e que respondessem aos critérios elencados pelo DNOCS ou pela Secretaria Estadual de Recursos Hídricos para o caso do Rio Grande do Norte. Ao ingressarem na área do perímetro irrigado, eles deveriam ter acesso ao pacote tecnológico: a assistência técnica, o apoio financeiro e a orientação empresarial, esta funcionando na perspectiva de uma pedagogia do empreendedorismo, voltada para a formação do espírito competitivo e produtivista. Para o caso do PIBA, a expulsão de dezenas de irrigantes está associada à ausência do Estado no suporte à produção familiar, que, associada à baixa ou

[436]MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3ª Ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2018, p.153.

quase nula capitalização das famílias de pequenos agricultores, foi determinante para a inviabilidade desses "pequenos irrigantes" no modelo em tela.

É comum encontramos que o insucesso dos pequenos irrigantes na produção irrigada reside tanto na falta de "capacidade técnica ou gerencial" como inaptidão para o modelo de agricultura. A indistinção entre "falta de capacidade" e "ausência de capacitação", sendo a primeira usada para caracterizar o pequeno irrigante/colono, cimentou a concepção já arraigada na sociedade brasileira de que os trabalhadores rurais são pouco ou nada eficientes no que tange às inovações técnicas na agricultura. O colono/irrigante, anteriormente praticante da "agricultura de subsistência", migrou para o novo modelo de agricultura, mas manteve os costumes antigos – herança cultural que teima em permanecer –, ainda que as exigências da agricultura irrigada nos perímetros tente interditar essas práticas.

Nesse viés, a pesquisa de Ana Maria Braga traz o testemunho contundente do senhor Joaquim Hilário, quando era colono no Perímetro Irrigado de Morada Nova (CE):

> Aconteceu uma vez que eu plantei algodão. Eu plantei duas carreiras de milho no meio da plantação de algodão. Aí tinha um prático, e quando o milho estava, assim, com tamanho de meio metro, ele chegou um dia e disse: ' – Rapaz! Você pode arrancar que o agrônomo não aceita não'. Eu respondi: ' – Rapaz! Olhe! Eu nasci trabalhando mais meu pai, e eu nunca vi ele plantar um pé de planta para arrancar e eu não vou arrancar não! E, eu arranco, depois dele dá a espiga, mas antes eu não arranco não![437].

A pesquisa mencionada se debruçou sobre as experiências e memórias dos camponeses inseridos no processo de modernização agrícola com a implantação do Perímetro Irrigado de Morada Nova no Ceará, um dos primeiros projetos implantados pelo DNOCS, numa fase em que os colonos estavam sob a tutela do Estado, com rígido controle sobre a produção e outras dimensões da vida social e econômica das famílias. Verifica-se, também, a completa negação da cultura e experiência dos camponeses nestes projetos, alegando que não possuíam conhecimento técnico e capacidade para gerenciar a produção, propensos a sofrerem constantes prejuízos econômicos em face desse conjunto de incapacidade.

O cultivo de lavouras de "subsistência" na área do perímetro irrigado foi visto, até mesmo pelos produtores, como razão para o insucesso econômico destes produtores na área. Nos perímetros mais antigos, essas culturas não eram orientadas pelos técnicos, em virtude da baixa lucratividade. O feijão foi um bom exemplo, uma vez que, considerado um dos principais

[437] BRAGA, A. M. F. A. **Tradição camponesa e modernização**. Experiências e memória dos colonos do Perímetro Irrigado de Morada Nova – CE. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003, p.93.

legumes na mesa dos trabalhadores, tinha prioridade no plantio de sequeiro e vazante. Ocorre que, do ponto de vista comercial, era mais lucrativa a produção de frutas diversas, dentre elas a banana, que foi o carro-chefe das exportações no setor de fruticultura irrigada do Vale do Açu.

Com a entrada do Banco Mundial na definição dos novos rumos da política de irrigação no Brasil, com orientação do neoliberalismo, apregoando o Estado mínimo e atribuindo à intervenção estatal um conjunto de problemas com a produção, os perímetros irrigados serão redirecionados. Segue-se, a partir daí, uma nova política agrária e agrícola, com a mercantilização da terra, da água e das florestas[438]. Com relação aos colonos/irrigantes, o impacto dessas transformações foi a presença cada vez maior de empresas rurais nas áreas dos perímetros, sob a justificativa de que a presença de produtores eficientes e capitalizados garantiria o êxito da produção nestas áreas. Abocanhando maiores fatias de terras e impondo aos colonos as duras leis do mercado, a presença das empresas reduzia o "interesse social" do perímetro.

Nesse cenário, a condição de produtores descapitalizados, as dificuldades com o mercado, a ausência de assistência técnica assim como de apoio financeiro e a dificuldade de aderir ao modelo de agricultura empresarial integram o somatório dos problemas que constroem um quadro mais amplo dos obstáculos à produção dos pequenos irrigantes na área de perímetros irrigados. A saída forçada de muitos irrigantes foi explicada por eles próprios como resultado desses empecilhos.

A pesquisa de Elisângela Sousa faz um percurso em diversos perímetros irrigados sob a responsabilidade do DNOCS, elencando os principais obstáculos aos colonos irrigantes, assim são comuns aos pequenos irrigantes dos perímetros os seguintes problemas: a) morosidade da regularização fundiária com titulação das propriedades dos lotes; b) ineficiência ou baixa eficiência do sistema de irrigação; c) inadimplência dos pequenos produtores junto às instituições bancárias; d) deficiente assistência técnica[439].

Dada a natureza dos empreendimentos agrícolas projetados pelo Estado para o perímetro, desconsiderou-se a diversidade dos agentes que iriam produzir, impondo um modelo único de produção agrícola, para o qual a maioria dos agricultores descapitalizados e não

---

[438] Sobre essa questão: Cf.: MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra**. Ofensiva Capitalista na América Latina, África e Ásia, São Paulo, Viramundo, 2004.

[439] SOUSA, Elisângela Maria de Oliveira. **O "Novo Modelo de Irrigação" e os colonos de Morada Nova**: Política para qual público? Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará. 2005. Disponível em: http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/elisangela_maria_de_oliveira_souza[1].pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

familiarizados a essa lógica encontraram obstáculos intransponíveis, resultando no abandono dos lotes e na apropriação irregular destes por outros produtores, inclusive empresários.

De acordo com as indagações anteriores acerca do retardo na implantação do PIBA por mais de uma década, apresentamos algumas considerações acerca dos (des)caminhos do projeto público de irrigação previsto no conjunto do PBA. Os "Estudos de viabilidade técnico-econômica do Projeto de Irrigação Baixo-Açu" apontaram para a composição exclusiva de agricultores familiares na área do perímetro irrigado e, nesse mesmo contexto, sob a coordenação da Suvale, os empresários do agronegócio receberiam forte apoio no Vale do São Francisco. Ainda para fortalecer o agenciamento do Estado à iniciativa privada, o Plano Nacional de Irrigação estabeleceu, em seu Artigo 11º, que o governo "concederá financiamento ou estabelecerá linhas de incentivos aos projetos de irrigação que vierem a ser executados por iniciativa de empresas privadas, cooperativas e produtores rurais isolados, desde que os respectivos projetos tenham sido aprovados pelo Ministério do Interior"[440].

O Estado ocupava-se, prioritariamente, dos empreendimentos privados no setor agrícola, de modo que, com a conclusão da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em maio de 1983, verificou-se uma corrida de grandes empresas do agronegócio para o Vale do Açu, apoderando-se de centenas de hectares, promovendo uma maior concentração fundiária no território, apresentando uma face moderna, mas à vista de todos, desvelando seu caráter conservador. Nesse sentido, a agricultura irrigada no Vale do Açu não só instaurou novas relações de trabalho, mas também recombinou velhas práticas, como a parceria, acrescentando-se, também, a redução das áreas da agricultura familiar e incorporação de um contingente significativo de agricultores assalariados nas empresas do agronegócio, ao passo que, contraditoriamente, impulsionou as lutas e resistências pela terra de trabalho e moradia.

Nesse processo, o Estado busca atrair empresas para o território do Vale do Açu e continua a eximir-se do cumprimento de assentamento dos agricultores expropriados em áreas do projeto de irrigação. Oficialmente o Estado apresentava o "assentamento de 4.500 famílias irrigantes, correspondente a uma população de quase 25.000 pessoas"[441]. O número de agricultores familiares na área do PIBA guarda longa distância dos que foram utilizados na propaganda do PBA e, entre os assentados, não se encontram as famílias expulsas pela barragem. Resta assinalar que os percalços enfrentados pelos "pequenos produtores" na área do

[440] BRASIL. **Plano Nacional de Irrigação.** Presidência da República. Brasília, 1979.
[441] DNOCS. **Alguns aspectos sociais relevantes no Projeto Baixo-Açu.** Ministério do Interior. Fortaleza:1982. Arquivo Teresa Aranha. Nut-Seca/UFRN, s/p.

PIBA compõem um vasto quadro de muitas desventuras desvelando a montagem da farsa em torno do desenvolvimento social que adviria com o PBA.

Em relação ao projeto de irrigação do Vale do Açu, para o DNOCS, este não era apenas viável técnica e economicamente, mas um projeto de cunho social, demiurgo da nova vida para a população do campo "que vive em condições sabidamente miseráveis, transformando-a em uma poderosa classe média rural com condições objetivas de vida saudável e feliz"[442] conforme consta no documento do DNOCS.

Uma assertiva, também, relevante para a análise da situação do "setor de subsistência" no corpo desta política pública diz respeito ao acesso a terra. O loteamento dos perímetros irrigadosentre famílias camponesas era apresentado pelos órgãos do Estado como política de reforma agrária. Considerando que, nos territórios onde ocorreu a implantação dos perímetros irrigados,o processo de desapropriação gerou a expulsão de dezenas de famílias que não foram incorporadas aos projetos de irrigação, com isso podemos afirmar que o projeto se reveste em política de contrarreforma agrária.

Outra dimensão dos perímetros irrigados, a qual contribuiu para mascarar a gravidade da questão agrária, foi que eles se constituíram como ilhas de prosperidade circundadas por um mar de pobreza e exclusão. Consideramos expressivo que os perímetros irrigados sejam, simultaneamente, polos de expulsão e atração, com destaque para o fato que localizamos, em alguns exemplos – e neste se inclui o PIBA –, a presença majoritária de produtores oriundos de outras regiões, senão vejamos:

> Atualmente mais de 90% dos exportadores do Vale do São Francisco não são naturais da região. São pessoas que há 20, 10 anos ou recentemente migraram para o vale atraído pela comercialização dessas frutas. Enquanto isso, os agricultores originais da região, não dispondo de recursos suficientes para produzir e exportar uva e a manga cultivam hortaliças, cereais ou frutos de menor custo como a acerola, ou trabalham nas grandes fazendas agroexportadoras do Vale[443].

A ênfase na agricultura irrigada como propulsora do progresso rural veio acompanhada da desvalorização do modelo tradicional de agricultura e dos agricultores que dela se ocupavam, reduzindo todos os obstáculos que impediam o desenvolvimento agrícola desses produtores à questão técnica. Desta forma, a interpretação da incapacidade técnica foi associada à

---

[442] Ibid.

[443] ARAÚJO, Guilherme José Ferreira de; SILVA, Marlene Maria da. Crescimento Econômico no Semiárido Brasileiro: o caso do Polo Frutícola Petrolina/Juazeiro. **Caminhos da Geografia**, Revista On-line, Vol. 14, nº 46, jun./2013. p.252. Disponível em: ≤http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/18291/12824≥. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

incapacidade gerencial para justificar os fracassos no modelo de agricultura irrigada, de modo que havia o entendimento de que o lugar para esses trabalhadores rurais – e para isto estavam capacitados – era trabalhar como assalariados nas empresas agrícolas.

Dessa forma, refletir sobre a gestação dos projetos de irrigação para alavancar o desenvolvimento da agricultura no semiárido significa buscar, nos fios emaranhados da história, o esboço de projetos – a exemplo, o Projeto Baixo-Açu –, que se alimentaram do discurso técnico em prol do desenvolvimento regional, relegando a condições de maior empobrecimento de centenas de famílias camponesas, as quais, em quase todas as propostas, ficaram à margem, excluídas do progresso.

O Projeto de Irrigação do Baixo-Açu foi uma ação de intervenção estatal para o rural norte-rio-grandense, orientada nos princípios da modernização agrícola. Na propaganda oficial, propugnava o progresso da região e sua transformação em grande celeiro do Estado do Rio Grande do Norte e do Nordeste. Convencer os pequenos agricultores dos grandes benefícios do PBA e da irrigação não era tarefa fácil, pois, mesmo que as estatísticas, cifras e cifrões referentes à produção do "novo" vale fossem amplamente divulgados, os agricultores não confiavam na miríade de promessas e firmaram posição na defesa da terra.

As promessas de redenção se estendiam aos agricultores pobres e aos desalojados pela obra hidráulica, assegurando que estes seriam contemplados com um polo pesqueiro e áreas irrigadas para a produção familiar. Para os trabalhadores expropriados, as propostas se tornaram letra morta, forçando a migração para outras regiões no próprio Estado e fora dele.

As políticas públicas para o semiárido, gestadas a partir dos anos 1950, não incluíram a "economia de subsistência" no que tange à sua promoção e desenvolvimento. A agricultura empresarial, capitalizada e tecnicamente eficiente, foi eleita como agente do desenvolvimento rural que, em última instância, implicava na modernização do campo. Ao recortamos, para esse estudo, as políticas de irrigação, vislumbramos os percalços que acompanharam a inclusão subordinada dos camponeses nos perímetros irrigados e os obstáculos intransponíveis que levaram muitos desses sujeitos a abandonarem esses territórios.

A política de irrigação materializada nos projetos de perímetros irrigados carrega a marca da expropriação dos camponeses de seus territórios[444]. A regulamentação dos projetos de irrigação implementados com base no "interesse social" assegurou a inclusão das famílias

[444] A bibliografia que trata dos perímetros irrigados não deixa dúvidas acerca da desterritorialização do campesinato. Seja na Paraíba, Ceará ou Rio Grande do Norte, que são os Estados que concentram a maior parte dos perímetros irrigados sob a responsabilidade do DNOCS.

agricultoras em "lotes familiares"[445], contudo o respeito às determinações legais do "interesse social" foi minguando à medida que as empresas rurais se apoderavam de mais e mais áreas nos perímetros, acobertadas pela mesma legislação, que cedia a pressão do capital.

O lugar dos agricultores pobres nos perímetros irrigados ocorreu de maneira formal, mas não substancial. Embora a implantação dos pioneiros perímetros irrigados contemplasse, exclusivamente, os camponeses pobres – sem terra ou detentores de minifúndios, não havia nenhum propósito em considerar as experiências camponesas, os valores, práticas e saberes, que orientavam a lógica da produção e suas relações de sociabilidade.

É importante considerar, ainda, que os perímetros foram instrumentos de expulsão e atração para os agricultores pobres. Como dito antes, a maioria dos que foram desapropriados não conseguiram espaço na área do perímetro irrigado, mas algumas dezenas foram incluídas, ainda que de forma subalterna política e economicamente. Havia, também, aqueles que, sazonalmente, conseguiam trabalho nos perímetros, especialmente em períodos de colheita.

Ainda nessa discussão, é pertinente esclarecer que não se trata aqui de uma visão romântica dos camponeses, inclusive porque a precarização vivenciada por eles não permitiria tamanha ingenuidade. De igual modo é necessário explicitar que, embora a produção camponesa estivesse prioritariamente destinada à manutenção das necessidades da família, não implicava que o camponês e sua família não tivessem preocupação com o mercado ou com o lucro.

Há que se afirmar o óbvio, pois, tendo em vista que o campesinato não produzia todos os bens que necessitava, era imprescindível que o resultado da produção fosse satisfatório, indo além do necessário ao consumo da família, para adquirir, no mercado, os demais produtos de que necessitavam. Ainda, a expropriação do campesinato propiciava a oferta de mão de obra farta e barata para as fazendas do agronegócio nos territórios onde se instalavam grandes obras públicas destinadas à irrigação.

Nessa perspectiva, as possibilidades reais apresentadas ao camponês expropriado que não encontrava espaço nos perímetros eram: a) migração para a periferia das cidades de médio e grande porte no Estado de origem ou para outros das regiões Sul, Sudeste e Norte, donde poderiam trabalhar como operários da construção civil ou qualquer outra atividade que não requeresse formação especializada; b) sujeitar-se ao trabalho como agricultor assalariado nas fazendas do agronegócio em sua própria região; c) lutar pela recampesinação, por terra de trabalho e moradia. Por último, há a questão do "autoritarismo por omissão" manifesto na

[445] BRASIL, **Plano Nacional de Irrigação.** Presidência da República. Brasília, 1979.

negligência com o "interesse social", que, legalmente, figura nos projetos de perímetros irrigados, mas não tem expressão significativa no terreno real.

Na condição de descapitalizados e vivenciando problemas que geravamestrangulamento da produção, os pequenos irrigantes do PIBA vivenciaram momentos graves que resultaram em desistência por parte de muitos irrigantes. No ano de 2000, questões de ordem administrativa, financeira e técnica levaram o presidente da Associação dos Irrigantes do PIBA, Edmilson José dos Santos, a publicar uma "Nota de Conhecimento Público" com o intuito especial de chamar a atenção dos governos e órgãos competentes para nove problemas vivenciados pelos pequenos irrigantes, apontando, inclusive, as soluções:

> 1. Falta de garantias reais para os irrigantes contraírem empréstimos para investimentos. Solução: título de posse para todos os irrigantes ou o Fundo de Aval do Governo do Estado, pois o Banco do Nordeste garante que, para cada R$ 2.000,00 dado como garantia, ele investirá R$ 25.000,00 [...]
> 2. Cobrança de energia elétrica de forma coletiva. Solução: fazer convênio com o Distrito de Irrigação do Baixo-Açu, para que ele possa cobrar dos irrigantes [...]
> 3. Falta de uma assistência técnica eficiente e permanente.
> 4. Alto dimensionamento das estações de bombeamento, pois em consequência aumentou o custo da energia elétrica.
> 5. Falta de investimentos para irrigação, drenagem, implantação de fruticultura, etc;.
> 6. Falta de eletrificação nos lotes agrícolas. [...]
> 7. Falta de habitação para os irrigantes poderem residir nos próprios lotes.
> 8. Falta de funcionamento das três escolas e dos postos de saúde existentes;
> 9. Falta de segurança no Projeto[446].

Os pequenos irrigantes do Perímetro Irrigado Baixo-Açu sempre estavam às voltas com os mesmos dilemas verificados em outros perímetros irrigados do RN. Daí deriva a interpretação de que a política de perímetros irrigados, marcadamente voltada aos interesses do capital no campo, insere, por obrigação legal, os pequenos irrigantes, contudo lhes impõe obstáculos, muitas vezes, instransponíveis, dificultando a permanência da maioria destes trabalhadores nestas áreas.

A expropriação do camponês em áreas de Perímetro Irrigado ocorre em dois momentos distintos: durante a desapropriação de terras e após a instalação dos colonos em suas áreas, como já aludimos anteriormente. Em áreas internas ou vizinhas aos perímetros irrigados, o agronegócio se torna hegemônico e o território experimenta um processo de contrarreforma agrária que expõe as contradições dos projetos implantados sob o signo do "interesse social". A inserção dos perímetros públicos irrigados nos projetos da política de irrigação se distanciou

[446] O BAIXO astral no Projeto Baixo-Açu precisa mudar. **Gazeta do Oeste**. Mossoró-RN. 3.mar.2000.

largamente do “interesse social”. Por que manter o princípio do “interesse social” se a expulsão dos pequenos produtores/colonos/irrigantes foi se estabelecendo como regra nestes projetos?

A desapropriação por “interesse social”, regulamentada pela Lei Nº 4.132, 10/09/1962, estabeleceu, em seu primeiro artigo, que ela decorre “para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal”. A expansão do capital no campo exigiu privilégios, concessões e apoio do Estado, para que a terra e água se transformassem em mercadorias que garantissem lucratividade.

Dessa forma, o Estado poderia justificar a canalização de tamanhos privilégios ao setor da agricultura empresarial, sem recorrer a preceitos legais que legitimassem sua ação? O “interesse social” prevalece na legislação não apenas para garantir a inserção de agricultores familiares, camponeses, mas também devido à impossibilidade de instalar grandes projetos públicos de irrigação, sem causar uma desordem no território com deslocamentos populacionais nas áreas das bacias hidráulicas e de irrigação, a exemplo do Projeto Baixo-Açu no Rio Grande do Norte e, posteriormente, do Jaguaribe-Apodi, no Ceará, respectivamente.

É imprescindível que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar considerem as especificidades dessa produção e suas diferenças em relação à agricultura capitalista. As políticas públicas para o rural, particularmente para as experiências camponesas que se distanciam da agricultura capitalista moderna, precisam considerar as limitações reais que impedem essas famílias de produzirem sob outra lógica, cujas potencialidades precisam ser discutidas. A agricultura camponesa se esteia em princípios que não são computados sob a lógica do capital e, por essa razão, como nos apresenta Jan Douwe van der Ploeg, os camponeses “Chegam onde fazendas capitalistas não chegam”, pois:

> O trabalho, dentro dela, não é assalariado. E o capital não é capital no sentido marxista (isto é, não é capital que precisa gerar valor excedente a ser investido a fim de gerar mais valor excedente) ... integra o capitalismo, mas de maneira conflituosa, gera atritos. É o berço da resistência que produz alternativas que atuam como crítica permanente aos padrões dominantes. (...) é capaz de sobreviver sem o oxigênio do lucro tão necessário à agricultura coorporativa[447].

Nessa perspectiva, a agricultura camponesa requer apoio técnico e científico com caráter político diferenciado do que é proposto ao agronegócio, em face de tratar-se de uma produção com potencialidades e especificidades que lhes conferem caráter diverso ao modelo de agricultura empresarial. Resta, ainda, enfatizar que a dimensão moral e social da agricultura camponesa guarda valores irredutíveis à agricultura empresarial. Suas mais recentes

[447] PLOEG, Jan Dowe van der**. Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. Trad. Cláudia Freire. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016, p.21-22.

transformações apresentam o compromisso com outro modelo de sociedade e aposta em novas relações com a natureza, contrapondo-se ao pacote tecnológico, à mercantilização dos recursos naturais e à irracionalidade da produção agrícola no semiárido.

Os estudos sobre os perímetros irrigados necessitam de maior aprofundamento acerca da presença dos agricultores nestas áreas de acordo com diferentes nomeações (colonos, irrigantes, pequenos produtores, microempresários, agricultores familiares) em contexto histórico e territórios diferenciados. Essa política pública vem sendo reeditada em diversos espaços do semiárido, inclusive em territórios onde a agricultura familiar – ainda que enfrentasse desafios – encontrava-se em processo de desenvolvimento de natureza múltipla. A recorrência a esses projetos ocorre, indubitavelmente, em razão de estes se apresentarem como propulsores da modernização agrícola e nos quais o Estado mobiliza diversos mecanismos para agenciar o agronegócio. É oportuno trazer, aqui, algumas das proposições que foram formuladas em 1981 pelas organizações de trabalhadores rurais quanto à Política de Irrigação:

> [...] Que sejam adotadas tecnologias mais simples, de mais fácil acesso ao conjunto de trabalhadores rurais, mais adaptadas à realidade nordestina [...]
> Que a política de irrigação seja realizada com a participação efetiva dos trabalhadores rurais;
> Que os perímetros irrigados sejam voltados para a implantação de pequenos produtores e não de empresas, dando preferência aos trabalhadores rurais (pequenos produtores, parceiros, arrendatários e assalariados) situados na área desapropriada ou em suas proximidades;
> Que o único critério adotado para a inclusão dos programas de irrigação seja a condição de trabalhador rural;
> Que o controle efetivo das Cooperativas seja dos trabalhadores rurais, desvinculando-a dos órgãos do governo;
> Que se dê prioridade à produção de alimentos para abastecimento regional [...][448]

A empresarização dos perímetros já era bastante perceptível para os trabalhadores rurais no início dos anos 1980, e a reivindicação de autonomia e participação ganhava centralidade, pois significava a possibilidade de tomada de decisões pelos trabalhadores. Embora fosse interpretado certo conformismo com a situação de subalternidade dos trabalhadores em relação ao patrão/fazendeiro, não implica que esses sujeitos não tivessem consciência dessa realidade e não cultivassem a utopia de uma vida sem sujeição. Na perspectiva do camponês, a posse da terra é primordial para sua autonomia social e política, seja em relação ao mercado, seja em relação ao patronato rural.

[448] CONTAG. **Relatório. Encontro Interestadual Sobre a Problemática da Seca.** Fortaleza: Ceará. 27 a 30 de junho de 1981. Arquivo: NUT-SECA–UFRN, p. 9-10.

Os redirecionamentos da política de irrigação para os perímetros públicos, a partir dos anos 1990, estavam norteados pela ideia da inserção das empresas nestas áreas, esteando-se na leitura de que a capacidade gerencial do colono/irrigante era determinante para o sucesso de sua produção, cabendo, a este produtor, desenvolver a "mentalidade empresarial", que supostamente lhe assegurará êxito no projeto de irrigação[449].

Compreendemos que a análise em tela compõe o perfil do Estado autoritário por omissão em relação aos irrigantes familiares, uma vez que, ao atribuir o insucesso dos pequenos irrigantes nas áreas de perímetros irrigados às questões de ordem técnica ou gerencial, não considera outros fatores e, principalmente, que esse modelo de agricultura exige significativos investimentos em capital. Nesta mesma década de 1990, as empresas do setor de fruticultura irrigada no Vale do Açu foram largamente beneficiadas com as políticas de incentivo fiscal, como bem demonstrou Santana[450].

Com a pretensão de acelerar a emancipação dos perímetros irrigados, foi aprovada a Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, redefinindo as atribuições do DNOCS para estes projetos e estabelecendo em seu art. 7º o prazo de cinco anos para que a gestão dos perímetros fosse transferida "às organizações de produtores ou a outras entidades de direito privado"[451]. Sob a justificativa de que o caráter paternalista era prejudicial ao desenvolvimento econômico do perímetro, os subsídios seriam retirados, e os irrigantes passariam por um processo de preparação para autogestão, que, em tese, deveria resultar na constituição de "uma nova mentalidade para os irrigantes, transformando-os em pequenos empresários, capazes de andar com os próprios pés, gerir seus negócios com visão de sustentabilidade e responsabilidade social"[452], na perspectiva do DNOCS.

Embora não seja objetivo desta pesquisa tratar da questão, acreditamos ser relevante trazer algumas notas sobre o programa de emancipação dos perímetros irrigados para a compreensão do lugar social dos pequenos agricultores nas políticas públicas de irrigação no semiárido, materializadas nos perímetros irrigados. A primeira diz respeito à formulação dessas políticas públicas sem a inclusão dos sujeitos sociais diretamente interessados.

A ausência dos principais interessados na fase de planejamento dessa política já desvela o caráter autoritário ativo do Estado. Na fase de implementação, a alienação da maioria dos

---

[449] BRASIL: Ministério da Integração Nacional. DNOCS: **Relatório 2004**. Fortaleza, 2006.

[450] SANTANA, Lindaura Maria de. **Produção, emprego e receita tributária***:* o efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu/RN. Natal: Editora Universitária UFRN, 1997.

[451] O Programa de Emancipação dos Perímetros Irrigados estava em vigor desde o final da década de 1990 com base na implementação de um novo projeto de irrigação, no qual o Estado busca desvencilhar-se da função de financiador dos pequenos irrigantes. Ver também a Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001.

[452] BRASIL: Ministério da Integração Nacional. DNOCS: **Relatório 2004.** Fortaleza, 2006, p. 38.

pequenos irrigantes divisa as dificuldades que enfrentarão, podendo, inclusive, comprometer a permanência destes produtores na área. Os pesquisadores José Alfredo de Albuquerque, Francisca Silvana de Sousa Monte e Luiz Antonio Maciel de Paula, investigaram a transferência de gestão do Perímetro Irrigado de Morada Nova (CE), a partir da impressão dos irrigantes, apresentando uma realidade preocupante:

> [...] 54,9% dos irrigantes responderam que não foram envolvidos em debates junto aos formuladores das políticas públicas de transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação. [...] as discussões gravitaram ao redor das lideranças do Distrito de Irrigação em reuniões realizadas, principalmente na sede do Dnocs, em Fortaleza. Dessa forma, os irrigantes ficam alijados do processo da transferência da gestão e a administração do perímetro, premissa básica dessa transferência, torna-se um ente estranho à comunidade[453].

Resta patente que o processo de transferência de gestão dos perímetros para os pequenos irrigantes, com o argumento que estes deveriam "andar com os próprios pés", sem o malefício da presença "paternalista" do Estado, impedindo o progresso econômico destes projetos, sombreia o paternalismo sem dirigismo como a ação do Estado na concessão de privilégios ao capital, neste mesmo período. No RN, para além do investimento em obras de infraestrutura, programas de financiamento e crédito para os empresários rurais sob o paternalismo do Estado, as empresas do agronegócio se beneficiaram com as volumosas isenções fiscais de longo prazo. A produção era quase 100% exportada para outras regiões do país, notadamente Sul e Sudeste e para o exterior. As frutas que ficavam na região do Vale do Açu ou mesmo em outras áreas do RN eram aquelas que não passavam no teste de qualidade exigido para exportação, ou seja, "as sobras"[454].

Assim, o Perímetro Irrigado do Baixo-Açu atravessou os primeiros anos com severas dificuldades. Apesar do volume de problemas vivenciados nos perímetros irrigados no RN, os órgãos governamentais continuavam a apostar nesta política que representa uma das estratégias do capital para a produção de *commodities* agrícolas em condições amplamente favoráveis.

---

[453] ALBUQUERQUE, José Alfredo de; MONTE, Francisca Silvana de Sousa; PAULA, Luiz Antônio Maciel de. Avaliação do Programa Transferência da Gestão de Perímetros de Irrigação na Percepção dos Irrigantes do Projeto Morada Nova. **Documentos Técnico-Científicos**. Volume 41 | Nº 04 | Outubro - Dezembro | 2010. Disponível em: repositorioufc.br/bitstream/riufc/2701/1/2010_art_jaalbuquerque.pdf. Acesso em: 22 de outubro de 2013.

[454] SANTANA, Lindaura Maria de. **Produção, emprego e receita tributária***:* o efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu/RN. Natal: Editora Universitária UFRN, 1997.

4.3 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.

As populações que residiam nos seletivos territórios da modernização agrícola assistiram, ao som dos discursos inflamados, a sua transformação em polos de atração do capital com as vantagens locacionais em termos de infraestrutura logística e hídrica. Esse foi o caso do Vale do Açu. No percurso do PBA, encontramos a devastação da vegetação nativa e a poluição dos corpos d'água. Para mais, a vulnerabilidade social e ambiental atingiu, também, as famílias que viviam em seu entorno, pois muitas delas foram assediadas para que vendessem suas terras às empresas que se instalaram na área dos projetos de irrigação.

Os estudos de viabilidade técnico-econômica do projeto de irrigação Baixo-Açu, realizados pela Serete, apresentaram a devastação dos carnaubais como necessidade à implantação do projeto supra. Se a construção da barragem implicou a submersão de milhares de carnaubeiras, a instalação de empresas rurais interessadas na fruticultura irrigada elevou substancialmente a morte das palmeiras, motivando pesquisadores e ambientalistas a promover diversas ações, tematizando a importância dessa floresta em dimensão ambiental, econômica e social para a região. Antes mesmo de concluída a barragem, o mercado de terras já estava bastante movimentado na região como mostrou a pesquisa realizada por Albano[455].

Em outro capítulo tratamos dos impactos socioambientais com a construção da barragem e a implantação do projeto de irrigação. No momento da construção da barragem, o extrativismo da carnaubeira era apontado como determinante para o atraso econômico da região. Desse modo, sua erradicação seria o preço que o progresso cobraria para que o Vale fosse transformado numa região próspera com base no pressuposto de que "a partir da erradicação dos carnaubais, um cultivo nativo que gerou homens acomodados, uma nova paisagem humana ressurgirá ali". Quando as empresas foram se instalando na região, a derrubada criminosa destas palmeiras ocorria à vista de todos, não por isso, resultando em ações constantes e eficazes de fiscalização e penalização para os infratores[456].

O depoimento de José Morais, acerca da destruição das carnaubeiras no Vale do Açu para ceder espaço à fruticultura irrigada, não deixa dúvidas sobre as contradições legais impostas pela força do capital, pois, "enquanto o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) proíbe o corte dessa árvore, o Banco do Brasil abriu recentemente uma linha

[455] ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN.** Recife: Editora Universitária (UFPE), 2008.

[456] Encontramos, na documentação consultada, várias empresas envolvidas nos crimes de devastação da mata ciliar de carnaubeiras, dentre elas, a Del Monte e a Finobrasa, esta última pertencente ao Grupo Vicunha.

de crédito a fundo perdido, para desmatamento, visando o desenvolvimento de outras culturas"[457].

Imagem 6 - Devastação dos carnaubais no Vale do Açu.

Fazenda Arraial – Carnaubais/RN. Catálogo da Coleção Carnaúba. Arquivo: Nut-Seca UFRN.

Além da derrubada da mata ciliar de carnaubeiras, o envenenamento do Rio Piranhas passou a ser objeto de denúncias, com registros de ocorrência nos órgãos de fiscalização. A atuação do Grupo de Ambientalista do Vale do Açu (GAVA) foi importante para levar a público o debate sobre a devastação ambiental e o envenenamento de rios e lagoas por empresas rurais que instalaram suas fazendas na região.

Ademais, a empresa Frunorte foi denunciada nos veículos de imprensa em 1990, sob a acusação de contaminação do meio ambiente e a morte de um funcionário[458]. Já a empresa Del Monte Fresch Produce foi denunciada por fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

[457] **Catálogo da Coleção Carnaúba**: do Núcleo Temático da Seca e Semi-Árido da UFRN. Natal: Edufrn, 2008, p. 17.
[458] MÉDICO da FRUNORTE receita agrotóxico. **Tribuna do Vale do Açu**. Açu-RN. 9.dez.1990.

(IBAMA) no ano de 2000, e a tramitação do caso desvelou o poder do agronegócio e o caráter das relações entre entes públicos e privados.

A Del Monte Fresh Produce, uma das grandes multinacionais da fruticultura, teve a sua vinda para o Vale do Açu anunciada ainda em 1999 e já se veiculava, na imprensa, que a empresa não queria ajuda do governo do Estado, apenas que este não obstaculizasse seus interesses"[459], no entanto foram significativos os investimentos em infraestrutura, além de renúncia fiscal do ICMS na compra dos equipamentos de irrigação pelas empresas[460]. As negociações entre governos e empresários redundavam em compensações para estes últimos e eram tornadas públicas via imprensa, como compensações sociais na forma de geração de emprego, apregoada como "contrapartida" da empresa.

A chegada de uma multinacional comprando milhares de hectares das melhores terras do Vale do Açu para destiná-las, exclusivamente, à monocultura da banana foi celebrada por diversos setores, requentando o discurso da geração de emprego e desenvolvimento regional, modalidade que substituiu a lacuna do desenvolvimento do Vale do Açu via irrigação pública. Não deixa de ser relevante apontar, aqui, que numa das denúncias de crime ambiental, que abordamos anteriormente, o senhor Afonso Celso Pinheiro, procurador jurídico deste órgão, inocentou a Del Monte Fresh Produce, isentando-a, também, do pagamento de multa no valor de R$ 10.500,00. O parecer favorável a Del Monte levantou suspeição ante o fato da gerente administrativa da empresa, Renata Pinheiro, ser filha do procurador Afonso Celso Pinheiro.

No que tange à questão ambiental e às relações de trabalho nas grandes fazendas instaladas nos territórios da modernização agrícola, a força do capital é abusivamente autoritária. A fragilidade dos sindicatos de trabalhadores rurais na lide com as novas formas de trabalho no campo, as incipientes organizações da sociedade civil e a dificuldade de ação dos órgãos fiscalizadores, expressando a omissão do Estado, são elementos a serem considerados na análise das violações de direitos sociais, ambientais, trabalhistas, culturais e políticos no contexto da modernização agrícola com a implantação dos projetos públicos de irrigação. Não é custoso repetir que a omissão do Estado é a inconteste manifestação de seu caráter autoritário.

A Revolução Verde apresentava as promessas de aumento na produtividade da agricultura, de diversificação das culturas, de combate efetivo às "pragas" e da resolução de outros problemas. A consequência social mais significativa seria verificada com a redução drástica da fome e da miséria de enormes massas populacionais. Contudo, embora atendendo algumas destas metas, os prejuízos ambientais e sociais colocaram em xeque os limites da

[459] DEL MONTE. **Diário de Natal**. Natal-RN. 9.abr.1999.
[460] EMPRESÁRIOS apresentam projeto do Vale do Açu. **Diário de Natal**. Natal-RN. 11.jan.1995.

revolução verde, apresentando questionamentos e contestações em face do desequilíbrio biológico, perda da biodiversidade e a construção de um "mundo desequilibrado"[461].

Nesse cenário, importantes pesquisas sobre perímetros irrigados atestaram que o uso intensivo de agrotóxicos nestas áreas constitui ameaça à saúde das populações, além de provocar danos imensuráveis ao meio ambiente. Os pesquisadores encontraram evidências que, após análises aprofundadas, confirmaram a vulnerabilidade da saúde das populações situadas nas proximidades das áreas agrícolas bem como dos trabalhadores rurais que laboravam nas fazendas[462].

No Vale do Açu, uma situação demonstrativa do poder do capital no campo foi a tática do uso abusivo de agrotóxicos, como instrumento de pressão para que as famílias camponesas situadas em áreas vizinhas às fazendas desistissem de suas terras e, coagidas, muitas cederam às pressões, temendo pela saúde e a qualidade de vida da família. Não faltavam, na imprensa, notícias abordando a poluição do rio Piranhas-Açu, da lagoa de Piató e o agravo às comunidades ribeirinhas[463]. Os pescadores e pequenos agricultores estavam constantemente queixando-se da situação em que viviam e a gravidade da situação chegou a ser tão alarmante que o Deputado José Adécio (PFL) se movimentou na Assembleia Legislativa apresentando a necessidade de debate sobre o tema[464].

Outras contradições do projeto de irrigação do Vale do Açu foram materializadas na expulsão de centenas de famílias das terras de trabalho e moradia, declínio da agricultura de

---

[461] FONTANA, Josep. **Introdução ao Estudo da História Geral**. São Paulo: Bauru, EDUSC, 2000.

[462] FREITAS B. M. C. **Marcas da modernização da agricultura do Perímetro irrigado Jaguaribe - Apodi:** uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, Ceará. Disponível em: http://www.uece.br/mag/dmdocuments/bernadete.pdf. Acesso em 13/08/2013; FERREIRA, Alexandre Severino. **Exposição a agrotóxicos e fertilizantes químicos**: agravos à saúde dos trabalhadores no agronegócio do abacaxi, em Limoeiro do Norte-CE. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15792. Acesso em: 17/08/2014; MARINHO, Alice C. Pequeno. **Contextos e Contornos da Modernização Agrícola em Municípios do Baixo-Jaguaribe-Ce:** o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-08112010-100604/publico/AlicePequeno.pdf. Acesso em 18/08/2014. RIGOTTO, Raquel (Org.) **Agrotóxicos, Trabalho e Saúde:** vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo-Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011. Co-edição com a Expressão Popular.

[463] USO de Agrotóxicos vai ser investigado. **Diário de Natal**. Natal-RN. 1.fev.1989. Mesmo com a existência de vários órgãos, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), IDEMA e Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), as denúncias de crimes ambientais não prosperavam.

[464] A instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias de crime ambiental e envenenamento do rio Piranhas pela Del Monte foi temática veiculada na imprensa norte-rio-grandense.Contudo, considerando que a CPI era um instrumento "radical", o próprio deputado José Adécio (PFL) apresentou outras propostas alternativas, como uma audiência pública ou uma explicação da Del Monte. DEL MONTE pode ser alvo da CPI. **Gazeta do Oeste**. Mossoró-RN. 6.abr.2001.

alimentação, condições insalubres de trabalho nas fazendas do agronegócio e degradação ambiental com o envenenamento das águas, do solo e do ar[465]. Os perímetros públicos irrigados e a irrigação privada, que a eles se consorcia, exigem uma significativa oferta hídrica, de modo que encontramos a implementação desses projetos associadas à construção de grandes barragens, como é o caso do PIBA no RN e PIJA no Ceará, para os quais foram edificados os dois maiores açudes públicos, respectivamente: Armando Ribeiro Gonçalves (Açude Açu) e Castanhão. O discurso da necessidade assumiu primazia durante e após a implantação das obras públicas que afiançavam o desenvolvimento rural e a redenção da população camponesa.

As limitações da agricultura camponesa no semiárido podem ser explicadas pelas condições de precariedade em que se encontram os sujeitos dessa agricultura, materializadas, entre outros elementos, na falta de terras, apoio técnico, financeiro e dificuldades de acesso aos mercados. Embora nos dias atuais a própria nomeação "agricultura de subsistência" tenha caído em desuso, e o termo agricultura familiar – com toda a diversidade de forma que a constitui – apresente-se na teoria social, nos discursos políticos e nas políticas públicas para o setor, principalmente a partir de meados da década de 1990, o Estado brasileiro pouco tem feito para superar os velhos problemas agrícolas e agrários.

Em fins do século XX, nos vales férteis do semiárido norte-rio-grandense, os perímetros irrigados continuaram a integrar as políticas públicas de irrigação, para instalar-se em territórios onde predominam a agricultura familiar, expandindo os interesses do capital a expensas do sacrifício da agricultura camponesa, da mercantilização dos recursos naturais que se transformam em terras e águas de investir, produzindo maior concentração de riqueza e expandindo problemas de toda a ordem.

As descontinuidades das políticas públicas, as dificuldades de sua efetivação, os incentivos financeiros ínfimos, se comparados aos destinados ao agronegócio, são alguns exemplos de como ainda se pensa o setor da agricultura camponesa, hierarquicamente secundarizada, albergado por sujeitos rudes e ignorantes que não tem aptidão ou conhecimentos

[465] Nos territórios do Vale do Açu e Apodi, no RN, e Vale do Jaguaribe, no Ceará, onde se instalaram grandes fazendas do agronegócio, as lutas camponesas ocorreram/ocorrem de forma aguerrida. Em 24 de julho de 2013, o MST e agricultores do município de Apodi ocuparam área destinada ao loteamento do Perímetro Irrigado Santa Cruz de Apodi no Rio Grande do Norte. Os camponeses de Apodi vêm sendo expropriados de suas terras para a instalação do que eles chamam de "Projeto da Morte", que é a implantação de mais um perímetro irrigado para servir aos interesses do agrohidronegócio. Na Chapada do Apodi, no lado do Ceará, 150 famílias de trabalhadores sem-terra ocuparam área no interior do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi, cujo acampamento foi batizado com o nome Zé Maria do Tomé, uma forte liderança social assassinada pelo agronegócio em 21 de abril de 2010. Em 2017 centenas de famílias camponesas sem-terra ocuparam área do Perímetro Irrigado Baixo-Açu, reivindicando as terras que deveriam servir à agricultura camponesa. Sobre perímetro irrigado e os conflitos gestados a partir de sua implantação nas áreas dos Vales supracitados, ver: VALÊNCIO (1995); FREITAS (2010); RIGOTTO (2011); RIGOTTO et all (2012); PINTO (2018).

técnicos para produzir além da "subsistência". Apenas se tomarmos um desses elementos – a destinação de verbas públicas –, veremos o lugar que a agricultura camponesa continua ocupando nas políticas públicas[466].

O PBA foi uma política vantajosa para as empresas rurais que se instalaram na região do Vale do Açu, recebendo uma infraestrutura construída com recursos públicos. Vale lembrar que, antes mesmo de iniciar as obras, era constante a preocupação que as terras férteis da região fossem parar nas mãos de grandes empresas multinacionais. Por ocasião da Primeira Semana do Meio Ambiente, ocorrida em Natal, em junho de 1979, Eldan Veloso, representando o DNOCS, reportou-se à questão nos seguintes termos:

> Existiu uma polêmica muito grande quando uma empresa americana fez uma consulta ao Ministério do Interior sobre a possibilidade de explorar 10.000 hectares com banana no Baixo-Açu. O DNOCS imediatamente deu um "não", mas parece que essa resposta que o DNOCS deu não chegou aos ouvidos de todo mundo, sendo que até nos dias de hoje alguém ainda cita que o DNOCS vai desenvolver um projeto dessa dimensão para as multinacionais[467].

Foram confirmadas as projeções feitas para o PBA, e grandes empresas que se instalaram na região usufruíram de muitas benesses e privilégios ofertados pelo Estado, se apropriaram dos recursos naturais e tiveram, ao seu dispor, farta e barata mão de obra. Os primeiros irrigantes/colonos/microempresários relataram experiências difíceis, e outros guardaram amargas e frustrantes lembranças. A maioria foi forçada a abandonar o lote por falta de condições, contudo outros problemas foram sendo gestados a partir desse "abandono" dos irrigantes pioneiros. Depoimentos de ex-irrigantes nos possibilitam vislumbrar as táticas utilizadas para a concentração de lotes nas mãos de uma mesma pessoa, e os dilemas da segunda

[466] Numa abordagem sobre os caminhos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e comparando os benefícios financeiros destinados ao agronegócio e a agricultura familiar camponesa, Joaci Aquino e Sergio Scheneider (2015) permitem divisar o quão vantajoso tem sido para o agronegócio a mão generosa do Estado. Segundo os mesmos autores: "Para ilustrar este argumento, basta mencionar que dos R$ 157 bilhões disponibilizados para a safra 2013/2014, nada menos que R$ 136 bilhões (87% do total) foram reservados pelo governo Dilma Rousseff para apoiar exclusivamente os 809.369 agricultores patronais do país, e apenas R$ 21 bilhões (13% do total) foram consagrados aos mais de 4,3 milhões de estabelecimentos familiares espalhados nos 27 estados da Federação. Este montante de recursos destinados à agricultura empresarial, em um único ano agrícola, superou em muito os R$ 100 bilhões aplicados pelo Pronaf ao longo de toda a sua existência". Ver AQUINO, Joaci Rufino; SCHENEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia & SCHENEIDER, Sérgio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p.63.

[467] VELOSO, Eldan. **Semana do Meio Ambiente.** PBA, História Oral, Cx. 01, Pasta 02, Fita 13-06. Arquivo Nut-Seca, UFRN.

etapa do PIBA que o Estado do RN não resolve, enquanto continuam improdutivas centenas de hectares.

Na análise de Rafael Pereira da Silva sobre os perímetros públicos no Rio Grande do Norte, particularmente os que foram implantados na década de 1970, o que se verifica nestas áreas é uma "perversidade sistêmica", materializada na ausência do Estado em ações de apoio aos pequenos irrigantes[468].

A apropriação do território pelas empresas rurais redefiniu as bases produtivas da região, trazendo uma série de problemas sociais que contribuíram, de modo visível, para precarizar ainda mais as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores rurais que laboravam nas fazendas do agronegócio e das comunidades que por elas foram cercadas. Contraditoriamente, fizeram eclodir lutas e resistências às violações de direitos. O campo se transformou em espaço de disputas abertas, com ocupações de terras, manifestações públicas e uma série de ações políticas protagonizadas pelos trabalhadores.

A classe dominante, imiscuída nos órgãos do Estado, disputa, em melhores condições, as políticas públicas para o campo, fortalecendo os interesses do capital. Por outro lado, a resistência ativa dos camponeses e organismos sociais que articularam as mais variadas formas de luta pela reterritorialização do campesinato e redefinição do modelo de produção agrícola, demarcou o Vale do Açu como território da resistência camponesa. Com referência em José de Souza Martins, refletimos a condição de fronteira desses territórios, assim os conflitos e disputas, que neles se desenrolam, definem-os como fronteiras de possibilidades históricas. São territórios de confronto, da negação do "outro" e da resistência camponesa[469].

Direcionando o olhar para o rural no Vale do Açu, nas décadas de 1980 e 1990, encontraremos a agitação social do campesinato, os arranjos e articulações políticas dos grandes e médios proprietários rurais, os avanços e recuos da Igreja Católica, dividida entre a denúncia da "injustiça institucionalizada", como afirmara em Puebla e a posição de conciliadora de interesses díspares. Ver-se-á a edificação de um novo rural: a nova paisagem que incorporava uma grande obra hidráulica, imposta à fina força; o desaparecimento de uma pequena cidade

[468] O autor trata da situação de precariedade dos Perímetros Irrigados de Cruzetas, Itans, Sabugi e Pau dos Ferros, ocupados, exclusivamente, por pequenos irrigantes/colonos e estabelece uma análise comparativa com o Perímetro Baixo-Açu, que tem a presença de empresários rurais. Neste último, apesar dos problemas vivenciados pelos pequenos produtores para pagar os elevados custos da produção irrigada, os investimentos do Estado não cessaram, em virtude do caráter capitalista do empreendimento. SILVA, Rafael Pereira da. Políticas Públicas Territoriais e Agricultura: apontamentos a partir da constituição dos perímetros irrigados públicos no Rio Grande do Norte. **Espaço em Revista**. v. 20, n. 1, jan./jun. 2018, p. 66-84. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/51344. Acesso em:16/10/2019

[469] MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2ª Ed. São Paulo, Contexto, 2012.

do interior potiguar, com o Estado promovendo a migração forçada de centenas de famílias camponesas.

Quem quiser perscrutar outras veredas, encontrará trabalhadores "barrageiros", vindo de diferentes lugares para o Vale do Açu; empresas rurais comprando terras aqui e ali; e agricultores jornaleiros, parceiros ou arrendatários se transformando em assalariados nestas mesmas "firmas".

Imagem 7 - Ato público contra a barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Fonte: Arquivo NUT-SECA/UFRN.

Num diálogo com Celso Furtado, acerca de variados temas relacionados à questão econômica e social da região semiárida, com eixo na análise das secas, Manuel Correia de Andrade rememorou sua participação num seminário, em Natal, narrando que:

> Um professor chamou a atenção para a seca do Vale do Açu: disse que o nível de vida da população caiu com a modernização e com a irrigação, porque os pequenos produtores, que eram meeiros ou posseiros, foram desalojados para a implantação de grandes culturas para exportação, sobretudo de frutas, melão e banana. E agora chega ao ponto de a banana ser colhida e colocada em contêineres fechados e levados para o porto[470].

[470] TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Correia; PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Seca e Poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Como se pode verificar, o debate sobre o desenvolvimento rural no semiárido, gestado a partir da intervenção do Estado suscita uma série de questões: qual desenvolvimento? Para quem esse modelo de desenvolvimento? Nos documentos oficiais não era incomum a crítica ao latifúndio improdutivo e ao minifúndio incapaz de garantir a sobrevivência da família camponesa. O Vale do Açu tinha estas características: poucas extensas propriedades e centenas de minifúndios construíam o mosaico rural, que imprimia, na sociedade, as marcas da exclusão, pobreza e desigualdade.

Com a construção da grande barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, a região se transformou em polo de atração para o capital, resultando na reconcentração fundiária durante a década de 1980 e 1990, ao passo que limitava o acesso a terra para centenas de famílias camponesas. O que é importante destacar desse processo é que o Estado foi o agente que propiciou, ao fim e ao cabo, essa reconcentração, essa “injustiça institucionalizada”.

5 RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES DE SÃO RAFAEL

> *Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder.* (Guimarães Rosa)

O município de São Rafael encontra-se entre os municípios mais afetados com a construção da Barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Toda a área urbana e 52 % das áreas agricultáveis deste município ficaram submersas após 1982. A dimensão desse impacto, praticamente, riscou o município do mapa, exigindo a construção de uma nova cidade. Compondo a microrregião do Vale do Açu, São Rafael estava situado à margem direita do rio Piranhas-Açu, com área urbana de 80 hectares. Apresentava, na década de 1970, uma população de 8.868 pessoas, das quais 5.825 residiam na área rural, correspondendo a 65,68% da população total[471].

Tabela 7 - Número de famílias e população atingida na área da bacia hidráulica.

Bacia hidráulica			**Número de famílias**	**Número de pessoas**
Municípios	Ipanguaçu		148	864
	Açu		71	454
	São Rafael	Sede do município	644	3.023
		Zona rural	913	4.379
		Total	1.557	7.402
	Jucurutu	Sede do município	197	955
		Zona rural	646	3.140
		Total	843	4.095
	Santana do Matos		74	418
	Total		2.693	13.233

Fonte: Censo Demográfico: Hidroservice, 1979. Adaptado pela autora[472].

O deslocamento populacional de 3.955 famílias, contabilizando 20.250 pessoas entre as desapropriadas na bacia hidráulica e as que estavam situadas na área destinada ao projeto de irrigação, atingindo territórios de vários municípios, expunha a gravidade dos problemas sociais advindos do Projeto Baixo-Açu. Acrescente-se, ainda, o naufrágio da cidade de São Rafael, das

[471] Fonte: Censo Demográfico IBGE.

[472] Restringi o quadro às famílias e à população atingida na área da bacia hidráulica em virtude da não implantação do projeto de irrigação como estava previsto no PBA. No Projeto fora estabelecida a cronologia das etapas do projeto de colonização com as respectivas áreas a serem loteadas, contudo, após a construção da barragem, foram esquecidas as demais etapas do PBA.

minas de mármore e sheelita e a devastação das matas de carnaubeiras. Essa era a previsão dos impactos do Projeto Baixo-Açu[473].

Os dados acima foram apresentados nos estudos da Hidroservice, contemplando os municípios diretamente atingidos pela bacia hidráulica e área de irrigação[474]. Para o quadro acima, restringi os dados aos municípios afetados apenas pela bacia hidráulica, tendo em vista que o projeto de irrigação fora "esquecido". Assim, foram reduzidas as áreas do município de Ipanguaçu destinadas ao projeto de irrigação e, desse modo, o número de famílias atingidas foi reduzido para 2.693, totalizando 13.233 pessoas.

São Rafael respondia por 57,81% das famílias atingidas pela bacia hidráulica. Com toda a população urbana e a maioria da área rural atingida, a perspectiva de desenraizamento se afigurava de modo aterrador, especialmente, para os camponeses, cujos vínculos com a terra, o rio, a fauna, a flora, a família, a vizinhança eram elementos constituintes da identidade com o território, como espaço econômico, político, social e cultural.

Confirmando a assertiva de que "Um grupo só se desenraiza pelo impulso irresistível de uma crise de morte, miséria ou fome, ou em consequência de medidas políticas"[475]. Quase todas as famílias camponesas de São Rafael contavam história de parentes que haviam migrado para outras bandas em razão da seca ou das cercas, mas a dispersão forçada de centenas de famílias era algo impensável. E, como a seca, a barragem também significava desenraizamento, fome e morte, sendo a primeira um fenômeno climático e a segunda um projeto político. Doloroso crer que a saída forçada era projeto do governo, que, na compreensão dos camponeses, deveria proteger a nação e, os de São Rafael passaram a temer mais a força do decreto que a própria seca. Assim, foi pensando nesse dual enfrentamento que o poeta popular Rafael Arcanjo da Costa asseverou: "A maior seca que já vivemos foi esta barragem"[476].

Neste capítulo iremos abordar as vivências dos camponeses do município de São Rafael antes da construção da barragem, buscando compreender sua dinâmica, a produção da vida material e cultural e as formas de resistência em tempos sombrios. Ao longo do capítulo, objetivamos: a) refletir acerca do conceito "subsistência" e camponês; b) cartografar a diversidade desse campesinato; c) analisar as condições em que realizavam a produção; e d)

---

[473] BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. **PROJETO BAIXO-AÇU:** Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Vol. VI. São Paulo: Hidroservice, 1979.

[474] Ibid., p. 753.

[475] BRUNHES, 1955, p.268, *apud* CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, p.31.

[476] VARGAS, Nazira Abib O. **Beiradeiros do Baixo-Açu**: canto e lamento de Rafael Arcanjo da Costa. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987, p.39.

compreender suas lutas por terra de trabalho e moradia, desencadeadas no processo de expulsão com a construção da barragem.

Embora o sentido das lutas fosse a posse da terra, os caminhos palmilhados pelos camponeses foram diversos em virtude de fatores relacionados às condições destas famílias e que implicaram nas decisões sobre os rumos a serem tomados. Desse modo, os velhos camponeses que não tinham mais condições de lavrar a terra aceitaram a proposição do DNOCS para estabelecerem-se na nova cidade. Para as demais famílias camponesas constituídas por agricultores sem-terra e ex-proprietários incorporados a este universo dos desgarrados da terra por força da expropriação, a decisão de migrar para outras paragens ou resistir no território era extremamente difícil, pois, qualquer que fosse o caminho, a única certeza que se apresentava naquele momento era a exigência de sacrifícios para toda a família. Apresentamos, neste capítulo, os caminhos impostos aos camponeses, assim como os que foram trilhados por decisão familiar, buscando apreender os desafios das travessias, os recuos, as resistências, as lutas e a capacidade de resiliência do campesinato.

As razões para a elaboração de uma análise específica em torno do modo de viver, ser e fazer-se do campesinato para o período que antecede a implantação do PBA diz respeito a uma questão relevante: nas pesquisas que discutem o PBA, sejam quais forem as perspectivas ou objetivos, encontramos referências ao processo de aviltamento da condição camponesa pós-implantação do referido projeto. Essa recorrência salta aos olhos do mais desatento leitor e implica na problematização de algumas questões relacionadas ao PBA como divisor de águas para esse campesinato.

Nesse sentido, como os camponeses da ribeira do rio Piranhas-Açu se apropriavam da terra, das águas e das florestas desse território antes da construção da grande barragem? Essa indagação, a ser tratada aqui, guardará um nexo com as lutas por "terra de trabalho e moradia" que abordaremos no final deste capítulo, contemplando, também, a luta pela água, elemento que traduz uma das maiores contradições do semiárido, notadamente em tempos de modernização agrícola, quando milhões de litros d'água são canalizados para o agronegócio e chegam à conta gota nas comunidades rurais, via carro-pipa.

5.1 "SETOR DE SUBSISTÊNCIA" E CAMPESINATO NA TEORIA SOCIAL.

"Setor de subsistência", "agricultura de subsistência" ou "economia de subsistência" foram termos utilizados para designar a produção agrícola realizada pelos trabalhadores pobres do campo. Pesquisadores de variados campos situam essa produção em diferentes

temporalidades da formação social brasileira. Ao revisitarmos os olhares sobre este setor e observarmos os vieses das análises produzidas, localizamos os embates entre a afirmação e a negação da agricultura camponesa no Brasil, no interior da teoria social.

Dado que o termo "subsistência" se expressa como sinônimo ou característica fulcral da economia camponesa no Brasil, vamos apontar algumas considerações sobre este, para tornar claro como nós o compreendemos nesta pesquisa.

5.1.1 "Subsistência"

Economia de "subsistência" incorpora, de modo implícito, a concepção de uma produção que não gera excedentes, que está limitada a suprir as necessidades imediatas da família, tratando-se, pois, de uma economia da miséria, do trabalho árduo e constante. As críticas apresentadas por Pierre Clastres[477] acerca do termo "economia de subsistência" para caracterizar as sociedades primitivas são, por demais, relevantes para entendermos a formulação de juízos de valor que estabeleceram lugares e incutiram concepções alimentadas com referência na falta, na carência e na incapacidade técnica da economia camponesa, albergada no "setor de subsistência".

Sobre esta "Imagem antiga, sempre eficaz, da miséria dos selvagens"[478] que Clastres discute, nós a encontramos em algumas interpretações sobre a produção camponesa. A ênfase na incapacidade em produzir excedentes é justificada com base na rudeza e falta de conhecimento técnico, na inaptidão do camponês para lidar com os mercados e na sua ineficiência como empreendedor. Os sujeitos da economia de "subsistência" formavam o rural atrasado, vulnerável, sôfrego e acabrunhado, pois:

> O que é de fato "subsistir"? É viver na fragilidade permanente do equilíbrio entre necessidades alimentares e meios de satisfazê-las. Uma sociedade com economia de subsistência é então a que alimenta seus membros apenas com o estritamente necessário, encontrando-se assim a mercê do menor acidente natural (seca, inundação, etc.) [...] sua existência é um combate interminável contra a fome, pois elas são incapazes de produzir excedentes, por carência tecnológica e, além disso, cultural[479].

A construção do termo "subsistência", como atributo da economia dos povos primitivos, das comunidades tradicionais e dos camponeses, corporifica a visão política autoritária que

[477] CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado:** Pesquisas de Antropologia Política**.** Tradução Theo Santiago**.** Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1982.
[478] Ibid. p.133.
[479] Ibid, p. 11-12.

pretende hierarquizar saberes e lugares sociais para fazer valer as relações de dominação e opressão sob as mais diferentes formas. Os pesquisadores sabem dos problemas oriundos da visão hegemônica construída sobre o continente africano, apenas para apresentar um dos casos mais significativos. A esse respeito consideramos que as reflexões apresentadas pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie[480] podem servir como chave de leitura para compreendermos alguns problemas que derivam da construção de uma "história única" e poderíamos acrescentar, uma história homogeneizadora. Os estereótipos e preconceitos oriundos dessas visões, minam a dignidade e desfiguram a cultura de um povo, grupo ou segmento social, contribuindo sobremaneira para impor fortes obstáculos as lutas por direitos. O que prevaleceu até pelo menos a década de 1960 na literatura e na teoria social brasileira foi a visão de um campesinato rude e pobre e a recorrente repetição dessa representação contribuiu para passar longe e ao largo, suas diferenciações, similaridades, seu conhecimento técnico, a dinâmica da economia e seu complexo universo cultural. Assim foi cimentada a ideia do camponês sobrevivendo resignadamente em condições miseráveis no reino das ausências, dentre elas a falta de instrução e competência técnica.

O instigante artigo de Maria Isaura Pereira de Queiroz[481] sobre a existência negada ou silenciada da economia de "subsistência" praticada por trabalhadores rurais, foi produzido nos anos 1960, trazendo uma necessária e fértil discussão acerca da invisibilidade dessa economia, apontando suas fragilidades. A autora afirma que os dois maiores obstáculos à agricultura de "subsistência", no que tange ao aumento da produtividade e a sua inserção na economia de mercado, encontravam-se na *falta de financiamento* e na *falta de instrução*. Queiroz apresenta a incapacidade do camponês para gerir o tempo de trabalho e organizar a divisão do trabalho estabelecendo uma dinâmica que possibilitasse a geração de excedentes. Nas palavras da autora:

> [...] não tem ele desenvolvimento mental suficiente para organizar seu trabalho de modo que consiga plantar para o consumo e produzir para vender em quantidade apreciável na feira. Não que o reputemos um indivíduo de capacidades intelectuais pouco desenvolvidas; o que há é que não exercita em sua vida cotidiana as qualidades requeridas pela complexidade da economia de mercado. Uma das noções básicas desta, e que falta em geral ao sitiante conforme tivemos possibilidade de averiguar, é a da divisão do trabalho[482].

[480] ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

[481] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford Andrew [et al] **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 57-72.

[482] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford Andrew [et al] **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 67-68.

Ao analisar a produção camponesa com referência no dispêndio do tempo de trabalho e na divisão das tarefas, ou melhor, em sua ausência, Queiroz considera grave a falta de uma "racionalidade" necessária à economia capitalista. No estudo de Emília Pietrafesa de Godoi, que trata da ocupação camponesa nos sertões do Piauí, a autora utiliza a expressão "economia de aprovisionamento" ao invés de "economia de subsistência", pelo fato de que "[...] esta última geralmente vem acompanhada de uma concepção equivocada que comporta o binômio trabalho contínuo-sobrevivência [...]"[483], enquanto que a primeira considera que a produção camponesa tem outros fins além da produção para uso e está orientada pelas necessidades da família, e não imperiosamente pelas determinações do mercado.

Nesse contexto, ancoramo-nos na perspectiva de Afranio Raul Garcia Jr. para o uso do termo subsistência neste trabalho[484]. Garcia Jr. explicita a dimensão do termo *subsistência* enquanto categoria social "que permite estabelecer que padrões e normas de reprodução são socialmente aceitáveis; por conseguinte um conceito que também se move de sistema para sistema e que está tão submetido às leis de um sistema determinado como qualquer outro"[485]. Ao ser abordado nesta percepção, subsistência se distancia das concepções negativas e de compreensão limitada da dinâmica camponesa, subjacentes ao termo. As reflexões formuladas por Clastres e Godoi são reveladoras das armadilhas teóricas que determinadas categorias podem assumir, caso não se explicite o sentido analítico que elas se encarregam, especialmente quando adquirem um conteúdo político e estão associadas a projetos conflitantes.

O chamado "setor de subsistência" notabibilizou-se pela posição secundária na produção acadêmica sobre a História Econômica do Brasil, cuja primazia era dada a *plantation,* pelo menos até a década de 1960. Nesta década, a produção acadêmica sobre o universo rural com abordagem para a questão agrária, para a gênese e para a presença dos camponeses na formação social do Brasil, sua reprodução social e suas peculiaridades da produção de "subsistência", ganhou espaço significativo em diferentes campos do saber. Um fôlego maior se verifica nos anos 1980, com a expansão das pesquisas sobre o rural. Entre outras razões, a explicação para esse fato se encontra no processo de redemocratização do país com a retomada das grandes pautas políticas, como a reforma agrária.

---

[483] GODOI, Emília Pietrafesa de**. O trabalho da memória**: cotidiano e história no Sertão do Piauí. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999, p.51.
[484] GARCIA JR. Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
[485] Ibid, p. 16.

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva[486] produziram uma valiosa pesquisa acerca da agricultura brasileira com apontamentos importantes sobre a "agricultura de subsistência", enfatizando a necessidade de maiores estudos sobre questões relacionadas a essa produção, que havia sido secundarizada pela sociedade. Os autores acima referidos instigaram a realização de estudos locais e regionais, que pudessem trazer a "face oculta da economia e sociedade coloniais", compreendendo que estas pesquisas seriam de largo valor para a historiografia brasileira, pois trariam "a renovação daqueles conhecimentos, menos comprometidos com os *discursos oficiais* da documentação tradicional e mais preocupados com as ações dos homens de todos os grupos sociais, e não somente de alguns deles – nos seus multifacetados modos de viver em comum e pensar"[487]. Apontaram a defesa de um fazer histográfico, que considerasse a ação de sujeitos quase sempre ignorados, com olhares para outras práticas sociais, as quais muito poderiam esclarecer sobre um Brasil para além da monocultura agroexportadora, para além da sociedade dual, em cujos extremos se encontravam os senhores e os escravos, inclusive para além da *brecha camponesa* defendida por Cardoso[488].

Um estudo comparativo sobre a agricultura de " subsistência" em Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, realizado por Antônio Henrique Duarte Lacerda & Cristiano Luis Christilino[489], traz a conceituação "agricultura de alimentos", que, ocupando as "bordas da plantation", lugar por excelência da "agricultura de exportação", dela se diferenciava por ser responsável pelo autoabastecimento da colônia.

Quanto ao "setor de subsistência", no qual se integram, historicamente, os camponeses, há uma gama de trabalhos provindos de vários campos de pesquisa que reconhecem sua importância para a sociedade brasileira do período colonial à contemporaneidade. Uma pesquisa acerca do pensamento sobre o rural brasileiro, produzida por intelectuais do campo da esquerda, foi realizada por Márcia Motta[490], na qual a autora analisa as interpretações destes

---

[486] LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da Agricultura Brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

[487] Ibid, p. 118.

[488] CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: WELCH, Clifford Andrew [et al] **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 97-115. Logo de início Cardoso explica que "a expressão "brecha camponesa" para exprimir a existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de *plantation* entendido em sentido estrito" fora apanhada de Tadeusz Lepkowski. Se a brecha camponesa poderia significar o reconhecimento da existência de um protocampesinato no Brasil, para Linhares e Teixeira, essa proposição ainda era muito restrita dos lugares e formas de produção do campesinato, seja à margem da plantation ou na fronteira aberta, nos sertões.

[489] LACERDA, Antônio Henrique Duarte; CHRISTILLINO, Luís Cristiano. A agricultura de subsistência em Pernambuco, Minas e Rio Grande. In: BRANDÃO, Tânya Maria Pires; CHRISTILLINO, Luís Cristiano (Orgs.) **Nas Bordas da Plantation**: Agricultura e Pecuária no Brasil Colônia e Império. Recife: Editora UFPE, 2014.

[490] MOTTA, Márcia. **O Rural *à la gauche***: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996). Niterói: Editora da UFF, 2014.

autores sobre o rural, chamando atenção que é necessário "esforçar-se para escapar de um juízo de valor que condena uma obra, sem inseri-la num contexto histórico de sua produção"[491].

É indiscutível a relevância desses trabalhos para a compreensão das raízes de nossa história e dos embates políticos bem como teóricos numa época marcada por mudanças significativas, que exigiam respostas acerca das razões das continuidades dos problemas vivenciados pela sociedade brasileira. Ao indagarmos sobre a recorrente referência a uma suposta debilidade e ignorância dos camponeses, interpretadas como obstáculo ao desenvolvimento de suas práticas produtivas, instiga-nos revisitar os olhares sobre os pobres do campo que figuraram, e ainda figuram, no imaginário social de forma estereotipada, o que contribui, sobremaneira, para a desvalorização do seu *modus operandi*, e, em última instância, continua, como no passado, a responsabilizá-lo pelas condições sociais em que vivem.

De modo geral, do final do século XIX até as primeiras décadas do XX, a impulsão de ideias preconceituosas e racistas europeias ganhava terreno na produção acadêmica e literária brasileira, e não são poucos os intelectuais que se filiavam a essas concepções nas leituras sobre a população brasileira, especialmente quando abordavam a mestiçagem.

Desse modo, a figura do Jeca Tatu[492], preguiçoso, indolente, soturno, analfabeto, incapaz, incompleto, conformou a caricatura do homem pobre do campo que ascendeu a símbolo nacional, o chamado "rurícola", embora, ao longo das posteriores reformulações do pensamento e da produção de Monteiro Lobato, esse personagem tenha sofrido metamorfoses até se transformar no Zé Brasil[493]. Enquanto este último ficou restrito à obra de Lobato, não sendo referenciado pelo senso comum, o primeiro é acionado frequentemente para retratar o caráter arredio e a incapacidade dos camponeses pobres. Na interpretação de Dora Vasconcellos[494], a prevalência do Jeca Tatu sobre o Zé Brasil "ocorre devido à posição subalterna ocupada pelo caipira na estrutura produtiva de nossa sociedade, impedindo que ele assuma as feições positivas daquele responsável pela modernização de nossa economia e de nosso país"[495].

Em relação a um olhar positivo sobre a população rural, encontramos Alberto Passos Guimarães[496], demarcando diferença significativa das concepções de seus contemporâneos. A

---

[491] Ibid, p.100.
[492] LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
[493] ALVES FILHO, Aluízio. **As metamorfoses do Jeca Tatu**: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.
[494] VASCONCELLOS, Dora Viana. **O homem pobre do campo no pensamento brasileiro e no imaginário social. Dissertação. (**Mestrado em Ciências) Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.
[495] Ibid, p. 18.
[496] GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

questão da violência e sua perenidade ganha visibilidade nos trabalhos de Guimarães. Se a violência é presença constante e ameaçadora, a resistência dos homens pobres do campo no enfrentamento do latifúndio é também enaltecida por este autor. Do ponto de vista político e social, Guimarães atribuiu aos sujeitos do campo um protagonismo relevante no embate pela constituição da pequena propriedade.

> Nem sempre fielmente retratados por muitos de nossos historiadores, que frequentemente os veêm, tal como os senhores rurais da época, como uma multidão de bandoleiros e desclassificados, esses 'ociosos' ou 'vadios', pelo menos em sua melhor parte, constituíram um importante instrumento de pressão e de combate contra o outrora inviolável direito latifundiário de propriedade. Vamos encontrá-los, pela segunda metade do século XVIII e por todo o século XIX, transformados em 'intrusos' ou 'posseiros' e novamente espoliados e oprimidos no curso de suas audazes lutas pela conquista de um pedaço de terra[497].

Nesse contexto, "posseiros" e "intrusos" promoviam "atos de atrevimento e bravura" frente aos potentados rurais, enfrentando o latifúndio, a par de toda a violência que contra eles pudesse ser encetada. Por outro lado, em uma das passagens de *Quatro Séculos de Latifúndio*, Guimarães reconhece que esses sujeitos do campo passaram por um longo processo de espoliação, constituindo-se uma camada de "semiproletários do campo (...) sem qualquer função importante na estrutura produtiva"[498].

Interpretando que havia uma classe camponesa em gestação e que seus constantes silenciamentos eram produzidos pela estrutura colonial feudal, Guimarães enxerga, nos "posseiros" e "intrusos", a gênese do camponês, ao contrário de outras interpretações que viram no imigrante a origem do campesinato brasileiro. Defensor da reforma agrária como condição para o desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais, Guimarães e outros intelectuais da tese feudal viram suas teorias lançadas ao chão com o Golpe de 1964. Segundo Motta, o Golpe significou uma dupla derrota:

> Mas para além da ruína da tese feudal, havia outra menos óbvia. O fim da perspectiva de um Brasil com resquícios feudais também sepultaria as ilações de Alberto Passos Guimarães sobre a força e a perícia dos camponeses de outrora. A assertiva de que eles haviam atacado "de frente o todo-poderoso sistema latifundiário", seria esquecida para em seu lugar consagrar-se a noção da passividade, da ausência de cultura do homem do campo[499].

---

[497] Ibid, p. 105-106.
[498] Ibid, p.96.
[499] MOTTA, Márcia. **O Rural *à la gauche***: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996). Niterói: Editora da UFF, 2014, p.113.

Combatidos a ferro e fogo, os movimentos sociais no campo e os sindicatos de trabalhadores rurais recém-constituídos em anos anteriores viram-se acossados e duramente golpeados após 1964. Lideranças camponesas e sindicalistas foram presas, assassinadas e exiladas. A exigência da "passividade" encontrou forte resistência camponesa, como atestam os documentos produzidos em sua maioria a partir da década de 1980. A violência contra os trabalhadores do campo foi patrocinada tanto pelos organismos do Estado quanto pela ação privada do latifúndio, materializada em perseguições, mortes, encarceramentos e expulsões.[500]

Nessa conjuntura, era imprescindível silenciar as vozes que reclamavam a reforma agrária não como condição para o desenvolvimento do capitalismo, mas como democratização do acesso a terra e da instauração da proclamada justiça social, uma demanda exclusivamente camponesa. Como aquebrantar a tenacidade para a luta que transformou os pacíficos "jecas" em aguerridos camponeses? Se o protagonismo, nos idos das décadas de 1950 e início de 1960, havia contribuído para esmaecer as concepções que atribuíam aos homens e mulheres do campo a ideia de "passividade", "ausência de cultura" e outras de natureza degradante da qual tratamos anteriormente, era necessário extirpar essa conquista política para recondicioná-lo a posição anterior.

Ao analisar a proposta de colonização inserida no Estatuto da Terra (1964), Guimarães avalia que o documento tem um caráter retrógrado ao reeditar a perspectiva de impossibilidade de autonomia para o trabalhador do campo, presente na Lei de Terras de 1850:

> [...] é que o cultivador caboclo não tem capacidade de discernimento e, portanto, não pode pretender transformar-se num produtor independente – essa figura de cultivador direto que surgiu no mundo desde os fins da Idade Média, com o florescer do capitalismo. Está, por isso, implícito ou explícito, em ambas as leis, que tanto o antigo 'colono' como o moderno 'parceleiro' devem viver sob a tutela de um capataz ou de um 'administrador' até que prove sua capacidade de emancipar-se [...][501]

Em *A Formação do Brasil Contemporâneo*, na parte que trata da "Vida Material", Caio Prado Jr. dedica um capítulo à agricultura de "subsistência" no período colonial. Para o autor, essa produção era secundária e os sujeitos que nela operavam eram qualificados de forma negativa, bem ao gosto das concepções da época, que partilhavam a visão da degeneração racial

[500] Sobre o questão, há uma extensa bibliografia, dossiês, entrevistas e documentários. Ressaltamos dentre eles: CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo* – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010; MST. *Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1985.* São Paulo: Global Editora, 1987; JULIÃO, Francisco. Depoimento a Aspásia Camargo, México, 1977. Transcrição disponível no CPDOC-FGV.

[501] GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 241

como fator obstaculizante ao desenvolvimento econômico e social. Em uma das passagens sobre a agricultura de "subsistência", Caio Prado Jr. Interpreta que:

> A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado[502]. (Grifo nosso).

A agricultura de "subsistência" se caracterizava pela subordinação econômica a grande lavoura, assim, via de regra, os homens que dela se ocupavam estavam sujeitos ao grande proprietário e eram socialmente "inferiores". Em outras diferentes passagens d'*A Formação do Brasil Contemporâneo*, podemos encontrar juízos de valor, acerca dos pobres do campo que se apresentam carregadas de preconceitos. Para Márcia Motta, é difícil atribuir à origem social do autor sua visão preconceituosa sobre os pobres, argumentando ainda que "Não deixa de ser interessante apontar o fato de aquele autor acionar quase os mesmos testemunhos de época, citados por Guimarães Passos em 1963, para chegar a conclusões opostas"[503].

Para além das imagens sobre os pobres do campo que compunham o setor de "subsistência", interessa-nos recortar as interpretações do autor acerca dessa produção no sentidode localizar qual o seu lugar na economia e na sociedade coloniais. A assertiva em torno do caráter secundário da agricultura de "subsistência" deve ser entendida em Prado Jr. não como depreciação do setor, mas como reconhecimento de sua importância para o abastecimento da colônia. Na observação do autor, essa condição da agricultura de "subsistência" é determinada pelo sistema econômico, que não privilegiava a agricultura de autoabastecimento, levando a população colonial a enfrentar graves crises de abastecimento. Essas crises abatiam-se sobre núcleos habitacionais com maior densidade demográfica e decerto, suas maiores vítimas eram os pobres, fossem do campo ou da cidade.

Em outro trecho, Prado Jr. relaciona a expansão da grande lavoura com a retração da agricultura de "subsistência" que terminava por criar uma "situação paradoxal, que é a miséria e a fome a ombrearem com a prosperidade dos preços elevados"[504].Essa análise se refere à

---

[502] PRADO JR. Caio. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1965, p.155.

[503] MOTTA, Márcia. **O Rural *à la gauche***: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996). Niterói: Editora da UFF, 2014, p.100.

[504] PRADO JR. Caio. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1965, p.155.

produção de "subsistência", localizada no interior das grandes fazendas ou situadas nas suas proximidades e ao redor dos grandes núcleos urbanos.

No entanto, Prado Jr. identifica outros espaços em que a agricultura de "subsistência" logrou desenvolver-se, qual seja aqueles não cobiçados pela lavoura exportadora, os "solos inferiores ou cansados" mesmo que avizinhados desta. No interior da região Nordeste, o autor aborda a existência da agricultura de subsistência nas fazendas de gado estabelecidas no sertão, especialmente nas "várzeas dos rios", consideradas por ele como únicos locais do semiárido em que poderia se desenvolver a agricultura.

E, assim, prossegue o autor, apresentando: territórios e culturas de "subsistência"; a situação do abastecimento nas áreas rurais e principais centros urbanos; a carestia dos alimentos quando declinava a agricultura de "subsistência"; e as preocupações das autoridades coloniais com o abastecimento interno, que resultou na imposição de determinações legais para o cultivo de culturas de "subsistência" bem como na recusa dos grandes lavradores em cumpri-las. Neste último caso, Prado Jr. traz o exemplo de Manuel Ferreira da Câmara, senhor do Engenho da Ponte, que se negava respeitar a obrigatoriedade do cultivo da mandioca para não relegar a nobre e lucrativa cana de açúcar. O autor conclui a narrativa do episódio, argumentando que "nenhum deles se lembrou de discutir o verdadeiro problema: a fome que periodicamente afligia o Recôncavo. Por que se lembrariam dela, quando os largos proventos que tiravam do açúcar lhes davam de sobra para pagar os preços, que para eles não eram altos, dos gêneros que consumiam?"[505].

Ao propor uma abordagem que incorpora outras atividades econômicas, ao "setor de subsistência", Guilherme Costa Delgado[506] interpretou que essa forma de economia nãomantém relações de trabalho "reguladas pelo contrato monetário de trabalho assalariado, nem visam primordialmente à produção de mercadorias ou de serviços mercantis com fins lucrativos"[507].

Nesse viés, Maria de Nazareth B. Wanderley[508], revisitando os anos 1950 e 1960, teceu considerações acerca da conjuntura em que o debate sobre o desenvolvimento assumiu

---

[505] Ibid., p.159.

[506].Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA no período de 1976 a 2007, em sua larga atuação como pesquisador, produziu sobre temas variados, dentre eles, o pensamento econômico e economia brasileira no período pós guerra. DELGADO, G.C. Setor de Subsistência na Economia e na Sociedade Brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. Textos para discussão, **IPEA,** Brasília/DF, 2004, p.19-50. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4608. Acesso em: 20/07/2014.

[507] Ibid, p.22.

[508] WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN**,** Paulo (Org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

proporções significativas e, ao fim e ao cabo, o latifúndio incumbiu-se da condução dos projetos de desenvolvimento rural. Em síntese, a autora afirma que "apesar da carga histórica de sua lógica extensiva, antissocial e predatória, foi feito como que um *voto de confiança*, uma *aposta* de que a grande propriedade seria capaz de vencer suas limitações técnico-econômicas e adotar uma dinâmica empresarial moderna, bastando para isso apenas o apoio financeiro do Estado"[509] Para Wanderley, os desafios políticos à sociedade consistem "não apenas dar um *voto de confiança* a esses agricultores, mas sobretudo reconhecer sua capacidade de responsabilizar-se, efetivamente, por seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de um outro meio rural no nosso país"[510].

Nem terminara a década de 1960 e já se indagava: qual desenvolvimento? Para quem o projeto de desenvolvimento? A constituição e a expansão de entidades, organizações, redes e fóruns que estatuíram espaços para o debate, a reflexão e para a construção de acervos e dados para subsidiar as pesquisas sobre o rural são demonstrativos da vitalidade deste universo em sua dupla dimensão política e acadêmica. A década de 1960 e os anos de chumbo testemunharam o nascimento de iniciativas que buscavam apreender o rural e fornecer respostas outras às encruzilhadas dos projetos de progresso rural. A partir da década de 1980, animados com o sopro da redemocratização e o fervilhar das lutas no campo, intensificou-se o interesse dos pesquisadores sobre o universo rural brasileiro e sobre os sujeitos nele integrados em diferentes formas e condições.

Além dos programas de pós-graduação com linhas de pesquisa que acolhem projetos sobre temáticas vinculadas ao estudo deste universo, encontramos a formação de grupos de pesquisa com interesse específico em torno da dinâmica rural[511]. Esse universo rural continua

[509] Ibid, p.36.
[510] Ibid, p44.
[511] Apenas para citar alguns exemplos, sem pretender dar conta dos numerosos grupos de pesquisa, programas de pós-graduação, organizações, movimentos, redes e fóruns que se alinharam ao propósito de estudos, pesquisas e outras ações direcionadas ao mundo rural, apresentamos algumas iniciativas relevantes para o trabalho de investigação científica e para militância política. Em plena ditadura civil-militar, a constituição da Associação Brasileira de Reforma Agrária (1967), integrada por estudantes, sindicalista, profissionais liberais e outros, mantinha vínculos estreitos com os movimentos sociais do campo e passou a organizar e publicar, em período quadrimestral, a revista Reforma Agrária reunindo artigos sobre o tema elaborados por pesquisadores, técnicos e políticos; Em 1976, a criação do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, vinculado a Fundação Getúlio Vargas, trouxe uma enorme contribuição ao conhecimento e debate sobre o rural brasileiro. Entre as produções realizadas no interior do Programa, destacamos os trabalhos de Maria Yedda Linhares: *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)* e *História Política do Abastecimentos (1918-1974)*, que foram publicados em 1979. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), constituída em 1975 pela Igreja Católica, acompanhava os conflitos agrários envolvendo ribeirinhos da Amazônia e, posteriormente, estendeu sua ação para todo o país. Há importantes documentos produzidos pela CPT, sendo um dos mais importantes o *Relatório Conflitos no Campo no Brasil*, publicado anualmente com registros dos confrontos e lutas das comunidades camponesas. Embora os Relatório não consigam indicar todas as situações de disputa e violência que ocorrem no país, sua produção é importante para fornecer uma cartografia desses conflitos envolvendo camponeses sob condições sociais as mais diversas. Esses dados e informações são suportes para

a demandar investimentos em pesquisas que contemplem as complexas formações dos territórios, as múltiplas faces do rural, e, se por um lado, esses estudos têm significância pelo conhecimento que produzem sobre a sociedade brasileira, por outro lado, contribuem para fortalecer um outro projeto de desenvolvimento para o rural, ao desvelar as contradições do modelo produtivista da agricultura moderna, que vem solapando os territórios e as comunidades camponesas, comprometendo a vida em todas as suas formas.

5.1.2 Camponeses

O debate em torno da existência do campesinato no Brasil, sua formação histórica e o caráter heterogêneo desse setor social foram abraçados por vários pesquisadores bem como foram revisitados os autores clássicos dos anos 1920. Ocuparmo-nos, especialmente, em identificar o campesinato na região semiárida norte-rio-grandense, atentando para a diversidade de suas feições como já aludimos acima.

As dificuldades atuais em compreender esses sujeitos e sua economia são compreensíveis e válidas diante da complexidade do multifacetado universo rural. Ao observarmos a formação do operariado brasileiro e a dificuldade de alguns de seus intérpretes, acadêmicos ou militantes em legitimá-lo por não conseguir encaixá-lo no "paradigma europeu", como bem analisou Cláudio Batalha[512], leva-nos a refletir sobre certa similaridade em torno das leituras sobre o campesinato brasileiro. As interpretações sobre a formação desse campesinato e suas peculiaridades foram díspares e conflitantes, e algumas das visões sobre esses sujeitos edificaram representações estereotipadas que ainda não foram superadas.

---

pesquisadores e instrumentos de luta para os camponeses; a criação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da UNESP (Campus Presidente Prudente), em 1998, tem contribuído para a elaboração de uma mapa da questão agrária no Brasil; o Núcleo de Referência Agrária da Universidade Federal Fluminense – NRA, criado em 1999, reúne pesquisadores em três linhas de pesquisa: História Social da Agricultura, História Social da Propriedade e História dos Movimentos Rurais no Brasil. As várias pesquisas realizadas pelos integrantes do NRA apontam para a vitalidade da temática e o empenho dos pesquisadores no esquadrinhamento do mundo rural no Brasil; em 1997, a constituição do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi uma iniciativa relevante que objetivava, em termos formais, a realização de pesquisas sobre o rural que subsidiasse o monitoramento e a avaliação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Uma das mais significativas publicações do NEAD foi a Coleção História Social do Campesinato em 10 volumes, nos quais se encontram resultados de pesquisas realizadas em todo o país, tendo como foco as experiências de luta e resistências do campesinato no Brasil. Em 2006, tem início a articulação da Rede de Estudos Rurais, oficializada em 2009 como espaço interinstitucional e interdisciplinar, reunindo pesquisadores de áreas diversas; Em maio de 2014, o Movimento do Trabalhadores Sem Terra (MST), lançou a *Biblioteca Virtual da Questão Agrária Brasileira* durante o encontro nacional de pesquisadores da reforma agrária, ocorrido na Escola Nacional Florestan Fernandes, disponibilizando aos interessados na temática um acervo rico e diverso.

[512] BATALHA, Claudio. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? **Revista Brasileira de História**, v.12, nº23-24, pp. 111-124, set.91/ago.92.

Otávio Velho[513] abordou a existência do camponês em dois espaços de produção sujeitos ao alcance do latifúndio e, portanto, em condições de subordinação ou expulsão. O camponês marginal, situado na porteira da fazendo ou circundando a grande lavoura, servia a um só tempo como mão de obra de reserva ou produtor de alimentos. O outro tipo era o camponês da fronteira, que se localizava e produzia em espaços distanciados da produção principal, até que fosse alcançado por esta. Alberto Passos Guimarães[514] segue essa mesma perspectiva ao tratar da escassez e da dificuldade do acesso a terra pelos pobres do campo e queas concessões do latifúndio objetivavam a garantia de mão de obra e sua duração estava sujeitaa um novo processo de expansão da grande lavoura.

Embora não seja nosso objetivo tratar dos embates teóricos e políticos acerca do campesinato, ocorridos entre os fins do século XIX e primeiras décadas do XX, em que se envolveram pensadores filiados ao marxismo Lênin, Karl Kautsky e Chayanov, faremos algumas observações acerca de como esses autores pensavam a relação economia camponesa e capitalismo. Os dois primeiros partiam de perspectivas diferenciadas, contudo anunciaram, em suas teses, o desaparecimento gradual do campesinato, sendo que o Lênin enfatizava que o processo de desenvolvimento capitalista promoveria tal diferenciação social no campesinato, que este iria diluir-se, enquanto Karl Kautsky focava no confronto entre a colossal agricultura capitalista contra a qual o campesinato não poderia resistir – em termos de sobrevivência de sua forma de produção e reprodução social – devido sua superioridade técnica e alto nível de investimentos. Em outro polo da discussão, encontra-se Chayanov[515], que, considerando, entre outros aspectos, a força da família camponesa na organização de um modo de produzir diferenciado, vislumbra a continuidade da economia camponesa, pois se amoldaria à ordem econômica em vigor ou futura, por meio de estratégias diversas.

Além do mais, Chayanov chamava atenção para a dedicação exclusiva dos economistas à análise do capitalismo e o lugar irrelevante que outras formas econômicas assumiam nesses estudos, notadamente por serem julgadas em vias de extinção. É nessa perspectiva que ele conclui a discussão apontando a necessidade de alargar a teoria econômica com vistas a compreender as particularidades das diversas formas econômicas, sua permanência e

[513] VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1974.
[514]. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
[515]. Entre todos os que se embrenharam em decifrar os impactos da expansão do capitalismo sobre o campesinato, Alexandre Vassilievitch Tchayanov, agrônomo social russo dedicado ao estudo da economia camponesa, vislumbrou a permanência dessa forma econômica mesmo em condições adversas. Para Ploeg (2016), fundamentais para entender a fecunda análise que Chayanov realiza a respeito da economia camponesa, entre elas a profunda inserção em termos de pesquisa numa conjuntura extremamente complexa em termos de ebulição social e o acesso a um banco de dados significativo.

articulação com outras de natureza diferenciada, pois que "el futuro de la doctrina economica no esta en crear una sola teoria universal de la vida economica sino en concebir cierto numero de sistemas teóricos que se adapten a los distintos ordenes economicos actuales o antiguos y revelen las formas de su coexistencia y evolucion"[516].

Entre todos os que se embrenharam em decifrar os enigmas postos como problema que derivavam da expansão do capitalismo no campo e suas implicações para campesinato em termos econômicos e políticos, foi Alexandre Vassilievitch Chayanov, agrônomo social russo dedicado ao estudo da economia camponesa, que vislumbrou a permanência dessa forma econômica mesmo em condições adversas. Jan Douwe van der Ploeg[517] afirma que, para entender a fecunda análise que Chayanov realiza a respeito da economia camponesa, é fundamental situá-lo numa conjuntura de transição extremamente complexa, marcada por ebulições sociais nas quais este se insere, profundamente, em termos de pesquisa e ação política, com destaque para o acesso a uma rica documentação que o oportunizou observar com maior acuidade o chão da história.

As abordagens acerca da formação social do Brasil debruçaram-se com maior ênfase para a polarização da sociedade, voltando os olhares às classes antagônicas, os senhores e os escravos, enquanto ficavam invisíveis ou ausentes, os segmentos sociais intermediários, "residuais" e, dentre estes, encontra-se a população camponesa livre e pobre. Com novos olhares sobre a colonização, foi possível visibilizar esses sujeitos olhando nas brechas da *plantation* ou em suas margens.

O campesinato brasileiro permaneceu, durante algum tempo, à margem da teoria social, visto como resíduo. Sua presença não poderia ficar despercebida àqueles que buscassem, de forma interessada, observar as sendas da história. Assim foi possível identificá-los nas penumbras do tempo colonial, onde o escravo era a força de trabalho preponderante e lá estavam os camponeses a fazer "brechas" no sistema escravista. Adotando o termo "brecha camponesa", Ciro Flamarion Cardoso[518] argumenta que, no Brasil, a "pouca atenção prestada nesse país pelos historiadores à "brecha camponesa" parece indicar certo ceticismo relativo à sua

[516] CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, número 5, México D.F., Julio-septiembre de 1975, pp. 15-31. Disponível em:http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.5/CP5.5AlexanderVChayanov.pdf. Acesso em 23/01/2017, p.31.

[517] PLOEG, Jan Douwe van der**. Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. Trad. Cláudia Freire. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016.

[518] CARDOSO, C.F. S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: WELCH, C.A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M de N.B. (Orgs.). **Camponeses Brasileiros. Leituras e interpretações clássicas**, v.1. Brasília/São Paulo: NEAD/MDA/Unesp, 2009

importância"[519]. O autor referido localiza um "protocampesinato", que apresenta nuanças de outras formas de produzir nos domínios da *plantation*.[520]

A narrativa de Eric Sabourin[521], a respeito de um projeto de pesquisa desenvolvido no Brasil, desvela os desafios da pesquisa acadêmica para o universo rural e impõe a reflexão sobre a necessidade de reavaliar o escrito, redirecionar o percurso e rever concepções já assimiladas e cristalizadas. Com larga experiência na pesquisa teórica e empírica, Sabourin se surpreende com o universo rural brasileiro:

> Quando cheguei ao Brasil, após uma experiência de dez anos com comunidades indígenas e camponesas dos Andes (Bolívia, Peru) e da África Negra, fui aconselhado a esquecer tudo da noção de comunidades camponesas. [...] Aliás, minhas leituras tinham me convencido de que iria me deparar com trabalhadores rurais assalariados (ou sem terra) ou com pequenos proprietários mestiços completamente integrados ao mercado capitalista e à sociedade global. Pois não era nada disso. As comunidades rurais, incluindo-se aquelas cuja constituição pude acompanhar, conservavam características camponesas fortes, no sentido dado por Wolf e Mendras[522].

Apesar de sua presença inconteste na dupla dimensão política e acadêmica, o uso do conceito camponês, o qual suscitou variadas controvérsias, ainda levanta contestações acerca de sua validade teórica e analítica para o rural brasileiro. Os questionamentos assumem caracteres variados, que vão desde a sua imprecisão linguística a não utilização como critério de autoidentificação pelos sujeitos para a qual se dirige e para os aspectos formais dessa economia.

A luta por terra de trabalho e moradia figura como uma das principais bandeiras dos camponeses brasileiros. O reconhecimento do campesinato como protagonista da história e portador de relevantes projetos para a sociedade implica, no campo acadêmico, a necessidade de investir nas pesquisas sobre sua presença histórica em nossa sociedade, para entender suas transformações, dinâmica, permanência e recriação que desafia a ciência, os propositores de políticas públicas e as leis do capital.

Ao se compreender os conceitos como instrumentos teóricos para a análise da realidade social e atentando para a complexidade dessa a realidade, deve-se cuidar para não dotá-los de tal rigidez que os tornem impermeáveis às dinâmicas do processo histórico. Desse modo, o uso

---

[519] Ibid, p.109

[520] Ibid., p. 97. Cardoso esclarece, no início da discussão, que a expressão "brecha camponesa" foi tomada de empréstimo a Tadeusz Lepkowaki que o empregou para a análise de atividades desenvolvidas por escravos no interior da plantation, constituindo um "mosaico camponês-escravo".

[521] SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

[522] Ibid., p.21-22.

do conceito camponês para a realidade empírica, na qual investimos nossa pesquisa, incorpora a uma diversidade de sujeitos e relações sociais, que realizavam sua produção com base na força de trabalho familiar, estabelecendo maior ou menor nível de integração ao mercado, a depender das condições internas e externas à produção e mantendo, sob condições de negociação e resistência, níveis diferenciados de autonomia frente à dinâmica interna e os destinos da produção.

As breves considerações que tecemos acerca do conceito de camponês responde mais ao interesse em torno de sua obliteração na história do Brasil e menos em razão do dissenso que alimentou e continua a animar os debates acadêmicos, embora exista um liame entre sua inexistência acadêmica e as proposições teóricas que serviam de lastro à pesquisa historiográfica. É importante ressaltar que vários pesquisadores têm se ocupado da matéria em torno do apagamento histórico do campesinato no Brasil e das dificuldades em abordá-lo como protagonista das lutas políticas. Para além dos exemplos de lutas, Palmares, Canudos e Caldeirão representam a "utopia camponesa" como nos indica Otávio Ianni[523]:

> A comunidade camponesa pode ser uma utopia construída pela invenção do passado. Pode ser a quimera de algo impossível no presente conformado pela ordem burguesa. Uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo. Mas pode ser uma fabulação do futuro[524].

A utopia camponesa é a representação social de um projeto de comunidade donde se objetiva a materialização do modo de ser camponês em suas múltiplas expressões. Indicar essa outra dimensão política da ação do campesinato implica atualizar o debate em torno da permanência da utopia da comunidade que, nela, encontra muitas de suas raízes e que, no passado distante ou recente, mobilizou os deserdados da terra e tantos outros excluídos do modelo de organização social.

As reflexões sobre protagonismo camponês têm uma dimensão política ao se transformar em instrumento de combate ao apagamento social que os relegou à penumbra da história. Para encimar a discussão em torno da ação política do campesinato, Eric Wolf[525] analisa a radicalidade de sua participação como ator principal em seis grandes conflitos que ocorreram no século XX em diferentes continentes, reconfigurando a geopolítica mundial.

---

[523] IANNI, Octávio. A utopia camponesa. In: WELCH, Clifford Andrew [et al] **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

[524] Ibid., p. 143.

[525] WOLF, Eric. **Guerras camponesas no século XX.** São Paulo: Melhoramentos, 1984.

Em vista disso, entendemos que a diversidade do campesinato sobre o qual nossa pesquisa se debruça supõe a existência de condições singulares, que são vivenciadas de modo diferenciado pelas frações desses sujeitos sociais e que a elas respondem também de maneira diferenciada, a depender das condições que lhes são impostas. Desse modo, é relevante que possamos identificar quais as condições peculiares desse campesinato e quais foram os camponeses que encamparam a luta por terra de trabalho e moradia no Vale do Açu, mais precisamente no município de São Rafael em face do processo de expropriação e expulsão pelo PBA. Buscamos compreender a vida desses camponeses, a elaboração de suas "artes" de produzir e a forma como contornavam algumas dificuldades bem como continuavam a reivindicar a condição camponesa.

A condição camponesa está inscrita em um processo dinâmico que contempla avanços e recuos e, nestes, as famílias camponesas se valem de táticas elaboradas tanto no plano individual, restrito às próprias famílias, quanto coletivo, incluindo-se, aqui, a rede de parentesco assim como de vizinhança e, indo além, articulando-se, politicamente, a organizações que estabelecem maior vinculação com o movimento social camponês. Essas articulações do campesinato perpassam as múltiplas esferas da vida camponesa, destarte creio não ser demasiado lembrar que debruçar-se sobre a economia camponesa implica, necessariamente, olhar e entrelaçar as demais dimensões do seu fazer-se.

Os camponeses, em suas mais diferentes denominações (parceiro, posseiro, intruso, arrendatário, morador), compõem o "setor de subsistência" e, sobre eles, foram realizadas diversificadas leituras na tentativa de compreender a dinâmica do multifacetado universo rural. A resistência do campesinato pode ser encontrada em diversas ações, que veladas ou públicas, são respostas às condições de subalternidade e opressão. Em casos extremos, como na ocorrência das secas, nas expulsões pelo latifúndio ou na expropriação pelo Estado, as sublevações públicas foram visibilizadas. Porém, via de regra, às relações de dominação que condicionavam sua "subsistência" responderam com ações de resistência, as quais, em virtude denão se caracterizarem pela "explosão", não ganharam visibilidade e, na maioria das vezes, essessujeitos foram mal compreendidos. As ações do campesinato poderão ser analisadas com maiorclareza bem como a superação dos olhares enviesados sobre o que se interpreta como contraditório em suas práticas, se aceitarmos a proposição que "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado"[526].

[526] MARX, Karl. **O 18 do Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011, p.25.

Nesse sentido, vejamos uma questão que bem pode traduzir a questão a que nos referimos acima. Osvaldo Amorim[527], ainda que entusiasmado com o projeto de Valorização do Vale do Açu, sob orientação de Dom Eliseu Mendes, queixava-se, vez ou outra, do desinteresse dos sitiantes do Vale em participar das atividades de formação técnica que eram ofertadas pela Missão Rural, com o apoio de "homens de altos coturnos" do governo federal. O que os coordenadores dos projetos não enxergavam era que uma grande parcela de agricultores estava excluída da possibilidade de incrementar sua produção pelo fato de não serem proprietários ou serem proprietários de uma pequena área, que não comportava a produção irrigada. Havia, também, os que não compreendiam como os agricultores poderiam ficar em silêncio quando o proprietário resolvera alterar as regras de parceria, sem prévia consulta ou acordo.

A concentração agrária gestava o camponês morador e parceiro. Eram eles os mais explorados e que mantinham produtivas as grandes propriedades rurais. Os minifúndios, dispersos por toda a região do Vale do Açu não permitiam a diversificação da agricultura e o camponês não poderia lançar-se ao cultivo de culturas de longo prazo, pois necessitava de terra livre para a produção de feijão e milho durante a quadra invernosa, e essas culturas eram fundamentais à sobrevivência da família. Além do mais, não se tratava apenas da adoção de novas técnicas agrícolas, eram necessários os recursos para aquisição e manutenção do motor-bomba e todos os demais apetrechos requeridos pela agricultura irrigada.

5.2 CAMPONESES DE SÃO RAFAEL: DIVERSIDADE DE SER E FAZER.

A economia de São Rafael se ancorava na agricultura, pecuária e extrativismo vegetal e mineral nos anos 1970. São nestes setores que vamos encontrar a diversidade do campesinato. A área rural de São Rafael, onde se realizava a agricultura produtora de alimentos e aquela destinada, especialmente, ao mercado, como é o caso do algodão, era composta por várzeas, vazantes e tabuleiros. Os terrenos altos, chamados tabuleiros, eram pedregosos e apresentavam outras características que os tornavam pouco propícios à agricultura de alimentação. Eram nas áreas de várzea e vazante que ocorria a produção dos principais alimentos: milho, feijão, batata,

[527] Osvaldo Amorim acompanhava o Projeto de Valorização dos Vales do Açu e Apodi, era árduo defensor da agricultura irrigada no alavancar do desenvolvimento rural do Vale. Como correspondente do jornal *O Mossoroense*, publicou constantemente matérias nos anos de 1958 e 1959, tratando da evolução da agricultura irrigada. Incansável na divulgação dos benefícios da agricultura irrigada que estava deixando o Vale do Açu cada vez mais verdejante, objetivava, também, atrair a atenção dos "homens de altos coturnos" do poder central para que fossem canalizados mais recursos ao projeto. AMORIM, Osvaldo. Anotações. **O Mossoroense**. Mossoró-RN. 4 mai. de 1959.

macaxeira e forragem para o rebanho. Convém esclarecer que, ao contrário do que se popularizou, a agricultura nos vales férteis do semiárido não ocorre apenas durante o período chuvoso, situado comumente entre os meses de março a junho. Com referência no calendário agrícola, os camponeses de São Rafael se ocupavam do trabalho na agricultura e na extração mineral, vegetal e salineira.

Um retrato da produção agropecuária e extrativista na região do Vale do Açu permite visualizar a ocupação dos trabalhadores do campo. Em todos os municípios da região, com maior ou menor expressividade em termos de produção e importância, encontramos, nos anos que antecedem a instalação do PBA, os seguintes produtos oriundos da agricultura e extração vegetal: feijão, milho, batata doce, algodão arbóreo e herbáceo, mandioca, arroz, cera de carnaúba e sementes de oiticica. Além do trabalho no setor agropecuário, muitos camponeses se empregavam sazonalmente na produção mineral concentrada em Jucurutu, com minas de sheelita, e nas pedreiras de mármore em são Rafael.

As atividades extrativistas vegetal e mineral, também, ocupavam a mão de obra camponesa no período entressafra. Ainda que a carnaubeira estivesse presente em toda a área, com maior concentração nos municípios de Carnaubais, Açu e Ipanguaçu, sua presença em São Rafael também era significativa. O extrativismo mineral estava concentrando nos municípios de Jucurutu e São Rafael com as correspondentes minas de sheelita e pedreiras de mármore. Para o município de São Rafael, a produção de mármore e corretivo calcário na comunidade de Cavalo Bravo e Caraú, além dos vários garimpos de sheelita, que se encontravam esparsos no município, eram atividades atrativas aos trabalhadores e um tema que exige mais estudos, em razão das formas como essas minas foram apropriadas para exploração. As narrativas dos camponeses de São Rafael apresentam suas idas e vindas aos carnaubais, aos garimpos e às pedreiras, alternando-se, ainda, com o plantio das vazantes, que ocorria concomitante à extração da carnaubeira.

Para a abordagem da vida camponesa no município de São Rafael, valemo-nos de variadas fontes que permitissem compreender as jornadas, as vivências, as artes de praticar a agricultura e as táticas de sobrevivência. A década de 1970 demarca o período que antecede a construção da barragem, sendo que seus efeitos já eram sentidos no município desde o decreto de desapropriação aprovado em julho de 1975. Com metade da área agricultável e toda a zona urbana inclusa no decreto de desapropriação, os bancos não estavam liberando crédito para investimento. Apenas projetos de custeio e outros, cujos pagamentos deveriam ocorrer em curto prazo, poderiam ser atendidos pelas agências bancárias e, ainda assim, com algumas

dificuldades. O resultado foi a estagnação econômica na zona rural e urbana do município de São Rafael.

A deterioração das propriedades, retração do crescimento e registro de graves quedas nas receitas, a exemplo do que ocorria em outros municípios da região foram incorporados ao decreto de desapropriação. São Rafael havia estacionado no tempo e as evidências deste fato aparecem, com clareza, na fala de um de seus munícipes, o senhor Florizante Barros da Câmara, ao afirmar que "aqui chegou a um ponto dos bancos não fazerem nenhum movimento. Do decreto para cá, quase nada foi construído, apenas três prédios, o da Telern, que o prefeito construiu na marra, o Posto Avançado do Banco do Brasil e a garagem do meu carro."[528]

Observando o quadro abaixo, veremos como o setor da agricultura em São Rafael seria penalizado com o PBA. Considerando que os bancos não financiavam novos investimentos desde a publicação do decreto de desapropriação, não é difícil entender a situação de abandono das propriedades resultando na desvalorização dos imóveis. Somando-se a esta questão, havia ainda a grave crise inflacionária, com os proprietários rurais diante da ameaça de brusco empobrecimento, e a miséria rondando os pequenos proprietários e os despossuídos.

Tabela 8 - Municípios atingidos pela barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Município	Área total do município		Área total desapropriada		Área inundada		Área cultivada no município		Área cultivada desapropriada	
	(ha)	**(%)**	**(ha)**	**(%)**	**(ha)**	**(%)**	**(ha)**	**(%)**	**(ha)**	**(%)**
São Rafael	44.300	100	20.636	46,6	9.665	21,8	3.972	100	2.067	52
Jucurutu	99.900	100	10.152	10,2	4.278	4,3	9.265	100	572	6,2
Açu	151.000	100	5.718	3,8	2.846	1,9	14.538	100	1.017	7,0
Ipanguaçu	60.600	100	4.931	8,1	2.311	3,8	6.899	100	494	7,2
Total	355.800	100	41.437	11,6	19.100	5,3	34.674	100	4.150	12,0

Fonte: Pesquisa Hidroservice 1979. Adaptado pela autora.

A perda de quase metade de sua área total se agravava ante o fato que 52% da área rural, que seria coberta pelas águas da barragem, correspondia as terras de agricultura. Para um município em que a atividade agrícola constituía a base de sustentação econômica, a severidade da questão gerava um óbice à sua sobrevivência. Nos capítulos anteriores apresentamos a indiferença dos governos em relação à população camponesa pobre que seria desterrada pelo PBA. Vimos, também, que no momento em que o DNOCS resolveu abrir mão de 91 mil hectares a jusante da barragem, afrouxaram-se os laços de luta comum entre os que estavam a montante e a jusante da barragem. A partir deste momento, a população que seria

[528] O VALE. **Diário de Natal.** Natal-RN, 16 jun. de 1979.

compulsoriamente desalojada para a construção da barragem, não contaria mais com o apoio da classe dominante situada a jusante e que estava revoltada com o decreto de desapropriação.

A maioria da população rural de São Rafael, que seria expulsa da área destinada à barragem, não tinha condições de adquirir novas terras de plantio, pelo fato simples de não ser proprietária e, portanto, não ter indenização a receber. Os pequenos proprietários, também, encontravam-se em situação difícil, pois muitos não tinham a documentação exigida pelo DNOCS para comprovar a posse da terra, uma vez que as despesas cartoriais para regularização eram tão exorbitantes e o valor da indenização tão parco, que não valia à pena judicializar a questão, conforme encontramos na documentação e nos depoimentos.

Como vamos abordar as lutas desse campesinato por terra de trabalho e moraria, excetuaremos desse estudo mais específico os proprietários rurais que eram nomeados pelos camponeses como "fazendeiro" ou "patrão" e que constituíam o setor mais capitalizado da agropecuária. Conforme o estabelecido, esses proprietários tinham a produção sustentada no tripé agricultura/pecuária/cera de carnaúba. Por razões óbvias, eles não tiveram que recorrer à luta por terra de trabalho e moradia.

5.2.1 Diversidade do campesinato e suas artes de produzir.

A formação social do campesinato no Rio Grande do Norte tem suas raízes no estabelecimento da empresa colonizadora que vai se impondo no litoral e expande-se ao interior desse território, promovendo a morte e a expulsão de parte da população nativa durante a chamada "Guerra dos Bárbaros". Os nativos sobreviventes destes massacres se aglomeraram forçadamente nos aldeamentos, e essa nova forma de subjugação atendeu a tríplice função de: servir aos interesses da metrópole com a garantia de guerreiros para o combate as tribos hostis ou prestação de serviços nas obras públicas; servir à empresa colonial, funcionando como armazém para oferta de mão de obra barata ou gratuita; e, por último, servir como robusto reduto de corpos e almas a ser disciplinado e convertido a fé cristã[529].

Há que se indicar, como relevante, que as missões ao confinarem a população nativa, permitiram a liberação dos seus territórios para apropriação e benefício dos colonizadores e seus empreendimentos, seja na agricultura comercial ou na pecuária, esta última responsável pela promoção da interiorização da empresa colonial, tangendo gado e homens para os sertões.

[529] LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande**. Mossoró: FVR/IHGRN, 2003; PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros:** resistência indígena e conflito no Nordeste Colonial. Recife: Fundarp, 1990.

Os sertões do Rio Grande (do Norte) foram incorporados ao projeto colonial, com a instalação dos currais/fazendas ao longo dos seus principais rios. O sertão, *fronteira do medo,* urgia ser vencido, precisava ser "despovoado" de índios para ser "povoado" pelos colonos. No Baixo-Açu, esse processo assumiu uma dimensão apocalíptica, traduzindo-se em milhares de mortes e aldeamento forçado dos sobreviventes "pacificados". Fátima Martins Lopes, em pesquisa que trata das disputas entre colonizadores, missionários e uma diversidade de grupos nativos pelo território potiguar, afirma que:

> (...) em áreas não propícias à produção açucareira, devido ao clima semi-árido e à qualidade do solo, como no caso de grande parte das terras da capitania do Rio Grande, mesmo nas várzeas dos rios a solução para a ocupação colonial foi o estabelecimento de atividades econômicas alternativas, como a produção de alimentosagrícolas, a pesca e a pecuária, destinados ao abastecimento dos mercados coloniais próximos, isto é, o litoral açucareiro. No caso do Rio Grande, o mercado de destino da sua produção era principalmente Pernambuco (...) para onde eram levados o pescado salgado e o gado em pé, através de comboios[530].

A história da formação social do campesinato tem suas origens no processo de conquista colonial, onde encontramos os nativos que escaparam à morte, a população negra escravizada, fugida ou liberta e o contingente de trabalhadores pobres brancos ou mestiços. Esses camponeses foram construindo brechas na *plantation*, recuando ou expandindo suas culturas seguindo as imposições da grande lavoura. A produção realizada por estes trabalhadores teve cara importância à dinâmica interna da colônia, pois, em que pese sua secundarização econômica, assume a "retaguarda da atividade maior que é voltada para o comércio metropolitano"[531].

O campesinato é, pois, produto de um processo secular de dominação, expropriação, migrações forçadas, desocupação e reocupação do território e das contradições que permearam o sistema escravista. O contato entre colonizadores e nativos no sertão potiguar encontra-se em pesquisas que abordam as disputas durante o processo de interiorização da conquista e a relação entre curraleiros e tapuias, inicialmente marcada pelo viés da conciliação. O acúmulo das tensões fez explodir conflitos, à medida que o projeto colonial avançava sobre os territórios dos nativos.

A natureza violenta desses conflitos ainda ecoa entre as populações da Várzea do Açu, mesmo entre aqueles que não tiveram acesso às interpretações desse passado em processo de

---

[530] LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande**. Mossoró: FVR/IHGRN, 2003, p.258.

[531] LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da Agricultura Brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.119.

escolarização. Entre os camponeses é comum a referência a esse passado de lutas, no qual o Vale do Açu tornou-se palco importante. É o caso do poeta popular e agricultor, Rafael Arcanjo da Costa, que encontrou similaridades entre os processos de expulsão dos nativos no final do século XVII e a expulsão do camponês pelo PBA, no final da década de 1970. Afirmando sua veia e "poética e profética", assim se expressa:

> Mil, seiscentos e oitenta
> Os portugueses inventaram
> De botar prá trabalhar
> Os índios que eles amansaram
> A luta tornou-se grande
> Que eles não se sujeitaram.
>
> Tudo para enricarem
> Que é bom o suor alheio
> Também com negro da África
> Que chegava navio cheio
> Foi assim que Portugal
> Se salvou do aperreio[532].

A poesia de Rafael Arcanjo divisa a presença da mão de obra nativa e escravizada no Vale do Açu, sublinhando a resistência e a luta dos nativos. Uma das imagens construídas em torno da economia colonial no sertão foi a da fazenda de gado, dos currais com seus trabalhadores livres na labuta diária de correr pela caatinga para recolher o gado ou nas grandes travessias do sertão, tangendo-os até os grandes centros para fornecer alimentação à zona canavieira. A figura do vaqueiro ganha notoriedade nessa paisagem imagética que parece, pela natureza e exigências da pecuária extensiva, não haver lugar para trabalhadores escravizados. Antonio Vieira realiza uma relevante revisão historiográfica para identificar as lacunas em torno da presença escrava na pecuária, afirmando que os novos estudos historiográficos atestam "que o uso da mão-de-obra escrava era francamente difundido nas atividades pastoris, além de estar presente na agricultura de subsistência que a acompanhava"[533].

Ainda nesse âmbito, Manuel Correia de Andrade aborda a presença de escravos na instalação das fazendas no sertão, numa passagem que o autor destaca a desconfiança dos nativos ao deparar-se com "[...] a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construía casa, levantava currais e pau-a-

[532] SILVA, Roberto Marinho Alves da et all (Orgs.). **Rafael Arcanjo da Costa**: Poética veia profética. Natal/RN: Gráfica Líder e Editora, 1998.

[533] VIEIRA, Antonio Roberto Alves. **Famílias escravas e pecuária**: revisão historiográfica e perspectiva de pesquisas. Dissertação. Mestrado em História. Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2011, p.15.

pique e soltava o gado no pasto[...] ”[534]. Escravos e agregados figuravam entre os trabalhadores que chegaram como mão de obra na área seletiva da pecuária: os vales dos principais rios que cortam o semiárido. No caso do Rio Grande do Norte, o Rio Apodi e o Piranhas-Açu foram os caminhos do gado e, em suas ribeiras, estabeleceram-se as fazendas, núcleos fundamentais para a constituição da chamada “época do couro” como denominou Capistrano de Abreu.[535]

Ao abordar as diversas feições e denominações do camponês ao longo da formação histórica brasileira, encontramo-lo em uma diversidade de termos que expressam sua condição em relação à posse da terra e às formas subordinadas de produção. Francisco Julião[536] traz uma descrição das várias denominações que o campesinato brasileiro assumiu em razão das relações sociais de produção nas quais se encontravam imbricados, que o autor define como “modalidades” de opressão econômica do campesinato sob o jugo do latifúndio:

> Parceiro, como ninguém ignora, é o camponês que arrenda um pedaço de terra mediante a entrega obrigatória ao senhor de parte do que ele produz. A parceria é uma modalidade de exploração do campesinato, cuja origem se perde na noite dos tempos. (...) São tantas as variantes e tais as modalidades de parcerias existentes no país que a descrição de todas elas faria deste capítulo um livro. Basta que se tenha certeza de uma coisa: não há uma só variante ou modalidade que favoreça ou beneficie o camponês. Tratemos, finalmente, do minifundiário, o camponês de pouca ou quase nenhuma terra, de menos de um hectare, tal como existe o de dois, de cinco, de dez. A maioria deles vive sob permanente ameaça de perder o punhado de terra, a que se agarra como um náufrago a um pedaço de pau[537].

Ao se tratar das múltiplas condições em que o camponês realiza a produção, Julião nos traz a opressão econômica, como elemento que perpassa todas essas variações, visto que, em nenhuma dessas situações, o camponês se encontrava em posição favorável. Francisco Julião apresenta, ainda, a figura do posseiro que em sua interpretação era raro no Nordeste, em virtude do processo de ocupação da terra no início da colonização. Quanto ao parceiro, Julião chama a atenção para o fato que esta condição era dominante no sertão, apresentando-se em sua face mais expropriante que era a meação.

---

[534] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.186.

[535] A importância econômica da pecuária foi acentuada em termos de oferta de alimentos à região açucareira ou mineradora, contudo, como subproduto da pecuária, o couro foi largamente utilizado para a fabricação de numa diversidade de objetos que se encontra na clássica descrição feita por Abreu, indicando que “De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal...”. Cf.: ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p.135.

[536] JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2013.

[537] JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2013, p. 98-109.

Diferentes terminologias foram utilizadas para designar o campesinato do Vale do Açu no período que se estende do final da década de 1960 aos anos 1990. Assim, nos documentos produzidos pelas empresas que realizaram estudos técnicos na região, eles aparecem como *proprietário, parceiro, morador, arrendatário e "outros".* Entre os pesquisadores que abordaram por ângulos diversos as transformações sociais, políticas e econômicas oriundas da implantação do PBA, encontramo-los como *ribeirinhos* ou *beiradeiros, moradores, trabalhadores rurais, pequeno produtor e parceiros.* Na documentação das organizações da classe[538], receberam as seguintes nomeações: *trabalhadores rurais*, *pequenos produtores, parceiros, arrendatários, posseiros e meeiros.* Importa dizer que esses trabalhadores, identificados ou se autoidentificando, a partir da miríade de denominações acima, formam o corpo social do campesinato no Vale do Açu e, nesta pesquisa, adotaremos de modo geral o termo camponês ou uma de suas denominações específicas quando necessária para a análise das condições particulares no interior da classe.

A diversidade das formas de apropriação da terra em São Rafael, a exemplo de todo o Vale do Açu, engendrou proprietários, parceiros, arrendatários, moradores e jornaleiros. A parceria adotava nomeações diferenciadas, variando de acordo com a forma como se estabelecia: meia, terça ou quarta. Na produção do algodão, a parceria era geralmente a meia e nas culturas de feijão, milho e batata doce, predominava a terça. Os termos, morador e parceiro, chegavam a fundir-se, pois a condição da moradia poderia determinar a condição do uso da terra na maioria dos casos. Vale dizer que nem todos os parceiros eram moradores, mas, dificilmente, um morador não era parceiro. Vejamos, no quadro abaixo, qual a condição dos produtores na área da Bacia Hidráulica.

Tabela 9 - Condição de ocupação nos imóveis na área da bacia hidráulica

OCUPANTES	**Municípios**							
	Ipanguaçu	**Assú**	**São Rafael**		**Jucurutu**		**Santana do Matos**	**Total**
Proprietários			**U***	**R***	**U**	**R**		
	21	16	447	279	140	169	25	1.097
Parceiros			**U**	**R**	**U**	**R**		
	01	...	01	13	0	9	7	31
Empregado			**U**	**R**	**U**	**R**		
	...	...	0	7	0	4	...	11
Inquilino			**U**	**R**	**U**	**R**		

[538] Trata-se aqui dos documentos produzidos por sindicatos de trabalhadores rurais da região do Vale do Açu, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

	...	...	140	10	52	4	...	206
Arrendatário	...		**U**	**R**	**U**	**R**		
		02	0	22	0	5	...	29
Morador			U	R	U	R		
	117	53	7	488	0	422	31	1.118
Administrador			**U**	**R**	**U**	**R**		
	03	...	0	51	0	24	11	89
Outros			**U**	**R**	**U**	**R**		
	06	...	45	43	5	11	...	110
Total	148	71	**640**	**913**	**197**	**648**	74	

*U – população urbana.
*R – população rural.
Fonte: Hidroservice, 1979. Adaptado pela autora.

No Vale do Açu, os moradores formavam a maioria dos trabalhadores do campo. De modo particular para o município de São Rafael, respondiam por 53% dos produtores. Se podemos encontrar parceiros não moradores, era raro localizar um morador que não estabelecesse relação de parceria (meia, terça ou quarta) com o proprietário, a não ser nos casos em que a propriedade era familiar, sem partilha formal das áreas e os moradores eram membros da primeira ou segunda geração, não havendo estabelecimento de relações que configuravam a parceria.

Para a toda a região do Vale do Açu, a renda média dos parceiros correspondia a 0,84 salário mínimo mês[539]. Retendo apenas 50% ou 66% da produção, esses trabalhadores, depois de retirada a parte destinada ao autoconsumo, tinham uma diminuta fração de excedentes para dispor à venda, uma realidade que demonstra a exclusão desses trabalhadores no acesso a terra como proprietário. A condição de morador era uma das mais vulneráveis e opressoras, pois impunha a família camponesa a sujeição econômica e a opressão política e social. Qualquer que fosse a forma de ocupação da terra pelo camponês de São Rafael, a produção se realizava com os braços da família.

No caso do morador ou parceiro, a produção de culturas alimentares seria assim distribuída: uma parte era "pro gasto" da família, outra parte do proprietário e, dependendo da colheita, havendo excedente, este era vendido no comércio local. O pequeno proprietário estava em melhores condições, pois produzia "pro gasto" e vendia o excedente, caso houvesse. No caso do arrendatário, o pagamento da renda era feito em dinheiro ou em produtos

[539] BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. **PROJETO BAIXO-AÇU**: Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Vol. VI. São Paulo: Hidroservice, 1979.

correspondendo ao valor do arrendamento, este determinado pelo tipo de cultura (alimentares ou tipicamente comerciais), tipo de solo (várzea ou tabuleiro), tamanho da área e o tempo do contrato. A parceria no cultivo do algodão era muito rígida, prevalecendo a meação que maior lucratividade oferecesse ao proprietário, constutuindo constitui a forma mais dura de exploração.

Além disso, a meação no cultivo do algodão era justificada pelo patronato devido ao valor do produto e ao fato de o proprietário financiar sua produção. Em muitos casos, o proprietário comprava a produção do seu parceiro, subtraindo um pouco mais a renda que o trabalhador poderia obter caso vendesse a outro comerciante. Os grandes proprietários rurais, não raro, eram também os comerciantes do lugar. Nesta condição, ele recebia sua parte na meação, comprava a do morador ou meeiro e era, também, em seu estabelecimento que o morador/parceiro fazia sua feira.

Em São Rafael, o agricultor pagava a terça com a produção de culturas de "subsistência" nas áreas de várzea ou tabuleiros, no entanto havia proprietários que cobravam a meia. Essa posição dos proprietários não se explica simplesmente em termos maniqueístas. A maior ou menor apropriação dos frutos do trabalho do camponês poderia ser definida, também, por laços de parentesco, relações de compadrio, na qual se embutiam, ainda, as estratégias de controle e dominação. Nas áreas das vazantes do rio Piranhas-Açu, a definição do tipo de parceria poderia sofrer alterações anuais a depender da produção durante a quadra invernosa e da "boa vontade" do proprietário. Explicando melhor a questão: no período de boa safra na quadra chuvosa (fevereiro a maio), o proprietário poderia flexibilizar a parceria na produção da vazante, recebendo uma parte menor que a exigida durante o inverno. E, quanto à produção algodoeira, a parceria que prevalecia era a meia.

Em relação à comercialização dos produtos, questionava-se: onde os camponeses comercializavam seus produtos? Em São Rafael a feira livre era o espaço para as diversas relações comerciais. Oriundos de outras regiões, encontravam-se comerciantes trazendo seus produtos para a feira de São Rafael e havia outros que vinham, exclusivamente, para a compra de produtos no atacado, com destino às feiras e comércios de Natal, Mossoró e até Fortaleza. Considerada uma das maiores da região do Vale, a feira livre de São Rafael começava logo nas primeiras horas da segunda-feira e estendia-se até à noite. Dentre os produtos locais, disponíveis na feira livre, destacavam-se aqueles oriundos do setor da agricultura de "subsistência", com ênfase para o feijão, batata doce, macaxeira, além de frutas e outros produtos que atraiam comerciantes de municípios vizinhos.

A "feira da palha", festejada ainda hoje na memória popular, integrava a grande feira livre de São Rafael, apresentando aos compradores, principalmente aos "de fora", os diversos artigos produzidos pelas mulheres, que tinham a palha de carnaúba como matéria-prima: urupemas, vassouras de tipos diversos, esteiras, surrões, bolsas, forros de cangalhas, chapéus, cestos, ornamentos e outros. Os preços destes produtos eram baixos, mas era uma das fontes de renda da qual lançava mão a família camponesa. A feira de São Rafael merece um capítulo à parte, considerando o significado que assumiu no plano econômico, social e cultural, sendo referenciada como a mais dinâmica do Vale do Açu.

A formação e partilha das propriedades rurais no Vale do Açu foram condicionadas pelas áreas de várzea que estão localizadas nas proximidades dos rios e eram as mais férteis. Assim, as sucessivas divisões das propriedades rurais formaram faixas longas e estreitas, partindo do rio (várzea) para o interior (caatinga). Para Manuel Correia de Andrade, que analisou as várzeas do Açu e Apodi-Mossoró (RN) e Jaguaribe (CE), "é a extensão que possui a beira-rio, na várzea, que indica o seu valor, sendo as terras da caatinga quase sempre desvalorizadas"[540].

Como já expressamos anteriormente, a concentração de terra era característica marcante da região do Vale do Açu. Assim como a terra, a água também se encontrava sob o domínio dos grandes proprietários. Basta observarmos o desenho dessas propriedades no território varzeano, com base na descrição acima, realizada por Manuel Correia de Andrade. A terra e a água guardavam um forte significado a partir das atribuições e sentidos conferidos pelas famílias camponesas de São Rafael como elementos que garantiam a condição de dignidade, autonomia e fartura. Mas de qual terra e de qual água estamos falando quando tratamos do semiárido, visto como território improdutivo e pouco propício à produção agrícola? Das terras de várzea, das terras de vazantes e das águas do rio Piranhas-Açu, sobejamente citadas pelos camponeses rafaelenses como fonte de *fartura*, mesmo em épocas de estiagem.

> "Os técnicos apresentam um milhão de vantagens "mas, para os trabalhadores rurais, o que importa é a posse da terra. Há casos de homens que só possuem um pedacinho de terra com uma mangueira fincada no centro, mas eles lutam por essa terra, eles não querem perder esse fato real de que são "donos de terra"[541].

[540] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez 2011, p.198.

[541] GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro. Vale ou não vale o Vale? As terras do aluvião**. A República**, Natal-RN, 8 jun. 1979.

Em estudo sobre os camponeses da Amazônia e nas formas e modalidades de usos dos recursos naturais, Antônio Carlos Witkoski nos apresenta os conceitos *Terras, Florestas e Águas de Trabalho*, nos quais a água se reveste de grande significado na formação social dos camponeses ribeirinhos, e a terra é "patrimônio que cria as condições para que o camponês e sua família apareçam como trabalhadores de sua unidade de produção"[542]. Guardadas as devidas proporções quanto às diferenças entre os recursos naturais da Amazônia e do territóriovarzeano do Vale do Açu, asseguramos que, nesta última região, as relações terra, florestas e águas de trabalho estão fortemente imbricadas na tessitura das tramas sociais urdidas pelos camponeses visando às condições de sua produção e reprodução social.

Os camponeses conferem a terra, sentidos múltiplos e opostos. A partir desses referenciais, constroem oposições acerca dos usos e finalidades que esta adquire para si e para os *outros* que deles se diferenciam pelo lugar que ocupam na sociedade, mas em outro nível de compreensão, pelo sentido que estes *outros* conferem a terra. Nas falas dos camponeses de São Rafael, os usos e fins da terra são apresentados nos termos: *terra de ganho, terra de negócio* no sentido de terra para exploração e lucro, enquanto *terra de trabalhar, terra de morar* assume a dimensão do espaço vital para a promoção da vida em suas diversas esferas.

Mesmo entre o campesinato do Vale do Açu, localizamos algumas especificidades e diferenciações. Se boa parte dos camponeses de São Rafael também era "experimentada" no garimpo, essa não era a realidade dos que viviam em municípios que não registraram a ocorrência de minas. A proximidade de Açu com a região salineira, por exemplo, propiciou que os camponeses deste município, ao migrar para Areia Branca, Macau ou Mossoró, em busca de trabalho nas salinas, vivenciasse outras experiências de organização política, que puseram estes trabalhadores sob vigilância e fogo cerrado na década de 1930, durante a chamada "Guerrilha do Açu"[543]. Atentar para essa diversidade permite elaborar uma compreensão mais larga dos modos de ser e viver do camponês, fugindo de estereótipos formulados a partir de ideias generalizadas ou preconcebidas sobre o território e os sujeitos sociais que o constroem.

A produção da vida material era atravessada por ações de reciprocidade, produto e suporte à manutenção de uma cultura diferenciada no mundo rural. Sejam nas relações da vida familiar, no planejamento do trabalho, na constituição do compadrio, nos laços de vizinhança e outros. A concepção de reciprocidade que tratamos aqui se filia a proposição de Eric Sabourin,

---

[542] WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2010, p.191.

[543] FERREIRA, Brasília Carlos**. *O sindicato do Garrancho***. Mossoró: 2ª Ed. Departamento Estadual de Imprensa. (Coleção Mossoroense), 2000.

na qual o autor compreende o valor da reciprocidade como importante eixo de sustentação da organização e economia do campesinato[544]. Em estudo sobre os camponeses no Brasil, este autor traz a diversidade desses sujeitos e as diferentes formas e níveis de manifestação das relações e valores da reciprocidade, presentes entre as comunidades camponesas e que se expressam nas "prestações de ajuda mútua, do compartilhamento do trabalho e do manejo coletivo de recursos comuns partilhados"[545].

Nas ribeiras do Piranhas-Açu, onde se localizava o antigo município de São Rafael, as famílias camponesas tinham suas artes de fazer e suas sociabilidades permeadas por relações de reciprocidade. Sabino Antônio Martins apresentou, em suas narrativas, o cotidiano da vida rural em São Rafael quando ainda produziam nas propriedades que pertenciam aos seus avós. Numas dessas narrativas, apresentando as múltiplas atividades desenvolvidas pelos familiares, do plantio à colheita, da colheita ao armazenamento do feijão e como se envolviam parentes e vizinhos, lembra:

> Ah, era muito feijão, num dia juntava a família, juntava aqueles vizinhos, as vezes, não era só os filhos que trabalhavam, juntava-se aquele povo, fazia uma festa, matava um porco, o porco só se matava quando tinha quatro dedos de toucinho, já não levantava mais os quartos, aquilo ali vinha duas ou três mulheres, uma pra fazer o chourisco, outra pra desmanchar o toucinho, fazer aqueles torradinhos, aquelas latas grande pra encher da graxa do porco, menino era os palanques nas frentes das casas perto do oitão de cebolas, a coisa mais linda do mundo, aí isso fazia, botava feijão misturava com aquela graxa de porco, quebrava rapadura eu botava farinha dentro, chega fazia aqueles totozinhos (risos) minha nossa mãe de Deus. Isso era no dia de guardar o feijão. Isso era a maior festa, o povo trabalhava por prazer, não tinha essa história de ninguém pagar dia serviço a ninguém não, trocava-se dia de serviço. Uma criação se matava numa família daquela, nunca se vendeu um quilo de carne, pra fulano fazia aquele prato e mandava, pra outra família um quarto de carne, quando você matasse, vinha um quarto de carne de novo pra minha casa, não tinha tempo pra você mandar não, era quando você pensasse em matar uma criação e assim se vivia. Isso era muito interessante era como se distribuir as coisas, sem nenhum compromisso de voltar logo e ali ninguém devia a ninguém[546].

As longas narrativas vão perfilando inúmeras ações de reciprocidade no fazer-se cotidiano. Pelo menos duas delas já estavam inscritas no calendário da economia camponesa rafaelense: a debulha de feijão e a farinhada, quando as famílias se juntavam para realizar essas tarefas que requeriam muitas mãos. Em outros momentos não raros, quando as águas valentes do Rio Piranhas vinham aos borbotões, serpenteando entre as serras e cá chegavam de supetão,

---

[544] SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p.260.
[545] Ibid.
[546] MARTINS, Sabino Antônio. Entrevista concedida em 25 de março de 2017 – São Rafael. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

impunha-se a exigir esforços conjuntos para evitar a perda completa do feijão e da batata doce, que ainda se esparramavam pelas vazantes, chegando a cobrir boa parte do seu leito.

Os agricultores realizavam a produção das culturas alimentares ou, exclusivamente, comerciais, como o algodão, em diferentes solos (várzea, tabuleiros e vazantes) e duas temporalidades distintas. Salatiel Barbosa[547] apresentou as técnicas agrícolas utilizadas pelos agricultores de São Rafael, na modalidade agricultura "consorciada", que foi bastante utilizada na região do Baixo-Açu, porém quase desaparecida na produção acadêmica que versa sobre a agricultura de sequeiro no semiárido. Essa prática agrícola ocorria com o plantio de "mais de uma variedade juntas numa mesma área: milho, fava, feijão, melancia, cana de açúcar, batata doce, jerimum e algodão"[548].

Assim, qual razão técnica orientava esse modelo de produção? Que vantagem poderiam os agricultores obter com a agricultura "consorciada"? Marcelo Almeida Oliveira levantou os saberes relacionados ao cultivo agrícola, fazendo referência à agricultura "associada" como expressão do conhecimento técnico do agricultor que "buscava tirar proveito do plantio associado, estabelecido a favor da produção. Além da necessidade de ordenar o cultivo em faixas, tendo em vista a facilidade de seu manejo, era patente o propósito a ser alcançado por meio da cultura conjunta"[549]. A agricultura "consorciada" ou "associada" contraria, em certos aspectos, o discurso da ausência de conhecimentos técnicos por parte dos trabalhadores do campo. A prática agrícola do "consórcio" ou "associação" de duas ou mais culturas se realizava, porque o agricultor tinha conhecimento das especificidades das plantas cultivadas. Esse conhecimento é que orientava o manejo da terra, resultando em melhorias na produção agrícola.

Reivindicando a necessidade de outro diálogo entre os órgãos técnicos e os pequenos agricultores, Tereza Aranha, professora e pesquisadora da UFRN, iniciou sua fala em um debate sobre o Vale do Açu, lembrando as palavras de Guimarães Duque a respeito do trabalho na agricultura na região semiárida:

> A profissão agrícola é um misto de arte, de ofício, de técnica, de costumes, de concepção de vida, na qual tomam parte não somente o solo, a água, as plantas, os animais e o tempo, mas também os moradores da casa, os vizinhos, os amigos, com as suas qualidades e defeitos, suas superstições, opiniões e preponderâncias. O modo de pensar, de sentir e de trabalhar do rurícola é o resultado de uma continuação histórica, da herança do passado, do segregamento em que viveu, da conduta caseira,

[547] BARBOSA, Salatiel Floriano. Entrevista concedida em 16 de setembro de 2019 – São Rafael. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.
[548] Ibid.
[549] OLIVEIRA, Marcelo Almeida. As roças brasileiras, do período colonial à atualidade caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p.755-780: jul/dez 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/13.pdf. Acesso em: 13/08/2018, p. 774.

> da ferramenta de que dispõe, do grau de conhecimento e da imitação assimilada de outras sociedades[550].

Em São Rafael, a população rural vivia nas diversas comunidades ou sítios, constituindo um núcleo habitacional, onde as famílias guardavam alto grau de parentesco, mantinham fortes relações de vizinhança e amizade. Numa mesma comunidade, praticamente, todos se conheciam e se reconheciam como vizinhos, mesmo que a proximidade espacial não fosse tão significativa. A vida comunitária era se caracterizava por variadas relações de reciprocidade e era na vivência em comunidade que se constituía uma identidade espacial e social.

Ao longo da margem esquerda e direita do Rio Piranhas, formaram-se as comunidades rurais, também denominadas "sítio". Percorrendo a presença do termo desde o período colonial quando este significava uma propriedade na qual se encontrava a casa e outras construções, Ângelo Carrara conclui que o "termo sítio foi se fixando com a ideia de pequena propriedade rural e é com esse sentido corrente que encontramos essa palavra já no século XIX"[551]. O termo sítio, para o Vale do Açu, em particular, tratando do município de São Rafael, refere-se à pequena propriedade rural, onde eram cultivadas as lavouras de "subsistência", frutas, verduras elegumes, podendo, ainda, incluir o pequeno criatório de aves e outros de menor porte. A produção do sítio se diferenciava da que era realizada no roçado, pois, naquela, havia culturas de média e longa duração, assim com as culturas de "subsistência", hortaliças, etc. Os proprietários donos de sítios tinham condições bastante diferenciadas e a produção do sítio estava relacionada a uma série de critérios que passavam, em primeiro plano, pelo tamanho da propriedade e depois, pelo nível de capitalização do proprietário[552].

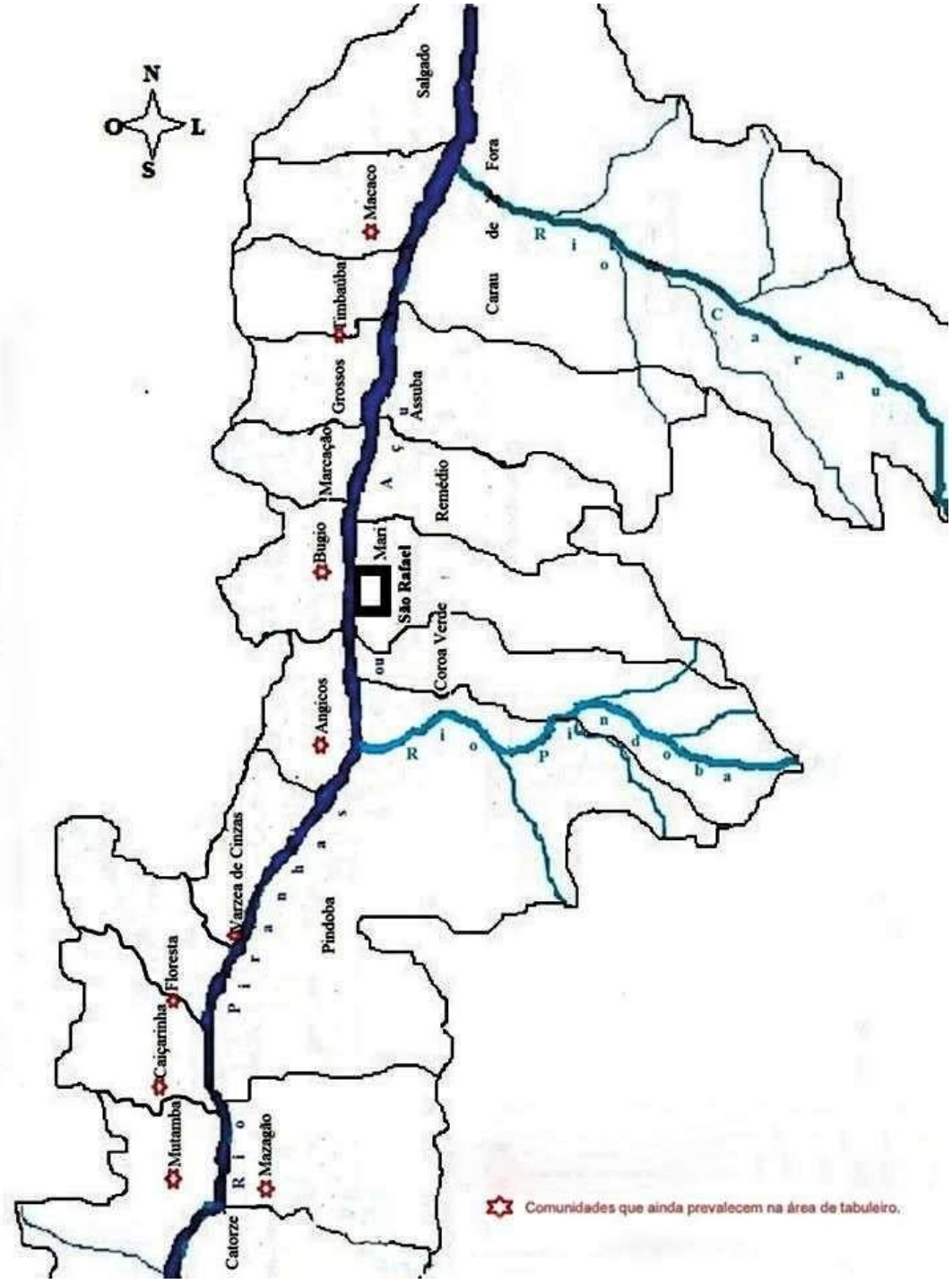
---

[550] DUQUE, José Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas.** 4ª ed. Fortaleza: BNB, 2004, p.10

[551] CARRARA, Ângelo. Sítio. In: MOTTA, Márcia (Org.) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 437.

[552] A diversidade de "sítios", a dinâmica produtiva e a diferenciação social do produtor nestas áreas foram discutidas por Afrânio Raul Garcia Jr., observando, ainda, que era entendida como condição de privilégio, o morador que recebesse um "sítio" do proprietário. Cf:. GARCIA JR. Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Imagem 8 - Mapa das comunidades rurais do antigo município de São Rafael



Fonte: BARBOSA, Salatiel Floriano. Na Ribeira do Rio Açu: Experiências de Trabalhadores Rurais Vazanteiros de São Rafael/RN (1970 – 1985). Monografia. Licenciatura em História. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2013.

O mapa acima foi produzido por Salatiel Floriano Barbosa no processo de pesquisa sobre as práticas agrícolas na velha São Rafael. Profundo conhecedor da geografia do município, Salatiel inscreve, no mapa, as comunidades rurais que margeavam o rio Piranhas-Açu, apresentando as comunidades que permaneceram descobertas suas áreas de "tabuleiros".

A permanência dos espaços das antigas comunidades é uma espécie de ponto referencial, que, tomando vista, o camponês vai apontando esta e aquela direção, indicando onde se situavam as demais comunidades, narrando a vida cotidiana, os caminhos, os roçados, as vazantes, rememorando temporalidades e espaços distintos, formulando comparações e avaliando as travessias desses tempos. Sempre que concluíam a narrativa, arrematavam com o sentimento de triunfo.

Sempre que se reportam à agricultura, os trabalhadores enfatizam dois plantios anuais na antiga São Rafael. O primeiro, que ocorria nos *roçados*, durante o inverno, e o segundo, nas *vazantes*, quando as aguas do Piranhas-Açu começavam a baixar para o leito. Parte dos agricultores que tinham áreas nas vazantes ou plantavam em parceria se ocupavam com o cultivo de feijão, batata doce e algum tipo de forrageira, caso tivesse algum animal ou fosse uma exigência do proprietário. Manoel Correia de Andrade equivocou-se com o calendário da agricultura vazanteira, ao afirmar que "passada a safra da cera de carnaúba e o período de extração do sal, tratam os moradores de cuidar de suas lavouras de subsistência, utilizando as terras de vazantes nas margens das lagoas e rios"[553].

De fato, o cultivo nas vazantes ocorria de forma concomitante ao extrativismo da carnaubeira e das salinas, para as quais corriam os trabalhadores rurais em busca de obter uma renda extra. A conclusão do trabalho no carnaubal se dava entre os meses de novembro ou dezembro, podendo se estender até janeiro. Ao fim deste trabalho ou mesmo antes, caso as chuvas chegassem mais cedo, os agricultores dedicavam-se ao preparo da terra para o cultivo agrícola de sequeiro, durante a quadra invernosa.

Ademais, os problemas com as cercas ou um novo terreno para plantio, exigia trabalho antecipado com os reparos e a broca, respectivamente. O camponês não poderia ser negligente, pois a chegada das chuvas exigia plantio imediato. Desse modo, com as primeiras chuvas, cientes de que não podiam perder tempo, pois a quadra invernosa poderia ser curta, partiam para o campo, lavrar do solo. Em seguida, realizavam o plantio de milho, feijão, melancia, jerimum e melão, que eram as culturas comuns nos roçados.

O segundo plantio que o agricultor varzeano realizava era nas vazantes de rios, açudes e lagoas. As vazantes são as faixas de terra que margeiam o espelho d'água desses corpos hídricos, propiciando ao agricultor o plantio de culturas alimentares (feijão e batata) e forrageiras no período da estiagem. O índice pluviométrico da quadra invernosa determinava o início do cultivo nas vazantes e, assim, no caso de um inverno mais rigoroso, o cultivo nas

[553] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.214.

vazantes teria início retardado. Desse modo, o início do plantio nas vazantes do rio Piranhas-Açu e nos açudes ocorria entre os meses de agosto a setembro, e a colheita era realizada entre novembro e dezembro. A agricultura de vazantes, malgrado não tenha obtido maior atenção por parte dos órgãos responsáveis, tinha grande importância para a família camponesa.

Numa conferência em 1913, o engenheiro e geólogo Miguel Arrojado Lisboa, abordando o tema da açudagem, trouxe o significado da agricultura de vazante para as populações da região Sul e Nordeste, assinalando que "cultura de vazante é coisa que ninguém entende no sul. A lavoura de vazante emprega um processo de rega inteiramente peculiar ao Nordeste e desconhecido em todas as outras partes do mundo"[554].

A cultura de vazante foi a salvação da lavoura nas ocasiões em que a instabilidade do regime de chuvas na região impediu o êxito das culturas de roçado. Enquanto a agricultura de roçado necessitava da precipitação pluviométrica *in loco*, a agricultura de vazante necessitava do movimento das águas no rio. Então, se chovesse no alto Piranhas-Açu, em suas "cabeceiras", estava garantida a produção de vazante no Baixo-Açu. A maior ou menor extensão do plantio nas vazantes dependia da tomada de água do rio, ou seja, quanto maior o volume d'água, mais sedimentos ficaram em suas margens e leito, proporcionando uma área mais vasta à produção das culturas de vazantes. Com a palavra o senhor Antônio Gomes Lima:

> O rio tinha vazante todo ano que chovesse ou que não chovesse, tinha vazante, né, porque o rio, vamos dizer dava uma chuva na Paraíba, o rio era solto, então quando corria uma água de lá até Macau, aí a gente passava aquela enchente aí metia a taca nas areias pra plantar vazante. Em ano seco, né, ano escasso em 81, 82, 83, ninguém plantou mais não porque já estava enguiçada com a história da barragem, né, então ninguém plantou mais o rio não. 83 já tinha água lá onde a gente morava, lá no canal do Rio já tinha água de nado, sabe, mas antes nos outros anos pra trás a gente plantava a vazante todo ano.
> Todo mundo criava naquele beiço de rio e apurava no final, no mês de seca, amarrava um toureco num pé de pau, trazia a ração do rio e dava de comer, todo mundo apurava um bicho, e era através das vazantes do rio[555].

Há uma dinâmica da produção agrícola nestes sertões do Vale do Açu, que ficou à sombra da produção algodoeira e da pecuária nos debates e produções acadêmicas. A agricultura vazanteira que tem lugar em alguns escritos dos técnicos do DNOCS é geralmente aquela que se realizava à margem dos açudes. Encontrei apenas referências sobre a cultura de vazantes realizada às margens do Rio Açu, em pesquisas que tematizavam o PBA, afirmando o declínio da atividade.

---

[554] LISBOA, Miguel Arrojado. O Problema das Secas. **Semiárido**. Câmara dos Deputados: DEAPA/CGRAF, 2010, p.27.

[555] LIMA, Antônio Gomes. Entrevista concedida em 19 de abril 2017 – São Rafael. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

É possível que a ideia de seca e de semiárido não comportasse a de agricultura vazanteira. Há outro aspecto de natureza política em torno dessa modalidade de agricultura. Fossem nos rios, açudes públicos ou lagoas, as vazantes geralmente ficavam sob o controle dos grandes proprietários rurais, que, inclusive, determinavam que uma parte da vazante deveria ser ocupada com o cultivo de forrageiras.

Não foram poucos os camponeses que trataram da dificuldade e mesmo da impossibilidade em produzir nas vazantes de açudes públicos, porque ficavam sob o controle dos proprietários rurais. Outro aspecto limitante à produção de vazantes é a pouca disponibilidade de área, de modo que muitos agricultores não tinham acesso a esse tipo de cultivo. Além do extrativismo da carnaubeira e do sal, havia ainda os trabalhadores que se ocupavam com o extrativismo nas minas de mármore e sheelita localizadas no município de São Rafael e Jucurutu quando as atividades agrícolas lhes dispunham tempo ou no interstício entre o plantio e a colheita.

Quando ouvimos falar em produção canavieira no Rio Grande do Norte, a memória nos remete ao litoral. Conversando com os agricultores de São Rafael acerca das culturas produzidas, as técnicas de plantio, períodos e áreas, relações de produção, deparamo-nos com a montagem de 14 engenhos, que produziam mel e rapadura, especialmente "pro gasto", e o excedente era vendido na feira local. Fomos consultar os censos agropecuários para conhecer os registros dessa produção e nos surpreendemos com o fato de essa atividade econômica se restringir aos municípios de Ipanguaçu, São Rafael e Jucurutu, este último com uma produção bem superior a de São Rafael[556].

As entrevistas realizadas com o senhor João Severino de Lima[557], presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Rafael e os dados da pesquisa realizada por Djalmir Arcanjo da Costa[558] nos permitem elencar os dados dos engenhos construídos no município de São Rafael e seus respectivos proprietários:

> O primeiro engenho pertenceu ao senhor Leandro de Lima, localizado em (Mutamba). Os demais engenhos pertenceram a Manoel Rodrigues (Mutamba); Sebastião dos Santos (Mutamba); Chico Soares (Floresta); Antonio Conrado "família campelo" (Marcação); Tertuliano Soares (Macaco); Manoel Joaquim de Moura (localização

[556] O Censo Agropecuário de 1975 registrou a produção de 10 toneladas de cana-de-açúcar em Ipanguaçu informada por dois produtores; em São Rafael registrou-se 32 toneladas, em área de 1 hectares com 1 produtor informante; já o município de Jucurutu produziu 258 toneladas, em 14 hectares com 33 produtores informantes.

[557] LIMA, João Severino de. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2018. São Rafael-RN. Entrevistadora Jovelina Silva Santos.

[558] COSTA, Djalmir Arcanjo da. **A História da Cidade que o progresso naufragou**. Jucurutu: Gráfica Sto. Expedito, 2010.

> imprecisa); Sabino de Souza (localização imprecisa); Vicente Teixeira de Melo (Mazagão); João Moura (Mazagão); Santos Canuna (Saquinho); Zé Mariano (Santa Maria); Jeconias Lopes de Araújo (Boa Esperança) e Marcelino (Cachoeirinha)[559].

Assim como os engenhos, as casas de farinha pertenciam aos proprietários que dispunham de maiores recursos materiais e humanos, por mais rudimentares que fossem suas montagens. Em São Rafael, o trabalho nos engenhos e nas casas de farinha era sazonal e realizado por membros da família, com diversos graus de parentescos, podendo ainda contar com a presença de moradores e até vizinhos. A produção das pessoas externas à família poderia ser paga em dinheiro ou produtos. Na "desmancha" da farinha ou farinhada, a divisão de trabalho por sexo, resguardava a exclusividade da presença feminina na fase de raspagem da mandioca.

Além da agricultura e do criatório de pequenos animais, comumente chamados "miunças", as famílias camponesas mais carentes, agregavam outras atividades, especialmente, no período de entressafra. Relações e acordos específicos com o proprietário poderiam resultar na permissão para a criação de umas poucas reses, geralmente em espaços confinados. O número de moradores agregados a cada proprietário dependia, em primeiro plano, da quantidade de terras que este pudesse dispor – em áreas contínuas ou descontínuas – da localização das áreas e da organização da produção. Nas propriedades que incorporavam áreas de vazantes, várzeas e tabuleiros, a produção era diversificada, possibilitando ao proprietário obter rendas dos parceiros e moradores em dois períodos distintos: produção nas várzeas e tabuleiros quadra invernosa e cultura das vazantes no segundo semestre do ano.

As propriedades familiares, considerando-se o tamanho e as características dos solos cultiváveis, poderiam agregar duas ou três gerações, em suas unidades de produção. Encontramos um número significativo de famílias que organizavam a produção em propriedades não contínuas, cujo planejamento e organização da produção estavam sob o comando do patriarca:

> Era uma propriedade familiar. Era a nossa avó que tinha a propriedade, não somente uma, mas as 25 braças, tinha a terra do córrego, tinha a terra do açude e as partes, e ali toda família trabalhava em conjunto. Quando chegava as chuvas todo mundo trabalhava junto e a safra, toda safra que tinha nós trabalhávamos, colhia juntos, era guardada, a casa do nosso avó era como se fosse o armazém, lá era guardado para toda família e ali ia se buscar o que precisasse. A desmancha de farinha, a gente tinha uma desmancha de farinha da propriedade da terra do Açude, meu avô ele fazia 50 sacos de farinha, ele tinha um caixão grande ele guardava. Era farinha para família toda, durante um ano, ninguém comprava farinha. A desmancha de cana fazia a rapadura, fazia o mel, aquelas latas de mel, era pra família toda, aí o restante

[559] Ibid, p. 61-62.

> ele guardava na casa, ele distribuía para todo mundo um total que levava para sua própria casa e quando precisasse voltava e pegava lá. E quando era na época da chuva a gente começava a trabalhar na safra. Era uma propriedade familiar, isso era a maior renda que nós tinha no mundo, a maior riqueza porque ninguém trabalhava só. Ninguém sentia o peso do trabalho porque era a influência de todo mundo, trabalhava homens e mulheres. As mulheres eram na parte da mandioca e os homens fazendo aquela farinha, torrando, fazendo biju, aquelas festas a noite toda, isso era a maior alegria do povo, então nós aí fazia a renda do ano inteiro[560].

Na grande família da qual fazia parte o senhor Sabino Antônio Martins, a produção de alimentos era armazenada para o sustento de todos que integravam a unidade de produção. As outras necessidades eram supridas pela renda obtida com a venda de animais e o cultivo do algodão. No período de entressafra, havendo dificuldade com o trabalho de *alugado* ou nas atividades apresentadas anteriormente, ocorria a migração sazonal para a zona salineira de Macau e Mossoró, comum nos períodos de maior "aperreio" e ganho minguado. Durante as grandes estiagens, a família agricultora em situação de maior opressão econômica, não encontrando saída na própria região, era forçada a migrar para outras regiões. O migrante poderia ser o chefe da família, os filhos mais velhos e, mais raramente, a família inteira.

A posse da terra, mesmo que fosse uma "tira" de terra, teria um significado ímpar para o camponês, embora fosse incompreensível aos olhos alheios a este universo rural. O senhor Sabino Antônio Martins traduz com muita nitidez os sentidos da posse da terra ao afirmar que "10 braças nossas é melhor do que 200 braças dos outros. Melhor coisa do mundo é a gente ser dono de alguma coisa"[561].

O camponês sem terra, que vivia a condição de morador, compreendia que ter um chão para plantar, para construir a morada, que fosse suficiente para garantir o sustento da família, representava autonomia e libertação do regime de sujeição. Era o morador que se encontrava em situação de maior sujeição que os demais. Estava subordinado ao poder e, até mesmo, aos desmandos do proprietário. Arranjava-se um ganho de *alugado*, precisava ser liberado pelo patrão, não tinha liberdade política, votava no candidato do patrão, não tinha autonomia na produção agrícola, plantava o que estava de acordo com os interesses do patrão. Se meeiro ou morador, o algodão que cultivava, não raro vendia sua parte ao proprietário e, tendo em vista as muitas dívidas contraídas com este, no interregno entre o plantio e a colheita, terminava por deixar quase toda a sua renda nas mãos do proprietário.

As culturas agrícolas de ciclo longo não lhe eram permitidas para não causar qualquer embaraço no momento em que o proprietário, por qualquer que fosse a razão, dispensasse o

[560] MARTINS, Sabino Antônio. Entrevista concedida em 25 de março de 2017 – São Rafael. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.
[561] Ibid.

morador. Sua habitação era muitas vezes uma velha choupana desconfortável e insegura. E a família não se sentia encorajada a fazer melhoramentos, embora pudessem ser mal vistos e até hostilizados por viverem em situação degradante.

Miguel Arrojado Lisboa deteve-se sobre as condições de vida dos *moradores* que ele também identifica como *agregados*, argumentando que "o agregado vive em terra de empréstimo, onde faz sua tosca moradia. Os que vêem na pobreza e selvagem rusticidade das habitações sertanejas uma manifestação da indolência nativa, deveriam refletir que ninguém promove construção sólida em terra alheia"[562].

Nos anos 1960 e 1980, encontramos os pequenos e médios agricultores do RN completamente desassistidos economicamente pelo Estado. As políticas agrícolas e agrárias optaram invariavelmente pelo favorecimento da produção agropecuária. Distantes das políticas públicas de apoio à produção, acesso a terra e aos demais incentivos de que se beneficiavam os grandes proprietários rurais, inúmeras famílias camponesas atingidas pelo PBA não tiveram direito sequer à indenização. Esse fato decorreu da condição de desamparo jurídico em que elas se encontravam. Sem a posse legal da propriedade ou não dispondo de toda a documentação exigida pelo DNOCS e sem condições financeiras para promover sua regularização, devido aos altos valores cobrados pelos cartórios, essas famílias que antes produziam em terra própria, tiveram que embrenhar-se na luta por terra de trabalho e moradia, associando-se aos demais camponeses sem terra.

O caso da família do senhor Sabino Antônio Martins é bastante emblemático e o apresentaremos em face da repetição desse drama com outras famílias camponesas do município. Durante o levantamento cadastral para desapropriação pelo Projeto Baixo-Açu, a propriedade era avaliada de acordo nos seguintes termos: a) os tipos e tamanhos das áreas que formavam a propriedade; b) o tipo de cobertura vegetal e c) as benfeitorias existentes.

Por falta de orientação, a família do senhor Sabino Antônio Martins não apresentou todas as benfeitorias existentes, o que causou a desvalorização das propriedades da família, reduzindo bastante os valores da indenização. Após a morte do patriarca da família, os herdeiros precisavam fazer o inventário para receber a indenização. Ocorre que, o valor da indenização era tão irrisório que "o cabra fosse fazer na justiça coisa de propriedade pequena, só dava pra justiça o dinheiro. Porque essa propriedade era 32 braças de terra do meio do rio, meia légua

[562] LISBOA, Miguel Arrojado. O Problema das Secas. **Semiárido**. Câmara dos Deputados: DEAPA/CGRAF, 2010, p.35.

para dentro, aí tinha 3 inventários para fazer"[563] e não cobria os custos cartoriais e a família terminou por não receber indenização.

A condição de vulnerabilidade jurídica retratada foi danosa aos camponeses de São Rafael. Além da expropriação de suas terras para a construção da barragem, os empecilhos à indenização inviabilizaram qualquer possibilidade de reassentamento autônomo de muitas famílias. Até o momento não temos o número de famílias que não receberam indenizações, mas, em todas as conversas que participamos com velhos agricultores, as narrativas trazem essa questão como uma das injustiças do PBA.

O medo de uma revolta explosiva da população era motivo de preocupação para o governo e do DNOCS. Como essa população responderia à mudança compulsória? Em que condições a mudança seria suportável? Encarregada de responder essas questões, a Hidroservice pesquisou nos municípios atingidos pela bacia hidráulica, a satisfação e insatisfação da população com o lugar em que vivia, registrando, ainda, as questões que justificavam as respostas. O objetivo era montar um quadro com os elementos indicativos das possíveis ações e reações da população frente ao processo de deslocamento compulsório.

Tabela 10 - Nível de satisfação com o local de residência na bacia hidráulica.

Município		Como se vive nesta localidade %		
		Bem	**Regular**	**Mal**
São Rafael	Urbana	60,9	25,0	14,1
	Rural	52,5	35,0	12,5

Fonte: Pesquisa por amostragem. Hidroservice, 1979. Adaptado pela autora.

A posse da terra, as condições de trabalho e as relações afetivas com o lugar foram os principais elementos para referenciar a posição das famílias pesquisadas. Embora a maioria dos pesquisados na área rural tenha afirmado viver bem e a posse da terra fosse um dos elementos explicativos para esta posição, apenas 14,3% trabalhava em terra própria. Dos 12,5% dos entrevistados que consideravam viver mal, 58, 3% relacionavam essa insatisfação às difíceis condições de trabalho e o fato de não ter terra própria. Como a maioria da população rural era formada por não proprietários, nosso argumento é que há um número significativo destes, que há época, consideravam não viver mal, apesar de não serem proprietários. Como explicar essa questão? É possível que a forma de organização do trabalho agrícola nas propriedades que

[563] LIMA, Antônio Gomes. Entrevista concedida em 19 de abril 2017 – São Rafael. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

agregavam duas ou mais gerações de famílias, possa ser uma das chaves para interpretação do nível de satisfação dos agricultores, mesmo não sendo legais proprietários das áreas.

5.3 A BARRAGEM E O DESABRIGO

A barragem Armando Ribeiro teve suas obras iniciadas em 1979 e, logo em 1981, começa a diáspora dos camponeses de São Rafael. Os proprietários que receberam indenizações trataram de adquirir propriedades em municípios da região ou fora dela. Muitas famílias tomaram rumos diversos e outras centenas que não tinham para onde ir, resistiam na velha São Rafael, reivindicando ao DNOCS e aos governos terra de trabalho e moradia.

As famílias que não receberam indenizações o DNOCS apresentava a alternativa imediata de migrar para as agrovilas de Serra do Mel. Havia a situação dos pequenos proprietários que tinham a posse legal da terra e não tinham condições de prover sua regularização. Numerosas famílias que trabalharam geração após geração nestas terras, foram expropriadas sem qualquer indenização. Não havia qualquer interesse do Estado em resguardar os direitos dos proprietários cujas terras estavam em situação irregular. As urgências impostas pela obra, os vultosos custos cartoriais para regularizar a propriedade e a oferta de parcos valores das indenizações levaram muitos pequenos proprietários a vivenciar a amarga experiência da desapropriação sem indenização.

Em meados de 1979, *A República* trouxe uma matéria em que os técnicos justificam a não indenização de muitos produtores devido à ausência de documentação legal, pois havia uma "desorganização das propriedades"[564], e o *Tribuna do Norte* apresentou, em uma reportagem no mês de outubro de 1979, que " 25% dos proprietários rurais do Vale não possuem documentos de suas terras, dificultando o pagamento das indenizações; as próprias obrigações tributárias, como as do INCRA, estão atrasadas em sua maioria e alguns agricultores nunca pagaram seus impostos"[565]. A relação de documentos a ser apresentada pelos proprietários era extensa e, como se observou nos jornais e depoimentos dos desapropriados, muitos ficaram sem receber devido à burocratização do processo, que, na opinião de alguns, serviu para que o Estado expropriante se beneficiasse com o não pagamento desse conjunto de propriedades que se somaram a outras áreas para receber as águas do maior açude público do Brasil à época. Em

[564] GUALBERTO; João; LIMA, Argemiro. Vale ou não vale o Vale? As terras do aluvião**. A República**, Natal-RN, 8 jun. 1979.

[565] O SONHO de Felipe Guerra, Eloy de Souza e Joaquim Ignácio será uma realidade com o Projeto Baixo-Açu - **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 out.1979.

documento encaminhado à imprensa, o DNOCS apresentou a relação dos documentos que os proprietários deveriam encaminhar à Comissão de Desapropriação:

> [...] título de propriedade da área desapropriada, certidão do registro do título no cartório de imóveis competentes; certidão do cartório de imóveis e hipotecas e do distribuidor do foro de que o imóvel está livre e desembaraçado; certidão de quitação com impostos federais, estaduais e municipais, inclusive Imposto de Renda, INCRA e Funrural, documentos de identidade e certidão de casamento[566].

A obrigatoriedade em apresentar numerosos documentos como parte das obrigações necessárias ao recebimento da indenização afligiu muitos proprietários que dispunham apenas de alguns destes documentos exigidos pelo DNOCS. A preocupação com as indenizações mobilizava cidadãos que residiam em outros estados a fazer a denúncia das condições em que ocorriam as desapropriações. Na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, uma pequena e significativa nota foi publicada, reportando-se aos problemas com os "preços ínfimos" das indenizações[567].

Outras sérias denúncias são apresentadas na imprensa potiguar em torno da exclusão dos proprietários dos debates "como no caso da reunião de São Rafael, onde o DNOCS proibiu o acesso dos proprietários sem qualquer explicação à comunidade"[568]. Essa situação foi interpretada como a proclamação pública da injustiça contra os pobres em São Rafael, pois estes eram as famílias que não portavam a documentação exigida pelo DNOCS e, portanto, perderiam suas terras e estavam excluídas do direito à indenização.

Ao tratar dos problemas com as desapropriação e indenização dos agricultores, o DNOCS expõe a gravidade da situação ao afirmar, de modo terminante, que "grande parte da população nada tem a receber, pois nada possui que possa ser indenizado"[569]. Em conjunto, a larga maioria da população vivenciava um profundo desamparo. Particularmente havia especificidades para determinados setores. Dessa forma, os proprietários rurais lutavam pelo "preço justo" das indenizações; a população urbana de São Rafael se articulava na defesa da construção da nova cidade; os meeiros, moradores e arrendatários que não receberiam indenizações, reivindicavam terra de trabalho e moradia; e os proprietários com terras não

---

[566] DNOCS convoca proprietários. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 21 maio 1979.
[567] TERRAS férteis do Vale do Açu desapropriadas a preço ínfimo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 7 jun. 1979.
[568] SEREJO, Vicente. As indenizações do Baixo-Açu. **O Poti**, Natal-RN, 3 jun. 1979.
[569] BRASIL: MINTER, DNOCS. **Alguns aspectos sociais relevantes no Projeto Baixo-Açu**. Fortaleza:1982. Arquivo Teresa Aranha. NUT-SECA/UFRN.

regularizadas se viram na condição de sem-terra, portanto, somando-se a estes nas lutas pela terra.

Entre os anos de 1979 e 1981, o *Diário de Natal*[570] abordou as dificuldades dos proprietários de São Rafael com as indenizações e as condições do município de São Rafael, que se encontrava com a economia congelada devido à instabilidade gerada com o Decreto de desapropriação. Na área rural a opressão pesava sobremaneira para os pequenos proprietários e os que não tinham posses. Os problemas vivenciados no campo refletiam-se na cidade, pois a feira de São Rafael deixara de receber os produtos do campo e perdera seu vigor. Comerciantes de todos os setores estavam desesperançados e, além do cataclismo provocado pela construção da barragem, havia, ainda, a seca e a inflação galopante, que reduzia cada vez mais os minguados valores das indenizações, aumentando o desalento que se abatia sobre a imensa maioria da população.

Com a construção do reservatório, as áreas de várzea e vazante desapareceram. A fonte de alimentação humana e animal já não existia e não eram necessários estudos especializados para que a população soubesse que o maior impacto seria a fome para milhares de famílias e "fatalmente, tal situação determinará o abandono da exploração da pecuária bovina"[571].

Com a edificação da barragem Armando Ribeiro Gonçalves com vistas ao disciplinamento das águas do rio Piranhas-Açu, ocorreram alterações profundas na vida dos camponeses do Vale, particularmente os que residiam no município de São Rafael, solapando sua economia e promovendo a expulsão das terras de trabalho e moradia. No final da década de 1970, grande parcela dos camponeses e camponesas de São Rafael, correspondendo a 53% dos expulsos pelo PBA, não tinha propriedades rurais. Esses dados tem um significado social relevante. Enquanto os proprietários, caso estivessem com o imóvel devidamente legalizado e em condições de cumprir as exigências do DNOCS, teriam direito à indenização, ainda que os valores fossem pífios, os moradores nada tinham a receber e "são estes os personagens que serão mais dramaticamente atingidos pela imposição do deslocamento, por não possuírem nenhuma reserva para a criação de novas alternativas de sobrevivência"[572]

---

[570] DESAPROPRIAÇÕES no Assú preocupam o episcopado. **Diário de Natal**, Natal-RN, 23 jun. 1977; TABELA de indenização no Vale do Açú está guardada no Palácio. **Diário de Natal**, Natal-RN, 15 ago. 1979; DNOCS é responsável pela inquietação. **Diário de Natal**, Natal-RN, 2 set. 1979; SÃO RAFAEL continua intranquila. **Diário de Natal**, Natal-RN, 18 mar. 1980.

[571] BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. **PROJETO BAIXO-AÇU**: Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Vol. VII. São Paulo: Hidroservice, 1979, p.925.

[572] VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **Beiradeiros do Baixo-Açu**: canto e lamento de Rafael Arcanjo da Costa. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987, p.41.

Em meio às turbulências políticas, particularmente no município de São Rafael que seria o mais atingido, as assistentes sociais que prestavam serviços à Hidroservice enfrentaram a exasperação da população. Vivendo um momento de forte tensão social, boa parte da população criara certa aversão a todos que estivessem vinculados às empresas responsáveis pela construção da obra e à desocupação da área da bacia hidráulica.

Nas memórias dos velhos agricultores, recorrentemente encontramos referência à atuação das assistentes sociais da Hidroservice, que foram adjetivados como "mão branca". Indagados sobre o significado do adjetivo, indicaram representações do "serviço sujo", da "mentira" e da "enganação"[573]. Na área a ser construída a bacia hidráulica da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, a Hidroservice levou a campo, além das assistentes sociais, sociólogos, pedagogos e comunicadores sociais que iriam fazer o contato direto com a população, realizando uma ampla pesquisa que atendia diversos objetivos, dentre eles, verificar os impactos do projeto para a população diretamente afetada e propor ações para a mitigação dos problemas que exigiam respostas imediatas[574].

Os estudos da Hidroservice ocorriam concomitantes às obras da barragem, o que nos levou a levantar algumas hipóteses sobre a forma extemporânea dessas ações em torno da obra: a exiguidade do tempo para caducidade do decreto de desapropriação e a crise financeira teriam levado o DNOCS a precipitar-se na implementação do PBA; a construção de grandes obras sem os prévios estudos dos diversos impactos fazia parte do *modus operandi* do DNOCS; a ditadura civil-militar oferecia absoluta salvaguarda as ações autoritárias para a edificação de grandes obras hidráulicas.

Além da pesquisa, coube à Hidroservice o planejamento e acompanhamento da "transferência" da população atingida. Os camponeses do pequeno município de São Rafael se sentiram tragados pelo PBA, pois, além do perímetro urbano, toda a área rural, onde se desenvolvia a produção agrícola, foi submersa pelas águas da grande barragem. No decurso da

---

[573] "Mão Branca" era um grupo de extermínio de Natal/RN, com atuação entre os de 1980 e 1989, cujas ações violentas criaram um clima de assombro e até admiração, dada à construção mítica do grupo. É necessário ressalvar que o grupo atuou em um momento histórico de grandes tensões políticas e sociais. Entre os anos 1980 e 1989, o termo "mão branca" era presença constante na mídia do RN, tratando das ações criminosas de um grupo que atuava em Natal. Se a população de São Rafael construiu – ainda que com recortes referenciais bem definidos – uma analogia entre as ações dos assistentes sociais e às ações do "mão branca" não temos como afirmar ou negar. Em uma análise dos elementos míticos que alimentavam o referido grupo, Tatiana Morais (2007, p.38), apresenta uma definição e contextualização histórica desses grupos: "Os acusados por seus crimes tinham vínculo com a polícia civil e militar, entretanto nenhum foi condenado em juízo, ficando os assassinatos, as torturas e os desaparecimentos insolúveis até os dias atuais. Sua existência na nossa cidade não foi um fato isolado, mas sim um fenômeno conectado à realidade brasileira. É da mesma conjuntura histórica o "Esquadrão da Morte" em São Paulo / SP no final dos anos 60, o "Mão Branca" na baixada fluminense no Rio de Janeiro / RJ no início dos anos 80 e o "Mão Branca" na Paraíba / PB, também no início dos anos 80.

[574] DNOCS prepara a população do Vale para o Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 09 mar. 1979.

implantação desse projeto, os camponeses lançaram mão do repertório de experiências acumuladas e foram articulando ações de resistência e luta para reconstruir-se socialmente neste mesmo território.

As indagações da população rafaelense não eram satisfeitas pelas autoridades públicas e pelos órgãos responsáveis pelo PBA. O local onde seria construída a nova cidade, o abastecimento agrícola do município em face do afogamento das terras de agricultura, o destino dos camponeses rafaelenses e os graves problemas econômicos da nova cidade, eram temas de debate cotidiano em São Rafael. O sofrimento do presente e as incertezas quanto ao futuro, implicaram em imensurável angústia. Para onde ir? Como reconstruir a vida? As indagações dos rafaelenses confrontavam o silêncio do DNOCS e dos governos.

Foi interessante encontrar expresso em várias passagens dos estudos feitos pela Hidroservice a advertência acerca da possibilidade dos benefícios do PBA se transformarem em prejuízos, visto que "não se deve esquecer que a execução do projeto implica o desemprego de forte contingente populacional. Portanto, caso não se assegure condições de trabalho permanente também para essa população deslocada, os benefícios do projeto poderão ficar seriamente comprometidos"[575].

Na área da bacia hidráulica estava previsto o desaparecimento total da extração e beneficiamento da sheelita e, quanto ao mármore, a expectativa era da perda de 40% do mármore de melhor qualidade. Vejamos no quadro abaixo as áreas desapropriadas para a construção da bacia hidráulica do PBA:

Tabela 11 - Municípios diretamente afetados e estimativas dos impactos nas atividades agrícolas e extrativa vegetal na área da bacia hidráulica.

Município	Área total do município		Área total desapropriada		Área inundada		Área cultivada no município		Área cultivada desapropriada	
	(ha)	**(%)**	**(ha)**	**(%)**	**(ha)**	**(%)**	**(ha)**	**(%)**	**(ha)**	**(%)**
São Rafael	44.300	100	20.636	46,6	9.665	21,8	3.972	100	2.067	52
Jucurutu	99.900	100	10.152	10,2	4.278	4,3	9.265	100	572	6,2
Açu	151.000	100	5.718	3,8	2.846	1,9	14.538	100	1.017	7,0
Ipanguaçu	60.600	100	4.931	8,1	2.311	3,8	6.899	100	494	7,2
Total	355.800	100	41.437	11,6	19.100	5,3	34.674	100	4.150	12,0

Fonte: Pesquisa Hidroservice 1979. Adaptado pela autora.

[575] BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. **PROJETO BAIXO-AÇU**. Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves.Vol. VI. São Paulo: Hidroservice, 1979, p.1012.

Com a menor área territorial, o município de São Rafael foi o que teve maior área desapropriada para a construção da bacia hidráulica. Em conjunto, os municípios perderam, por inundação, 19.100 hectares, das quais 4.150 ha. eram áreas de cultivos. A perda desses territórios significou a expulsão de 1.694 famílias da área destinada à bacia hidráulica. O município de São Rafael foi o mais penalizado, visto que 52% da área agricultável foram desapropriadas e inundadas pelo açude, com prejuízos econômicos, sociais e ambientais profundos.

Com a barragem, a maior parte das terras de várzea do município de São Rafael iria submergir nas águas do açude. Assim, os chamados "tabuleiros" iriam compor a maior parte do território de São Rafael, significando uma queda brusca na produção agrícola de sequeiro e de vazante. A situação do município de São Rafael foi apresentada em toda a sua dramaticidade nos estudos realizados pela Hidroservice, apontando, ainda, que a redução da população implicaria na subtração de 50% da cota parte do FPM, deixando a administração municipal com sérios problemas financeiros. Dada a redução das terras de agricultura e com a metade dessa população expulsa para outras regiões, o município de São Rafael sofreria prejuízos irreparáveis no setor da agricultura, pecuária e extrativismo vegetal e mineral. Por outro lado, a população urbana também seria reduzida, tendo em vista a retração das atividades rurais que alimentava a relação campo-cidade.

Há outros casos específicos que dizem respeito aos prejuízos dos que foram desapropriados parcialmente, ficando "sob domínio dos proprietários apenas áreas remanescentes no tabuleiro pedregoso, inapto à agricultura e de aptidão restrita à pecuária"[576]. Decorrente dessa situação, verifica-se o surgimento de propriedades quase completamente improdutivas. Vimos, dessa forma, a ruína total ou parcial de muitos proprietários rurais de São Rafael. A ninguém que conheça os percalços desse processo histórico, cabe qualquer surpresa ou estranhamento, a falta de dinamismo econômico no "novo" município de São Rafael.

5.4 "TERRA POR TERRA, CASA POR CASA".

O ano era 1979 e o município de São Rafael havia parado no tempo. De certo modo, não estava apenas parado, o quadro era mais grave. São Rafael retrocedia, andava para trás. Não havia investimento, famílias começavam a emigrar, as atividades econômicas estavam estagnadas, a maioria da população andava sisuda, melancólica e desnorteada. Mas nem todos

[576] Ibid, p. 971.

estavam completamente desamparados. Os grandes proprietários se articulavam em seus espaços de poder na defesa de interesses particulares, e a raia miúda do campo (posseiros, moradores, pequenos proprietários e empregados) não encontravam respostas as suas indagações e tinham dificuldade em construir canais de expressão de suas reivindicações, da manifestação de suas opiniões.

A concentração fundiária no Vale do Açu guardava, basicamente, as mesmas características do Estado do RN. Nos dois extremos, encontramos extensas propriedades e uma vasta quantia de minifúndios, ainda assim, convém registrar algumas diferenciações internas à própria região do Vale do Baixo-Açu. A montante da barragem, a concentração de terras era menor que nas áreas a jusante da barragem. Em São Rafael, possivelmente em face da presença de tabuleiros não propícios à agricultura, as várzeas e vazantes eram bastante exploradas. No caso da produção de feijão nas vazantes deste município, esta ultrapassava a produção realizada na área de irrigação. Na área a jusante, para onde estava projetada a área de irrigação, os terrenos agricultáveis eram mais extensos, com porções menores de áreas de tabuleiros.

A maioria das famílias camponesas constituídas por "moradores" que não tinham posses de terras interpretou como autoritarismo e sentiram como injustiça o iminente deslocamento do território feito à fina força. Em 1979 o contingente mais afetado deste município pela bacia hidráulica estava localizado na área rural. Das 8.686 pessoas, 2.861 residiam na área urbana e 5.825 na área rural, ocupando-se do plantio nas várzeas, vazantes e áreas de sequeiro, do corte de palha de carnaúba, da extração de mármore e sheelita, do artesanato de palha e da criação de animais. As organizações sindicais e outras entidades iniciaram um trabalho de denúncia pública da situação dos trabalhadores rurais com o PBA. A FETARN enviou documento ao Presidente João Batista Figueiredo em 1979, apresentando a situação do Vale do Açu e questionando o destino da população rural deslocada da área[577].

O clima de tensão vivenciado em São Rafael era perceptível de longa vista como narram os velhos camponeses. O medo e a insegurança passaram a dominar a população a partir da instalação do canteiro de obras em 1979. Até então, pairavam dúvidas quanto à efetiva implantação da barragem do Baixo-Açu. As incertezas em relação ao projeto remetiam à paralização completa e ao engavetamento da barragem de Oiticicas. Essa percepção dos trabalhadores acerca dos projetos do governo gerou espanto e ressentimento quando, surpreendentemente, foram pegos de surpresa com a notícia da barragem.

[577] FETARN, Ofício SR/095/79. Natal, 08 de maio de 1979.

Pairava, entre os camponeses, o sentimento de injustiça por desconhecerem um projeto de tal magnitude e que, há anos, se desenrolava nos gabinetes dos órgãos públicos estaduais e federais. A população, que iria sofrer os maiores prejuízos, reclamava o direito à voz e à participação. A pesquisa realizada pela Hidroservice apresentou que 36,7% da população não tinham qualquer informação acerca das obras em curso nas áreas atingidas, e 41,7% ouviram falar da barragem e do projeto de irrigação, contudo, as informações eram "difusas ou contraditórias"[578].

A organização de protestos ocorreu em todo o Vale do Açu durante o período de construção da barragem. Os protestos reuniam trabalhadores rurais dos vários municípios do Vale do Açu em várias manifestações políticas e também assumiam dimensão religiosa com a presença do clero, particularmente, do Pároco de Açu – Padre Francisco Canindé dos Santos, que, de modo destemido, fez várias denúncias dos problemas que o PBA estava causando na região e, alertou sobre os males sociais que iriam pesar sobre as populações mais pobres.

Enquanto a cúpula católica no RN, representada por Dom Nivaldo Monte, arcebispo de Natal, flexibilizava a posição da Igreja em relação ao PBA, o pároco de Assú, Francisco Canindé, mantinha-se fervoroso na luta contra a barragem, no apoio a população expropriada, tecendo duras críticas duras ao projeto. A firme oposição do Padre Canindé ao projeto ganhou as páginas da imprensa quando o engenheiro Niênio Gontijo da Andrade Gutierrez mostrou-se queixoso com a atitude do Padre Canindé que se recusou a benzer o acampamento da empresa Andrade Gutierrez[579].

Havia um claro interesse político em manter o pároco de Assú como voz isolada da igreja contra o PBA. Caminhando contra a correnteza, Padre Canindé manteve sua oposição à construção da barragem. Estava sempre disposto a participar dos atos públicos e saía a convidar seus paroquianos a participar ativamente das manifestações públicas. Centenas de vozes se levantaram contra a construção da barragem, prenunciando os danosos impactos que ela iria trazer para o Vale do Açu. Ficou conhecido em todo o Estado do RN, o poema *A Barragem do Açu*, que Crispiniano Neto produziu em janeiro de 1979:

> Estou vendo no povo a ansiedade
> E a morte da força e da coragem
> Porque vão construir uma barragem
> Gigantesca, além da necessidade
> Tanta água é uma barbaridade
> Quando eu olho esta megalomania

[578] BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU: **Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves**. Volume VI, São Paulo: Hidroservice, 1979, p. 806.

[579] DNOCS criticado em São Rafael. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 9 out. 1979.

Rezo a Deus, grito pra virgem Maria
Estão pensando que o povo é cururu
Quando a água cobrirem o Baixo-Açu
Vai matar muitos pés de poesia.

Tenho pena de ver São Rafael
Ser riscada do mapa do Estado
Ver seu povo sofrendo enxotado
Igualmente ao povo de Israel
A barragem é amarga como fel
Vai cobrir praça, escola e barbearia
Casa, igreja, bar e mercearia,
Oh! que quadro terrível, triste e cru
Quando a água cobrirem o Baixo-Açu
Vai matar muitos pés de poesia[580]

O tom apocalíptico que perpassa o poema é uma representação da tragédia que a população de São Rafael conferia a essas experiências. Era o tempo do "juízo final", um tempo que se findava com o naufrágio da velha São Rafael, e as águas da barragem representavam o dilúvio bíblico. Rafael Arcanjo, lembrando a saída forçada do povo com toda a sua bagagem de sofrimento, asseverou "somos puros israelitas do tempo do faraó"[581]. A disputa política em torno do PBA fez uso de variadas linguagens, e os poetas populares foram afirmando sua posição, usando a verve como instrumento de defesa ou crítica ao projeto. Chico Traíra era um árduo defensor do PBA e, acolhendo as propostas oficiais, cantava seus benefícios:

Vejo São Rafael, melhor tratada
Mais feliz, com futuro bem mais forte,
Para ela desejo feliz sorte
Numa bela cidade transformada,
Mais moderna, melhor edificada,
Com a beleza da nova arquitetura,
Pois a água irrigando a terra dura,
Vai atingir até Jucurutu
Quando a água cobrir o Baixo-açu
Vai nascer novo tempo de fartura

No lugar do pereiro vai nascer
O bonito e viçoso mamoeiro
Bananeira no lugar do marmeleiro
Com o trabalho poderemos obter,
Laranjeiras frondosas a crescer
Cana doce para mel e rapadura,
É preciso na nossa agricultura
Macaxeira, batata, uva e caju.
Quando a água cobrir o Baixo-Açu,
Vai nascer um novo tempo de fartura

[580] NETO, Crispiniano. **Barragem do Açu**, 1979. Arquivo particular de Angelina Luiza.
[581] SILVA, Roberto Marinho Alves da et all (Orgs.). **Rafael Arcanjo da Costa**: Poética veia profética. Natal/RN: Gráfica Líder e Editora, 1998, p.36.

Precisamos de arroz, milho e feijão,
Batatinha, cenoura, alface e nabo,
De coentro, cebola e de quiabo,
De repolho, de couve e pimentão,
Graviola, abacate e de melão,
Melancia, limão, jaca madura,
Falta ainda na nossa agricultura
Fruta-pão, gergelim, manga e chuchu,
Quando a água cobrir o Baixo-Açu,
Vai nascer um novo tempo de fartura[582]

Os versos de Chico Traíra ganharam espaço no jornal O Vale e nos encontros oficiais, onde se organizavam a defesa do PBA. O contrário ocorria com o poema de Crispiniano Neto. Fato é que foram variados os instrumentos, canais de divulgação e espaços de combate e defesa do PBA. O presente e o futuro da região do Vale do Açu perfilam nas poesias, nas falas dos camponeses, dos discursos dos técnicos e do governo. Para estes últimos e aqui se filia a poesia de Chico Traíra, o presente representava o atraso, a fome, o uso não racional das técnicas agrícolas, a tradição representada na agricultura de "subsistência" e no extrativismo. O futuro era o progresso, a agricultura moderna representada pela fruticultura irrigada. Intepretação inversa era construída pelos camponeses que enxergavam um futuro sombrio e uma travessia dolorosa.Os caminhos que as centenas de famílias rafaelenses iriam tomar com o deslocamento compulsório ainda estavam obscuros em 1979. Eldan Veloso, coordenador da COMIRGA, refutava o uso do termo "deslocamento", porque interpretava que este estaria impregnado de sentido negativo, indicando, inclusive, a redução populacional da região que, em sua opinião, não ocorreria, ao contrário, o PBA iria atrair as pessoas para o Vale do Açu, de modo que ele preferia o uso da palavra "remanejamento". A Hidroservice, possivelmente partindo de uma orientação nesse sentido, afirma que este é um tipo de migração especial, adotando o termo "migração dirigida" para tratar o processo de deslocamento da população de São Rafael. No entanto, essa população não recebia com acolhimento a tal "migração dirigida". Vejamos o quadro abaixo, relativo à pesquisa feita com a população atingida, considerando três possibilidades de "migração dirigida".

[582] TRAÍRA, Chico. s/d. Arquivo da autora.

Tabela 12 - Opção face à mudança no município de São Rafael (%)

Opções de mudança	Nº	%
Por conta própria	525	41,7
Para um projeto de colonização	138	11,0
Para um projeto de irrigação	297	23,6
Sem resposta	299	23,7
Total	1. 259	100,0

Fonte: Censo da Área de Desapropriação. Hidroservice, 1979. Adaptado pela autora[583]

Os pesquisadores da Hidroservice visitaram todas as famílias residentes na área rural e que seriam deslocadas compulsoriamente. Os dois maiores percentuais da pesquisa desvelam o descrédito e desconfiança em relação ao PBA, governos e DNOCS. Enquanto 41,7% das famílias não acreditavam nas soluções apresentadas pelo DNOCS e preferiam buscar uma saída por conta própria, 23,7% delas optaram por não responder. A resistência da população de São Rafael ao PBA manifestou-se também neste silêncio. Dessa forma, inferimos que este silêncio pode ser interpretado em duas perspectivas: a primeira é que elas estavam temerosas de que suas respostas pudessem servir de instrumento contra seus próprios interesses, e a segunda é que ainda estavam "especulando" outras possibilidades, outros caminhos.

A Hidroservice esclareceu, em seu relatório, a importância em conhecer a realidade da população, os vínculos com o território onde vivia, as expectativas ante a mudança compulsória, os desejos e as recusas da população, de modo a possibilitar a montagem de uma metodologia de abordagem, que tornasse eficaz a aceitação do deslocamento, considerada irremediável, pelo DNOCS e o governo estadual. Desse modo, elaborou um vasto conjunto de questionários abordando amplos aspectos da vida dos rafaelenses. Para algumas questões, a pesquisa era feita por amostragem e, para outras, abrangiam toda a população, produzindo uma rica, complexa e larga documentação sobre a área diretamente atingida pela Barragem Eng.º Armando Ribeiro.

Objetivando conhecer as motivações das famílias face às mudanças, as pessoas que haviam migrado para São Rafael foram mapeadas, pressupondo "que aqueles elementos que não se encontram satisfeitos com a atual localidade onde residem e/ou ao mesmo tempo já vivenciaram um processo migratório, podem estar mais inclinados a uma mudança"[584]. No entanto, os dados gerais acerca do processo migratório na região atingida pela bacia hidráulica demonstraram que as migrações ocorriam nos limites da própria região. 70% dos imigrantes

[583] Cf:. BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU: Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Vol. VI São Paulo: Hidroservice, 1979, p.810.

[584] BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU: Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Volume VI, São Paulo: Hidroservice, 1979, p. 785.

eram da região do Vale do Açu, 20% vieram de outros municípios potiguares, e 10% eram provenientes de outros estados do Nordeste. Esse fato indicava que as pessoas receavam as mudanças, ou seja, que os migrantes preferiam "ganhar a vida" no seu próprio território. Na análise dos pesquisadores essa configuração implicava em maiores dificuldades para o DNOCS convencer a população a aceitar o deslocamento.

Quando indagados se queriam mudar para um projeto de colonização, apenas 11% responderam positivamente. A ida para um projeto de irrigação obteve 23,6% de aceitação. Como compreender esses baixos índices? À medida que os profissionais da Hidroservice realizavam as pesquisam, tratavam de apresentar o projeto de colonização de Serra do Mel, mas tinham dificuldade em encontrar famílias com interesse nesta área. O que ocorria é que a maioria da população obtinha informações acerca da vida dos colonos em Serra do Mel, através de parentes, conhecidos ou amigos. As narrativas acerca da dura vida no projeto eram espalhadas aos quatro ventos. Com a população enfrentando um duro período de seca, as condições sofríveis de Serra do Mel atemorizavam a população de São Rafael, pois estavam relacionadas à falta d'água nas agrovilas e à ausência de trabalho de aluguel.

A maioria dos agricultores temia as condições de vida em projeto de colonização ou irrigação. Sobre este último, que era o carro-chefe do PBA, apenas 5% dos chefes de família ouviram falar e muitos se manifestaram negativamente. Ainda assim, a Hidroservice registrou que 23,6% optaram pelo projeto de irrigação, enquanto o Projeto de Colonização de Serra do Mel foi a opção mais rejeitada pelas famílias[585]. Como entender que apenas 23,6% das famílias aceitaram a proposta do projeto de irrigação se a imprensa alardeava os benefícios da irrigação que transformaria o vale em paraíso? Destacamos que 93,6% dos entrevistados não conheciam um projeto de irrigação. No entanto, é interessante observar quais razões foram apresentadas pelas famílias como negação ao projeto de irrigação, como destaca o documento da Hidroservice: "sujeição ao governo, falta de assistência do governo, não sabem o que ganham, nem o que devem, todos tem o mesmo tipo de agricultura"[586].

A resposta dos agricultores em relação ao projeto de irrigação traz elementos para refletir a implementação dessa política pública bem como para compreender as perspectivas dos camponeses acerca do valor da autonomia e autogestão nas suas unidades produtivas. Sob outro ângulo, os camponeses negavam a forma autoritária por omissão e o autoritarismo ativo do Estado, ao passo que enxergavam a importância do apoio estatal, cuja atenção é reclamada, enquanto recusavam a sujeição que se impunha aos agricultores nos perímetros irrigados.

[585] Ibid.
[586] Ibid, p. 813

Os camponeses de São Rafael sabiam bem mais acerca dos perímetros irrigados do que imaginavam os técnicos do DNOCS e os funcionários da Hidroservice. A imprensa no RN havia destacado, em algumas matérias, os problemas do Perímetro Irrigado de Morada Nova no Ceará, porém, detendo-se sobre os dados da produção. Mas é fato que os agricultores de São Rafael estavam cientes da relação do irrigante com os órgãos administradores, pois as justificativas apresentadas para a recusa ao projeto de irrigação se direcionavam exatamente para as relações de produção nestas áreas.

É válido acrescentar que a população desalojada dava pouco crédito aos projetos apresentados pelo DNOCS para a região, tendo em vista os propósitos nunca alcançados com a construção do açude de Mendubim e Pataxó. Diante disso, os agricultores temiam a insegurança com a escolha de um projeto de irrigação que sequer saíra do papel, e o DNOCS não apresentava prazo para sua execução e implantação.

Não havia uma única proposta apresentada pelo DNOCS que tivesse boa aceitação pelas famílias deslocadas. Todas as direções apontadas por este órgão implicavam em problemas diversos a serem enfrentados pelos camponeses. A perspectiva das famílias era garantir o assentamento em uma área que possibilitasse a produção agrícola com melhorias para as futuras gerações. Essa posição de resistência implicava na exigência que "as condições econômicas, sociais e culturais da zona de destino deverão se traduzir, de acordo com as expectativas de população migrante, em melhoria, ou pelo menos, em manutenção da qualidade e dos padrões de vida vigentes na sua zona de origem"[587]. Se por um lado o DNOCS impunha as alternativas de migração compulsória, por outro lado, os camponeses elaboravam as formas de resistir no próprio território. Decerto, essa situação encontrava-se em completo desequilíbrio, desfavorecendo os camponeses ao nível de condicioná-lo a total vulnerabilidade econômica e social.

Os camponeses estavam aferrados à ideia que o governo e as demais autoridades deviam proteção aos trabalhadores rurais desabrigados pelo DNOCS. E não se tratava apenas do direito a qualquer terra, pois, se assim fosse, não resistiriam à proposta de ocupar um lote na Serra do Mel. O propósito era garantir terra e água que assegurasse condição para a produção de "subsistência, conforme viveram seus pais e avós e, assim, projetavam para as futuras gerações. Eles reivindicavam, também, a garantia das relações de parentesco e vizinhança, condição

[587] Ministério do Interior/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU: Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Volume VI, São Paulo: Hidroservice, 1979, p.814.

relevante para a manutenção dos vínculos e dos costumes que conferiam sentido e segurança à vida comunitária.

É nessa perspectiva que nos aproximamos da concepção de economia moral na perspectiva de E. P. Thompson, quando ele afirma que a economia moral dos pobres não pode ser vista como "apolítica", tendo em vista que "supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum – noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades"[588]. É nesta relação de força que os camponeses, impelidos pelas circunstâncias em que se encontravam, resistiram à perda de seus direitos e construíram um campo de tensão, que, embora não tenha transformado as autoridades em "reféns do povo", impôs ao governo do RN, ao DNOCS, à Sudene e, até mesmo, à Igreja Católica a responsabilidade pela sobrevivência destas famílias.

O reassentamento da população rural era o grande desafio ao DNOCS e ao governo do Estado. Três áreas foram analisadas para esse propósito: o Projeto de Irrigação do Baixo-Açu numa área à margem esquerda do Rio Açu; o Projeto de Colonização de Serra do Mel, área situada à margem direita do Rio Açu; e a Chapada do Apodi. Ocorre que o DNOCS precisava que o deslocamento da população ocorresse em curto espaço de tempo e a única área com condições de receber famílias de forma imediata era o projeto de Serra do Mel.

Com o acréscimo de mais 30 famílias após os primeiros estudos, a área da bacia hidráulica computava 1289 famílias a serem deslocadas. O governo do Estado e o DNOCS jogavam com um conjunto de possibilidades, porém as dificuldades eram muitas. No final de novembro de 1979, o DNOCS celebrou um acordo com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário (CIDA) para a concessão de lotes no projeto de Serra do Mel. O DNOCS considerava a possibilidade de realocar toda a população rural atingida pela barragem, contudo os 500 lotes no projeto de Serra do Mel eram insuficientes. A estratégia do DNOCS e do governo era transformar os 500 lotes em 1000 com 25 hectares[589].

Após o governo de Cortez Pereira, o Projeto de Colonização de Serra do Mel havia praticamente estacionado. Os avanços que se verificavam no início dos anos 1980 deviam às pressões do DNOCS para encontrar uma área onde pudesse reassentar as famílias expulsas pelo PBA. Não tardou para que a FETARN denunciasse a negligência do Estado com a política

[588] THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras: 1998, p.152.

[589]. Cada lote tinha uma área de 50 hectares. Destas, 15 ha eram ocupadas com cajueiro em produção, 10 ha desmatados e 25 ha eram área de reserva da vegetação nativa. Para duplicar os lotes, a proposta era desmatar a área de reserva natural. Cf.: BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU: Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Volume IX, São Paulo: Hidroservice, 1979.

agrária, pois havia muitas famílias inscritas para integrar o projeto e ainda não haviam sido convocadas.

5.4.1 O Projeto de Colonização de Serra do Mel

A equipe de profissionais formada pela Hidroservice tinha a missão de convencer a população "excedente" a escolher, entre as alternativas apresentadas pelo DNOCS, um caminho para migração. Vimos, no quadro acima, que a pesquisa realizada pela Hidroservice apresentava as seguintes propostas: *solução própria,* o futuro *projeto de irrigação* e o *projeto de colonização* de Serra do Mel[590]. Contudo, o DNOCS orientou a equipe da Hidroservice para realizar uma campanha de motivação que direcionasse as famílias camponesas para o projeto de colonização de Serra do Mel.

As assistentes sociais da Hidroservice enfrentaram a resistência de muitas famílias agricultoras de São Rafael que se recusavam a migrar para Serra do Mel. Foram necessárias várias visitas às mesmas famílias, fazendo o trabalho de "motivação" como designou oDNOCS. Para reforçar a campanha, foram utilizados os meios de comunicação de massa, imprensa local, cartazes e panfletos locais. Compreendendo que a confiança da população no DNCOS era frágil e mínima, a outra estratégia usada pela empresa foi escolha de líderes locais, que, após treinamento, passariam a integrar a comissão de motivação.

Ocorre que o DNOCS tinha dificuldades em quebrar a resistência de centenas de famílias camponesas que não queriam afastar-se do território, das águas do Piranhas, sobretudo diante da promessa de que poderiam ocupar um lote na área do futuro projeto de irrigação. Havia uma articulação entre os camponeses para resistir em São Rafael e não aceitar a saída forçada para Serra do Mel. Em meados de dezembro de 1980, já com os preparativos da partida para Serra do Mel em pleno andamento, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de São Rafael apresentou a FETARN, que recebera informações da desistência de 50% dos trabalhadores alistados para assentamento no projeto de Serra do Mel.

Ao que indicam as falas dos camponeses, tanto os que se recusaram a ir quanto outros que migraram, a motivação verdadeira era a necessidade de garantir um pedaço de terra, pois, do contrário, não enfrentariam tantos percalços, especialmente em um período de estiagem que se estabelecera em 1979, já perfazendo três anos de escassez hídrica. Como as opções de

[590] Em 1972, o então governador do RN, Cortez Pereira, iniciou o projeto de colonização de Serra do Mel, com área de 61.450 hectares, para a qual incorporou terras dos municípios de Assú, Carnaubais, Areia Branca e Mossoró. A proposta visava ao assentamento de agricultores que se ocupariam da cajucultura em 22 agrovilas.

reassentamento guardavam riscos e sacrifícios, 149 famílias resolveram ir para as agrovilas do Rio de Janeiro (59), Pernambuco (32) e Bahia (58) em janeiro de 1981. O senhor Francisco Rosa da Silva, que teve assentamento em Serra do Mel, neste período, informou-nos acerca da migração dos trabalhadores e a situação inicial em Serra do Mel:

> Rapaz, de São Rafael, pro Cajazeiras, Caraú, aqueles mais pra cima de São Rafael pra lá, sítios tudinho, foi pelejado pra trazer pra cá, pra encher duas vilas e meia, Rio de Janeiro, Bahia e a metade de Pernambuco, lotearam tudim, foi tudo cheio. Aí quando chegou aqui, que foi um ano seco, 81, 82 e 83 seco, aí então o pessoal ficaram aqui que nem ovelha doida, sabe?[591].

Como já indicamos acima, era tempo de seca, o que implicava em maiores privações e provações. A seca de 1979 exigiu a montagem de um programa de emergência e, nos anos subsequentes, encerrando-se em 1983, foram estabelecidos novos planos com, cada um deles, trazendo novas formas de beneficiamento para grandes proprietários assim como para prefeitos e apertava os trabalhadores que haviam de submeterem-se às exigências, manobras e explorações diversas[592]. Como se pode notar, a população camponesa de São Rafael enfrentava os desafios da expropriação imposta pelo PBA, e a escassez hídrica que, em tempos comuns, exigia a montagem de estratégias ao seu enfrentamento. No Boletim Disparada, constavam as denúncias já apresentadas no RN no ano anterior e o anúncio antecipado do aprofundamento destes problemas, expondo que:

> Os prefeitos não vão construir as referidas obras com os recursos que se destinam a essas obras; As prefeituras vão controlar totalmente as ações dos trabalhadores; Vai servir para mostrar uma administração que prestou serviço, mas um serviço feito com o dinheiro e o sacrifício dos trabalhadores; Com a simpatia ganha pelos prefeitos, irão angariar votos nas próximas eleições (se houver) e manter uma estrutura que escraviza os trabalhadores[593].

Acossados por múltiplas redes de dominação, esses trabalhadores tiveram seus movimentos tolhidos. Em sua ação política, as organizações que faziam a mediação abordavam o problema de forma parcial, pois, enquanto observavam, prioritariamente, as indenizações, pondo-se em defesa dos proprietários, esqueciam a categoria que nada receberia de indenizações, porque nada tinha para ser indenizado, como afirmou o DNOCS.

---

[591] SILVA, Francisco Rosa da. Entrevista concedida em 19 de junho de 2019. Serra do Mel. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.
[592] EMERGÊNCIA: novo flagelo. **DISPARADA**. Boletim Oficial do Programa de Educação Política do Serviço de Assistência Rural – SAR, nº 08, 1981.
[593] Ibid.

Depois de reassentadas no projeto de Serra do Mel, as famílias foram cadastradas no programa de emergência, obtendo, inicialmente, uma cesta de alimentos e um parcial abastecimento d'água pelo DNOCS. Para estas famílias que viviam nas ribeiras Piranhas-Açu, a escassez d'água no Projeto de Serra do Mel era uma realidade com a qual teriam dificuldades em lidar, como explica a senhora Maria de Fátima Lopes Silva:

> heguemos aqui, eu mesmo achei muito ruim, pelo menos, sofri muito, porque nem água tinha suficiente. Vinha uns carros pipa botar, botava ali meio tambor de água, teve um dia que nem meio tambor encontrei, o vizinho quem me deu um galão d'água pra eu fazer, cozinhar, beber e ainda lavar roupa de criança, né. Eu vim com três, quatro crianças, uma ainda era com 16 dias de nascida, a mais nova[594].

Alguns entrevistados analisam que essa situação foi muito dura para as famílias assentadas. Avaliamos que o remanejamento compulsório para uma área de agricultura diversa da que estavam acostumadas a produzir, associado à precariedade impostas pelas secas, são elementos que impeliram as famílias a abandonar os lotes, logo nos primeiros meses. Os ganhos da emergência eram irrisórios, equivalendo a menos de meio salário, mas os preços dos produtos de primeira necessidade subiam constantemente. Indagando a respeito dos itens que compunham a cesta básica para o consumo da família camponesa em época de escassez, os trabalhadores apresentaram que os principais produtos – alimentares e outros – consumidos pelas famílias agricultoras, eram o feijão, arroz, açúcar, óleo, farinha, café, rapadura, sal, sabão e querosene. O ganho da emergência não era suficiente para a compra de todos os produtos.

O Boletim Disparada apresentou a extrema situação em que se encontravam os trabalhadores alistados na emergência no ano de 1983, apontando as seguintes indagações: "Quanto é que o trabalhador ganha por mês na emergência? Aqui no Rio Grande do Norte, ele ganha Cr$ 15.300 (quinze mil e trezentos cruzeiros). É possível continuar com esta situação? O que fazer? Qual o caminho para resolver tão angustiante situação?[595].

---

[594] SILVA, Maria de Fátima Lopes. Entrevista concedida em 19 de junho de 2019. Serra do Mel. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos. A senhora Maria de Fátima Lopes, que nos apresentou esse depoimento, é esposa do senhor Francisco Rosa. A família morava no Sítio Macaco, em São Rafael, e migraram no início de 1981 para a Agrovila Rio de Janeiro em Serra do Mel.

[595] O SUFOCO da Seca. **DISPARADA.** Boletim Oficial do Programa de Educação Política do Serviço de Assistência Rural – SAR, nº 13, jul-ago. 1983.

Imagem 9 - Agrovila Rio Grande do Norte (rua principal) Serra do Mel.

Fonte: Hidroservice, 1979.

Entre os anos de 1981 a 1983, os novos colonos de Serra do Mel, migrantes do Baixo-Açu, vivenciaram experiências amargas. Simultâneo ao trabalho na emergência, os colonos se empregavam em outras atividades buscando ganhar o pão. Alguns voltaram a São Rafael para trabalhar na construção da nova cidade, outros se deslocavam para as salinas, onde o ganho era melhor, e outros iam para o corte de palha. Havia, entre os camponeses, a reivindicação não negociável, que o assentamento nas agrovilas de Serra do Mel resguardasse a proximidade de parentes e vizinhos, com vistas à manutenção dos laços comunitários e às necessárias relações de reciprocidade.

As ações de ajuda mútua foram substanciais para fazer a travessia dos tempos difíceis, como eles próprios interpretam. A necessidade de buscar trabalho fora do projeto de colonização obrigava o camponês a deixar o seu lote. Contudo, contava com a ajuda de um vizinho que ficava na vigilância, até que a família retornasse, de modo a impedir a ocupação por “pessoas de fora”.

Assentar a população no Projeto de Colonização de Serra do Mel representava uma boa alternativa para o DNOCS naquele momento. Tendo em vista que o projeto era de responsabilidade do Estado do RN, o DNOCS cuidaria da transferência das famílias, articularia estratégias para a construção de novas moradias, mas não teria que lidar com a persistência dos conflitos em torno da questão.

Buscando entender por que as famílias haviam abandonado os lotes, fomos percorrendo os documentos e atentamos para os depoimentos dos que se encontram até hoje como colonos na Serra do Mel e de alguns que abandonaram os lotes. Se algumas questões explicativas se

apresentam de imediato, há outra que só pode ser compreendida com as narrativas das táticas urdidas por estes camponeses. Estava posto e evidente que as condições próprias da migração já causavam certa resistência. A escassez d'água em Serra do Mel foi insuportável para algumas famílias que sempre faziam o caminho de volta a São Rafael em busca de alimentos ou para suprir outras necessidades. As idas e vindas terminaram com a saída definitiva de muitas famílias de Serra do Mel para outros municípios ou o retorno a São Rafael.

Em relação a como resistiram os que ficaram em Serra do Mel, as famílias entrevistadas que ainda residem no projeto de colonização nos apresentaram, cada uma de modo particular, que foram muitos os sacrifícios. As dificuldades se assemelhavam as que eram vivenciadas pelas famílias nos núcleos de tábuas. O diferencial entre as que permaneceram e as que abandonaram os lotes reside no fato de que as primeiras estavam apoiadas em uma ou mais destas condições: guardavam algum recurso, contavam com a solidariedade de parentes e dispunham de mão de obra familiar para a realização do trabalho agrícola no lote e fora do projeto com o fim de garantir o sustento da família. Os que chegaram a Serra do Mel sem "nada no bolso", com as mãos segurando os filhos e sem ter a quem recorrer, ficaram em completo desamparo e, com raras exceções, retornaram à velha São Rafael ou tomaram outro rumo.

Os agricultores receberam um lote com 50 hectares, distribuídos da seguinte forma: 15 hectares estavam com plantio de cajueiros, 25 hectares eram de mata nativa e 10 hectares formavam a "faixa branca", assim denominada por ter sido desmatada no início da década de 1970. No Projeto de Colonização, a área da "faixa branca" não só se destinaria à agricultura de 'subsistência", mas também poderia ser utilizada da forma como o colono considerasse mais proveitosa.

Os colonos de Serra do Mel trazem, em suas narrativas, as dores, as privações e os sofrimentos das famílias que atravessaram um longo período de três anos seca. Afirmam, ainda, que existem muitos estereótipos e visões preconceituosas sobre os agricultores que se vieram para o projeto de colonização de Serra do Mel. Para estas famílias, o fato se deve à construção de representações negativas sobre a área na década de 1980, quando os agricultores sem terra se encontravam numa histórica encruzilhada, obrigando-se a decidir entre o Projeto de Serra do Mel ou a resistência nos núcleos de tábuas. Os colonos que permaneceram nos lotes, ainda que lembrem com alguma nostalgia da velha São Rafael, diante da posse da terra para a produção e reprodução social, afirmam que a decisão de vir para o projeto de colonização foi acertada, garantindo condições dignas e um futuro promissor às próximas gerações destas famílias.

Quanto ao abandono dos lotes pelos demais colonos, nós o compreendemos a partir da ausência de uma política de assistência financeira e técnica as famílias que haviam sido

deslocadas compulsoriamente. Havia condições diferenciadas entre essas famílias e, mesmo que todas tenham chegado à situação constrangedora, devido à forma de deslocamento, precisamos atentar para essas especificidades, sob pena de apresentarmos apressadas avaliações sobre o sucesso ou insucesso destas famílias.

Há que se considerar, ainda, a prolongada estiagem que tornava mais sofrível as condições de vida e a necessidade de produzir uma cultura com a qual não tinham experiência, em uma área bem diferenciada da que estavam acostumados. Não há quem discorde que, nestas condições, era imprescindível forte apoio e assistência duradoura a estas famílias, o que de fato não ocorreu. Somadas às condições elencadas acima e à conjuntura desoladora em que se encontravam, não parece estranho que boa parte destas tenha sido obrigada a abrir mão de 50 hectares de terra de trabalho e moradia.

5.4.2 "Velhos, viúvas e deficientes": os primeiros remanejados para a nova cidade

As famílias de São Rafael eram constantemente visitadas para opinar, prestar informações e esclarecimentos às equipes coordenadas pela Hidroservice desde meados de 1979. Já havia, entre as famílias, um sentimento de recusa em virtude do que consideravam como atitude invasiva e abusiva. Em uma destas empreitadas a consulta a respeito da área para o estabelecimento da nova cidade de São Rafael gerou uma polêmica entre a população e o DNOCS.

Desse modo, a população questionava o DNOCS, afirmando que o órgão não estava respeitando a vontade popular em relação à proposição de área para a instalação da nova cidade de São Rafael, enquanto o DNOCS manifestou que os questionamentos ao novo sítio escolhido para reconstrução da nova São Rafael – Bela Vista – eram provenientes de setores que integravam a população rural e que apenas a população urbana havia sido consultada, pois "é a única interessada e, portanto, foi a única a ser ouvida"[596].

O que o DNOCS não considerou, por autoritarismo e não por falta de conhecimento, foi que a fronteira entre o urbano e o rural no município de São Rafael era bastante tênue. Muitos dos residentes na área urbana eram donos de propriedades rurais e para lá se deslocavam diariamente, não sendo surpresa o fato de a população rural reivindicar a participação na pesquisa de opinião e exigir que sua proposição fosse considerada.

[596] BRASIL: MINTER, DNOCS. Alguns aspectos sociais relevantes no Projeto Baixo-Açu. Fortaleza:1982. Arquivo Teresa Aranha. NUT-SECA/UFRN.

Na antiga cidade de São Rafael, os estudos realizados pela própria Hidroservice apresentaram que havia bairros urbanos em que não era possível definir com clareza os limites entre a área urbana e a rural. As famílias produziam em seus largos quintais, os animais pastavam livres, e as cercas se avizinhavam do arruamento. A população rural propunha que a nova cidade fosse instalada na fazenda Entressantos, que dispunha, também, de terras agricultáveis, como argumentou o senhor Hermenegildo Julião dos Santos, enfatizando que a cidade precisava da produção da zona rural[597].

Ao fim, a decisão do DNOCS recaiu sobre o Sítio Belo Vista, que distava cerca de 3 a 4 km da antiga São Rafael e logo teve início a construção de 50 casas, das quais 49 (quarenta e nove) se destinavam as famílias consideradas incapacitadas para o trabalho e 01 (uma) casa para instalação de sede da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social do Rio Grande do Norte, que deveria prestar assistência às famílias residentes na área. O novo núcleo passa a ser conhecido com a "cidade dos velhos", pois eram chefiadas por pessoas aposentadas, que recebiam apenas meio salário-mínimo, conforme trata Djalmir Costa[598].

Entre 16 de julho e 1º de setembro de 1981, foram reassentadas na "cidade dos velhos", as 49 famílias, num total de 188 pessoas. Destas, 47 eram oriundas das comunidades rurais de São Rafael e duas vieram de áreas rurais do município de Ipanguaçu, que se avizinhavam do município de São Rafael[599]. A saída da antiga morada era um acontecimento doloroso. Os técnicos do DNOCS, depois de seguidas visitas, oficializavam a data da partida da família, que já deveria ter decidido se ficaria na faixa seca para viver nos núcleos rurais, se iria para Serra do Mel ou se tomaria outro destino.

Assim sendo, o DNOCS só garantia a mudança das famílias que se destinavam a quaisquer cidades do RN, do contrário, deveriam elas mesmas providenciar a própria mudança. Ocorreu de muitas famílias retornarem as suas antigas moradias, o que começou a ser encarado como problemático pelo órgão. Doravante, o DNOCS resolveu operar uma mudança drástica no momento de saída da família, que era derrubar a casa de imediato, para evitar sua reocupação.

Em geral, os depoimentos sobre os primeiros 49 moradores da nova São Rafael, enfatizaram dois aspectos: o insistente trabalho de convencimento feito pela equipe da

---

[597] SANTOS, Hermenegildo Julião dos. Entrevista concedida em 12 ago. 2014. São Rafael-RN. Entrevistadora Jovelina Silva Santos.

[598] COSTA, Djalmir Arcanjo da. **A História da Cidade que o progresso naufragou**. Jucurutu: Gráfica Sto. Expedito, 2010, p.143

[599] BRASIL: Ministério do Interior. DNOCS/COMIRGA. **Relatório da Sexta Reunião de Acompanhamento do Projeto Baixo-Açu.** Novembro de 1981. Arquivo: NUT-SECA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 19 -21.

Hidroservice junto aos aposentados – que recebiam apenas meio salário-mínimo – para que aceitassem o remanejamento e as dificuldades enfrentadas por essas famílias que ficaram isoladas, sem acesso à água, à energia e a quaisquer outros serviços[600].

Com uma média de 3,8 pessoas por família e contando apenas com metade do salário-mínimo, sem outra fonte de sustento, as condições eram desfavoráveis para os pioneiros da nova cidade de São Rafael. Posteriormente, esse primeiro núcleo da nova São Rafael recebe o nome de Bairro Soledade. No Dicionário Aurélio, o substantivo soledade aparece com o significado de "solidão, tristeza de quem se acha só; melancolia, saudade que acompanha o indivíduo que se sente só". Encontramos, em vários municípios potiguares, bairros urbanos que receberam a denominação soledade, portanto não se pode afirmar se o batismo do bairro está relacionado às situações extremas vivenciadas pelas famílias "compulsoriamente remanejadas" para a área, mas é fato que ele nos remete as muitas representações construídas sobre esse espaço singular da nova São Rafael.

5.4.3 Os Núcleos de Tábuas: forjando a resistência

O DNOCS precisava encontrar uma solução para as 297 famílias que haviam optado por sair para um projeto de irrigação e para as famílias que não tinham solução própria, não queriam ir para o projeto de Serra do Mel e, também, não optaram pelo projeto de irrigação. Estas últimas famílias eram as que resistiam em permanecer no próprio território. A solução apresentada pelo DNOCS para o primeiro grupo é que deveriam ficar na borda do lago, área que constituía a faixa de domínio[601] até que fosse implantado o referido projeto. Quanto às famílias que não tinham solução própria e que não queriam migrar, a proposta do DNOCS foi expressa nestes termos:

> Permanecer na margem do reservatório, ocupando, como arrendatário, a faixa de domínio para exploração de vazantes e pequena irrigação. Deve-se salientar que muitas moradias, embora situadas na faixa de desapropriação, não serão atingidas pelas águas do reservatório, mesmo na cota "máximo maximorum". Nos casos em que a residência for atingida, será construída uma nova[602].

[600] SÃO Rafael águas passadas que movem moinhos. Produção de Anna de Oliveira, André Araújo e Ceiça Guilherme. Mossoró: Decom, Uern e Cc&c, 2012. (27 min.), mp4, son., color.

[601] A faixa de domínio nos açudes é a área que circunda o lago e que se encontra sob domínio do órgão responsável. No caso do Açude Açu, formado pela Barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, a responsabilidade é do DNOCS.

[602] BRASIL: Ministério do Interior. DNOCS/COMIRGA. **Relatório da Sexta Reunião de Acompanhamento do Projeto Baixo-Açu.** Novembro de 1981. Arquivo: NUT-SECA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p.22.

A construção de núcleos habitacionais na área da faixa de domínio do Açude do Açu se tornou o símbolo de uma ausência: a exclusão das famílias camponesas dos projetos de desenvolvimento rural, mas também simbolizou a resistência camponesa em São Rafael. Por resistência camponesa, entendemos as táticas de enfrentamento as violações de direitos, manifestas na exploração, opressão e expropriação. A resistência camponesa se alimenta da utopia da posse da terra como possibilidade de segurança e alguma autonomia e liberdade frente ao patrão, ao governo e ao mercado. É resistência a permanência das famílias camponesas nos processos de ocupação, vivendo anos a fio nos acampamentos, enfrentando as diversas formas de violações de direitos.

Ao observarmos as obras hidráulicas implantadas em outras áreas do semiárido de natureza semelhante, como no Ceará, por exemplo, encontramos uma característica peculiar, indica a expropriação e exclusão da população camponesa, ou seja, a grande dimensão do projeto. Quanto mais agigantado o projeto, menores são as possibilidades reais de inclusão do campesinato. As casas de tábuas na faixa de domínio expressavam a marginalização da população não contemplada pelas benesses do desenvolvimento rural.

Dezenas de famílias camponesas resistiram à expulsão, permanecendo nas áreas já desapropriadas, pois não tinham "solução própria" e não queriam ir para o projeto de Serra do Mel, temendo não ter condições para enfrentar as dificuldades do projeto. Em 1982, o DNOCS acelerou a construção dos núcleos rurais na faixa de domínio para abrigar essas famílias. Foram construídos 13 núcleos rurais em ritmo acelerado a partir de 1982, que serão ocupados pelas famílias que não aceitaram migrar para Serra do Mel[603]. Vejamos como o senhor Antônio, liderança camponesa na luta pela terra, relata a situação:

> [...] por conta dessa barragem nós perdemos tudo, perdemos as terras, perdemos as residências da gente, mudaram a gente pra umas áreas secas, sem nada, peguemos logo 3 anos de seca na mudança, foi um sofrimento intenso, foi um negócio que não foi brincadeira né, e fiquemos desabrigados, morando num barraco velho de tábua[604]

No jornal *Novo Vale*, as matérias que versavam sobre a área para instalação dos núcleos rurais justificaram que estas foram escolhidas em virtude da "boa qualidade do solo para o plantio de vazantes e a relativa proximidade com a água, o que facilitará, também, a atividade

[603] O jornal Novo Vale anuncia a construção de 13 núcleos rurais: Cavalo Bravo I, Mazagão, Jangada (Boi Selado), São Francisco, Desterro, Cavalo Bravo II, Oiti, Sítio Freitas, Riachão, Mutamba e Torrões. Cf.:ASPECTOS gerais do Projeto Baixo-Açu (II): núcleos rurais. **Novo Vale**, 18 set. 1982, p.3.

[604] LIMA, Antônio Gomes. Entrevista concedida em 19 de abril 2017 – São Rafael. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

pesqueira"[605]. Ora, mesmo que algum núcleo apresentasse uma área mínima favorável ao plantio, os depoimentos dos agricultores esclarecem que eles tinham que "pelejar em cima do carrasco" e que era impossível tirar o sustento da família naquelas áreas.

Imagem 10 - Casa de tábua construída pelo DNOCS em São Rafael

Fonte: jornal Novo Vale, 18 set. 1982.

Conforme pode ser visto acima, o jornal Novo Vale apresentou uma descrição das casas de tábuas, que cria uma imagem do zelo do DNOCS com a construção dos núcleos e o conforto que a nova residência proporcionaria às famílias[606]. A vinda para os núcleos rurais deixou muitas famílias em situação de maior vulnerabilidade. Sobre o tema da nova moradia e as condições de vida nos núcleos rurais, em meados de 1982, as famílias denunciaram, em reuniões com a FETARN, os vários problemas que estavam enfrentando na nova morada e espaço.

> As casas não podem nem lavar, pois o próprio DNOCS disse que apodrecia as tábuas. Cozinho fora de casa com carvão comprado com muito sacrifício. É preciso muito cuidado para não haver incêndio. Quando chove entra água por todo o canto dentro de casa. As casas, na sua maioria, não cabem nem as famílias; Dado o material utilizado na construção, os moradores não podem utilizá-las para armar redes, pois a madeira empena, tendo que dormir no chão. O calor no interior dos barracos é insuportável[607].

A fome campeava todo o município, tornando-se mais vexatória diante da situação de desamparo em que estas já se encontravam desde 1979. Para não se verem obrigados a vender

[605] ASPECTOS gerais do Projeto Baixo-Açu (III): os núcleos rurais. **Novo Vale**, Assú-RN, 18 set. 1982.
[606] ASPECTOS gerais do Projeto Baixo-Açu (III): os núcleos rurais. **Novo Vale**, Assú-RN, 18 set. 1982, p.3.
[607] FETARN. Relatório sobre a situação dos trabalhadores rurais de São Rafael prejudicados com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. s/d. Arquivo: Nut-Seca, UFRN.

o pequeno criatório, pois o DNOCS proibira a criação de animais soltos nos núcleos rurais, os trabalhadores mantiveram os animais na antiga área. A maioria acabou se desfazendo para suprir as necessidades, pois estavam sobrevivendo do que possuíam antes do deslocamento compulsório.

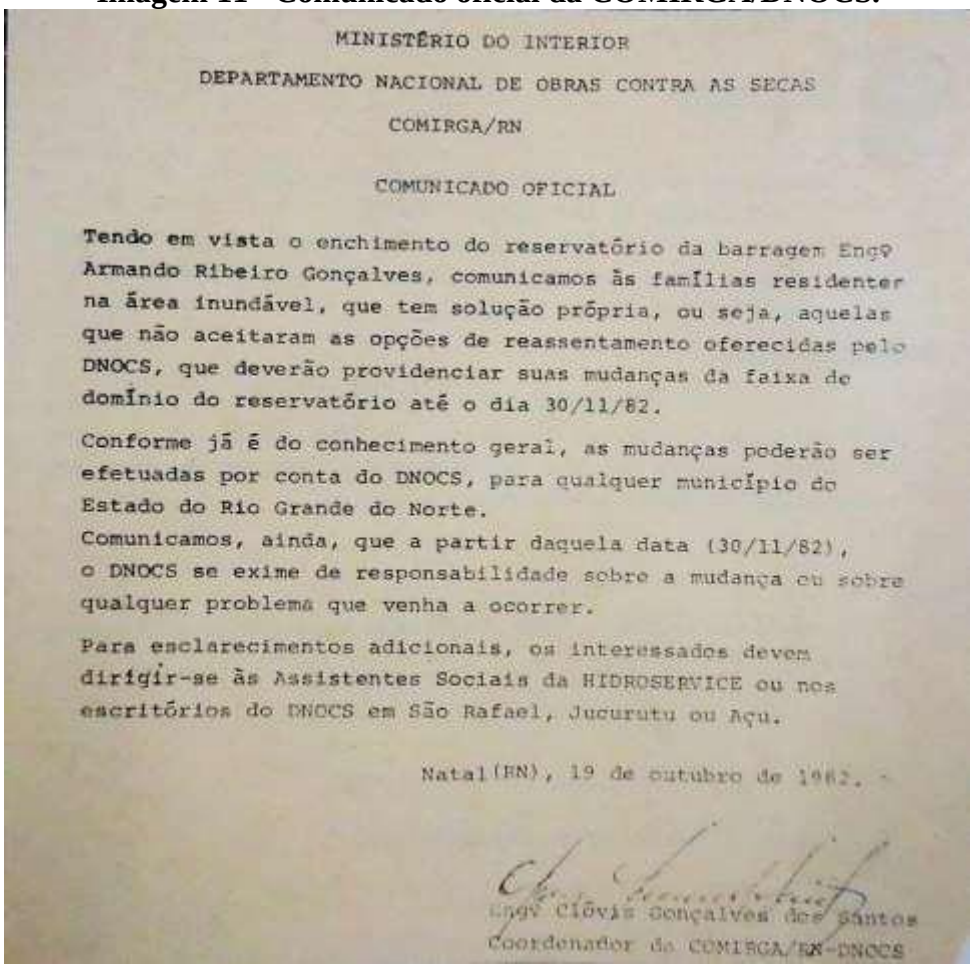
A gravidade dos problemas enfrentados pelas famílias camponesas compunha um quadro sombrio, já que, além da barragem que desterrara, a seca persistente era outro obstáculo difícil. Com isso, decidiram que teriam que fazer a luta imediata, reivindicando assistência para garantir a sobrevivência das famílias e, simultaneamente, organizar as táticas de luta pela terra.

O autoritarismo e a violência do Estado contra essa população ribeirinha não encontravam limites e faltavam palavras para descrevê-las. Apenas para ilustrar a questão, a visita do Ministro do Interior Mario Andreazza ao município de Mossoró rendeu divulgação em todos os jornais. A República trouxe uma longa matéria, em que apresentou a inevitabilidade da barragem, porque era a "única via de desenvolvimento planejado para o Vale do Açu". Adiante, afirma que "o DNOCS, a Andrade Gutierrez e a Hidroservice não poderiam ver o homem dentro do contexto do futuro do vale. É necessário, acima de tudo, proporcionar segurança ao homem já encontrado no Vale agora"[608]. Os trabalhadores não conseguiam compreender. Era algo indescritível e inusitado para eles. Como os governantes podiam fazer um barulho ensurdecedor em torno da construção da barragem, enquanto silenciavam diante dos gritos e lamentos da população? O discurso era uma resposta arbitrária às seguidas contestações desde que a barragem desabou em seco, em dezembro de 1981.

No ano de 1982, com a barragem ainda em fase de construção, foi fechado o desvio do rio, causando inundação em todas as suas margens, afogando as culturas de vazante dos ribeirinhos que resistiam em suas margens. Nas denúncias recolhidas pela FETARN, os trabalhadores explicam que havia o compromisso de fechar o desvio do rio após serem pagas todas as indenizações bem como remanejada toda a população ainda residente na área. Frente às graves necessidades que vivenciavam e diante da possibilidade da colheita de feijão e batata, os ribeirinhos, como era de costume, plantaram nas vazantes, contudo, com a aproximação da colheita, viram tudo ficar embaixo d'água.

[608] BARRAGEM do Açu vai ser inaugurada ainda este ano confirma Andreazza. **A República**, Natal-RN, 25 maio 1982. A matéria apresenta os dados do progresso "Quase 3 mil famílias no cultivo; 8.400 cabeças de gado por ano para abate; 33 milhões de litros de leite ano; 2 mil e 500 toneladas de peixe/ano; 300 famílias na produção de vazante com 2 mil hectares em terra úmida e 8 mil em sequeiro".

Imagem 11 - Comunicado oficial da COMIRGA/DNOCS.



MINISTÉRIO DO INTERIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

COMIRGA/RN

COMUNICADO OFICIAL

Tendo em vista o enchimento do reservatório da barragem Engº Armando Ribeiro Gonçalves, comunicamos às famílias residenter na área inundável, que tem solução própria, ou seja, aquelas que não aceitaram as opções de reassentamento oferecidas pelo DNOCS, que deverão providenciar suas mudanças da faixa de domínio do reservatório até o dia 30/11/82.

Conforme já é do conhecimento geral, as mudanças poderão ser efetuadas por conta do DNOCS, para qualquer município do Estado do Rio Grande do Norte.
Comunicamos, ainda, que a partir daquela data (30/11/82), o DNOCS se exime de responsabilidade sobre a mudança ou sobre qualquer problema que venha a ocorrer.

Para esclarecimentos adicionais, os interessados devem dirigir-se às Assistentes Sociais da HIDROSERVICE ou nos escritórios do DNOCS em São Rafael, Jucurutu ou Açu.

Natal(RN), 19 de outubro de 1982. -

Engº Clóvis Gonçalves dos Santos
Coordenador da COMIRGA/RN-DNOCS

Fonte: Diário Oficial, 21/10/1982. Arquivo: Nut-Seca, UFRN.

A situação descrita foi vista como insuportável para os agricultores. Perder as vazantes pela chegada abrupta do rio em seu curso natural era uma situação que trazia enorme desalento, e os trabalhadores já haviam passado por esse tipo de experiência. Contudo, a perda de vazantes nas circunstâncias em que se encontravam as famílias ribeirinhas, em razão do não cumprimento do acordo feito pelo governo, era mais um ato de violência e injustiça. As vazantes representavam, neste momento, a única possibilidade de alimentos para as famílias que resistiam à beira do rio, de forma que o sentimento de revolta era generalizado.

Assim, consultamos os documentos da FETARN e do SAR, os artigos, notas e reportagens na imprensa, a posição de parlamentares, membros do clero e outras organizações para observar esse momento de agravamento da crise social no município de São Rafael. Construímos um quadro com os problemas levantados pelos trabalhadores acerca da vida nos núcleos de tábuas, no projeto de Serra do Mel e nas margens do Rio Açu.

Tabela 13 - Relação dos problemas vivenciados pelas famílias remanejadas até 1982

Aspectos	Área	
	Núcleos rurais	**Projeto de Serra do Mel**
Habitação	Graves problemas com as casas: insegurança, inadequação e precarização.	Sem registro.
Produção agrícola	A maioria dos núcleos tinham áreas inapropriadas ao cultivo.	Área agrícola disponível para a produção durante a quadra chuvosa.
Acesso à água	Dificuldades de acesso; água insalubre no Núcleo de Cavalo Bravo.	Escassez de água; o DNOCS não cumpria as promessas.
Criação de animais	Impedimento à criação de animais soltos	Dificuldades para a criação de animais devido à necessidade de cercar as áreas.
Alimentação	As famílias comiam o que haviam guardado antes da mudança; muitas famílias só fazem uma pobre refeição diária; registro de famílias com fome.	Cesta básica oferecida inicialmente pelo DNOCS; pais de famílias migrando parapescar no rio Caraú; registro de famílias com fome e sede.
Trabalho	Corte de palha de carnaúba; frentes de emergência; plantio de vazantes; construção da nova São Rafael.	Salinas de Macau; frentes de emergência; construção da nova São Rafael.
Educação	Núcleos sem prédios escolares. Longa distância dos prédiosescolares e dificuldade de transporte.	
Saúde	Dificuldades de acesso aos postos de saúde.	Dificuldade de acesso aos postos de saúde.

Fonte: Dados da autora.

A submersão das vazantes gerou perda para 150 famílias situadas entre os municípios de São Rafael e Jucurutu. A situação de fome e desespero levou a FETARN a reivindicar frentes de emergência junto à SUDENE para mitigar a gravidade dos problemas e indenizações dos prejuízos causados pela inundação ao DNOCS. No entanto, o órgão afirmou que não pagaria as indenizações dos prejuízos para as famílias que plantaram em áreas já indenizadas.

O quadro acima é um breve sumário de uma extensa relação de problemas que afligiram os camponeses expropriados de São Rafael. Quando narrados por eles, quase 40 anos depois, esses acontecimentos se apresentam repletos de toda a tragicidade como foram vividos. Muitos desses agricultores, especialmente os que se envolveram na luta pela reforma agrária e estavam à frente, participando dos debates públicos, fazendo contato para troca de experiências com outros trabalhadores atingidos por barragens, são recorrentemente convidados a proferir uma palestra, gravar entrevistas, narrar a travessia desses tempos.

5.5 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.

Procuramos compreender as especificidades da estrutura fundiária e os conflitos agrários no Rio Grande do Norte na conjuntura em que o Estado aprovava o maior projeto de intervenção rural para o semiárido potiguar. Consultamos os relatórios da FETARN, cadernos da Comissão Pastoral da Terra - CPT, arquivos de sindicatos de trabalhadores rurais, documentos do SAR, entrevistas com trabalhadores rurais, relatórios da Hidroservice, censos agropecuários, imprensa e outros.

Uma radiografia da situação fundiária neste estado apresenta um território com predomínio de minifúndios (79,9%) em 1970, com áreas reduzidíssimas como já apresentamos anteriormente. No outro extremo, o latifúndio abarcava 3/4 das terras e a produção oriunda dessas grandes propriedades era fruto do trabalho das famílias camponesas em sistema de parcerias, sob as diversas formas de apresentação. Sobre a situação da parceria no RN, o documento produzido pela FETARN afirma que:

> Na parceria, o trabalhador não vislumbra nada para o seu futuro, nem terra, nem segurança. Tão logo não possua mais energia para o trabalho, o proprietário procura substituí-lo por outro mais jovem, ou simplesmente dispensa, utilizando as formas mais variadas e possíveis desde a ostensiva a indireta. [...] A parceria é uma forma de escravidão disfarçada, pois nela o homem está obrigado a derrubar, limpar, plantar, colher, transportar e entregar o produto da safra ao proprietário, que por sua vez recebe sua parte livre de qualquer ônus[609].

Como já tratamos neste capítulo, 53% por cento das famílias camponesas eram formadas por moradores, que trabalhavam como parceiros nas terras do proprietário/patrão. As restrições impostas ao morador limitavam as possibilidades de aumento da renda e melhoria das condições de vida destas famílias. Se a parceria era considerada o alimento essencial do latifúndio, por outro lado, era a corrente que impedia o camponês de caminhar com autonomia e usufruir de todos os frutos do seu trabalho, razão pela qual o campesinato defendia a posse da terra, ainda que fosse "um pedacinho de terra com uma mangueira fincada no centro"[610].

Em 1978 os sindicatos de trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte estavam discutindo a gravidade da situação dos pequenos agricultores. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) denunciou na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, as disparidades no campo, em conferência intitulada "o pequeno produtor e a realidade

[609] FETARN. Sugestões ao III Congresso Agro-pecuário pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 14 de agosto de 1969. p. 5-6.

[610] GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro. Vale ou não vale o Vale? As terras do aluvião. **A República**, Natal-RN, 8 jun. 1979.

brasileira"[611]. Em fins da década de 1960, a política de crédito rural decide ampliar o apoio ao setor agrícola integrado pelos grandes produtores, incentivando, especialmente, a produção de exportação. Os camponeses que possuíam pequenas propriedades estavam quase totalmente excluídos do acesso ao crédito. Em 1966 os grandes proprietários tiveram 20% do crédito rural, e os pequenos agricultores participaram com 34%. Uma década depois, os grandes proprietários tiveram o acesso aumentado para 53%, enquanto os pequenos agricultores viram decrescer para 23% sua participação no crédito rural. O presidente da CONTAG afirmou, na conferência, que "o crédito rural pode ser considerado como o principal instrumento do processo que se convencionou chamar *modernização agrícola*"[612].

As questões acima estão longe de oferecer um retrato dos problemas agrários no país, mas são importantes para sinalizar que as políticas para o campo, nesta conjuntura, concentraram esforços na promoção da agricultura capitalista moderna, ao passo que empurravam os camponeses para uma situação insustentável. É esse o caráter do projeto que se encontrava em curso no vale do Baixo-Açu. O aumento da tensão social era previsível.

Fosse na região canavieira, no sertão ou nas várzeas, os embates eram constantes. Trabalhadores rurais assalariados enfrentavam os baixos salários e as precárias condições de trabalho, e os trabalhadores sem terra embrenhavam-se na luta em defesa da posse da terra. Além da violência física e ameaças, a agricultura alimentar estava perdendo terreno para a agricultura de mercado. Para o Vale do Açu, acrescentem-se, ainda, as condições de abandono em que vivia parte da população desalojada pelo PBA. Os trabalhadores rurais já haviam analisado a posição do DNOCS e, visto que não acreditavam que o órgão iria cumprir a promessa de reassentamento em área agricultável, já que abrira mão de 91.440 hectares que haviam sido desapropriados pelo decreto, estavam decididos a lutar por terra de trabalho e moradia.

Resistir na própria área desapropriada foi a decisão de dezenas de famílias que ficaram residindo nas margens do açude nos núcleos de tábuas improvisados pelo DNOCS. Os trabalhadores sem terra se mobilizaram em defesa da terra desde que as obras da barragem tiveram início. Havia até o temor de uma "rebelião" desses camponeses, devido ao clima de intranquilidade e tensão social que se instalara na região desde a publicação do Decreto 76.046, em 30 de julho de 1975.

---

[611] CONTAG. Conferência do senhor José Francisco da Silva – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 15 de agosto de 1978.

[612] Ibid, p.10-12.

A iminente perda da terra açodava o espírito de luta do campesinato, ciente de que a indenização não era a solução para os problemas. Indignado com a expropriação, um pequeno produtor fez uso da palavra na assembleia do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura do Açu e protestou "Aquilo (a terra) foi meu sangue, meu suor e meus esforços. Não quero dinheiro. Quero que o Estatuto da Terra seja cumprido"[613].

Manifestações de largas proporções foram realizadas no Vale do Açu, exigindo "justas indenizações". A luta pelo justo valor das terras desapropriadas foi abraçada pelos proprietários e pela Igreja Católica. No entanto, é importante enfocar que os pequenos proprietários se aperceberam, como vimos no depoimento anterior, da necessidade da posse da terra, portanto as "justas indenizações", apesar de reivindicadas, não eram vistas como fim último da luta nesse processo de expropriação, inclusive, pelo fato de que nem todos eram proprietários de terras e, portanto, seriam centenas de famílias que não teriam direito às "justas indenizações". Era notória a ideia de justiça com a qual operavam os trabalhadores e a percepção dos caminhos dessas lutas, como cantou o poeta Crispiniano Neto:

> É preciso protestar
> Contra um governo que erra
> Federação e Sindicato
> O povo em moderna guerra
> Cobrando CASA POR CASA

A Igreja Católica no RN reafirmou a reivindicação de "justas indenizações", considerando, neste aspecto, exclusivamente, os proprietários rurais. O discurso em torno das indenizações que compensassem as perdas sofridas pelas famílias agricultoras foi apresentado por Dom Nivaldo Monte, arcebispo de Natal, que sempre enfatizava as preocupações da Igreja Católica com os "aspectos sociais" do PBA, sem apresentar outros questionamentos à construção da obra.

Os agricultores não proprietários e os órfãos das indenizações acreditavam que não deveriam ficar desamparados pelo governo. Observando a situação em que se encontravam os pequenos proprietários, cujas indenizações eram consideradas esmolas, também entendiam que a justiça só seria efetivada se, a cada família agricultora, fosse assegurada terra e moradia. A construção desse consenso foi fundamental para a articulação das lutas por terra de trabalho e moradia. Se a barragem era uma ameaça tangível e inequívoca às práticas e costumes que constituíam esse universo rural em razão de seu caráter expropriatório e expulsão das famílias,

[613] PRIMEIROS estudos sobre o Baixo-Açu foram feitos na década de 1949-1950. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 23 fev. 1979.

a recomposição da vida camponesa só seria possível com a garantia da posse da terra, preferivelmente, no território que eles construíram e no qual partilhavam os costumes, crenças, valores e práticas, que permeavam as artes de produzir e as relações de sociabilidade.

Diante da dramática situação das camadas mais pobres que residiam na área da bacia hidráulica, os sindicatos de trabalhadores rurais da região, articulados com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do RN, setores da Igreja Católica e outras organizações sociais organizaram uma rede de solidariedade e apoio à luta desses sujeitos sociais pela posse da terra. Na opinião dos trabalhadores rurais entrevistados, a maior manifestação pública já realizada na região ocorreu no dia 1º de maio de 1980 no município do Assú[614]. Com o tema central "permanência do homem na terra", os trabalhadores rurais apresentaram a reivindicação que a indenização deveria ser "casa por casa, terra por terra" e não "casa-terra-dinheiro"[615].

Compreendendo que a indenização com dinheiro nunca seria justa, primeiro, porque os valores eram parcos e, segundo, por não alcançar todos os trabalhadores rurais que seriam expulsos, os camponeses se distanciaram do discurso do alto clero da Igreja Católica no RN e de outros setores que pediam "justas indenizações" para os proprietários.

Nas memórias dos velhos agricultores de São Rafael, vinha à tona a luta dos povos antigos que haviam, primitivamente, povoado a região e foram dizimados, expulsos ou se sujeitaram ao colonizador. Com a instauração dos conflitos resultantes da implantação autoritária do PBA, essas memórias foram evocadas de forma "profética", como um chamado à resistência ativa. Encontramos, nos versos de Rafael Arcanjo da Costa, poeta e agricultor sem terra, a denúncia da expropriação e violência no passado e no presente. Em um de seus poemas, *Lições da História,* lê-se:

> (...)
> Me dizia os velhos antigos
> Que este rio de Piranha
> Já foi aldeia de índios
> Vindo de outras terras estranhas
> Foi expulso pelo povo
> Porém com luta tamanha
>
> Os índios não calculava
> Que a terra fosse vendida
> As serras onde caçavam
> E as águas das bebida

[614] Dentre os municípios diretamente afetados pelo PBA, Assú era o centro econômico, político e cultural, razão pela qual a cidade concentrava os mais importantes eventos acerca do projeto. No Primeiro de Maio de 1980, sob a organização da FETARN, STRS, Federação dos Trabalhadores na Indústria, OAB, CONTAG, Bispos do RN, Comitê Norte-rio-grandense de Anistia, Associação dos Sociólogos e DCE da UFRN, contando com milhares de pessoas nas ruas do Assú.

[615] TRABALHADORES rurais vão reivindicar. **A República**, Natal-RN, 26 abr. 1980.

Pensavam que eram os donos
Não queriam dar partida.

Nosso rio de piranha
Fonte de água tão boa
Extensão de doze léguas
Não fica uma só pessoa
São expulsos de seus lares
Assim o boato zoa.

Desde a antiguidade
Que ele foi ambicionado
Pela história dos índios
Está se vendo o resultado
Agora os brasileiros
Pelo DNOCS expulsado.

A mais de trezentos anos
Que os índios foram expulsado
Agora os filhos da terra
Que aqui foram criado
Estão passando a mesma dor
Que os índios tinham passado[616].

Na poesia de Rafael Arcanjo da Costa, as lutas em defesa do território, da terra de trabalho e moradia, das águas do Rio Piranhas, que banhavam anualmente as margens e depositavam um húmus fertilizante, propiciando a produção agrícola em suas vazantes, remete os velhos sertanejos ao passado inglório, tempo da expulsão dos indígenas, da perda da terra e das águas do rio para o estabelecimento das fazendas de gado. Esse tempo passado, recriado e contado pelos antigos parece rasgar seu ventre-sepultura e os acontecimentos que nele estavam encerrados reaparecem trazendo, para a cena dos novos conflitos, outros atores, contudo o enredo não muda e os "filhos da terra" serão novamente expulsos, como no passado. O que há de novo é que agora não enfrentavam o rei português, seus vassalos e mercenários, mas o governo federal, as autoridades, o DNOCS, os "homens de altos coturnos", os "homens do poder no Rio Grande do Norte".

Os agricultores que deixaram de receber as indenizações continuavam a reclamá-la, ainda que fossem contempladas somente as benfeitorias. No entanto, afirmavam, veementemente, que a verdadeira indenização só seria satisfatória com a garantia da terra de trabalho e moradia. Eles já sabiam que as indenizações irrisórias, não lhes permitiriam a aquisição de uma nova terra, com as condições de plantio idênticas as anteriores. Comreferência no projeto de Serra do Mel, temiam ainda que o DNOCS lhes empurrasse para as regiões que não conheciam e que poderiam ser mais ásperas e difíceis. Na compreensão de

[616] SILVA, Roberto Marinho Alves da et all (Orgs.) **Rafael Arcanjo da Costa**: Poética veia profética. Natal/RN: Gráfica Líder e Editora, 1998, p. 20 -22.

Nazira Abib O. Vargas, o fato de muitas famílias afirmarem ter "solução própria", ou seja, não requerer ao DNOCS qualquer responsabilidade sobre seu destino, pode ser compreendido no quadro de valores e costumes, que instituam esse camponês que se queria livre da tutela do Estado[617].

4.5.1 O chão da luta

Em manuscritos produzidos pela FETARN, resultado dos encontros com os agricultores de São Rafael, nas comunidades de Estreito, Mazagão, Pindoba e na sede do sindicato dos trabalhadores rurais, entre 16 e 17 de novembro de 1980, encontramos as manifestações dos camponeses que podemos interpretar como avaliativas, reivindicativas e propositivas. Selecionamos 10 depoimentos que abordam temas recorrentes e são indicativos dos diversos percalços enfrentados pelos trabalhadores:

> 1. Se tivesse orientado os trabalhadores mais cedo, nós não teria recebido essa indenização;
> 2. É muito difícil sair daqui sem saber para onde ir. Muitos trabalhadores vão ficar é doido;
> 3. Todos os trabalhadores estão insatisfeitos com as indenizações;
> 4. Estão agredindo os trabalhadores para saírem daqui para janeiro, sem receber as indenizações;
> 5. Já foi levado trabalhadores a Serra do Mel, mas os trabalhadores não gostaram, que lá, só dá para passarinho;
> 6. Trabalhadores não se acostumam noutro lugar, pois aqui só tem 6 meses de seca que é no período do inverno;
> 7. Trabalhadores querem ficar na frente de onde moravam;
> 8. Os trabalhadores só querem ir para Entressantos;
> 9. Queremos ficar perto d'água para plantar as nossas vazantes;
> 10. Eu não quero receber nada de indenização, porque essa micharia não dá sempre para nada. Seria importante se fosse casa por casa e terra por terra"[618].

A reclamação acerca da falta de assistência jurídica dos trabalhadores é direcionada às organizações de classe que não tomaram as diligências necessárias. Eles se sentiam ludibriados e presos a uma indenização ilusória. Alguns camponeses já interpretavam que o recebimento da indenização oferecia ao DNOCS o amparo legal para expulsá-los da área. Dessa forma, afirmavam não desejar receber esses valores e ficar livres para lutar por terra de trabalho e moradia.

---

[617] VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **Barragens:** O Clamor dos Beiradeiros. Vol. 1. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC – SP, 1991,

[618] FETARN, Manuscritos avulsos. 16 e 17 de novembro de 1980.

Nesse sentido, a resistência era afirmada constantemente e iam alinhando-se sob a mesma bandeira os pequenos proprietários não indenizados, os moradores e arrendatários, chegando à condição comum de trabalhadores sem terra. Os parceiros e moradores estavam decididos a se fixar diante dos terrenos que cultivavam, localizados em áreas que não seriam atingidas pelas águas da barragem. Durante algum tempo a luta institucional não haviaoferecido resposta. A tática dos camponeses era organizar com todos os despossuídos, em todasas áreas onde eles estivessem, nos núcleos de tábuas ou resistindo nas propriedades não indenizadas uma ação planejada, com a participação da grande maioria. Responsabilizar o governo estadual, o governo federal, a SUDENE, o DNOCS, sair às ruas em grandes atos, ocupar a imprensa, gritar a injustiça que sobre eles se abatiam.

A saída do estado de estupor em que se encontravam os camponeses se tornou possível a partir das reuniões nas comunidades. Os trabalhadores recordam, com detalhes, a ação de duas mulheres e asseguram que elas contribuíram significativamente para as lutas dos camponeses, a professora Irene Brito e a pesquisadora Nazira Abib de Oliveira Vargas. Segundo o depoimento de Sabino Martins, Antônio Gomes Lima (Antônio de Duca) e Hermenegildo Julião, a articulação com o Serviço de Assistência Rural (SAR) foi costurada com o apoio das duas mulheres e a equipe do SAR, nas palavras dos trabalhadores, prestou uma ajuda valiosa à luta pela reforma agrária, além de contribuir para amenizar as condições de penúria material, organizando campanhas para arrecadação de alimentos, roupas e remédios num momento bastante crítico, que foi o ano de 1984. As pesadas chuvas deste ano poderiam ter sido benção para os agricultores de São Rafael, se não fosse a barragem. Assim, ao invés de fartura, espraiou-se a fome, o desemprego, o apodrecimento dos barracos de tábuas e todo e outros tipos de flagelos.

Mesmo enfrentando uma série de violações de direitos, estes camponeses continuaram articulando, na base, as lutas pelo reassentamento em terras que lhes oferecessem condições de produzir e morar. No final de 1980, a FETARN e o Sindicato de Trabalhadores rurais de São Rafael organizaram uma nova manifestação, desta feita o local seria o município de São Rafael, com agenda para o dia 7 de dezembro. A data não poderia ser mais oportuna, pois era véspera da festa de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de São Rafael. A cidade, mais que antes, estaria cheia de visitantes e a população, certamente, participaria com maior intensidade. Rafaelenses que moravam em outras cidades se destacariam a São Rafael, pois a cidade seria naufragada em pouco tempo.

Com o tema “Terra por Terra e Casa por Casa”, os sindicatos de trabalhadores rurais de todos os municípios do Vale do Açu foram convidados a unir-se em solidariedade aos

trabalhadores de São Rafael, juntamente com a FETARN e a CONTAG. Um manifesto apresentava, em 10 pontos, as reivindicações dos trabalhadores rurais de São Rafael:

> 1. Terra por Terra e Casa por Casa em áreas vizinhas a barragem;
> 2. Que não sejam adotados qualquer critério de seleção para o reassentamento dos trabalhadores rurais atingidos;
> 3. Que seja desapropriada a localidade "Entre Santos" para reassentamento dos trabalhadores rurais;
> 4. Que sejam modificados os critérios de avaliação do valor da terra e das benfeitorias para fins de indenização;
> 5. Que seja garantido a nossa permanência na área, até o recebimento da indenização e garantia de reassentamento;
> 6. Que seja garantida a indenização das benfeitorias dos parceiros e dos rendeiros;
> 7. Que seja garantida a indenização da terra e das benfeitorias aos posseiros e ocupantes de terras a qualquer título;
> 8. Que todos os processos assinados até agora e que não foram pagos, sejam reavaliados os valores das indenizações;
> 9. Que a partir de agora, todos os processos de indenização não pagos, no prazo de 30 dias, sejam reajustados de acordo com a correção monetária;
> 10. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do RN e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da área do Projeto Baixo-Açu, propõem aos companheiros que ninguém vá embora da área sem falar antes com o seu sindicato[619].

A decisão de resistir no próprio território já se vislumbra como decisão dos trabalhadores. A terra para reassentamento já havia sido escolhida e sua reivindicação constava na agenda de lutas. Tratava-se de Entressantos, que, anteriormente, havia sido defendida pelos trabalhadores rurais, quando fora discutido qual o lugar para instalação da nova São Rafael. Como dito anteriormente, o DNOCS não ouviu a população do campo, com base no argumento que a decisão sobre a escolha do novo lugar cabia, exclusivamente, à população urbana. O argumento dos agricultores era que a área de Entressantos era mais propícia à agricultura e que, após instalado o núcleo urbano, a área excedente seria distribuída com a população camponesa, que forneceria alimentos à cidade, conforme nos apresentou Hermenegildo Julião dos Santos[620].

Os camponeses não haviam esquecido Entressantos e passam a reivindicá-la como território para a reforma agrária. A reivindicação do pagamento das indenizações continuava presente na agenda de lutas e, mesmo que fossem apenas para as benfeitorias, contemplariam os agricultores nas mais diversas situações, numa época de grave crise social, com a fome batendo à porta dos agricultores. A indenização e o reassentamento da população em área próxima à barragem eram condições para a retirada dos trabalhadores da bacia hidráulica, razão pela qual o DNOCS precisava encontrar um caminho para resolver o problema das famílias.

---

[619] FETARN, Reivindicações dos Trabalhadores Rurais. Panfleto Impresso. Natal-RN, Arquivo Nut-Seca, UFRN.

[620] SANTOS, Hermenegildo Julião dos. Entrevista concedida em 12 ago. 2014. São Rafael-RN. Entrevistadora Jovelina Silva Santos.

A reivindicação de "terra por terra e casa por casa" em área próxima à barragem, associada a outras exigências, foi se fortalecendo paulatinamente, agregando trabalhadores em vias de dispersão, convencendo outros que a saída era não sair de São Rafael, resistir no território e lutar pela reforma agrária. O protagonismo político dos trabalhadores rurais de São Rafael na luta pela terra obteve sua primeira grande vitória ao consolidar o consenso social em torno da necessidade da justiça para os pobres do campo. Suas ações podem ser cartografadas em diferentes espaços e na construção das estratégias de lutas.

O movimento pela reforma agrária ganhou força em todo o país logo no início da década de 1980 como é de conhecimento geral. No Rio Grande do Norte, os problemas haviam se agravado bastante e o município de São Rafael estava inscrito no mapa dos conflitos rurais. Os trabalhadores que viviam nos vários núcleos rurais, situados na faixa seca do açude público Açu, estavam na organização da luta pela reforma agrária ao tempo em que enfrentavam dificuldades para os problemas que ocorriam na faixa seca.

Investigando as condições dos camponeses na faixa seca entre os anos de 1982 e 1988, que correspondem, respectivamente, ao período que as famílias são instaladas nos núcleos de tábuas e quando tomam posse nos assentamentos de Serra Branca/Serrote, Entressantos e Santo Antônio, localizamos uma série de conflitos nesta área, que são explicados diante da negligência do DNOCS e das autoridades municipais e estaduais. Ao se desresponsabilizar da regulamentação do uso destas áreas, o DNOCS deixou o espaço livre para a ação dos "poderosos do lugar e de fora" como analisam os agricultores. Para além da negligência, o que ocorreu em São Rafael contou com o silêncio e a conivência das autoridades civis e dos órgãos públicos competentes:

> Enquanto o projeto de irrigação pública do DNOCS, com o aproveitamento das águas da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, se arrasta há vários anos e ainda não saiu do papel, e muito menos o assentamento de colonos, moradores da Nova São Rafael contemplam estarrecidos a invasão das terras que margeiam a bacia, bastando que os posseiros tenham recurso para cercar. E o mais grave é que muitos já foram indenizados pelo órgão e permanecem na terra como se ainda fossem os donos e fazem questão até de um graveto de pau, que algum necessitado tenta tirar para fazer fogo[621].

A matéria prossegue explicitando que as autoridades nada fazem para resolver os problemas e aborda um cidadão de nome José Francisco Neto, vendedor de peixes, que apresentou a denúncia contra o prefeito de São Rafael, Daniel Januário de Faria, afirmando que este se apossara de extensa faixa onde passou a produzir algumas culturas, destinando outra

[621] NOVA São Rafael: terras invadidas. **Diário de Natal,** Natal-RN, 29 abr. 1987.

área para a criação de animais. José Francisco Neto expôs publicamente sua revolta contra os poderosos que tiravam a "oportunidade dos mais necessitados" e cometiam uma grave "injustiça contra os pobres".

No decorrer do processo de construção da barragem, os camponeses passam a ler a situação, exclusivamente, como "injustiça com a pobreza" para beneficiar os ricos. Se, no início, os camponeses ficavam a escutar os discursos que justificavam a barragem para propiciar o "desenvolvimento" e fazer o "combate", começaram a questionar e firmar posição, afirmando que era uma "obra contra a nação", e os trabalhadores rurais "não era contra o desenvolvimento, mas o desenvolvimento não podia matar o trabalhador"[622].

Em variados documentos vamos encontrando os depoimentos, denúncias, críticas e outras formas de apresentação da denúncia contra ex-proprietários que queriam retomar suas posses a qualquer custo. O novo território era uma grande zona de conflito e exigia a ação do DNOCS para regularizar a situação com a distribuição dos termos de concessão de uso aos agricultores na área do açude.

A luta pela reforma agrária seguia ao lado de outras batalhas para garantir condições de trabalho e moradia aos agricultores e suas famílias: apropriação da faixa seca para os agricultores, casas de alvenaria em substituição às casas de tábuas, que já estavam em avançado nível de deterioração, agravadas com as fortes chuvas de 1984 e 1985, quando os agricultores de São Rafael vivenciaram uma seca verde, porque não havia terra para plantio de sequeiro, e o rio represado não poderia oferecer suas ricas vazantes.

Nessa "travessia", como os agricultores costumam referirem-se, eles foram ganhando não só adesão e apoio de setores da Igreja Católica, organizações sindicais e o apoio mais amplo da sociedade do Vale do Açu, mas também foram atraindo a antipatia e rejeição dos chefes políticos locais, que viram, na bandeira da reforma agrária, um atentado aos interesses dos proprietários.

As acusações de que os camponeses eram comunistas e queriam tomar as propriedades alheias foram arquitetadas e disseminadas, mas a sociedade não reconhecia "verdade" nestas denúncias. O senhor Hermenegildo, refletindo sobre essa época, descreve com uma indagação aqueles que os acusavam de serem comunistas: "como pode nós ser uns comunistas, que você sabe que nós fomos nascido e criado aqui dentro, que nós estamos trabalhando pra ver se São

[622]SANTOS, Hermenegildo Julião dos. Entrevista concedida em 12 ago. 2014. São Rafael-RN. Entrevistadora Jovelina Silva Santos.

Rafael cresce uma coisinha e vocês fazem é rebaixar cada vez mais?[623] Conhecidas e reconhecidas como justas, as lutas dos camponeses de São Rafael haviam garantido, em toda a sociedade, o consenso de legitimidade. O valor político desse consenso se materializava na adesão em defesa das lutas desses trabalhadores:

> O prefeito, os vereadores, não tivemos apoio por esse povo. Eles chamavam a gente de os comunistas, tomando as terras dos outros. A própria Diocese de Natal eles chamava de os comunistas que era o pessoal que vinha e acompanhava com a gente, né. Porque nós não tínhamos, vamos dizer, poder nenhum de renda para fazer um trabalho daqueles, [624]nós não tínhamos. Um pessoal que não tinha o que comer como era que podia trabalhar, viajar para um canto, para outro que nem a gente vivia viajando para Mossoró? Para rádio para fazer depoimento na Rádio Rural de Mossoró? Para Natal, como fomos não sei quantas vezes na Secretaria de Recursos Hídricos, secretaria de não sei o que? Reviramos tudo, fomos a Recife três ou quatro vezes, no Rio de Janeiro foi eu e outro companheiro, fomos a Brasília, nós não tínhamos condições. A gente não tinha nada, não tinha o que comer. Todos os esforços, as despesas foi feita pela Diocese que ajudou, a gente deve muita atenção, eu sou um que deve muito ao catolicismo, porque foi o grupo que apareceu em defesa desse povo que tava sofrendo, não teve outro não. Político nunca apareceu aqui.

Nas emissoras de rádio, nos gabinetes de deputados, governador, ministro e senadores, a comissão de trabalhadores rurais, representando as centenas de famílias, apoiada por membros do SAR fez duras peregrinações para apresentar as condições em que se encontravam e defender o projeto de reforma agrária com a desapropriação de Entre Santos, Serrote/Serra Branca, Santo Antônio e Mineiro, localizadas entre os municípios de Jucurutu, São Rafael e Santana do Matos.

Enquanto a barragem era um momento ao progresso, os barracos de tábuas e as condições de miséria, em que viviam os trabalhadores, materializavam a perversão social do PBA na ordem do discurso das classes dominantes, ao jogar todo o ônus sobre as costas dos trabalhadores. Além disso, também representava sua grave contradição, pois se o desenvolvimento apregoado pelo DNOCS e o governo objetivava a redenção dos trabalhadores rurais, por que estavam sendo duramente penalizados? Essa era o foco dos trabalhadores para chamar os governos e seus órgãos à responsabilidade. Fruto das lutas dos trabalhadores, as casas de alvenaria foram sendo construídas em lugar das casas de tábuas que já não tinham condições de moradia, obrigando o governo do Estado a comprometer-se com a resolução de alguns problemas, o material de construção, e a prefeitura com o pagamento dos pedreiros.

---

[623] SANTOS, Hermenegildo Julião dos. Entrevista concedida em 12 ago. 2014. São Rafael-RN. Entrevistadora Jovelina Silva Santos.

[624] LIMA, Antônio Gomes. Entrevista concedida em 19 de abril 2017 – São Rafael. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

O senhor Hermenegildo Julião dos Santos mantém viva as lembranças das longas caminhadas com outros companheiros organizando as reuniões nos núcleos rurais onde trocavam ideias, arregimentavam ações e iam pondo lenha na fogueira da reforma agrária. Em 28 de novembro de 1985, uma comissão de trabalhadores de São Rafael e membros da FETARN foram a Brasília protocolar, junto ao Ministro de Desenvolvimento e Reforma Agrária, um documento que apresentava as condições de opressão social e econômica da população rural com a construção da barragem assim como as dificuldades vivenciadas pela população urbana na nova São Rafael, os impactos na produção agrícola, pecuária e garimpo, etc. O documento arremata com um conjunto de reivindicações que se apresentavam em blocos diferenciados:

> Reivindicamos através do presente documento:
> - Terra irrigada com condições de trabalho (financiamento, crédito, comercialização), em lotes dimensionados a partir do módulo rural e suficientes para a sobrevivência de uma família.
> - Casa com condições de moradia.
> - Escolas para todos.
> - Assistência médica para as áreas urbana e rural com a construção de postos de saúde.
> - Construção da ponte que passa sobre o rio Carau.
>
> Reivindicamos ainda, para a solução definitiva de nossa situação, que seja obedecida para efeito de reassentamento a indicação das áreas relacionadas abaixo:
> 1. Reassentamento de trabalhadores nas áreas já desapropriadas pelo DNOCS próxima aos núcleos e também na área seca da barragem compreendendo o Rio Carau, Pindoba e as margens da barragem.
> 2. Desapropriação das seguintes propriedades:
> Serra Branca, Serrote, Entresanto, Mineiro e Santo Antônio[625].

Analisadas em conjunto, as reivindicações contemplavam as necessidades de toda a população de São Rafael e, de modo particular, dos trabalhadores rurais que reivindicavam duas áreas para reassentamento da população. Compreendendo que, embora o DNOCS regularizasse a produção na faixa seca, esses lotes não seriam propriedade dos trabalhadores e estes temiam a continuidade dos problemas que enfrentavam com os ex-proprietários, assim como não se sentiam seguros em relação ao futuro, pois estavam produzindo em áreas que não lhes pertenciam.

A Tribuna do Norte noticiou as ações dos trabalhadores em Brasília, informando que o presidente da FETARN retornava a São Rafael, mas uma comissão composta por 4 lideranças dos trabalhadores rurais de São Rafael, Mácio César, representante do Movimento de Educação

[625] SINDICATO dos Trabalhadores Rurais de São Rafael. Documento Reivindicatório dos Trabalhadores Rurais de São Rafael atingidos pela Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Arquivo: Nut-Seca, UFRN.

de Base, um membro da CONTAG e outro da FETARN iriam conversar com o Ministro da Administração, Aluízio Alves, que era do Estado do RN e conhecia de perto as problemáticas do PBA, requerendo que o ministro usasse a força política que tinha no governo de Sarney em prol da causa dos trabalhadores de São Rafael.

Nessa perspectiva, Francisco Urbano, vice-presidente da FETARN, alertou para o fato que em todo o Estado do Rio Grande do Norte, a condição de vida dos trabalhadores de São Rafael figurava como a mais dramática, com a miséria abatendo-se sobre "1300 famílias, das quais 250 acampadas em barracas, em áreas da nova São Rafael, desapropriadas desde 1980 e que continuam exploradas pelos ex-proprietários"[626], sendo que muitos destes cobravam a "meia" aos agricultores na área da faixa seca. Determinados a levar as reivindicações aos órgãos competentes, essa comissão conseguiu agendar uma reunião imediata para o dia 4 de dezembro de 1985, com a SUDENE, o DNOCS e o Ministério da Reforma Agrária no Recife, ganhando destaque na imprensa norte-rio-grandense[627].

As condições de exploração e miséria a que estavam submetidos esses agricultores fez recrudescer a tensão social com visíveis possibilidades de confrontos violentos[628]. O documento reivindicatório que fora protocolado alertava nesta direção ao concluir que o atendimento das propostas tinha caráter de urgência, do contrário, "seria muito difícil, quase impossível, manter a paz social, que com tanta paciência e imenso sacrifício vem sendo mantida em nossa região"[629].

Em julho de 1986, o presidente do INCRA, Rubem Ilgenfritz, e Marcos Lins, que ocupava a pasta de secretário geral do Ministério da Reforma agrária, vieram ao Rio Grande do Norte para visita especial ao município de São Rafael. Na imprensa o presidente do INCRA declarou que o ocorrido em São Rafael era uma herança do passado "um exemplo que não deve se repetir. Jamais vamos poder reconstruir o que eles tinham antes"[630], garantindo, ainda, que os processos de desapropriação estavam em andamento. Os trabalhadores tiveram que esperar mais um ano pela desapropriação das fazendas que veio com a publicação do Decreto nº 94.612, em 14 de julho de 1987**,** no qual:

> Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados "Fazendas Serra Branca, Serrote, Entre Santos e Santo Antonio", classificados no Cadastro de imóveis Rurais do INCRA como latifúndios por exploração, situados nos Municípios de São Rafael e Santana do Matos, no Estado do

[626] FETARN cobra execução de projeto no Vale do Rio Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 29 nov. 1985.
[627] QUESTÃO de São Rafael discutida em Recife. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 04 dez. 1985.
[628] Ibid.
[629] SINDICATO dos Trabalhadores Rurais de São Rafael. Documento Reivindicatório dos Trabalhadores Rurais de São Rafael atingidos pela Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Arquivo: Nut-Seca, UFRN.
[630] SITUAÇÃO do Vale do Açu não se repetirá jamais. **Diário de Natal**, Natal-RN, 17 jul. 1986.

> Rio Grande do Norte, compreendido na zona prioritária, para fins de Reforma Agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

Dos cinco latifúndios reivindicados para fins de reforma agrária, apenas a fazenda Mineiro foi excluída. Após comemorar o decreto de desapropriação, os trabalhadores iniciaram uma nova batalha para regularizar a situação nas áreas desapropriadas. Dentre as maiores dificuldades, encontram-se aquelas relacionadas ao choque entre os moradores que já viviam e produziam nos latifúndios desapropriados e os novos agricultores que chegavam.

Os órgãos competentes não foram diligentes no processo de distribuição dos lotes, deixando os trabalhadores novos e antigos em situação de conflito. Esse foi o caso vivenciado pelos assentados na Fazenda Serra Branca. Os moradores antigos não receberam com satisfação a notícia do assentamento de novos agricultores na área, pois implicaria mudanças várias, a começar pela redistribuição da área, na forma como estavam acostumados a organizar a produção, nas determinações sobre os usos de áreas comuns, dentre outros aspectos.

Ainda que a desapropriação, para fins de reforma agrária, pudesse beneficiar os moradores da fazenda que passariam a ser "donos" da terra e não "moradores" em condições de sujeição, a situação era complexa demais, envolvia uma série de questões relacionadas à vida econômica, social e cultural e foi vivenciada com muita dificuldade por todas as famílias assentadas, fossem os residentes na fazenda ou que chegavam. Nas entrevistas com os trabalhadores, quando estes se reportavam à chegada à fazenda de Serra Branca, descreviam as dificuldades com a recepção dos "moradores" e concluíam afirmando que isso ocorria, porque "eles" já estavam na fazenda há mais de uma geração e "nós" estávamos chegando.

Essa situação nos remeteu aos habitantes de "Wiston Parva", analisados por Norbert Elias. Neste bairro se configuravam relações sociais atravessadas pela hostilidade e a depreciação dirigida por um grupo de pessoas (os estabelecidos) em relação a outro grupo (os outsiders), mesmo que entre estas pessoas não houvesse diferenças de classe, nacionalidade, etnia ou outras que pudessem explicar a situação conflituosa, porém a "única diferença entre elas era a que já foi mencionada: um grupo compunha-se de antigos residentes, instalados na região havia duas ou três gerações, e o outro era formado por recém-chegados."[631].

É perceptível que essas dificuldades implicaram em danos às relações de sociabilidade e à construção de uma identidade coletiva necessária ao enfrentamento das lutas comuns nos projetos de assentamentos rurais. Como não era objetivo desta pesquisa, não aprofundamos a

[631] ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jonh L**. Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000, p.21.

questão, porém consideramos a relevância do tema para a compreensão das relações de força que estão presentes nos diferentes espaços de vivência social e que constroem hierarquizações, estigmas e preconceitos, mesmo que não se verifique, entre os sujeitos, as diferenças clássicas que poderiam explicar, ainda que parcialmente, as fricções destas relações.

Os latifúndios desapropriados para receber as famílias desalojadas pela barragem contemplaram menos de 200 famílias com lotes de 25 hectares. A posse das famílias do Projeto de Assentamento Entre Santos/Santo Antônio enfrentou resistência da parte do proprietário que protestou judicialmente, mas a justiça federal concedeu reintegração de posse à União.

As negociações com o INCRA e o proprietário, para que desocupasse a fazenda até o dia 31 de dezembro de 1989, não foram cumpridas por parte deste último. Os posseiros só puderam, efetivamente, assentar-se com tranquilidade na área quando o superintendente interino do INCRA no Rio Grande do Norte veio acompanhado de policiais federais e representantes da FETARN e do SAR para fazer o assentamento das famílias. O clima era de medo e tensão neste período conforme a narrativa dos trabalhadores. Havia o temor de que houvesse derramamento de sangue em face das agressões e violações manifestas nas ações do ex-proprietário que "soltou o gado dentro das roças dos posseiros e vem cometendo arbitrariedades de todo o tipo"[632].

Nos primeiros anos, a vida nos assentamentos foi atravessada por muitas privações. Todos têm muita queixa contra o INCRA que, na opinião deles, só sabe fazer cobrança e não se fez presente, com muitas dificuldades e pouca parceria. Os projetos eram escassos e, quando chegavam, não eram condizentes com as necessidades e as condições dos assentados. Muitos desses projetos poderiam ter obtido êxito se tivesse havido diálogo e planejamento com os agricultores, que conheciam a área, sabiam das fragilidades e condições, mas esse não era o procedimento padrão. As coisas vinham de cima para baixo, sem escuta, sem acolhida de opinião, entretanto o fato é que estão contentes, sim. Eles têm um chão para plantar e construíram a casa de morada, criaram os filhos e, agora, pensam o futuro da sua propriedade. O senhor Severino continua bastante entusiasmado, acredita que a construção coletiva, baseada na confiança e no respeito, pode vencer as adversidades. Ao ver que se aproxima o tempo de encostar os instrumentos de trabalho, fica pensativo:

> Olha, é meu sonho na minha vida, é o que sempre digo a eles, que eu tô preocupado desde hoje, a luta que eu tive, desde que eu morava fora daqui se isso aqui pra quem vai ficar que eu já olhei os quatro cantos do mundo como se diz que eu pudesse ver uma pessoa que tivesse o mesmo amor que eu tenho

[632] PF garante assentamento de 18 posseiros em São Rafael. **Diário de Natal**, Natal-RN, s/d.

> por isso aqui, porque eu tenho amor a esse pequeno pedaço de terra que eu recebi! Pequeno não, grande pedaço de terra igualmente a minha família! Porque daqui que eu tiro o sustento de cada um, daqui que eu formei uma filha, aqui foi aonde eu tô me mantendo, aqui hoje foi onde eu me aposentei sem precisar de pedir a ninguém para assinar pra mim, e digo que foi a maior conquista que eu tive na minha vida foi ter essa propriedade em meu nome. E hoje eu imagino todos os dias, eu já estou ficando cansado com a idade, com problemas de saúde, e também o meu maior cansaço que às vezes eu perco o sono é me lembrando quem vai tomar conta depois de mim, porque dos meus filhos eu já tô vendo que parece que nenhum vai querer agricultura[633].

Os agricultores têm grandes planos, ideias firmes e bem fundamentadas sobre as possibilidades de melhoria dos assentamentos. Alguns dos pioneiros já se mudaram para a cidade, porque a idade exigiu uma maior proximidade com a área urbana para facilitar a vida. A reforma agrária foi garantida a ferro e fogo para os trabalhadores de São Rafael. O senhor Hermenegildo Julião dos Santos faz questão de afirmar que "essa reforma aqui não foi o governo que deu não, essa reforma aqui foi nós que conseguimos, foi nossa luta"[634]. E, porque sabem o preço da luta, os sacrifícios exigidos de cada um, ainda planejam melhorias para os assentamentos, pois temem que a segunda geração possa abandonar o que foi fruto de uma luta tão longa e árdua, uma difícil travessia que eles anseiam deixar como legado para filhos e netos.

Tabela 14 - Assentamentos rurais no Vale do Açu entre 1985 e 1995

Nome do projeto	Município sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Ato de criação	
					Nº	Data
PA Arapuá	Ipanguaçu	1.032,3300	27	45	00306	10/04/1987
PA Serrote/Serra Branca	São Rafael	6.639,0000	174	165	00339	23/03/1988
PA Entre Santos/Santo Antônio	São Rafael	1.039,0000	31	31	00342	23/03/1988
PA Rosado	Porto do Mangue	1.000,0000	72	71	00058	15/07/1993
PA Planalto do Mel	Porto do Mangue	5.156,8519	182	175	00012	11/08/1995
PA Canto Comprido	Carnaubais	3.694,0000	127	127	00023	09/11/1995
PA Santa Maria	Ipanguaçu	5.133,0000	206	204	00024	21/11/1995
PA Planalto	Porto do Mangue	1.529,3350	51	51	00020	31/05/1996

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2019. Adaptado pela autora.

[633] MARTINS, Sabino Antônio. Entrevista concedida em 25 de março de 2017 – São Rafael. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

[634] SANTOS, Hermenegildo Julião dos. Entrevista concedida em 12 ago. 2014. São Rafael-RN. Entrevistadora: Jovelina Silva Santos.

Entre 1985 e 1995, foram desapropriados 25. 223 hectares na região do Vale do Açu, para a constituição de 08 assentamentos rurais que contemplaram 869 famílias. A vida do campesinato no Vale do Açu, assim como em todo o Rio Grande do Norte, era de seguidas batalhas. Em São Rafael, apenas 196 famílias foram assentadas, enquanto outras centenas esperavam pelo projeto público de irrigação prometido pelo DNOCS e que somente foi implementado em 1994 como já discutimos no capítulo anterior.

A instalação tardia do Perímetro Irrigado Baixo-Açu contemplou um número insignificante de famílias e manteve, na exclusão, os camponeses que arcaram com os custos do Projeto Baixo-Açu. Quando os velhos agricultores se reúnem, as primeiras histórias a serem contadas são as da época do rio Piranhas-Açu, da época que ele corria livre. Especiais, ainda, são as narrativas das fortes chuvas em suas cabeceiras, fazendo-o correr valente, açoitando as várzeas e se alargando para cobrir meio mundo de terra e depois retornar tranquilo ao seu leito, permitindo que suas vazantes enchessem a mesa dos ribeirinhos de batata doce e feijão. O segundo tema é a luta pela vida, pela sobrevivência, a luta contra as injustiças dos que queriam "matar a nação" como estavam matando o rio.

É estranho ouvir os velhos agricultores referirem-se ao rio Piranhas-Açu no passado. É que ele não aparece mais como esse rio para os rafaelenses. Depois de construída a barragem, lá em São Rafael, o que se vê é o grande lago que forma o açude Açu. Ele volta a ser chamado de rio Piranhas a jusante da barragem, a partir do município de Itajá quando é possível vê-lo, domado, disciplinado, escorrendo magro em seu leito para servir, principalmente, às grandes empresas do setor da fruticultura irrigada. Mais estranho ainda é ver que o Piranhas-Açu foi forçado a afogar as terras de agricultura, reduzindo, à miséria, centenas de famílias camponesas para alimentar as fazendas do capital. Por todas as dívidas sociais, políticas e ambientais contraídas pelo Estado com os camponeses e o meio ambiente, a poesia de Crispiniano Neto continua atual:

> E o homem que tem calo na mão
> Sem ter terra, nem vínculo empregatício
> Vai entrar em um grande precipício
> Pois não vem para ele a indenização
> Com a família chutado no sertão
> Vai viver sem amigo e moradia
> Numa ponte, ou numa periferia
> Na cidade, com fome, pobre e nu
> Quando a água cobrirem o Baixo-Açu
> ai matar muitos pés de poesia[635]

[635] NETO, Crispiniano. **Barragem do Açu**, 1979. Arquivo particular de Angelina Luiza.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PBA projetado para promover a modernização e o desenvolvimento agrícola do Vale do Açu gestou, dentre outras, uma das mais flagrantes contradições, a grande diáspora do campesinato varzeano em face da expropriação e expulsão de centenas de famílias camponesas na área diretamente atingida pela bacia hidráulica, quando prometia "fixar o homem à terra" e construir uma espécie de nova palestina.

A implantação desse projeto engendrada pelo Estado e seus órgãos, no conjunto das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura no Vale do Açu, traduziu-se, majoritariamente, no apoio e expansão do capitalismo no campo. Mesmo as políticas públicas que indicavam os trabalhadores rurais pobres como alvo, a exemplo dos perímetros públicos de irrigação, caracterizavam-se como anticamponesa na medida em que investiam contra a economia moral camponesa enquanto resistência à economia de livre mercado, na qual o lucro paira fora e acima dos valores e costumes como podemos interpretar em E.P. Thompson[636].

As propostas de desenvolvimento econômico, de geração de milhares de empregos, assentamentos de centenas de famílias e o Vale do Açu se transformando no mais rico celeiro do Nordeste, viraram promessas não cumpridas, acordos esquecidos, e as questões que derivaram destes supostos 'esquecimentos', as negociações entre o DNOCS e os camponeses, os redirecionamentos do Projeto e, posteriormente, a situação de precariedade dos camponeses expulsos das áreas, foram permeadas por intensos debates e lutas, travadas, de modo particular, pelos camponeses ribeirinhos. Contrariando as projeções miraculosas do PBA, na década de 1990, a situação de miséria entre as populações do Vale do Açu era assombrosa. No município de São Rafael, havia 1.157 famílias indigentes e, se tomarmos a média de 3 pessoas por família, temos 3.471 pessoas indigentes. A população de São Rafael em 1990 era de 7.843 pessoas, neste caso, temos 44,25% desta população em condição de indigência[637].

---

[636] THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[637] De acordo com o IPEA, para a organização do Mapa da Fome no Brasil, a linha de indigência foi estabelecida tomando como referência os rendimentos mensais de uma família que lhes permitisse adquirir, no máximo, uma cesta básica. Com relação à cesta básica, foram consideradas as recomendações da ONU/OMS/FAO. Ver: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **DOCUMENTO DE POLÍTICA** N.015. O Mapa da Fome II**:** Informações sobre a Indigência por Municípios da Federação. Brasília: IPEA, 1993.

Há um vasto campo para os pesquisadores interessados nas lutas contemporâneas, bem como nas pretéritas, travadas nas fronteiras de expansão da cotonicultura e extrativismo da carnaubeira quando os grandes proprietários forçavam o recuo das áreas para a agricultura camponesa. Além da cultura do camponês varzeano no Vale do Açu, outro aspecto que notadamente carece de maiores investigações diz respeito ao protagonismo político desses sujeitos na luta pela terra e contra as injustiças dos "grandes".

Ao fim e ao cabo, não interessava ao Estado a formulação de políticas públicas que incluísse os agricultores pobres do Vale do Baixo-Açu. O PBA materializou-se na construção da barragem, destinada aos empresários rurais da região e de fora dela. Depois chegaram as multinacionais do setor da fruticultura irrigada e a região do Vale do Açu foi inserida pela força do capital no processo de globalização da agricultura, enquanto centenas de camponeses foram incorporados como trabalhadores rurais assalariados[638].

Pensamos que atentar para as restrições impostas à agricultura de "subsistência", como ação deliberada para suprimir as suas possibilidades de real desenvolvimento, responde à necessidade de mantê-la nos limites da ordem. A ruptura com essa ordem na história do Brasil decorreu da ação autônoma desses sujeitos, a exemplo de comunidades como Caldeirão e Canudos, requerendo esforços extremos do Estado, inclusive com o uso da violência militar para o seu refreio. A condição precária de sua existência recebe pouca ou nenhuma atenção, possivelmente, em razão do caráter não empresarial. No contexto da modernização agrícola, os camponeses não foram considerados portadores do futuro para a agricultura brasileira.

Manter o lugar secundário da agricultura de "subsistência" na economia e na sociedade, não é negligência, é escolha política. A formulação de um projeto de desenvolvimento que vise à inserção da agricultura de "subsistência" é um desafio à sociedade brasileira. No entanto, partilhamos com Delgado[639] a perspectiva de que as políticas públicas direcionadas à agricultura camponesa devem ser fundadas em outras bases, refutando sua integração marginal e subordinada ao capital. Trata-se, por outro lado, de um desafio teórico apresentado aos intelectuais que se debruçam sobre a temática. Na visão do autor, as questões e interpretações sobre o campo implicam buscar outros paradigmas diferenciados daqueles formulados no pós-guerra. Compreender a agricultura camponesa constituinte do "setor de subsistência" continua presente.

---

[638] ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN.** Recife: Editora Universitária (UFPE), 2008.

[639] DELGADO, G.C. **Setor de Subsistência na Economia e na Sociedade Brasileira:** gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. Textos para discussão, IPEA, Brasília/DF, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.phpoption=com_content&view=article&id=4608. Acesso em: 20/07/2014.

A questão central, para os pequenos proprietários, meeiros, arrendatários e parceiros era a posse da terra. As relações de dependência traziam, em seu bojo, a condição de vulnerabilidade econômica, política e social, contra a qual os camponeses sempre lutaram de forma mais velada ou explícita. Aqueles que não tinham terra, e eram muitos os que não tinham, estavam sujeitos ao proprietário, concedendo-lhe parte de sua produção que variava de acordo com o produto cultivado. Por esta razão, a parceria é entendida como condição para a manutenção do latifúndio.

As lutas dos trabalhadores rurais pela reforma agrária nos anos 1980, no Vale do Açu, esbarravam numa série de obstáculos, e os trabalhadores se dispuseram a enfrentá-lo em parceria com as organizações da classe, o MEB, o SAR e o apoio de alguns religiosos. Nos dois anos que antecederam a construção da barragem, o movimento sindical no Vale do Açu e a própria FETARN teve dificuldades em mobilizar os trabalhadores para construir a luta em defesa da terra, embora devamos reconhecer que a conjuntura política da época contribuía para limitar as ações das lideranças rurais.

Se, em relação ao PBA, os debates iniciais foram protagonizados pelos próprios agentes do Estado em 1977, seguido de setores pastorais, do clero, ativistas ambientais e outros segmentos, por outro lado, o diálogo institucional foi o canal escolhido para conduzir a luta dos trabalhadores, a qual se encontrava dispersa neste momento. Desse modo, a FETARN e os sindicatos de trabalhadores rurais na região dedicaram-se a enviar dezenas de documentos, oficiando os órgãos públicos, parlamentares e governos, sobre a situação vivenciada pelas famílias camponesas. É possível que os próprios sindicalistas, convencidos do caráter inexorável da obra, tenham sentido dificuldades em articular a luta dos trabalhadores rurais em sua base.

Avistamos, ainda, outras dificuldades de cunho político para a organização sindical no processo de luta contra a expulsão e outras mazelas oriundas do PBA. Trata-se da tática dos grandes proprietários, com o argumento da causa comum, da luta comum a todas as famílias atingidas pelas obras do PBA. Nos primeiros embates, essa fração da classe dominante, com negócios e interesses na área a ser desapropriada, elaborou um discurso crítico ao PBA, que incorporava os anseios das demais classes sociais e setores específicos. Quando alcançaram seus objetivos junto ao DNOCS, que liberou "a área aos créditos para os empresários rurais ali situados"[640], afastaram-se das posições de críticas e negação ao PBA. É interessante perceber que os mediadores e interlocutores têm dificuldade em perceber essas armadilhas conciliatórias,

[640] FETARN, **Manifesto**. 21 ago. 1979. Arquivo: Nut-Seca, UFRN.

já os trabalhadores reconhecem quase que imediatamente o que subjaz a essas propostas e discursos. Embora fiquem em silêncio no espaço de debate, quando se achegam aos pares abordam o tema sem largas discussões e retóricas, mas com o veredicto pronto.

Já em relação à reforma agrária, o que se pode afirmar é que a montagem de um trabalho de base alicerçou o projeto dos camponeses, fortalecendo a união dos agricultores sem-terra. No Vale do Açu a partir de 1984, em face da fome que assolava o município de São Rafael e a vivência de um clima mais propício à negociação política, os trabalhadores rurais, com o apoio de importantes organizações, especialmente o SAR, tiveram melhores condições para arrancar algumas conquistas junto ao DNOCS, à SUDENE e ao governo do Estado.

A luta para garantir um pedaço de terra foi a demonstração tenaz da resistência e a negação do domínio exclusivo do mercado em defesa de autonomia e soberania. O argumento do progresso e do desenvolvimento rural através da modernização agrícola se apresentou como justificativa para o estabelecimento de uma nova fronteira do capital em territórios onde a produção agrícola camponesa era predominante. Na perspectiva de Martins:

> A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos grupos dos chamados civilizados que se situam do "lado de cá", um cenário de intolerância, ambição e morte. [...] É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira o homem não se encontra – se desencontra.[641]

Das diversas dimensões da fronteira propostas por Martins, analiso que a fronteira da modernização agrícola Vale do Açu implicava o confronto de modelos de organização da vida social, "fronteiras de culturas e visões de mundo". Nos anos 1990, o fértil Vale incrustado no coração do semiárido é, por excelência, o território da agricultura globalizada no Rio Grande do Norte. Passaram longe e ao largo da nova fronteira os agricultores ribeirinhos, meeiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários rurais. Esses sujeitos constituíam um entrave a ser superado com decretos expropriatórios e expulsão compulsória.

Desse modo, a ruína dos camponeses foi textualmente prenunciada, assim como a inserção do Vale do Açu no processo de globalização agrícola, organizada pelo Estado e conduzida por empresas nacionais e estrangeiras. As riquezas oriundas da terra espoliada e da mão de obra superexplorada também já estavam presentes na imprensa, nos debates e nas intervenções dos trabalhadores.

---

[641] MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2ª Ed. São Paulo, Contexto, 2012, p. 9-10.

As heterogêneas regiões e microrregiões que formam os territórios do semiárido abrigam, no campo, em condições diferenciadas, um campesinato que guarda diferenciações nas formas de produzir e composição social. Contudo, ainda deparamos com políticas públicas que operam com a ideia de homogeneidade do território e de seus sujeitos para fornecer, ardilosamente, a justificativa a determinados empreendimentos governamentais, como foi o caso do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste setentrional. A defesa da transposição confrontava a miséria da região seca com a redenção que a interligação de bacias iria promover[642]. Na base deste discurso, está presente o argumento da necessidade para justificar a intervenção do Estado. A dimensão ideológica desse discurso carece de maior reflexão em face de forma como vem sendo reiteradamente utilizado para promover ataques aos direitos de vários setores sociais e comunidades.

Em vários territórios atravessados pelos canais por onde vão correr as águas do Velho Chico, encontram-se famílias camponesas sendo abastecidas por caminhão-pipa, desafios aparentemente novos, mas que seguem o mesmo curso, o fortalecimento do capital.

Como discutimos antes, a posse da terra para a maioria dos camponeses é precária e sujeita a interdições. Desse modo, os que reivindicam a condição camponesa experimentam constrangimentos de ordem diversa. No Vale do Açu, a opção por um modelo de desenvolvimento que privilegiou grandes empresas vinculadas à agricultura de exportação, excluindo setores empobrecidos do campo sob denominações diversas (pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, jornaleiros, parceiros) e expropriando-os de suas terras, do trabalho e da moradia, por um lado ampliou largamente a miséria e as condições de vulnerabilidade e, por outro lado, obrigou-os a empreender uma dura jornada em defesa da terra de trabalho e moradia. A história dessas expropriações e expulsões no RN está presente nestes tempos atuais, nos vales do Açu e Apodi.

A agricultura camponesa no Rio Grande do Norte continua em disputa com o Estado expropriante e o capital. Apesar dos resultados nada exitosos em termos de valorização da produção familiar, os perímetros públicos de irrigação ainda continuam a ser projetados e trazem consigo as mesmas deformações políticas e sociais. Esse é o caso Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN, cujo decreto de desapropriação é de 2011. Conhecido como “projeto da morte” e sob a responsabilidade do DNOCS, pretende arrancar das terras de trabalho e moradia centenas de famílias camponesas para instalação de modernas as fazendas do

[642].A polêmica em torno da grande obra envolveu amplos setores da sociedade, gerou inúmeras mobilizações políticas entre as comunidades ribeirinhas atingidas e a ressoou denúncias.

agronegócio, num processo de contrarreforma agrária, reduzindo, à extrema pobreza, agricultores que se encontram em fase de transição para a agroecologia[643].

Em 2013 teve início a construção da barragem de Oiticica no município de Jucurutu, na bacia do Piranhas-Açu. Projetada para múltiplos usos, repete praticamente os mesmos objetivos apresentados para a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e continua inacabada, mas, em breve, estará concluída, porque deverá receber as águas da transposição do São Francisco. Estas obras evidenciam, mais precisamente, que o Estado é o forte fiador do capital. As constantes paralizações das obras decorreram dos fortes movimentos de contestação, tendo em vista que os impulsos a sua construção eram de grande magnitude, mas estavam em descompasso com as chamadas "obras sociais", que dizem respeito ao reassentamento da população desalojada e outras reivindicações da comunidade de Barra de Santana, distrito que será coberto pelas águas da barragem de Oiticicas.

A governadora Fátima Bezerra, entusiasmada com a obra, apresenta os números, explicitando que a barragem de Oiticicas ocupa a 5ª posição como maior obra hídrica do país, é a 3ª maior do Rio Grande do Norte e arremata com um tipo de slogan já esgarçado, que vem sendo cantado para encantar os incautos ou para silenciar os renitentes: "É um sonho de décadas, de gerações"[644]. Contudo, muitas foram as ocasiões em que os trabalhadores rurais se sentiram abandonados, especialmente as quase 200 famílias que não receberam indenizações por serem camponeses sem terra.

Assim, como os agricultores de São Rafael, no município de Jucurutu, no momento em que concluímos esta tese, muitas famílias camponesas estão construindo duras travessias e, em alguns momentos destas, o campesinato sente sumir o chão sob seus pés. Elas não são escolhas que o campesinato pode fazer ou deixar de fazer. Talvez a narrativa de Saramago sobre a angústia do aldeão florentino, que tocou o sino anunciando a morte da justiça[645], possa nos dizer algo mais sobre o sentimento de injustiça que assombra o espírito do camponês numa dessas cruciais experiências. No mais recôndito de seu íntimo, gostaria de gritar a morte da justiça, não só como denúncia, mas também como possibilidade de coletivizar o grito para construir uma travessia de lutas que lhe possa garantir um futuro possível.

---

643 Cf:. PROJETO da Morte. **Projeto de Irrigação Santa Cruz de Apodi/RN**. Dossiê-Denúncia. Disponível em: https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/migracao/dossie.pdf. Acesso em 13 de novembro de 2015.

644 GOVERNADORA assina ordem de serviço da nova Barra de Santana. 18 dez. 2019. Disponível em: https://www.seapac.org.br/post/governadora-assina-ordem-de-servi%C3%A7o-da-nova-barra-de-santana . Acesso em 09 de fevereiro de 2020.

645 SARAMAGO, José. Carta ao II Fórum Social Mundial. Revista Espaço Acadêmico, n. 10, março de 2002. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1245. Acesso em: 13 de dezembro de 2010.

As incursões sobre a dimensão moral da economia camponesa no semiárido carecem de maiores investimentos em pesquisa, dado que são visíveis no cotidiano das comunidades camponesas, valores e práticas que as diferenciam e referenciam, bem como se transformam em instrumentos políticos de resistência. Os ruídos em torno do desenvolvimento do Vale do Açu chamavam mais atenção que as ruínas por ele provocadas, contribuindo para sombrear as lutas e resistências das comunidades camponesas. Os estudos sobre as lutas dos camponeses frente ao PBA precisam trazer para o centro do debate o protagonismo político desses sujeitos, atentar para o lugar da cultura como prática de resistência e compreender a diversidade camponesa neste território. Ao considerarmos a teia complexa de vários elementos que constituem o ser e o fazer desse campesinato, será possível dimensionar a trama da luta por terra de trabalho e moradia – para o antes e o depois do PBA, entender porque centenas de famílias camponesas clamavam por justas indenizações, enquanto outras centenas carregavam nas manifestações uma faixa com os dizeres: “Terra por Terra, Casa por Casa”.

REFERÊNCIAS

500 AGRICULTORES debatem Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 28 abr. 1979.

A ANDRADE Gutierrez está domando o rio para que o rio possa servir ao homem. Edição Documento. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 out. 1979.

A BARRAGEM e o Laudo 2. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 09 mar. 1982.

A BARRAGEM e o Laudo 3. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 10 mar. 1982.

A BARRAGEM e o Laudo. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 07 mar. 1982.

A MARCHA da irrigação. **O Mossoroense**, Mossoró-RN, 29, abr. 1959.

A MISSÃO e as Cucurbitáceas. **O Mossoroense**, Mossoró-RN, 08 maio. 1959.

A TERRA está tremendo em São Rafael. **Diário de Natal**, Natal-RN, 17 out. 1995.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. Nordeste: Desenvolvimento Sem Justiça.

AÇÃO contra o DNOCS. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 19 out. 1979.

ACIDENTE em Açu preocupa também arcebispo. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 05 fev. 1982.

ACIDENTE na barragem explicado: obra vai continuar. **O Mossoroense**, Mossoró-RN, 3 mar. 1982.

AÇU. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 01 jan. 1982.

AÇUENSES ainda esperam o reestudo da barragem. **Diário de Natal**, Natal-RN, 19 dez. 1978.

AÇUENSES apoiam a atuação do diário. **Diário de Natal**, Natal-RN, 24 jul. 1977.

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Trad. Vinícius de Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGRICULTORES analisam Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 28 abr. 1979.

AGRICULTORES desapropriados obtêm incentivos à produção. **A República**, Natal-RN, 15 fev. 1985.

AJUDA a agricultores. **Diário de Natal**, Natal-RN, 10 nov. 1984.

AJUDA a agricultores. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 10 nov. 1984.

ALBANO, Gledson Pinheiro. Multinacionais e Neocolonialismo: A atuação da United Fruit Company na América Latina no século XX. **Revista GeoSertões,** v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/4/16. Acesso em: 25 maio 2018.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN.** Recife: UFPE, 2008.

ALBANO, Gleydson Pinheiro; SÁ, José Alcindo. Políticas Públicas e Globalização da Agricultura no Vale do Açu-RN. **Revista de Geografia,** Recife, v. 25, n. 2, mai./ago. 2008. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/viewFile/228742/23155. Acesso em: 23 fev. 2011.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.14, n. 28, p. 111-120, 1994.

ALÉM dos melões, as uvas. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 19 ago. 1983.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Círculos Operários Católicos:** práticas de assistência e de controle no Brasil. 1992. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

ALMEIDA, Raimunda Gonçalves de. Lagoa do Piató: fragmentos ecológicos. In: ALVES FILHO, Aluízio. **As metamorfoses do Jeca Tatu**: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

ALVES FILHO, Aluízio. **As metamorfoses do Jeca Tatu**: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

ALVES, Aluízio. Barragem é ameaça para 200 mil. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 03 jan. 1982.

ALVES, Aluízio. O medo do Vale do Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 02 mar. 1982.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, nº 15, 1995, pp. 145-152. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129. Acesso em: 10 abr. 2017.

AMORIM, Francisco. **História da Imprensa do Assú**. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 1965.

AMORIM, Francisco. Uma cooperativa. **O Mossoroense**, Mossoró, n. 120, ano, XIII, p.3, 1958.

AMORIM, Osvaldo. Anotações. **O Mossoroense**, Mossoró, p.3-6, maio. 1959.

AMORIM, Osvaldo. Um trabalho honesto se positiva em torno da produção dos vales. **O Mossoroense**, Mossoró, 24 abr. 1959.

ANDRADE, F. A. de. O secular problema das secas no Nordeste brasileiro. In: ROSADO, Vingt Un (org.) **Memorial da Seca**. Brasília: ESAM,1981.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica do Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1977.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Produção do espaço norte-rio-grandense**. 2. ed. Natal: UFRN, Funpec,1984.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz.** Brasília: IPHAN, 2015.

ANDREAZZA chega ao Açu no dia 2. **Diário de Natal**, Natal-RN, 25 fev. 1982.

ANDREAZZA cita o Baixo-Açu na reunião de Morada Nova. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 26 jan. 1980.

ANDREAZZA vê área da barragem do Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 25 jan. 1980.

ANDREAZZA vem amanhã para ver como está o Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 28 fev. 1982.

ÂNGELO, Michelly Ramos de. **Louis-Joseph Lebret e as SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.

AQUINO, Joaci Rufino; SCHENEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avancos, contradicoes e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHENEIDER, Sérgio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2015.

ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. **A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento**. Brasília: MDA, 2008.

ARANHA, Terezinha de Queiroz (Org.). **Sesquicentenário da cidade do Assú (1845-1995).** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1995. (Coleção Vale do Assú – 12).

ARANHA, Terezinha de Queiroz. **Evolução Histórica do que se denomina Projeto Baixo-Açu:** açude Oiticicas x Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. (mimeo.) Janeiro de 1982. Arquivo Tereza Aranha. Núcleo Temático da Seca (NUT-SECA). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ARANHA, Terezinha de Queiroz. **Repercussão do Projeto Baixo-Açu na economia do Rio Grande do Norte.** (mimeo.) 21 de junho de 1982. Arquivo Tereza Aranha. Núcleo Temático da Seca NUT-SECA). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ARAÚJO, Carlos Alberto Batista de. **Avaliação do Perímetro Irrigado Cruzeta (RN) através do uso intensivo de água para irrigação**. 2007. 149f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/15943/1/CarlosAlbertoBA.pdf. Acesso em: 12 jul. 2017.

ARAÚJO, Guilherme José Ferreira de; SILVA, Marlene Maria da. Crescimento Econômico no Semiárido Brasileiro: o caso do Polo Frutícola Petrolina/Juazeiro. **Caminhos da Geografia**, **Revista On-line,** v. 14, n. 46, p.246-264, jun. 2013. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/18291/12824. Acesso em: 16 ago. 2016.

ARQUIVO Teresa Aranha. NUT-SECA/UFRN.

ASPECTOS gerais do Projeto Baixo-Açu (II): núcleos rurais. **Novo Vale**, 18 set. 1982.

ASPECTOS gerais do Projeto Baixo-Açu (III). **Novo Vale**, Açu-RN, 02 out. 1982.

ASPECTOS sociais do Baixo-Açu são debatidos hoje em Mossoró. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 04 abr. 1979.

ASSUNÇÃO, Luiz Márcio Assunção; LIVINGSTONE, Ian. Desenvolvimento inadequado: construção de açudes e secas no sertão do Nordeste. **Revista Brasileira de Economia,** Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p.425-488, jul./set. 1993.

ATO público alertará sobre os perigos da barragem. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 13 jan. 1982.

AUMENTA volume d'água no Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 25 maio 1984.

AURELIANO em Natal. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 23 mar. 1982.

BAIXO-AÇU em debate. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 7 fev. 1979.

BAIXO-Açu irrigado é um projeto do DNOCS. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 22 jun. 1983.

BAIXO-AÇU. **A República**, Natal-RN, 06 nov. 1977.

BAIXO-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 13 jan. 1982.

BAIXO-AÇU: Edição Documento. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 out. 1979.

BANCOS não financiam trabalhador rural. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 27 abr. 1985.

BARBOSA, Guilherme Ubaldo. **Entre o dito e o feito**: as contradições da Aliança para o Progresso. 2008. 198f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília 2008. Disponível em: https://bce.unb.br/bibliotecas-digitais/repositorio/teses-e-dissertacoes. Acesso em: 2 maio 2016.

BARBOSA, Salatiel Floriano. Entrevista concedida em 16 de setembro de 2019. São Rafael-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

BARBOSA, Salatiel Floriano. **Na Ribeira do Rio Açu:** Experiências de Trabalhadores Rurais Vazanteiros de São Rafael/RN (1970 – 1985). 2013. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

BARBOSA, Tatiana de Morais. "Mão Branca": Matrizes Míticas do Urbano. **Cadernos do LINCC**, v. 1, n. 1, p.35-63, 2007. Disponível em: http://www.incubadora.ufrn.br/incubadora/index.php/clincc/article/view/167/146. Acesso em: 13 out. 2012.

BARRAGEM ameaçada de arrombamento. **Diário de Natal**, Natal-RN, 27 jan. 1983.

BARRAGEM começa em julho e DNOCS convoca proprietários. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 19 maio. 1979.

BARRAGEM do Açu. Igreja denuncia. **Diário de Natal**, Natal-RN, 29 nov. 1980. BARRAGEM do

Açu recebe critica de deputados. **Diário de Natal**, Natal-RN, 14 nov. 1984.

BARRAGEM do Açu será inaugurada em sua 1ª etapa. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 07 ago. 1982.

BARRAGEM do Açu tem concorrência: junho. **Diário de Natal**, Natal-RN, 16 mai. 1978.

BARRAGEM do Açu um projeto vital para o RN. **A República**, Natal-RN, 01 ago. 1978.

BARRAGEM do Açu vai mudar o panorama agrícola do estado. **A República**, Natal-RN, 01 set. 1978.

BARRAGEM do Açu vai ser inaugurada ainda este ano confirma Andreazza. **A República**, Natal-RN, 25 mai. 1982.

BARRAGEM do Açu. **A República**, Natal-RN, 26 nov. 1978.

BARRAGEM do Açu: depois do projeto concluído e obras iniciadas o "diálogo". **Revista RN Econômico**, Ano 10, n. 101, p. 24-29, abr. 1979.

BARRAGEM do Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 22 jul. 1979.

BARRAGEM e a reforma agrária, preocupações na área do Baixo-Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 14 jul. 1977.

BARRAGEM em fevereiro. **Diário de Natal**, Natal-RN, 02 nov. 1982.

BARRAGEM invadida por multinacionais. **Diário de Pernambuco,** Recife-PE, 06 jul. 1983.

BARRAGEM. **Diário de Natal**, Natal-RN, 31 jun. 1978.

BARRAGEM. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 25 fev. 1982.

BARRAGEM. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 3 ago.1979

BARROSO, Gilberto. O que o II PND traz par o RN? **Revista RN Econômico,** ano 6, n. 60, p.27-30, jan. 1975.

BATALHA, Claudio. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? **Revista Brasileira de História**, v.12, n. 23-24, p. 111-124, set.ago.92.

BB de Açu é o primeiro a responder a justiça federal. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 08 jun. 1979.

BB desmente bispos sobre o PBA. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 20 jul. 1979.

BB fecha o posto de São Rafael. **Diário de Natal**, Natal-RN, 08 fev. 1994.

BELMONT pede CPI para a barragem. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 28 jan. 1983.

BENJAMIM, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Obras escolhidas, 1).

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49. p.37 dez. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010340141997000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 dez. 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. 3. ed. Rio Janeiro e São Paulo: Record, 2000. v. 1/2.

BNDE assina protocolo para irrigação do Vale. **Diário de Natal**, Natal-RN, 30 maio. 1980.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. **Educar,** Curitiba n. 12, p. 153-165, 1996.

BOSI, Alfredo. Economia e Humanismo. **Estudos Avançados,** v. 26, n. 75, p. 249-266, 2012.

BRAGA, A. M. F. A. **Tradição camponesa e modernização:** Experiências e memória dos colonos do Perímetro Irrigado de Morada Nova – CE. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Discurso do Deputado Federal Henrique Eduardo Alves. Diário do Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**, Ano XXX, No 132, 25/10/1975. Seção I, 9369-9370. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25OUT1975.pdf#page=. Acesso em 13 ago. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 1337/1963.** Considera objeto de Tratado a matéria da Carta de Punta del Este, firmada em agosto de 1961 pelos representantes das nações americanas). Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/190801. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Decreto no 36.370 de 21/10/1954. Presidência da República. Publicação no **Diário Oficial da União,** 23 out. 1954.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Atingidos pela construção da barragem de Sobradinho reclamam por reparação.** Brasília-DF. 11.dez.2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/549657-atingidos-pela-construcao-da-barragem-de-sobradinho-reclamam-reparacao/. Acesso em: 08 jan. 2016.

BRASIL. Decreto no. 76.046 de 29 de julho de 1975. Presidência da República. **Diário Oficial da União** - Seção1 de 30 jul. 1975.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74**. Presidência da República. Brasília, 1971

BRASIL. **Lei No 4.132, de 10 de setembro de 1962**. Imprensa Nacional. Brasília-DF, 1962.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei no 7.486.** Brasília, 6 de junho de 1986.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Irrigação**. Brasília-DF. 1979.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **DNOCS:** Relatório 2004. Fortaleza, 2006

BRASIL. Ministério do Interior. DNOCS/COMIRGA. Relatório da Segunda Reunião de Acompanhamento do Projeto Baixo-Açu. 16/10/1979. Arquivo: NUT-SECA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BRASIL. Ministério do Interior. **Relatório da Sexta Reunião de Acompanhamento do Projeto Baixo-Açu. Novembro de 1981**. Arquivo: NUT-SECA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 19 -21.

BRASIL. Ministério do Interior. **PROJETO BAIXO-AÇU:** Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Engº Armando Ribeiro Gonçalves. Volumes I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI. São Paulo: Hidroservice, 1979.

BRASIL. Ministério do Interior. **Alguns aspectos sociais relevantes no Projeto Baixo-Açu**. Fortaleza:1982.

BRASIL. Ministério do Interior. **Estudo de Viabilidade Técnica-Econômica**. Serete, 1974.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAIAM as máscaras. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 26 fev. 1982.

CALIFÓRNIA here i go!**Tribuna do Norte**, Natal-RN, 30 jul. 1983.

CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes**: padres e comunistas na revolução sem violência. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

CALMON e Rangel assinam contratos para diversos investimentos no Estado. **Diário de Natal-RN,** 16 dez. 1978.

CALVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi:** a luta clandestina. 2. ed. Recife: CEPE, 2008. v. IV.

CÂMARA. Dom Hélder. **Revista Vozes**, Ano 61, , p 389-442, maio 1967

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. **Violência no campo**. Petrópolis: Vozes em co-edição com IBASE, 1985.

CAMPOS, J. Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos**. Estudos Avançados,** v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: WELCH, Clifford Andrew et al. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 97-115.

CARDOSO, Otomar Lopes. BARRAGEM é monumento supérfluo. **O Poti**, Natal-RN, 10 jun. 1979.

CARDOSO, Otomar Lopes. Barragem é obra faraônica. **O Poti**, Natal-RN, 01 abr. 1979.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo:** Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

CARRARA, Ângelo. Sítio. In: MOTTA, Márcia (Org.) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARTA ao Humano. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 10 jan. 1982.

CARTA de Salvação do Nordeste.

CARTAS. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 jan. 1982.

CARVALHO, Deoclides Lopes de. Entrevista concedida em 11 de dezembro de 2018. São Rafael-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

CARVALHO, J. O. de. **A economia política do Nordeste**: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campos, 1988. 505p.

CARVALHO, J. O. de. Natureza das ações de governo em relação ao nordeste. In: **Desenvolvimento regional**: um problema político. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 179-204.

CARVALHO, José Otamar de. **O Nordeste semi-arido**: questões de economia política e de política econômica. 1985. 205f Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000111240&fd=y. Acesso em: 20 dez. 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional: MEC, 1955.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Viajando o Sertão**. São Paulo: Global, 2012.

CASO da barragem vai a debate em Ipanguaçu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 26 abr. 1979.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992.

CATÁLOGO da Coleção Carnaúba: do Núcleo Temático da Seca e Semi-Árido da UFRN. Natal: Edufrn, 2008.

CEM milhões de dólares para o Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 03 out. 1979.

CENTRO Açuense favorável a construção da barragem. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 3 ago. 1979.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 215-218.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, México D.F., n. 5, p. 15-31, jul.set. 1975. Disponível em: http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.5/CP5.5AlexanderVChayanov.pdf. Acesso em: 23 jan. 2017.

CIDADE baiana vai sumir do mapa. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 08 maio 1983.

CINCO mil hoje no protesto contra a barragem. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 jan. 1982.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado:** Pesquisas de Antropologia Política**.** Tradução Theo Santiago**.** Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1982.

CLÓVIS assume DNOCS em março. **A República**, Natal-RN, 27 jan. 1980.

COMANDANTE e comandados. **O Mossoroense**, Mossoró-RN, 02 abr. 1959.

COMISSÃO elege projeto para irrigação: Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 11 jun. 1983.

COMISSÃO Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara, nos quais encontramos, no volume II, relatos sobre a Cooperativa de Tiriri com o expressivo título: "Reforma Agrária: o sonho de Tiriri e o pesadelo de 1964". Disponível em: http://www.acervocepe.com.br/comissao-verdade.html. Acesso em: 08 ago. 2018.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e desenvolvimento**: um novo modelo para tomada de decisões. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. 2000. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf. Acesso em: 19 jan. 2017.

COMISSÃO Mundial de Barragens. **Barragens e Desenvolvimento:** Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. Um Sumário. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf.2000. Acesso em: 13 fev. 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo – Brasil 2015**. Vários autores, 240 p. Disponível em: Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil. Acesso em 20 abr. 2016.

COMO será o projeto. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 23 out. 1975.

CONFLITOS atingem 43 mil posseiros. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 21 ago. 1984.

Conselho Indigenista Missionário-CIMI (1986) - **Seminário Amazônia: dossiê.** Brasília, 23 p., mimeo.

CONTAG. Conferência do senhor José Francisco da Silva – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 15 de agosto de 1978.

CONTAG. Relatório. Encontro Interestadual Sobre a Problemática da Seca. Fortaleza: Ceará. 27 a 30 de junho de 1981. Arquivo: NUT-SECA – UFRN.

CONTRATO da barragem do Açu. **A República**, Natal-RN, 13 dez. 1978.

CONTRATO para a barragem de Açu vai sair dia 15. **A República**, Natal-RN, 09 dez. 1978.

CONVITE. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 dez. 1978.

COSTA, Djalmir Arcanjo da. **A História da Cidade que o progresso naufragou**. Jucurutu: Gráfica Sto. Expedito, 2010.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v. 16, n. 1, p. 45-64, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a03v16n1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2016.

DABAT, Christine. Os primórdios da cooperativa agrícola de Tiriri. **Clio Revista de Pesquisa Histórica,** n. 23, 2005.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DCE quer discutir violência ecológica do PBA. **Diário de Natal**, Natal-RN, 23 out. 1979.

DE BARRAGEM. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 13 jan. 1982.

DE bode. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 13 jul. 1978.

DE SÃO RAFAEL encontram dificuldades com a falta de chuvas. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 06 jul. 1997.

DEBATE em Mossoró durou 3 horas. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 23 out. 1975.

DEBATE no Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 26 abr. 1979.

DEL MONTE pode ser alvo da CPI. **Gazeta do Oeste**, Mossoró-RN, 06 abr. 2001.

DEL MONTE. **Diário de Natal**, Natal-RN, 09 abr. 1999.

DELGADO, G.C. Setor de Subsistência na Economia e na Sociedade Brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. Textos para discussão, **IPEA**, Brasília/DF, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.phpoption=com_content&view=article&id=4608. Acesso em: 20 jul. 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente e Ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DEMA considera barragem do Baixo-Açu importante para o desenvolvimento do Estado. **Tribuna do Norte**, Natal, 09 dez. 1978.

DEMA considera barragem do Baixo-Açu importante para o futuro do estado. **Tribuna do Norte**, Natal, 09 dez. 1978.

DENÚNCIAS da barragem apuradas. **Diário de Natal**, Natal, 28 mar. 1983.

DENÚNCIAS surpreende coordenador da Comirg. **Tribuna do Norte**, Natal, 28 jan. 1983.

DEPUTADO denuncia erro de cálculo do DNOCS barragem poderá inundar a nova São Rafael. **Tribuna do Norte**, Natal, 28 abr. 1984.

DESAPROPRIAÇÃO beneficiará famílias afastadas do vale. **A República**, Natal, 13 mar. 1986.

DESAPROPRIAÇÕES no Açu preocupam o episcopado. **Diário de Natal**, Natal-RN, 23 jun. 1977.

DESCASO do DNOCS com o povo do vale é denunciado pela igreja. **Diário de Natal**, Natal-RN, 14 ago. 1979.

DESEMPREGO em São Rafael por causa da barragem. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 24 jun. 1984.

DESMATAMENTO gera nevoeiro. **Diário de Natal**, Natal-RN, 14 jan. 1984.

DESRESPEITO ao povo. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 jan. 1982.

DIÁLOGO no Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 16 dez. 1978.

DIEHL, Astor. **Círculos Operários no Rio Grande do Sul**: um projeto social-político (dos anos trinta à 1964). Porto Alegre: Edpucrs, 1990.

DINARTE denuncia ameaça ao Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 09 jan. 1982.

DINIZ, Aldiva Sales. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Orgs.). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DINIZ, Clélio. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia,** Belo Horizonte, n. 19, p.227-249, maio-ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01036351200900020001. Acesso em: 13 ago. 2019.

DIRETOR do DNOCS esperado no Açu. **A República**, Natal-RN, 05 set. 1979.

DJALMA adverte o ministro quanto a barragem do Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 12 jun. 1979.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Mapa Interativo de Açudes.** Disponível em: http://www.dnocs.gov.br/mapa/acudes.php. Acesso em: 13 dez. 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Relatório Anual de Gestão.** Fortaleza, 2006. Disponível em: https://antigo.dnocs.gov.br/documentos/file/37-relatorio-anual-de-gestao-2005. Acesso em 23 de outubro de 2017.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Relatório de Viabilidade Técnico-Econômica do Projeto Baixo-açu**. Brasília, 1974.

DNOCS abre mão de 91 mil hectares no Vale do Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 18 ago. 1979.

DNOCS constrói reservatórios para proteger áreas de Jucurutu. **A República**, Natal-RN, 06 out. 1985.

DNOCS construirá barragem no lado potiguar do rio piranhas. **A República**, Natal-RN, 16 dez. 1972.

DNOCS convoca proprietários. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 21 maio 1979.

DNOCS criticado em São Rafael. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 09 out. 1979.

DNOCS determina inicio da execução de projeto fundiário no Vale do Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 06 dez. 1985.

DNOCS diz que o projeto do Açu começará mesmo ainda este ano. **Diário de Natal**, Natal-RN, 01 jun. 1977.

DNOCS dribla Andreazza e manda iniciar barragem. **Diário de Natal**, Natal-RN, 27 jun.1979.

DNOCS e agricultores de São Rafael reúnem-se hoje. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 16 dez. 1982.

DNOCS é responsável pela inquietação. **Diário de Natal**, Natal-RN, 2 set. 1979.

DNOCS implanta campo de treinamento para colonos. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 06 abr. 1983.

DNOCS não responde questões levantadas sobre a barragem. **Diário de Natal**, Natal-RN, 01 ago. 1979.

DNOCS poderá irrigar o vale do Baixo-Açu. **A República**, Natal-RN, 21 jul. 1972.

DNOCS prepara a população do Vale para o Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 09 mar. 1979.

DNOCS reafirma que barragem vem mesmo. **Diário de Natal**, Natal-RN, 13 jan. 1979.

DNOCS tem solução satisfatória para indenizações do Baixo-Açu. **A República**, Natal-RN, 19 jan. 1978.

DNOCS vai implantar campo experimental no Baixo-Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 06 abr. 1983.

DNOCS vai treinar agricultores. **Diário de Natal**, Natal-RN, 21 maio 1983.

DNOCS: Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu – RN. Atas da 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 6ª Reuniões. Arquivos do Nut-Seca, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DO VALE. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 fev. 1979.

DOCUMENTO faz sérias acusações. **Diário de Natal**, Natal-RN, 16 jan. 1982.

DOM NIVALDO, Puebla consolidou o apoio da Igreja aos pobres. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 17 fev. 1979.

DOSSIÊ Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. 2013. Disponível em: https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/apresentacao/. Acesso em: 12 maio 2015.

DUQUE, José Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas.** 4. ed. Fortaleza: BNB, 2004.

DUQUE, José Guimarães. **Solo e Água no Polígono das Secas**. 6. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Un Rosado, 2001.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira Pessoa. Revisitando interpretações sobre o campesinato: constrangimentos e perspectivas de autonomia. **Cadernos CERU**, v. 26, n.2, dez. 2015. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/117461. Acesso em: 26 fev. 2018.

E O MAIS grave. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 27 jul. 1983.

EDGAR faz restrições ao PBA. **Diário de Natal**, Natal-RN, 28 jul. 1977.

ELIAS, Denise. A modernização da produção agropecuária. In: ELIAS, Denise (Org.). **O novo espaço da produção globalizada:** o Baixo-Jaguaribe – CE. Fortaleza: FUNECE, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jonh L**. Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

EMERGÊNCIA: novo flagelo. **DISPARADA**. Boletim Oficial do Programa de Educação Política do Serviço de Assistência Rural – SAR, nº 08, 1981.

EMPRESÁRIOS apresentam projeto do Vale do Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 11 jan. 1995.

ENTREVISTA de Olavo. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 19 out. 1975.

ERRADICAÇÃO dos carnaubais é ponto negativo no Projeto de Irrigação do Baixo-Açu. **O Poti**, 23 jan. 1977.

ESCÂNDALO. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 25 fev. 1982.

ESTÁ pronto o plano para seleção dos colonos. **Diário de Natal**, Natal-RN, 24 maio 1983.

ESTADO contrata empréstimo de 8,17 milhões de dólares. **Diário de Natal**, Natal-RN, 05 out. 1985.

FALOU e disse (roda viva). **Diário de Natal**, Natal-RN, 09 jan. 1982.

FELDHUES, Paulo Rapahel Pires. **A Confederação Nacional da Indústria e o Nordeste Brasileiro:** o desenvolvimentismo nas páginas de Desenvolvimento & Conjuntura (1957-1964)**.** 2017. 198f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16221/1/2014_PauloRaphaelPiresFeldhues.pdf. Acesso: 12 maio 2015.

FERRAZ, Maria do Socorro, BARBOSA; Bartira Ferraz. **Sertão**: fronteira do medo. Recife: Editora UFPE, 2015.

FERREIRA, Alexandre Severino. **Exposição a agrotóxicos e fertilizantes químicos**: agravos à saúde dos trabalhadores no agronegócio do abacaxi, em Limoeiro do Norte-CE. 2009. 157f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15792. Acesso em: 17 ago. 2014.

FERREIRA, Brasília Carlos. **Sindicato do garrancho**. Natal: EDUFRN, 1986. 239 p.

FETARN cobra execução de projeto no vale do rio Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 29 nov. 1985.

FETARN indica prioridade para reforma. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 24 jul. 1985.

FETARN, Manuscritos avulsos. 16 e 17 de novembro de 1980.

FETARN, Ofício SR/095/79. Natal, 08 de maio de 1979.

FETARN, Reivindicações dos Trabalhadores Rurais. Panfleto Impresso. Natal-RN, Arquivo Nut-Seca, UFRN.

FETARN. Relatório sobre a situação dos trabalhadores rurais de São Rafael prejudicados com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. s/d. Arquivo: Nut-Seca, UFRN.

FETARN. Sugestões ao III Congresso Agro-pecuário pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 14 de agosto de 1969.

FICOU na mesma. **O Poti**, Natal-RN, 26 jun. 1983.

FIGUEIREDO não inaugura barragem do Açu este ano. **Diário de Natal**, Natal-RN, 18 ago. 1982.

FOLHETO. Balbina: Ameaça e Destruição na Amazônia. Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (MAREWA), 1987, 17 p. Disponível em: http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto65/FO-CX-65-4285-2010.PDF. Acesso em: 13 dez. 2010.

FONTANA, Josep. **Introdução ao Estudo da História Geral**. São Paulo: Bauru, EDUSC, 2000.

FREI Damião visita macau e elogia barragem. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 17 mar. 1983.

FREITAS B. M. C. **Marcas da modernização da agricultura do Perímetro irrigado Jaguaribe - Apodi:** uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará. Disponível em: http://www.uece.br/mag/dmdocuments/bernadete.pdf. Acesso em: 13 ago. 2013.

GARCIA JR. Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOI, Emília Pietrafesa de**. O trabalho da memória**: cotidiano e história no Sertão do Piauí. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1999.

GODOY, José Artigas de. Economia Humana e desenvolvimentismo católico: o pensamento e a ação de Louis-Joseph Lebret no Brasil. Dossiê Teoria e Pesquisa. **Revista de Ciência Política,** v. 24, n. 1, p. 41-53, jan-jun. 2015,

GODOY, José Henrique Artigas de. Economia Humana e desenvolvimentismo católico: o pensamento e a ação de Louis-Joseph Lebret no Brasil. **Teoria & Pesquisa, Revista de Ciência Política**, v. 24, n. 1, p. 40-53, jan./jun. 2015. Disponível em: http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/427/280. Acesso em: 14 ago. 2017.

GOMES, Gustavo Maia. A Política de Irrigação no Nordeste: intenções e resultados. **Pesquisa e Planejamento Econômico,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 411-446, ago. 1979. Disponível: http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/525/468. Acesso em: 19 jan. 2017.

GOVERNADOR visita obras e denuncia: estão enganando ao povo. **A República**, Natal-RN, 08 jan. 1982.

GRISA, Catia. **A produção "pro gasto":** um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11001/000601676.pdf. Acesso em: 23 jul. 2014.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria,** Mérida, v. 16, n. 65-79, n. 31, jul. 2010. Disponível: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S131603542010000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2013.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. (Orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2015. 624 p.

GTDN**: Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. Disponível em: http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PDEN_-_segunda_edicao.pdf. Acesso em 17 mar. 2017.

GUALBERTO, João e LIMA Argemiro. Vale ou não o vale: Açu terra dos poetas. **A República**, Natal-RN, 06 jun. 1979.

GUALBERTO, João; LIMA Argemiro. Vale ou não o vale? A barragem do século. **A República**, Natal-RN, 10 jun. 1979.

GUALBERTO, João; LIMA Argemiro. Vale ou não o vale? A guerra da fome. **A República**, Natal-RN, 09 jun. 1979.

GUALBERTO, João; LIMA Argemiro. Vale ou não o vale? As terras do aluvião. **A República**, Natal-RN, 08 jun. 1979.

GUALBERTO, João; LIMA Argemiro. Vale ou não vale o vale? O choque de duas culturas. **A República**, Natal-RN, 07 jun. 1979.

GUERRA, Felipe. A seca de 1915. In. ROSADO, Vingt-Un (org.). **11º Livro da Seca.** [S.l.]: Editora Universitária, 1985. (Coleção Mossoroense).

GUERRA, Otto (org.). **Felipe Guerra**. O jornalista guerreiro na defesa do semiárido. Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque, 2004. (Coleção Mossoroense. Série "C". V. 1389).

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUMIERO, Rafael. **O Nordeste em dois tempos:** a "Operação Nordeste" e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula. CEPAL: Coleção Documentos de Projetos. Disponível em: http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/36674-o-nordeste-dois-tempos-operacao-nordeste-politica-desenvolvimento-regional. Acesso em: 25 abr. 2015.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. 340 p.

HÉLIO Galvão denuncia Banco a Ministros. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 19 abr. 1979.

HERVAL Tavares denuncia venda de terras. **Diário de Natal**, Natal-RN, 09 fev. 1984.

HIDROTERRA: a experiência a serviço do grande projeto. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 out.1979.

HOBSBAWM, Eric. O presente como História. In: **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.315-331.

HOLANDA, Nilson. **O Desenvolvimento do Nordeste**: desempenho recente e perspectivas para 1980.Fortaleza, Banco do Nordeste, 1974.

HOMEM será afastado de sua terra diz relatório sobre o Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 21 fev. 1979.

HORA da resposta. **Diário de Natal**, Natal-RN, 02 mar. 1982.

I ENCONTRO dos Bispos do Nordeste. **Anais**. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, 1959. Disponível em: https://archive.org/details/iencontrodosbisp00enco. Acesso em: 25 maio 2016.

IANNI, Octávio. A utopia camponesa. In: WELCH, Clifford Andrew et al. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v.1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1975.** Brasília: IBGE, 1975.

IGREJA combate o Projeto Baixo-Açu. **Jornal do Comercio**, Recife-PE, 09 out. 1979.

IGREJA pede adiamento da construção da barragem. **Diário de Natal**, Natal-RN, 05 abr. 1979.

IGREJA pede justiça nas desapropriações em Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 15 dez. 1978.

IGREJA promove sua assembleia e debate o PBA. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 13 dez. 1978.

IGREJA vê progresso em sua ação pastoral. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 dez. 1978.

II ENCONTRO dos Bispos do Nordeste. **Anais**. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, 1959.

INDENIZAÇÕES no Vale são esbulhos. **Diário de Natal**, Natal-RN, 27 mar 1980.

INQUIETAÇÃO no vale: Carlos Alberto denuncia na câmara tensão social no Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 22 set. 1979.

IPANGUAÇU pode ser relocalizada para fugir de inundação. **A República**, Natal-RN, 08 mar. 1985.

IRRIGAÇÃO do Baixo-Açu custará cr$ 2 bilhões. **Diário de Natal**, Natal-RN, 19 jan. 1977.

IRRIGAÇÃO: a meta do DNOCS no Vale do Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 26 mar. 1983.

IRRIGAÇÃO: a meta do DNOCS no Vale do Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 26 mar. 1983.

IRRIGAR. **Diário de Natal**, Natal-RN, 10 dez. 1985.

JESSÉ falou no senado. **A República**, Natal-RN, 31 ago. 1979.

JOÃO. **Diário de Natal**, Natal-RN, 10 ago. 1982.

JULIÃO, Francisco. Depoimento a Aspásia Camargo. **CPDOC - Historia Oral.** 1982. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista101. Acesso em: 17 ago. 2013.

JULIÃO, Francisco. **Cambão:** a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2013.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte; CHRISTILLINO, Luís Cristiano. A agricultura de subsistência em Pernambuco, Minas e Rio Grande. In: BRANDÃO, Tânya Maria Pires; CHRISTILLINO, Luís Cristiano (Orgs.) **Nas Bordas da Plantation**: Agricultura e Pecuária no Brasil Colônia e Império. Recife: UFPE, 2014.

LATIFUNDIÁRIOS agem na área da barragem. **Diário de Natal**, Natal-RN, 17 ago. 1983.

LAUDO da barragem pode sair hoje com visita de Andreazza. **Diário de Natal**, Natal-RN, 02 mar. 1982.

LAUDO sobre a barragem ainda não existe. **Diário de Natal**, Natal-RN, 17 fev. 1982.

LEBRET, L.J. **Manifesto por uma civilização solidária**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1959.
LEBRET, L.J. **O drama do século XX**. Trad. Fr. Benevenuto de Santa Cruz e Fátima de Souza. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962.

LEBRET, L.J.; VIAU, Paul e outros. **Economia e Humanismo**: Propriedade e Socialização. Portugal: Companhia Editora do Minho, 1965.

LEITE, Pedro Sisnando. **A Tragédia do Orós**: Documento Histórico. Fortaleza: Gráfica LCR, 2009. 264 p.

LEITO do rio Açu está salinizado. **Diário de Natal**, Natal-RN, 21 maio 1983.

LÍDER registra importância de convenio para São Rafael. **A República**, Natal-RN, 23 out. 1980.

LIMA, Antônio Gomes. Entrevista concedida em 19 de abril de 2017. São Rafael-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

LIMA, João Severino de. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2018. São Rafael-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na Ribeira do Rio das Onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flammarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História:** Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da Agricultura Brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste:** políticas públicas na (dis)simulação da esperança. 2007. 288f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2007.

LISBOA, Miguel Arrojado. O Problema das Secas. **Semiárido**. Câmara dos Deputados: DEAPA/CGRAF, 2010.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande**. Mossoró: FVR, IHGRN, 2003.

LOPES, Maria do Socorro. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2018. São Rafael-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

LOPES, Régis. **Caldeirão.** Fortaleza: EDUECE, 1991.

MACEDO, Gilvan Braz. **O Projeto Sertanejo no Nordeste semi-árido (Núcleo de Sumé-Paraíba)**. 1984. 89f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1984.

MANDATO de segurança susta concorrência do Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 out. 1978.

MARINHO, Alice C. Pequeno. **Contextos e Contornos da Modernização Agrícola em Municípios do Baixo-Jaguaribe-Ce**: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-08112010-100604/publico/AlicePequeno.pdf. Acesso em: 18 ago. 2014.

MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3. ed. Campinas, S P: UNICAMP, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza**. Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo, Contexto, 2012.

MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra**. Ofensiva Capitalista na América Latina, África e Ásia, São Paulo, Viramundo, 2004.

MARTINS, Sabino Antônio. Entrevista concedida em 25 de março de 2017. São Rafael-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

MARX, K. **O Capital**. **O 18 do Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 1. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MCCULLY, Patrick. **Ríos Silenciados:** Ecología y Política de las Grandes Represas. Tradução e Edição PROTEGER – Amigos de la Tierra (FoE Argentina), 2004. Disponível em: https://www.internationalrivers.org/es/node/4043. Acesso em 25 jun. 2019.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MÉDICO da FRUNORTE receita agrotóxico. **Tribuna do Vale do Açu**, Açu-RN, 09 dez. 1990.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Várzea do Açu**: paisagens, tipos e costumes do Vale do Açu. 3ª ed. São Paulo: IBRASA, 1979.

MEMORIAL. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 19 out. 1975.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Historiografia Brasileira em Questão: considerações sobre economia e política. **História Revista,** Goiânia, v.11, n.2, p. 201 – 219, jul./dez. 2006.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Patronato Rural do Brasil recente (1964-1993).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

MENESES FILHO, Ademar Pelonha de. **Apropriação e devastação dos carnaubais no Vale do Açu:** ufanismo econômico e violência socioambiental no último quartel do século XX. 2014. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MINISTÉRIO do Interior visitará o Estado. **A República**, Natal-RN, 16 fev. 1979.

MINISTRO cumpre programa e atende reivindicações. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 03 set. 1975.

MINISTRO do Interior em Natal assina contrato para construção da barragem do Vale do Açu. **A República**, Natal-RN, 15 dez.1978.

MINISTRO do interior vem ao Estado ver as obras do Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 fev. 1982.

MINISTRO visita o vale e ouve reivindicações. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 23 out. 1975.

MISSÃO. **Diário de Natal**, Natal-RN, 17 jun. 1983.
MÓDULOS fiscais. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html. Acesso em: 15 ago. 2016.

MOLLE, François. **Marcos Históricos e Reflexões sobre a Açudagem e seu Aproveitamento**. Recife: SUDENE, DPG. PRN. HME, 1994, p. 156-157.

MONTENEGRO tem apelo em favor do Vale do Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 28 jul. 1982.

MOTTA, Márcia (Org.) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, Márcia. **O Rural *à la gauche***: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996). Niterói: UFF, 2014.

MOURA, Maria da Conceição de Almeida. Lagoa do Piató: fragmentos de dor. In: ARANHA, Terezinha de Queiroz (Org.). **Sesquicentenário da cidade do Assú (1845-1995).** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1995. (Coleção Vale do Assú – 12).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no campo, crime e impunidade:** *1964-1985.* São Paulo: Global Editora, 1987.

NA PRIMEIRA fase o projeto beneficiará 1550 colonos. **Diário de Natal**, Natal-RN, 22 jan. 1977.

NA PRÓXIMA semana seguem sugestões para o próximo conclap. **Diário de Natal**, Natal-RN, 03 set. 1977.

NADA de multinacional. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 16 mar. 1978.

NASCIMENTO, Manoel Soares do. Entrevista concedida em 16 de abril de 2017. São Rafael-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

NEGÓCIOS e finanças. **Diário de Natal**, Natal-RN, 28 mar. 1980.

NÉLSON insiste na denúncia de escravidão do vale. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 19 ago. 1983.

NELSON quer solução para colonos. **Diário de Natal**, Natal-RN, 10 nov. 1984.

NETO, Crispiniano. Barragem do Açu, 1979. Arquivo particular de Angelina Luiza.

NETO, Crispiniano. Cordel Cantando a Libertação. **A Barragem do Açu**.

NOTÍCIAS da barragem. **A República**, Natal-RN, 13 dez. 1978.

NOVA São Rafael: terras invadidas. **Diário de Natal,** Natal-RN, 29 abr. 1987.

NUNES, Emanuel; ORTEGA, Antonio; GODEIRO, Kalliane. Desenvolvimento Rural em Áreas de Intervenção Estatal do Nordeste: o caso do projeto de irrigação Baixo-Açu. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, jul./set. 2007.

O BAIXO astral no Projeto Baixo-Açu precisa mudar. **Gazeta do Oeste,** Mossoró-RN 03 mar. 2000.

O BAIXO-Açu vai começar. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 09 dez. 1978.

O ENCONTRO de Ponta Negra. **A República**, Natal-RN, 14 dez. 1978.

O OBSERVADOR econômico e financeiro (RJ). Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/observador-economico/123021. Acesso em: 5 abr. 2017.

O SONHO de Felipe Guerra, Eloy de Souza e Joaquim Ignácio será uma realidade com o Projeto Baixo-Açu - **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 out. 1979.

O SUFOCO da Seca. **DISPARADA.** Boletim Oficial do Programa de Educação Política do Serviço de Assistência Rural – SAR, nº 13, jul-ago. 1983.

O VALE. **Diário de Natal.** Natal-RN, 16 jun. de 1979.

OBRAS irreversíveis. **Tribuna do Norte**. Natal-RN, 10 fev. 1979.

OLAVO Montenegro colocou para o ministro mudança no PBA. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 22 out. 1975.

OLAVO pede atenção e participação do governo para uma solução nas obras do Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 04 ago. 1977.

OLAVO prevê hecatombe se não houver irrigação. **Diário de Natal**, Natal-RN, 25 jan. 1980.

OLAVO vê projeto do Açu como inviável e irreal. **Diário de Natal**, Natal-RN, 07 jun. 1977.

OLIVEIRA, Francisco. **Noiva da revolução. Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de Classe. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. As roças brasileiras, do período colonial à atualidade caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p.755-780, jul/dez 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/13.pdf. Acesso em: 13 ago. 2018.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 315-346, mai/ago 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-87752018000200003. Acesso em: 13 maio 2019.

ORDEM de serviço. **Diário de Natal**, Natal-RN, 11 jul.1979.

OTOMAR relata encontro sobre projeto do Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 03 ago. 1977.

PADRE diz que o Baixo-Açu é projeto de interrogações. **Diário de Natal**, Natal-RN, 03 ago. 1977.

PALACIOS, Guilherme. Campesinato e historiografia no Brasil. Comentários sobre Algumas Obras Notáveis. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 3 5, 1.° sem estre 1993, pp. 41-57. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-35/438--campesinato-e-historiografia-no-brasil-comentarios-sobre-algumas-obras-notaveis/file. Acesso em: 13 out. 2010.

PARECERES sobre Oiticica. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 24 jun.1979.

PATRIOTA, Nilson. Baixo-Açu redenção econômica. **A República**, Natal-RN, 20 jan. 1978.

PATRIOTA, Nilson. Barragem do Açu: um grande projeto. **A República**, Natal-RN, 09 dez. 1978.

PAULO Joaquim mantém suas denúncias. **Diário de Natal**, Natal-RN, 29 jan. 1983.

PEDROZA, Manoela da Silva. **Terra de Resistência**: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968). 2003. 198f. Dissertação (Mestrado História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fortaleza, 2003.

PERMANECE mistério sobre o acidente na barragem. **O Poti**, Natal-RN 07 fev. 1982.

PESADO silencio. **Diário de Natal**, Natal-RN, 08 jan. 1982.

PF garante assentamento de 18 posseiros em São Rafael. **Diário de Natal**, Natal-RN, s/d.

PICOLLOTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 289f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. **O Vale das Miragens:** grandes projetos hídricos e a 'redenção' do Baixo-Açu (1910-1983). 2018. 245f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26304. Acesso em: 22 maio 2019.

PINTO, Maria do Socorro Diógenes. **O conflito socioambiental na chapada do APODI/RN:** uma disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar. 2018. 112f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25520/1/MariaDoSocorroDiogenesPinto_DISSERT.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

PIRES, Maria Idalina Cruz**. Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial**: Legislação, Conflito e Negociação nas vilas pombalinas 1757-1823. 2004. 284f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros:** resistência indígena e conflito no Nordeste Colonial. Recife: Fundarp, 1990.

PLOEG, Jan Dowe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. Trad. Cláudia Freire. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016

POBRE não precisa fazer jejum. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 04 abr. 1985.

POBRE perde na Barragem. **O Poti**, Natal-RN, 27 maio. 1984.

PONTUAL, Virgínia. **Louis-Joseph Lebret na América Latina**: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista. Rio de Janeiro: Letra Capital, Recife: Ed. UFPE, 2016.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da História oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

POVO vai as ruas exigir projeto do Assú. **Diário de Natal**, Natal-RN, 18 jun. 1985.

PRADO JR. Caio. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PRADO JR. Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Disponível em: http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf. Acesso em: 23 jul. 2016.

PREFEITO teme que o projeto do DNOCS vá criar problema social. **Diário de Natal**, Natal-RN, 09 ago. 1977.

PREFEITOS querem a 2ª etapa já. **Diário de Natal**, Natal-RN, 31 mai. 1983.

PRESENÇA da Igreja. **A República**, Natal-RN, 03 mar. 1979.

PRESIDENTE do BB vem amanhã a Mossoró. **A República**, Natal-RN, 09 set. 1980.

PRIMEIROS estudos sobre o Baixo-Açu foram feitos na década de 1949-1950. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 23 fev. 1979.

PROBLEMA social é prioridade para o projeto do Baixo-Açu. **A República**, Natal-RN, 03 out. 1979.

PROJETO Baixo-Açu causa desesperança na região. **O Poti,** Natal-RN, 14 ago. 1977.

PROJETO Baixo-Açu cobrirá minérios inclusive alguns radioativos. **Diário de Natal**, Natal-RN, 18 fev. 1977.

PROJETO Baixo-Açu poderá ficar apenas na barragem. **Tribuna do Norte,** Natal-RN, 8 jun. 1979.

PROJETO Baixo-Açu. **A República**, Natal-RN, 10 dez. 1978.

PROJETO dará vez aos pequenos. **Diário de Natal**, Natal-RN, 29 mar. 1998.

PROJETO de Irrigação do Baixo-Açu começa a ser implantado. **A República**, Natal-RN, 31 jan. 1973.

PROJETO de irrigação e colonização do Vale do Açu tem defeitos: reformula. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 19 out. 1975.

PROTESTO em Açu contra a barragem vai ser hoje. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 jan. 1982.

PROTESTOS afinal param a Barragem. **O Poti,** Natal-RN, 10 jan.1982.

PUBLICIDADE. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 16 fev. 1979.

QUEIROZ continua com denúncias do fracasso da Armando Ribeiro. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 16 set. 1983.

QUEIROZ não quer CPI para Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 27 ago. 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford Andrew et al. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 57-72.

QUESTÃO de São Rafael discutida em Recife. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 04 dez. 1985.

RANGEL Reis visita área onde vai ser implantada a irrigação do Baixo-Açu. **A República**, Natal-RN, 21 out. 1975.

REIS, Ana Terra; BATISTA, Andréa Francine (Orgs.) **Ensaios sobre a questão agrária.** São Paulo: Outras Expressões, 2013, 184 p.

REUNIÃO de Ipanguaçu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 28 abr. 1978.

REUNIÃO do secretário de trabalho com vigários e prefeitos da região. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 05 ago. 1977.

REUNIÕES da associação rural. **O Mossoroense**, Mossoró-RN, 10 maio. 1959.

REVOLUÇÃO branca para o Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife-PE, 01 nov. 1961.

RIGOTTO, R. M. et al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Revista Ciências e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1533-1542, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a17.pdf. Acesso em: 12 out. 2014.

RIGOTTO, R.M. (Org.). **Agrotóxicos, Trabalho e Saúde:** vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011. (Co-edição com a Expressão Popular).

RIO GRANDE DO NORTE: Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social: **Relatório do I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu**. Série Documentos. Vol. 1, 62 pp.

RIOS, José Arthur. Reforma Agrária e Colonização. **Síntese Política Econômica Social,** v.1, n. 2, p. 40-45, 1959. Disponível em: http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/3077/3344. Acesso em: 12 jun. 2017.

ROCHA FILHO, Ruy Alkmin**. O Som das Lutas**: a Rádio Rural e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1960-1964). 2005. 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/disserta_ruy_sindicatos_rurais_rn.pdf. Acesso em: 12 ago. 2013.

ROCHA, Dom Jaime Vieira, org. **Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social:** Anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, 395 p.

RODA viva (intranquilidade); coluna política (o vale não está tão verde). **Diário de Natal**, Natal-RN, 29 dez. 1978.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAI hoje contrato para a barragem do Vale do Açu. **A República**, Natal-RN, 15 dez. 1978.

SALDANHA, Guilherme. Presidente do Distrito de Irrigação do Baixo-Açu. Entrevista concedida em 13 de março de 2013. Assú-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.
SANTANA, Lindaura Maria de. **Produção, emprego e receita tributária**: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu/RN. Natal: Editora Universitária UFRN, 1997. (Coleção Vale do Açu, v. 14).

SANTOS, Edmilson José dos. Entrevista concedida em 16 de dezembro de 2019. Assú-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

SANTOS, Francisco Canindé dos. Entrevista concedida em 16 de novembro de 2018. Assú-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

SANTOS, Hermenegildo Julião dos. Entrevista concedida em 17 de abril de 2014. São Rafael-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

SANTOS, Jovelina. **Círculos Operários no Ceará:** "instruindo, educando, orientando, moralizando". Fortaleza, Edições UFC, Coleção Mundos do Trabalho, 2007.

SANTOS, Jovelina. Em campo contra o inimigo vermelho: a Igreja Católica na disputa pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Ceará**. Saeculum**, **Revista de História**, João Pessoa, v. 26, p. 169 – 185, jan./jun. 2012.

SANTOS, Roberg Januário dos. **Cartografias Identitárias do Assú**: a construção de uma terra de história, poesia e tradição. 2013. 262f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2551. Acesso em: 18 nov. 2016.

SÃO Rafael águas passadas que movem moinhos. Produção de Anna de Oliveira, André Araújo e Ceiça Guilherme. Mossoró: Decom, Uern e Cc&c, 2012. (27 min.), mp4, son., color.

SÃO RAFAEL continua intranquila. **Diário de Natal**, Natal-RN, 18 mar. 1980.

SARAMAGO, José. Carta ao II Fórum Social Mundial. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 10, março de 2002. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1245 Acesso em: 13 dez. 2010.

SEMINÁRIO aberto em Açu. **A República**, Natal, 18 jan. 1977.

SEMINÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – VOL. 1. **Anais**. Rio de Janeiro: CNI, 1959.

SEREJO, Vicente. As indenizações do Baixo-Açu. **O Poti**, Natal-RN, 03 jun. 1979.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, A. G. da. **A Parceria na agricultura irrigada no Baixo-Açu**. Natal: CCHLA, 1992.

SILVA, Aldenor Gomes da. **O Domínio do Processo de Trabalho na Agricultura Irrigada do Nordeste**: a persistência da parceria. 1992. 245f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Campinas, 1992.

SILVA, Francisco Rosa da. Entrevista concedida em 19 de junho de 2019. Serra do Mel-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

SILVA, Itala Mayara de Castro. **Eloy de Souza e o nordeste:** construção discursiva do espaço dos estados seviciados pela seca na primeira república brasileira. 2018. 214f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, Lourival Fernandes da. Entrevista concedida em 19 de junho de 2019. Serra do Mel-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

SILVA, Maria de Fátima Lopes. Entrevista concedida em 19 de junho de 2019. Serra do Mel-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

SILVA, Rafael Pereira da. Políticas Públicas Territoriais e Agricultura: apontamentos a partir da constituição dos perímetros irrigados públicos no Rio Grande do Norte. **Espaço em Revista,** v. 20, n. 1, p. 66-84, jan./jun. 2018. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/51344. Acesso em: 16 out. 2019.

SILVA, Reginaldo José Da. **A Cartilha do Camponês, o Documento "Bença, Mãe!" e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galiléia.** 2015. 221f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17203. Acesso em: 13 set. 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves da et all (Orgs.). **Rafael Arcanjo da Costa**: Poética veia profética. Natal/RN: Gráfica Líder e Editora, 1998.

SILVA, Severino Honorato da. Entrevista concedida em 15 de setembro de 2019. São Rafael-RN. Pesquisadora: Jovelina Silva Santos.

SILVA, Tyego Franklim da. **A Ribeira da Discórdia**: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assú colonial (1680-1720). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015. Disponível em: http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/20812. Acesso em: 23 abr. 2018.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

SIMPÓSIO do Açu: documentos com reivindicações para salvar vale do Baixo-Açu. **Diário de Natal**, Natal-RN, 20 jan. 1977.

SINDICATO dos Trabalhadores Rurais de São Rafael. Documento Reivindicatório dos Trabalhadores Rurais de São Rafael atingidos pela Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Arquivo: Nut-Seca, UFRN.

SINDICATOS do Vale do Açu protestarão contra a barragem. **Diário de Natal**, Natal-RN, 15 jan. 1982.

SINDICATOS rurais saem nesta sexta feira as ruas contra a construção. **Diário de Natal**, Natal-RN, 13 jan. 1982.

SITUAÇÃO controlada na região do Seridó. **A República**, Natal-RN, 12 abr. 1985.

SITUAÇÃO de calamidade vive a população de São Rafael. **Diário de Natal**, Natal-RN, 13 mai. 1986.

SITUAÇÃO do Vale do Açu não se repetirá jamais. **Diário de Natal**, Natal-RN, 17 jul. 1986.

SOUSA, Elisângela Maria de Oliveira. **O "Novo Modelo de Irrigação" e os colonos de Morada Nova**: Política para qual público? 2005. 147f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/elisangela_maria_de_oliveira_souza[1].pdf. Acesso em: 12 fev. 2013.

SOUSA, Jesse Jane Vieira de. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SUDENE vai aplicar na zona da mata solução das coops. de trabalho. **Diário de Pernambuco**, Recife-PE, 15 jun. 1963.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963).** Recife: SUDENE, 1966.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Piranhas River Study Basin. Agency International Development.** Department of Sate – U.S.A. SUDENE/DNOCS, 1963.

TABELA de indenização no Vale do Açú está guardada no Palácio. **Diário de Natal**, Natal-RN, 15 ago. 1979.

TARCÍSIO especula com terra no Baixo-Açu. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 18 ago. 1983.

TARCÍSIO visita Açu e faz inaugurações. **Diário de Natal**, Natal-RN, 21 jun. 1977.

TARCÍSIO volta a condenar radicais. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 23 jun. 1977.

TAREFA da Hidroservice: estudos sócio-econômicos. Edição Documento. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 out. 1979.

TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Correia; PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Seca e Poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

TÉCNICOS analisam 1ª etapa do projeto de irrigação do vale. **A República**, Natal-RN, 05 mar. 1985.

TÉCNICOS e prefeitos veem agora a irrigação do vale. **A República**, Natal-RN, 08 mar. 1985.

TERRAS férteis do Vale do Açu desapropriadas a preço ínfimo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro-RJ, 7 jun. 1979.

TERROR. **Diário de Natal**, Natal-RN, 07 abr. 1979.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio**. Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16020, 2017. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/issue/view/RM16. Acesso em: 13 ago. 2018.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 21-38, 2010. Disponível em:

http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042. Acesso em: 24 ago. 2017.

THOMPSON, E. P. **Agenda para una história radical.** Barcelona: Crítica, 2000.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras: 1998.

TM encaminha no Rio e Brasília 750 milhões para obras no RN. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 dez. 1978.

TRABALHADORES rurais vão reivindicar. **A República**, Natal-RN, 26 abr. 1980.

TRAÍRA, Chico. O Vale do Baixo-açu. **O Vale**, Açu-RN, 28 jun. 1979.

TRAÍRA, Chico. Poema ao Açu. **Novo Vale**, Açu-RN, 16 out. 1982.

TRAÍRA, Chico. s/d. Arquivo da autora.

ULISSES critica projeto do Açu e pede mudanças. **Diário de Natal**, Natal-RN, 01 nov. 1977.

UM GRITO de alerta. **Diário de Natal**, Natal-RN, 17 jul. 1981.

UMA empresa integrada com a comunidade do Vale do Açu. Edição Documento. T**ribuna do Norte**, Natal-RN, 14 out.1979.

UMA Igreja em Assembleia. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 14 dez. 1978.

UNITED Brands quer financiar a colonização do Vale do Açu. **Diário de Natal.** Natal-RN, 14 set.1977.

USO de Agrotóxicos vai ser investigado. **Diário de Natal**, Natal-RN, 01 fev. 1989.

VALE a Pena. **O Vale,** Açu-RN, 27 jul. 1979.

VALE do Açu começa a debater sua irrigação. **Diário de Natal**, Natal-RN, 18 jan. 1977.

VALE do Apodi também terá seu projeto de irrigação. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 21 jan. 1978.

VALENCIO, Norma Felicidade. **Grandes projetos hídricos no Nordeste:** suas implicações para a agricultura no semi-árido. Natal: UFRN, 1995. (Coleção Vale do Açu, v. 8).

VALVERDE, O.; MESQUITA, M. Geografia Agrária do Baixo-Açu. **Revista Brasileira de Geografia,** v. 23, n. 3, p. 455-494, 1961. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n3.pdf. Acesso em: 13 ago. 2015.

VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **Barragens:** O Clamor dos Beiradeiros. 1991. 770f. Tese de (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **Beiradeiros do Baixo-Açu**: canto e lamento de Rafael Arcanjo da Costa. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987.

VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **História que o povo conta:** opressão e sobrevivência. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987.

VASCONCELLOS, Dora Viana. **O homem pobre do campo no pensamento brasileiro e no imaginário social.** 2009. 266f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VASCONCELOS, Helenira Ellery Marinho. **Dinâmicas Sucessórias de Agricultores familiares:** dilemas vivenciados por famílias de colonos no Projeto Curu Paraipaba – Ceará. 2011. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6295/1/2011-TESE-HEMVASCONCELOS.pdf. Acesso em: 13 jan. 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1974.

VICE líder do PDS denuncia abandono de São Rafael. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 23 set. 1981.

VIEIRA, Antonio Roberto Alves. **Famílias escravas e pecuária**: revisão historiográfica e perspectiva de pesquisas. 2011. 178f. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VIEIRA, Washington Luiz Peixoto. **A Irrigação no Nordeste**: Uma abordagem histórica do Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos. 2015. 192f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14954. Acesso em: 17 nov. 2018.

VIGÁRIO de Açu contesta DNOCS. **Diário de Natal**, Natal-RN, 06 abr. 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN**,** Paulo (Org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 jun. 2018.

WELCH, Clifford Andrew [et al] **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

WOLF, Eric. **Guerras camponesas no século XX.** São Paulo: Melhoramentos, 1984.

XIMENES, Antonia Vanessa Silva F. Moraes. **A Política de Perímetros Irrigados e suas implicações nos projetos cearenses Ayres de Souza e Araras Norte.** 2018. 192f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018 Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/35439/3/2018_tese_avsfmximenes.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

ANEXO A – DECRETO Nº 76.046, DE 29 DE JULHO DE 1975.

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra situada nos Municípios de Jucurutu, Janduis, Parau, São Rafael, Santana do Matos, Ipanguaçu, Açu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto Rodrigues e Pendência, no Estado do Rio Grande do Norte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, nos termos do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela lei número 2.786, de 21 de maio de 1956 e na conformidade do artigo 4º da Lei número 4.593, de 29 de dezembro de 1964,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.), uma área de terra titulada a diversos particulares, com 158.476,84 ha (cento e cinqüenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis hectares e oitenta e quatro ares), aproximadamente, dos quais 67,036 ha (sessenta e sete mil e trinta e seis hectares) serão abrangidos pela bacia hidráulica e faixa seca do açude público "Eng. Armando Ribeiro Gonçalves", situada nos Municípios de Jucurutu, Janduis. Parau, São Rafael, Santana do Matos, Ipanguaçu e Açu, e 91.440,84 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares) abrangidos pelo projeto de irrigação "Baixo-Açu", situado nos Municípios de Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto Rodrigues e Pendência, todos no Estado do Rio Grande do Norte, assim descrita nas plantas constantes do Processo número 11.863 - MI-75, devidamente rubricadas pelo Secretário Geral do Ministério do Interior: - a área de terras a ser desapropriada tem o seu início no ponto 1 de coordenadas geográficas com latitude de 5º 14' 30" e longitude de 36º 43' 00" situado ao Norte da cidade de Pendência a uma distância de 2,50 km; deste ponto tema o azimuth de 180º 00' e segue a distância de 8,25 km, até encontrar o ponto 2 com latitude de 5º 19' 00" e longitude de 36º 43' 00" situado a 6,00 km, do Sul da cidade de Pendência; deste ponto toma o azimuth de 270º 00' e segue a distância de 6,10 km, até encontrar o ponto 3 com latitude de 5º 19' 00" e longitude de 36º 46' 30", situado a 3,50 km a Sudeste da cidade de Alto do Rodrigues deste ponto toma o azimuth de 180º 00' e segue a distância de 24,00 km até encontrar o ponto 4 com a latitude de 5º 32' 00" e longitude de 36º 46' 30" situado a 9,80 km a Sudoeste da cidade de Ipanguaçu; deste ponto toma o azimuth de 270º e segue a distância de 4,60 km até encontrar o ponto 5 com latitude de 5º 32' 00" e longitude de 36º 49' 00" situado a 6,00 km a Sudoeste da cidade de Ipanguaçu; deste ponto toma o azimuth de 180º 00" e segue a distância de 16,60 km até encontrar o ponto 6 com a latitude de 5º 40' 00" e longitude de 36º 47' 00" situado a 10,00 km ao Sul da BR- 304; deste ponto toma o azimuth de 90º e segue a distância de 3,60 km até encontrar o ponto 7 com latitude de 5º 40' 00" e longitude de 36º 47' 00" situado a 10,00 km ao Norte do cruzamento da Estrada de Ferro Sampaio Correia com o rio Caraú; deste ponto toma o azimuth de 180º e segue a distância de 7,35 km até encontrar o ponto 8 com latitude de 5º 45' 00" e longitude de 36º 47' 00" situado a cerca de 3,00 km a Nordeste do cruzamento da Estrada de Ferro Sampaio Correia com o rio Caraú; deste ponto toma o azimuth de 90º 00' e segue a distância de 7,10 km até encontrar o ponto 9 com a latitude de 5º 45' 00" e longitude de 36º 43' situado a 10,00 km ao Leste do cruzamento da Estrada de Ferro Sampaio Correia com o rio Caraú; deste ponto toma o azimuth de 180º 00' e segue a distância de 9,25 km até encontrar o ponto 10 com latitude de 5º 50' 00" e longitude de 36º 43' 00" situado a 1,60 km ao Sul do rio Caraú; deste ponto toma o azimuth de 270º 00' e segue a distância de

11,60 km até encontrar o ponto 11 com latitude de 5º 50' 00" e longitude de 36º 50' 00" situado a 12,00 km ao Sudeste da cidade de São Rafael; deste ponto toma o azimuth de 180º 00' e segue a distância de 5,55 km até encontrar o ponto 12 com latitude de 5º 53' 00" e longitude de 36º 50' 00" situado a 15,00 km a Sudeste de cidade de São Rafael; deste ponto toma o azimuth de 270º e segue a distância de 8,30 km até encontrar o ponto 13 com latitude de 5º 53' 00" e longitude de 36º 54' 00" situado a 2,00 km ao Leste da Rodovia RN - 14; deste ponto toma o azimuth de 180º 00' e segue a distância de 12,00 km até encontrar o ponto 14 com latitude de 5º 59' 30" e longitude de 36º 54' 00" situado a 5,00 km ao Leste do cruzamento da RN - 11 com a RN - 14; deste ponto toma o azimuth de 270º 00' e segue a distância de 7,90 km até encontrar o ponto 15 com latitude de 5º 59' 30" e longitude de 36º 58' 30" situado a 3,00 km a Oeste do cruzamento da RN - 11 com a RN 14; deste ponto toma o azimuth de 180º 00' e segue a distância de 7,00 km até encontrar o ponto 16 com latitude de 6º 03' 00" e longitude de 36º 58' 30" situado a 6,00 km a Sudeste da cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 270º 00' e segue a distância de 6,40 km até encontrar o ponto 17 com latitude de 6º 03' 00" e longitude de 37º 01' 30" situado a 2,50 km a Sudoeste da cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 180º 00' e segue a distância de 5,10 km até encontrar o ponto 18 com latitude de 6º 06' 00" e longitude de 37º 01' 30" situado a 7,50 km a Sudoeste da cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 270º 00' e segue a distância de 3,90 km até encontrar o ponto 19 com latitude de 6º 06' 00" e longitude de 37º 03' 30" situado a 9,00 km a Sudoeste de cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 180º 00' e segue a distância de 5,50 km até encontrar o ponto 20 com latitude de 6º 08' 30" e longitude de 37º 03' 30" situado a 15,00 km a Sudoeste da cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 270º 00' e segue a distância de 7,00 km até encontrar o ponto 21 com latitude de 6º 08' 30" e longitude de 37º 07' 00" situado a 18,00 km a Sudoeste da cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 0º 00' e segue a distância de 8,95 km até encontrar o ponto 22 com latitude de 6º 04' 00" e longitude de 37º 07' 00" situado a 13,00 km a Sudoeste da cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 90º 00" e segue a distância de 5,80 km até encontrar o ponto 23 com latitude de 6º 04' 00" e longitude de 37º 04' 30" situada a 7,00 km a Sudoeste da cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 0º 00' e segue a distância de 10,10 km até encontrar o ponto 24 com latitude de 5º 59' 00" e longitude de 37º 04' 30" situado a 9,00 km a Noroeste da cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 90º 00' e segue a distância de 5,50 km até atingir o ponto 25 com latitude de 5º 59' 00" e longitude de 37º 01' 00" situado a 6,00 km ao Norte da cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 0º 00' e segue a distância de 14,90 km até atingir o ponto 26 com latitude de 5º 51' 30" e longitude de 37º 01' 00" situado a 21,00 km ao Norte da cidade de Jucurutu; deste ponto toma o azimuth de 90,00 km e segue a distância de 7,35 km até atingir o ponto 27 com latitude de 5º 51' 30" e longitude de 36º 57' 30" situado a 7,00 km a Sudoeste da cidade de São Rafael; deste ponto toma o azimuth de 0º 00' e segue a distância de 25,45 km até atingir o ponto 28 com latitude de 5º 37' 00" e longitude de 26º 57' 30" situado a 7,00 km a Sudoeste da cidade de Açu; deste ponto toma o azimuth de 90º 00' e segue a distância de 3,60 km até atingir o ponto 29 com latitude de 5º 37' 00" e longitude de 36º 55' 30" situado a 5,00 km a Sudoeste da cidade de Açu; deste ponto toma o azimuth de 0º 00' e segue a distância de 22,85 km até atingir o ponto 30 com latitude de 5º 24' 30" e longitude de 36º 55' 30" situado a 13,00 km a Nordeste da cidade de Ipanguaçu; deste ponto toma o azimuth de 90º 00' e segue a distância de 3,45 km até atingir o ponto 31 com latitude de 5º 24' 30" e longitude de 36º 53' 30" situado a 10,00 km a Noroeste da cidade de Ipanguaçu; deste ponto toma o azimuth de 0º 00' e segue a distância de 18,55 km até atingir o ponto 32 com latitude de 5º 14' 30" e longitude de 36º 53' 30" situado a 13,00 km a Noroeste da cidade de Carnaubais; deste ponto toma o azimuth de 90º 00"e segue a distância de 19,25 km até atingir o ponto 1; inicial do polígono com latitude de 5º 14' 30" e longitude de 36º 43' 00" situado a 2,50 km ao Norte da cidade de Pendência, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 159,574 ha (cento e cinqüenta e nove mil, quinhentos e setenta e quatro hectares).

Parágrafo único. Ficam excluídas, do polígono descrito neste artigo, às áreas a seguir discriminadas: terras do domínio da União, correspondentes à BR - 304, medindo 12,60 ha (doze hectares e sessenta ares), e ao Posto Agropecuário de Ipanguaçu, com 123,09 (cento e vinte e três hectares e nove ares);

faixa de domínio da Estrada de Ferro Sampaio Correia, da Rede Ferroviária Federal S. A., com 100 ha (cem hectares); faixa de domínio das estradas RN-11 e RN-14, do Estado do Rio Grande do Norte, com 84,00 ha, (oitenta e quatro hectares) e 679,00 ha (seiscentos e setenta e nove hectares), respectivamente terras de propriedade do DNOCS, correspondentes ao Posto Experimental de Ipanguaçu, medindo 98,47 ha (noventa e oito hectares e quarenta e sete ares).

Art. 2º. O Departamento Nacional de Obras as Secas _ca autorizado a promover e executar, com recursos que lhe sejam destinados para realização do Programa de Irrigação do Nordeste, a desapropriação de que trata este Decreto.

Art. 3º. O expropriante, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto, poderá proceder, se alegar urgência, de conformidade com o artigo 15, do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei número 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL
Maurício Rangel Reis

Este texto não substitui o original publicado no Diário O_cial da União - Seção 1 de 30/07/1975.

Publicação:
Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/7/1975, Página 9491 (Publicação Original)
Diário O_cial da União - Seção 1 - 5/8/1975, Página 9780 (Reti_cação)
Coleção de Leis do Brasil - 1975, Página 102 Vol. 6 (Publicação Original)

ANEXO B – MEMORIAL

Brasília, 3 de outubro de 1975

Senhor Ministro,

Em atendimento à solicitação de Vossa Excelência para que apresentássemos, por escrito, as reivindicações e sugestões que fizemos por ocasião da audiência, que nos concedeu e ao Deputado Garibaldi Filho, sobre o projeto da SERETE, no tocante à irrigação do Vale do Açu (RN), entregamos à elevada consideração de Vossa Excelência o presente memorial, para tentar traduzir tudo que expusemos sobre o referido projeto.

Temos tomado interesse e conhecimento da ação do DNOCS no tocante à irrigação daquele Vale. O Deputado Olavo Montenegro, tendo assistido em Fortaleza (CE) à exposição da SERETE sobre o projeto apresentado ao DNOCS, graças à gentileza deste órgão, transmitiu aos demais signatários suas observações, tão bem recebidas por Vossa Excelência em nossa exposição verbal na última audiência.

Em primeiro lugar, chamamos a atenção o custo do projeto, que não justifica os seus benefícios, pois a barragem a ser construída não disciplinará em termos definitivos o rio e cobrirá três grandes minas de mármore, além do Município de São Rafael, com cerca de 12.000 habitantes, e não protegerá as salinas existentes no delta do Rio Açu e menos ainda as obras de irrigação a serem implantadas.

Como consequência, teremos um prejuízo com o fechamento da marmoraria existente na cidade de Açu (marmoraria que hoje proporciona 500 empregos e até o fim do ano, com o aperfeiçoamento da maquinaria e a fábrica de tintas, empregando o pó de mármore, atingirá a 1.00 empregos). Além disto, diante do plano existente, um outro prejuízo se deslumbra, qual seja a erradicação da carnaúba da região, que produz cerca de 150.000 arrobas de cera/ano, privando-nos de um reforço econômico de cerca de 3 milhões de cruzeiros por ano, originários, praticamente, da natureza, sem qualquer investimento.

Vivem no Vale do Açu 200.000 habitantes, sendo os sitiantes em número de 3.000, dentre eles alguns em estágio adiantado, irrigando, com técnica e maquinaria atualizada (eletro-bombas, etc), com status mentalidade de irrigante, conforme mostramos em slides a Vossa Excelência, os quais, pelo projeto, serão indenizados e não poderão ser recolocados para continuar sua vida, dentro daquele mesmo status já alcançado.

E os demais proprietários que tenham mais de 50 anos de idade não poderão comprar uma gleba de terra pelo crime de terem trabalhado e vivido mais de 49 anos naquela área, pois

o projeto só destina 5 ha de terra para cada irrigante, desde que conte menos de 50 anos de idade.

Apesar de Vossa Excelência nos haver garantido que seriam pagas as terras e benfeitorias a justo preço, temos diante de nós um fantasma: onde colocar esses proprietários. Um outro maior: os operários, na qualidade de moradores das terras indenizadas, que vivem também da agricultura, com família numerosa, para os quais não está prevista destinação, vislumbrando-se, pois, o Vale do com técnica e maquinaria atualizadas e mentalidade de irrigante, vislumbrando-se, pois, a criação de um problema social irreversível, de proporções alarmantes, pois o Vale do Açu é super povoado. Açu é super povoado.

Temos tentado conscientizar a população no tocante à necessidade da irrigação do Vale, mas é do nosso dever transmitir à Vossa Excelência não somente a preocupação dos mais esclarecidos, mas também a reação e descrença daqueles sentir-se-ão roubados do lugar que lhes viu nascer e em que trabalham pela subsistência.

Por estas razões, sentimo-nos no dever de nos manifestar contrariamente ao projeto misto – de irrigação e colonização – pois em uma área super povoada, como é o Vale do Açu, necessário é descentralizar esta população, transferindo-a para uma área a ser irrigada previamente, como, aliás, prevê o projeto para a parte alta do Vale.

Entendemos que uma única barragem traz mais prejuízos que benefícios, pois ela é mista – propõe-se a disciplinar o rio e a fornecer 500 milhões de m³ de água/ano para irrigação. Cremos não ser esta a forma conveniente ao Vale, e sim um sistema de barragens menores que disciplinem o rio de forma definitiva, não submergindo as minas de Mármore, nem a cidade de São Rafael, e garantindo que a obra de irrigação a ser implantada e as salinas existentes jamais serão inundadas ou destruídas.

Prevendo o projeto uma área irrigada de 6.000 ha na parte alta do Vale, em sua margem esquerda, sugiro a Vossa Excelência as seguintes providências:

O açude Mendobim, existente na margem esquerda do Vale, com cerca de 80 milhões de m³ de água, poderia sangrar para dentro da lagoa do Pinto, também na margem esquerda e abaixo do açude Mendobim, logo após a cidade do Açu, lagoa essa cujo volume d'água pode ser elevado para 200 milhões de m³. Esses dois reservatórios poderiam ser conjugados, e, com uma simples barragem no sangradouro da lagoa, perenizar o Rio dos Cavalos, numa extensão de 40 km. Aí se localiza exatamente a área 6.000 ha da parte alta do Vale, cuja irrigação já é prevista no projeto da SERETE.

Com a água do Rio dos Cavalos, fácil de ser captada, poderá ser iniciada, em bem pouco tempo, a irrigação da área apta a receber os primeiros colonos deslocados do Vale, os pequenos,

proprietários, desapropriados, os que não possam se enquadrar dentro do sistema do DNOCS, bem como os operários da região, que não possuem sequer um pedaço de terra para sua subsistência.

Enquanto esse trabalho vai sendo executado, como também o das barragens para disciplinar o rio e fornecer água para o sistema de irrigação, poderá esse Ministério iniciar a primeira etapa da irrigação na margem direita do Vale, dentro de um sistema mais democrático e humano, consultando aqueles proprietários que já são irrigantes, de mentalidade formada, se desejam continuar como irrigantes, dentro do novo sistema (esquema) e técnica imposta pelo DNOCS, evitando ao mesmo tempo, a total erradicação das carnaubeiras que, no nosso entender, somente devem ser retiradas nos lugares de menor densidade.

Entendemos que, sendo o Rio Açu perenizado pelas águas dos açudes do Alto Piranhas e mais das barragens que completarão a sua sistematização, fácil será, em toda a extensão do Vale captar-se esta água do rio e entregá-la aos proprietários, a preços mais baratos que os previstos no projeto da SERETE.

Para exemplificar a Vossa Excelência, no projeto da SERETE, cada 1.000 m³ d'água a ser fornecido aos irrigantes custará Cr$ 60,00. Comparando, uma eletro-bomba, que tira hoje de um cacimbão no vale 1.000 m³ d'água por dia, gasta apenas Cr$ 200,00 de energia por mês. Verão facilmente os técnicos a disparidade de preço existente.

Poderá ver Vossa Excelência muito bem que essa mesma água captada dos rios perenes, Açu e dos Cavalos, poderá ser vendida aos irrigantes por muito melhor preço.

No tocante à parte agronômica e pecuária, do projeto da SERETE, queremos manifestar a Vossa Excelência a nossa total discordância, por entendermos que a maior parte dos produtos agrícolas daquela área deve findar na boca de uma vaca, de um boi ou de um porco. O tipo de gado indicado para a região, no nosso entender, deve ser um gado misto, com boa produção de leite e grande precocidade de ganho de peso, através de cruzamentos já tão conhecidos no país e no mundo: Zebu, para oferecer rusticidade; holandês, para o leite, e uma raça européia, de grande porte, como a Chianini, o Charoles, a Limousine ou o Shorton, para a boa carne e rapidez de crescimento. Para que o animal possa atingir o peso ideal no tempo mais breve, ou seja, 21 arrobas em 21 meses, com sistema alimentar conveniente, como já foi conseguido nos Estados Unidos e mesmo no Brasil, em Pitangueiras, São Paulo.

A complexidade do projeto e as condições especiais e particularíssimas existentes no Vale do Açu nos levam a um oferecimento: colocarmo-nos à disposição desse Ministério, em caráter permanente, para oferecer as informações que forem julgadas necessárias, como conhecedores das questões peculiares da região e ainda mais com a responsabilidade de

representarmos um Povo que, habitando uma terra rica e promissora, se torna tão pobre e carente, por falta de técnica especializada e crédito adequado para a exploração de suas riquezas.

A paisagem do Vale, com suas condições ecológicas, os carnaubais e o canto dos pássaros, a graúna preta e o canário amarelo, a fertilidade generosa do solo, tudo anima o Povo ao verdadeiro amor telúrico, fazendo do Açu o berço da poesia do Rio Grande do Norte. Se este amor à terra não tem significação para os técnicos, seu valor para o Povo não pode ser desprezado, sem violência a seus sentimentos.

Agradecemos a atenção dispensada e a acolhida, que puder merecer esta sugestão, que objetiva unicamente conjugar o esforço desse Ministério e o bem-estar de nossa Terra.

Brasília (DF), em 03 de Outubro de 1975

Deputado Olavo Lacerda Montenegro (Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte)

Deputado Federal Henrique Eduardo Alves

Deputado Federal Francisco de Oliveira Rocha

Deputado Garibaldi Alves Filho

ANEXO C – DOCUMENTO DE IPANGUAÇU

Reunidos em Ipanguaçu, no dia 27 de Abril de 1979, autoridades federais, municipais e estaduais dos Poderes Legislativo e Executivo, líderes políticos, vigários das paróquias, representantes da comunidade, agricultores e estudantes, discutiram o projeto de irrigação do Baixo-Açu, examinando seus objetivos e efeitos, essencialmente nos planos econômico e social.

Amplamente discutido o projeto, sob vários ângulos, chegaram os presentes às seguintes conclusões:

1. O projeto de irrigação do Baixo-Açu, a partir da construção da barragem engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, é um velho sonho da região e merece todo o apoio, na medida em que se constitua instrumento de transformação, visando a utilização dos recursos de água e solo, ao aumento da produtividade, ao fortalecimento da estrutura rural, desde que tais objetivos, sirvam a um maior bem estar do homem e à retribuição do seu trabalho em níveis de dignidade e justiça.

2. Sem ter condições de apreciar aspectos técnicos da solução adotada, os signatários decidiram defender as seguintes posições:

a) as obras da construção da barragem sã devem ter início mediante a prévia indenização das terras, a serem por ela abrangidas, conforme recomendação feita em Mossoró no dia 4 de abril pelos senhores bispos do Rio Grande do Norte, cujo pronunciamento endossamos plenamente;

b) o DNOCS deve adotar, para essas indenizações, preços justos para a terra, as benfeitorias, as culturas, inclusive nativa, sendo necessário reivindicar que os valores considerem o fator de cessação temporária do trabalho.

c) o DNOCS deve agilizar as pesquisas e os estudos relativos ao remanejamento das populações abrangidas, buscando soluções que garantam a segurança do trabalho e a tranquilidade das famílias, com o respeito devido aos valores humanos e culturais que caracterizam a região.

d) o DNOCS deve rever imediatamente os limites fixados pelo decreto de desapropriação das terras, de modo a liberar as áreas não necessárias, como deve atuar urgentemente junto aos bancos oficiais para encontrar fórmulas de restabelecimento para os financiamentos necessários à infraestrutura das propriedades que não forem atingidas na primeira etapa de execução das obras, sobretudo em função da situação de estiagem que atinge a região e torna mais deficitária a produção de alimentos;

e) o DNOCS deve promover novos encontros para prestar à população as informações a que têm direito sobre as razões, os objetivos e o desempenho do projeto, como instrumento de desenvolvimento econômico e social, e deve estimular nessas reuniões a participação de todos os segmentos da sociedade;

f) o DNOCS deve realizar entendimentos com o governo do Estado e com as prefeituras municipais para constituir, nos setores da administração social e da agricultura, organismo que estude e encontre soluções para os grupos de população que, porventura, fiquem marginalizados dos critérios técnicos do trabalho de irrigação, como, por exemplo, os maiores de 60 anos;

g) o DNOCS deve apressar a implantação no Rio Grande do Norte conforme solicitação da Assembleia Legislativa, apoiada pelo governo do Estado, de uma diretoria regional, com sede em Natal, a fim de que a execução do projeto adquira níveis de maior eficiência.

h) Concordam os signatários que é direito e dever de todas as forças sociais do Rio Grande do Norte, acima de quaisquer interesses, posições ou divergências político-partidárias, contribuírem para o esclarecimento dos problemas decorrentes do projeto;

i) Afinal sugerem os signatários que os órgãos de comunicação do Estado, tomem a iniciativa, a exemplo do que foi feito hoje, de divulgar para todo o Rio Grande do Norte os debates sobre o projeto, em todas as oportunidades e assinalam que, nesta hora, a participação popular é a melhor e a mais salutar fórmula de educação democrática, preparando o povo para a defesa dos seus interesses e prerrogativas.

Ipanguaçu, 27 de abril de 1979.

Assinam:

Edson Gê Gonzaga – Prefeito municipal de Ipanguaçu
Sebastião Alves Martins – Prefeito Municipal de Açu
Almáquio Catunda Soares – Prefeito de São Rafael
Valdeci Medeiros de Moura – Prefeito Municipal de Carnaubais
Lavanir de Freitas – Prefeito Municipal de Pendências
José Américo de Souza – Prefeito de Afonso Bezerra
João Newton da Escóssia – Prefeito Municipal de Mossoró
Marlúsia Saldanha – Secretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, representando o Governador Lavoisier Maia
Mário Varela Amorim – Representante do Secretário da Agricultura Manoel Montenegro Neto – Deputado Estadual
Manoel Montenegro Neto – Deputado Estadual
Garibaldi Alves Filho – Deputado Estadual
Carlos Augusto Rosado - Deputado Estadual
Olavo Lacerda Montenegro
Edgar Borges Montenegro
Nelson Borges Montenegro
José Maria de Macedo Medeiros – Gerente da Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Açu Ltda.
Aluízio Alves

ANEXO D – OFÍCIO DA FETARN AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

OF. SR/095/79

Natal, 08 de maio de 1979

Excelentíssimo Senhor João Batista de Oliveira Figueiredo
M.D. Presidente da República Federativa do Brasil
BRASÍLIA – DF

Senhor Presidente:

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte – FETARN – representando 104 sindicatos, com mais de 160.000 trabalhadores sindicalizados, já se posicionou publicamente em relação à construção da Barragem "Engenheiro Armando Gonçalves", através de ofícios, encaminhados ao Presidente da República, aos Ministros do Estado, à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – e divulgado na imprensa local, no dia 04 de Março de 1979.

As preocupações da FETARN continuam, diante da irreversibilidade da Barragem, pois que os trabalhadores representados por esta entidade sindical, em sua totalidade, são trabalhadores sem terra ou minifundistas.

Segundo vem sendo divulgado na imprensa e nas reuniões em que o DNOCS vem participando, a preocupação desse órgão se prende fundamentalmente ao preço da indenização das propriedades, ao restabelecimento do sistema de crédito, ultimamente com o fornecimento de carta de anuência, enfim a preocupação se volta exclusivamente para o proprietário rural.

A Federação sente-se no direito de mais uma vez questionar publicamente, não em relação aos aspectos técnicos da Barragem, como seja volume de água, esquecimento dos reservatórios existentes (Açude de Medubim, Pataxó e Lagoa de Piató), ou da viabilidade econômica, custo da obra e a autossustentação do projeto.

Sua preocupação principal se prende exatamente, onde serão alocados, quais serão os critérios de seleção, qual será a relação jurídica entre o irrigante e o DNOCS, e o que será feito dos milhares de trabalhadores que não possuem terra, qual a garantia que o DNOCS oferece em relação a permanência do parceiro, do arrendatário e outros ocupantes na área do projeto.

A política agrária e agrícola do Governo vem preocupando profundamente o movimento sindical de trabalhadores rurais, não somente em termos de Nordeste, mas no conjunto de Brasil.

Constata-se que cada dia, fica mais distante e porque não dizer, esquecida a implantação da Reforma Agrária, tanto a nível regional como nacional.

Como é do conhecimento de toda a nação, desde de 30 de Novembro de 1964, foi aprovada a Lei 4.504 – Estatuto da Terra, que estabeleceu no parágrafo 1° do art. 1°: "Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade."

Em Março de 1965, foi baixado o Decreto n° 55.891, de 31 de Março de 1965, que regulamentou parte do Estatuto da Terra, definindo no inciso 1° do art. 1° que "Reforma Agrária é a melhor distribuição de terra e o estabelecimento de um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e ao aumento da produtividade garantindo o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do País, com a gradual extinção do minifúndio e latifúndio.

Em Novembro de 1966, através do Decreto n° 59.456, de 4 de Novembro de 1966, foram aprovados os Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária, diz o artigo 1° "De acordo com o disposto nas Seções I e II do Capítulo IV do Título II da Lei n° 4.504 de 30 de Novembro de 1964, Estatuto da Terra, fica aprovado a programação de 1° etapa de execução dos Planos Nacional e Regional de Reforma Agrária nos termos deste Decreto".

Através do Decreto n° 73.082, de 05 de Novembro de 1973, o Rio Grande do Norte foi declarado zona prioritário para fins de Reforma Agrária, estabelecendo nos arts. 1°, 4°, 5° e 6° o seguinte: art. 1° "Fica declarada Zona Prioritária para fins de Reforma Agrária a área compreendida pelas micro-regiões homogênea salineira norte-rio-grandense, Litoral de São Bento, Açu e Apodi, Sertão de Angicos, Serra e Natal, com os municípios que as integram, como tal definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística". Num total de 56 municípios; art. 4° "a intervenção ora decretada objetiva criação de condições de acesso à propriedade territorial rural de 6.000 (seis mil) famílias e criação de 10 (dez) cooperativas integradas"; art. 5° "O INCRA submeterá ao Ministério da Agricultura, no prazo de 180 dias o programa a ser desenvolvido na área; art. 6° "Para execução deste Decreto o INCRA disporá de recursos próprios consignados no seu orçamento e de outros que lhe forem destinados". O citado Decreto, foi prorrogado até 31.12.78, pelo Decreto n° 76.874, de 22.12.75.

Enquanto nada foi realizado para o cumprimento do Decreto Presidencial, que declarou área prioritária para fins de Reforma Agrária o Rio Grande do Norte, todo um esforço está sendo voltada para execução do projeto de construção da Barragem, sem estabelecer-se uma ligação direta com o grave problema da estrutura Agrária. A concentração da propriedade permanece,

continua o imobilismo da situação fundiária, a fuga do homem, o fechamento das fazendas para os trabalhadores e para a agricultura, com seus reflexos negativos no conjunto da economia estadual, resultante direto das frentes de trabalho, ou ainda nos planos de emergências, que apenas fortalecem a estrutura fundiária.

Particularizando o problema para o caso dos municípios que serão atingidos pela construção da Barragem, sabemos através de levantamentos realizados pelos sindicatos da área atingida, que mais de 70% dos trabalhadores rurais não são proprietários, e são de maneira geral ocupantes: posseiros, parceiros, arrendatários, trabalhadores avulsos, mas todos ligados a terra, a suas benfeitorias, mas não dispõem de titulação. Certamente não serão vistos pelo projeto.

Entre 500 trabalhadores estudados, num total de 2.350 pessoas, apenas 30% são proprietários. O que se constata é que não existe um plano regional para fixação do homem que será deslocado; não se cogita em desapropriação dos latifúndios, mesmo estando previsto na Constituição: "A União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento do preço de terra públicas."

Na prática o que se verifica é a preocupação mercantilista que visa o preço da terra, em favor de quem já é proprietário. O Trabalhador continua sem destino, não foi demonstrado até o momento nenhum plano concreto que fosse atingir o problema do trabalhador sem terra, não existe uma solução racional para a fixação do homem à terra, o que somente seria possível com a alteração do sistema de posse e uso da terra. Em consequência após a construção da Barragem, vamos encontrar a mesma estrutura latifundiária super valorizada, indo de encontro a mensagem n° 33, de 1964, quando estabelece no item 14: "Impossibilitado de ter acesso à terra própria, além da produtividade reduzida, o trabalhador rural não cria para si condições de melhoria de padrão de vida. Não introduz práticas novas, não absorve qualquer técnica tendente a aumentar a produtividade. Sem possuir terra não pode exigir a concessão de facilidades creditícias da assistência técnica… A experiência universal mostra que a modificação da estrutura agrária dos países que realizam reforma agrária bem sucedidas, cria condições novas para o trabalho rural e força a modificação dos sistemas creditícios, assistência e de mecanização".

A construção da Barragem certamente resolverá o problema de um número reduzido, admitindo-se "A priori" o princípio do êxito total do empreendimento. Os proprietários

receberão suas indenizações, passarão a viver em outro local, enquanto os trabalhadores, avulsos, parceiros, arrendatários, posseiros, não terão destino senão tornar a vender sua força de trabalho onde e a quem, interessar. Como se não fosse suficiente, qual será a localização da cidade de São Rafael; será que a "nova São Rafael", vai receber todos os trabalhadores que serão deslocados de suas moradas?

Pelo Decreto n° 76.046, de 29 de Julho de 1975, foram considerados de utilidade pública, para fins de desapropriação, 158.476,84 hectares, dos quais 67.036 são destinados à bacia hidráulica e faixa seca do açude público Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, devendo os 91.440,84 restantes serem abrangidos pelo projeto de irrigação Baixo-Açu. Acontece, porém, que esse projeto prevê a utilização efetiva de apenas 66.000 hectares, sendo 44.00 para a barragem e 22.000 para a irrigação, havendo, portanto, um excesso de 92.476,84 hectares, cuja destinação não é explicada pelo DNOCS.

Diante desse quadro, algumas questões podem ser formuladas:

a) O que será feito da área desapropriada e não utilizada pelo projeto?

b) Qual será a relação de posse e uso da terra nessa área?

c) Qual o destino da população rural deslocada da área desapropriada?

Esses aspectos, Senhor Presidente, preocupam sobremodo a classe trabalhadora rural deste Estado, e são levados a Vossa Excelência através desta Federação, na certeza de que providências serão tomadas visando ao total esclarecimento da situação e à tranquilidade daqueles, vivendo e trabalhando no campo, se sentem perturbados ante a perspectiva de uma medida que pode prejudicar a muitos e beneficiar a poucos, quando deveria ser tomada para servir a todos.

Esta Federação renova a Vossa Excelência as expressões do seu mais alto respeito.

Atenciosamente,
José Francisco da Silva – Presidente
Francisco Ferreira da Silva - Secretário

ANEXO E – CARTA DO DNOCS AO BANCO DO BRASIL

Senhor Diretor

Através do decreto nº 76.046 29/07/75 (anexo por cópia), foi declarada de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação por este Departamento, uma área de terra com 158.476.84 hectares situados no Estado do Rio Grande do Norte e assim distribuída:

a) A área de 67.036 hectares que será abrangida pela bacia hidráulica e faixa seca do açude público Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves e fica situada nos municípios de Jucurutu, Janduís, Paraú, São Rafael, Santana do Matos, Ipanguaçu e Açu.
b) A área de 91.44.84 hectares, à jusante da barragem do citado reservatório que será utilizado no projeto de irrigação Baixo-Açu e fica situada nos municípios de Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto do Rodrigues e Pendências.

Ocorre que por insuficiência de recursos orçamentários para proceder a todas as desapropriações, este Departamento está procedendo apenas aqueles referentes a área de 67.036 hectares constante da alínea a cima.

Ademais no tocante à área constante da alínea o acima, é entendimento da Procuradoria Jurídica deste Departamento que o citado decreto 76.046, encontra-se caduco. Já que decorreram 2 (dois) anos de sua publicação que é o prazo legal de expropriação por interesse social, aplicável à citada área, uma vez que seria ela no futuro redistribuída dos colonos assentados pelo DNOCS.

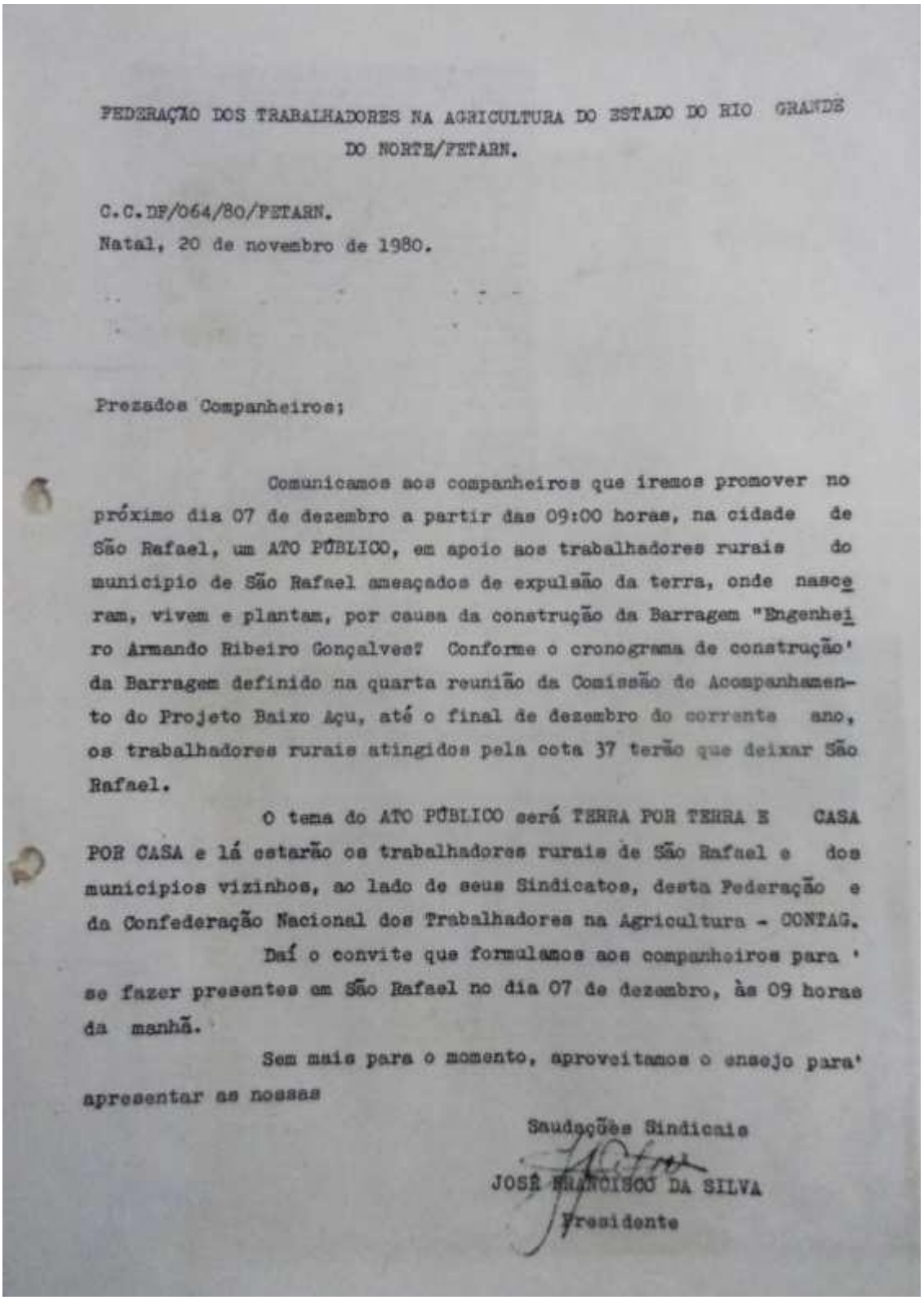
Assim sendo, para não prejudicar as atividades agropecuárias (alínea b) informamos que essa instituição financeira poderá voltar a operar normalmente com os empresários rurais ali situados tanto com operações de custeio como de investimento.

Convém acrescentar finalmente que, em longo prazo, quando este Departamento for contemplado com dotações orçamentárias adequadas a desapropriação da referida área voltará a ser cogitada. Está sendo estudada a possibilidade de nessa ocasião dar prioridade as terras situadas à margem esquerda do Rio Piranhas, situadas no município de Carnaubais com aproximadamente 9.380 ha., constituída de tabuleiros e com baixa densidade populacional.

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevado apreço a distinta consideração.

Eng.º José Oswaldo Pontes
Diretor Geral do DNOCS

ANEXO F – CONVOCAÇÃO PARA ATO PÚBLICO EM SÃO RAFAEL



FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/FETARN.

C.C.DF/064/80/FETARN.
Natal, 20 de novembro de 1980.

Prezados Companheiros;

Comunicamos aos companheiros que iremos promover no próximo dia 07 de dezembro a partir das 09:00 horas, na cidade de São Rafael, um ATO PÚBLICO, em apoio aos trabalhadores rurais do municipio de São Rafael ameaçados de expulsão da terra, onde nasceram, vivem e plantam, por causa da construção da Barragem "Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves? Conforme o cronograma de construção' da Barragem definido na quarta reunião da Comissão de Acompanhamento do Projeto Baixo Açu, até o final de dezembro do corrente ano, os trabalhadores rurais atingidos pela cota 37 terão que deixar São Rafael.

O tema do ATO PÚBLICO será TERRA POR TERRA E CASA POR CASA e lá estarão os trabalhadores rurais de São Rafael e dos municipios vizinhos, ao lado de seus Sindicatos, desta Federação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

Daí o convite que formulamos aos companheiros para ' se fazer presentes em São Rafael no dia 07 de dezembro, às 09 horas da manhã.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para' apresentar as nossas

Saudações Sindicais

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
Presidente

ANEXO G – DOCUMENTO REIVINDICATÓRIO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO RAFAEL

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO RAFAEL

Documento Reivindicatório dos trabalhadores rurais de São Rafael atingidos pela Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves.

Nós, trabalhadores rurais de São Rafael atingidos pela Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Rafael,Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, encaminhamos o presente documento aos órgãos responsáveis pelo reassentamento das centenas de famílias desalojadas pela construção da referida barragem,onde oficializamos junto as autoridades competentes, nossas reivindicações.

1. Breve Histórico

Vivíamos num município de vida econômica ativa, baseada principalmente na agricultura. Formávamos uma população de 7.264 habitantes e tirávamos nosso sustento da agricultura, pecuária,artesanato de palha de carnaúba, além da extração de scheelita e outros minérios. A feira de São Rafael tinha grande movimento comercial e era a maior e a mais procurada da região. Não conhecíamos a fome e a miséria,pois o vale do Açu, uma das regiões mais férteis do estado, nos possibilitava até duas colheitas por ano.

2. Nossa situação atual

A construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, iniciada pelo DNOCS em 1979 e concluída em 1982, atingiu direta e indiretamente 11 municípios da região - Açu, Ipanguaçu, Jucurutu, Pendências, Carnaubais Alto do Rodrigues, Santana do Matos, Afonso Bezerra e São Rafael.

A sede do município foi totalmente inundada, bem como grande parte da área rural situada às margens do rio Açu.

A cidade foi reconstruída numa região próxima à Barragem Armando Ribeiro Gonçalves sem que fosse providenciada outras terras e meios de sobrevivência para a população desalojada. Para a população urbana, na sua maioria composta por trabalhadores rurais que residiam na antiga cidade e parte que residia no meio rural, foi oferecida uma casa padrão, em troca das antigas residências, de dimensões menores das que ocupávamos. Destas casas são cobradas altas taxas de água e luz.

Com a desestruturação da produção do município não existem fontes de empregos e o comércio praticamente desapareceu. O desemprego e a inatividade forçada atingem a maioria de nossa população urbana.

Na área rural do município, desalojados de nossas terras pelo DNOCS sofremos um processo de dispersão. Um bom número de trabalhadores emigrou para outras regiões, em busca de sobrevivência. Cerca de 253 famílias foram levadas para 13 núcleos de tábua, situados na sua maioria, em regiões inaproveitáveis para a agricultura e de difícil acesso. Além de nós que habitamos os núcleos, existem várias famílias que também foram desalojadas e continuam habitando em casebres nas mesmas condições, sem que fosse tomada nenhuma providência.

No que se refere às indenizações, as mesmas foram feitas sem levar em conta a realidade da população do vale, que trabalhava em regime familiar sem grande preocupação com a documentação de suas terras. Quanto à pequena parcela que tinha documentação legal de sua propriedade, só uma parte dessa recebeu a indenização. Além disso, as quantias pagas a título de indenização foram irrisórias, nada significando como maneira de solucionar a situação dos que as receberam.

Desde a construção da barragem em 1979 que vínhamos sendo prejudicados em nossas atividades (agrícolas, garimpagem, pecuária) com a suspensão de empréstimos no banco, a incerteza e a segurança de nossas famílias em relação ao futuro. Uma vez deslocados para os núcleos, a promessa inicial do DNOCS, era que depois de 2 (dois) anos seríamos levados para área a ser beneficiada com a irrigação do projeto da barragem.

Passados 3 (três) anos, continuamos nos núcleos, sem terras para trabalhar e com os barracos em avançado estado de deterioração. Nossas famílias desnutridas adoecem facilmente, não contando com qualquer tipo de assistência médica próxima aos núcleos. Quanto à educação, das 11 (onze) escolas existentes antigamente na área rural, restam apenas 5 (cinco), distribuídas pelos 13 (treze) núcleos em precárias condições de funcionamento.

3. Nossas reivindicações

A situação é grave e merece solução urgente. Frente ao quadro exposto vimos nos mobilizando e se organizando,buscando formas de ação capazes de sensibilizar as autoridades e órgãos competentes,a tomarem atitudes concretas para solução de nossos problemas.

Reivindicamos através do presente documento:

- Terra irrigada com condições de trabalho (financiamento, crédito, comercialização), em lotes dimensionados a partir do módulo rural e suficientes para a sobrevivência de uma família.
- Casa com condições de Moradia.
- Escolas para todos.
- Assistência médica para as áreas urbana e rural com a construção de postos de saúde.
- Construção da ponte que passa sobre o rio Carau.

Reivindicamos ainda, para a solução definitiva de nossa situação, que seja obedecida para efeito de reassentamento a indicação das áreas relacionadas abaixo:

1. Reassentamento de trabalhadores nas áreas já desapropriadas pelo DNOCS próxima aos núcleos e também na área seca da barragem compreendendo o Rio Carau, Pindoba e as margens da barragem.

2. Desapropriação das seguintes propriedades:

. Serra Branca
. Serrote
. Entresanto
. Mineiro e Santo Antônio.

Conscientes da necessidade da luta pelo atendimento dessas reivindicações, esperamos e exigimos dos órgãos governamentais e das autoridades competentes, a firme disposição de resolverem definitivamente nossa problemática.

No atual momento nacional diante de propostas de mudanças sociais e econômicas como o Plano Nacional de Reforma Agrária, que prevê uma redistribuição das terras em nosso País, confiamos no pleno atendimento das nossas reivindicações como forma, inclusive da execução da Reforma Agrária já em nossa região.

Alertamos aos poderes competentes, caso estas justas e inadiáveis reivindicações não forem consideradas e atendidas com a máxima urgência, que o caso exige, seremos levados a afirmar ser muito difícil, quase impossível, manter a paz social, que com tanta paciência e imenso sacrifício vem sendo mantida em nossa região.

São Rafael, 18 de novembro de 1985

Francisco Xavier da Costa
Presidente do Sind. dos Trab. Rurais
de São Rafael

ANEXO H – DECRETO Nº 94.612 DE 14 JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados "Fazendas Serra Branca, Serrote, Entre Santos e Santo Antonio", classificados no Cadastro de imóveis Rurais do INCRA como latifúndios por exploração, situados nos Municípios de São Rafael e Santana do Matos, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendido na zona prioritária, para fins de Reforma Agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º. São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d , e 20, itens I e V, da Lei nº 504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados "Fazenda Serra Branca, Serrote, Entre Santos e Santo Antonio" com a área de 8.534,5900ha (oito mil, quinhentos e trinta e quatro hectares e cinqüenta e nove ares), situados nos Municípios de São Rafael e Santana do Matos, no Estado do Rio Grande do Norte, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm os seguintes perímetros:

a) Área I - "Fazenda Santo Antônio e Entre Santos", com 1.101,2100ha: Partindo do ponto 1, de coordenadas UTM E = 733.020,00m e N = 9.343.200,00m referidas ao MC 39°WGr, situado na divisa da fazenda Mineiro e Serra da Pindoba; deste, segue por linha seca, confrontando com a fazenda Mineiro, com azimute 129°06'28" e distância 3.995,05m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Serrote Branco, com azimute 243°17'58" e distância 3.783,44m até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Salina, com os seguintes azimutes e distâncias: 283°46'54" e 1.091,42m, até o ponto 4; deste, 295°59'21" e 890,00m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com a Serra da Pindoba, com azimute 30°56'25" e distância 4.162,27m, até o ponto 1, início da presente descrição (fonte de referência: Carta da Região Nordeste executada pela Sudene na escala 1:100.000, de 1972, folha SB.24-X-D-V, de Açu-RN). < BR >

b) Área II - "Fazenda Serra Branca e Serrote", com 7.433,3800ha: partindo do ponto 1 de coordenadas UTM E = 747.160,00m e N = 9.353.420,00m, referidas ao MC 39°WGr, situado na divisa das Fazendas Lagoa Seca e Bom Sucesso; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Bom Sucesso com os seguintes azimute e distâncias: 200°53'09" e 813,45m, até o ponto 2; 123°23'55" e 1.090,00m, até o ponto 3; 198°16'21"e 1.116,29m, até o ponto 4; 227°43'35" e 445,98m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Pau a Pique com azimute 170°01'01" e distância 3.980,26m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Palestina, com azimute 271°06'00" e distância 6.771,25m, até o ponto 7; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Serrote (parte) de propriedade do Sr. Abílio de Medeiros com os seguintes azimutes e distâncias: 321°57'11" e 876,18m, até o ponto 8; 214°49'55" e 2.170,97m, até o ponto 9; 297°45'05" e 734,48m, até o ponto 10; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Serrote (parte) de propriedade do Sr. Hélio Santa Rosa, com os seguintes azimutes e distâncias: 35°50'16" e 222,04m, até o ponto 11; 302°37'09" e 593,63m, até o ponto 12; 213°44'52" e 2.754,09m, até o ponto 13; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Mineiro com azimute 289°38'20" e 2.558,85m, até o ponto 14; deste, segue por linha seca, confrontando com a Serra da Pindoba, com azimute 26°43'41" e distância 4.713,65m, até o ponto 15; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Desterro com os seguintes azimutes e distâncias: 99°56'39" e 3.126,98m, até o ponto 16; 2°05'43" e 1.641,10m até o ponto 17; 12°06'29" e 5.831,26m até o ponto 18; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Lagoa Seca, com azimute 114°52'49" e distância 6.084,73m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta da Sudene, na escala 1:000.000, de 1972, folha SB, 24-X-D-V, de Açu - RN).

Art. 2º. Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis

rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Marcos de Barros Freire

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 15/07/1987

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/7/1987, Página 11152 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1987, Página 103 Vol. 6 (Publicação Original)

ANEXO I – RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA SERRA DO MEL

AGROVILA RIO DE JANEIRO

Nº da casa/lote	NOME DO RESPONSÁVEL	Nº da casa/lote	NOME DO RESPONSÁVEL
01	Severino Domingues Campelo	31	Josafá Rocha Rodrigues
02	João Félix de Carvalho	32	Josevaldo Rocha Rodrigues
03	Evangelista Guilherme	33	Lourival Fernandes da Silva
04	Cicero Pedro Lopes	34	João Fernandes da Silva
05	Antônio Brás Sobrinho	35	João Batista Bezerra
06	José Rosa Dantas	36	Maria Antônia da Conceição
07	Francisco Bezerra da Silva	37	Francisco Gonçalo Neto
08	José Venâncio da Silva	38	Francisco Segundo Xavier
09	Maria Sabina da Silva	39	Joaquim Lucas de Marais
10	Antônio Cosme Sobrino	40	José Olegário da Cruz
11	João Honorato Filho	41	João Francisco de Araújo Filho
12	Francisco Rosa da Silva	42	José Vicente dos Santos
13	João Toma de Oliveira	43	Expedito Francisco do Nascimento
14	Manoel Domingues dos Santos	44	José Evaristo da Silva
15	Manoel Constantino Gomes	45	Everaldo Dantas da Silva
16	Francisco das Chagas de Oliveira	46	Jonas da Silva Dantas
17	Francisco Medeiros	47	José Luiz
18	Ismael Farias da Silva	48	Roque Batista Rodrigues
19	Luiz Gonçalo Sobrinho	49	Francisco Ariano Neto
20	Flano Rodrigues da Silva	50	José Pereira da Silva
21	Waldenilson Cosme de Souza	51	Aluizio Fernandes Dantas
22	Francisco Juvenço da Silva	52	Benedito Cosme de Medeiros
23	José Cosme de Araúujo	53	Manoel Benedito Barbosa
24	Bartolomeu Matias de Oliveira	54	José Pereira dos Santos
25	Antônio Domingues Campelo	55	Francisco Teixeira da Silva
26	Manoel Gonçalo de Oliveira	56	João Sabino da Silva
27	Francisco Ferreira Xavier	57	José Bezerra Sobrinho
28	Maria das Dores da Silva	58	José Pereira Filho
29	José Julião dos Santos	59	Raimundo Teixeira dos Santos
30	Francisco Baltazar de Souza		

AGROVILA BAHIA

Nº da casa/lote	NOME DO RESPONSÁVEL	Nº da casa/lote	NOME DO RESPONSÁVEL
01	Vigia (C. I. D. A.)	31	Celestino Teixeira da Silva
02	Francisco de Assis Oliveira	32	João Sebastião Filho
03	José Delfino de Souza	33	João Batista Filho
04	Expedito Camilo da Silva	34	Luiz Felinto Albano
05	Antônio Honorato Filho	35	Francisco de Fátima Albano
06	José Sabino da Silva	36	Luiz Neves Filho
07	Edmundo Francisco Siqueira	37	Francisco Carapuça da Silva
08	José Januário Filho	38	Francisco Albano Neto
09	Francisco Nenzinho Albano	39	Luiz Pedro Sobrinho
10	Luiz Alves da Silva	40	João Batista de Moura
11	Ademar Delfino da Silva	41	Francisco de Assis da Silva
12	Aristides Galdino dos Santos	42	Ronaldo Sabino
13	Francisco Sebastião da Silva	43	Francisco Joventino da Silva
14	Francisco Dantas da Silva	44	Francisco Joventino Filho
15	Antônio Geraldo Dantas	45	Flias Rodrigues Neto
16	Francisco Teixeira Sobrinho	46	João Batista da Silva
17	João Cosmo de Barros	47	Francisco Carlos Albano
18	Manoel Batista da Silva	48	Benedito Antônio da Silva
19	João Albano de Souza	49	Ovídio Teodoro da Silva
20	Adalberto Francisco Dantas	50	Antônio Teixeira da Silva
21	Francisco Antônio Alves	51	Paulo Cosme da Costa
22	Damião Januário Neto	52	Antônio Salustiano da Silva
23	João Zacarias Cosme	53	Francisco Braz do Nascimento
24	Zacarias Cosme de Souza	54	José Cosme Sobrinho
25	Antônio Cosme de Souza	55	Francisco Machado da Silva
26	João Cosme de Souza	56	Flias Cândido da Costa
27	Benedito Neves de Oliveira	57	Sandoval Cândido da Costa
28	Antônio Alves da Silva	58	Francisca Neves de Oliveira
29	Manoel Cícero Albano	59	Francisco Vitorino da Silva
30	João Galdino da Silva		

AGROVILA PERNAMBUCO

Nº da casa/lote	NOME DO RESPONSÁVEL
01 a 27	C. I. D. A.
28	Vicente Olegário da Cruz
29	João Evaristo da Costa
30	Manoel Rodrigues da Silva
31	Francisco Marques
32	Manoel Francisco dos Santos
33	Aldo Manoel dos Santos
34	Raimundo Lopes dos Santos
35	Antônio Chagas de Medeiros
36	Estevão Cosme da Costa
37	Manoel Zacarias de Araújo
38	Simão Alves
39	Manoel Firmino da Silva
40	José Camilo de Araújo
41	José Rodrigues de Lima
42	Francisco Ferreira da Silva
43	José Ferreira Silva
44	Francisco José Filho
45	Francisco Ferreira de Sales
46	João Martins de Oliveira
47	Antônio Barbosa da Silva
48	André Avelino dos Santos
49	José Nunes da Cruz
50	Francisco Lucio de Araújo
51	Nicolau Galdino de Assis
52	Ozenita Maria do Carmo
53	Francisco Julio Barbosa
54	Francisco Estevão Dantas
55	Romão Firmo Ferreira
56	Francisco Sabino Sobrinho
57	Raimundo Sabino da Silva
58	Severino Lopes da Silva
59	Aldo Rodrigues da Silva

ANEXO J – RELAÇÃO DAS PRIMEIRAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA NOVA SÃO RAFAEL

Nº de ordem	Nome do chefe da família	Nº da casa	Local de origem	Data da mudança	Total de pessoas nas famílias
01	Francisca Neves de Oliveira	01	Passagem dos Angicos - SR	29/0781	02
02	Francisco Sulprino de Oliveira	02	Cajazeiras - São Rafael	18/07/81	02
03	João Batista da Cunha	03	Caraú de Dentro - S. Rafael	27/08/81	03
04	Manoel Barbosa de Souza	04	Mutamba - São Rafael	22/08/81	05
05	José Vicente da Silva	05	Bugi - São Rafael	20/07/81	02
06	Luiz Vicente da Silva	06	Bugi - São Rafael	20/07/81	03
07	Cícero Batista Romão	07	Cajazeiras - São Rafael	18/07/81	06
08	Pedro Figueredo Zeco	08	Pindoba - São Rafael	01/09/81	06
09	Cecília Maria da Conceição	09	Cajazeiras - São Rafael	19/07/81	02
10	Vicente Mariano de Lima	10	Pindoba - São Rafael	24/07/81	02
11	José Segundo Barbosa	11	Marcação - São Rafael	23/07/81	02
12	Manoel Pinheiro de Macêdo	12	Macaco - São Rafael	17/07/81	03
13	STBS	-			
14	Manoel Vitoriano Segundo	14	Bugi - São Rafael	23/07/81	03
15	João Eliziário de Souza	15	Bugi - São Rafael	16/07/81	01
16	Alice Guilherme Lopes	16	Macaco - São Rafael	17/07/81	04
17	Manoel Alves Pinheiro	17	Caraú - São Rafael	16/07/81	02
18	Luiz Honorato da Silva	18	Caraú de Fora - São Rafael	17/07/81	04
19	José Sabino da Silva	19	Caraú de Fora - São Rafael	17/07/81	04
20	Sebastião Honorato da Silva	20	Caraú de Fora - São Rafael	18/07/81	04
21	Antônio Galdino de Souza	21	Grossos - São Rafael	18/07/81	02
22	Luíza Maria da Conceição	22	Caraú - São Rafael	17/07/81	06
23	Luiz Pinheiro de França	23	Cajazeiras - São Rafael	18/07/81	08
24	José Sabino da Silva	24	Caraú de Fora - Ipanguaçu	21/07/81	06
25	Gregório Campelo de Souza	25	Grossos - São Rafael	18/07/81	09
26	Luiz Sulprino da Silva	26	Cajazeiras - São Rafael	18/07/81	02
27	Maucílio Bezerra de Souza	27	Caraú - São Rafael	18/07/81	01
28	Juvenal Cabral de Macêdo	28	Bugi - São Rafael	16/07/81	03
29	Maximino Adriano da Silva	29	Cajazeiras - São Rafael	19/07/81	03
30	Elita de Medeiros França	30	Caraú - São Rafael	18/07/81	06
31	Luíza Dantas da Silva	31	Poça – Ipanguaçu	17/0781	01

32	Olímpio Joaquim de Medeiros	32	Cajazeiras – São Rafael	18/07/81	03
33	Isabel Geralda de Souza	33	Marcação – São Rafael	21/07/81	02
34	Maria Cosme da Costa	34	Bonito – São Rafael	17/07/81	02
35	Simão Lopes da Silva	35	Grossos – São Rafael	18/07/81	02
36	Luiz Batista Rodrigues	36	Grossos – São Rafael	18/07/81	05
37	Ana Maria da Conceição	37	Caraú - São Rafael	16/07//81	02
38	Francisco Pereira da Silva	38	Caraú - São Rafael	16/07/81	04
39	Marilza Eunice de Macêdo	39	P. dos Angicos - Ipanguaçu	18/07/81	07
40	Margarida Maria da Silva	40	Caraú - São Rafael	16/07/81	05
41	Joaquim Francisco de Freitas	41	Caraú - São Rafael	17/07/81	06
42	Maria Gonzaga de Freitas	42	Caraú - São Rafael	17/07/81	01
43	Severino Julião de França	43	Caraú - São Rafael	17/07/81	12
44	Maria Pinheiro Farias	44	Sítio Prego – São Rafael	19/07/81	02
45	Vicente Carapuça da Silva	45	Caraú de Fora – São Rafael	21/07/81	06
46	João Vicente Sobrinho	46	Croa Verde – São Rafael	20/07/81	06
47	Carmelita Maria da Conceição	47	Caraú - São Rafael	16/07/81	03
48	Francisca Maria da Conceição	48	Macaco - São Rafael	23/07/81	03
49	Gil Barbosa	49	Bugi - São Rafael	24/07/81	01
50	Petronilo Barbosa	50	Bugi - São Rafael	24/07/81	09
			TOTAL.....188		

ANEXO K – RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM SOLUÇÃO PRÓPRIA RELOCADAS ATÉ 30/10/1981

Nº de ordem	Nome do chefe da família	Local de mordia		Mudança realizada
		Origem	Atual	
01	Maria Eliete Alves	Roça	Itajá	DNOCS - 10/02
02	Francisco Sabino Sobrinho	Caraú de Fora	Itajá	DNOCS - 10/02
03	Benedito Machado da Silva	Roça	Itajá	DNOCS - 12/02
04	Luiz Antônio da Silva	Roça	Pataxó	DNOCS - 12/02
05	João Zacarias de Araújo	Caraú de Fora	Pataxó	DNOCS - 13/02
06	Gersina Costa	Caraú de Fora	Pataxó	DNOCS - 13/02
07	Maria Francisca da Conceição	Roça	Itajá	DNOCS - 18/02
08	Luiz Francisco Neto	Caraú	Itajá	DNOCS - 18/02
09	Cícero Porfirio	Roça	Pataxó	DNOCS - 19/02
10	Pedro Albano de Souza	Roça	Itajá	DNOCS - 20/02
11	Francisco Cosme da Silva	Caraú de Fora	Açu	DNOCS - 20/02
12	Luiz Camilo da silva	Arara	Itajá	DNOCS - 23/02
13	João Avelino da Fonseca	Caraú	Itajá	DNOCS – 24 e 26/02
14	Manoel Wilson Xavier	Roça	Pataxó	DNOCS - 25/02
15	José Cosme de Araújo	Caraú de Fora	Mossoró	DNOCS - 25/02
16	Joel Cândido da Silva	Roça	Pataxó	DNOCS - 25/02
17	José Romualdo da Silva	Cajazeiras	Angicos	DNOCS - 26/02
18	Manoel Pinheiro da Fonseca	Sítio Prego	Angicos	DNOCS - 26/02
19	Francisco Jerônimo da Costa	Riacho Fundo	Açu	DNOCS - 26/02
20	Romualdo Pedro da Silva	Marcação	São Rafael	DNOCS - 26/02
21	João Batista da Silva	Roça	Itajá	DNOCS - 06/03
22	José Pedro Neto	Roça	Itajá	DNOCS - 09/03
23	Francisco Batista da Silva	Roça	Itajá	DNOCS - 09/03
24	Luiz Cosme de Souza	Caraú de Fora	Mossoró	DNOCS - 17/03
25	Sebastião Severino Dantas	P. Angicos	Itajá	DNOCS - 18/03
26	Francisco Sabóia de Souza	Arara	Açu	DNOCS - 19/03
27	Francisco Cardoso da Silva	Caraú de Fora	Cavalo Bravo	DNOCS - 10/03
28	Francisco Batista da Fonseca	Caraú de Fora	Itajá	HS-DNOCS - 17/02
29	José Batista de Souza	Roça	Açu	HS-DNOCS - 20/03
30	Jorge Vicente da Costa	Caraú de Fora	Açu	HS-DNOCS - 23/03

Nº de ordem	Nome do chefe da família	Local de mordia		Mudança realizada
		Origem	Atual	
31	José Amâncio da Silva	Quixeré	Açu	HS-DNOCS- 25
32	Valdemar Escolástico de Souza	Macaco	Paraú	HS-DNOCS- 27
33	Manoel Amarante	Riacho Fundo	Açu	HS-DNOCS- 26
34	Hermes Epaminondas da Silva	Quixeré	Açu	HS- 16/02
35	Francisco Luiz da Fonseca	Caraú	Pendências	HS- 17/02
36	Antônio Garcia da Silva	Caraú de Fora	Mossoró	HS- 17/02
37	Manuel Machado da Silva	Caraú de Fora	Natal	HS- 21/02
38	Firmino Juvêncio de Oliveira	Sítio Prego	Natal	HS- 27/02
39	Antônio Francisco Freire	Bugi	São Rafael	HS- 11/03
40	Francisco Edmilson da Silva	Caraú de Fora	Acanã	P/conta própria
41	Elói Soares da Silva	Caraú de Fora	Santo Antônio	P/conta própria
42	Luiz Albano Souza	Quixeré	Martins-Açu	P/conta própria
43	Francisco Zacarias de Souza	Salgado	Açu	P/conta própria
44	Maria Delfino Souto	Caraú	Açu	HS - 14/04
45	João Vicente Ferreira	Pindoba	Natal	HS - 29/07
46	Francisco Severo de Souza	Cajazeiras	São Rafael	P/conta própria
47	Francisco Martins de Souza	Cajazeiras	Açu	P/conta própria
48	Francisco Paulino da Silva	Arara	Paraú	P/conta própria
49	Antônio Lopes da Silva	Roça	Itajá	HS-DNOCS
50	Benedito Machado Segundo	Roça	Itajá	P/conta própria
51	José Alves de França	Roça	Açu	DNOCS
52	Firmo Camilo Machado	Roça	Açu	DNOCS
53	Antônio Alves de França	Roça	Mossoró	HS-DNOCS -
54	João Camilo da Silva	Caraú de Fora	Açu	P/conta própria
55	Manoel Clementino Pereira	Caraú de Fora	São Francisco	P/conta própria
56	Francisco Sabino Sobrinho	Caraú de Fora	Itajá	DNOCS
57	Francisco Moura da Silva	Caraú de Fora	Itajá	Hidroservice
58	José Romão de Moura	Caraú de Dentro	Itajá	P/conta própria
59	Francisco Albertino A. da Silva	Quixeré	Faixa Seca	P/conta própria
60	Francisco Lopes de Souza	Grossos	São Rafael	P/conta própria
61	Francisco Lopes da Silva	Grossos	Angicos	P/conta própria
62	Francisco dos Santos Albano	Quixeré	Açu	DNOCS
63	Silvestre Cosme de Souza	Grossos	Goiás	P/conta própria
64	Francisco Joca Sobrinho	Pindoba	Itajá	Hidroservice

ANEXO L – CAPA DO JORNAL DISPARADA

A TER. EST. RM

ESPECIAL

DISPARADA

BOLETIM OFICIAL DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA — ANO 07

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL - SAR

28 JUL 1986

VALE DO AÇU — HISTÓRIA DE EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA

JUL/86

NESTE **DISPARADA** ESPECIAL, VOCÊ VAI VER A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA DE UMA POPULAÇÃO HISTORICAMENTE EXPROPRIADA E QUE HÁ 4 ANOS O GOVERNO MANTÉM NO DESPREZO E NA MARGINALIZAÇÃO.

ANEXO M – MANIFESTO DA FETARN

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte (FETARN), tomou conhecimento do noticiário publicado no Diário Oficial, edição de 18.8.79, " DNOCS Abre mão de 91 mil hectares no Vale do Açu", ou DNOCS reduz Projeto do Açu", de acordo com o comunicado do Diretor Geral do DNOCS ao Banco do Brasil S.A. para efeito de liberação dos créditos de "custeio" ou "investimentos", na área de irrigação do Baixo-Açu excluída de tais atividades desde o ano de 1975, considerada que foi de utilidade pública em decorrência do Decreto 76.046 de 29.7.75. A atual exclusão de 91.440 hectares a área de execução do projeto alcança os Municípios de açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto do Rodrigues e Pendências, de acordo com o comunicado ao Banco do Brasil S.A. pelo DNOCS.

Ocorre-nos da leitura do texto do comunicado que o Diretor- Geral do DNOCS na alínea "A" de seu expediente reportou-se à área de 67.036 hectares que serão atingidas "pela bacia hidráulica e faixa seca do açude público Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves...", enquanto a liberação da área às operações bancárias se deve à caducidade do decreto 76.046 "já que decorreram 02 (dois) anos de sua publicação por interesse social".

Por último e mais sintomático é que no final o Sr. Diretor do DNOCS faz a melhor das revelações: é que desde que ao DNOSC se destinem verbas suficientes em futuro recente "a desapropriação da referida área voltará a ser cogitada" embora com prioridade às terras situadas às margens do Rio Piranhas no Município de Carnaubais com baixa densidade populacional.

A federação dos Trabalhadores na Agricultura ora subscrita através de diversos documentos enviados a Presidência da República ou ainda aos Ministérios do Interior e da Agricultura tem acentuada a necessidade de reformulação do Projeto Baixo-Açu sendo esta, a oportunidade de aplicação do Estatuto da Terra na área com distribuição de terra aos trabalhadores rurais residentes na região tornando-se e somente dessa forma produtiva de fatores de desenvolvimento sócio-econômico os 92.476.84 hectares ante excluídos da operacionalidade do projeto.

Mais recentemente em documentos dado a conhecimento da Igreja através de suas Dioceses de Natal e Mossoró esta Federação voltou a lembrar os critérios e a necessidade de distribuição de imóveis rurais desapropriados consoante o disposto nos arts. 24 e 25 do Estatuto da Terra tal o conceito de "propriedade familiar" contido no inciso II art. 4º daquele diploma. E sabemos que no caso do Projeto Baixo-Açu à área a ser desapropriada foi declarada de utilidade pública e interesse social. Daí a oportunidade de a publicação do Estatuto da Terra para fins de reforma agrária.

Neste aspecto reside o equívoco maior que o comunicado comete aos trabalhadores rurais. Em liberar a área de 91.440.84 hectares aos créditos por considerar "caduco" o Decreto 76.046, dado haver decorrido 02 anos de sua publicação, omitiu-se propositadamente o caráter de utilidade pública implícita na desapropriação e consecução do Projeto Baixo-Açu e ainda nos fins que pretende para a região. Pelo visto a REFORMA AGRÁRIA de conformidade com as preocupações do Estatuto da Terra jamais passou pela cabeça de quantos formularam tal Projeto Baixo-Açu. A desapropriação por interesse social e por necessidade pública é um dos meios a ser utilizados pelo poder público para consecução da Reforma Agrária, segundo o disposto no art. 2º Inciso III do Decreto 55.891.

Relativamente ao Projeto Baixo-Açu a área a ser desapropriada foi declarada de utilidade pública e interesse social. Por isso mesmo a consideração de caducidade do Decreto 76.046 pelo caráter de "interesse social" não pode prevalecer. É que para os efeitos de Reforma Agrária o caráter de utilidade pública permanece enquanto a distribuição das terras não pode deixar de seguir os princípios já consignados no Estatuto da Terra e legislação complementar.

A verdade brota com tanta clareza que ao final do Comunicado o DNOCS se propõe – desde que volte a cogitar da desapropriação da área – a dar preferência "AOS TABULEIROS E COM BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL". Como se vê as preocupações do DNOCS na região são outras e não a das populações dos trabalhadores rurais atingidos e que deveriam ter prioridade na colonização da área beneficiada.

Em não pretender dar curso a Reforma Agrária mais fácil e cômodo é realmente liberar a área aos créditos para os “empresários rurais ali situados”.

Por tudo isto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Rio Grande do Norte renova suas preocupações e esperança de que somente com a implantação da Reforma Agrária Massiva poderão os trabalhadores rurais tornarem o Vale do Açu em área altamente produtiva e socialmente rentável. É o que os técnicos não podem entender.

Natal, 21 de agosto de 1979.

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
Presidente

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
Secretário

JOSÉ LUIZ DE AZEVEDO
Tesoureiro

ANEXO N – MATÉRIA DO JORNAL GAZETA RURAL

GAZETA RURAL Sexta-feira, 3 de março de 2000 • RURAL • 13

O baixo astral do Baixo-Açu precisa mudar

Nos últimos meses a auto-estima dos irrigantes do Projeto Baixo-Açu está bastante prejudicada. Eles chegaram ao projeto muito cheios de esperanças, mas, apesar de terem apostado todas as fichas não conseguiram deslanchar por dificuldades legais, administrativas, técnicas e de recursos para investimento.

Através de um documento intitulado "Nota de Conhecimento Público" o presidente da Associação dos irrigantes do projeto baixo-Açu, Edmilson José dos Santos (Galego) mostra quais são os nove principais problemas enfrentados pelos irrigantes do Baixo-Açu e diz quais são as soluções propostas para resolvê-los:

1. **Falta de garantias reais** para os irrigantes contrairem empréstimos para investimentos;

SOLUÇÃO: Título de Posse para todos os irrigantes ou o Fundo de Aval do Governo do Estado, pois o Banco do Nordeste garante que, para cada R$ 2.000,00 dado como garantia, ele investirá R$ 25.000,00. O montante a ser emprestado aos colonos do Baixo-Açu poderia gerar cerca de 700 empregos diretos e milhares de empregos indiretos;

2. Cobrança de energia elétrica de forma coletiva.

SOLUÇÃO: Fazer convênio entre o Distrito de Irrigação do Baixo-Açu, para que ele possa cobrar dos irrigantes, pois aqueles que pagam em dia suas contas de energia não podem ser penalizados por cortes na estação de bombeamento;

3. Falta de uma assistência técnica eficiente e permanente.

SOLUÇÃO: Assistência técnica privada.

Para os demais pontos, as soluções são evidentes e diretas. A associação não elaborou propostas pois é fácil saber como resolvê-los. Aliás, é só resolver. Vejamos:

4. Alto dimensionamento das estações de bombeamento, pois em conseqüência aumentou o custo da energia elétrica;

5. Falta de investimentos para irrigação, drenagem, implantação de fruticultura, etc.;

6. Falta de eletrificação nos lotes agrícolas. A Cosern por sinal já tem um levantamento que fez a pedido da Associação;

7. Falta de habitações para os irrigantes poderem residir nos próprios lotes;

8. Falta de funcionamento das três escolas e dos postos de saúde existentes;

9. Falta de segurança no projeto;

Edmilson José dos Santos, presidente, encerra o documento apelando para os poderes constituídos. Diante dos problemas enfrentados, solicitamos uma melhor atenção dos governos federal e estadual e do próprio município de Alto do Rodrigues para que, juntos, possamos alavancar esse investimento que foi implantado.

A Associação também informa que os irrigantes que estão penando no Baixo-Açu, apesar de terem tido os contratos rescindidos têm dado, mesmo sem condições de investimento, provas de que acreditam no projeto. E passa a lista das culturas que já conseguiram implantar por conta própria:

Banana pacovã - 60 hectares;
Banana maçã - 17 hectares;
Mamão - 7,0 hectares;
Manga - 1,0 hectare;
Acerola - 1,0 hectare;
Batata-doce - 18 hectares;
Pimentão - 8 hectares;
Graviola - 0,5 hectares;
Goiaba - 0,5 hectares;
Coqueiro-anão - 18 hectares;
Milho - 15 hectares;
Sorgo - 10 hectares;
Cajueiro-anão-precoce - 01 hectare

DADOS:

Nome do Projeto: Projeto de Irrigação Osvaldo Amorim
Data de implantação: 1988
Investimento: 60 milhões de dólares
Localização geográfica: às margens do rio Açu, ocupando áreas dos municípios de Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra.
Área: 6.000 hectares dividido em duas etapas de 3.000 hectares.
Canal: 4m de largura x 25 Km. de comprimento.
Endereço: RN-118 - Km. 40 - Alto do Rodrigues - RN
Telefone de contato: (84) 972-8427